

MENSAGEM Nº 428

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.”.

Brasília, 30 de agosto de 2023.

PROJETO DE LEI

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 - PPA 2024-2027, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - visão de futuro - situação futura desejada para o País;

II - valores - conjunto de crenças e princípios que orientam e informam a construção e a implementação do PPA 2024-2027;

III - diretrizes - orientações transversais que direcionam os objetivos estratégicos e os programas que compõem o PPA 2024-2027, validados por processo de participação social;

IV - eixos - temáticas que agrupam e organizam um conjunto de objetivos estratégicos;

V - objetivos estratégicos - declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças estratégicas a serem realizadas na sociedade no período compreendido pelo PPA 2024-2027;

VI - indicadores-chave nacionais - conjunto de indicadores que mensuram o progresso social, econômico, ambiental e institucional do País, consideradas as múltiplas dimensões do bem-estar individual e coletivo, para que sejam alcançados os objetivos nacionais nas respectivas áreas;

VII - programa finalístico - conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários com vistas à concretização do objetivo;

VIII - objetivo - mudança na realidade social que o programa visa promover ao enfrentar o problema público;

IX - público-alvo - população que deverá ser atendida e priorizada;

X - órgão responsável - órgão ou entidade federal responsável pelo alcance do objetivo do programa, do objetivo específico ou da entrega;

XI - objetivos específicos - detalhamento do objetivo do programa que declara cada resultado esperado decorrente da entrega de bens e serviços ou de medidas institucionais e normativas, consideradas as limitações temporal e fiscal do PPA 2024-2027;

XII - indicador - instrumento que permite mensurar objetivamente o alcance da meta declarada;

XIII - meta - valor esperado para o indicador no período a que se refere;

XIV - regionalização da meta - distribuição das metas estipuladas para o programa no território;

XV - desagregação da meta por público - definição de metas por públicos específicos;

XVI - valor global do programa - estimativa dos recursos orçamentários e não orçamentários, sendo os orçamentários segregados nas esferas fiscal, da seguridade social e de investimento, e os não orçamentários divididos em subsídios tributários e creditícios, créditos de instituições financeiras públicas e outras fontes de financiamento;

XVII - programa de gestão - conjunto de ações governamentais relacionadas à gestão da atuação governamental ou à manutenção da capacidade produtiva das empresas estatais, financiadas por ações orçamentárias e não orçamentárias que não são passíveis de associação aos programas finalísticos;

XVIII - investimentos plurianuais - investimentos que possuem data de início e de término e impactam o programa em mais de um exercício financeiro;

XIX - investimento plurianual de empresa estatal não dependente - investimento de empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, cujas programações ultrapassem um exercício financeiro e não constem do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social da União;

XX - agenda transversal - conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva;

XXI - camada gerencial - conjunto de atributos e informações infralegais que detalham os programas, disponibilizados para a sociedade em sítio eletrônico oficial;

XXII - entrega - atributo infralegal do PPA 2024-2027 que declara produtos (bens ou serviços) relevantes que contribuem para o alcance de objetivo específico do programa;

XXIII - medida institucional e normativa - atributo infralegal do PPA 2024-2027 que declara atividades institucionais e normativas de caráter regulatório, de melhoria do ambiente de negócios ou de gestão relevantes para o alcance de objetivos específicos ou do programa;

XXIV - subsídios de natureza financeira, tributária e creditícia - benefícios de que trata o § 6º do art. 165 da Constituição;

XXV - gastos diretos - recursos utilizados na consecução de políticas públicas, executadas de forma direta ou descentralizada, que não se caracterizam como subsídios, nos termos do disposto no inciso XXIV; e

XXVI - governança - conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e procedimentos utilizados para monitorar, avaliar e direcionar a gestão pública, com vistas à consecução de objetivos de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Art. 3º São prioridades da administração pública federal, incluídas aquelas advindas do processo de participação social na elaboração do PPA 2024-2027:

- I - combate à fome e redução das desigualdades;
- II - educação básica;
- III - saúde: atenção primária e atenção especializada;
- IV - Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC;
- V - neointustrialização, trabalho, emprego e renda; e
- VI - combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática.

Parágrafo único. Além das prioridades estabelecidas neste artigo, as leis de diretrizes orçamentárias poderão contemplar novas prioridades para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, nos termos do disposto no § 2º do art. 165 da Constituição.

Art. 4º São agendas transversais do PPA 2024-2027:

- I - crianças e adolescentes;
- II - mulheres;
- III - igualdade racial;
- IV - povos indígenas; e
- V - meio ambiente.

Parágrafo único. As políticas públicas para a primeira infância estão incluídas na agenda transversal de crianças e adolescentes e serão especificadas no monitoramento do PPA 2024-2027.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO

Art. 5º O PPA 2024-2027 define diretrizes, programas, objetivos e metas para orientar a atuação governamental no quadriênio, refletindo políticas públicas e planos já existentes e em processo de formulação.

Art. 6º Integram o PPA 2024-2027:

- I - Anexo I - Dimensão estratégica, com visão de futuro, valores, diretrizes, eixos, objetivos estratégicos, indicadores-chave nacionais e metas;
- II - Anexo II - Sumário executivo de informações macroeconômicas e fiscais;
- III - Anexo III - Programas finalísticos com valor global, objetivo, público-alvo, órgão responsável, objetivos específicos, indicadores e metas;
- IV - Anexo IV - Programas de gestão;
- V - Anexo V - Agendas transversais;

VI - Anexo VI - Prioridades e suas metas;

VII - Anexo VII - Investimentos plurianuais; e

VIII - Anexo VIII - Investimentos plurianuais das empresas estatais não dependentes.

§ 1º Integram os programas finalísticos, conforme regulamentação do Poder Executivo federal, na condição de atributos infralegais e gerenciais do PPA 2024-2027, as entregas e as medidas institucionais e normativas.

§ 2º Até noventa dias após a data de publicação desta Lei, o Poder Executivo federal divulgará, em sítio eletrônico oficial, demonstrativos das prioridades e das agendas transversais, construídas a partir de atributos legais e infralegais do PPA 2024-2027.

§ 3º Não integram o PPA 2024-2027 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2024-2027 COM OS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Art. 7º As leis de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais devem estar compatíveis com o PPA 2024-2027, observado o disposto no Anexo I.

Art. 8º As metas dependentes de despesas discricionárias estabelecidas para cada exercício do PPA 2024-2027 serão compatíveis com os limites individualizados estabelecidos na lei complementar de que trata o art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 21 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. As metas poderão ser revisadas, nos termos do disposto na alínea “c” do inciso I do **caput** do art. 19, de modo a garantir a sua adequação à disponibilidade orçamentária vigente.

Art. 9º Os programas do PPA 2024-2027 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de créditos adicionais.

§ 1º Cada ação orçamentária estará vinculada a um programa, exceto as ações padronizadas.

§ 2º As vinculações entre ações orçamentárias e programas constarão das leis orçamentárias anuais.

Art. 10. O valor global dos programas é indicativo, sendo considerado no planejamento da programação e na execução da despesa, e não constitui limite para a elaboração e a execução dos orçamentos e dos seus créditos adicionais, respeitados os limites individualizados para despesas primárias previstos na lei complementar de que trata o art. 6º da Emenda à Constituição nº 126, de 2022.

Art. 11. Compõem o Anexo VII os investimentos plurianuais definidos entre as ações orçamentárias do tipo projeto que possuem data de início e de término, custo total estimado, previsão de execução no período do PPA 2024-2027 e que impactam o programa em mais de um exercício financeiro, exceto os investimentos relacionados exclusivamente às transferências da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Parágrafo único. Os investimentos de que trata o Anexo VII deverão estar cadastrados em módulo específico no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal - SIOP.

Art. 12. Para fins do disposto no § 1º do art. 167 da Constituição, o investimento que ultrapassar um exercício financeiro, durante o período de 2024 a 2027, será incluído no valor global dos programas.

Parágrafo único. As leis orçamentárias e as leis de créditos adicionais detalharão, em seus anexos, os investimentos de que trata o **caput**, para o ano de sua vigência.

CAPÍTULO IV

DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO

Seção I

Dos aspectos gerais

Art. 13. A governança do PPA 2024-2027 visa alcançar os objetivos e as metas estabelecidas, sobretudo para a garantia de acesso equitativo e inclusivo às políticas públicas e de sua fruição pela sociedade, e busca o aperfeiçoamento dos:

I - mecanismos de implementação e integração de políticas públicas;

II - critérios de regionalização de políticas públicas, com vistas à redução das desigualdades regionais;

III - mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2024-2027; e

IV - processos de participação social no PPA 2024-2027.

Art. 14. A gestão do PPA 2024-2027 observará os princípios da publicidade, da eficiência, da impessoalidade, da economicidade e da efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do PPA 2024-2027.

Seção II

Do monitoramento e da avaliação

Art. 15. O monitoramento do PPA 2024-2027 abrangerá seus programas e os respectivos atributos legais e gerenciais, conforme regulamento a ser editado pelo Poder Executivo federal.

§ 1º O Poder Executivo federal publicará, em sítio eletrônico oficial, dados estruturados e informações sobre a implementação e o acompanhamento do PPA 2024-2027.

§ 2º As prioridades previstas no art. 3º estarão sob sistemática de monitoramento intensivo, a ser regulamentada em ato do Poder Executivo federal.

Art. 16. O Poder Executivo federal apresentará anualmente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, até 30 de setembro de cada exercício, relatório anual de monitoramento do PPA 2024-2027, com o resultado do processo de monitoramento, que conterá:

I - comportamento das variáveis macroeconômicas e do cenário fiscal que embasaram a elaboração do PPA 2024-2027, explicitando as eventuais discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - acompanhamento da evolução das metas e dos indicadores-chave nacionais, previstos na dimensão estratégica;

III - desempenho, por programa finalístico, dos indicadores dos objetivos específicos e das entregas, indicando os pontos de atenção para o cumprimento do objetivo do programa;

IV - demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos investimentos plurianuais; e

V - medidas institucionais e normativas implementadas no período.

Parágrafo único. O relatório anual previsto no **caput** e o painel com os indicadores-chave nacionais devem ficar disponíveis para a população em página específica do sítio eletrônico oficial.

Art. 17. A avaliação do PPA 2024-2027 constitui processo sistemático, integrado e institucionalizado de análise dos programas finalísticos e seus atributos, das agendas transversais e das prioridades do Governo federal, com o objetivo de aprimorar as políticas públicas e a qualidade do gasto público.

§ 1º A avaliação a que se refere o **caput** será realizada pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP, e também poderá ser realizada pelo órgão central de planejamento e orçamento e pelos órgãos setoriais, em articulação com o CMAP, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º As avaliações realizadas no âmbito do CMAP incluirão políticas públicas financiadas por gastos diretos e subsídios da União, selecionadas anualmente a partir dos programas a que se refere o Anexo III.

§ 3º A escolha das políticas que constarão da lista anual de avaliações ocorrerá de acordo com critérios de materialidade, criticidade e relevância.

§ 4º O Poder Executivo federal dará publicidade, por meio de sítio eletrônico oficial, aos montantes de recursos dos programas classificados em gasto direto ou em subsídio.

§ 5º Os Ministérios que gerenciem planos nacionais ou regionais devem estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação anualmente e, até abril do exercício seguinte, encaminhar seus relatórios à Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento e Orçamento, com o fim de possibilitar o alinhamento das revisões do PPA 2024-2027 e da evolução do processo de monitoramento e avaliação federal.

§ 6º O Poder Executivo federal apresentará anualmente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, até 30 de setembro de cada exercício, o relatório de avaliação de políticas públicas, com os resultados e as recomendações das avaliações produzidas no âmbito do CMAP.

Seção III

Da revisão e das alterações

Art. 18. Durante o processo anual de revisão do PPA 2024-2027, devem ser atualizadas as previsões de despesas e receitas, de forma a manter o horizonte de planejamento de quatro anos.

Art. 19. Fica o Poder Executivo federal autorizado a promover alterações no PPA 2024-2027, por ato próprio, para:

I - conciliá-lo com as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional e poderá, para tanto:

- a) adequar o valor global do programa;
- b) adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas;
- c) revisar ou atualizar as metas; e
- d) revisar ou atualizar os investimentos plurianuais de que tratam os Anexos VII e

VIII; e

II - incluir, excluir ou alterar:

- a) unidade responsável por programa e objetivos específicos;
- b) indicadores e respectivas metas, em razão de impossibilidade de apuração ou necessidade de aprimoramento da mensuração de objetivos específicos;
- c) programas de gestão, com vistas à melhoria da transparência, da eficiência e da qualidade das despesas a eles vinculadas;
- d) valor dos recursos não orçamentários;
- e) valor global do programa, em razão de alteração de fontes de financiamento com recursos não orçamentários; e
- f) agendas transversais.

Parágrafo único. Modificações realizadas nos termos do disposto no **caput** serão informadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e publicadas em sítio eletrônico oficial, acompanhadas da justificativa da alteração.

Seção IV

Da adequação dos demais instrumentos de planejamento

Art. 20. Os planos elaborados por órgãos federais da administração direta ou indireta, durante a vigência do PPA 2024-2027, devem observar as seguintes orientações:

I - os planos e orçamentos elaborados pelos órgãos e pelas entidades da União devem estar compatíveis com as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas relativas aos programas de duração continuada estipulados no PPA 2024-2027;

II - os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o PPA 2024-2027; e

III - os planejamentos estratégicos dos órgãos da União devem se alinhar à dimensão estratégica do PPA 2024-2027 e viabilizar o alcance das metas dos objetivos específicos e das entregas declaradas.

Seção V

Da transparência e da participação

Art. 21. O Poder Executivo federal promoverá, em conjunto com representantes da sociedade civil, o desenvolvimento de mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de gestão do PPA 2024-2027.

Art. 22. O Poder Executivo federal promoverá o desenvolvimento e a manutenção de mecanismos de transparência nas etapas do ciclo de gestão do PPA 2024-2027, por meio de sistemas de informações periodicamente atualizados, definidos em regulamento.

§ 1º Com vistas ao acompanhamento e à fiscalização a que se referem o art. 70 e o inciso II do § 1º do art. 166 da Constituição, serão assegurados aos membros e aos órgãos competentes dos Poderes da União, inclusive ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Controladoria-Geral da União, o acesso irrestrito, para consulta, aos sistemas de informações referidos no **caput** e o recebimento de seus dados em meio digital.

§ 2º Poderão ser habilitados para consulta os cidadãos e as entidades sem fins lucrativos credenciados conforme requisitos estabelecidos pelos órgãos gestores dos sistemas de informações de que trata este artigo.

§ 3º Ato do Poder Executivo federal poderá estabelecer e regulamentar observatório com o fim de acompanhar os objetivos estratégicos, os indicadores-chave nacionais e as metas, composto por entidades da sociedade civil, setor produtivo, institutos de pesquisa e universidades.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E GERAIS

Art. 23. O Poder Executivo federal regulamentará os prazos, os critérios e as orientações técnicas complementares ao monitoramento, à avaliação e à revisão do PPA 2024-2027.

Art. 24. As ações não orçamentárias serão vinculadas aos programas e serão disponibilizadas em sítio eletrônico oficial, incluídos os respectivos valores anuais, na forma a ser estabelecida pelo Poder Executivo federal.

Art. 25. A política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento e de fundos federais e a aplicação de recursos relacionados às operações de crédito externo com garantia da União devem ser compatíveis com a dimensão estratégica do PPA 2024-2027, contribuindo para o alcance das metas estipuladas para os indicadores dos objetivos estratégicos.

Art. 26. Os programas do PPA 2024-2027 devem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Brasília, 29 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração do Senhor o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2024-2027, nos termos do § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

2. Nós só sabemos se estamos no caminho certo se, antes de partirmos, planejamos nosso trajeto. Se não temos ideia do percurso, como nos prepararmos corretamente? Planejar como o Brasil caminhará nos próximos quatro anos é nosso dever e nossa motivação maior. Nos últimos oito meses, todos nós no Ministério do Planejamento e Orçamento, e em todo o governo, acordamos tendo isso em mente: que país sonhamos para 2027?

3. As diretrizes são claras, dadas por Vossa Excelência, condutor da ampla frente de forças políticas que governa o Brasil. Sonhamos um país que erradica a miséria, que reduz a desigualdade que há entre nós, que protege o meio ambiente enquanto encontra formas mais sustentáveis para a geração de empregos e renda. Um país com verdadeira equidade de gênero, que ativamente defende e celebra as diferentes etnias. Um país em que as pessoas voltam a se vacinar e em que os indicadores de aprendizagem das escolas crescem a velocidade mais rápida. Um país que está conectado ao mundo. Um país com dupla responsabilidade, social e fiscal. Um país menos armado e mais amado. União e reconstrução.

4. A união e a reconstrução que pregamos é, afinal, literal. Recuperar a capacidade de planejamento é uma de nossas missões mais relevantes. O PPA 2024-2027 não está apenas para cumprir o artigo 165 da Constituição, como uma obrigação legal que pouco depois de seu envio é esquecido por todos. Os programas, os objetivos e as metas estabelecidos no PPA materializam os compromissos do governo federal com a sociedade para o período de quatro anos. O PPA se constitui, assim, no principal instrumento para orientar políticas públicas e ações de governo nas diferentes esferas, na direção do desenvolvimento sustentável, com inclusão e diversidade.

5. A metodologia de elaboração do Plano Plurianual 2024-2027 incorpora vários aperfeiçoamentos quando comparado ao PPA vigente, de forma a resgatar o papel do Plano como principal instrumento de planejamento público. Essa metodologia tem como premissas:

- * orientar as políticas públicas para resultados;

- * aprofundar a integração do planejamento com os meios para a sua execução, particularmente os recursos orçamentários e não-orçamentários;

- * aprimorar os mecanismos de monitoramento e avaliação com indicadores apuráveis nos quatro anos de vigência, com metas anuais, regionalizadas e desagregadas por diferentes recortes;

- * e possibilitar a definição, implementação e gestão de agendas transversais.

6. Cumpre ressaltar que o presente PPA fortalece enormemente a dimensão estratégica. Temos bem definidos a Visão de Futuro, Valores, Diretrizes, Eixos, Objetivos Estratégicos e, pela primeira vez, indicadores-chave nacionais, em sistema de bandas, que permitem o acompanhamento de como políticas públicas enfrentam os grandes desafios nacionais.

7. Deve ser igualmente realçado o intenso engajamento dos órgãos e entidades da administração pública federal na elaboração dos programas do PPA. Mais de 4.400 representantes estiveram presentes em dois ciclos de oficinas realizadas na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), quando participaram das discussões mais atores do Governo Federal, entre autoridades e técnicos, em mais de 125 oficinas e 716h de interação direta e presencial.

8. Marca o PPA 2024-2027 o mais amplo processo de participação social na construção de um Plano, com diversas formas de participação, processo conduzido em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República, sob o comando do Ministro Márcio Macêdo. Houve coleta de contribuições por meio da plataforma Brasil Participativo, onde a sociedade pode expor sua opinião sobre os Programas do PPA, votar em quais deveriam ser priorizados e apresentar novas propostas. Ao todo foram registrados 4.087.540 acessos na plataforma, 1.419.729 participantes, 1.529.826 votos e 8.254 propostas. Também foram realizadas plenárias presenciais em todos os estados do país, com a participação de mais de 34 mil pessoas, e três fóruns do Interconselhos, com a presença de mais de 300 lideranças sociais, onde foram apresentadas sugestões e validada a estratégia. Detalhes do processo de participação e incorporação das sugestões estão detalhados no Relatório de Participação Social, que acompanha o PLPPA. O planejamento ganha ainda mais legitimidade por ser fruto de um amplo processo de diálogo com a sociedade.

9. O Plano também busca qualificar e ampliar a regionalização das metas do PPA 2024-2027 e estreitar a relação federativa, em especial a partir da coordenação com os seguintes planos regionais de desenvolvimento: o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA; Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE; e Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRDCO. Para isso, foram realizadas várias atividades com o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e os Ministérios setoriais envolvidos. Entre essas atividades, destacam-se três oficinas na ENAP visando a articulação entre o PPA e os referidos planos de desenvolvimento regional.

10. No que tange ao Projeto de Lei em si, o capítulo I do PLPPA, intitulado do “Planejamento Governamental e do Plano Plurianual”, apresenta os principais conceitos para a adequada compreensão do Plano. Já o art. 3º lista as prioridades da Administração Pública Federal para os próximos quatro anos, ao passo que o art. 4º estabelece as Agendas Transversais.

11. O PPA 2024-2027 expressa o modelo do planejamento de médio prazo para o País e define como prioridades de Governo para os próximos quatro anos, que serão intensivamente monitoradas:

- * Combate à Fome e Redução das Desigualdades;
- * Educação Básica;
- * Saúde: Atenção Primária e Atenção Especializada;
- * Novo PAC;
- * Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda; e
- * Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergências Climática.

12. Frise-se que as prioridades foram definidas pelo Centro de Governo, com base no processo de Participação Social, tendo sido aprovadas pela Junta de Execução Orçamentária (JEO).
13. Estão também definidas as seguintes agendas transversais: Crianças e Adolescentes; Mulheres; Igualdade Racial; Povos Indígenas; e Ambiental, que inclui a agenda verde. Importante ressaltar que as políticas públicas para a primeira infância estão incluídas na Agenda Transversal de Criança e Adolescente, e terão monitoramento especial.
14. O capítulo II – “Da Estrutura e da Organização do Plano Plurianual da União” define a estrutura do Plano e seus anexos, além de indicar os atributos infralegais do PPA. O projeto de PPA 2024-2027 conta com oito anexos: Anexo I – Dimensão Estratégica, com visão de futuro, valores, diretrizes, eixos, objetivos estratégicos, indicadores-chaves nacionais e metas; Anexo II – Sumário Executivo de Informações Macroeconômicas e Fiscais; Anexo III – Programas Finalísticos com valor global, objetivo, público-alvo, órgão responsável, objetivos específicos, indicadores e metas; Anexo IV – Programas de gestão; Anexo V – Agendas Transversais; Anexo VI – Prioridades e suas metas; Anexo VII – Investimentos Plurianuais; Anexo VIII – Investimentos Plurianuais das Empresas Estatais Não Dependentes.
15. O capítulo III deste projeto, chamado “Da Integração com o Orçamento”, organiza a relação entre Plano e o Orçamento, de forma a apresentar a relação de Programas com as ações orçamentárias.
16. O capítulo IV trata da “Da Governança e Gestão do Plano Plurianual”, com o objetivo de regular mecanismos de implementação e integração das políticas públicas, bem como sua regionalização, e estabelecer previsão para o devido monitoramento, avaliação e revisão do PPA. Prevê, ainda, mecanismos de alinhamento entre diferentes planos, transparência e processos de participação social em todas as fases do PPA 2024-2027, e discorre sobre o prazo e conteúdo dos relatórios de monitoramento e avaliação do Plano Plurianual a serem enviados anualmente ao Congresso Nacional.
17. O capítulo V, intitulado “Das Disposições Finais e Gerais”, trata da vinculação das ações não orçamentárias aos programas e sua disponibilização em sítio eletrônico oficial, e define que o Poder Executivo Federal regulamentará os prazos, os critérios e as orientações técnicas complementares ao monitoramento, à avaliação e à revisão do PPA 2024-2027. Também prevê que a política de aplicação dos recursos das agências financeiras oficiais de fomento, de fundos federais e a aplicação de recursos relacionados às operações de crédito externo com garantia da União devem ser compatíveis com a Dimensão Estratégica do PPA, contribuindo para o alcance das metas estipuladas para os indicadores dos objetivos estratégicos, alinhando toda a Administração em uma única estratégia. Define, ainda, que os programas do PPA 2024-2027 devem contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.
18. O PPA foi construído levando-se em consideração limites orçamentários plurianuais para os órgãos setoriais, alinhados com os cenários macroeconômico e fiscal, considerando o novo arcabouço fiscal. Esses limites são os referenciais monetários para a distribuição dos recursos discricionários entre as ações orçamentárias dos ministérios para os exercícios de 2025, 2026 e 2027, os quais estão sujeitos a ajustes decorrentes da política fiscal durante a vigência do Plano.
19. Importante salientar que, caso não haja disponibilidade orçamentária compatível com as metas definidas no PPA 2024-2027, condicionadas à aprovação da supracitada Lei Complementar, aplicar-se-á o disposto no art. 20, inciso I, alínea c, do Projeto de Lei do PPA, compatibilizando-se as metas com os recursos disponibilizados nos orçamentos anuais.
20. Importante mencionar que a consecução de várias metas previstas para 2027 considera a

premissa de equacionamento fiscal da questão do subteto dos precatórios, instituída pela Emenda Constitucional 114, de 2021. No caso de não equacionamento, essas metas serão adequadas à disponibilidade de recursos do orçamento de 2027, conforme previsto na seção “Da Revisão e Alterações” do PPA, presente no Projeto de Lei do PPA 2024-2027.

21. Por fim, quero ressaltar que a reconstrução do planejamento público vem com esse espírito de parceria com a sociedade e, também, com o Congresso Nacional. A política e os partidos não podem ser combatidos, nem muito menos negados: eles devem ser valorizados.

22. O que entregamos aqui, com máximo respeito aos deputados e senadores, é a carta náutica que associa os sonhos validados pela vitória eleitoral com a escuta ativa que fizemos junto à sociedade, neste ano.

23. É com alegria e com senso de honra que concluo essas linhas. Estou segura de que viveremos, a partir de agora, um período mais fraterno e bem-informado do que o que se passou nos últimos quatro anos. Estamos unidos e dedicados ao propósito do planejamento público reconstruído em novas bases, que este PPA tanto representa.

24. Essas são as razões que levam este Ministério a propor ao Senhor o presente Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Simone Nassar Tebet



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 618/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que "Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027".

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 30/08/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4532600** e o código CRC **1391A226** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 03101.102605/2023-99

SUPER nº 4532600

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

Mensagem Presidencial

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Plano Plurianual 2024-2027

Mensagem Presidencial

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO

Normalização Bibliográfica:

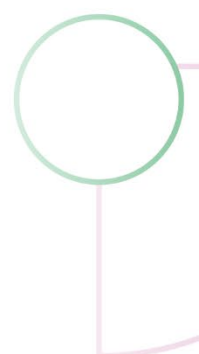
Biblioteca do Ministério da Gestão e da
Inovação em Serviços Públicos.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Nacional de Planejamento.

Plano plurianual 2024-2027: mensagem presidencial/Ministério do Planejamento e Orçamento,
Secretaria Nacional de Planejamento. -- Brasília: Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, 2023.
228 p.: il.

1. Planejamento de governo – 2024-2027. 2. Planejamento estratégico. 3. Plano de
desenvolvimento. 4. Programa de governo. 5. Políticas públicas. 6. Desenvolvimento econômico. 7.
Desenvolvimento social. 8. Sustentabilidade socioambiental. 9. Participação social. I. Título. II.
Brasil. Secretaria Nacional de Planejamento.

CDU - 338.26"2024/2027"



República Federativa do Brasil

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministros:

Casa Civil da Presidência da República

Rui Costa dos Santos

Secretaria-Geral da Presidência da República

Márcio Costa Macêdo

Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Alexandre Rocha Santos Padilha

Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Paulo Roberto Severo Pimenta

Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Marcos Antonio Amaro dos Santos

Advocacia-Geral da União

Jorge Rodrigo Araújo Messias

Controladoria-Geral da União

Vinícius Marques de Carvalho

Ministério da Agricultura e Pecuária

Carlos Henrique Baqueta Fávaro

Ministério das Cidades

Jader Fontenelle Barbalho Filho

Ministério da Cultura

Margareth Menezes da Purificação Costa

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Ministério das Comunicações

Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

Ministério da Defesa

José Múcio Monteiro Filho

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Luiz Paulo Teixeira Ferreira

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Antônio Waldez Góes da Silva

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

José Wellington Barroso de Araujo Dias

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Silvio Luiz de Almeida

Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Ministério da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Ministério do Esporte

Ana Beatriz Moser

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esther Dweck

Ministério da Igualdade Racial

Anielle Francisco da Silva

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Flávio Dino de Castro e Costa

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima

Ministério de Minas e Energia

Alexandre Silveira de Oliveira

Ministério das Mulheres

Aparecida Gonçalves

Ministério da Pesca e Aquicultura

André Carlos Alves de Paula Filho

Ministério do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Ministério de Portos e Aeroportos

Márcio Luiz França Gomes

Ministério dos Povos Indígenas

Sonia Bone de Sousa Silva Santos

Ministério da Previdência Social

Carlos Roberto Lupi

Ministério das Relações Exteriores

Mauro Luiz Iecker Vieira

Ministério da Saúde

Nísia Verônica Trindade Lima

Ministério do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Ministério dos Transportes

José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Ministério do Turismo

Celso Sabino de Oliveira



Mensagem do Presidente da República

Este PPA 2024-2027, que apresento ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, é um marco na reconstrução da capacidade de planejamento do Estado brasileiro.

Afirmamos em nosso Plano de Governo o propósito de executar um projeto que reconstrua o país no presente e o transforme para o futuro. Um projeto justo, solidário, sustentável, soberano e criativo para um Brasil que seja de todos os brasileiros e brasileiras.

Os desafios são enormes! O país parou de avançar em campos importantes para a construção de uma sociedade mais justa. A desigualdade e a pobreza se mantêm em níveis inaceitáveis. A estas se juntaram problemas que voltaram a se agravar, como a insegurança alimentar severa. É prioridade central deste plano orientar esforços e recursos para resgatar todos os brasileiros que passam fome. Nenhuma nação se ergueu nem poderá se erguer sobre a miséria de seu povo.

Agendas negligenciadas nos últimos anos serão retomadas, como a da diversidade, a racial, a dos povos originários e a das mulheres. O bem-estar de todas as pessoas, sem preconceitos e sem quaisquer formas de discriminação, é um direito constitucional e um fator importante para a coesão social. A busca pela equidade é uma prioridade deste PPA.

O Brasil foi confrontado com desafios inesperados nos últimos anos. As instituições passaram por um processo de fragilização, a sociedade vivenciou uma intolerância política jamais vista, a democracia foi atacada. É preciso enfrentar esses desafios com a atenção e a

urgência que eles demandam para se construir uma sociedade coesa e uma democracia robusta e vibrante, capaz de promover a participação social e garantir a pluralidade com respeito aos princípios democráticos expressos em nossa Constituição. A alma de uma nação se expressa verdadeiramente pela alma de seu povo. A alma do Brasil reside na diversidade inigualável da nossa gente.

Transformar o futuro do Brasil exige incorporar neste plano novos temas estratégicos. É preciso atuar para ampliar a competitividade de nossa economia e a inserção soberana do Brasil na nova economia global que se desenha. Orientar esforços e recursos para reindustrializar o país, destravar a infraestrutura, preparar nossa gente para a economia do conhecimento, descarbonizar e digitalizar a economia, avançar na transição energética e preservar a nossa biodiversidade. A sustentabilidade é um imperativo! Recuperar a capacidade de o Brasil crescer acima da média mundial de modo inclusivo e sustentado também é uma prioridade.

O Brasil precisa resgatar a esperança na reconstrução e na transformação do país. O governo precisa resgatar a capacidade de planejar. Por isso este PPA foi elaborado com a mais ampla participação de todos os tempos, dentro e fora do governo.

No âmbito do governo foram efetuadas 125 oficinas de trabalho que contaram com a presença de mais de 4 mil servidores. Na sociedade, plenárias em cada uma das 27 Unidades da Federação envolveram mais de 34 mil

participantes presenciais. A plataforma Brasil Participativo contou com 4.087.540 acessos, 1.419.729 participantes e 8.254 propostas.

Por fim, antes de chegar ao Congresso Nacional, fórum por excelência de representação do povo brasileiro, o PPA foi discutido no Fórum Interconselhos, com mais de 500 participantes e lideranças da sociedade. Este é, verdadeiramente, um PPA participativo!

Somente a partir de um planejamento fiscalmente responsável, que seja capaz de articular esforços e recursos públicos e privados e mobilizar as forças da sociedade, será possível transformar os nossos desejos e as nossas

aspirações em realidade para melhorar a vida dos milhões de brasileiras e brasileiros, especialmente os mais pobres, que agora passam a fazer parte do orçamento.

Os 88 programas propostos, os recursos orçamentários alocados, as iniciativas e entregas previstas convergem para um só rumo, a construção da nossa visão de futuro: “Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”. Este é o Brasil que desejamos para todos e todas as brasileiras.

Brasília, 30 de agosto de 2023.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República



Sumário

Apresentação 7

Síntese executiva 9

1 - Inovações do PPA e participação social 16

2 - Dimensão estratégica 30

 Análise situacional e retrospectiva do Brasil 31

 Tendências mundiais e nacionais..... 45

 Cenário macroeconômico e fiscal para o período 2024-2027 66

 Visão de futuro 2027, valores e diretrizes, indicadores-chave nacionais e metas 80

 Eixos temáticos e objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas 88

3 - Dimensão tática 116

 Prioridades e Agendas Transversais..... 117

 Políticas sociais e de garantia de direitos 126

 Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática 165

 Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania 196

4 - PPA em números..... 208

5 - Governança e gestão do PPA 223

Ficha técnica..... 227

Apresentação

As mudanças profundas em curso no mundo e no Brasil sugerem novo posicionamento das lideranças políticas, empresariais e da sociedade. Demandam um comportamento republicano entre as forças políticas, além de um largo ambiente de cooperação entre Estado e sociedade. Mas, sobretudo, indicam a necessidade de mobilização de todos num esforço conjunto para reconstruir e transformar o Brasil, resgatando as forças, o otimismo, a criatividade e a esperança do povo brasileiro.

O Plano Plurianual (PPA) é uma das leis orçamentárias previstas na Constituição Federal do Brasil e o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal. O PPA orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento definido para os próximos quatro anos.

Este PPA 2024-2027, que é um marco simbólico da reconstrução da capacidade de planejamento do Estado brasileiro, foi elaborado de forma integrada com todos os ministérios e com intensa participação social. A partir do planejamento, será possível transformar em realidade as propostas do Plano de Governo e as expectativas da sociedade, para melhorar a vida de milhões de brasileiras e brasileiros.

O documento se inicia por uma síntese, que apresenta uma visão de conjunto do PPA 2024-2027 com foco em sua dimensão estratégica. O objetivo é propiciar uma visão executiva dos principais elementos constituintes deste PPA. Após a síntese, seguem cinco capítulos.

O primeiro capítulo traz uma visão de conjunto das inovações do PPA, agrupadas em três grandes desafios: (i) adensar a visão estratégica; (ii)

fortalecer a orientação para resultados; e (iii) ampliar a transparência e a participação do processo de elaboração. A intenção é apresentar uma visão de conjunto dos principais aprimoramentos metodológicos no processo de elaboração do PPA.

O segundo capítulo expõe a dimensão estratégica do PPA 2024-2027. Esta foi elaborada após a análise do Plano de Governo, de estudos e de propostas disponíveis para o Brasil no longo prazo. Também foram realizadas entrevistas com ministros de diferentes áreas do governo e reuniões técnicas da equipe do Ministério do Planejamento e Orçamento envolvendo representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e especialistas em temas diversos.

A dimensão estratégica está estruturada em cinco partes. Na primeira, faz-se uma análise retrospectiva, que compreende a análise socioeconômica do Brasil nos últimos dez anos, mapeando-se os principais ativos e os passivos do país nas dimensões social, econômica, ambiental, de inserção global e institucional. Na segunda parte, que traz uma visão prospectiva para se pensar o futuro do Brasil, mapeiam-se as principais transformações em curso no contexto mundial, seus reflexos sobre a realidade brasileira e o que se pode vislumbrar como oportunidades e riscos para o país nos próximos anos. A terceira parte apresenta a perspectiva macroeconômica para 2024-2027 a fim de garantir que as escolhas sejam suportadas por expectativas realistas e sustentabilidade fiscal.

A partir dessas informações, são apresentados os principais elementos que compõem a estratégia de governo. São eles: a visão de futuro 2027 e os indicadores-chave nacionais a ela vinculados (*Key National Indicators*), bem como suas

metas, em sistema de bandas; os valores e as diretrizes que orientam a ação governamental; os eixos temáticos em torno dos quais o PPA organiza a compreensão da realidade brasileira; e, por fim, as grandes escolhas, representadas pelos objetivos estratégicos associados a cada eixo, com seus respectivos indicadores e metas. Esses elementos apontam as grandes direções para a elaboração das políticas públicas e os programas deste PPA.

O terceiro capítulo detalha a dimensão tática do PPA 2024-2027, por meio das agendas definidas pelo governo como estratégicas: a Prioritária e a Agenda Transversal. Na sequência, os 88 programas que compõem o PPA 2024-2027 são apresentados, organizados por eixos.

O quarto capítulo fornece uma visão agregada dos grandes números deste Plano – é o PPA em números.

O quinto e último capítulo aborda os desafios da implementação, da governança e da gestão do PPA. Destaca as questões relativas às capacidades institucionais e à organização gerencial necessárias para induzir e monitorar a execução dos programas, o alcance das metas e a realização das entregas capazes de transformar as intenções estratégicas descritas neste documento em resultados com impacto positivo na sociedade.

Em síntese, este documento articula uma visão de futuro com sete indicadores a ela associados, sete valores e 13 diretrizes de atuação, três eixos, que se dividem em 35 objetivos estratégicos, 88 programas, 464 objetivos específicos, com o propósito de construir **“um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”**. Este é o Brasil que desejamos para todos os brasileiros e brasileiras.

Síntese executiva



Visão de Futuro 2027

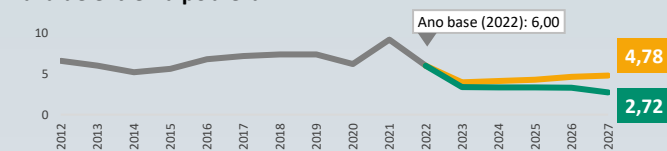
“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”

Valores

Democracia | Diversidade e justiça social | Sustentabilidade socioambiental | Participação social |
Atuação colaborativa | Responsabilidade fiscal e social | Excelência na gestão

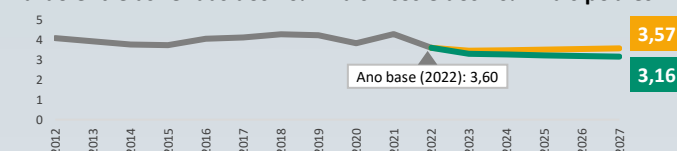
7 Indicadores-chave nacionais e metas

Taxa de extrema pobreza



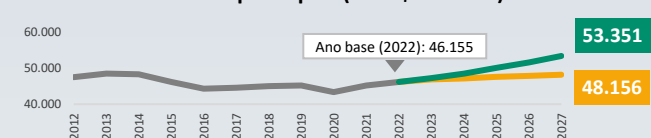
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF. Nota: Linha de US\$ 2,15 por pessoa por dia, convertida pelo fator de paridade do poder de compra de 2017.

Razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres



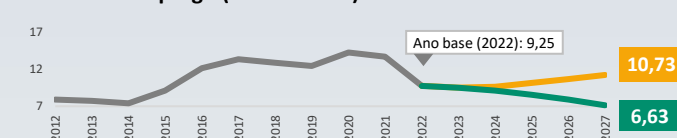
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Produto interno bruto per capita (em R\$ de 2022)



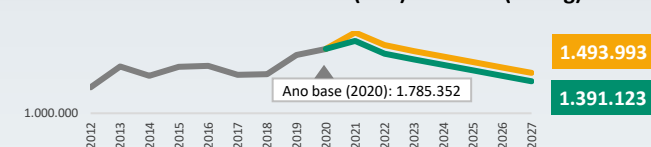
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Taxa de desemprego (média anual)



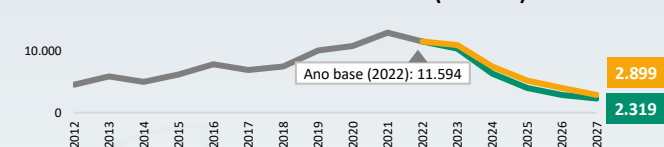
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil (em Gg)



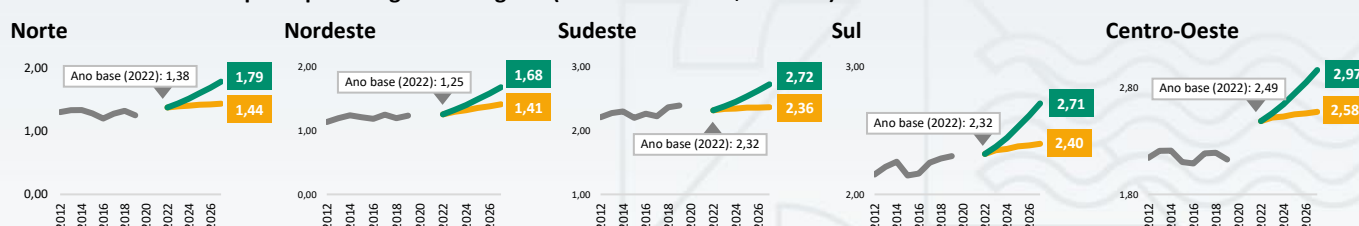
Fonte: Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene). Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.

Desmatamento anual no bioma Amazônia (em Km²)



Fonte: Portal TerraBrasilis/Inpe. Projeções elaboradas pelo MPO com base em informações do MMA.

Rendimento domiciliar per capita nas grandes regiões (em milhares de R\$ de 2022)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções elaboradas pelo MPO com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

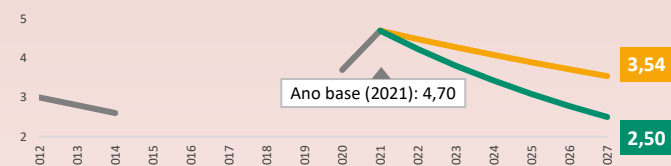
Eixo 1 | Desenvolvimento social e garantia de direitos

Objetivos estratégicos

- 1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social
- 1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)
- 1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes
- 1.4. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica
- 1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as suas formas de expressão
- 1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões
- 1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência
- 1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos
- 1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal
- 1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira
- 1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura
- 1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial
- 1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

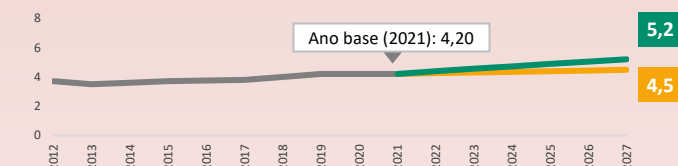
31 Indicadores-chave e metas | Indicadores selecionados

Prevalência da desnutrição (em % da população)



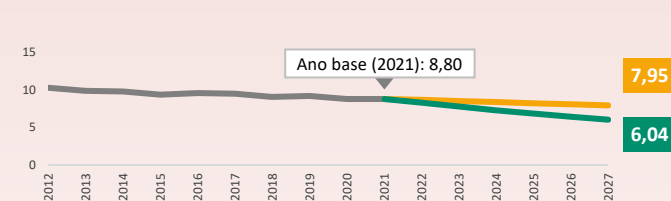
Fonte: FAO. Projeções MPO, com base em informações do MDS e estimativas do Ipea.

Ideb Ensino médio



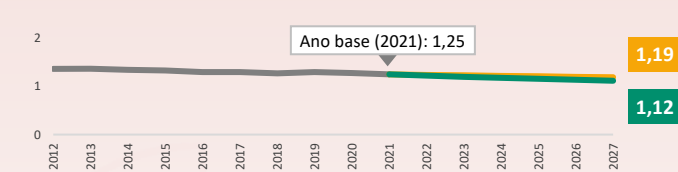
Fonte: Inep. Projeções MPO, com base em estimativas do MEC.

Taxa de mortalidade infantil neonatal



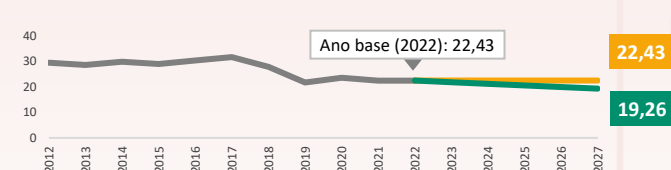
Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

Razão entre o rendimento médio do trabalho de homens e o rendimento médio do trabalho de mulheres



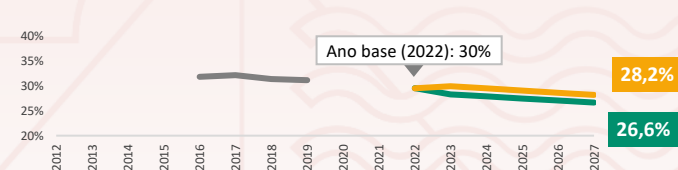
Fonte: IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes



Fonte: SIM/MS. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

Nota técnica dos indicadores e metas

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>



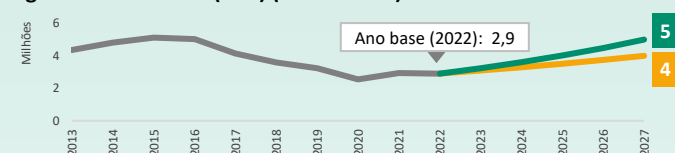
Eixo 2 | Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

Objetivos estratégicos

- 2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente
- 2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas
- 2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura
- 2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia
- 2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios
- 2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação
- 2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres
- 2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética
- 2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade
- 2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem
- 2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras
- 2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional
- 2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- 2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades
- 2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

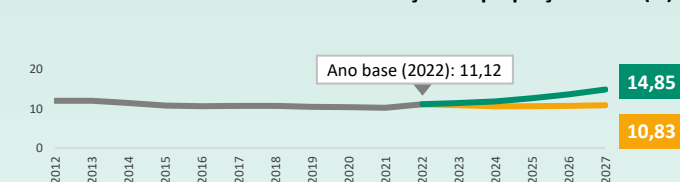
23 Indicadores-chave e metas | Indicadores selecionados

Número de famílias com cadastro ativo no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (em milhões)



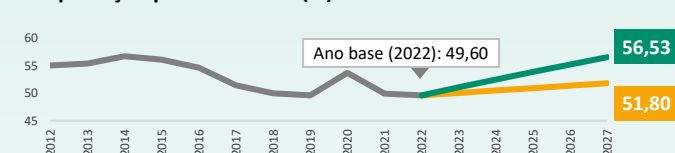
Fonte: Damei/SE/MDA. Projeções MPO, com base em estimativas do MDA.

Valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB (%)



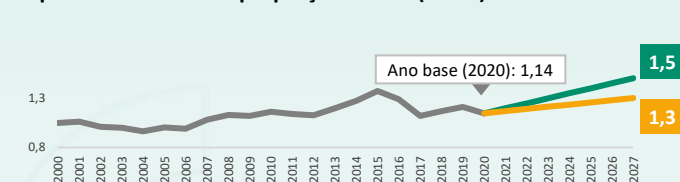
Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

População ocupada de 16 a 59 anos entre os 40% mais pobres com proteção previdenciária (%)



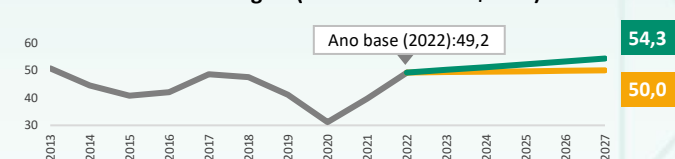
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Dispendio em P&D em proporção do PIB (em %)



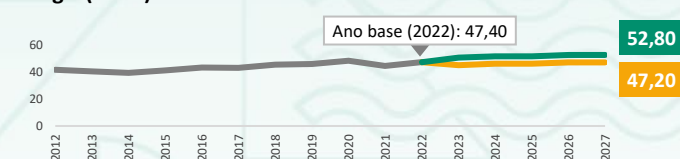
Fonte: SCNT/IBGE e SIAFI. Projeções MPO, com base em estimativas do MCTI.

Evolução das exportações de manufaturados de média-alta e alta intensidade tecnológica (em bilhões de US\$ FOB)



Fonte: Siscomex/MDIC. Projeções MPO, com base em estimativas do MDIC.

Participação das energias limpas e renováveis na oferta interna de energia (em %)



Fonte: Balanço Energético Nacional – EPE/MME. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

Nota técnica dos indicadores e metas

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>



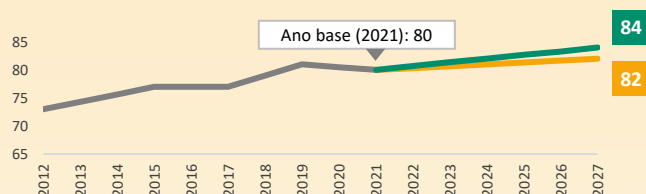
Eixo 3 | Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Objetivos estratégicos

- 3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social
- 3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional
- 3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população
- 3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais
- 3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado
- 3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos
- 3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

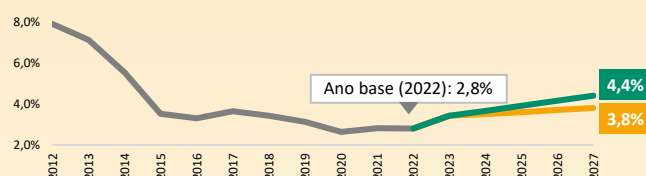
8 Indicadores-chave e metas | Indicadores selecionados

Open Budget Index (OBI)



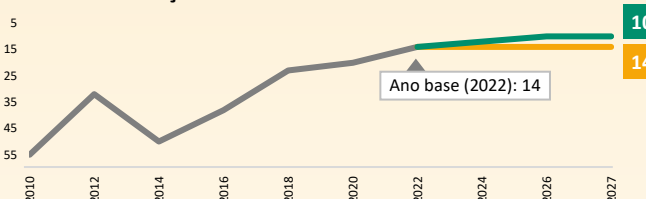
Fonte: International Budget Partnership. Projeções MPO, com base em estimativas da SOF.

Investimento Federal como proporção do Orçamento Federal (sem Operações Especiais)¹



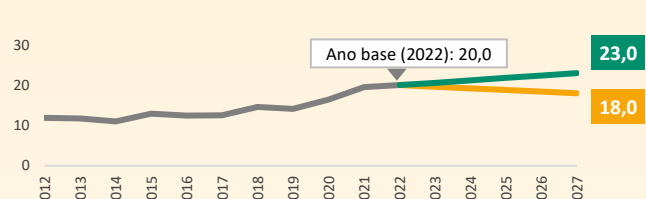
Fonte: Siop/MPO. Nota: ¹Não são computadas as Operações Especiais, inclusive as despesas com Juros e Encargos da Dívida (GND 2) e Amortização da dívida (GND 6). Exclui Reserva de Contingência (GND 9). Considera-se como Investimento Federal somente GND 4 - Investimentos, exceto Operações Especiais.

Posição do Brasil no Índice de Desenvolvimento de Governo Eletrônico das Nações Unidas



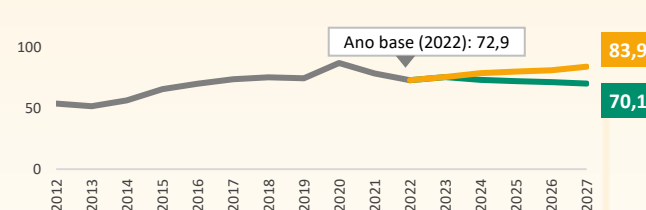
Fonte: UN E-Government Survey. Projeções MPO, com base em estimativas do MGISP.

Participação das exportações em proporção do PIB (em %)



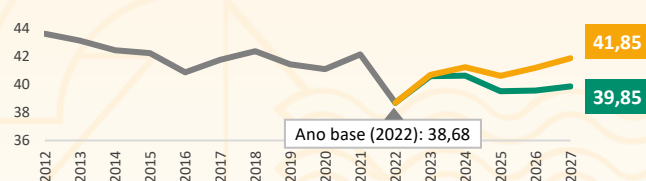
Fonte: SNCT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Dívida bruta do Governo Geral em proporção do PIB



Fonte: Bacen. Projeções MPO, com base em estimativas da STN/MF.

Percentual de arrecadação efetiva de tributos indiretos sobre a arrecadação total nas três esferas federativas



Fonte: STN/MF. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

Nota técnica dos indicadores e metas

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>



Prioridades e Agendas Transversais

Prioridades do governo



Combate à fome e redução das desigualdades



Educação básica



Saúde: atenção primária e especializada



Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda



Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)



Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática

Agendas Transversais



Programas do PPA

88 programas | 464 objetivos específicos, com indicadores e metas

Políticas sociais e de garantia de direitos

- Segurança alimentar e nutricional e combate à fome
- Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas
- Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais
- Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único
- Estruturação da Política Nacional de Cuidados
- Atenção primária à saúde
- Atenção especializada à saúde
- Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde
- Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde
- Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde
- Vigilância em saúde e ambiente
- Saúde indígena
- Educação básica democrática, com qualidade e equidade
- Educação profissional e tecnológica que transforma
- Educação superior: qualidade, democracia e sustentabilidade
- Direito à cultura
- Juventude: direitos, participação e bem viver
- Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparações de violações
- Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua
- Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa
- Promoção dos direitos das pessoas com deficiência
- Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+
- Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade
- Autonomia econômica das mulheres
- Igualdade de decisão e poder para mulheres
- Mulher: viver sem violência
- Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, sustentabilidade e enfrentamento da emergência climática
- Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas
- Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos
- Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo
- Juventude negra viva
- Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania
- Saneamento básico
- Cidades melhores
- Mobilidade urbana
- Moradia digna
- Periferia viva
- Segurança pública com cidadania
- Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas
- Esporte para a vida

Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

- Enfrentamento da emergência climática
- Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade
- Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios
- Qualidade ambiental na cidade e no campo
- Gestão de riscos e de desastres
- Agropecuária sustentável
- Defesa agropecuária
- Pesquisa e inovação agropecuária
- Abastecimento e soberania alimentar
- Agricultura familiar e agroecologia
- Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais
- Pesca e aquicultura sustentáveis
- Inovação nas empresas para uma nova industrialização
- Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação na economia internacional
- Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo
- Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social
- Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SINCTI
- Política nuclear
- Programa espacial brasileiro
- Oceano, Zona Costeira e Antártica
- Economia popular e solidária sustentáveis
- Promoção do trabalho decente, emprego e renda
- Energia elétrica
- Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis
- Transição energética
- Comunicações para inclusão e transformação
- Aviação civil
- Portos e transporte aquaviário
- Segurança viária
- Transporte ferroviário
- Transporte rodoviário
- Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre
- Turismo, este é o destino
- Desenvolvimento regional e ordenamento territorial
- Mineração segura e sustentável

Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania

- Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas
- Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia
- Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo
- Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento
- Cooperação da defesa para o desenvolvimento nacional
- Defesa nacional
- Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior
- Comunicação pública e governamental
- Sistema financeiro do futuro
- Transparência, integridade e enfrentamento à corrupção
- Segurança institucional
- Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos

Participação social na elaboração do PPA



Contribuições na Plataforma Brasil Participativo

Programas do PPA mais votados

1. Enfrentamento da emergência climática | 20.534
2. Atenção primária à saúde | 20.427
3. Atenção especializada à saúde | 18.786
4. Promoção do trabalho digno, emprego e renda | 16.316
5. Turismo, esse é o destino | 15.246

Propostas mais votadas por tema

1. Saúde | 360.740 votos e 1.225 propostas
2. Justiça e segurança pública | 193.828 votos e 322 propostas
3. Educação | 190.654 votos e 1.225 propostas
4. Direitos humanos e cidadania | 79.509 votos e 511 propostas
5. Desenvolvimento, indústria, comércio e serviços | 69.822 votos e 115 propostas

Resultados da participação social no PPA 2024-2027

Dimensão estratégica

Ajustes nas escolhas estratégicas:

- Visão de futuro
- Valores
- Diretrizes
- Temas dos eixos

Dimensão tática

Ajustes nas prioridades e nas políticas públicas:

- Prioridades do PPA
- Programas e objetivos específicos

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República



Mapa Estratégico do PPA 2024-2027



Acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/mapa-estrategico-do-ppa>

Capítulo 1

Inovações do PPA e participação social





1

Inovações do PPA e participação social

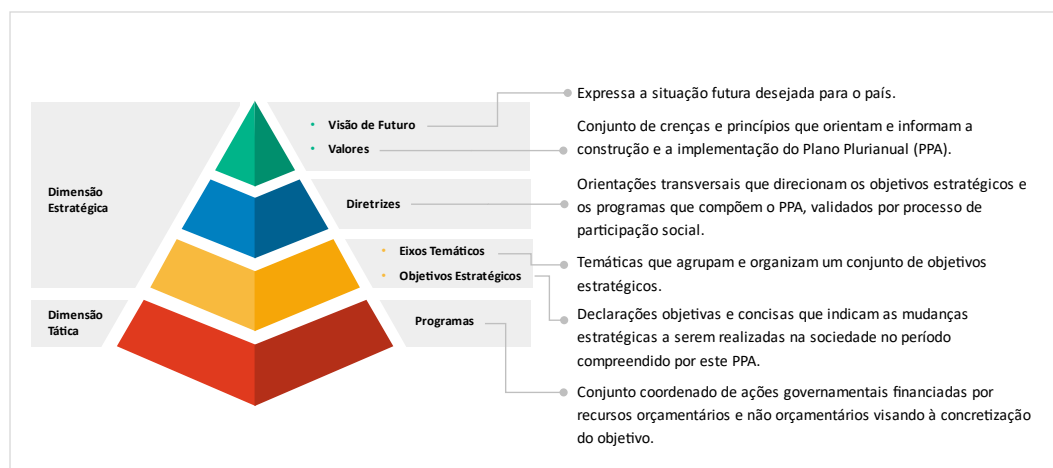
Nos últimos anos, observou-se a perda da relevância do planejamento público como importante função governamental do Estado brasileiro, o que gerou impacto negativo na capacidade de o governo fazer escolhas, implementar as políticas públicas, monitorar e avaliar os resultados alcançados. A recriação do Ministério do Planejamento e Orçamento e da Secretaria Nacional de Planejamento foi o primeiro e fundamental passo para a restauração desse relevante papel. O passo seguinte foi a elaboração do Plano Plurianual em novas bases.

O planejamento é uma das funções essenciais da governança no setor público. Por meio dele definem-se as estratégias e os rumos para o país. Sua elaboração parte de três grandes questões: i) onde estamos?; ii) aonde queremos chegar?; e iii) como vamos chegar lá?

O PPA, instituído como função pública pela Constituição Federal, é o instrumento de planejamento e de continuidade da ação estatal de médio prazo. Orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento, definidos para os quatro anos de sua vigência.

A dimensão estratégica apresenta a situação atual, a visão de futuro para 2027 e os principais eixos e desafios de orientação para a ação governamental. Já a dimensão tática detalha os meios para se alcançar a visão planejada a partir dos programas, com seus objetivos, indicadores, metas, entregas, investimentos plurianuais e medidas institucionais e normativas.

Figura 1. Dimensões do PPA 2024-2027



Fonte: Manual Técnico do PPA 2024-2027.

O processo de elaboração do PPA teve início em fevereiro de 2023 com a definição da metodologia, detalhada no Manual Técnico e no Guia de Elaboração do PPA 2024-2027¹, e com o alinhamento técnico de gestores do governo federal, envolvendo 1.400 participantes.

O passo seguinte, nos meses de março e início de abril, foi a elaboração da dimensão estratégica, com a proposta inicial de visão de futuro, valores, diretrizes, eixos e objetivos estratégicos, os quais foram posteriormente aprimorados com contribuições dos ministérios e da consulta pública.

Os quatro meses seguintes, de abril a julho, foram orientados ao detalhamento da dimensão tática e a realização da consulta pública do PPA.

Na dimensão tática, foram realizados dois ciclos de oficinas multidisciplinares, que envolveram diversos órgãos do governo, para definição dos programas, objetivos e seus detalhes. No total, foram realizadas 125 oficinas, que contaram com mais de 4.400 participantes.

Adicionalmente, foram realizadas três oficinas de alinhamento entre os objetivos e programas do PPA e os planos de desenvolvimento regional com Sudeco, Sudam e Sudene, com a participação de 273 pessoas.

Por fim, o mês de agosto foi dedicado à consolidação das informações e ajustes finais. Na dimensão estratégica, os ajustes finais foram realizados com base nas contribuições da consulta pública. Na dimensão tática, concluíram-se as análises de consistências dos programas e a incorporação das propostas provenientes da consulta pública.

Para além do aprimoramento técnico-metodológico, há neste ciclo relevante aprimoramento da dimensão democrática e participativa do PPA. A efetiva participação da

¹ Manual e Guia disponíveis em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>>.

sociedade é elemento fundamental da democracia. A restauração do Estado Democrático de Direito impõe ao Estado o dever de renovar e reforçar os espaços e instrumentos para a consolidação da participação social.

Assim, o PPA 2024-2027 também inovou ao se apresentar como um importante *locus* promotor da participação social na definição da visão de futuro, das diretrizes e dos objetivos que orientarão a ação do governo federal nos próximos quatro anos.

Este capítulo sintetiza as principais inovações deste PPA, no sentido de restabelecer a capacidade de planejamento e de atuação estratégica do governo federal e de reforçar o planejamento como instrumento de interlocução e controle social, possibilitando um maior alinhamento entre as ações de governo e as aspirações da sociedade. As principais mudanças incorporadas no PPA 2024-2027, descritas na sequência, estão estruturadas em três grandes propósitos: adensar a visão estratégica; fortalecer a orientação para resultados; e ampliar a transparência e a participação no processo de elaboração.

Adensar a visão estratégica

Três principais iniciativas se orientaram para o adensamento da visão estratégica: a elaboração de um diagnóstico retrospectivo, com olhar evolutivo e comparativo do desempenho do país; a inclusão da dimensão prospectiva na elaboração do PPA; e a definição de uma visão de futuro acompanhada de indicadores que monitorem o seu alcance.

A análise retrospectiva

O primeiro passo para a construção de uma boa visão de futuro é elaborar uma resposta consistente à seguinte questão: “onde estamos?”. Para se obter essa resposta foi necessário elaborar um panorama do quadro atual com ênfase em seus aspectos estruturais (essenciais, não circunstanciais), identificando-se os ativos, atuais ou potenciais, e os problemas ou gargalos subsistentes. Tal processo foi realizado com base em evidências e em métodos de análise quantitativa e qualitativa.

Esta síntese permitiu antecipar lacunas em relação às tendências e aos cenários futuros. A análise retrospectiva, por um período de, no mínimo, uma década, evitou o foco exclusivo na situação atual, cuja interpretação poderia estar condicionada por fenômenos recentes de natureza conjuntural. A compreensão e o distanciamento crítico são essenciais ao êxito de qualquer estudo para se embasar a construção do futuro.

O olhar prospectivo

Para se pensar o Brasil à frente e tomar as melhores decisões, é preciso ter consciência das principais transformações em curso no contexto mundial, de seus reflexos sobre a realidade brasileira e do que se pode vislumbrar como oportunidades e riscos para o país.

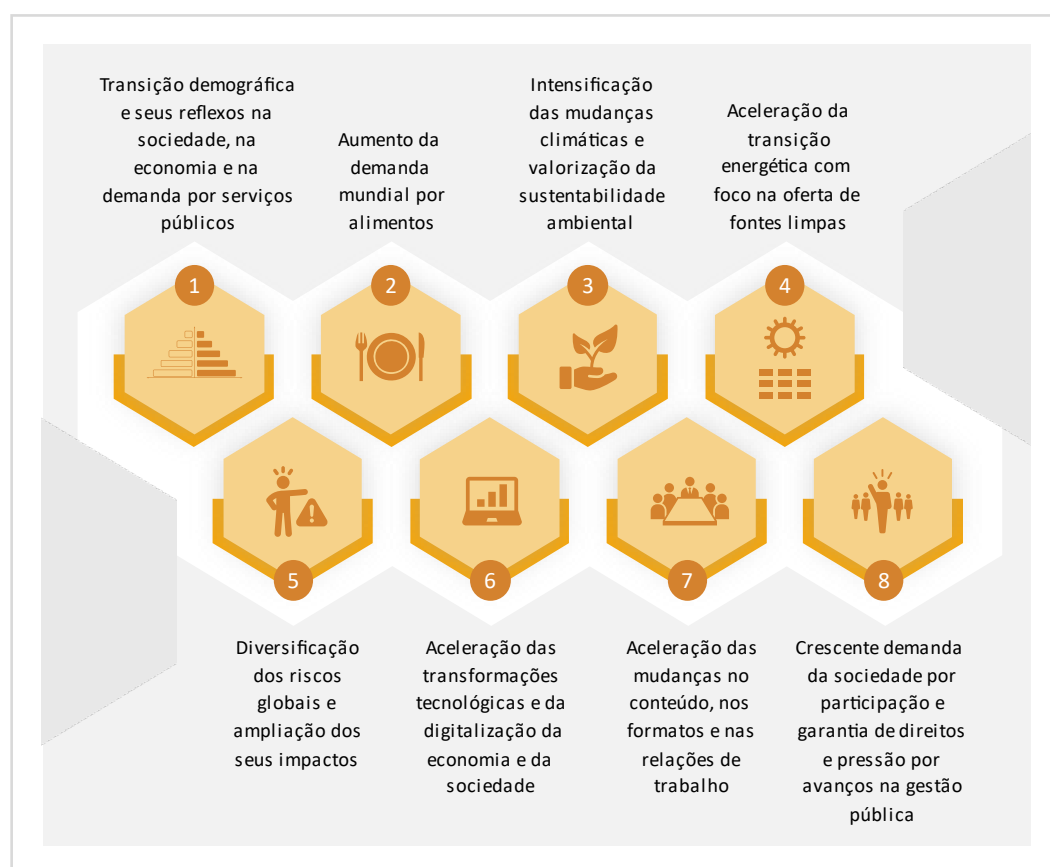
O futuro é incerto e múltiplo. Comporta inúmeras rupturas e discontinuidades, mas também alimenta processos e mudanças já em curso. Está em construção e se forma à luz dos movimentos de diversos atores sociais.

Alguns movimentos, percebidos como mais sólidos, antecipam grandes tendências – são as chamadas “megatendências”. Estas constituem fenômenos mundiais, também presentes em âmbito nacional, cuja direção está bem definida e visível o suficiente para se admitir que estarão presentes no período considerado.

As megatendências definem desafios – oportunidades ou ameaças – que precisam ser levados em consideração para a construção do futuro desejado. Temas como energia limpa, digitalização e envelhecimento populacional, entre outros, terão impacto relevante no futuro que se deseja construir para o Brasil.

As oito megatendências, elencadas em suporte ao adensamento da visão estratégica deste PPA, foram selecionadas a partir da revisão da literatura de diversos estudos de futuro mapeados em um esforço de síntese, de forma a compor um quadro não exaustivo, mas suficientemente amplo que permita avaliar seus desdobramentos para o Brasil e iluminar as estratégias dos próximos quatro anos.

Figura 2. Megatendências mundiais e nacionais



Fonte: Seplan/MPO e Macroplan. Prospectiva, Estratégia e Gestão, com base em estudos e publicações sobre o tema.

Visão de futuro

A visão de futuro apresenta o que se pretende e se pode alcançar no país ao longo dos próximos anos com a execução deste PPA. Constitui-se a referência para a estratégia de desenvolvimento a ser adotada, respondendo à pergunta: “aonde desejamos chegar em 2027?”.

A visão expressa uma antecipação da realidade que se espera alcançar, um futuro desejável e possível de ser construído por iniciativas dos atores públicos e privados e da sociedade e por atitudes e comportamentos dos brasileiros que geram mudanças econômicas, sociais, institucionais, ambientais e tecnológicas.

Este PPA inova ao consolidar a visão de futuro em um enunciado-síntese, que descreve a situação desejada até 2027. Esse enunciado-síntese é qualificado e quantificado por dois elementos: os atributos da visão, que se referem às características e elementos essenciais que compõem a situação desejada; e os indicadores-chave nacionais (*Key National Indicators* – KNI), que apoiam a mensuração do progresso em relação ao alcance da visão de futuro expressa.

A visão de futuro é complementada por um conjunto de valores, que são os princípios e as atitudes que embasam as decisões de governo no âmbito do PPA, e por um conjunto de diretrizes, que são as orientações que regulam o caminho a seguir, estabelecendo critérios que direcionam as ações para a superação dos desafios compreendidos no plano.

Fortalecer a gestão para resultados

Três principais iniciativas se orientaram para o fortalecimento da gestão para resultados: a definição de objetivos estratégicos associados a indicadores e a um sistema de metas em bandas; as Prioridades e as Agendas Transversais; e as medidas institucionais e normativas.

Objetivos estratégicos, indicadores e metas

A gestão para resultados exige que se avance para além das questões “onde estamos?” e “aonde pretendemos chegar?”. A questão que complementa as anteriores é “como vamos chegar lá?”.

O PPA também inova ao dar maior clareza às escolhas estratégicas e traduzir cada uma delas em objetivos estratégicos, com suas respectivas metas indicativas para 2027.

Articulados à visão de futuro e a seus atributos, foram definidos 35 objetivos estratégicos. Os objetivos definem o foco prioritário em cada um dos temas estratégicos selecionados para este PPA. Fornecem, portanto, orientação precisa para a construção dos programas a eles vinculados.

Para cada objetivo estratégico foram definidos indicadores e metas de resultados desejados. Nesse campo, há duas outras inovações. A definição de indicadores de resultados para os objetivos estratégicos e de um sistema de bandas para cada uma das metas desejadas.

Os indicadores de resultado – que somam 62 na camada estratégica deste PPA – buscam aferir mudanças na realidade socioeconômica observadas no médio prazo. Possuem uma relação mais direta com as políticas públicas executadas e estão vinculados aos objetivos estratégicos, com o intuito de orientar a elaboração dos programas e possibilitar o seu monitoramento.

Definir um valor exato para cada indicador de resultado na camada estratégica é, contudo, um exercício de enorme complexidade e com riscos associados. Os objetivos estratégicos, em geral, requerem a resolução de problemas multidimensionais, já que seus resultados são produtos das ações de diferentes atores, localizados nas diferentes áreas do governo, em outros níveis federativos, e/ou na sociedade. A maior parte desses atores não possui relação hierárquica direta.

Por outro lado, é preciso ancorar expectativas, mobilizar atores para o destino que se deseja alcançar e monitorar se as políticas estão produzindo os resultados desejados. O sistema de bandas oferece maior flexibilidade para lidar com fatores econômicos ou sociais imprevistos, ancora as expectativas dos atores sociais em torno da melhoria desejada com uma visão de médio prazo e permite o monitoramento de cada um dos objetivos estratégicos definidos.

Adensamento das Prioridades e das Agendas Transversais

Cabe destacar o fortalecimento de dois instrumentos, com a finalidade de ampliar a seletividade e a integração de esforços da ação pública, as Prioridades e as Agendas Transversais.

As seis Prioridades estabelecidas para o PPA 2024-2027 têm por objetivo garantir o direcionamento de ações concretas, de políticas e de programas para lidar com as questões mais críticas, tendo em vista a construção do futuro desejado para a promoção do progresso e do bem-estar da nação.

Essas Prioridades foram construídas a partir de dois elementos:

- I) As necessidades do país: escolhas estratégicas para os próximos quatro anos, considerando a visão de futuro e os objetivos estratégicos, bem como a análise da situação atual e a evolução do país nos últimos anos; e
- II) As demandas da sociedade: escolhas da população na consulta pública do PPA, levando-se em conta as contribuições dos Fóruns Interconselhos, das plenárias em todas as Unidades da Federação e da participação na plataforma Brasil Participativo, tanto na priorização dos programas quanto nas propostas apresentadas e votadas na plataforma.

As cinco Agendas Transversais encaminham problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva. As Agendas Transversais de políticas públicas são necessárias porque ajudam a abordar desafios complexos e interconectados que não podem ser resolvidos eficazmente por meio de abordagens setoriais ou isoladas, dado que possuem natureza transversal.

Essas agendas têm como objetivo integrar e coordenar ações em diferentes setores e níveis de governo para enfrentar questões que atravessam as fronteiras tradicionais da atuação setorial e requerem uma abordagem ampla e articulada para a superação de seus desafios. São políticas públicas integradas que combinam objetivos específicos, entregas e metas, criando condições para uma maior efetividade da ação governamental.

Medidas institucionais e normativas

Por fim, na camada gerencial do PPA, foi destacado um conjunto muito específico da ação governamental: as atividades normativas de caráter regulatório e de melhoria do ambiente de negócios ou de gestão.

As medidas institucionais e normativas são um atributo infralegal do PPA que declara atividades institucionais e normativas de caráter regulatório, de melhoria do ambiente de negócios ou de gestão, relevantes para o alcance de objetivos específicos ou do programa. Caracterizam-se por serem habilitadoras da ação pública, a exemplo de ações regulatórias, proposição ou ajustes em legislações específicas, ou por serem de gestão interna ao governo, a exemplo do desenvolvimento de cadastros de beneficiários e sistemas informatizados que apoiam a gestão e não estão disponíveis ao público em geral.

Participação social

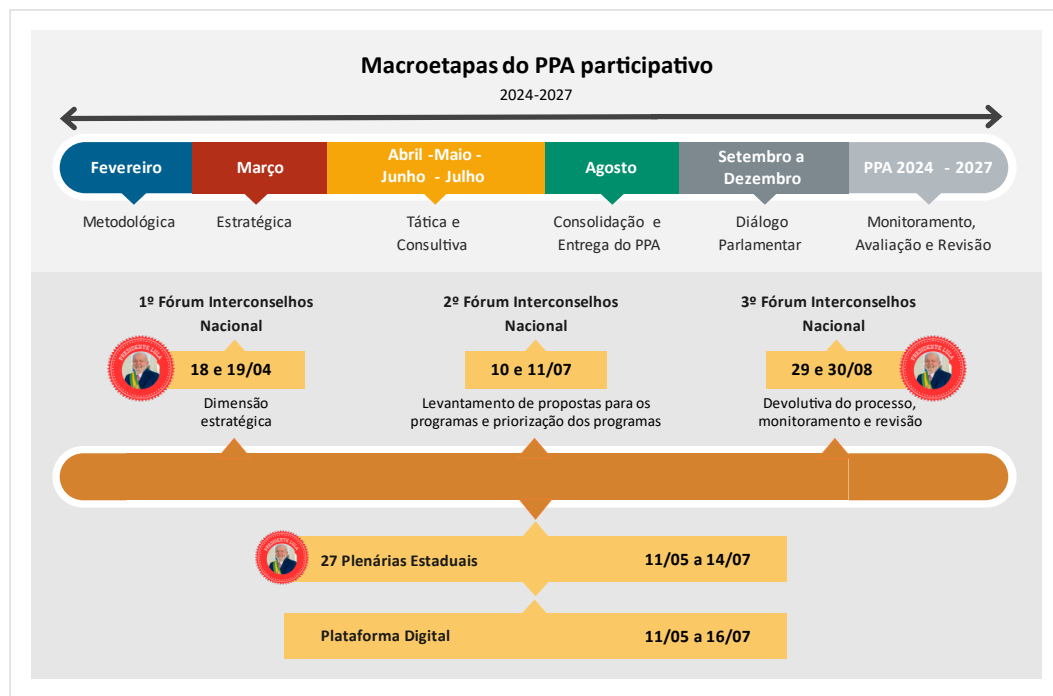
A mais ampla participação social da história do Brasil na elaboração de uma lei do ciclo orçamentário para o governo federal foi construída com as mãos do povo, de maneira articulada entre o presencial e o digital: plenárias, encontros, debates e votação pela internet. A população participou de várias maneiras e o resultado é um PPA participativo. É o Plano Plurianual 2024-2027, que será o guia para o governo nos próximos quatro anos, determinando para onde vão os recursos públicos da União.

Essa construção coletiva pela população e pelo governo envolveu a cidadania brasileira, as organizações, redes e movimentos sociais, conselhos e entidades representativas em um amplo esforço de participação social, de escuta e de diálogo sobre o futuro do nosso país.

Esse processo começou em abril de 2023 com a primeira reunião do Fórum Interconselhos, um espaço qualificado de diálogo, composto por mais de 300 representantes de conselhos que atuam em todo o território nacional. Esse foi o primeiro passo de uma

caminhada que seguiu para todos os estados e o Distrito Federal com a realização das plenárias estaduais, que reuniram mais de 34 mil participantes. Essa mobilização aconteceu pelo país afora com plenárias e reuniões territoriais e setoriais, potencializadas pela plataforma digital Brasil Participativo, que alcançou 4 milhões de usuários.

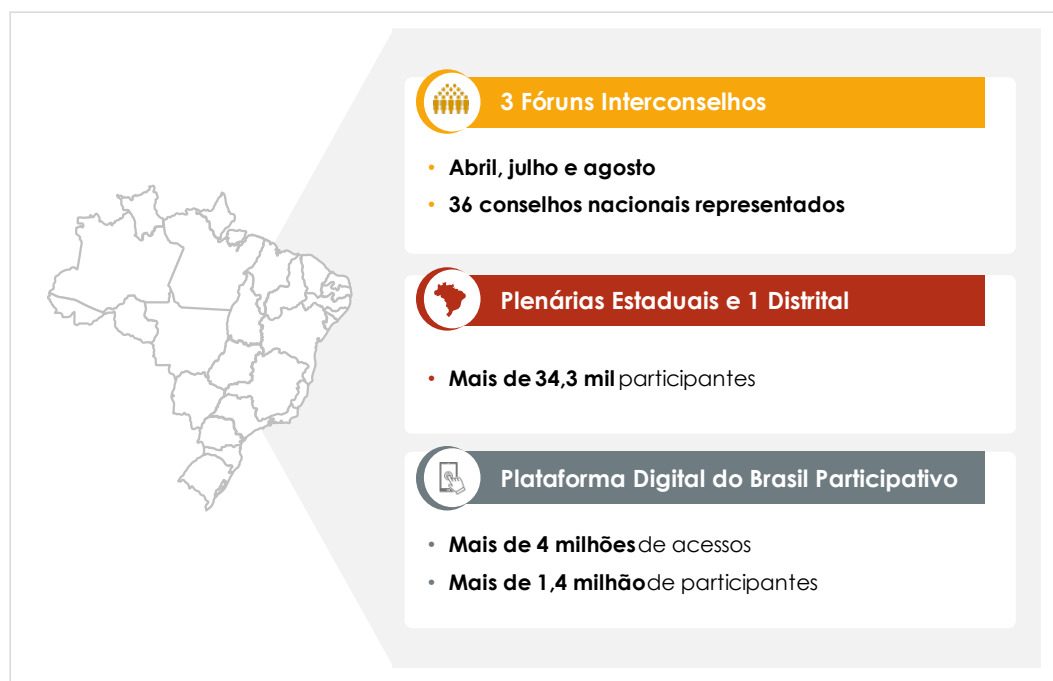
Figura 3. Etapas do PPA participativo



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

O processo do PPA participativo foi construído em três dimensões que se conectam e retroalimentam: I) o Fórum Interconselhos, que articulou os diferentes conselhos nacionais de políticas públicas; II) as 26 plenárias estaduais e uma plenária distrital, que mobilizaram mais de 34 mil pessoas; III) a plataforma digital Brasil Participativo, que permitiu às pessoas priorizar programas, cadastrar propostas, mobilizar apoios, expressando essas escolhas com o voto na plataforma.

Figura 4. Instâncias de participação social no PPA



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

O PPA participativo também foi um importante instrumento para fortalecer o processo de reconstrução da participação social no país. Um esforço que envolveu a criação do Conselho de Participação Social, a retomada do Fórum Interconselhos e a viabilização do Sistema de Participação Social. O compromisso da organização da participação social foi levado para todo o governo federal com a constituição de assessorias de participação social e diversidade em todos os ministérios, a criação e recriação de conselhos de políticas públicas e a retomada das conferências nacionais.

O primeiro encontro do Fórum Interconselhos no processo do PPA participativo foi realizado nos dias 18 e 19 de abril de 2023, com a participação de representantes de 29 conselhos e comissões nacionais. Foi um momento de debate e apresentação de propostas para os enunciados da visão de futuro e seus atributos, valores e diretrizes, eixos e temas prioritários da dimensão estratégica do PPA. Foram encaminhadas para análise e incorporação no PPA 291 propostas, sendo 31 propostas para ajustes na visão de futuro 2027 e seus atributos, 84 propostas para ajustes nos valores e nas diretrizes e 176 propostas para ajustes nos temas dos eixos.

No segundo encontro, realizado nos dias 10 e 11 de julho, com a participação de representantes de 36 conselhos e comissões nacionais, o Fórum Interconselhos acolheu e debateu a devolutiva das propostas apresentadas no encontro de abril e se debruçou sobre a dimensão tática do PPA com seus programas, objetivos, indicadores e metas. Os conselheiros analisaram as propostas mais votadas na plataforma Brasil Participativo e apresentaram novas proposições considerando o acumulado das discussões realizadas pelos respectivos conselhos e conferências.

O Fórum Interconselhos teve ainda um terceiro encontro no âmbito da elaboração do Plano Plurianual, realizado nos dias 29 e 30 de agosto, momento em que foi apresentada a devolutiva da análise e incorporação da participação social no PPA e de delineamento do processo de acompanhamento e monitoramento pela sociedade civil da execução do Plano, em conformidade com o previsto no projeto de lei.

Com o seu papel de estabelecer o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, recriado no processo de elaboração do PPA, o Fórum Interconselhos acompanha as políticas públicas e os programas governamentais e faz recomendações para aprimorá-los, em especial, no que diz respeito à sua intersetorialidade e transversalidade. Para o Fórum Interconselhos convergiram os esforços de recriação e reformulação dos conselhos nacionais, ao acolher a sociedade civil na construção desta esfera pública de diálogo e negociação com o governo, após um período de desmobilização e desmonte dessas instâncias fundamentais da participação social nas políticas públicas.

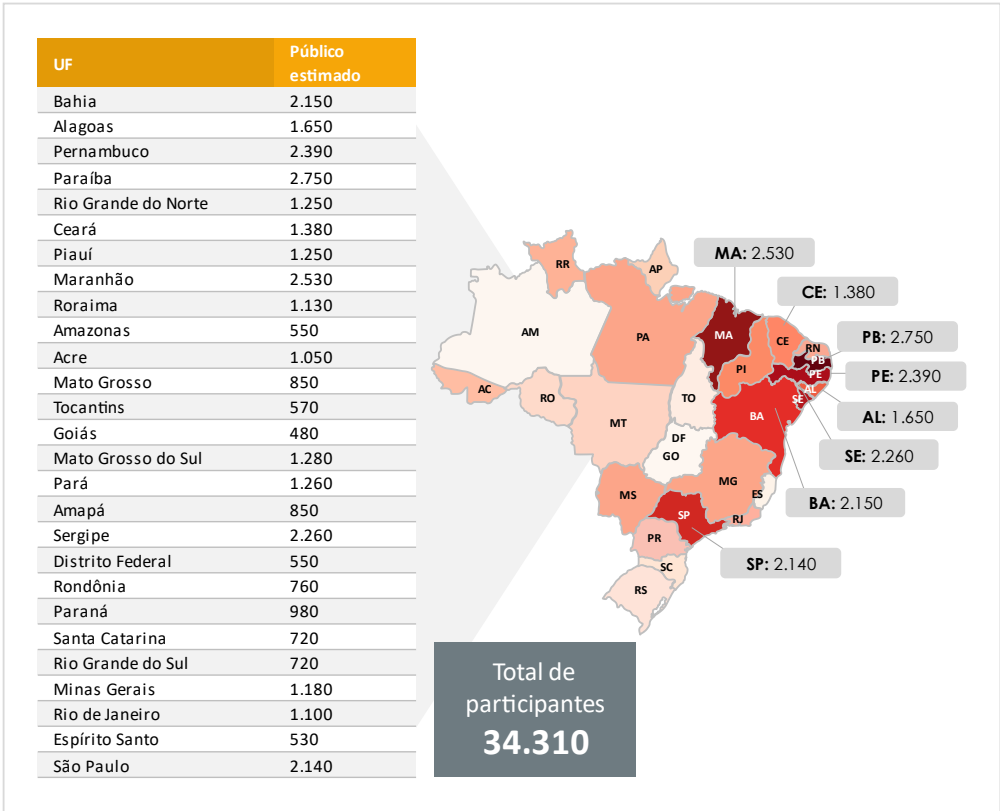
No período entre 11 de maio e 14 de julho de 2023, foram realizadas 26 plenárias estaduais e uma distrital, com os objetivos de: mobilizar a sociedade civil de cada estado para o PPA participativo; informar sobre o processo de inscrição, apresentação de propostas e votação dessas propostas na plataforma digital; e incentivar reuniões para receber, debater e elaborar essas propostas, ouvir suas defesas e realizar sua votação.

Com a participação aberta aos representantes da sociedade civil membros de conselhos estaduais e municipais; representantes de movimentos sociais; e representantes de organizações/entidades da sociedade civil, as plenárias foram acompanhadas por ministros de Estado, governadores, prefeitos e representantes do Poder Legislativo em todas as Unidades da Federação. Com mais de 34 mil participantes, as plenárias constituíram momentos de ampla participação social e de diálogo entre a sociedade e o governo na elaboração do Plano Plurianual.

Nessas plenárias foram apresentadas e defendidas, diretamente por representantes da sociedade civil, centenas de propostas, incorporadas à plataforma Brasil Participativo para votação. Nesse processo de participação popular das plenárias estaduais, os movimentos sociais, populares e os cidadãos organizaram, em seus municípios e também setorialmente, inúmeras assembleias e/ou reuniões livres, presenciais e digitais, autogestionárias da sociedade, construindo coletivamente propostas que foram cadastradas e votadas na plataforma Brasil Participativo antes, durante e depois das plenárias estaduais.

Nas plenárias, 309 movimentos/organizações da sociedade civil utilizaram a palavra para, diante dos representantes do governo federal, apresentar e/ou defender propostas para o PPA. Cabe destacar a participação de movimentos e organizações representativos das mulheres, da juventude, do campo, sindical e LGBTQIA+. Todas as plenárias foram gravadas e transmitidas por diversas plataformas digitais permitindo, por um lado, a ampliação do acesso da cidadania às plenárias e, por outro, a criação de uma memória de todo o processo realizado. Com isso, foi possível levar a participação direta da cidadania de maneira presencial, integrada ao digital, para os municípios que compõem a base territorial dos estados e do país.

Figura 5. Plenárias estaduais



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

O Brasil Participativo é a maior experiência de participação digital do governo federal. Com a marca histórica de mais de 4 milhões de participantes, a plataforma recebeu milhares de propostas e votos que contribuíram ativamente com o planejamento governamental.

Para chegarmos a esses resultados, vimos amplas mobilizações por parte da sociedade convocando votos para as suas propostas, a partir do engajamento digital de conselhos participativos e de redes diversas de comunicadoras(es), ativistas, parlamentares, movimentos sociais e influenciadoras(es). Ao mesmo tempo, o governo viveu ativamente a participação, com o engajamento das assessorias de participação social e diversidade e as assessorias de comunicação em cada ministério.

O projeto da plataforma digital foi desenvolvido em software livre. O fato de ter sido desenvolvido em código aberto e gratuito permitiu a participação de uma vasta comunidade de desenvolvedoras e desenvolvedores, que colaboraram não só com o desenvolvimento da tecnologia, mas também com o processo participativo da sociedade. A plataforma digital, que teve no Decidim a plataforma base para a sua criação, potencializou a estratégia de participação social por meio digital ampliando as possibilidades da participação cidadã. Temos orgulho de dizer que fizemos história com o PPA participativo, que se tornou a maior experiência de participação na internet brasileira já realizada pelo governo federal.

Figura 6. Plataforma Brasil Participativo



Fonte: Secretaria-Geral da Presidência da República.

Dos 88 programas do PPA, 28 foram priorizados para serem votados pela sociedade no processo do PPA participativo. Os cinco programas mais votados na plataforma Brasil Participativo foram: 1) Enfrentamento da emergência climática, com 20.534 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 56,13% dos votos, e entre as mulheres, com 58,39% dos votos; 2) Atenção primária à saúde, com 20.427 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 35,39% dos votos, e entre as mulheres, com 68,31% dos votos; 3) Atenção especializada à saúde, com 18.786 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 34,04% dos votos, e entre as mulheres, com 69,36% dos votos; 4) Promoção do trabalho digno, emprego e renda, com 16.316 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 45,10% dos votos, e entre as mulheres, com 54,81% dos votos; e, 5) Turismo, esse é o destino, com 15.246 votos, com destaque de votação na Região Sudeste, com 85,88% dos votos, e entre as mulheres, com 60,60% dos votos.

Foram cadastradas 8.254 propostas na plataforma, que receberam mais de 1,5 milhão de votos, com destaque para as propostas apresentadas nos temas da saúde com 360.740 votos; justiça e segurança pública com 193.828 votos; educação com 190.654 votos; direitos humanos e cidadania com 79.509 votos; desenvolvimento, indústria, comércio e serviços com 69.822 votos; e meio ambiente e mudança do clima com 66.946 votos.

Para orientar o processo de análise e incorporação da participação social no PPA 2024-2027, foram realizadas reuniões de trabalho envolvendo todos os ministérios, e os relatórios da participação social foram encaminhados com orientações tendo em vista a maior incorporação possível das propostas prioritárias. As 50 propostas mais votadas no geral e as 20 mais votadas em cada um dos 37 ministérios foram enviadas para análise e incorporação ao PPA, totalizando 814 propostas.

Nesse processo inicial de incorporação já foi possível identificar 528 propostas adequadas ao escopo do PPA. Destas, 76,5% já foram incorporadas aos atributos do PPA, sendo 58% de forma integral, 14% de forma parcial e 4% estão em avaliação, sob alguma condição de estudo e análise técnica. Esse minucioso processo de análise e de incorporação é

demonstração do nosso compromisso governamental com o processo de reconstrução da democracia e valorização da participação social na implementação das políticas públicas. Um processo que está apenas iniciando e que continuará ao longo da tramitação do Projeto de Lei no Congresso Nacional e na implementação, no monitoramento, na avaliação e na revisão do Plano.

Além disso, vale ressaltar que as mais de oito mil propostas, acolhidas na plataforma Brasil Participativo e emanadas do Fórum Interconselhos, constituem riquíssimo acervo para a agenda de políticas públicas, objeto de diálogo permanente do governo com os movimentos sociais, conselhos e sociedade civil. Uma agenda positiva de participação na construção de políticas públicas com participação social a ser conduzida pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Assessorias de Participação e Diversidade e Conselho de Participação Social, que constituem as novas institucionalidades da política de participação social no governo federal.

Após árduos anos de enfraquecimento do direito à participação social, o PPA participativo mostrou que as portas da participação social estão abertas novamente e que o povo brasileiro é muito bem-vindo para entrar e construir com o governo. Só assim vamos conquistar o país com que sonhamos: um Brasil com a cara do seu povo.

Capítulo 2

Dimensão Estratégica

2.1 Análise situacional e retrospectiva do Brasil

2.2 Tendências mundiais e nacionais

2.3 Cenário macroeconômico e fiscal para o período 2024-2027

2.4 Visão de futuro 2027, valores e diretrizes, indicadores-chave nacionais e metas

2.5 Eixos temáticos e objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas



2.1

Análise situacional e retrospectiva do Brasil

Passivos sociais e agendas emergentes

Para definir as prioridades do governo nos próximos quatro anos e tomar as melhores decisões, é preciso, inicialmente, ter um olhar retrospectivo sobre a evolução recente, analisando nossas fragilidades, os passivos históricos relacionados às diferenças regionais, de gênero e de raça, e os ativos construídos ao longo dos anos pela ação de inúmeros atores. Este capítulo busca sintetizar a situação dos principais indicadores socioeconômicos do Brasil, tendo em vista fornecer uma visão de conjunto, de caráter executivo, útil ao adensamento da reflexão estratégica necessária ao processo de planejamento.

Após décadas de avanços em indicadores sociais, os últimos anos foram marcados por impactos da crise econômica e pandêmica que comprometeram em alguma medida os avanços na agenda social. Assim, o projeto de desenvolvimento deve recolocar a redução da pobreza e das desigualdades, a valorização da democracia e do meio ambiente e o respeito às diversidades como prioridades das políticas públicas.

A trajetória de melhoria dos indicadores sociais observada no Brasil no início dos anos 2000 foi interrompida, a partir de 2015, por diversos fatores econômicos e políticos. A taxa de extrema pobreza, que até 2014 vinha registrando queda, apresentou aumento nos quatro anos subsequentes. Entre 2019 e 2020, verificou-se queda, explicada pelas transferências do Auxílio Emergencial. Em 2021 o índice tornou a crescer, atingindo o maior valor da série, 9,2% da população brasileira, caindo novamente em 2022 para

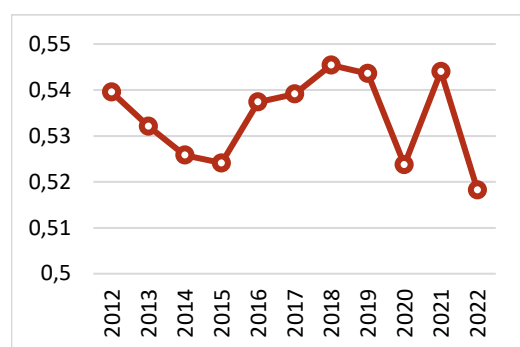
6,0%.² Houve grande aumento da prevalência da insegurança alimentar severa, que passou de 1,9% da população total em 2014-2016 para 7,3% em 2019-2021, sendo que o Brasil teve o maior crescimento entre os países da América do Sul.³

A renda domiciliar per capita registrou um pequeno aumento de 2% entre 2012 e 2022.⁴ A trajetória na década foi marcada por quedas fortes em dois momentos: em 2015-2016, com a crise econômica e a piora do mercado de trabalho; e em 2020-2021, com a crise provocada pela pandemia de covid-19. A renda per capita mensal do Brasil em 2022 foi de R\$ 1.586, sendo que na Região Nordeste foi de R\$ 1.011, próximo da metade da verificada nas regiões Sul (R\$ 1.927) e Sudeste (R\$ 1.891). Apesar de oscilações ao longo da década, essa razão ficou praticamente estável entre 2012 e 2022.

A década de 2012 a 2022 também foi marcada por oscilações na desigualdade de renda. O Índice de Gini, em tendência de alta desde 2015, apontou estabilidade entre 2018 e 2019, para, em seguida, em 2020, registrar uma forte queda devido às transferências de renda voltadas à mitigação dos efeitos da pandemia de covid-19. Ainda que, em 2021, tenha crescido novamente, em 2022, o índice diminuiu para 0,518, o menor valor da série.⁵

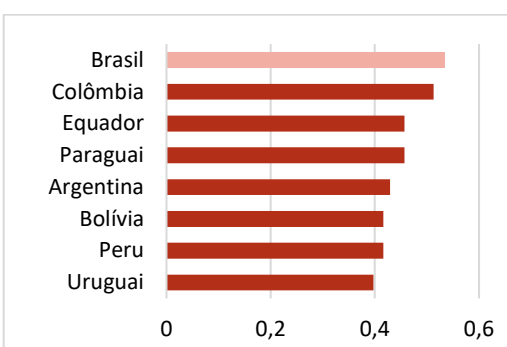
O Brasil está entre os países com maior desigualdade do mundo, perdendo até mesmo para outros países da América Latina com renda média alta,⁶ como Argentina (0,429) e Uruguai (0,397).⁷

Gráfico 1. Evolução do Índice de Gini do Brasil



Fonte: Pnad Contínua.

Gráfico 2. Índice de Gini (2019)



Fonte: Banco Mundial.

A busca pela diminuição das desigualdades e da melhoria da qualidade de vida deve levar em consideração os passivos históricos relacionados às diferenças de gênero e de raça, tendo em vista maior igualdade de oportunidades e de acesso ao mercado de trabalho. A taxa de participação de mulheres no mercado de trabalho em 2022 foi de 53%, quase 20 pontos inferior à dos homens. Já a taxa de desemprego entre mulheres foi de 11,5% no

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Linha de pobreza de US\$ 2,15/dia (PPC 2017).

³ Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0639en/online/sofi-2022/annexes1_a.html>. Acesso em: 02/04/2023.

⁴ Pnad Contínua/IBGE.

⁵ Pnad Contínua/IBGE.

⁶ O Brasil é classificado como um país de renda média alta por organismos internacionais.

⁷ Banco Mundial.

mesmo ano, enquanto a dos homens foi de 7,5%. Em relação aos rendimentos do trabalho, a renda média das mulheres, em 2022, foi 21% inferior à dos homens. Trata-se de uma diferença expressiva e persistente (em 2012, esse diferencial era de 22%), considerando que a escolaridade média das mulheres é mais elevada que a dos homens.

No tocante às diferenças por cor ou raça, em 2022 os pretos e pardos tiveram rendimentos médios do trabalho cerca de 40% inferiores aos dos brancos. A taxa de desemprego entre os negros, de 10,9% em 2022, foi 3,6 p.p. superior à dos brancos. Considerando a interseccionalidade de gênero e raça, nota-se que a situação é ainda mais desfavorável para mulheres negras, que possuem mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho, o que se confirma pela taxa de desemprego de 13,9% em 2022, a mais alta entre os grupos.

As diferenças são enormes também quando observamos os indicadores das camadas mais pobres da população. O desemprego dos 40% mais pobres chegou a 21,9% em 2022, mais que o dobro da média brasileira. Além do desemprego elevado, quando ocupadas, 61,5% das pessoas se encontravam na informalidade, medida pela cobertura previdenciária – 25 p.p. superior à taxa média brasileira.⁸

As flutuações dos indicadores de pobreza e desigualdade foram acompanhadas por avanços lentos e persistência das desigualdades nos principais indicadores de educação, saúde e segurança.

Começando pela educação: em 2022, a escolaridade média da população de 25 anos ou mais no Brasil era de 9,9 anos de estudo, o que significa um acréscimo de 1,3 ano em relação ao verificado em 2012 (8,6 anos). Contudo, a média observada no Nordeste ainda era de 8,6 em 2022, ou seja, dois anos abaixo da média do Sudeste (10,6).⁹ Na comparação internacional, ainda estamos com nível inferior ao de outros países da América Latina, como Chile (10,9 anos em 2019) e Argentina (10,1 anos em 2019).¹⁰

Houve grandes avanços em termos de acesso ao sistema educacional. Em 2022, a taxa de escolarização já alcançava 99,4% das crianças entre 6 e 14 anos e 92,2% dos jovens de 15 a 17 anos. Os percentuais, porém, são bem inferiores quando se analisa a taxa de conclusão: 79,7% dos jovens de 16 anos finalizaram o ensino fundamental e 65,9% dos jovens de 19 anos concluíram o ensino médio.¹¹

Mesmo com os inegáveis avanços em termos de acesso, a qualidade da educação brasileira é um dos obstáculos ao aumento da produtividade do trabalho, com efeitos sobre o crescimento econômico e o bem-estar. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) evoluiu lentamente no período de 2011-2021 e foi afetado pela pandemia na última aferição. Em 2021, o Ideb do ensino fundamental I foi de 5,8 pontos, 0,8 ponto acima da nota de 2011 e 0,1 ponto abaixo da de 2019. No ensino fundamental II, o Ideb alcançou

⁸ Pnad Contínua/IBGE.

⁹ Pnad Contínua/IBGE

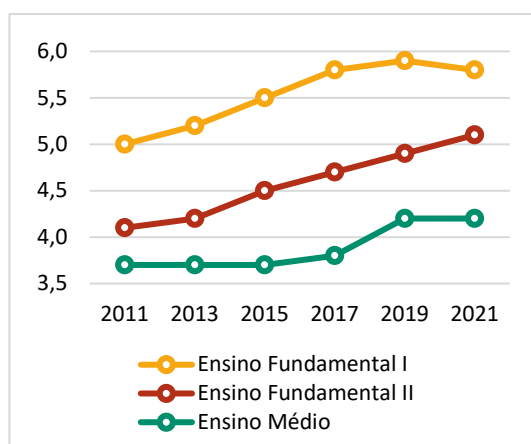
¹⁰ Human Development Reports 2021 (UNDP). Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/2021-22_HDR/HDR21-22_Statistical_Annex_HDI_Table.xlsx>. Acesso em: 06/12/2022.

¹¹ Pnad Contínua/IBGE.

5,1 pontos, 1 ponto acima de 2011 e 0,2 ponto acima de 2019. O desafio é ainda maior no ensino médio, que registrou em 2021 um Ideb de apenas 4,2, sendo o mesmo de 2019 e 0,5 ponto superior ao de 2011.

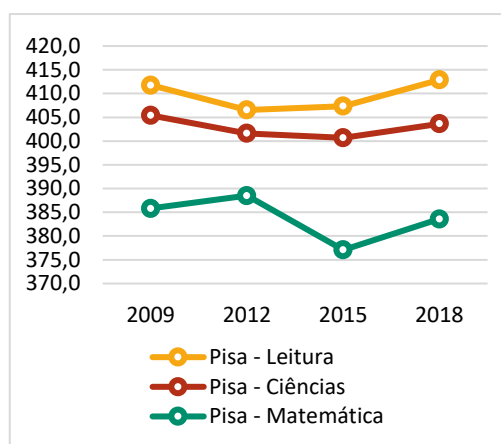
A defasagem brasileira em termos de qualidade da educação se evidencia nos exames internacionais. O último Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia o desempenho dos estudantes na faixa etária de 15 anos, aponta que o Brasil ocupou, em 2018, a 70ª posição em Matemática, a 57ª posição em Leitura e a 66ª posição em Ciências em uma lista de 79 países. O percentual de estudantes brasileiros em níveis muito baixos de aprendizado nas três disciplinas avaliadas (abaixo do Nível 2) é de 43,2%, mais do que o triplo da média da OCDE (13,4%).¹²

Gráfico 3. Ideb – Brasil, rede total



Fonte: Inep.

Gráfico 4. Nota do Brasil no Pisa



Fonte: OCDE.

Ademais, não podemos esquecer o passivo referente ao analfabetismo de jovens e adultos, embora tenha havido avanços nas últimas décadas. Em 2022, o analfabetismo persistiu em vários estados, sobretudo no Nordeste, que detém uma taxa média de 11,7%, cerca de cinco vezes a taxa do Sul (2,3%) e do Sudeste (2,9%). A taxa brasileira observada em 2022 foi de 5,6%, indicando uma queda de 3,1 p.p. em relação à de 2012 (8,7%).¹³ Mesmo com essa melhoria, o índice do Brasil em 2022 foi bastante superior ao da Argentina (1,0%) e do Uruguai (1,3%) em 2018.¹⁴

Avançar na qualidade da educação e na atratividade da escola é essencial para uma melhor inserção dos jovens no mundo do trabalho. Um indicador que deve ser considerado para enfrentar a situação de vulnerabilidade dos jovens se refere à proporção de pessoas de 15 a 24 anos que não trabalham e não estudam (nem-nem). No Brasil, essa proporção foi de 20% em 2022, um nível semelhante ao verificado em 2012. Em 2020, durante a

¹² Todos pela Educação.

¹³ Pnad Contínua/IBGE.

¹⁴ World Development Indicators (Banco Mundial). Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicador/SE.ADT.LITR.ZS>>. Acesso em: 06/12/2022.

pandemia, alcançou-se o pico de 26,0%.¹⁵ Na comparação internacional, em 2021 o índice do Brasil superou o da América Latina e o Caribe (21,3%) e o dos países da OCDE (14,8%).¹⁶

Os jovens são mais atingidos pela violência, sendo os pretos e pardos as maiores vítimas no Brasil. Em 2021, o Brasil alcançou uma taxa de 22,5 homicídios por 100 mil habitantes. Mais da metade dessas vítimas tinham entre 15 e 29 anos, sendo que 81% dos jovens vítimas de homicídios eram pretos e pardos. A taxa de homicídios no país em 2021 apresentou uma redução de 18%, se comparada à de 2010 (27,2).¹⁷ Sob uma perspectiva internacional, utilizando a taxa de 2020 como comparação, foi mais de oito vezes maior que a dos países da OCDE (2,6 homicídios por 100 mil habitantes).¹⁸ A taxa observada em 2021 também superou a média mundial (6,0), bem como os níveis de países da América do Sul, como a Argentina (5,0) e o Chile (4,0).¹⁹

A elevada mortalidade por causas externas é um dos fatores que explicam a defasagem brasileira em termos de esperança de vida ao nascer em relação aos países desenvolvidos. A expectativa de vida no Brasil projetada para 2021 foi de 77 anos,²⁰ 3,1 anos a mais que em 2010. No contexto internacional, a situação do país em 2019, antes da pandemia, apresentou quase cinco anos médios a menos que os países-membros da OCDE, porém dois anos a mais do que a média dos países da América Latina e valor semelhante à média dos países de renda média alta.

Outro desafio para elevar a expectativa de vida do país aos níveis das nações desenvolvidas refere-se à redução da mortalidade infantil. A taxa de mortalidade infantil no Brasil diminuiu de 13,9 por mil nascidos vivos, em 2010, para 11,9, em 2021.²¹ Nesse tema fica visível a maior vulnerabilidade dos indígenas, entre os quais a taxa de mortalidade infantil, em 2022, foi de 19,0 por mil nascidos vivos.²²

A comparação internacional da mortalidade infantil até 5 anos mostra que no Brasil houve diminuição de 18,6, em 2010, para 14,4, em 2021. Nesse último ano, a taxa de mortalidade infantil no país era maior do que a média dos países da OCDE (6,5) e dos países de renda média alta (11,8), porém inferior à média dos países da América Latina (15,9).²³ Vale notar que o avanço com a diminuição da mortalidade infantil até 5 anos foi mais lento do que nos outros recortes de comparação internacional.

¹⁵ Pnad Contínua/IBGE.

¹⁶ Banco Mundial.

¹⁷ MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Considera os códigos CIDs 10: X85-Y09 (agressão) e Y35 (intervenção legal).

¹⁸ OECD Better Life Index. Disponível em: <<https://www.oecdbetterlifeindex.org/topics/safety/#:~:text=According%20to%20the%20latest%20OECD,for%20the%20most%20recent%20data>>. Acesso em: 02/12/2022.

¹⁹ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/VC.IHR.PSRC.P5>>. Acesso em: 11/08/2023

²⁰ Projeções realizadas em 2018, portanto sem incorporar o efeito da pandemia de covid-19. IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9126-tabuas-completas-de-mortalidade.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 06/12/2022.

²¹ Taxa de Mortalidade Infantil em menores de 1 ano. MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).

²² Siasi/Sesai, estimativas do Ipea.

²³ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT>>. Acesso em: 03/04/2023.

A mortalidade materna não acompanhou a tendência de queda da mortalidade infantil. Pelo contrário, a razão de mortalidade materna aumentou de 59,3 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, em 2012, para 117,4, em 2021.²⁴ A comparação internacional, disponível para 2017, mostra o índice do Brasil próximo da média dos países da América Latina (74), porém quatro vezes superior ao observado na média da OCDE (18) e pior do que a média dos países de renda média alta (41).²⁵

Além da importância da atenção básica e da prevenção, é preciso avançar no atendimento de média e alta complexidades dos serviços de saúde, cuja demanda tende a crescer com o envelhecimento da população. Em 2021, o Brasil apresentou 299 óbitos prematuros por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) por 100 mil pessoas de 30 a 69 anos, uma taxa 3,1% menor que a de 2012 (309).²⁶ Quando considerado o índice DCNT harmonizado por faixas etárias mensurado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil alcança uma taxa de 424,9 óbitos por 100 mil pessoas, um resultado pior do que o verificado em países da América do Sul, caso do Chile (328,5).

A falta de saneamento adequado para a totalidade da população gera graves impactos sobre as condições de saúde e ameaça o meio ambiente com a descarga de dejetos. A proporção de pessoas em domicílios com saneamento adequado apresentou ligeira melhoria nos últimos anos, passando de 62%, em 2016, para 65%, em 2022.²⁷ Isso significa que cerca de um terço da população vivia em domicílios que não dispunham de infraestrutura de saneamento adequada, em 2022. Quando considerada a parcela da população conectada à rede de tratamento de esgoto, constata-se que o Brasil alcançou a proporção de apenas 52,0% em 2019, um desempenho inferior ao observado no Chile (99,9% em 2021) e no México (67,5% em 2021).²⁸

Paralelamente a esse problema, permanece a necessidade de garantir moradias adequadas a toda a população, condição fundamental para a melhoria da qualidade de vida, sobretudo nas cidades. Entre 2016 e 2022, a proporção de pessoas que residiam em moradias consideradas inadequadas apresentou uma leve queda, indo de 32% para em torno de 30%.²⁹

²⁴ MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/busca-ativa/indicadores-de-saude/mortalidade/>>. Acesso em 15/08/2023.

²⁵ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/SH.STA.MMRT>>. Acesso em: 24/03/2023.

²⁶ MS/DAENT. Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/dcmt/>>. Acesso em: 15/08/2023

²⁷ Pnad Contínua/IBGE. Trata-se de indicador correspondente à proporção da população vivendo em domicílios (urbanos e rurais) com saneamento adequado, ou seja, com as seguintes condições: ter pelo menos um banheiro com escoadouro feito pela rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede; ter como principal forma de abastecimento de água a rede geral de distribuição; que a água utilizada chegue canalizada em pelo menos um cômodo ou na propriedade ou terreno; nos últimos 30 dias a água da rede geral tenha chegado diariamente ou pelo menos quatro vezes na semana ou ter reservatório, caixa d'água, cisterna, para armazenar a água.

²⁸ OCDE.

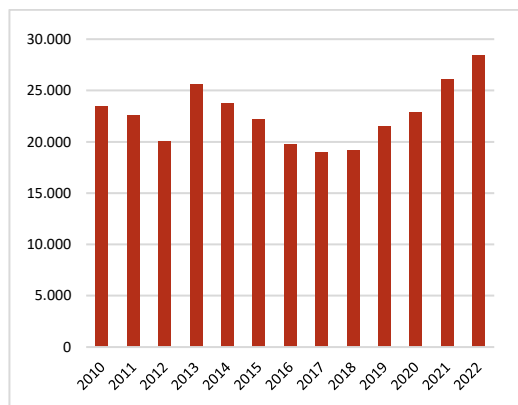
²⁹ Pnad Contínua/IBGE. O indicador mede a proporção de população urbana vivendo em domicílios precários, com alguma das situações a seguir: adensamento excessivo; abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta do lixo inadequados; e ônus excessivo com o pagamento de aluguel.

Uma visão comparativa, porém restrita, dos desafios em termos de desenvolvimento pode ser obtida através da análise do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2021, o IDH do Brasil foi de 0,754, 87ª posição na ordenação de 191 países, classificando o país com um índice alto. No relatório de 2010, o Brasil ficou na 74ª posição em uma lista de 169 países. Analisando os diferentes componentes do IDH de 2021, o Brasil está mais bem posicionado nos indicadores de renda (83ª), expectativa de vida (87ª) e expectativa de escolaridade (49ª), mas está pior em anos de estudo (120ª). Considerando o IDH corrigido pela desigualdade, o Brasil ficou na 107ª posição.³⁰

Um dos ativos brasileiros é a sua vasta cobertura natural do solo. A área florestada representava, em 2020, 59,4% da área total do Brasil,³¹ ou seja, quase o dobro do percentual registrado nos países da OCDE (32,7%), 12,9 p.p. superior ao da América Latina e o Caribe e 21,9 p.p. superior ao dos países com renda média alta. Contudo, o percentual brasileiro já foi maior: em 2010 essa proporção era de 61,2%.

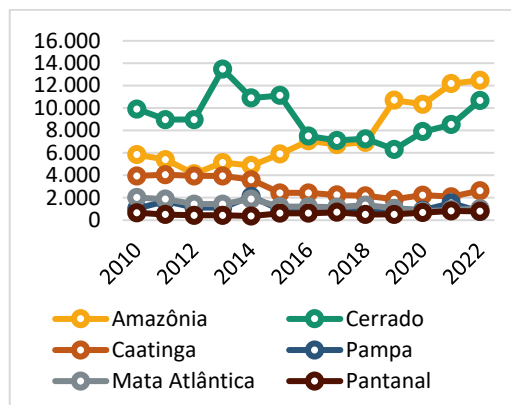
De acordo com os dados de monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) – Projeto Prodes, o incremento do desmatamento no país cresceu consecutivamente desde 2018, alcançando, em 2022, o maior índice desde 2010. Analisando por bioma, o Cerrado apresentou o maior desmatamento de 2010 a 2018, sendo superado pela Amazônia a partir de 2019. Em 2022, a Amazônia representou 44,0% do desmatamento total, enquanto o Cerrado respondeu por 37,7%.

Gráfico 5. Incremento do desmatamento total (em km²)



Fonte: Prodes.

Gráfico 6. Incremento do desmatamento por bioma (em km²)



Fonte: Prodes.

A redução das emissões dos gases de efeito estufa é outro desafio que se apresenta na área ambiental. As emissões de gases do efeito estufa equivalentes a CO₂ em termos nacionais seguiram com fortes oscilações entre 2012 e 2020, variando da mínima de 1,3 milhão de toneladas equivalentes de carbono, em 2012, à máxima de 1,8 milhão de toneladas, alcançada em 2020.³²

³⁰ Pnud Human Development Report. Disponível em: <https://hdr.undp.org/sites/default/files/2021-22_HDR/HDR21-22_Statistical_Annex_I-HDI_Table.xlsx>. Acesso em: 02/04/2023.

³¹ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.FRST.ZS>>. Acesso em: 14/08/2023.

³² Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), MCTI. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/emissoes/emissoes-de-gee-por-setor-1>>. Acesso em: 11/08/2023.

A última década também foi marcada por instabilidades no quadro político-institucional. O Brasil perdeu posições recentemente nos rankings que mensuram a qualidade das instituições. De acordo com o índice de democracia calculado pela The Economist, o Brasil registrou a 51ª posição no ranking de 167 países, em 2022, representando uma piora em relação a 2012, quando ocupava o 44º lugar. Segundo a pesquisa, o Brasil é classificado como “Democracia Frágil” (“Flawed Democracy”), revelando um grau de qualidade institucional inferior ao de países avaliados como “Democracia Plena” (“Full Democracy”). Conforme o Latinobarômetro, o percentual de pessoas que dizem que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo no Brasil passou de 54% em 2010 para 40% em 2020.

Ativos e potencialidades

O enfrentamento de nossos graves problemas sociais requer uma estratégia de desenvolvimento que valorize nossas vantagens comparativas e promova uma economia de maior complexidade, com geração de maior valor agregado e inovação, sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Nesse sentido, o Brasil conta com uma série de ativos estratégicos que podem ser mobilizados. Um dos maiores mercados consumidores do mundo, o país tem a 7ª maior população no ranking mundial,³³ averiguada pelo Censo, em 2022, em 203,1 milhões de pessoas. O Brasil é a 11ª economia do mundo, com um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 1,9 trilhão, alcançado em 2022.³⁴ O mercado consumidor tem espaço para ampliação, com a redução da desigualdade e da pobreza, que apresentam níveis incompatíveis com a riqueza do país.

Com uma dimensão continental de 8,5 milhões de km² de extensão territorial, a 5ª maior do mundo, o Brasil é um país de megabiodiversidade. A Amazônia é uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta. O país tem uma das maiores concentrações de água doce do mundo e cerca de 12% das reservas mundiais, além de uma enorme extensão de terra agricultável.

Temos abundância de recursos naturais importantes para a economia, como minério de ferro, petróleo, gás natural, ouro, bauxita, níquel, cobre, água doce, entre outros. Tais vantagens comparativas naturais contribuem para que o país seja um dos maiores exportadores de *commodities* do mundo. Em 2022, o Brasil exportou mais de US\$ 160 bilhões em produtos minerais e vegetais, o que representa quase 50% do valor total das exportações do país.

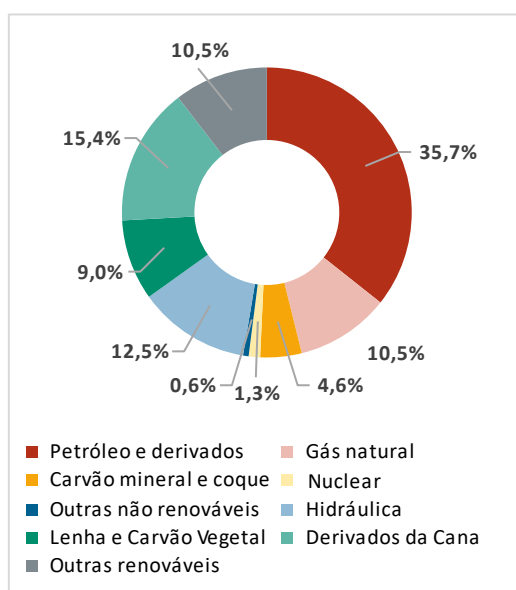
³³ Revision of World Population Prospects, Organização das Nações Unidas, 2022. Disponível em: < <https://population.un.org/wpp/>>. Acesso em: 09/08/2023.

³⁴ Banco Mundial. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>>. Acesso em: 15/08/2023.

A extensão e a riqueza natural do Brasil também favorecem a produção de energia. O país possui grandes reservas de petróleo e gás natural. Em 2022, as reservas comprovadas de petróleo somavam 14,8 bilhões de barris.³⁵

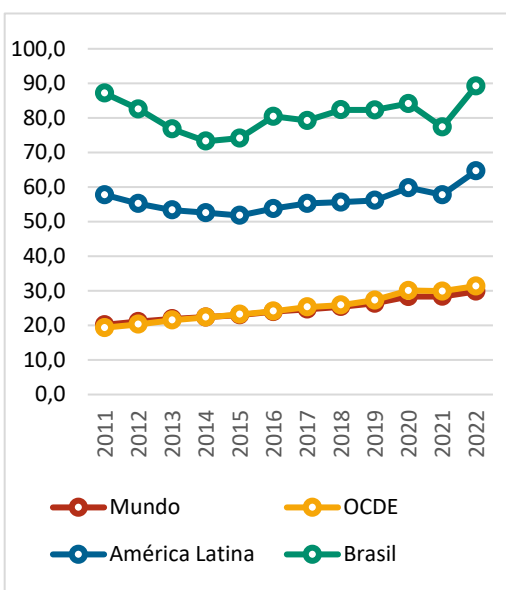
Detentor de uma matriz energética diversificada e das mais limpas do mundo, o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de energia hidrelétrica. Em 2022, foram gerados 303 milhões de tep,³⁶ sendo 47% produzidos por fontes renováveis, principalmente a hidráulica (12,5%). A participação das fontes renováveis na matriz energética mundial fica perto de 15%. Na geração de eletricidade, a participação das renováveis é de 89,2%, quase três vezes o percentual mundial.³⁷ O Brasil registrou um crescimento de 2,1 p.p. na participação de energia renovável na geração de eletricidade em relação a 2011.

Gráfico 7. Matriz energética brasileira – 2021



Fonte: EPE (2022).

Gráfico 8. Participação das fontes renováveis na geração de eletricidade (%)



Fonte: Enerdata.

Todos esses ativos, aliados à rica diversidade cultural, à economia criativa e ao turismo, fazem com que o país ofereça grande potencial de crescimento sustentável e devem ser valorizados por uma estratégia de desenvolvimento socialmente inclusiva.

Desempenho econômico recente

A última década pode ser vista como um dos períodos mais turbulentos da história brasileira recente. Com os resultados negativos advindos com a pandemia e combinados com a crise de 2015-2016, o Brasil cresceu no período 2012-2022 em média 0,7% a.a., ou seja, muito

³⁵ Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural – ANP, 2022. Disponível em: < <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/arquivos-reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/boletim-anual-reservas-2022.pdf> >. Acesso em: 09/08/2023.

³⁶ Tonelada equivalente de petróleo.

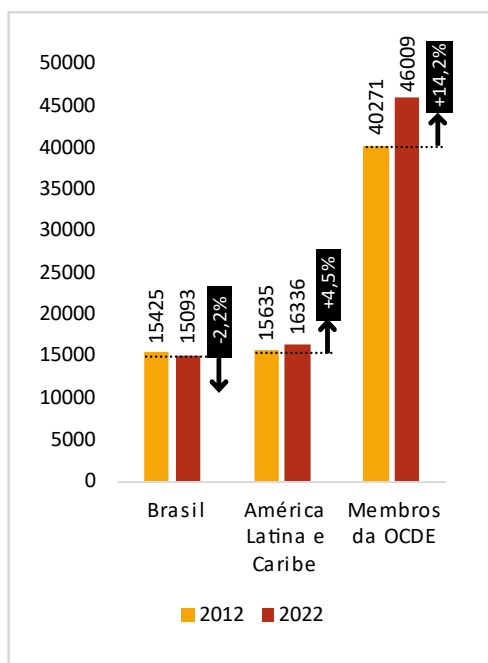
³⁷ Enerdata.

aquém da média mundial (2,7%), e menos que as médias da América Latina (1,4%), dos países de renda média alta (4,5%) e dos países da OCDE (1,8%).

Em 2022, o PIB per capita no Brasil foi de R\$ 41.715.³⁸ Trata-se de um valor 5,9% inferior, em termos reais, ao observado em 2012. Na comparação internacional, o valor alcançado em 2022 (US\$ 15.093,46)³⁹ corresponde a cerca de um terço da média dos países da OCDE (US\$ 46.009), levemente abaixo da média mundial (US\$ 17.485) e inferior à média dos países de renda média alta (US\$ 18.096).⁴⁰

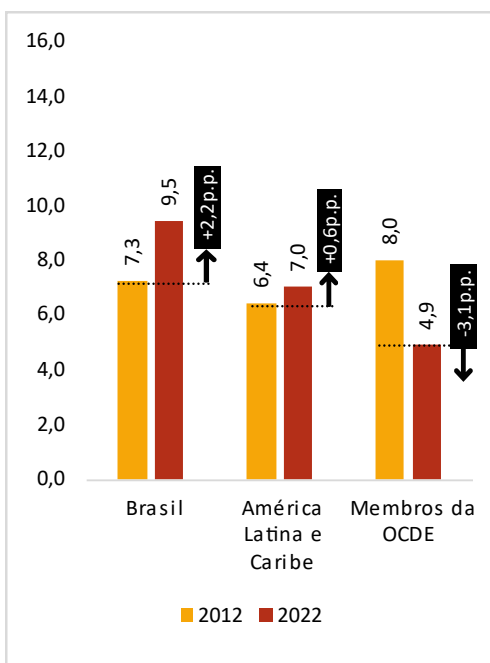
Em termos de evolução do PIB per capita na década, a comparação internacional revela que o Brasil teve um desempenho inferior à média da América Latina e também da OCDE e, ainda, dos países de renda média alta. Enquanto o PIB per capita no Brasil diminuiu 2,2% entre 2012 e 2022, na América Latina aumentou 4,5% e nos países da OCDE cresceu 14,2%.

Gráfico 9. PIB per capita US\$ PPC⁴¹ preços constantes 2017



Fonte: Banco Mundial.

Gráfico 10. Taxa de desemprego (%)



Fonte: Banco Mundial.

Diante desse desempenho econômico, fruto de sucessivas crises ocorridas de 2015 a 2022, o período foi marcado por um aumento da taxa de desemprego no país. Em 2022, o desemprego no Brasil foi de 9,5% do total de sua População Economicamente Ativa (PEA), após ter atingido patamares mais elevados de 13,8% em 2020 e de 13,2% em 2021, quase o dobro do apurado em 2012 (7,3%).⁴² Com isso, a taxa de desemprego, que ficava abaixo da média dos países da OCDE em 2012 (8,0%), passou para quase o dobro em 2022

³⁸ Ipeadata.

³⁹ Valores em dólares PPC a preços constantes de 2017.

⁴⁰ Banco Mundial.

⁴¹ Paridade do Poder de Compra (PPC).

⁴² Pnad Contínua/IBGE.

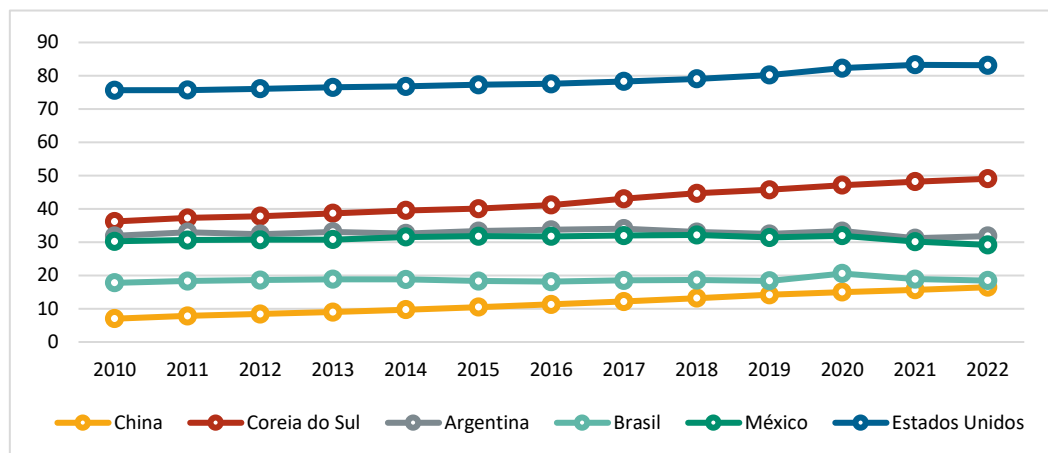
(4,9%), ficando também muito acima da média dos países de renda média alta (5,8%) e da América Latina e o Caribe (7,0%).⁴³

Vale ressaltar a questão da qualidade dos postos de trabalho. Um indicador é a informalidade, medida pelo emprego sem carteira e pelo trabalho por conta própria e sem proteção social.⁴⁴ Em 2022, a taxa de informalidade atingiu 38,2% da população ocupada do Brasil, percentual semelhante ao observado em 2012. A trajetória da última década foi de queda até 2015, registrando-se, a partir de então, crescimento até 2019. No primeiro ano da pandemia, e sob forte isolamento social, houve queda no índice. Em 2021, com a flexibilização das medidas restritivas e o desemprego elevado, o índice voltou a crescer, ficando praticamente estável no último ano.

O crescimento da informalidade do trabalho no período ocorreu junto com o aumento da participação dos setores de serviços e de comércio no total de ocupados, passando de 58,8% em 2012 para 65,5% em 2022. Nesse período, houve diminuição da participação da indústria (de 14,8% para 12,9%), assim como da agricultura (de 11,4% para 8,9%), da construção civil (de 8,5% para 7,5%) e da administração pública (de 6,5% para 5,2%).⁴⁵

Esse quadro de elevada informalidade, associado a uma estrutura setorial com grande participação de serviços de baixo valor agregado, entre outros fatores, coloca enormes dificuldades para o aumento da produtividade da economia brasileira, tornando-se um dos maiores desafios para o crescimento sustentado e a melhoria do bem-estar. A produtividade por hora trabalhada no Brasil ficou praticamente constante entre 2010 e 2022, representando cerca de 22% da americana, em 2022.⁴⁶

Gráfico 11. Produtividade por hora trabalhada (US\$ PPC 2021)



Fonte: The Conference Board.

⁴³ Banco Mundial.

⁴⁴ Pnad Contínua/IBGE. Foram considerados informais os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, empregadores sem contribuição para a previdência, trabalhadores por conta própria sem contribuição para a previdência e trabalhadores familiares não remunerados.

⁴⁵ Pnad Contínua/IBGE.

A produtividade da economia depende de diversos fatores, relacionados à estrutura produtiva, ao conhecimento, à infraestrutura, à inovação e ao ambiente de negócios. Em relação à infraestrutura econômica, o país investiu em 2021 o total de R\$ 148,2 bilhões no setor, o equivalente a 1,7% do PIB. Trata-se de um nível muito aquém do necessário para o setor, estimado em mais de 4,3% do PIB.⁴⁷ O indicador que mede as condições das rodovias mostra que, em 2022, apenas 34% daquelas pavimentadas eram consideradas “ótimas” ou “boas” no Brasil, um índice 2 p.p. inferior ao de 2012.⁴⁸ Além disso, o Brasil é o 86º colocado no ranking de 162 países com rodovias mais rápidas (com velocidade média de 72 km/h), situando-se muito atrás de países como o Chile (92 km/h) e o México (90 km/h).⁴⁹

No que se refere às tecnologias de informação e comunicação (TICs), houve um crescimento contínuo no acesso à internet entre 2012 e 2021, com a expansão dos serviços de 3G/4G de telefonia móvel, o que permitiu a disseminação do sinal em regiões rurais e no interior do país.⁵⁰ O percentual de usuários praticamente dobrou no período, alcançando 85% em 2021. Na comparação internacional, com dados para 2021, o percentual de acesso no Brasil é superior à média dos países da América Latina (76%) e dos países de renda média alta (74%), porém ainda inferior à média dos países-membros da OCDE (87%). Um fenômeno associado a esse crescimento do acesso à internet foi o aumento da proporção de domicílios com acesso a serviços de telefonia, alcançando praticamente a universalização (97% em 2021).

Mesmo com os notáveis avanços no acesso às TICs, o Brasil figurou como o 52º colocado no ranking de 62 países do Índice de Competitividade Digital⁵¹ em 2022, posição verificada também em 2013. O país ainda possui um desempenho muito inferior ao de países latino-americanos, caso do Chile, que se situa na 41ª posição.

Os desafios para o aumento da produtividade ocorreram num ambiente de maior abertura da economia brasileira. A corrente de comércio (soma das exportações e importações) do país, que representava 25,1% do PIB em 2012, alcançou 39,3% em 2022.⁵² A ampliação do grau de abertura se deu tanto pelo aumento do coeficiente de exportações quanto do de importações. O primeiro subiu de 11,9% para 20% do PIB no período, e o segundo, de 13,2% para 19,3%.⁵³ Embora com maior abertura, o país ainda está distante do padrão internacional. Em 2022, o grau de abertura do Brasil era 18 p.p. menor que o da América Latina, 17 p.p. inferior ao dos países da OCDE e 11 p.p. inferior ao dos países de renda média alta.

⁴⁷ Livro Azul da Infraestrutura – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib). Disponível em: <https://www.abdib.org.br/wp-content/uploads/2022/11/Livro-Azul-da-Infraestrutura_Abdib_2022_FINAL.pdf>. Acesso em: 24/03/2023.

⁴⁸ Confederação Nacional do Transporte (CNT).

⁴⁹ Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁵⁰ Pnad Contínua/IBGE.

⁵¹ Indicador do International Institute for Management Development (IMD) que busca mensurar o grau de receptividade das economias a tecnologias digitais. A escala analisa 54 critérios, divididos em três grandes grupos: prontidão futura, conhecimento e tecnologia.

⁵² IBGE, Contas Nacionais Trimestrais.

⁵³ IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. Obtido e elaborado pelo Ipea.

Embora o comércio exterior tenha adquirido maior importância para a economia nacional nas últimas duas décadas, o Brasil não se tornou mais relevante no comércio mundial. Sua participação nas exportações mundiais ficou praticamente constante entre 2011 e 2022.⁵⁴ Boa parte do aumento dos fluxos de comércio em relação ao PIB resultou da ampliação das exportações e dos preços das *commodities* no mercado internacional. A participação dos produtos de média e alta intensidade tecnológica nas exportações totais caiu de 21,9%, em 2012, para 14,7%, em 2022.⁵⁵ Também houve perda de relevância do Brasil no Índice de Complexidade Econômica (ICE),⁵⁶ que sintetiza o nível de sofisticação e a diversidade das vantagens comparativas dos países no comércio global. Entre 2010 e 2021, o Brasil caiu da 35ª para a 49ª posição no ICE entre mais de 120 países.

Essa perda de complexidade econômica ocorreu em paralelo a uma estagnação da participação da indústria de transformação brasileira no PIB, que passou de 10,7% em 2012 para 11,1% em 2022, ficando 5,1 p.p. menor que a média mundial e 5,5 p.p. menor que a participação da indústria na América Latina.⁵⁷

Outro fator determinante dos ganhos de produtividade são os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a melhoria no ambiente para a inovação no país. No Brasil, o investimento em P&D foi de 1,14% do PIB em 2020. Após atingir o pico de 1,37% do PIB em 2015, o percentual diminuiu para 1,12% em 2017, fruto da drástica redução dos investimentos públicos e privados em P&D.⁵⁸ O investimento brasileiro em P&D representa apenas um terço do percentual investido nos Estados Unidos, embora seja maior que o observado na Argentina (0,5%), no México e na Colômbia (0,3% cada).⁵⁹

Vale destacar uma melhora sutil do país, em 2022, no Índice Global de Inovação, calculado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) e que procura mensurar diversos aspectos relacionados ao ambiente de inovação nos países. Naquele ano, o Brasil situou-se na 54ª posição entre os 132 países analisados, tendo ingressado no grupo dos três países mais inovadores da região, juntamente com o Chile e o México.

Com avanços mais lentos em boa parte dos indicadores econômicos, o Brasil aparece em posição insatisfatória nos rankings mundiais de competitividade. Na pesquisa de 2023, o país ficou em 60º lugar no ranking de competitividade global com 63 países.⁶⁰ O índice considera quatro pilares de competitividade: performance econômica, eficiência do governo, eficiência dos negócios e infraestrutura. Na última edição do índice de competitividade global do Fórum Econômico Mundial, o Brasil alcançou a 71ª posição em um total de 141 países em 2019.

⁵⁴ Banco Mundial. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/BX.GSR.GNFS.CD?most_recent_year_desc=true>. Acesso em: 15/08/2023.

⁵⁵ MDIC. Coletado e elaborado pelo Ipea. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/86263>>. Acesso em: 15/08/2023.

⁵⁶ OEC. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/bra?scaleSelector1=eciScale1#economic-complexity-rank>>. Acesso em: 14/08/2023.

⁵⁷ Banco Mundial. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.MANF.ZS>>. Acesso em: 14/08/2023.

⁵⁸ IBGE. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo9/indicador951>>. Acesso em: 15/08/2023.

⁵⁹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

⁶⁰ International Institute for Management Development (IMD).

O balanço da última década aponta para a necessidade de um projeto de desenvolvimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, que acelere a trajetória de avanços sociais com redução da pobreza e da desigualdade em suas múltiplas dimensões. Para isso é preciso mobilizar ativos e potencialidades econômicas, enfrentar as questões de inovação, competitividade e produtividade da economia brasileira, além de ampliar o acesso a serviços públicos de qualidade e direcionar esforços para a inclusão das camadas mais desfavorecidas da população.

2.2

Tendências mundiais e nacionais

Para se pensar o Brasil à frente, e tomar as melhores decisões, é preciso ter **consciência das principais transformações em curso no contexto mundial, de seus reflexos sobre a realidade brasileira** e do que se pode vislumbrar como oportunidades e riscos para o país.

O futuro é incerto e múltiplo. Comporta inúmeras rupturas e descontinuidades, mas também alimenta processos e mudanças já em curso. Está em construção e se forma à luz dos movimentos dos diversos atores sociais, moldado por variáveis políticas, econômicas, tecnológicas, ambientais ou relativas ao comportamento social.

Alguns movimentos, percebidos como mais sólidos, antecipam grandes tendências mundiais – megatendências –, considerando-se o horizonte do PPA. Tendências consolidadas ou de peso constituem fenômenos mundiais, também presentes em âmbito nacional, cuja “direção está bem definida e visível o suficiente para se admitir que estarão presentes no período considerado”.⁶¹

As oito megatendências elencadas a seguir, e descritas na sequência, foram selecionadas a partir da revisão da literatura de diversos estudos de futuro, mapeados em um esforço de síntese de forma a compor um quadro não exaustivo, mas suficientemente amplo, que permita avaliar seus desdobramentos para o Brasil e iluminar as estratégias dos próximos quatro anos.

⁶¹ Godet, Michel, 1991. De l’anticipation à l’action. Manuel de prospective et de stratégie. Paris: Dunod.

Figura 7. Megatendências mundiais e nacionais



Fonte: Seplan/MPO e Macroplan. Prospectiva, Estratégia e Gestão, com base em estudos e publicações sobre o tema.

1. Transição demográfica e seus reflexos na sociedade, na economia e na demanda por serviços públicos

Até 2030, serão 8,5 bilhões de pessoas no mundo e, até 2050, a população mundial deve chegar a 9,7 bilhões. A dinâmica de evolução desse crescimento, porém, será bastante diferente da experienciada até aqui. Dois fatores fundamentais contribuem para o **envelhecimento da população mundial**. De um lado, há uma tendência, liderada por países desenvolvidos, mas também experimentada por alguns países em desenvolvimento, de **redução da taxa de fecundidade**. Na outra ponta, observa-se o **aumento da expectativa de vida**, que tende a subir até 2050, em âmbito mundial, em 4,4 anos.⁶²

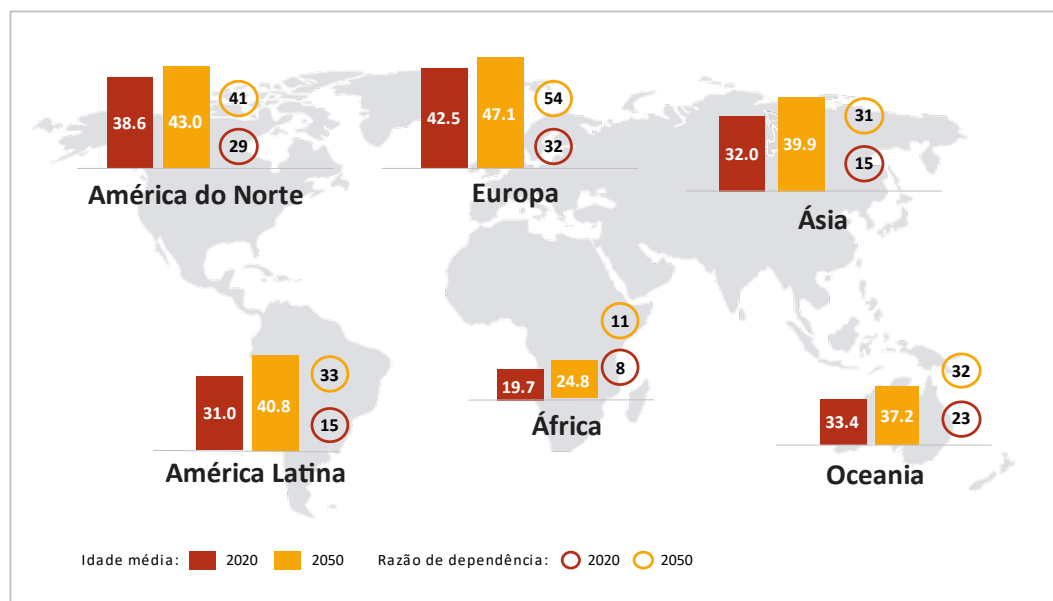
Fenômenos associados

- » Envelhecimento da população mundial
- » Aumento da demanda por serviços e do custo da saúde
- » Transição demográfica e mudanças no perfil da população brasileira
- » Forte crescimento da demanda nacional por bens e serviços de saúde e de cuidado
- » Aumento da razão de dependência da população brasileira

⁶² United Nations, 2022. World Population Prospects. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

Na comparação entre 2020 e 2050, a média de idade da população se eleva em todas as regiões, de forma mais crítica na Europa, na Ásia e na América Latina e Caribe. Nessa comparação, a razão de dependência da população idosa (65+) para a população com idade potencialmente produtiva (20-64 anos) aumenta, gerando preocupações significativas para os sistemas de previdência.⁶³

Figura 8. Média de idade (anos) e razão da população 65+ sobre a população 20-64 cada região (2020 e 2050)



Fonte: UN Population Division, in: Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050 – Megatrends shaping the coming decades, p. 13.

Somente em 2021, por exemplo, 20 dos 38 países-membros da OCDE **aumentaram a idade mínima para aposentadoria**,⁶⁴ visando evitar o colapso do sistema previdenciário. O Brasil aumentou a idade mínima para aposentadoria em 2019.

Para o setor de saúde, o envelhecimento populacional levará ao **aumento dos cuidados com a saúde, seja preventivamente, seja no tratamento de doenças crônicas** associadas à idade mais avançada, seja na **demandas por profissionais dedicados ao cuidado** com os idosos.

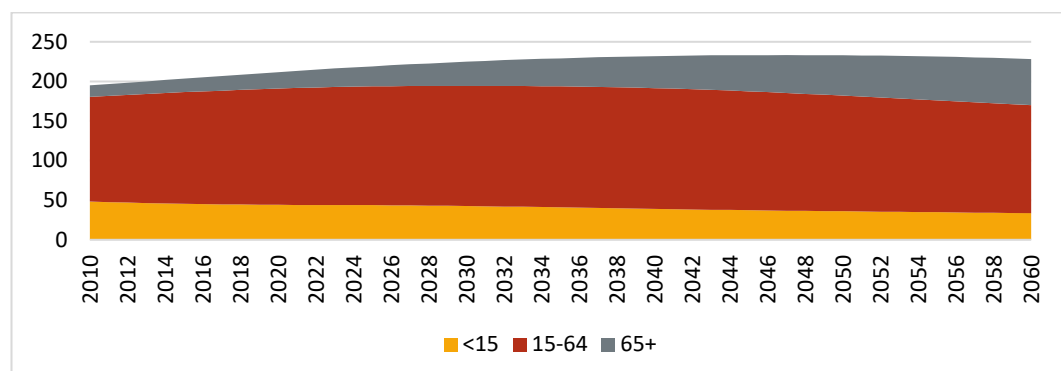
O quadro nacional não destoa das tendências observadas no resto do mundo. Entre 2022 e 2050, segundo estimativas do IBGE, a taxa de crescimento populacional no Brasil recuará dos atuais 0,71% para -0,07%, somada ao aumento da expectativa de vida do brasileiro de 73,9 anos para 77,2 na última década. Como resultado, a **população brasileira**

⁶³ Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050: megatrends shaping the coming decades. Disponível em: <https://www.rolandberger.com/publications/publication_pdf/trend_compendium_2050_full_version_t1_1.pdf>. Acesso em: 22/03/2023.

⁶⁴ OECD, 2021. Pensions at glance 2021: OECD and G20 indicators. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/ca401ebd-en/1/3/3/6/index.html?itemId=/content/publication/ca401ebd-en&_csp_=9d37797bd84847326841f27f588be463&itemIGO=oecd&itemContentType=book>. Acesso em: 22/03/2023.

envelhecerá de forma acelerada: a proporção de pessoas com mais de 65 anos, o que correspondia a 10,5% da população em 2022, chegará a representar 21,9% em 2050.⁶⁵

Gráfico 12. Evolução da população brasileira por grupo etário (2010-2060), em milhões



Fonte: IBGE. Projeções da população: 2010-2060, 2020.

Também no Brasil, o envelhecimento populacional pressiona os sistemas de saúde e previdenciário e a economia. **A maior demanda por bens e serviços de saúde, como medicamentos e consultas, e o aumento nas internações fazem crescer os gastos agregados de saúde,** considerando-se os setores público e privado. Segundo levantamento do Ipea, o valor do gasto público com saúde entre 2015 e 2019 aumentou de R\$ 231,5 bilhões para R\$ 290,4 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 25,5%.⁶⁶ Já na saúde privada, considerando-se um período mais longo, as despesas assistenciais dos planos de saúde suplementares subiram 58,7%, em termos reais, de 2012 a 2021.⁶⁷ Nos próximos anos, o financiamento do sistema de saúde brasileiro deverá acompanhar o crescimento da demanda. E há risco de estrangulamento da oferta e aumentos consideráveis nos custos de saúde, tanto no âmbito privado quanto no financiamento do Sistema Único de Saúde.

Na previdência, com uma **razão de dependência que pode saltar dos atuais 45% para 60% em 2050**, segundo o IBGE, importa considerar os possíveis impactos no longo prazo. Segundo a OCDE, o gasto público do Brasil com aposentadorias chegará a 17% do PIB em 2050, maior taxa entre as principais economias do mundo (G20).⁶⁸ O desafio precisará ser enfrentado especialmente pelos entes subnacionais no Brasil, tendo em vista que a última reforma previdenciária (2019) os desvinculou das regras da União.

A modificação na estrutura etária também impacta a economia. Com o envelhecimento populacional, a aceleração do crescimento econômico, o aumento da produtividade da economia e a ampliação da formalização nas relações de trabalho tornam-se ainda mais importantes.

⁶⁵ As projeções podem sofrer ajustes a partir dos dados atualizados do Censo.

⁶⁶ Ipea, 2022. Contas de saúde na perspectiva da contabilidade internacional. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11014/4/Contas_de_saude.pdf>. Acesso em: 30/03/2023.

⁶⁷ Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), 2021.

⁶⁸ OECD, 2017. Pensions at glance 2017: OECD and G20 indicators. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pensions/oecd-pensions-at-a-glance-19991363.htm>>. Acesso em: 22/03/2023.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Avanços na área da medicina e no mercado de trabalho proporcionados pela crescente pressão de demanda por serviços de saúde e de cuidado com a população idosa.
2. Desafio para equacionar o financiamento da previdência.
3. Potenciais impactos do envelhecimento populacional na qualificação e requalificação de trabalhadores em idade mais avançada.

2. Aumento da demanda mundial por alimentos

Como mencionado, em 2030 a **população mundial atingirá 8,5 bilhões de habitantes**, mesmo crescendo a taxas marginais decrescentes.⁶⁹ O crescimento se dará mais fortemente nos países asiáticos, principalmente na Índia e na África Subsaariana.

O aumento populacional pressiona fontes de energia, água, alimentos, a extração mineral e o meio ambiente, levando ao **acirramento da competição entre os países no que tange à demanda por recursos naturais**. Ao longo do século passado, essa demanda decuplicou e a expectativa é que esse número dobre até 2030.⁷⁰ A distribuição geográfica desigual de alguns recursos, além de elevar a **preocupação com a segurança alimentar** em todo o mundo, pode aumentar a volatilidade dos preços, comprometer padrões de vida e até mesmo contribuir para conflitos geopolíticos.

Fenômenos associados

- » Crescimento da população mundial em taxas marginais decrescentes
- » Competição entre os países para obtenção de recursos
- » Crescente preocupação com a segurança alimentar
- » Aumento do comércio mundial de alimentos e crescente exigência de práticas de sustentabilidade na agropecuária
- » Crescimento da produtividade total dos fatores na agricultura com uso de tecnologias e biotecnologia
- » Exploração do espaço marítimo como fonte de recursos

Para o Brasil, o **aumento do comércio mundial de alimentos favorece o agronegócio**, fazendo crescer sua relevância na matriz de exportação brasileira.

Estima-se que até 2030 o comércio mundial de soja cresça 27%,⁷¹ com o aumento da participação do Brasil nas exportações globais. Como consequência, espera-se uma melhora da competitividade da economia brasileira no cenário internacional. Isso, por um lado, aumenta a geração de divisas pelo país. Por outro, atrai a atenção dos investidores

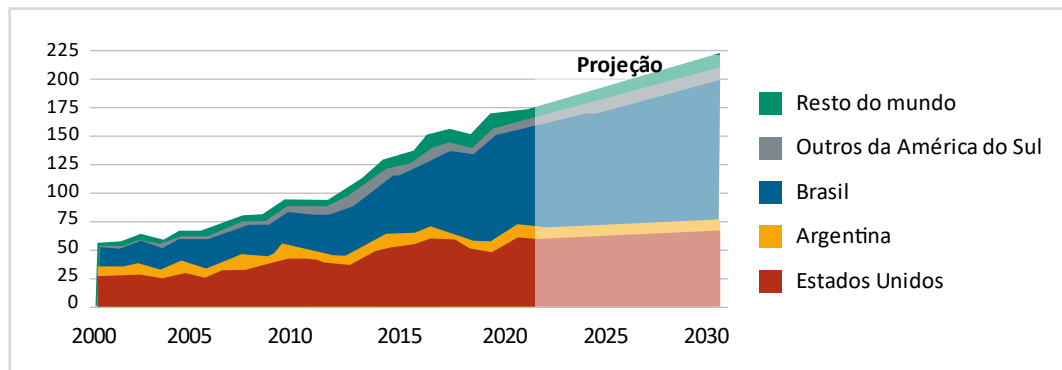
⁶⁹ United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2022. World Population Prospects 2022: Summary of Results. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org/development/desa/pd/files/wpp2022_summary_of_results.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

⁷⁰ European Environmental Agency, 2015. Intensified global competition for resources. Disponível em: <<https://www.eea.europa.eu/soer/2015/global/competition>>. Acesso em: 22/03/2023.

⁷¹ Cepea Esalq/USP, 2022. PIB do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: <br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 21/03/2023.

e compradores internacionais para a **sustentabilidade das práticas agropecuárias** e da mudança do uso do solo, sobretudo na Região Amazônica e no Cerrado, aumentando as exigências ambientais para os produtores brasileiros.

Gráfico 13. Exportações globais de soja (em milhões de toneladas)



Fonte: USDA, Interagency Agricultural Projection Committee, outubro de 2020.

Como possível ameaça, há o risco de impacto geomorfológico das mudanças climáticas na agricultura, o que pode levar a um deslocamento espacial das aptidões agrícolas, com interferência até mesmo na produtividade no campo.

Nas últimas duas décadas, na comparação entre os 13 principais países agrícolas do mundo, o **Brasil** apresentou o maior crescimento **da produtividade total dos fatores na agricultura**: 3,18% a.a. de 2000 a 2020, de acordo com o Ipea.⁷² Parte desse avanço é explicado pelo **uso de biotecnologia e de tecnologias no campo**, cada vez mais necessário para minimizar os efeitos do clima.

Tanto no mundo quanto no Brasil, espera-se uma maior exploração do espaço marítimo como fonte de alimentos, recursos energéticos e minerais. O Brasil, com um litoral superior a 8,5 mil quilômetros de extensão e 17 estados litorâneos, tem grande potencial para protagonizar a “economia azul”.

Outro fenômeno em ascensão é o uso da proteína cultivada em laboratório, com técnicas de bioengenharia que alimentam uma onda de inovação na ciência biológica. Até 2030, a indústria da proteína cultivada pode alcançar um valor global de US\$ 25 bilhões, sendo fornecedora de 0,5% do suprimento mundial de proteína.⁷³ Mas, para isso, ainda é preciso superar desafios relativos à aceitação do consumidor, aos custos, às preocupações com a saúde e às aprovações e regulamentações necessárias pelos governos.

⁷² Ipea, 2022. Produtividade total dos fatores na agricultura: Brasil e países selecionados. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11199/1/td_2764.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

⁷³ McKinsey & Company. Cultivated meat: out of the lab, into the frying pan. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/industries/agriculture/our-insights/cultivated-meat-out-of-the-lab-into-the-frying-pan>>. Acesso em: 30/03/2023.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade de maior relevância do Brasil na exportação de grãos e de proteína animal e de avanços na cadeia do agronegócio.
2. Condições favoráveis para a intensificação do uso de tecnologias no campo e do desenvolvimento das Agtechs no país.
3. Oportunidade de ampliação e exploração econômica da Amazônia Azul.
4. Potenciais entraves e barreiras tarifárias ou ambientais, associados à exportação fruto do descumprimento de questões ambientais ou trabalhistas.
5. Potenciais impactos das mudanças climáticas na atividade agrícola.

3. Intensificação das mudanças climáticas e valorização da sustentabilidade ambiental

O consenso científico representado pelo Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (IPCC-ONU) projeta um **aumento da temperatura média do planeta** entre 2,4 e 2,6 graus Celsius até 2100, em comparação a níveis pré-industriais, se o mundo permanecer na trajetória atual.⁷⁴ O alerta dado pelos cientistas mostra que a meta definida na Conferência do Clima de Paris em 2015, para evitar que as temperaturas médias subam acima de 1,5°C, está longe de acontecer.

As emissões de gases de efeito estufa (GEE) aumentaram na última década, atingindo 59 gigatoneladas de CO₂ em 2019, ou seja, cerca de 12% a mais do que em 2010. Apesar de a taxa anual de crescimento das emissões de GEE ter desacelerado – de 2,1% entre 2000 e 2009 para 1,3% entre 2010 e 2019 –, para se alcançar a meta estabelecida no Acordo de Paris as emissões de GEE precisam parar de crescer em 2025 e depois cair 43% até 2030, em relação aos níveis de 2019.⁷⁵

As consequências negativas já são percebidas em todo o mundo e serão mais prejudiciais para as comunidades mais pobres e vulneráveis. O mundo está sofrendo os **efeitos de eventos climáticos extremos**, manifestados na intensificação da ocorrência de secas e tempestades mais severas, imprevisíveis e prolongadas, o que, na prática, significa perdas

Fenômenos associados

- » Aumento da temperatura do planeta, levando à intensificação de eventos climáticos extremos
- » Aumento dos impactos do clima na segurança hídrica, alimentar e energética
- » Aumento das pressões para a conservação e a preservação do meio ambiente
- » Disponibilidade de recursos internacionais para projetos voltados para a redução de GEE ou captura de carbono
- » Necessidade de aceleração da transição energética e da descarbonização da indústria e das cidades

⁷⁴ ONU, 2022. UN News: global perspective human stories. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2022/10/1129912>>. Acesso em: 20/03/2023.

⁷⁵ IPCC, 2022. Climate Change 2022: mitigation of climate change. Sixth Assessment Report. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-3/>>. Acesso em: 21/03/2023.

em vidas e prejuízo financeiro, além de afetar todos os ecossistemas, **a segurança hídrica, a alimentar e a energética**. Estima-se que, em 2050, 40% da população mundial deverá viver em áreas com bacias hidrográficas com forte estresse hídrico. Quase 20% deve conviver com riscos de enchentes.⁷⁶

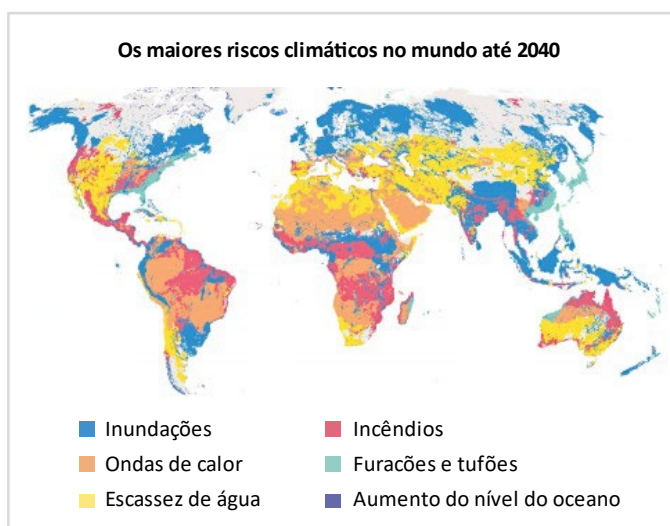
O aumento do risco ambiental é acompanhado pela valorização da agenda verde, pautada pela sustentabilidade, pelo consumo consciente e pelo aumento das pressões para a conservação e a preservação do meio ambiente. Esse tema entra como uma das prioridades nas políticas de governos e empresas, com novas oportunidades de financiamento e de negócios. São diversos os **instrumentos de fomento e financiamento para projetos voltados para a redução de emissões de GEE** de governos e agências internacionais, entre as quais se destacam o Fundo Verde para o Clima, o Fundo Global para o Meio Ambiente, o Fundo para Países Menos Desenvolvidos e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Como estratégias de mitigação do aquecimento global, incluem-se: a **aceleração da transição energética** para uma matriz mais limpa; a **descarbonização da indústria**, por meio de melhoria da eficiência energética, soluções de economia circular, tecnologias de captura de carbono e processos produtivos com menor emissão; o **incentivo a cidades e construções verdes**; e a **conservação dos ecossistemas naturais**.

Boa parte do esforço para essa redução de gases de efeito estufa passará pelos mercados de créditos de carbono, tanto no mercado regulado, mais maduro – onde os governos e os organismos internacionais regulam e comercializam créditos para compensar emissões objetivando cumprir os compromissos assumidos internacionalmente pelos países –, quanto no mercado voluntário, ainda incipiente. Neste último, empresas e indivíduos negociam créditos voluntariamente de modo a compensar ou neutralizar as suas emissões.

Se for protagonista de parte dessa agenda, o Brasil poderá atrair elevado volume de recursos, por concentrar 15% do potencial global de captura de carbono devido à sua cobertura vegetal em ambos os mercados. Somente o mercado voluntário de créditos de carbono deve saltar dos atuais US\$ 1 bilhão para US\$ 50 bilhões em 2030, sendo que de

Figura 93. Projeção de riscos climáticos – 2040



Fonte: Four Twenty-Seven e The New York Times, 2021. What's Going on in This Graph? | Global Climate Risks.

⁷⁶ OECD, 2012. Environmental Outlook to 2050: the consequences of inaction. Disponível em: <<https://www.oecd.org/env/indicators-modelling-outlooks/49846090.pdf>>. Acesso em: 21/03/2023.

65% a 85% desse mercado será representado por soluções baseadas na natureza e na manutenção da cobertura florestal, mais baratas do que as soluções tecnológicas. Estima-se, também, que o país possa gerar mais de 8 milhões de empregos no mercado de carbono até 2050.⁷⁷ O avanço em fontes renováveis de energia, detalhado na próxima tendência, traz grandes oportunidades para o Brasil.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Vantagem competitiva estratégica para o país assumir um protagonismo ambiental, com grande potencial de atração de investimentos de fundos internacionais.
2. Potencial de desenvolvimento da economia circular, considerando o ciclo completo de produção, uso e descarte.
3. Potencial para acelerar a transição energética com investimento em fontes renováveis de energia.
4. Crescente risco de exposição a eventos extremos, com impacto no ambiente urbano e na produtividade no campo, afetando, especialmente, a população vulnerável.

4. Aceleração da transição energética, com foco na oferta de fontes limpas

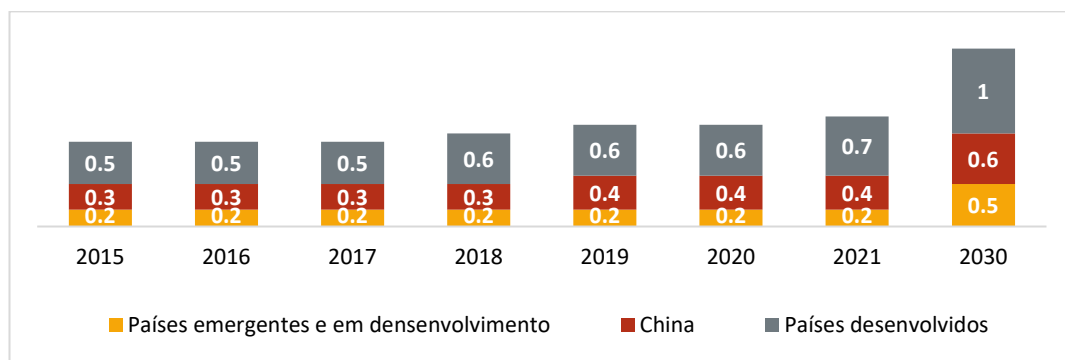
O mundo vem lidando com uma **crise energética** sem precedentes, em amplitude e complexidade. A turbulência gerada pela guerra Rússia-Ucrânia, os cortes de fornecimento de gás russo para a Europa e o aumento dos preços da energia criaram um risco para a economia global. A resposta a essa crise energética vai ao encontro da **crise climática** já mencionada, que impulsiona a transição energética. Diversos governos, entre eles o dos Estados Unidos, o de países da Europa, de Japão, China e Índia, vêm “dobrando as apostas” na energia limpa. As novas políticas definidas devem levar o **investimento global em energia limpa** a superar os US\$ 2 trilhões por ano até 2030.

Fenômenos associados

- » Crise energética mundial com riscos para a segurança energética
- » Crise climática impulsionando a transição energética
- » Aumento do investimento global em energia limpa
- » Forte crescimento das fontes renováveis de energia: eólica e solar no Brasil
- » Aumento dos investimentos em hidrogênio verde (H2V)

Gráfico 14. Investimento em energia limpa 2015-2030 no “cenário de Políticas Declaradas” – Trilhões de US\$

⁷⁷ McKinsey, 2021. Putting carbon markets to work on the path to net zero. McKinsey Sustainability, Report, October. Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/capabilities/sustainability/our-insights/putting-carbon-markets-to-work-on-the-path-to-net-zero>>. Acesso em: 21/03/2023.



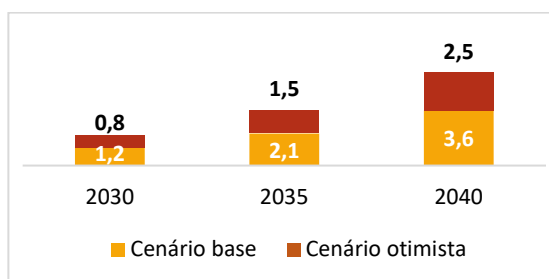
Fonte: Clean energy investment in the Stated Policies Scenario, 2015-2030, IEA, Paris. Disponível em: <<https://www.iea.org/data-and-statistics/charts>>. Acesso em: 31/03/2023. OBS: cenário que considera apenas as políticas atuais relativas ao sistema de energia.

O mundo está em uma década crítica para se direcionar para um sistema de energia mais seguro, sustentável e acessível, com potencial para evoluir com mais velocidade se houver políticas fortes e consistentes em todos os países para o apoio à **transição energética**.

Essa transição energética traz oportunidades para o Brasil, que já atende bem aos desafios energéticos e tem 47% de fontes renováveis, tornando o setor de energia brasileiro um dos menos intensivos em carbono do mundo. A matriz elétrica é uma das mais limpas do mundo, com 85% da capacidade instalada proveniente de fontes renováveis. Entre 2021 e 2031, a geração eólica deve expandir de 19,7 GW para 30,8 GW, e a geração solar deve crescer 3,5 vezes, passando de 13,0 GW para 45,3 GW no período.⁷⁸

Essas fontes renováveis entram no rol de opções para geração de hidrogênio verde e o Brasil poderá ser um dos destaques mundiais em sua produção e exportação. Há diversos projetos em andamento no país, ainda em fase inicial, e estima-se que o Brasil poderá receber US\$ 200 bilhões em investimentos diretos nos próximos anos para o H2V.⁷⁹

Gráfico 15. Tamanho do mercado de hidrogênio verde nas exportações brasileiras para UE e EUA (em bilhões de dólares)*



Fonte: McKinsey, 2022. The green hidden gem – Brazil's opportunity to become a sustainability powerhouse.

***Nota:** O cenário base considera os custos de se produzir no Brasil (Região Nordeste), fora da rede de distribuição (*off-grid*), a um custo de capital médio (WACC) de 9%. O cenário otimista considera a produção conectada à rede de distribuição (*on-grid*) com custos de 10% a 15% menores.

⁷⁸ EPE, 2022. Plano Decenal de Energia 2031. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/plano-decenal-de-expansao-de-energia-2031>>. Acesso em: 22/03/2023.

⁷⁹ McKinsey, 2021. "Green Hydrogen: an opportunity to create sustainable wealth in Brazil and the world". Disponível em: <<https://www.mckinsey.com/br/en/our-insights/hidrogenio-verde-uma-oportunidade-de-geracao-de-riqueza-com-sustentabilidade-para-o-brasil-e-o-mundo>>. Acesso em: 22/03/2022.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade de atração de investimentos em fontes renováveis de energia.
2. Condições favoráveis para que o país seja um grande exportador de hidrogênio verde, com atração de grande volume de investimento.

5. Diversificação dos riscos globais e ampliação dos seus impactos

O mundo está em constante instabilidade, convivendo com **conflitos de várias naturezas e em intervalos de tempo cada vez mais curtos**. Crises financeiras, movimentos migratórios com refugiados saídos de países em conflito ou sob desastres naturais, crises sanitárias, racismo, xenofobia, guerras e disputas territoriais vêm marcando o cenário internacional nas últimas décadas. Em sua maioria, tais eventos têm raízes históricas e devem se manter no futuro.

No âmbito econômico, a primeira década deste século foi marcada pela crise global que fez o PIB mundial retrair 1,3% e o PIB per capita cair 2,5% em 2009, em relação ao ano anterior.⁸⁰ A crise ocorreu poucos anos depois da explosão da bolha da internet nos EUA, em 2000, do efeito tequila mexicano, em 1994, da crise dos Tigres Asiáticos, em 1997, e da crise russa, em 1998. O que se observa é que os efeitos de cada crise se espalham de forma mais rápida e ampla pelas demais economias, em um cenário de cadeias globais de produção e interdependência comercial entre os países.

A crise sanitária de proporções globais da covid-19 gerou uma grave crise econômica de proporções semelhantes à de 2008-2009 e de cujos efeitos, tanto no campo sanitário quanto no social, ambiental e econômico, o mundo ainda não se recuperou. Recentemente, em março de 2023, a quebra do Silicon Valley Bank e problemas com outros bancos, por exemplo o Credit Suisse, sinalizaram nova instabilidade no sistema bancário mundial.

Outra fonte de conflito reside nos **movimentos migratórios de refugiados**, causando impactos significativos nos países que os recebem pela grande quantidade de migrantes em curto espaço de tempo. Em 2015, observou-se o início do que iria se tornar a maior crise

Fenômenos associados

- » Ocorrência de conflitos de diversas naturezas na geopolítica e na economia mundiais
- » Conflitos de origem étnica e religiosa e movimentos migratórios com impactos para outros países
- » Risco de instabilidades na geopolítica mundial, com guerras assimétricas ou híbridas, impactando a economia global
- » Intensificação de crises sanitárias
- » Aprofundamento da crise climática e seus impactos
- » Aumento da ocorrência de ataques cibernéticos, com impacto nos sistemas público e privado
- » Polarização crescente da sociedade e erosão da coesão social

⁸⁰ The World Bank Data. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>>. Acesso em: 21/03/2022.

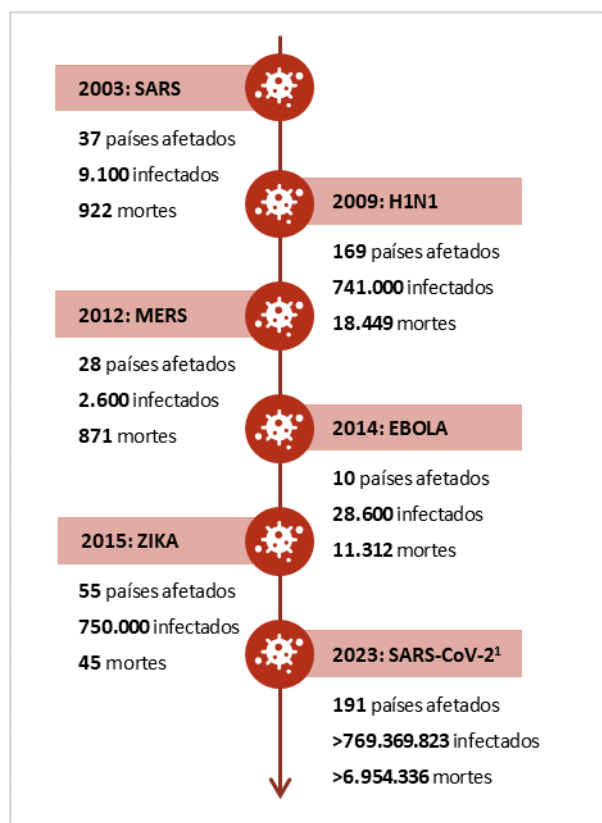
migratória desde a Segunda Guerra Mundial no continente europeu, que recebeu cerca de 1 milhão de refugiados dos mais de 6 milhões de sírios que fugiram de seu país de origem. Sete anos depois, uma nova onda de refugiados na Europa teve início com a guerra na Ucrânia. Estima-se que mais de 5,5 milhões de ucranianos tenham cruzado a fronteira e buscado abrigo em outros países do continente.⁸¹

O conflito entre Rússia e Ucrânia é mais um sinal de **instabilidade com impactos na geopolítica**, com crescente desconfiança entre potências globais e regionais e reflexos econômicos de amplitude mundial.

No âmbito sanitário, a pandemia de covid-19 foi o ápice de um fenômeno de crescentes crises sanitárias.⁸² Antes restritas a determinadas regiões, cientistas de todo o mundo já consideram prováveis outras crises dessa magnitude no futuro.⁸³ Desse modo, prevê-se a intensificação de mecanismos de controle de doenças, a disponibilidade de recursos e o desenvolvimento de novas tecnologias de prevenção e tratamento, incluindo vacinas e medicamentos, em ações coordenadas em escala global.

Os riscos globais e o seu potencial de impacto na sociedade no curto e no longo prazo foram mapeados pelo Fórum Econômico Mundial e apresentados na figura a seguir. Alguns deles estão mencionados nessa tendência e outros, como questões associadas à **crise climática e seus impactos** e questões relativas aos recursos naturais, foram abordados em outras tendências.⁸⁴

Figura 10. A covid-19 não é a primeira epidemia do século XXI e é improvável que seja a última



Fonte: Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050: six megatrends that will shape the world, p. 16. ¹Dados SARS-CoV-2, atualizado de World Health Organization em 09/08/2023.

⁸¹ UNHCR Refugee Data Finder. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/?url=2bxU2f>>. Acesso em: 21/03/2022.

⁸² Roland Berger, 2020. Trend Compendium 2050: megatrends shaping the coming decades. Disponível em: <<https://www.rolandberger.com/en/Insights/Global-Topics/Trend-Compendium/>>. Acesso em: 22/03/2023.

⁸³ CGD, 2021. The next pandemic could come soon and be deadlier. Disponível em: <<https://www.cgdev.org/blog/the-next-pandemic-could-come-soon-and-be-deadlier>>. Acesso em: 20/03/2023.

⁸⁴ WEF, 2023. The Global Risks Report 2023, 18th edition. Disponível em: <https://www3.weforum.org/docs/WEF_Global_Risks_Report_2023.pdf>. Acesso em: 16/03/2023.

Figura 11. Os dez principais riscos globais ordenados por gravidade (impacto provável) no curto e longo prazo



Fonte: Adaptado de WEF, 2023. The Global Risks Report 2023, 18th edition, insight report. World Economic Forum: January, p. 6. Pesquisa com 1.200 membros da academia, empresas, governos, comunidade internacional e da sociedade civil. Dados coletados entre setembro e outubro de 2022.

Outro risco que se destaca é o de **ataques cibernéticos e seus impactos** nos sistemas públicos e privados. Estima-se que as perdas globais devido a crimes cibernéticos alcançaram US\$ 1 trilhão em 2020 e US\$ 6 trilhões em 2021.⁸⁵ Com a digitalização da economia e da sociedade, a segurança de dados (ou, em contrapartida, o grau de vulnerabilidade em relação a eles) passou a ser crítica, para se evitarem tanto golpes e esquemas financeiros quanto ataques internacionais a todo tipo de serviço público ou privado em quaisquer áreas.

Soma-se a isso a preocupação com a propagação massiva de desinformação e *fake news*, com implicações político-sociais. Esse é mais um canal para alimentar o fenômeno de polarização crescente da sociedade e de erosão da coesão social, que fomenta o risco para a democracia no mundo. De acordo com Democracy Report 2023, em 2020, pela primeira vez desde 2001, as autocracias foram a maioria: eram 92 países, que abrigam 54% da população mundial, contra 87 democracias eleitorais e liberais, onde vivem 46% da população.⁸⁶ As ameaças à democracia estão no debate mundial, no entanto, ainda há muitas incertezas associadas a esse fenômeno.

⁸⁵ International Telecommunication Union: Global Cybersecurity Index 2021. Disponível em: <https://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/str/D-STR-GCI.01-2021-PDF-E.pdf>. Acesso em: 15/03/2023.

⁸⁶ V-dem Institute, 2023. Democracy report 2023: defiance in the face of autocratization. Disponível em: <https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf>. Acesso em: 20/03/2023.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidades de avanços na indústria farmacêutica, na incorporação de tecnologias para a produção de biofármacos, na colaboração científica internacional na área de saúde e na produção e exportação de vacinas.
2. Espaço para ampliar o papel do país como mediador de conflitos, em missões humanitárias e no processo de acolhimento de refugiados.
3. Vulnerabilidade a crises financeiras mundiais com impactos na economia brasileira.
4. Vulnerabilidade a novas crises sanitárias em âmbito mundial e risco de retorno de doenças que estavam dominadas ou erradicadas, devido ao crescimento dos movimentos antivacina.
5. Risco de ataques e crimes cibernéticos que afetam os sistemas financeiro, produtivo ou de prestação de serviços.

6. Aceleração das transformações tecnológicas e da digitalização da economia e da sociedade

A velocidade das transformações tecnológicas e de sua disseminação na sociedade vem ocasionando rupturas nas velhas formas de produção e de consumo. A **integração de tecnologias e conhecimentos provenientes das mais diversas áreas**, incluindo-se aí, entre outras, a **biotecnologia** e a **nanotecnologia**, tem sido uma das características fundamentais dessas transformações, impulsionadas pelas **tecnologias da informação e da comunicação** (TICs) e por sua difusão nas mais distintas áreas da economia e da sociedade.

A **convergência tecnológica** potencializa o desenvolvimento de produtos e serviços voltados para a saúde humana, a educação, a relação com o meio ambiente etc.

Por um lado, a **indústria 4.0 integra tecnologias físicas e virtuais** – *Internet of Things* (IoT), *big data*, inteligência artificial (IA), robótica avançada, superprocessadores, computação em nuvem, impressão 3D, *machine-to-machine* (M2M), novos materiais, *digital twins*, entre outros – levando a automação e a hiperconexão ao extremo, o que é facilitado pela disseminação da **internet de alta velocidade (5G)**. Por outro lado, já se avança no conceito de **indústria 5.0**, que explora novas soluções centradas no ser humano e na interação homem-máquina, como materiais inteligentes, sensores associados ao corpo humano, *cyborgs*, biotecnologias, órgãos artificiais etc., que trazem no seu bojo questões éticas.

Fenômenos associados

- » Aceleração do desenvolvimento tecnológico e da integração de tecnologias
- » Aumento da oferta de produtos de base nano e biotecnológica
- » Nova geração de tecnologias da indústria 4.0: IA, IoT, *big data*, *digital twins*, M2M, entre outros
- » Disseminação da internet de alta velocidade (5G)
- » Avanço da indústria 5.0, com foco na interação homem-máquina
- » Transformação digital da economia

O avanço dessas tecnologias integradas e da **transformação digital da economia** apresenta possibilidades infinitas, gera produtos e serviços disruptivos e revoluciona os processos produtivos, o mundo dos negócios e a vida das pessoas, com impacto em inúmeras áreas ao longo do tempo, seja no segmento industrial e no de serviços, seja na saúde, na educação ou na segurança.

No entanto, **esse avanço tecnológico traz reflexos preocupantes em termos do aumento das desigualdades intra e entre países**, além de desafios de diversas ordens. Estes vão desde a necessidade de investimentos em infraestrutura de telecomunicações, em cibersegurança e na incorporação das diversas tecnologias na estrutura produtiva dos países em desenvolvimento, até a defasagem na qualificação de mão de obra, a carência de investimentos significativos em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e os impactos no mercado de trabalho, entre outros. Adicionalmente, traz novas questões para o acesso dos diferentes segmentos da sociedade a bens e serviços públicos, ampliando os vieses e as formas de discriminação embutidos nos algoritmos.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidades de melhoria de produtividade, redução de custos, uso mais racional de recursos – como água e energia – e menor impacto ambiental.
2. Incorporação de novas tecnologias nos setores público e privado, possibilitando a oferta de melhores produtos e serviços.
3. Condições propícias ao crescimento de *startups* de base tecnológica nos mais diversos setores da economia e na oferta de serviços avançados.
4. Risco de manutenção, ou intensificação, do atraso tecnológico brasileiro em relação aos países desenvolvidos.
5. Ampliação da desigualdade digital, de formas de discriminação e do acesso a serviços.
6. Impactos sobre a composição do emprego, com maior demanda por trabalhadores habilitados a utilizar novas tecnologias e formação de um contingente de trabalhadores que terão cada vez mais dificuldade de inserção no mercado.

7. Aceleração das mudanças no conteúdo, nos formatos e nas relações de trabalho

O mundo do trabalho está passando por profundas transformações, em função da aceleração das inovações tecnológicas e de sua incorporação aos processos produtivos e aos serviços, e em função também da transição para a economia verde, da reestruturação das cadeias de valor e das mudanças demográficas.

Especialmente para as novas gerações, o trabalho assume outros sentidos. É a principal fonte de propósitos e significados para uns e de insegurança e temores para outros, uma vez que os jovens são os mais afetados pelo desemprego. Também há impactos significativos para os mais velhos, que terão dificuldades de adaptação às mudanças e de recolocação no mercado de trabalho.

Fenômenos associados

- » Aceleração das inovações tecnológicas e incorporação nos processos produtivos e nos serviços
- » Automatização de tarefas e funções e eliminação de postos de trabalho
- » Novas formas de trabalho: híbrido, virtual, flexível e sem fronteiras
- » Falta de trabalhadores qualificados em alguns segmentos e setores
- » Valorização da diversidade e inclusão como componentes do ESG (ambiental, social e governança)
- » Aumento da demanda por conhecimentos transversais e competências socioemocionais

Ao mesmo tempo, graças à **aceleração da digitalização e das inovações tecnológicas e de sua incorporação aos processos produtivos**, postos de trabalho tradicionais são eliminados, tarefas são automatizadas, ocupações sofrem grande transformação em seus conteúdos e nas competências necessárias ao seu exercício. A OCDE projeta que 1,1 bilhão de empregos poderão ser transformados radicalmente em função da tecnologia ao longo da próxima década,⁸⁷ demandando iniciativas de formação e requalificação profissional.

A automação elimina tarefas e funções no interior das ocupações ao redor do mundo. Estima-se que 47% das pessoas empregadas nos EUA e 45% na Europa executem trabalhos que podem vir a ser desempenhados por computadores nos próximos 20 anos. No Brasil, esse contingente poderá chegar, até 2026, a 54% dos empregos formais (cerca de 30 milhões de pessoas).⁸⁸ Boa parte dos trabalhadores que serão desligados terá dificuldade de reinserção no mercado e passará a compor a chamada “*gig economy*”, caracterizada pelos trabalhos temporários, por projetos ou *freelancer*.⁸⁹ Até as ocupações mais qualificadas estão sendo afetadas, uma vez que a Inteligência Artificial e os avanços no aprendizado das máquinas estão propiciando a automatização de tarefas cognitivas complexas e a produção criativa.

⁸⁷ WEF, 2023. Reskilling Revolution: preparing 1 billion people for tomorrow's economy. Disponível em: <<https://initiatives.weforum.org/reskilling-revolution/home>>. World Economic Forum. Acesso em: 21/03/2023.

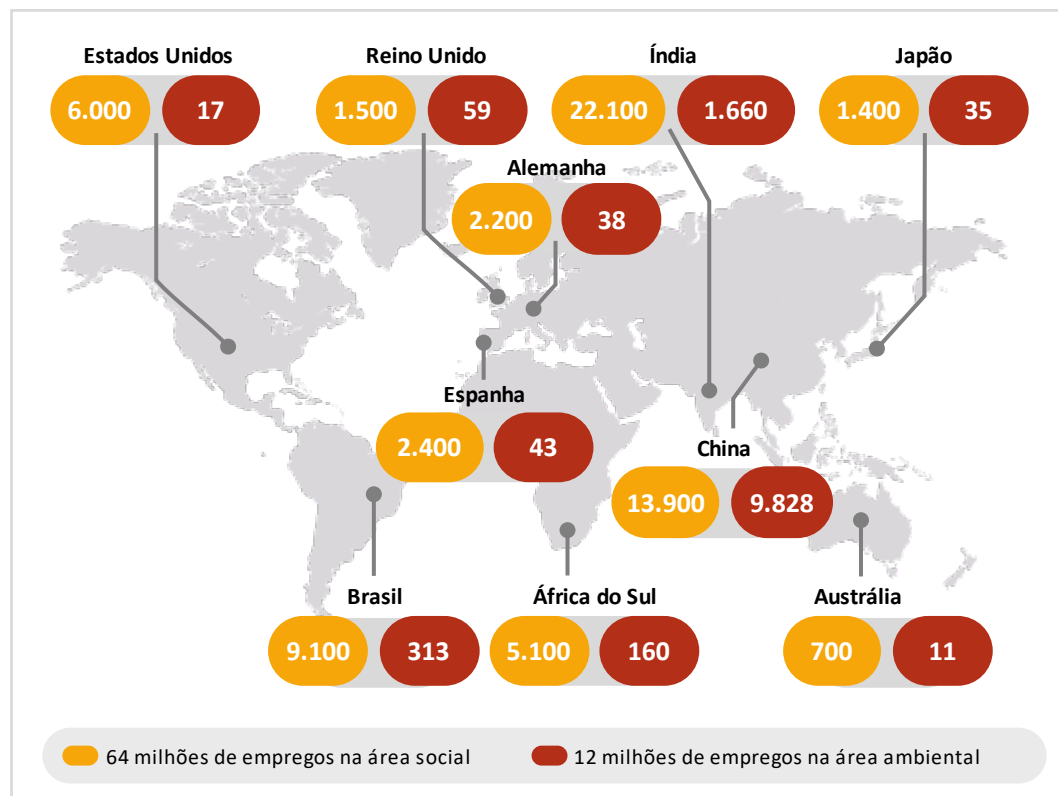
⁸⁸ Ipea, 2019. Na era das máquinas, o emprego é de quem? Estimativa da probabilidade de automação de ocupações no Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td_2457.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

⁸⁹ HBR, 2021. Who is driving the great resignation? Disponível em: <<https://hbr.org/2021/09/who-is-driving-the-great-resignation>>. Acesso em: 21/03/2023.

Mas, enquanto em algumas áreas e em funções rotineiras o número de ocupações tende a diminuir, outros segmentos trazem **novas oportunidades**, com a previsão de uma demanda crescente associada à tecnologia da informação, mas também à **economia verde** e à **área social**.

Os trabalhos sociais, vinculados à educação, saúde e cuidado, representam 11% da força de trabalho nos dez países selecionados na figura a seguir. Metas mais ambiciosas de inclusão social poderiam aumentar em 37%, até 2030, a demanda por profissionais, tais como trabalhadores de serviços de saúde, cuidadores de crianças e de idosos, professores e seus auxiliares. Na área ambiental, para cumprir objetivos de sustentabilidade, estima-se a necessidade de expandir em 66% o número de trabalhadores que atuam na área, entre eles, profissionais associados às atividades agrícola, florestal e pesqueira, bem como engenheiros ambientais, civis e químicos, entre outros.⁹⁰

Figura 12. Número de empregos nas áreas social e ambiental demandados até 2030 (em milhares) em países selecionados



Fonte: WEF, 2023. Jobs of Tomorrow: social and green jobs for building inclusive and sustainable economies. World Economic Forum: White Paper, January.

As transformações no conteúdo das ocupações tradicionais com demanda por **conhecimentos transversais e competências socioemocionais**, somadas à criação de novas ocupações, têm resultado em desequilíbrios **entre demanda e oferta de trabalhadores**, afetando principalmente os segmentos que envolvem mais conhecimento e inovação. Por

⁹⁰ WEF, 2023. Jobs of Tomorrow: social and green jobs for building inclusive and sustainable economies. World Economic Forum: White Paper, January.

exemplo, no Brasil, 70% das indústrias de biocombustíveis afirmam sofrer com a falta de mão de obra qualificada.⁹¹

O mercado de trabalho tradicional altera sua estrutura, marcadamente pelo **maior peso do setor de serviços nas ocupações** e da desindustrialização ocorrida, que reduziu a complexidade da economia brasileira.

Ao mesmo tempo, as relações de trabalho tornam-se mais diretas e com menos mediação; as regulações trabalhistas são desafiadas a incorporar a **diversificação das formas de trabalho** (como o híbrido, o virtual e por produção); e as fronteiras de recrutamento e de prestação de serviços se expandem, acompanhando o movimento de trabalho em qualquer local. Se as possibilidades de novas formas de prestação de trabalho já se colocavam para alguns tipos de serviços, a pandemia de covid-19 alavancou sua expansão e trouxe desafios para empresas e governos associados à gestão e à regulação de uma força de trabalho mais diversa e espreitada.

Na esteira das transformações sociais e da maior visibilidade das desigualdades, emerge a preocupação com a garantia de diversidade e de inclusão no mercado de trabalho como parte da responsabilidade social das empresas. Tal garantia é cada vez mais exigida por cidadãos e consumidores, além de valorizada no mercado.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade de criar empregos alinhados ao crescimento da economia verde e social.
2. Crescimento do desequilíbrio entre oferta e demanda de trabalhadores qualificados, especialmente em segmentos intensivos em conhecimento e TI.
3. Necessidade de articular atores e multiplicar as oportunidades públicas e privadas de qualificação e requalificação de trabalhadores para ocupações industriais e para que desempenhem funções associadas à digitalização da economia.
4. Risco de aumento da desigualdade e da pobreza pelo contingente de trabalhadores que podem não conseguir uma ocupação (não serão demandados por empresas, nem conseguirão empreender, mesmo informalmente) e que dependerão de transferências de renda.
5. Desafio para garantir os direitos associados ao trabalho, considerando a crescente flexibilização das relações de trabalho.

⁹¹ Confederação Nacional da Indústria (CNI), 2020. Sondagem Especial 76: falta de trabalhador qualificado. Brasília.

8. Crescente demanda da sociedade por participação e garantia de direitos e pressão por avanços na gestão pública

Desde a redemocratização, o Brasil vivencia um **processo contínuo de ampliação das demandas dirigidas ao Estado e de aumento do controle social na administração pública**. Nesse segundo campo, em particular, a Constituição de 1988, assim como seu desdobramento normativo subsequente, estruturou canais de participação da sociedade por meio de conselhos e consultas públicas. Também possibilitou o incremento de entidades de Estado de controle e fiscalização, que ampliaram a transparência pública, apuraram casos de corrupção e contribuíram para responder às reivindicações sociais no plano da atuação do setor público.

Outra evolução que vem ganhando força é a **profissionalização da gestão pública**. Esse movimento, além de correlacionado com a supracitada pressão social, é alavancado pela formação em cursos de graduação diretamente associados à administração e à gestão pública, que triplicaram na última década, passando de 115 para 348 entre 2010 e 2021,⁹² e pela ampliação da oferta de pós-graduação *lato e stricto sensu*.

No avanço da gestão pública, destaca-se a necessidade cada vez maior de **construção de uma agenda articulada** com outros entes federativos, com a iniciativa privada e o terceiro setor, para a **melhoria de gestão e melhor provimento de bens e serviços públicos**. As parcerias podem ocorrer em diversas instâncias e formatos jurídicos, como nos conselhos de gestão de políticas públicas, nos contratos de gestão e nas concessões, possibilitando grandes contribuições à sociedade.

No terceiro setor, houve crescimento do número total de organizações que geram valor público em diferentes áreas, como educação, saúde, assistência social e meio ambiente. O número de organizações da sociedade civil (OSCs) identificadas no Mapa das OSCs superou 815,6 mil entidades em atividade em 2020, entre associações privadas (80,9%), organizações religiosas (17,4%) e, em menor quantidade, fundações privadas (1,5%) e organizações sociais (0,2%).⁹³

Fenômenos associados

- » Aumento da participação e do controle social pressionando a gestão pública
- » Aumento da profissionalização da gestão pública
- » Crescente utilização de dados públicos, *big data* e *analytics* em decisões públicas e privadas
- » Transformação digital nos governos
- » Novas formas de organização Estado-sociedade e de prestação de serviços
- » Aumento da demanda de um Estado que regule as relações em sociedade de modo a assegurar direitos

⁹² Inep, 2021. Censo da educação superior. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 31/03/2023.

⁹³ Ipea, 2023. Dinâmicas do terceiro setor no Brasil: trajetórias de criação e fechamento das OSCs de 1901 a 2020. TD (s/nº), no prelo.

No setor privado, observa-se o aumento do interesse e da participação em parcerias público-privadas (PPP) e concessões para a viabilização de investimentos estratégicos em infraestrutura, com importante papel do BNDES como modelador dos projetos.

Já entre os entes governamentais (estados, municípios e Distrito Federal), verifica-se o aumento da estratégia de colaboração e planejamento integrado voltada para a oferta de serviços públicos e para o desenvolvimento regional. Isso ocorre em um quadro de crescimento das cidades médias brasileiras e de consorciamento entre os municípios menores para o enfrentamento de problemas até pouco tempo comuns só às regiões metropolitanas, como poluição ambiental, déficit de transporte público e de habitação e ocupação irregular de áreas de risco.

No contexto de ampliação das demandas da sociedade, do crescente controle social da ação estatal, da profissionalização da gestão pública e das novas parcerias, **novas tecnologias** têm sido incorporadas também à gestão pública, facilitando a **formulação de políticas mais focalizadas e a prestação de serviços por meios digitais**. A inteligência de dados permite identificar e conectar os desafios que se apresentam às políticas, bem como definir os focos e os públicos-alvo, gerando maior possibilidade de efetividade nas ações, menores custos e maior coordenação das ações intersetoriais. Já a **transformação digital aplicada aos governos** trará inúmeras oportunidades de redução de custos e de melhoria dos serviços.

Historicamente, a expansão e a melhoria da qualidade de vida no Brasil foram financiadas pelo gasto público. E ainda é preciso repensar as políticas de proteção social, de modo a **expandir o acesso aos direitos dos brasileiros**, atentando-se para as diversas configurações da sociedade e para os desafios à inclusão de determinados grupos.

Um levantamento do IBGE revelou que no Brasil, entre 2012 e 2022, a população de autodeclarados pretos e pardos aumentou em 32% e 11%, respectivamente.⁹⁴ Em 2022, 12% da população brasileira se autodeclarou membro da comunidade LGBTQIA+.⁹⁵ Ainda segundo o IBGE, no mercado de trabalho brasileiro as mulheres ganham, em média, 25% a menos do que os homens, têm maior probabilidade de estarem subutilizadas e estão mais expostas à pobreza. Brasileiros brancos ganham, em média, 73,4% a mais do que os de cor preta/parda, que têm maior probabilidade de ocupar atividades que, historicamente, contam com menores rendimentos.⁹⁶ Nesse sentido, **políticas pensadas** seguindo critérios de **diversidade, equidade e inclusão** são fundamentais para a democracia brasileira.

⁹⁴ IBGE, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-auto-declaram-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 20/03/2023.

⁹⁵ Spizzirri, G., Eufrásio, R.A., Abdo, C.H.N. et al, 2022. Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. Sci Rep 12, 11176. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41598-022-15103-y>>. Acesso em: 20/03/2023.

⁹⁶ IBGE, 2022. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf>>. Acesso em: 30/03/2023.

A sociedade brasileira, portanto, demanda um Estado que atue não somente como um gestor de políticas públicas, mas também como um **agente assegurado de direitos, especialmente dos mais vulneráveis e desassistidos**.

Essas tendências mundiais, também presentes no Brasil, mostram movimentos que devem se perpetuar ou mesmo se acirrar na próxima década. Trazem, de um lado, **oportunidades para o país que se ampliam ao irem ao encontro das potencialidades brasileiras**. De outro lado, carregam **importantes desafios a serem superados** ao longo dos anos na construção de uma sociedade mais justa e próspera.

A análise desses fenômenos, e de suas implicações para o país, deve iluminar as decisões sobre os caminhos que o Brasil percorrerá no futuro, seja para ocupar e consolidar os espaços mundiais no campo ambiental e no do fornecimento de alimentos, por exemplo, seja para **enfrentar as questões sociais e econômicas enfatizadas neste Plano Plurianual, de modo a se construir um país mais igualitário e com sustentabilidade social, ambiental e econômica**.

Possíveis implicações para o Brasil

1. Oportunidade para promover o aperfeiçoamento do sistema de governança e de regulação, visando ao melhor desempenho dos setores público e privado.
2. Oportunidade de melhoria na gestão pública, com vistas à maior articulação das ações nos horizontes de curto, médio e longo prazo, e otimização no uso de recursos públicos.
3. Otimização no uso de recursos públicos e maior efetividade das ações com a transformação digital.
4. Oportunidade de consolidação de programas de respeito à diversidade e à equidade.
5. Desafio para assegurar e ampliar o acesso aos direitos dos brasileiros, em especial dos grupos mais vulneráveis.

2.3

Cenário macroeconômico e fiscal para o período 2024-2027

O PPA 2024-2027 faz parte de uma estratégia geral de planejamento que visa restabelecer as prioridades da ação governamental por meio do desenho e da implementação de políticas públicas, voltadas para a estruturação de um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo. Para elaborar o modelo de desenvolvimento, é fundamental que existam estimativas sobre o impacto das ações definidas como prioritárias na evolução de agregados fiscais e monetários e na dinâmica do crescimento.

As ações planejadas para os próximos anos têm como foco a retomada do crescimento econômico sustentável e inclusivo, com responsabilidade fiscal, social e ambiental. Para isso, deverão ser contornados obstáculos como a fome, a pobreza, o desemprego, as dificuldades de acesso à saúde e educação pública, a baixa mobilidade social, além da profunda desigualdade de renda, raça e gênero. A transformação ecológica também é prioridade, trazendo oportunidades de investimento em paralelo à mitigação dos riscos físicos e de transição relacionados às mudanças climáticas.

Antecedentes

O crescimento médio da economia brasileira no período de 2020 a 2022 foi de 1,5% ao ano, o que representa resultado inferior à expectativa inicialmente projetada, de alta de 2,4% ao ano. Nesses anos, o crescimento foi prejudicado tanto pela pandemia de covid-19 quanto pela guerra entre Rússia e Ucrânia. Em 2020, o PIB recuou 3,3% como reflexo do isolamento social e dos desdobramentos da pandemia sobre as cadeias de produção

global. A retomada do crescimento, amparada por políticas fiscal e monetária expansionistas, ocorreu em 2021, quando o país cresceu 5,0%. Em 2022, o ritmo de crescimento do PIB voltou a desacelerar, repercutindo o início dos conflitos na Ucrânia e a política monetária contracionista, a fim de conter o avanço da inflação. No ano, a atividade cresceu 2,9%.

Para 2023, a expectativa de crescimento do PIB é de 2,5%. Cerca de 40% desse crescimento deverá refletir o bom desempenho do setor agropecuário no ano, em razão da safra recorde de grãos, do crescimento da colheita de cana-de-açúcar e da expansão prevista para o abate. No entanto, setores mais sensíveis ao ciclo monetário e de crédito, como a indústria de transformação, a construção, o comércio e outras atividades de serviços, devem registrar variações inferiores às registradas em 2022, contribuindo para a desaceleração do crescimento no ano. Além das condições ainda restritivas de política monetária e de seus impactos no crédito e no mercado de trabalho, a desaceleração esperada para a economia global é outro vetor negativo para o crescimento no ano.

Como resultado dos altos patamares de juros, passou a ser um desafio expandir a taxa de investimento da economia e reduzir a inadimplência, recorde no ano. Para estimular novos investimentos, o governo federal vem adotando políticas de facilitação de crédito para micro e pequenas empresas, para atividades de inovação e digitalização, para incentivo às exportações e para a aceleração da neoindustrialização no país. O Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a reestruturação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e medidas para a desburocratização da emissão de títulos privados e o estímulo a emissões de debêntures de infraestrutura ambiental e social também devem ajudar na retomada dos investimentos em 2023. Para combater as altas taxas de inadimplência, foram prorrogados a carência e o prazo de financiamento do Pronampe e do PEAC-FGI, programas de concessão de crédito a micro, pequenas e médias empresas, e instituído o programa Desenrola, que estimula a renegociação das dívidas privadas de pessoas físicas, principalmente de baixa renda.

Vale destacar, ainda em 2023, a previsão da aprovação do novo Regime Fiscal Sustentável, que busca garantir trajetória sustentável para as variáveis fiscais e, em paralelo, permitir ao governo planejar e executar políticas públicas que garantam o desenvolvimento do país. Nesse mesmo sentido, foram de extrema relevância as medidas já adotadas para reduzir isenções e benefícios fiscais que distorciam o panorama para a arrecadação federal. Junto com o novo regime fiscal, a aprovação da reforma tributária pelo Congresso diminuirá as incertezas relacionadas ao ambiente de negócios, permitindo canalizar novos recursos para a economia do país ainda este ano.

Tabela 1. Crescimento do PIB 2020-2023

	2020	2021	2022	2023*	T/T-4 var. %					T/T-1 var. %					Carry-over 2023
					2022.I	2022.II	2022.III	2022.IV	2023.1	2022.I	2022.II	2022.III	2022.IV	2023.1	
PIB p.m.	-3,3	5,0	2,9	3,3	2,4	3,7	3,6	1,9	4,0	1,0	1,1	0,5	-0,1	1,9	2,4
Oferta															
Agropecuária	4,2	0,3	-1,7	6,0	-5,2	-0,9	3,2	-2,9	18,8	-0,1	-0,5	-1,1	-0,9	21,6	19,9
Indústria	-3,0	4,8	1,6	2,4	-1,2	2,1	2,8	2,6	1,9	0,8	1,6	0,6	-0,3	-0,1	0,3
Serviços	-3,7	5,2	4,2	3,9	4,1	4,7	4,5	3,3	2,9	1,0	1,2	0,9	0,2	0,6	1,5
Demanda															
Consumo das famílias	-4,6	3,7	4,3	4,5	2,5	5,7	4,6	4,3	3,5	1,2	1,9	0,8	0,4	0,2	1,4
Consumo do governo	-3,7	3,5	1,5	0,9	3,9	0,9	1,0	0,5	1,2	-0,4	-0,7	1,3	0,3	0,3	1,0
FBCF	-1,7	16,5	0,9	2,7	-6,4	1,5	5,0	3,5	0,8	-1,3	3,5	2,3	-1,3	-3,4	-2,4
Exportação	-2,3	5,9	5,5	5,2	8,7	-4,6	8,1	11,7	7,0	8,0	-2,4	4,2	3,3	-0,4	3,5
Importação (-)	-9,5	12,0	0,8	4,2	-10,6	-1,0	10,6	4,6	2,2	-1,6	6,7	4,7	-3,1	-7,1	-5,7

*Acumulado em quatro trimestres até o 1T23.

Fonte: IBGE. Elaboração SPE/MF.

A inflação medida pelo IPCA também não correspondeu à inicialmente projetada para o período de 2020 a 2022 no PPA 2020-2023. Em 2020, foi registrada uma inflação de 4,52%, como reflexo da alta nos preços de alimentos e de bens comercializáveis, impulsionadas pela ruptura em cadeias produtivas globais. Em 2021, os preços de monitorados também aceleraram, levando a inflação a um patamar superior a 10,00% no ano. Em 2022, a inflação desacelerou para 5,79%, refletindo a deflação nos preços de monitorados, motivada por desonerações nas tarifas de energia e de combustíveis. Em contrapartida, a inflação de preços livres subiu, repercutindo o avanço nos preços tanto de alimentação no domicílio quanto de serviços, a despeito do aumento dos juros.

Em 2023, projeta-se novo recuo da inflação, para 4,85%. A desaceleração nos preços livres deverá mais que compensar a alta prevista para os preços de monitorados no ano. Para a desaceleração dos preços livres, destaca-se o arrefecimento nos preços de bens industriais e de alimentação no domicílio, motivada pelo processo de normalização das cadeias produtivas globais após os impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia, pela apreciação cambial, pela queda nos preços de commodities e pela supersafra brasileira. No caso de monitorados, a aceleração prevista para a inflação repercute principalmente no retorno do Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre combustíveis, a mudança na forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) sobre os preços da gasolina, além de reajustes nas tarifas de energia, ônibus urbano, planos de saúde e jogos de azar, refletindo parcialmente a alta inflação em 2022.

Considerando tanto a dinâmica do ambiente externo quanto a recente apreciação cambial e a queda nos preços das *commodities*, passou a ser plausível supor inflação dentro

dos limites da banda já em 2023. Os preços de alimentação no domicílio, de bens industriais e de combustíveis ainda podem surpreender positivamente, em resposta à evolução da dinâmica do câmbio e dos preços no atacado. Com a melhora nas expectativas de inflação, o patamar esperado para a taxa de juros básica em fins de 2023 e 2024 tem caído de maneira significativa nos últimos meses.

Perspectivas para o período de 2024 a 2027

Para o período de 2024 a 2027, a expectativa é de crescimento médio do PIB em cerca de 2,5% ao ano, valor superior à média para o período de 2017 a 2022, de 1,5% ao ano. Para esses anos, o avanço esperado no ritmo de expansão da atividade decorre de premissas de ampliação do produto potencial e de redução dos juros neutros, repercutindo as políticas adotadas ao longo de 2023 para a retomada dos investimentos e a redução da inadiplência, os ganhos de eficiência alocativa derivados das reformas fiscal e tributária, as políticas de redução de desigualdade, a transformação ecológica, as reformas microeconômicas financeiras e de crédito e a facilitação e o estímulo ao investimento em setores econômicos estratégicos.

Os investimentos devem ser impulsionados pelo Novo PAC, pelo Minha Casa, Minha Vida, bem como pelas medidas de facilitação de crédito para inovação e exportação, pela desburocratização das emissões de títulos de crédito privado e pela provisão de garantias soberanas para a expansão das parcerias público-privadas (PPPs). Destaca-se também nesse âmbito o programa de incentivo para a indústria, que deverá permitir depreciação acelerada de máquinas e equipamentos a fim de promover a renovação, a modernização das plantas produtivas e a neoindustrialização. Soma-se ao impacto desses programas e medidas, a previsão de retomada no crescimento das concessões de crédito, em resposta ao menor patamar dos juros reais após o retorno da inflação à meta.

Junto com os programas e as medidas de estímulo ao investimento, as reformas fiscal e tributária e as políticas de redução de desigualdade de renda devem propiciar expansão do potencial de crescimento do país e redução estrutural dos juros. O novo regime fiscal contempla, em simultâneo, o crescimento real dos gastos e o cumprimento de metas para o primário, a fim de garantir trajetória sustentável para a dívida. É, portanto, mais crível e alinhado com a prática internacional que o regime anterior. Com a aprovação desse novo regime, os riscos fiscais de cauda foram afastados, sendo este um dos fatores determinantes para o início do ciclo de flexibilização monetária. A reforma tributária sobre o consumo de bens e serviços deverá simplificar a cobrança dos impostos, reduzir cumulatividades na cadeia produtiva e ainda desonerar a indústria e as exportações, segmentos mais prejudicados pelo antigo sistema. Os ganhos de eficiência alocativa e de aumento da produtividade por causa da reforma deverão contribuir para elevar de maneira substancial o PIB potencial das próximas duas décadas.

Há que se destacar também as políticas de redução da desigualdade, garantindo a retomada do crescimento com inclusão social. As políticas de valorização do salário mínimo e

de igualdade salarial entre mulheres e homens buscam elevar a participação dos salários na renda, inclusive criando estímulos para atrair mais mulheres ao mercado de trabalho, garantindo-lhes o que é de direito. Para a redução das desigualdades, são essenciais ainda o Bolsa Família e o MCMV. O Bolsa Família, que permite dar assistências a famílias de baixa renda, foi reformulado tendo em vista manter na base de beneficiados apenas os que realmente se enquadram nas condições estabelecidas; voltar a exigir contrapartidas em troca do auxílio, tais como matrícula ativa dos filhos na escola e carteira de vacinação atualizada; e conceder pagamentos extras a famílias com filhos de 0 a 18 e com grávidas. O MCMV passou a contar com menor valor de entrada, extensão para os prazos de financiamento e menores taxas de juros, especialmente para a população de menor renda. Os municípios, com base no MCMV-Parceria, poderão participar mais ativamente do programa, melhorando as condições de entrada e o financiamento da casa própria. Ao garantir a saída do aluguel, o programa reduz substancialmente o comprometimento de renda das famílias, que passam a ter maior poder de compra e, conseqüentemente, melhores condições de vida.

As novas políticas de saúde e educação também estão alinhadas com o objetivo de crescimento inclusivo. No âmbito da educação, destacam-se a ampliação e o reajuste de investimentos em bolsas e merenda escolar; a implementação de políticas de escolas de tempo integral e de alfabetização; a retomada de obras de infraestrutura escolar; e a recomposição do orçamento da educação profissional, tecnológica e superior. Ao buscar garantir escola para todos, elevando as horas e a qualidade do ensino, essas medidas devem facilitar a participação das mães no mercado de trabalho, elevar a produtividade da mão de obra atual e futura e ainda possibilitar a redução da desigualdade de renda. A retomada das políticas na área da saúde – com destaque para a adoção de medidas para o fortalecimento e a garantia de acesso ao SUS, inclusive com o retorno dos programas Mais Médicos e Rede Cegonha e o reforço da Farmácia Popular – é fundamental para os próximos anos, funcionando como base para o desenvolvimento econômico sustentável.

A vertente ecológica tem importância substancial na transição para um crescimento sustentável. O Plano de Transformação Ecológica deverá garantir menores impactos da produção no meio ambiente e no clima e fortalecer serviços ecossistêmicos. O plano abrange ações em seis diferentes eixos. O primeiro é o adensamento tecnológico, com o objetivo de ampliar a produtividade da economia por meio da sofisticação produtiva e tecnológica, estimulando, junto com a depreciação acelerada, a neoindustrialização. O segundo eixo é o da bioeconomia, com foco no fortalecimento de cadeias da sociobiodiversidade e no aumento do uso de bioinsumos pelos setores primário e secundário. A transição energética, terceiro eixo do plano, tem como objetivo ampliar a participação de fontes renováveis nos transportes e na matriz de energia elétrica. O quarto eixo é o da economia circular, com a finalidade de reduzir resíduos sem destinação e estimular a reinserção dos bens na cadeia produtiva. A adaptação da infraestrutura ao clima, tornando-a mais resiliente, representa o quinto eixo do plano. O sexto eixo trata das finanças sustentáveis e tem como principais objetivos a criação do mercado de carbono, vinculado à estratégia de descarbonização setorial; o desenvolvimento de taxonomia sustentável, a fim de se identificarem projetos condizentes com a estratégia brasileira de desenvolvimento

sustentável; e a emissão de títulos soberanos sustentáveis no mercado internacional, que, entre outros benefícios, permitirá o estabelecimento de uma curva de juros de referência para emissões de títulos privados verdes, sociais e sustentáveis.

A estratégia para atingir maior crescimento econômico se completa com o quadro de reformas financeiras e para o mercado de crédito. Ainda em 2023, foram anunciadas 13 medidas para aprimorar o mercado de crédito, com destaque para o novo marco de garantias, que tende a reduzir o custo do crédito ao permitir o uso mais eficiente de garantias atualmente subutilizadas. A agenda de reformas financeiras é formada por quatro pilares. O primeiro pilar trata de temas relacionados à tributação de produtos financeiros, para trazer mais simplicidade, neutralidade e eficiência ao mercado de capitais, potencializando a atração de investimentos. O segundo pilar está relacionado ao aprimoramento dos mercados de seguros e previdência. Nesse pilar, iniciativas como a implementação de seguro garantia em licitações tem potencial para incentivar e modernizar processos licitatórios no país. O terceiro pilar, focado no mercado de capitais, deverá regulamentar, desburocratizar e aprimorar a emissão de dívidas privadas e ainda criar instrumentos financeiros alinhados com a agenda ambiental, social e de governança, permitindo direcionar o capital para uma rota mais sustentável. Esse pilar está alinhado com o sexto eixo do Plano de Transformação Ecológica, que busca definir taxonomia sustentável de acordo com a estratégia de desenvolvimento brasileira. No quarto pilar, relacionado ao mercado de crédito, destacam-se as medidas para aperfeiçoar os mecanismos de recuperação de crédito, modernizar instrumentos financeiros e ampliar o acesso a opções mais baratas de crédito, caso do consignado privado.

Esse conjunto de reformas, estruturais e microeconômicas, junto com as políticas de incentivo ao investimento, a transformação ecológica e a estabilidade financeira e dos preços deverá permitir ao país atingir seu objetivo, ao longo do período 2024-2027, de retomada do crescimento econômico sustentável e inclusivo, com responsabilidade social, fiscal e ambiental.

Projeções macroeconômicas para 2024 a 2027⁹⁷

A proposta do cenário macroeconômico do PPA para o período de 2024-2027 adota os seguintes parâmetros:

Tabela 2. Projeção das variáveis macroeconômicas

Discriminação	Projeção*					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB: Variação % anual	2,9	2,5	2,3	2,8	2,4	2,6
IPCA: Variação % acumulada no ano	5,79	4,85	3,30	3,00	3,00	3,00
Taxa de câmbio R\$/US\$: média anual	5,16	5,01	5,02	5,09	5,18	5,23
Taxa Selic (% ao ano): média anual	12,34	13,12	9,80	7,82	7,05	7,06

*Projeções Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 11/07/2023.

Fonte e elaboração: SPE/MF.

O crescimento esperado para 2024 é de 2,3%. Ainda que o cenário prospectivo para o crescimento mundial em 2024 seja menos otimista, em função da menor perspectiva de flexibilização monetária já em fins de 2023, o cenário para os juros no Brasil se tornou mais favorável. A alta projetada para o PIB de 2024 é baseada na recuperação do crescimento da indústria e de serviços, pelo lado da oferta, e da absorção doméstica, pela ótica da demanda. Tanto o setor industrial quanto o de serviços devem se beneficiar com a melhoria no ambiente de negócios e a redução de incertezas decorrentes da aprovação das reformas fiscal e tributária. O consumo e o investimento devem ganhar novo impulso com a redução dos juros reais; a desaceleração da inflação; a política de reajuste real do salário mínimo; a queda na inadimplência, com o programa Desenrola; e o novo PAC, focado na transformação energética e ecológica.

Para os anos seguintes, projeta-se crescimento próximo a 2,5%. O maior crescimento deverá refletir o aumento da capacidade produtiva do país, resultante das mudanças estruturais e dos ganhos de eficiência alocativa propiciados pelas reformas fiscal e tributária, pela redução das desigualdades e pelos estímulos ao investimento em setores estratégicos, como os relacionados à transformação ecológica. Nesses anos, a contribuição do setor externo para a atividade doméstica deverá se mostrar mais favorável, repercutindo tanto na reversão do cenário de baixo crescimento global, pelo retorno dos juros à neutralidade, quanto na busca crescente por oportunidades de investimento em países sustentáveis, com baixa pegada de carbono.

No cenário projetado de 2024 a 2027, a inflação converge para a meta de 3,00% ao ano, que passa a valer para o horizonte contínuo e não apenas para o ano-calendário a partir

⁹⁷ Elaboração: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

de 2025. Com essa mudança, torna-se possível ancorar as expectativas de inflação também no longo prazo.

Para 2024, segue a expectativa de que a inflação ao consumidor retorne para o intervalo proposto para a meta, situando-se perto de 3,30%. A inflação de alimentos e de bens industriais deve seguir em baixos patamares, enquanto a inflação de serviços e a de monitorados deve desacelerar, repercutindo a menor inflação em 2023, com um câmbio ainda em patamar próximo de R\$/US\$ 5,00, uma leve desaceleração econômica e um ritmo de crescimento pouco acentuado projetado para a atividade mundial. Nos anos posteriores, a expectativa é de inflação de 3,00% ao ano.

Com o retorno da inflação para o centro da meta, as taxas de juros reais devem voltar a convergir para a taxa neutra. Para 2024, a expectativa é que a taxa Selic seja gradualmente reduzida, terminando o ano com média de 9,80%. Em 2025, a taxa média deve cair, significativamente, para cerca de 7,80%, uma vez que a taxa real, já no início do ano, deverá estar perto da neutra. Para 2026 e 2027, espera-se uma Selic em patamar próximo de 7,00% ao ano.

Para a taxa de câmbio, considera-se a tendência à apreciação na média anual em 2024. Em seguida, o câmbio deve voltar a depreciar, em linha com o diferencial de inflação doméstica e externa.

Cenário fiscal para o período 2024-2027⁹⁸

A política fiscal é um instrumento capaz não apenas de suavizar ciclos, mas também de solidificar mudanças estruturais na economia. Todas as ações fiscais, tanto do lado da arrecadação quanto do lado das despesas do Estado, visam a favorecer a sustentabilidade das contas públicas e a retomada do crescimento econômico, e devem sempre estar ancoradas no compromisso de aumentar o bem-estar social e reduzir as desigualdades.

A última década foi marcada por várias intercorrências que comprometeram sensivelmente o crescimento econômico do país. Condições estruturais e conjunturais, como a recessão de 2014-2016, o baixo crescimento do período 2017-2019 e a pandemia de COVID-19 em 2020, colaboraram para o agravamento do desajuste das contas públicas verificado desde 2013. A geração de resultados fiscais que garantam a sustentabilidade da trajetória da dívida pública, aliada ao custeamento adequado das políticas públicas e dos investimentos sociais que visem à redução das desigualdades e a transformação ecológica, são objetivos a serem buscados e alcançados neste novo ciclo de PPA que se inicia.

O cenário fiscal para o PPA 2024-2027 tem como premissa o cumprimento do limite de despesas previsto no Projeto de Lei Complementar nº 93, de 2023 (PLP 93/2023). Pela proposta, na forma aprovada nas duas casas Legislativas e encaminhada para sanção presidencial, os limites para o montante global das dotações orçamentárias relativas a

⁹⁸ Elaboração: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com contribuições da Secretaria de Orçamento Federal.

despesas primárias, individualizados por Poder e órgão autônomo, serão corrigidos a cada ano pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerados os valores apurados no período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária anual, acrescidos da variação real da despesa, por sua vez calculada em função da variação real da receita.

A Tabela 3 evidencia a magnitude do esforço que será necessário no próximo quadriênio para alcançar a sustentabilidade das contas públicas, sendo de importância fundamental as reformas fiscais de longo prazo para que a economia do país percorra um caminho estável de crescimento.

Tabela 3. Cenário fiscal de referência – Projeções PPA 2024-2027 (em % PIB)

	2024	2025	2026	2027
Resultado primário do Governo Central	0,00	0,50	1,00	-0,23*
Resultado nominal do setor público não financeiro	-6,7	-5,5	-4,6	-5,8
DBGG	77,2	77,3	76,9	77,7
DLSP	63,9	65,1	65,8	67,5
Juros nominais	6,6	5,9	5,5	5,6

Fonte: SOF e STN. Elaboração: SPE Nota: *Cenário até 24 de agosto de 2023.

O uso do espaço fiscal decorrente da aplicação dos limites de despesas primárias pressupõe a adoção de medidas eventualmente necessárias ao alcance dos resultados primário anuais a serem perseguidos ao longo da vigência do Plano.

Para 2024, a meta de resultado primário é de R\$ 0,00 (zero real) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de déficit de R\$ 7,3 bilhões para o Programa de Dispendios Globais das empresas estatais independentes, podendo ser desconsiderado da referida meta o montante de até R\$ 5,0 bilhões com investimentos destinados ao novo Programa de Aceleração do Crescimento e as empresas dos Grupos Eletrobrás e da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional. Para 2025 e 2026, as projeções para o resultado primário constantes do Anexo de Metas Fiscais – AMF do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2024 para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são de 0,5% e 1,0% do PIB, respectivamente.

Para o ano de 2027, ainda não há meta estabelecida para o resultado primário, uma vez que as metas constantes na PLDO 2024 têm horizonte até o ano de 2026. Assim, as projeções para o ano ainda não consideram nenhum ajuste em despesas discricionárias para o atingimento de determinado objetivo de resultado primário. A partir deste cenário, projeta-se déficit de 0,23% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em 2027. A projeção leva em conta o vencimento da suspensão do pagamento de precatórios estabelecida pela Emenda Constitucional nº 114/2021, que estabeleceu limite anual para alocação em despesas com pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal em virtude de sentença judiciária (art. 100 da Constituição Federal) até o fim de 2026. Estima-se que o

montante a ser destinado ao pagamento de precatórios em 2027 se situe próximo a R\$ 200 bilhões, considerando o estoque formado de 2022 a 2026.

Caso não venham a ser adotadas medidas que permitam dar tratamento especial à quitação do referido passivo, sobretudo no que tange ao cumprimento do limite de despesa primária, a capacidade de o governo executar suas políticas pode ser comprometida. Em última análise, a realização das entregas previstas no último ano do Plano Plurianual também pode ser afetada.

Sem desconsiderar o desafio fiscal e normativo identificado para o período, a elaboração do PPA 2024-2027 pautou-se na premissa de que o valor estimado do montante acumulado de precatórios não reduzirá o espaço fiscal para as demais despesas primárias. A solução permite lidar com incertezas inerentes ao planejamento de médio prazo, evidenciando as entregas pretendidas ao longo dos próximos quatro anos.

Para garantir que as metas dependentes de despesas discricionárias estabelecidas para cada exercício do PPA estejam alinhadas às metas fiscais e à disponibilidade orçamentária do exercício a que se referirem, as metas dos programas finalísticos poderão ser revisadas, de modo a garantir a sua adequação.

Por sua vez, o resultado nominal do setor público não-financeiro em proporção do PIB apresenta trajetória de redução de déficit entre os anos 2024 e 2026 em decorrência das projeções de queda nos juros nominais para este período conjugada à trajetória do resultado primário. Em 2027, projeta-se elevação do déficit nominal, dada a projeção de déficit primário e de pequena elevação nos juros nominais. Ainda assim, a expectativa de déficit nominal para 2027 permanece abaixo do patamar projetado para 2024.

Em que pese a expectativa de pequena elevação na DBGG99 (em % do PIB) em 2025, a projeção de geração de superávits primário do governo central conjuntamente à queda de juros nominais a partir deste ano, conduzem à uma queda na DBGG em 2026, que voltaria a aumentar em 2027 em decorrência da projeção de déficit primário e alta nos juros nominais no ano. Conforme destacado no Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2024), a resistência de queda da DBGG até 2025, mesmo com superávit primário projetado para este último ano, é explicada pela projeção de taxas de juros reais acima da taxa estrutural de juros de equilíbrio, levando o custo real de financiamento da dívida pública a ficar superior à taxa real de crescimento da economia, dificultando, assim, a estabilização da dívida já a partir de 2025. Vale ponderar que a projeção para 2027 ainda não está sujeita à meta de resultado primário pré-estabelecida.

Visando a melhora do cenário fiscal de modo a tornar possível a retomada de uma trajetória de superávits primários a partir de 2025, conforme previsto no cenário fiscal para os próximos anos, algumas medidas de cunho estrutural foram essenciais.

⁹⁹ Conceito de endividamento considerado no Regime Fiscal Sustentável.

A primeira medida foi o desenvolvimento e a aprovação do Regime Fiscal Sustentável. O Projeto de Lei Complementar PLP 93/2023, aprovado nas duas casas Legislativas e encaminhado para sanção presidencial, substitui o “Teto de Gastos” criado pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Esse Regime Fiscal Sustentável congrega um conjunto de regras fiscais voltado para a sustentabilidade da política fiscal ao longo do tempo, buscando garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento econômico robusto, sustentável e inclusivo. O PLP 93/2023 alterou a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e a Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.

O objetivo desta reforma foi tornar o regime fiscal brasileiro mais flexível e anticíclico, para que este seja capaz de acomodar choques econômicos, sem comprometer a sua consistência no médio e longo prazo. Busca-se, assim, garantir a responsabilidade social, pilar da Constituição Federal de 1988, e a responsabilidade fiscal, de forma a possibilitar o financiamento adequado das políticas públicas, além de oferecer maior previsibilidade aos agentes econômicos quanto às condições de solvência do setor público, à trajetória de sustentabilidade da dívida pública e à capacidade do Governo Federal de honrar seus compromissos em relação aos seus credores.

As principais características do Regime Fiscal Sustentável são: (i) disciplina o crescimento anual da despesa primária da União submetida aos limites individualizados definidos; (ii) dispõe sobre questões relacionadas à meta de resultado primário e ao seu cumprimento; (iii) estabelece valor mínimo para os investimentos públicos na lei orçamentária, bem como possibilidade de ampliação; (iv) impõe ajustes nas contas públicas, em caso de descumprimento da meta de resultado ou quando a despesa obrigatória superar 95% da despesa primária.

O gasto real deverá crescer 70% do crescimento real da receita (descontadas receitas extraordinárias e transferências), variando entre o intervalo de 0,6% a 2,5%. O estabelecimento do limite mínimo garante a manutenção dos gastos per capita em contextos de baixo crescimento e choques econômicos, atuando como importante mecanismo anticíclico. Já o estabelecimento do limite máximo configura um patamar factível para o crescimento real das despesas públicas, fator primordial para que em tempo de bonança possam ser evitadas expansões exacerbadas nos gastos públicos, que, ao se perenizarem, podem promover deterioração fiscal em cenários econômicos mais adversos.

A meta de resultado primário exibida na Tabela 1 poderá flutuar dentro de um intervalo, de forma a acomodar choques econômicos. Caso o resultado primário seja inferior ao limite mínimo estabelecido na meta, serão introduzidas sanções que variam desde a redução do percentual de crescimento real do gasto em relação ao crescimento real da receita para 50% no exercício seguinte ao da elaboração do PLOA quando o desvio da meta é verificado (t+2), à imposição de gatilhos de congelamento em algumas despesas a partir do segundo ano de descumprimento, de forma a induzir o retorno do resultado primário para sua trajetória pré-estabelecida.

O intuito de se estabelecer um piso para as despesas governamentais está em linha com a responsabilidade social pois busca-se garantir que programas essenciais tenham um financiamento adequado e perene, independente do ciclo econômico.

Ademais, o Regime Fiscal Sustentável também prevê o desenvolvimento e implementação de um Marco Fiscal de Médio Prazo (MFMP) a ser estabelecido no PLDO elaborado no primeiro ano de cada governo. O MFMP trata-se de um arcabouço institucional que contém: (i) diretrizes plurianuais dos objetivos fiscais agregados que se tornam referência em todo o processo orçamentário; (ii) conjunto integrado de metas e projeções macroeconômicas e fiscais de médio prazo; (iii) alinhamento da política fiscal com identificação de riscos fiscais. Com o MFMP, busca-se trazer mais eficiência e previsibilidade ao planejamento orçamentário, traçando o mapeamento de riscos fiscais, além de consolidar a cultura de planejamento de médio e longo prazos, muito importante para despesas como o investimento público.

Neste ciclo de PPA, a partir da implementação do Regime Fiscal Sustentável, busca-se a consolidação de uma trajetória sustentável para o crescimento da dívida pública, que, em consonância com o maior orçamento para implementação de boas políticas públicas, pode levar à redução estrutural dos juros e estimular o crescimento econômico vigoroso, sustentável e inclusivo.

Não se pode considerar que o ajuste das contas públicas seja feito sempre do lado da despesa social ou dos investimentos públicos. Em um país com dimensões continentais e com mazelas sociais ainda profundas, com estrutura orçamentária rígida e com grande volume de despesas obrigatórias, que derivam da garantia de direitos constitucionais fundamentais ao Estado de bem-estar social brasileiro, o espaço para redução dos gastos é exíguo e socialmente custoso. Assim, para se alcançar uma trajetória sustentável da dívida pública, a recomposição das receitas públicas que foi corroída por benefícios tributários de baixo retorno social nos últimos anos e a revisão das despesas – que deve buscar a melhoria da qualidade dos gastos públicos, com foco na redução dos gastos tributários – são primordiais.

Para garantir as metas de resultado primário do governo central estabelecidas para os próximos anos, estão sendo planejadas e implementadas medidas para tornar a arrecadação mais eficiente e eliminar distorções tributárias atualmente vigentes. Algumas das medidas propostas buscam delimitar os incentivos tributários a gastos com maior multiplicador, como é o caso da inclusão da subvenção estadual concedida no ICMS na base de cálculo dos tributos federais¹ ao custeio, mas não ao investimento. Outras medidas têm como propósito garantir o fim da evasão tributária, permitindo competição isonômica da indústria e do varejo nacional, e ainda incentivando a geração de empregos e renda no país. A recomposição da base de arrecadação que foi corroída por benefícios tributários nos últimos anos, além da legalização de novos segmentos que atuam sem regulamentação atualmente, como o segmento de apostas, e implementação de medidas de redução de litigiosidade no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e de combate à elisão e evasão fiscal, são diretrizes importantes para o cenário fiscal dos próximos anos.

Por fim, uma segunda relevante reforma fiscal estrutural já está em curso, a partir de duas propostas de reformas tributárias: a dos impostos sobre consumo e a dos impostos sobre a renda. A primeira, que tramita no Senado Federal, tendo sido aprovada na Câmara dos deputados (por meio da PEC nº 45-F/2019), visa a alterar o Sistema Tributário Nacional, sendo seu principal objetivo o de simplificar e racionalizar a tributação sobre a comercialização de bens e serviços. A simplificação do regime tributário, com redução da complexidade e melhor distribuição da carga, busca elevar a competitividade da produção doméstica. A Reforma da tributação do consumo não ensejará a elevação da carga tributária, no entanto, é esperado que, com as correções das distorções que o atual sistema impõe, a redução dos incentivos tributários ineficientes, bem como o efeito sobre a produtividade e o potencial de crescimento do país, haja uma efetiva elevação das receitas.

A redução do número de impostos e o fim da cumulatividade, a maior transparência em relação ao que é efetivamente pago de impostos pelo consumidor, o compartilhamento de informações entre as autoridades fiscais e a adoção de sistemas tributários automáticos e universais, com menor espaço para exceções e regimes especiais, podem aumentar a eficiência da arrecadação tributária. Um sistema tributário mais simples também irá melhorar o ambiente de negócios e aumentará a competitividade, com efeitos positivos na arrecadação de impostos. Em resumo, a reforma da tributação do consumo será uma oportunidade de gerar ganhos de simplificação e de eficiência.

No aspecto federativo, a reforma da tributação do consumo fortalecerá o pacto vigente, uma vez que traz mais autonomia a estados e municípios ao eliminar a guerra fiscal, dada a transferência da tributação da origem para o destino, e cria o fundo de Desenvolvimento Regional, trazendo mais transparência às políticas de incentivo regional, com maior potencial de impacto na redução das desigualdades regionais. Ainda, ensejará a redução do custo da cesta de consumo típica dos mais pobres, ao reduzir a alíquota efetiva de produtos que têm maior peso no orçamento dessa parcela da população. Um Instrumento de devolução personalizada de tributos (chamado de cashback) aos mais pobres também está previsto na reforma e tem relevante potencial de reduzir a desigualdade.

A segunda etapa irá trabalhar a reforma tributária da renda, visando a eliminar privilégios tributários no imposto de renda que têm favorecido o topo da pirâmide distributiva, gerando distorções e mitigando sua progressividade. A tributação da renda deve, por definição, configurar um instrumento redistributivo. Com esta reforma, almeja-se a ampliação da progressividade do IR e a redução da desigualdade de renda, com respectivo estímulo ao crescimento econômico, dados os potenciais efeitos de uma melhor distribuição de renda sobre a capacidade de consumo da maior parte das famílias brasileiras.

Conciliar responsabilidade fiscal e justiça social é o objetivo primordial a ser buscado. A retomada de políticas públicas essenciais marca o início de um novo ciclo de planejamento estratégico para os próximos anos, no qual a equidade social e a sustentabilidade ambiental deve caminhar *pari passu* com os objetivos da política fiscal.

Uma política fiscal guiada pela responsabilidade social e sustentabilidade ambiental deve garantir as condições para que os gastos públicos em políticas essenciais sejam perenes,

eficientes e eficazes e que contribuam para a redução das desigualdades, em todas as suas instâncias: de renda, raça, gênero e regionais.

O objetivo central da política fiscal no médio prazo representado pelo ciclo PPA 2024-2027 será proporcionar à população o acesso aos serviços públicos garantidos como direitos constitucionais, a manutenção, retomada e inauguração de políticas públicas com foco na melhoria do bem-estar social, redução das desigualdades e estímulo à sustentabilidade ambiental, a suavização de ciclos econômicos, concomitantemente ao controle da trajetória de crescimento da dívida pública em relação ao PIB. Para tanto, o governo federal buscará o equilíbrio das contas públicas por intermédio do controle e do monitoramento do crescimento da despesa, bem como com o acompanhamento e revisão da arrecadação dos tributos federais, tomando medidas tempestivas para a correção de desvios, buscando maior equidade quanto ao custeamento do Estado de bem-estar social e a prevenção quanto à materialização de riscos fiscais com impactos relevantes nos curto e médio prazos.



2.4

Visão de futuro 2027, valores e diretrizes, indicadores-chave nacionais e metas

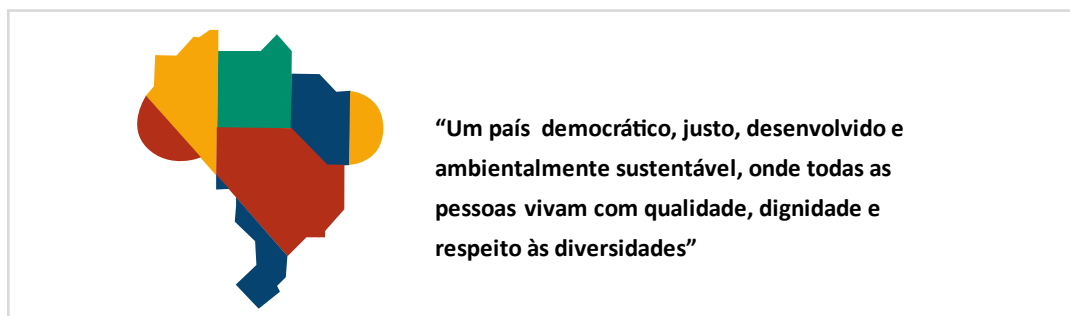
Visão de futuro 2027

A visão de futuro apresenta o que se pretende e se pode alcançar no país no horizonte deste Plano Plurianual, sendo referência para a estratégia de desenvolvimento.

A sua construção decorre da análise da evolução e do estado atual do país, das tendências e das incertezas nos cenários global e nacional para os próximos anos e das propostas e diretrizes do projeto vitorioso nas urnas.

A visão expressa um futuro desejável e possível de ser construído, passível de avaliação quantitativa. Representa a síntese da convergência das aspirações em relação ao Brasil em que queremos viver em 2027. Em síntese, a visão de futuro representa **um sonho inspirador, factível no horizonte de tempo desejado**.

Figura 4. Visão de futuro para o Brasil em 2027



Fonte: Seplan/MPO.

Atributos da visão de futuro

» **Democracia** – Participação social e garantia da pluralidade e dos princípios democráticos

Em 2027, **teremos uma democracia mais fortalecida**, reforçando os princípios fundamentais da nossa Constituição, que define nosso país como um Estado Democrático de Direito no qual a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como o pluralismo político, devem ser sempre respeitados.

Uma democracia que respeita os objetivos fundamentais da Constituição, de construir uma sociedade livre, justa e solidária, de garantir o desenvolvimento nacional, de erradicar a pobreza e a marginalização, de reduzir as desigualdades sociais e regionais e de promover o bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, etnia, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Um país onde os Poderes da União – Legislativo, Executivo e Judiciário – funcionam de forma independente e harmônica. Com um pacto federativo renovado e reforçado, baseado no diálogo e na construção de consensos em torno dos desafios nacionais.

O governo será mais aberto à participação e à pluralidade de opinião, mais íntegro e mais transparente em suas ações. Atuará, junto aos demais Poderes, na prevenção e no combate à corrupção e à impunidade. Garantirá e facilitará o acesso às informações e às prestações de contas necessárias ao controle e à participação social.

A soberania nacional estará fortalecida, com proteção e cuidado no que se refere ao território, ao povo e aos recursos do país. Uma nação soberana que atua em cooperação com outros países, respeitando os princípios constitucionais que regem as relações internacionais de independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os estados, a defesa da paz, a busca pela solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao terrorismo e ao racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

» **Equidade** – Inclusão, justiça social, garantia de direitos e igualdade de oportunidades

Em 2027 o Brasil terá resgatado milhões de pessoas da fome e da extrema pobreza e não estará mais no Mapa da Fome da ONU. A população vulnerável, aquela que mais necessita do Estado para sobreviver, estará atendida com programas adequados e contará com oportunidades sociais e econômicas que promovam o desenvolvimento e a proteção social.

Os fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana serão respeitados em todo o território nacional. Seremos um país com mais justiça social, garantia de direitos, igualdade de oportunidades, geração de renda e segurança alimentar.

As condições de vida serão melhores e a população que vive no território brasileiro terá mais acesso à saúde e à educação pública de qualidade, além de moradia e saneamento adequados, mais cultura e lazer, em um ambiente mais seguro para viver.

Todas as crianças, em especial aquelas de famílias mais vulneráveis, terão acesso à creche, à pré-escola e à educação básica de boa qualidade. Os jovens permanecerão mais tempo na escola e terão mais oportunidades de qualificação profissional, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

A diversidade da população brasileira será respeitada e valorizada. O Brasil será um país que promove a igualdade de gênero e de raça e que rejeita qualquer tipo de discriminação. Um país mais igual, social e regionalmente, e com maior coesão social.

» **Desenvolvimento** – Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social

Em 2027 o crescimento econômico será mais alto e sustentável, acompanhado de políticas públicas que promovam o bem-estar da população, a proteção ambiental, a inclusão social e a redução das desigualdades. O crescimento econômico avançará nas diferentes regiões do Brasil, criando oportunidades de emprego e gerando renda.

A desigualdade de renda será menor, fruto de políticas ativas adotadas que visem à inclusão social. As oportunidades de participação no desenvolvimento da economia e o acesso de todos os cidadãos aos benefícios econômicos serão ampliados, sobretudo para as classes sociais menos favorecidas.

A economia brasileira terá maior produtividade e será mais competitiva. Haverá maior disponibilidade de trabalhadores qualificados e com competências alinhadas aos novos desafios do setor produtivo. A neoindustrialização ganhará força, pautada em uma produção mais sustentável e de maior valor agregado, com mais intensidade tecnológica e inovação. A infraestrutura logística e de comunicação será aprimorada e o ambiente de negócios será melhor, atraindo mais investimentos públicos e privados. A intensificação de acordos de negócios e de parcerias com outros países ampliará os fluxos comerciais e posicionará o país de forma estratégica nas cadeias globais de valor, possibilitando avanços na direção de produtos e serviços com maior valor agregado e mais sustentáveis.

O setor produtivo, apoiado por um sistema de inovação que atua em conjunto com as empresas e por um mercado de capitais dinâmico e competitivo, avançará na incorporação de novas tecnologias, com o aumento da produtividade das empresas e o uso racional dos recursos naturais, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa, o consumo hídrico e a produção de resíduos.

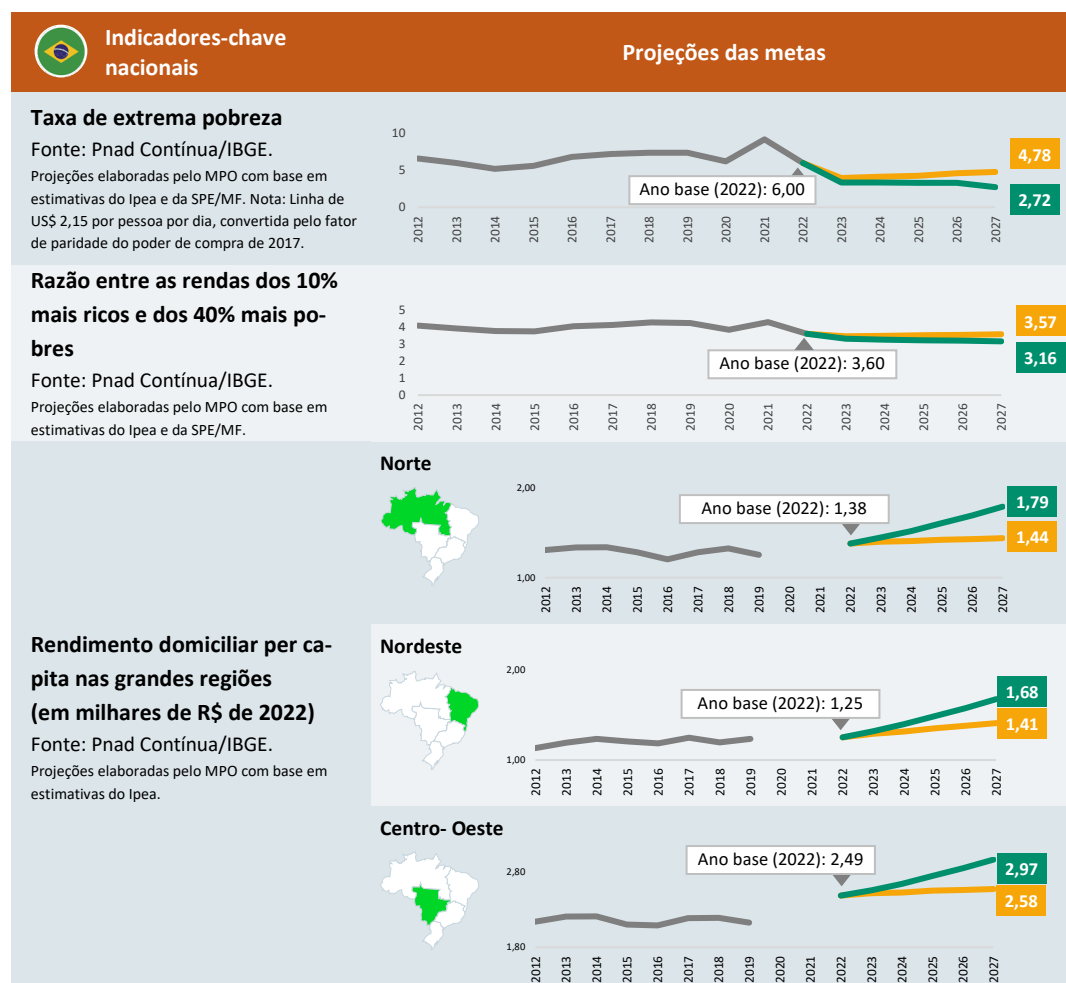
A sustentabilidade ambiental e a inclusão social serão as bases para o crescimento econômico. Os biomas brasileiros estarão mais bem protegidos e preservados e sendo utilizados de forma sustentável para a geração de valor socioeconômico. O país avançará na descarbonização da economia e na transição energética, contribuindo para reduzir a velocidade das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que ampliará a sua resiliência aos impactos dessas mudanças.

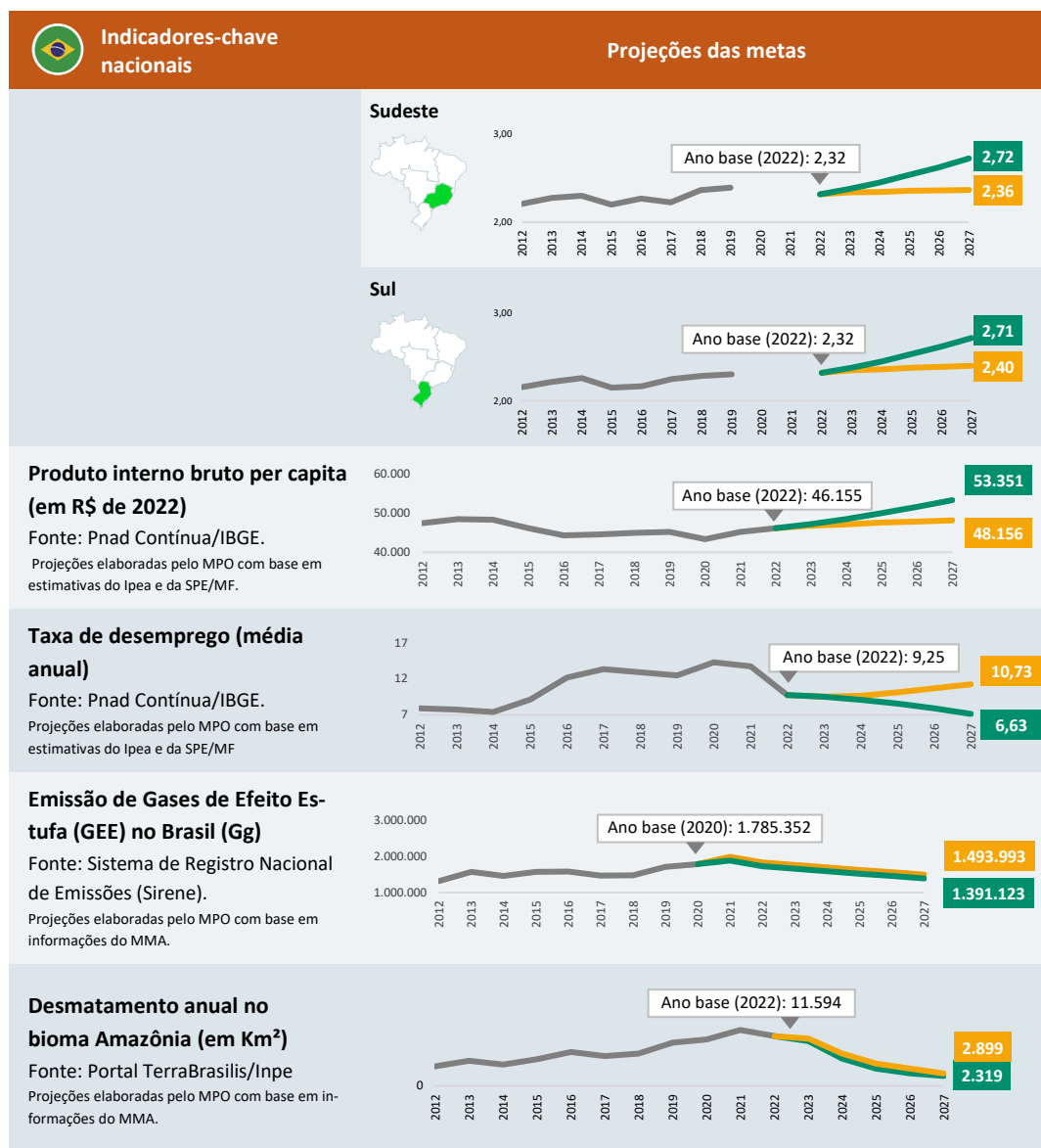
Indicadores-chave nacionais e metas

Os indicadores-chave nacionais são um conjunto de indicadores que medem o progresso social, econômico, ambiental e institucional do Brasil, considerando as múltiplas dimensões do bem-estar individual e coletivo, para que sejam alcançados os objetivos nacionais nas respectivas áreas. Podem ser vistos como parte dos esforços para alinhar as políticas e os programas do governo com os resultados esperados pelos cidadãos – população saudável e educada, emprego e moradia adequados, meio ambiente conservado. São variáveis-chave para aferir os efeitos de transformação e são essenciais para o acompanhamento do desempenho da estratégia adotada no Plano.

Para cada indicador do PPA há uma meta associada. Foi adotado o sistema de bandas, que representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA. Esse sistema oferece maior flexibilidade para lidar com fatores econômicos ou sociais imprevistos, ancora as expectativas dos atores sociais em torno da melhoria desejada com uma visão de médio prazo e permite o monitoramento de cada um dos objetivos estratégicos definidos.

Os indicadores-chave de impacto, vinculados à visão de futuro, medem os resultados obtidos no período (e feitos/mudanças na realidade).





Legenda

Resultado desejável Resultado base

Valores e diretrizes

A visão de futuro do Brasil em 2027 está alicerçada nos valores e nas diretrizes que conduzem as ações e o relacionamento, interno e externo, do governo federal. Os valores são crenças e princípios que orientam e informam a construção e a implementação do PPA. Já as diretrizes são orientações transversais que direcionam os objetivos estratégicos e os programas que compõem o PPA, validados por processo de participação social. Trata-se de sete valores que contam com 13 diretrizes, conforme apresentado a seguir.

Valores	Diretrizes
Democracia	Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania
Diversidade e justiça social	- Promover a redução das desigualdades sociais e regionais - Valorizar a diversidade cultural e regional - Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência
Sustentabilidade socioambiental	- Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos - Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação - Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas
Participação social	Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Atuação colaborativa	- Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado - Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável - Potencializar a cooperação federativa
Responsabilidade fiscal e social	Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável
Excelência na gestão	Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital

Diretrizes de atuação

- Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania.** Uma democracia forte demanda a inclusão de todos, o respeito e a garantia de direitos. As ações do governo devem ser orientadas para a inclusão socioeconômica dos mais pobres, a cidadania e a garantia dos direitos de todos os brasileiros, em especial das populações vulneráveis.

2. **Promover a redução das desigualdades sociais e regionais.** A redução das desigualdades é um elemento central para o desenvolvimento socioeconômico do país. As ações do governo devem buscar maior igualdade de oportunidades sociais, econômicas e regionais, promovendo a justiça econômica e social.
3. **Valorizar a diversidade cultural e regional.** A diversidade da população brasileira é um ativo nacional que deve ser valorizado e fortalecido nas ações do governo, promovendo a redução de barreiras regionais e culturais.
4. **Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão idosos e de pessoas com deficiência.** O bem-estar de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça/cor, sexo, etnia, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, é um direito constitucional e um fator importante para a coesão social. A busca pela equidade deve permear todas as ações do governo para fortalecer a justiça social e a garantia de direitos.
5. **Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos.** As mudanças climáticas já estão impactando o Brasil de diferentes formas, com crescentes custos humanos, financeiros e de qualidade de vida. As ações do governo devem contribuir para desacelerar as mudanças climáticas e aumentar a resiliência do país em relação aos seus impactos.
6. **Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação.** A transição para uma economia mais verde, de baixo carbono e com sustentabilidade socioambiental, mais digital e criativa é um meio importante para se enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI, aumentar a competitividade da economia e construir um futuro mais sustentável e próspero para todos.
7. **Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas.** A dimensão socioambiental tem caráter transversal e deve ser contemplada na formulação, na implantação e no monitoramento de políticas públicas, considerando-se recortes específicos para grupos vulneráveis tendo em vista uma maior assertividade das ações do governo.
8. **Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados.** A transparência, a comunicação social e a gestão participativa são fatores essenciais para se promover a qualidade e a credibilidade das políticas de governo e o uso adequado do orçamento. A identificação clara dos beneficiários e dos resultados das políticas públicas facilita o controle social e a avaliação da efetividade no uso dos recursos públicos. Essas iniciativas devem ser incorporadas em todas as ações do governo, contribuindo para maior engajamento e participação da sociedade.

- 9. Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado.** A limitação de recursos frente aos desafios econômicos, sociais e ambientais que se colocam ao país demanda uma agenda articulada com outros entes federativos, com movimentos sociais, com a iniciativa privada e o terceiro setor, para prover bens públicos e ampliar a capacidade de entrega de resultados à população.
- 10. Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.** A cooperação internacional é importante para fortalecer as relações diplomáticas, políticas e socioeconômicas em um mundo cada vez mais integrado. A colaboração com outros países e organismos multilaterais deve ser intensificada.
- 11. Potencializar a cooperação federativa.** O fortalecimento do pacto federativo, a partir de um trabalho mais integrado entre os entes da Federação, deve reconhecer as atribuições dos diferentes níveis de governo de modo a evitar sobreposições de esforços, otimizando o uso dos recursos e gerando maior sinergia das capacidades técnicas de cada nível de governo.
- 12. Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável.** O uso eficiente, fiscal e socialmente responsável dos recursos públicos permite ao governo oferecer políticas públicas efetivas, promovendo sustentabilidade fiscal. As ações do governo devem buscar a integração entre os ministérios, para assegurar complementaridades que evitem desperdícios e ampliar tanto a qualidade das políticas quanto a capacidade de entregar resultados.
- 13. Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital.** O governo precisa acompanhar as transformações tecnológicas e a aceleração da digitalização da economia e da sociedade, avançando para um modelo mais digital e orientado para dados que seja mais ágil e assertivo na entrega de resultados para a população, com mais segurança e maior compartilhamento de informações.



2.5

Eixos temáticos e objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

Introdução

O país precisa de uma reconstrução, ampla e abrangente. A crise social e democrática, associada ao baixo crescimento econômico, herança da gestão anterior, ainda produz efeitos. A evolução recente aponta para a necessidade de pôr em execução um processo de desenvolvimento em bases inclusivas e sustentáveis – este é o compromisso deste governo.

Reduzir as desigualdades e os problemas sociais está no centro das ações propostas neste Plano. Tal desafio demanda pelo menos dois outros a ele articulados: um maior crescimento econômico, que ataque as desigualdades e as suas causas por meio de um projeto inclusivo e alinhado com as demandas por uma economia cada vez mais verde; e uma democracia sólida, que garanta o respeito às minorias e às diferenças, com instituições fortalecidas e um governo transparente e aberto à participação da sociedade e do setor produtivo. O Estado e o desenvolvimento devem ser colocados a serviço de quem mais precisa.

As transformações desejadas demandam articular quatro “frentes de expansão”: i) o consumo popular, apoiado num mercado consumidor capaz de atrair investimentos estratégicos nacionais e estrangeiros; ii) os serviços sociais, representados pela ampliação da provisão pública à população de serviços sociais essenciais, como educação e saúde de qualidade, cuidados às crianças e à terceira idade, cultura, esporte e lazer, segurança pública; etc.; iii) os investimentos em infraestrutura, fundamentais tanto ao bem-estar da população como à provisão de uma competitividade sistêmica para a economia como um todo; e, por fim, iv) o uso sustentável dos recursos naturais, que continuarão a ser demandados nos anos futuros por diversos países. Trata-se de atividade geradora de renda,

emprego, e divisas externas indispensáveis ao crescimento macroeconomicamente saudável, protegido contra o risco de retorno da inflação causada por problemas cambiais derivados das recorrentes insuficiências de capacidade de importação vivenciadas no passado.

É a partir desse entendimento sobre nossos desafios, nossas potencialidades e prioridades que se estrutura a estratégia de desenvolvimento do Plano Plurianual 2024-2027. Estratégia que busca viabilizar o alcance da visão de futuro do PPA, observando-se seus valores e diretrizes e promovendo um padrão de transformações estruturais centrado em três eixos interligados pelo tripé – equidade, desenvolvimento e democracia.

Os eixos organizam a compreensão da realidade brasileira e os desafios na forma de linhas básicas de atuação que orientam os objetivos estratégicos, assentados na implementação dos programas do PPA 2024-2027 e de seus resultados. Os três eixos são: 1) Desenvolvimento social e garantia de direitos; 2) Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e 3) Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania. Esses três eixos são complementares e convergem para a reconstrução nacional e o enfrentamento dos grandes desafios sociais, econômicos, ambientais e institucionais do país.

Ressalte-se o alinhamento integral dos eixos PPA 2024-2027 aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Social – ODS, das Nações Unidas. Os ODS são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

O eixo **Desenvolvimento social e garantia de direitos** consiste em consolidar a equidade como esteio de uma sociedade justa. Tem por objetivo transformar o Brasil em um país livre das mazelas da fome e da insegurança alimentar, consolidar a universalização e a institucionalização dos direitos da cidadania, valorizar a diversidade cultural e a criatividade do povo brasileiro, melhorar a distribuição de renda e promover a inclusão social e produtiva das parcelas mais vulneráveis da população, por meio de maior acesso aos serviços sociais essenciais, como saúde e educação, e às oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. Também visa a igualdade, a equidade, o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de violência.

Os ODS vinculados a este eixo são: 01 – Erradicação da pobreza; 02 – Fome zero e agricultura sustentável; 03 – Saúde e bem-estar; 04 – Educação de qualidade; 05 – Igualdade de gênero; 06 – Água potável e saneamento; 08 – Trabalho decente e crescimento econômico; 11 – Cidades e comunidades sustentáveis; e 16 – Paz, justiça e instituições eficazes.

O eixo **Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática** mira a prosperidade tendo como base a economia inclusiva, pela produção e pelo consumo, na direção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. São desafios centrais desse eixo o desenvolvimento com maior igualdade de oportunidades, uma prosperidade mais bem distribuída pelas regiões do país e o crescimento sustentável da economia, o que implica articular as agendas da inclusão e da redução das desigualdades com as da ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade, na direção de uma economia cada vez mais verde e descarbonizada.

Esse horizonte tem como condição assegurar a credibilidade, a previsibilidade e a estabilidade necessárias para conciliar crescimento econômico, desenvolvimento científico e tecnológico, busca pelo pleno emprego e distribuição de renda com responsabilidade fiscal, menores juros e controle da inflação.

Os ODS vinculados a este eixo, são: 07 – Energia limpa e acessível; 08 – Trabalho decente e crescimento econômico; 09 – Indústria, inovação e infraestrutura; 12 – Consumo e produção sustentáveis; 13 – Ação contra a mudança global do clima; 14 – Vida na água; e 15 – Vida terrestre

O eixo **Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania** tem como propósito o fortalecimento permanente da democracia e da cidadania, da Constituição e de seus valores, sem os quais a defesa da soberania nacional e o fortalecimento do Estado e das suas instituições perdem grande parte do seu significado original. O adequado funcionamento das instituições e das liberdades democráticas, a recuperação da capacidade de coordenação, de planejamento e de execução do Estado brasileiro orientada pela participação popular, a garantia da soberania nacional, a partir da capacidade de dissuasão na defesa do território, a primazia da transparência e o combate à corrupção são desafios centrais desse eixo.

Os ODS vinculados a este eixo, são: 16 – Paz, justiça e instituições eficazes; e 17 – Parceria e meios de implementação.

Figura 5. Eixos e seus principais desafios



Os três eixos, e seus principais desafios, representam uma só unidade de ação, cuja inspiração reside no lema “reconstrução e transformação do Brasil”. Os eixos estão intimamente articulados e interligados, de modo que o enfrentamento dos desafios de cada um deles contribui para lidar com os desafios dos outros. O enfrentamento dos desafios do primeiro eixo, que trata dos aspectos sociais, contribui para os resultados do segundo eixo, tanto pela ampliação da oferta de serviços sociais, na forma de investimentos, quanto pelo aumento do consumo, decorrente de políticas diretamente voltadas para a

mitigação imediata da pobreza e pela maior educação e qualificação, em especial dos mais pobres. Por outro lado, não será possível avançar de modo sustentado no equacionamento dos desafios sociais sem a recuperação do crescimento econômico, que gera emprego e renda e eleva a arrecadação do Estado. O enfrentamento dos desafios do primeiro eixo e do segundo depende de uma democracia sólida e dinâmica, com instituições que funcionem, e de um governo íntegro, com políticas públicas efetivas.

Ressalte-se, por fim, que o Governo Central tem um papel relevante na estratégia do desenvolvimento nacional, particularmente na definição e na execução do PPA. Já o enfrentamento dos desafios dos três eixos depende da participação e da atuação da sociedade. Depende de a sociedade se articular com os demais atores públicos, privados e do terceiro setor, visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado. Os desafios econômicos, sociais e ambientais que se colocam ao país demandam uma agenda articulada para prover bens e serviços públicos e intensificar a capacidade de entrega de resultados à população. Trata-se de um Estado que faz “com” e não apenas “para” a população. Um Estado que estimula os cidadãos, os entes federados, o setor produtivo e o terceiro setor a serem copartícipes de um projeto de país.

Para enfrentar os desafios apresentados nos eixos, foram definidos os objetivos estratégicos, que representam os resultados prioritários a serem alcançados no horizonte desse PPA. Os objetivos são declarações concisas que indicam as mudanças que precisam ser realizadas, em parceria entre governo e sociedade, para se atingir a visão de futuro. Devem, sempre que possível, ser quantificáveis a partir dos indicadores-chave nacionais de resultado, permitindo uma avaliação do seu andamento para que se atinjam os resultados desejados ou para que se faça a correção de trajetória, caso necessário.

São 35 objetivos estratégicos organizados nos três eixos, com indicadores-chave e metas associados. Esses objetivos são o elo entre as dimensões estratégica e tática, pois se conectam diretamente aos programas do PPA.

Eixo 1 | Desenvolvimento social e garantia de direitos

O desenvolvimento social – a grande prioridade do governo na construção de um país socialmente mais justo e ambientalmente sustentável – se expressa pelo **aumento contínuo da qualidade de vida** dos brasileiros e pela **redução persistente das desigualdades sociais**.

O eixo *Desenvolvimento social e garantia de direitos* tem como prioridades o combate à fome, a redução das desigualdades e a melhoria da qualidade e do acesso à educação pública e à saúde primária e especializada.

No imediato, contempla o enfrentamento **da fome e da insegurança alimentar e nutricional** e as **mudanças sociais estruturais** que, no médio e no longo prazo, levem a uma **significativa redução da pobreza e das desigualdades sociais**. Além disso, deve lidar com as diversas formas de discriminação e desrespeito aos direitos humanos. Esse eixo orienta o conjunto das políticas públicas da área social e elenca os principais desafios nessa área, descritos a seguir.

O Brasil tem um grande desafio pela frente: reduzir a fome e a insegurança alimentar grave, que afetam 33 milhões de brasileiros em pleno século XXI, o que é inaceitável para um país que se destaca como um dos maiores produtores de alimentos do planeta. A fome e a insegurança alimentar e nutricional no Brasil resultam da exclusão social, com milhões de brasileiros sem emprego e sem renda para comprar alimentos. Muitos nem sequer têm qualificação profissional mínima para se inserir no mercado de trabalho.

Para combater a fome e a insegurança alimentar de forma definitiva, é necessário implementar políticas de educação e capacitação, aumentar a oferta de trabalho e estimular o empreendedorismo para a geração de renda. Esses são, porém, fatores estruturais que amadurecem lentamente, não sendo a solução para se enfrentar o desafio imediato de assegurar pelo menos três refeições por dia às famílias pobres e miseráveis do Brasil. Diante da urgência, cabe aos governos, com o envolvimento de organizações da sociedade, garantir o direito à segurança alimentar e nutricional e a assistência social da população vulnerável, por meio de transferência de renda direta e condicionada, como o Bolsa Família, além do apoio adicional às famílias com crianças e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), ao mesmo tempo que se promove a inclusão produtiva.

A redução da pobreza e das desigualdades sociais é um dos principais desafios que o Brasil precisa superar para se tornar uma nação justa e desenvolvida. Embora seja um país com médio desenvolvimento, e com grande potencial, o Brasil ainda enfrenta um elevado índice de pobreza e uma das maiores desigualdades sociais do mundo, com expressiva concentração de renda.

Para mudar essa situação será importante ampliar a geração de emprego e renda e o acesso da população à educação de qualidade e à formação profissional, para uma inserção produtiva mais qualificada no mercado de trabalho, especialmente diante das diferenças de qualidade entre as escolas públicas e privadas.

A distribuição equitativa dos ativos sociais é essencial para a redução da pobreza e das desigualdades no país. O aumento da participação dos salários na renda, incluindo-se aí a elevação real do salário mínimo, e uma **reforma tributária** que reduza a regressividade dos tributos são exemplos de iniciativas alinhadas aos objetivos de reduzir as desigualdades.

A melhoria da qualidade da educação pública é um desafio estruturante e de forte impacto na redução da pobreza e das desigualdades sociais. A permanência da grande diferença entre as escolas públicas e privadas em termos de qualidade do aprendizado, medido pela nota do Ideb, limita a eficácia das diferentes políticas de combate à desigualdade social no Brasil. A maior qualidade da educação pública, e o ganho que isso traz para a formação profissional dos trabalhadores, contribui para aumentar a competitividade e a produtividade da economia.

Para enfrentar esse desafio é necessário um esforço concentrado e articulado dos governos, nos diversos níveis de ensino, quanto à formação, à atualização e à valorização dos professores, à melhoria dos métodos pedagógicos, à incorporação de novas tecnologias de aprendizado e ao aprimoramento das avaliações periódicas de aprendizagem.

Embora a maior deficiência do aprendizado seja detectada no ensino médio, o desafio começa na primeira infância. A alfabetização na idade certa é um pressuposto para o desenvolvimento da educação no Brasil. A primeira infância deve receber um tratamento muito especial, combinado com a ampliação da oferta de creches, unidades da pré-escola, espaços de socialização e formação, com a atenção à saúde das crianças, à proteção e defesa de seus direitos e o combate ao trabalho infantil, à violência e à exploração sexual.

O grave déficit de aprendizado do nível médio e a prolongada estagnação da economia brasileira ao longo de mais de dez anos têm levado à formação de um contingente de jovens que não estudam nem trabalham. Por conta disso, a **ampliação do acesso dos jovens ao conhecimento e à qualificação para o trabalho** é um desafio a ser encarado pelo governo, nos três níveis federativos, e pela sociedade. É preciso reduzir a vulnerabilidade dos jovens e aproveitar o grande potencial criativo e produtivo que representam.

A melhoria da qualidade e do aprendizado no ensino médio pode contribuir para manter os jovens na escola, no médio prazo. Entretanto, o elevado número de jovens que atualmente nem estudam nem trabalham demanda uma intervenção imediata com apoio para a capacitação e o acesso ao mercado de trabalho.

A disseminação de novas tecnologias, em todo o mundo e no Brasil, especialmente a transformação digital e a automação dos processos, está impactando as **relações de trabalho**, levando à destruição de profissões, à precarização de alguns tipos de ocupação e à exigência crescente de qualificação profissional. Esse fenômeno gera três grandes desafios: **preparar as novas gerações de trabalhadores para as mudanças no mercado de trabalho; requalificar os trabalhadores de profissões em processo de extinção; e formular uma legislação trabalhista** que responda aos novos desafios e às novas características do mercado e, ao mesmo tempo, proteja os trabalhadores, especialmente os que trabalham por conta própria, mediados por novas tecnologias que demandam modelos especiais de seguridade social.

A **garantia da seguridade e da previdência social** é um desafio devido às mudanças no mundo do trabalho, ao continuado envelhecimento da população, que cria uma pressão crescente sobre as despesas, e ao elevado grau de informalidade da economia brasileira, que contrai a receita do sistema. Para alcançar a sustentabilidade do sistema são necessárias a elevação do emprego e a inclusão de todos os trabalhadores, com o aumento da formalização dos autônomos e a redução de privilégios, buscando-se maior equilíbrio entre os diferentes sistemas e regramentos hoje existentes.

O Brasil tem um sistema público de saúde de grande capilaridade e amplitude, mas que carece de qualidade e eficiência no atendimento, além de não chegar aos recantos mais afastados nem às pequenas cidades pela limitação do número de médicos e pela carência de infraestrutura e de equipamentos. A **ampliação da oferta de um serviço de saúde pública com qualidade e prontidão é um desafio** que requer investimentos em equipamentos e na formação dos profissionais de saúde, em novas tecnologias e, principalmente, na atenção básica e na orientação da saúde da família para a prevenção, o diagnóstico precoce e o acompanhamento clínico.

Entre outros aspectos, a política de saúde deve reforçar os sistemas de informação e a digitalização e avançar na telemedicina regulamentada. O processo de envelhecimento da população pode aumentar o perfil e a demanda por serviços médicos e hospitalares no Brasil. Além do mais, o sistema de saúde deve ampliar a atuação nos fatores sociais e comportamentais, como a alimentação inadequada e o sedentarismo, que provocam obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares. Por isso, para melhorar a saúde da população, é necessária também uma atuação permanente de orientação sobre alimentação, hábitos de vida saudáveis e prevenção de doenças.

No século XXI, é alarmante constatar que **milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada e a esgotamento sanitário**, um déficit distribuído de forma muito desigual na sociedade e que atinge duramente a população mais pobre. A ampliação significativa do acesso dos brasileiros à água e ao esgoto sanitário é uma tarefa fundamental do governo, da sociedade e das empresas para melhorar a qualidade de vida da população, particularmente da mais pobre. Ao mesmo tempo, essa ação contribui para a conservação ambiental e a competitividade da economia. É importante lembrar que, de acordo com a OMS, cada real investido em saneamento pode poupar até R\$ 4 em cuidados com a saúde.

Embora o índice de coleta de lixo no Brasil seja relativamente elevado, o tratamento e o depósito final ainda são precários. A **coleta seletiva e a reciclagem são muito limitadas**, bem como a logística reversa de produtos sensíveis. A ampliação do tratamento e do depósito final dos resíduos sólidos e a formação de uma cultura de coleta seletiva e de reciclagem de lixo são desafios importantes vinculados ao saneamento. Para superar esses desafios, é necessária uma atuação forte dos governos em todos os níveis, o envolvimento da sociedade na coleta seletiva e investimentos públicos e privados na medida em que, em última instância, o lixo tem um indiscutível valor econômico.

O acelerado processo de urbanização no Brasil nas últimas décadas gerou uma grande **desorganização do espaço urbano**, com a formação de uma periferia com baixa oferta e qualidade dos serviços públicos sociais, onde se concentram milhões de brasileiros em

habitações precárias e com alta vulnerabilidade a eventos climáticos extremos. Segundo dados do IBGE, em 70 anos, de 1950 a 2020, a população urbana do Brasil passou de 18,7 milhões para mais de 181 milhões, ou seja, há quase dez vezes mais brasileiros residindo nas cidades. Por outro lado, as cidades reúnem um importante patrimônio histórico, arquitetônico e cultural que, se devidamente aproveitado, pode contribuir para o desenvolvimento e a qualidade de vida da população.

Nos últimos anos, o Brasil tem sido atingido por desastres urbanos como enchentes, alagamentos e desabamentos de encostas, que causam mortes e destruição do limitado patrimônio da população pobre. **Reestruturar, reabilitar e democratizar os espaços urbanos** é um dos maiores desafios do futuro, tanto para melhorar a qualidade das cidades e enfrentar os graves déficits habitacionais quanto para prepará-las para os impactos dos eventos climáticos extremos, que tendem a se intensificar nos próximos anos e décadas. As cidades mais inclusivas e resilientes serão aquelas que asseguram qualidade de vida e mobilidade, em especial para os mais pobres, os idosos e os deficientes.

A falta de **mobilidade** constitui um dos problemas mais agudos das cidades, penalizando a população de baixa renda, dependente do precário transporte urbano, e comprometendo a competitividade urbana, o que remete para os desafios de **adensar as cidades e promover o uso misto dos espaços**, de forma a elevar a eficiência e a qualidade do ambiente. O Brasil tem um enorme déficit habitacional, com mais de 5 milhões de brasileiros vivendo em habitações precárias e vulneráveis nas periferias das cidades, o que constitui um dos desafios a serem enfrentados de imediato. Os programas habitacionais, fundamentais para reduzir esse déficit de moradias e elevar a qualidade de vida da população pobre, devem ser consistentes com os propósitos de desenvolvimento urbano inclusivo.

O Brasil deve avançar na direção de um novo padrão urbanístico que leve à construção de **cidades inteligentes**, que se apoie nas novas tecnologias, especialmente a internet das coisas, para melhorar a gestão urbana, a mobilidade, a convivência social, a segurança e a utilização dos espaços públicos. Cidades inteligentes são mais que apenas cidades conectadas e digitalizadas para a gestão eficiente dos recursos e ativos, elas devem constituir meios para a melhoria da qualidade de vida e da resiliência e da habitabilidade urbana.

O combate à violência e a construção de cidades seguras são desafios importantes para a cidadania e a qualidade de vida dos brasileiros. Isso forma um ambiente de paz e segurança que permite às pessoas viver, conviver, circular, estudar e trabalhar sem medo e sem risco real. Além disso, uma cidade violenta e insegura perde a competitividade econômica e a capacidade de atrair investimentos e talentos. A insegurança pública tem múltiplas causas. Por isso, para se alcançar a segurança cidadã, são necessárias medidas abrangentes e complexas, que dependem de outras dimensões da realidade. Dependem também do fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública contemplando ação policial qualificada para desarticular o crime organizado, ampliando a ênfase na prevenção, no lugar da repressão, e fazendo uso de sistemas de inteligência, dados e evidências.

Não haverá democracia plena no Brasil enquanto brasileiras e brasileiros continuarem a ser excluídos e agredidos, moral e fisicamente, ou até mesmo mortos por questões de gênero, raça ou orientação sexual. A discriminação e os preconceitos são ainda uma

realidade na sociedade brasileira, comprometendo a dignidade e os direitos das mulheres, dos negros e da população LGBTQIA+, o que resulta em uma inaceitável exclusão e frequente violência.

Assegurar a igualdade de raça e de gênero e o respeito à diversidade, além de garantir os direitos civis, são desafios de grande importância para a construção de uma sociedade brasileira justa e pacífica. Para isso, deve ser realizado um esforço combinado de combate a todas as formas de discriminação e preconceito e de proteção integrada da dignidade da mulher, dos negros, da comunidade LGBTQIA+, das pessoas com deficiência e dos idosos, incluindo-se recursos às políticas ativas que elevem a participação desses segmentos sociais nos espaços de poder.

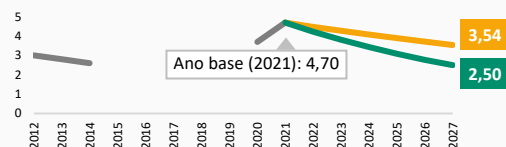
O mesmo desafio vale para as **comunidades indígenas e quilombolas**, que devem contar com iniciativas de respeito à sua dignidade e integridade cultural, onde se incluem suas tradições e conhecimentos, e de proteção de seus territórios. A garantia de direitos e o **respeito às pessoas com deficiência** são também fundamentais para se construir um Brasil inclusivo e acessível, para romper as barreiras do capacitismo e assegurar a todos a inserção social, oportunidades e autonomia. É preciso um olhar atento aos direitos da pessoa idosa, com a implementação de políticas públicas que busquem a plena inclusão dessa crescente parcela da população e combatam o etarismo.

O acesso à cultura, ao esporte e ao lazer é outro componente central da qualidade de vida dos brasileiros, permitindo que as pessoas usufruam e participem da criação e das manifestações culturais, das atividades esportivas e de entretenimento. A expansão e a democratização do acesso da população à cultura, ao esporte e ao lazer são desafios a serem enfrentados para aumentar a autoestima, os sentimentos de solidariedade e de pertencimento às comunidades, além de melhorar a saúde e reduzir a exclusão social e a violência das cidades. Para alcançar esse objetivo, os governos, nos três níveis federativos, devem estimular a expansão da economia criativa, as manifestações culturais, as atividades de cultura, o esporte e o lazer, envolvendo e integrando a diversidade sociocultural das cidades e das regiões. Valoriza-se, assim, um dos principais patrimônios do Brasil: a sua diversidade.

Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

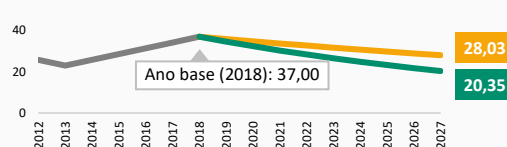
1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social

Prevalência da desnutrição (em % da população)



Fonte: FAO. Projeções MPO, com base em informações do MDS e estimativas do Ipea.

Domicílios com insegurança alimentar (%)



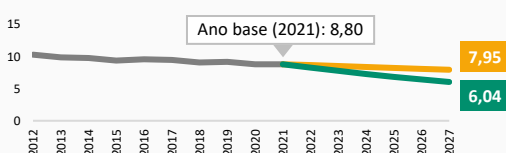
Fonte: Pnad anual e POF/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MDS e estimativas do Ipea.

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

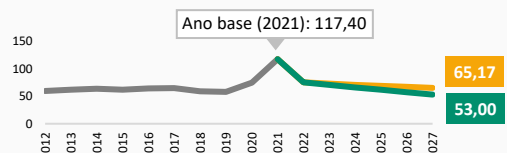
1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde

Mortalidade infantil neonatal



Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

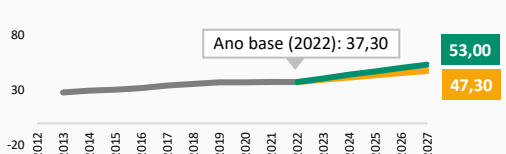
Razão de mortalidade materna



Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

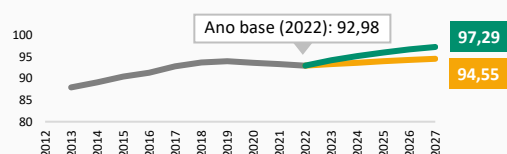
1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes

Proporção da população de 0 a 3 anos de idade frequentando creche ou pré-escola



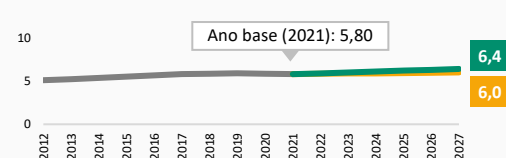
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

Proporção da população de 4 a 5 anos de idade frequentando pré-escola



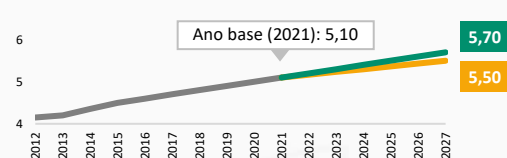
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

Ideb Anos iniciais do ensino fundamental



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

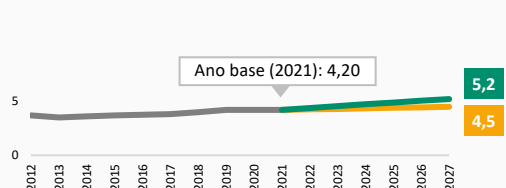
Ideb Anos finais do ensino fundamental



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

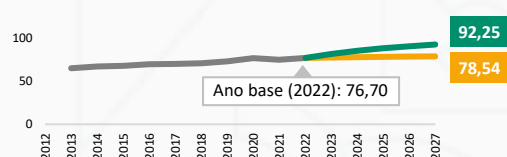
1.4. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica

Ideb Ensino médio



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

Proporção da população de 15 a 17 anos de idade frequentando escola ou com ensino médio concluído (%)



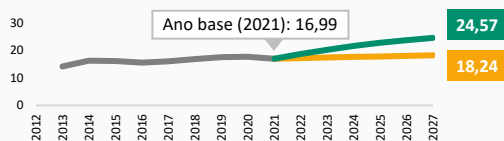
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável

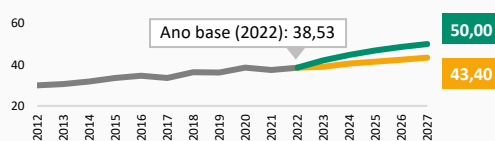
— Resultado base

Razão entre o nº de matrículas na educação profissional técnica de nível médio e o nº de matrículas no ensino médio ou profissional



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

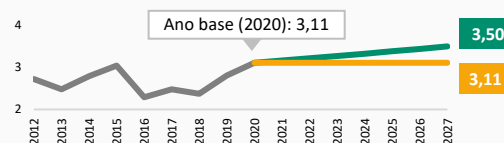
Taxa bruta de matrículas no ensino superior - População de 18 a 24 anos (%)



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

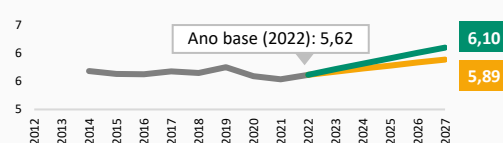
1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão

Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas (Ecic) no PIB



Fonte: Observatório Itaú Cultural e Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MinC.

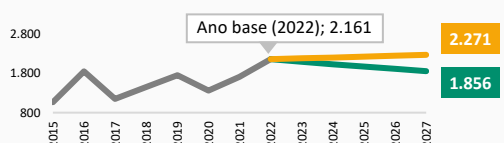
Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas na População Ocupada Total



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MinC e estimativas do Ipea.

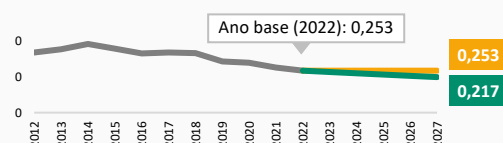
1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões

Número de ocorrências de violência motivadas por homofobia, lesbofobia, bifobia ou transfobia



Fonte: Sinan/MS. Projeções MPO, com base em informações do MDHC.

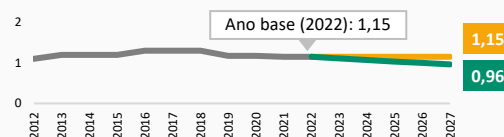
Razão entre total de presos provisórios e população prisional (por 100 mil habitantes)



Fonte: Sisdepen/MJSP. Projeções MPO, com base em informações do MDHC e estimativas do Ipea.

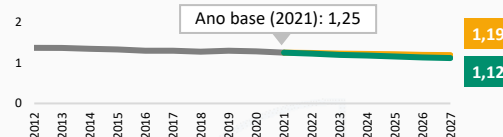
1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Taxa de homicídios de mulheres dentro das residências



Fonte: Ipea. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

Razão entre o rendimento médio do trabalho de homens e o rendimento médio do trabalho de mulheres

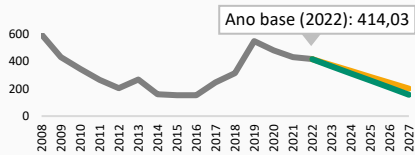


Fonte: IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

Legenda

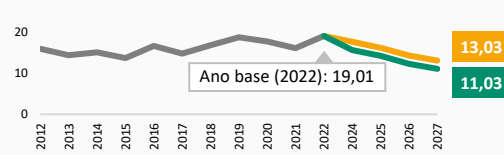
■ Resultado desejável

■ Resultado base

1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentosÁrea anual desmatada em terras indígenas (em km²)

Fonte: Portal TerraBrasilis/Inpe. Projeções MPO, com base em informações do MMA.

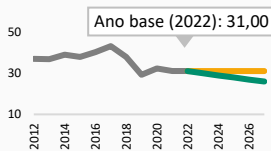
Taxa de mortalidade infantil indígena por causas evitáveis



Fonte: Siasi/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS.

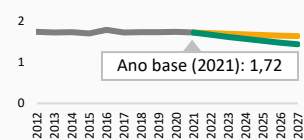
1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal

Taxa de homicídios de negros



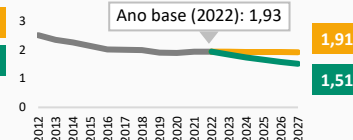
Fonte: Ipea. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Razão entre o rendimento médio do trabalho de brancos e o rendimento médio do trabalho dos negros



Fonte: Síntese de indicadores sociais/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

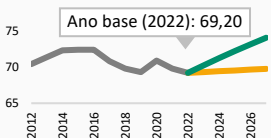
Razão entre as taxas de frequência líquida de brancos e de negros no ensino superior, 18 a 24 anos



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

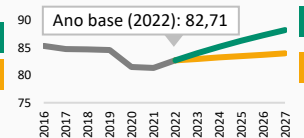
1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira

População ocupada de 16 a 59 anos com cobertura previdenciária (%)



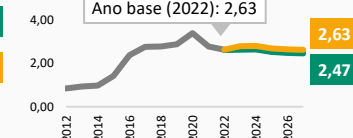
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

População idosa (60 ou mais) com proteção social (%)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

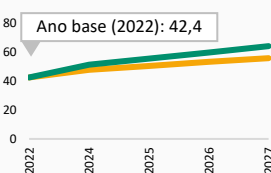
Necessidade de financiamento da previdência social como proporção do PIB



Fonte: SRGPS/MPS. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

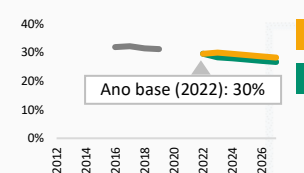
1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura

Índice de Atendimento Adequado em Saneamento Básico (IAASB)



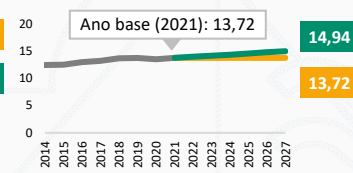
Fonte: Pnad Contínua e Censo 2010/IBGE, SNIS/MS. Projeções MPO, com base em informações do MCID.

Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Percentual de pessoas próximas da rede de transporte público de média e alta capacidade



Fonte: Mobilidados. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

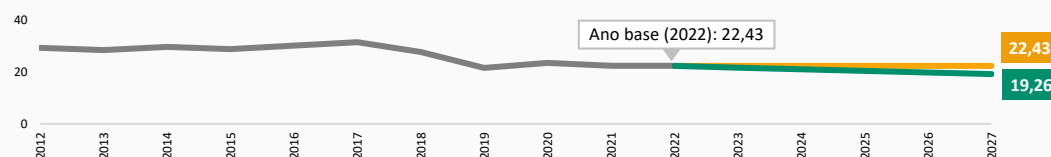
Legenda

— Resultado desejável

— Resultado base

1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial

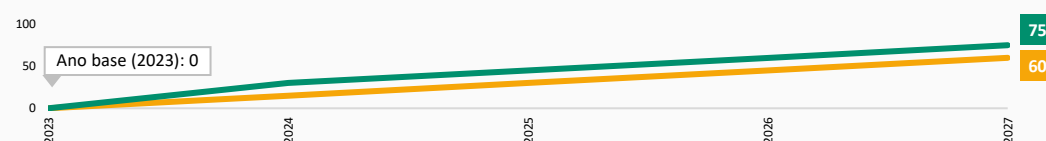
Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes



Fonte: SIM/MS. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

Taxa de adesão dos entes (municípios e estados) ao Sistema Nacional do Esporte



Fonte: Sinesp/ME. Projeções MPO, com base em informações do ME.



Nota técnica dos indicadores e metas



Acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>

EIXO 2 | Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

O eixo *Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática* orienta as prioridades do governo brasileiro na direção da aceleração do crescimento econômico com inclusão social, da distribuição socialmente justa dos resultados e da conservação ambiental.

São prioridades deste eixo o desenvolvimento de uma nova industrialização com sustentabilidade socioambiental, a promoção do trabalho, emprego e renda e a aceleração do crescimento em todas as regiões do país.

O Brasil precisa **retomar o crescimento econômico**, a fim de reverter o prolongado ciclo de baixo crescimento observado nos últimos anos, que teve consequências negativas sobre o emprego e a qualidade deste, além de levar à regressão do padrão de vida da população, em que pese a inflação razoavelmente controlada. O baixo investimento público e o alto endividamento das famílias e das pequenas e médias empresas são desafios que precisam ser enfrentados para estimular o crescimento da economia. Também é necessário criar condições para a elevação do investimento privado, cabendo aos empresários um papel relevante na dinamização da economia.

O maior desafio, no entanto, é estimular o crescimento da economia com estabilidade macroeconômica, o que requer **harmonia entre a política fiscal e a política monetária**.

Essa retomada do crescimento econômico deve ser acompanhada **pelo adensamento das cadeias produtivas de bens e serviços** no Brasil, com maior **agregação de valor e um novo modelo de industrialização**. Para recuperar a indústria brasileira, são necessários investimentos em tecnologia, capital humano qualificado e adensamento nos elos de maior competitividade nacional associado a conexões com as cadeias globais, bem como maior agregação de valor das atividades primárias. A esse movimento é indispensável perseguir ativamente a inserção da indústria brasileira com novos padrões de produção, voltados para a sustentabilidade ambiental e a redução de emissões na denominada economia verde.

A reestruturação da economia brasileira deve levar a um novo modelo de desenvolvimento que ataque passivos que perduram no Brasil, em especial a pobreza e as desigualdades, em suas diferentes formas. Mas que o faça a partir de agenda orientada pelos desafios do futuro, a exemplo da economia digital e de baixo carbono, criando-se condições para que o país ingresse de forma ativa na era do conhecimento.

É necessário aumentar a **competitividade e a produtividade da economia brasileira**. A competitividade do Brasil está estagnada há décadas, devido ao fraco desempenho econômico, ao ambiente de negócios ineficiente e à infraestrutura deficiente, entre outras razões. Tais fatores limitam o avanço do país, enquanto outros países destravam suas

economias e melhoram a competitividade. Há uma ampla agenda de competitividade e produtividade a ser priorizada nos próximos anos.

Embora o Brasil conte com setores altamente competitivos e produtivos, como o agronegócio, a produtividade do trabalho no país representa apenas um quarto da americana e metade da sul-coreana. Aumentar a produtividade é ainda mais relevante considerando-se o esgotamento do bônus demográfico causado pelo menor crescimento da população em idade ativa.

Para que o Brasil possa se inserir de modo mais favorável no contexto internacional, submetido a intensas transformações, é fundamental elevar a competitividade e a produtividade da sua economia. Isso passa pela melhoria da infraestrutura, pela intensificação das inovações tecnológicas e pelo aproveitamento sustentável dos recursos naturais, que são alguns dos desafios deste eixo. É necessário também elevar o nível e a qualidade da educação e da formação profissional dos brasileiros, além de tornar o Estado mais eficiente e renovar a estratégia de cooperação internacional.

O **fortalecimento da ciência, da tecnologia, da inovação e da indústria do conhecimento** é um componente central para a aceleração da transição digital e a disseminação do uso de tecnologias necessárias à inserção competitiva do país. O que se busca é a consolidação de uma economia verde, acelerando a **transição energética** e a **descarbonização**, ao mesmo tempo que se promove o **uso sustentável e consciente dos recursos** e a **preservação e proteção dos biomas brasileiros**. A meta é atingir o **desmatamento zero na Amazônia**, **reduzir as emissões de gases de efeito estufa** e **intensificar a adaptação às mudanças climáticas e a seus impactos**.

É preciso que essa agenda ambiental esteja alinhada aos planos de desenvolvimento, para que o país consiga estabelecer um perfil de crescimento atento às pautas de sustentabilidade que cada vez mais orientam as políticas econômicas de diferentes países. Assim, o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação deve vir atrelado ao projeto de sustentabilidade ambiental, de modo a assegurar a consolidação de uma **economia verde no país**.

Importante destacar que a riqueza e a diversidade do meio ambiente e dos recursos naturais brasileiros, especialmente dos ecossistemas amazônicos, conferem ao Brasil uma grande vantagem competitiva no contexto internacional do Acordo de Paris, que orienta o planeta na direção de uma economia verde.

A reestruturação da economia brasileira deve contemplar também o **fortalecimento da agropecuária sustentável social e ambientalmente**, com agregação de valor e suprimento nacional de insumos, máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, devem ser desenvolvidas ações para a ampliação dos estoques reguladores, fundamentais para a gestão da oferta de alimentos e o apoio aos pequenos e médios agricultores.

Para que a agropecuária brasileira seja desenvolvida de forma justa e sustentável, é necessário repensar o modelo de ocupação e uso da terra, além de oferecer **apoio e assistência técnica para uma agricultura familiar mais sustentável** e orientada para a produção de alimentos saudáveis e de qualidade. É necessário ainda incentivar a criação de

modelos de **economia solidária** e o envolvimento das comunidades locais e da pequena produção no aproveitamento dos recursos naturais.

Outros setores econômicos também merecem atenção, como o crescimento da mineração e o seu encadeamento produtivo com respeito ao meio ambiente e às comunidades locais. O **setor de serviços precisa igualmente avançar para aumentar o seu valor agregado** e estar mais próximo das cadeias de produção presentes no Brasil, com destaque para o **turismo**, a **indústria criativa**, a **biodiversidade**, a **tecnologia da informação** e os **setores intensivos em conhecimento aplicado**.

A **melhoria do ambiente de negócios** no Brasil é outro desafio estruturante importante a ser superado nesse eixo, pois seus entraves geram dificuldades aos investimentos, com excesso de burocracia, insegurança jurídica e complexo sistema tributário. É nesse contexto que o governo se empenha numa **reforma tributária que simplifique o sistema**, reduza a cumulatividade, evite a regressividade e viabilize maior segurança aos investimentos nacionais e estrangeiros. Ambientes de negócios atrativos estimulam o empreendedorismo, atraem investimentos e intensificam o comércio internacional, com ampliação das exportações.

Para fomentar a atração de investimentos para o Brasil, incluindo capitais internacionais e estimulando o comércio internacional, o Brasil deve também promover uma **abertura externa cuidadosa e programada** e, particularmente, uma **ampliação dos acordos comerciais internacionais**, com a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a aceleração das negociações do acordo Mercosul-União Europeia. A inserção do Brasil no mercado internacional depende do aumento da competitividade e da produtividade das empresas brasileiras.

Assegurar a conservação do meio ambiente e recuperar as áreas degradadas é um grande desafio desse eixo, a fim de se garantir que o crescimento da economia não se traduza na destruição dos recursos naturais, com prejuízos sociais, econômicos e de imagem internacional do país. O Brasil ainda está entre os principais países emissores de gases de efeito estufa responsáveis pelas mudanças climáticas, decorrentes sobretudo do desmatamento e do uso da terra. Para lidar com esse problema, será necessário fortalecer o Sistema Nacional de Meio Ambiente, com a proteção e a conservação dos biomas – Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pantanal e Pampas.

Nessa busca por uma economia mais verde, o Brasil ocupa uma posição privilegiada. O país é detentor da maior floresta tropical do mundo e do maior estoque de carbono para o mercado voluntário, além de possuir uma matriz energética muito menos dependente do carbono que a de outros países. Dessa forma, a abundância em recursos naturais e as condições favoráveis alçam o Brasil a uma posição de destaque no mundo na preservação do meio ambiente e respeito à sustentabilidade. Porém, para além do alto volume de capital exigido para trilhar o caminho em direção a uma economia verde ou de baixo carbono, o Brasil precisa lidar com o desafio do desmatamento ilegal, o grande entrave para que possa implementar um programa de valorização da sustentabilidade.

É essencial a **recuperação de áreas degradadas e a adoção do reflorestamento**, ao lado do **combate ao desmatamento ilegal e ao crime ambiental**. Da mesma forma, será

necessária a atuação qualificada na conservação dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas. Essas estratégias devem pautar as políticas públicas de modo a assegurar o compromisso nacional frente à emergência climática. A garantia de um olhar atento à sustentabilidade e ao controle sobre a degradação ambiental está intimamente relacionada com os desafios de abertura externa da economia, na medida em que as pautas ambientais assumem, cada vez mais, papel de destaque nas condições impostas para o estabelecimento de relações comerciais entre os países. A reestruturação do Estado, com aumento da eficácia das instituições, é condição para a atuação qualificada do sistema nacional de meio ambiente, que inclui o desenvolvimento científico e tecnológico para incorporar inovações no sistema produtivo e conter as pressões antrópicas.

Outro desafio estratégico desse eixo é a **intensificação do desenvolvimento científico, tecnológico e da inovação**. O Brasil tem importante base científica e tecnológica, mas está defasado em relação às tendências tecnológicas e às inovações que definem a competitividade global e viabilizam o aproveitamento sustentável do meio ambiente. A intensificação do desenvolvimento tecnológico e de seus usos, com a geração de inovação, é de suma importância na preparação do país para as transformações globais na economia. E aqui é preciso dar especial **atenção à aceleração da transição digital e da disseminação de inovações disruptivas**, como inteligência artificial, internet das coisas, superprocessadores, nanotecnologia e biotecnologia, avanços que estão alterando as condições de competitividade e provocando grandes mudanças econômicas e sociais.

Para lidar com tal desafio, em especial os da transição digital e do desenvolvimento da economia verde, é indispensável recuperar e melhor integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), fortalecendo os mecanismos de fomento à pesquisa, ao desenvolvimento de tecnologia e à inovação nos centros de pesquisas e nas empresas. Também deve avançar na formação e atração de recursos humanos para o setor de ciência, tecnologia e inovação, visando corrigir assimetrias. A geração de conhecimento e de novas tecnologias requer a formação de redes de pesquisa associadas a uma maior abertura do ecossistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação a parcerias internacionais e nacionais com os principais centros de pesquisas.

A ampliação e o fortalecimento dos centros de pesquisa e a efetiva integração entre universidades e empresas são fatores críticos dessa reestruturação do SNCTI, onde se incluem a indução e o devido financiamento da inovação, por meio de políticas orientadas por missões. Importante também é o aumento da participação do setor privado nos investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

O desenvolvimento tecnológico e a inovação têm um papel significativo no aumento da produtividade das empresas, na reestruturação e na dinamização da economia e na compatibilização do crescimento econômico com a conservação ambiental. Por outro lado, tudo isso depende dos avanços da educação básica, técnica e de nível superior. As transformações tecnológicas em escala mundial estão levando à emergência de novas atividades econômicas baseadas em conhecimento e no aproveitamento sustentável dos recursos naturais, particularmente da biodiversidade, na qual o Brasil tem uma enorme potencialidade.

O desafio de **ampliação da inserção do Brasil na nova economia e na indústria verde** passa pelo incentivo à bioindústria, à economia circular e às novas atividades produtivas que utilizam inteligência artificial, nanotecnologia, biotecnologia e processos produtivos sofisticados de alto valor agregado para apoiar a **descarbonização da economia brasileira**. Além da indústria verde, o Brasil tem também o desafio de promover a economia criativa associada à cultura e ao conhecimento com a transformação digital da economia. Cabe ainda o fomento às pequenas e microempresas, ao empreendedorismo social e ao cooperativismo – destacando-se o elevado potencial de inclusão produtiva dessas atividades na geração de renda e na inovação social.

A ampliação da infraestrutura e da logística em bases sustentáveis é outro desafio que afeta a competitividade da economia brasileira, com elevados custos com logística e comunicação, gerando perdas e encarecendo os produtos, tanto no mercado interno quanto nas exportações. Os investimentos na expansão e na modernização dos diversos modais logísticos – rodoviários, ferroviários, portuários e aeroviários – e a adequação da atual matriz de transportes de cargas no país, buscando a otimização na utilização das modalidades de maior eficiência produtiva e a sua integração eficiente, assim como a desburocratização do setor de infraestrutura e logística, são necessários para que o país eleve seus patamares de competitividade internacional. O projeto de sustentabilidade ambiental deve ser o norte das políticas de desenvolvimento desses setores. É preciso pensar um modal logístico que atue de forma dual a fim de reduzir os gargalos logísticos do país, respondendo às demandas por uma matriz de transporte adequada, e ainda, reduzir a emissão de CO₂ com a adoção de modais de transportes mais sustentáveis, incentivando a descarbonização.

No mundo digital, tão ou mais importante que a infraestrutura de transporte será a infraestrutura de comunicação. E isso requer investimentos públicos e privados na ampliação da rede de infovias de alta velocidade e baixa latência – as “rodovias do mundo digital” – com o objetivo de assegurar a internet de qualidade em todo o território nacional também para dar suporte às atividades produtivas, como a indústria 4.0. O fenômeno implica a necessidade de expansão de investimentos e esforços no sentido de garantir a segurança digital.

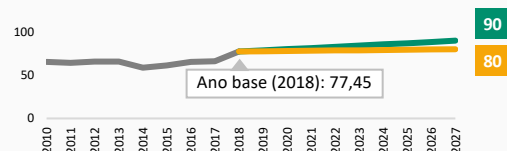
Os investimentos na expansão da oferta de energia para atender à ampliação da demanda decorrente da retomada do crescimento econômico devem ser orientados para **fontes renováveis**, nas quais o Brasil conta com enorme potencialidade, como a eólica, a solar e a biomassa. A ideia é promover a intensificação de seu uso a preços competitivos da energia limpa em nossa matriz energética, contribuindo para a descarbonização da economia brasileira. A regulamentação adequada da geração e distribuição de energias renováveis, onde se inclui a microgeração distribuída, deve estimular os investimentos públicos e privados na nova matriz energética.

O último desafio é o da **redução das desigualdades regionais**. Estas continuam sendo grandes no Brasil, com o Norte e o Nordeste apresentando significativa defasagem econômica e indicadores sociais muito inferiores aos das regiões de maior desenvolvimento. Apesar dos esforços de investimento no Nordeste, essa região continua com um PIB per capita equivalente a apenas 50% da média nacional. Por isso reduzir as desigualdades regionais é um desafio a ser enfrentado pelo governo, a fim de promover o desenvolvimento especialmente no Norte e no Nordeste.

Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

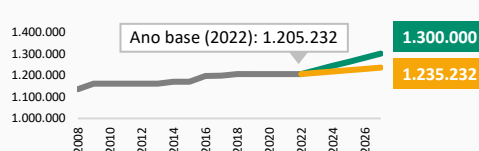
2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente

Proporção de corpos hídricos com boa qualidade ambiental (em %)



Fonte: ANA/MMA. Projeções MPO, com base em informações do MMA.

Território da Amazônia coberto por unidades de conservação (em km²)



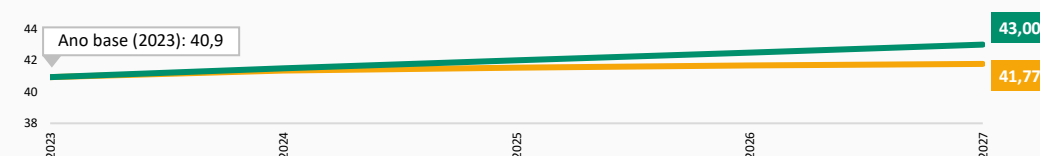
Fonte: CNUC/MMA. Projeções MPO, com base em informações do MMA.

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas

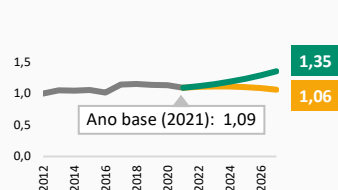
Proporção dos municípios nas faixas superiores (A e B) do Índice de Capacidade Municipal



Fonte: Sedec/MIDR. Projeções MPO, com base em informações da Sedec/MIDR.

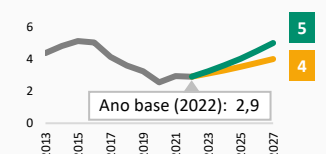
2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura

Razão produtividade total dos fatores e emissões na agricultura



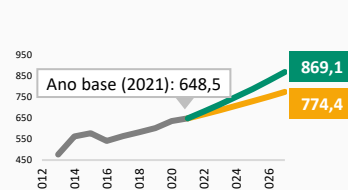
Fonte: MCTI. Projeções MPO, com base em estimativas do MAPA.

Número de famílias com cadastro ativo no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (em milhões)



Fonte: MDA. Projeções MPO, com base em estimativas do MDA.

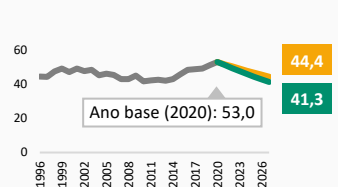
Produção anual da aquicultura (em milhares de toneladas)



Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal/IBGE. Projeções MPO com base em informações do MPA e estimativas do Ipea.

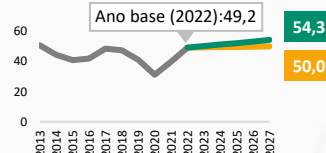
2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia

Razão da emissão de GEE da indústria pelo PIB industrial (em g/R\$)



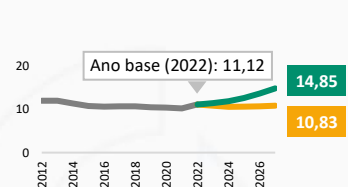
Fonte: Sirene/MCTI e SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Evolução das exportações de manufaturados de média e alta intensidade tecnológica (em bilhões de US\$)



Fonte: Siscomex/MDIC. Projeções MPO, com base em informações do MDIC.

Valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

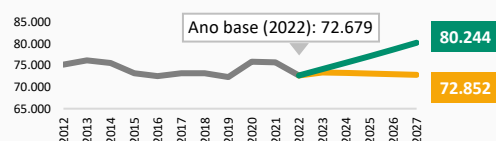
Legenda

— Resultado desejável

— Resultado base

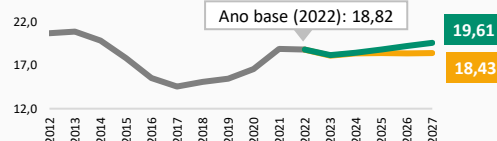
2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios

Produtividade por pessoal ocupado (em R\$ de 2020)



Fonte: OPRB/FGV. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

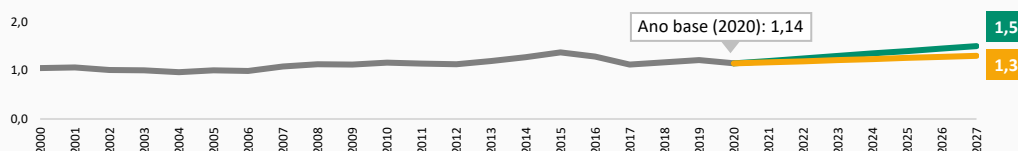
Taxa de investimento (Razão da Formação Bruta de Capital Fixo pelo PIB - acumulado no ano)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação

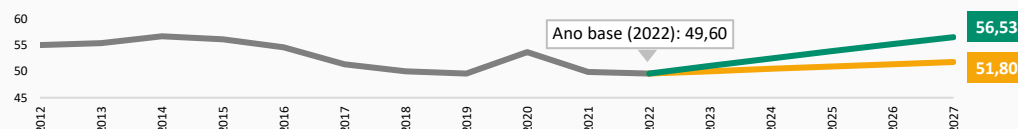
Dispêndio em P&D em proporção do PIB



Fonte: SCNT/IBGE e Siafi. Projeções MPO, com base em estimativas do MCTI.

2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres

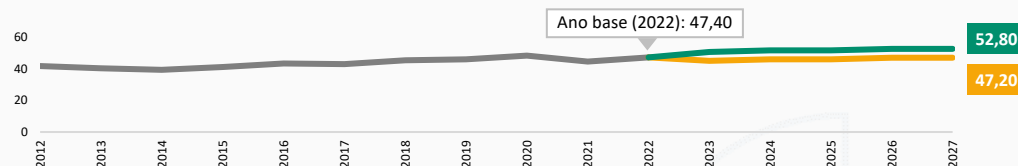
População ocupada de 16 a 59 anos entre os 40% mais pobres com proteção previdenciária (%)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética

Participação das energias limpas e renováveis na oferta interna de energia (em %)



Fonte: EPE/MME. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade

Total de domicílios em que havia utilização da Internet por banda larga (em milhares)



Fonte: Pnad TIC/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

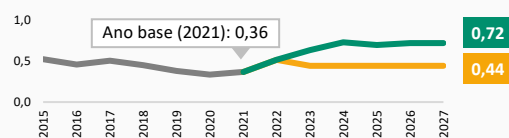
Legenda

— Resultado desejável

— Resultado base

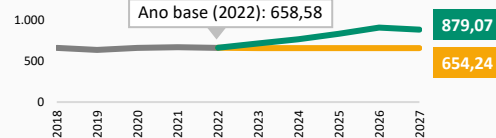
2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem

Participação do investimento em infraestrutura logística no PIB (%)



Fonte: PILPI 2021-2050 e BNDES. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

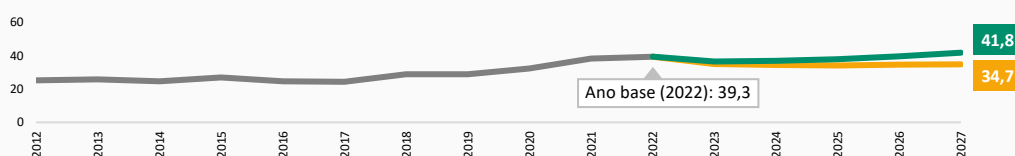
TKU (Tonelada Quilômetro Útil) total dos modais cabotagem, navegação interior e ferroviário (em t x km - em bilhões)



Fonte: InfraSA e Antaq. Projeções MPO com base em estimativas do Ipea.

2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras

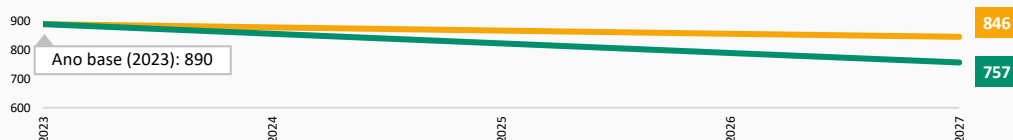
Corrente de comércio exterior (% do PIB)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional

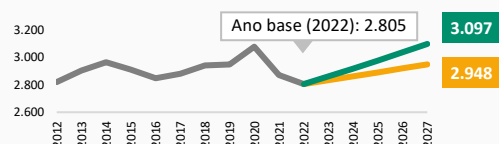
Número de municípios em nível de segurança hídrica baixo ou mínimo



Fonte: ANA/MMA. Projeções MPO, com base em estimativas da ANA.

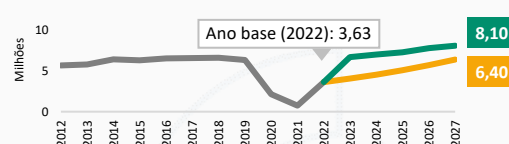
2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo

Rendimento médio mensal real do trabalho no setor de serviços (em R\$ de dez/22)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Chegada de turistas internacionais não residentes ao Brasil (em milhões)



Fonte: Embratur, DPF/MJSP e GlobalData. Projeções MPO com base em estimativas da Embratur.

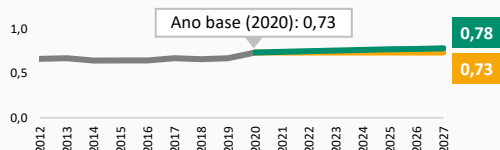
Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

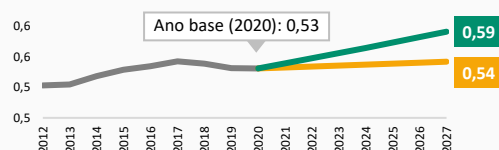
2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades

Razão entre o PIB per capita regional e o PIB per capita nacional

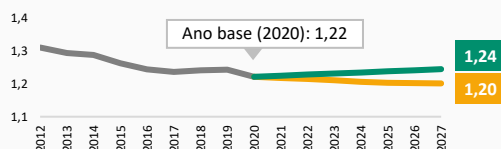
Norte



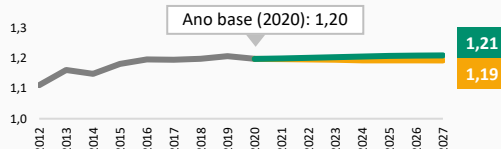
Nordeste



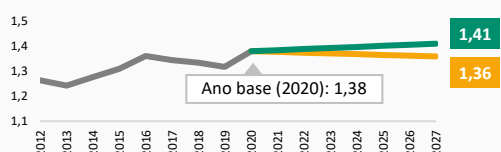
Sudeste



Sul



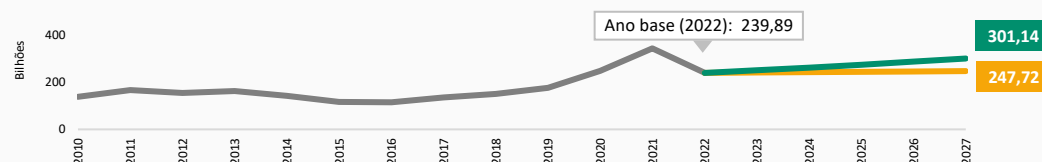
Centro-Oeste



Fonte: Pnad Contínua/IBGE e SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

Valor da produção mineral - Produção beneficiada por ano (em R\$ bi de 31/12/22)



Fonte: ANM/MME e Ibram. Projeções MPO, com base em informações da ANM/MME.



Nota técnica dos indicadores e metas



Acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>

Eixo 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

A reconstrução do Estado democrático, depois do desmonte e das seguidas ameaças às instituições, é parte central da estratégia do governo e condição essencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, assim como para a consolidação da soberania nacional.

O eixo *Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania* refere-se ao contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais para cumprir com seu papel de assegurar equidade e prosperidade tendo por base um regime de liberdades democráticas que estimule a participação e a inclusão social. O pleno exercício da soberania tem como objeto garantir a segurança do patrimônio natural e social, a capacidade de dissuasão na defesa do território, a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.

Alcançar esses objetivos requer uma intensa negociação política e a construção de convergências em torno das prioridades nacionais. Tanto a democracia quanto a soberania nacional são valores intrínsecos, condições necessárias para a existência da nação e para a qualidade da vida e da paz social. Por outro lado, a reconstrução do Estado é um meio para promover o desenvolvimento econômico e social, dada a sua importância para a oferta de bens e serviços públicos, a regulação das relações econômicas e os incentivos aos investimentos privados. Os principais desafios deste eixo estão descritos a seguir.

O primeiro grande desafio consiste no **fortalecimento das instituições democráticas**, restaurando-se a normalidade, o respeito institucional e a independência dos três Poderes, com diálogo permanente e o trabalho conjunto entre as diferentes instâncias e os diversos entes da Federação. O fortalecimento das instituições deve ser complementado pela **ampliação da democracia participativa**, por meio do processo coletivo de construção de políticas públicas e do diálogo com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representações empresariais e populares.

A ampliação da **transparência** das instituições da República é outro aspecto fundamental da democracia participativa, pois permite que a sociedade acompanhe as ações do governo e exerça seu direito de opinar sobre os resultados da implementação. Nesse sentido, as políticas públicas devem ser aprimoradas na direção de informar à sociedade os seus resultados, beneficiários e custos, em especial nos casos que envolvam subsídios a grupos específicos. Para tanto, é importante garantir o acesso à informação, assegurando o pleno funcionamento da Lei de Acesso à Informação.

A democracia também depende do **combate à corrupção**, a partir do **restabelecimento e do fortalecimento dos instrumentos de prevenção e controle**, interno e externo, de modo a garantir a integridade e a efetividade das políticas públicas e evitar práticas de corrupção.

A **garantia da liberdade de imprensa enquanto valor democrático** e do livre exercício dos meios de comunicação e da atividade profissional dos jornalistas é outro fator importante

para uma democracia. É necessário ter instrumentos efetivos de combate à desinformação, com a atuação dos órgãos de regulação e do Poder Judiciário junto às plataformas digitais, afiançando a neutralidade da rede, a pluralidade e a proteção de dados e coibindo a propagação de mentiras e mensagens antidemocráticas ou de ódio. A propagação das redes sociais e a utilização de robôs e inteligência artificial nas comunicações demandam novas formas de regulação, a fim de se assegurar tanto a liberdade de expressão quanto os direitos individuais.

Outro grande desafio do Brasil é a **reforma do Estado**, que inclui a recuperação e o aprimoramento do sistema de planejamento e dos instrumentos de gestão pública nas três instâncias da Federação. É preciso ampliar e aperfeiçoar as capacidades do Estado, a participação social, a cooperação com a iniciativa privada, com a renovação das políticas de gestão e o uso intensivo das novas tecnologias.

O Estado, para aprimorar o seu papel regulador, precisa intensificar a capacidade de indutor de políticas e de atuação, em articulação e cooperação com os atores públicos, privados e do terceiro setor, mobilizando competências e recursos para além daqueles disponíveis dentro do orçamento do governo, para ampliar a sua capacidade de atuação, aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas.

A **aceleração da transformação digital e sua inclusão nas instituições públicas** é uma parte relevante da reforma do Estado, essencial para que o governo consiga permanecer, de um lado, mais centrado no cidadão, e, de outro, mais eficiente, integrado e inteligente em seus processos de gestão. Para tanto, a gestão pública precisa avançar em direção a um governo digital, com processos mais ágeis e eficientes, condizentes com os ritmos impostos por uma economia e uma sociedade cada vez mais digitalizadas.

Para isso o país precisa superar desafios importantes relacionados à infraestrutura de comunicação, ampliando o acesso à internet de qualidade no território nacional, conforme abordado no segundo eixo. É necessário investir também em infraestrutura interna de equipamentos, em armazenamento e na capacitação dos servidores. Em especial, a segurança dos dados e das informações deverá obter atenção reforçada no sentido de proteger os cidadãos e manter a confiança no governo. Trata-se, portanto, de avançar em direção a uma gestão inovadora, aberta à incorporação de novas ferramentas e tecnologias de gestão, para aprimorar a capacidade de entrega de resultados.

Outro desafio consiste na **solidificação e no adequado funcionamento do pacto federativo**, com a atuação negociada e convergente dos três entes federativos na formação de consensos para uma atuação colaborativa, respeitando-se a autonomia de cada unidade da Federação. União, estados e municípios devem trabalhar de forma articulada e complementar, de acordo com as suas competências, para implementar programas e projetos estruturadores para o desenvolvimento nacional, evitando-se desperdícios, superposições e conflitos de ações. Nesse sentido, é central a busca de consensos que suportem a construção de uma estratégia de Estado de longo prazo, que seja federativamente compartilhada, e a criação de instâncias de governança e gestão federativa, capazes de mobilizar os atores, os recursos e os instrumentos necessários à sua implementação.

Por outro lado, o Brasil precisa **recuperar sua política externa** com participação nos organismos multilaterais e de integração regional, seja no plano econômico-comercial, seja nos âmbitos social, político e ambiental. Ao priorizar a solução pacífica para controvérsias, tais como o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, a tradição diplomática brasileira cria as condições necessárias para que o país exerça uma influência crescente na arena internacional. Isso se reflete no fortalecimento das relações com parceiros tradicionais e na construção de novas parcerias com outros países no início deste século.

O Brasil tem potencial para assumir um papel relevante no cenário mundial. O país tem a grande vantagem de possuir elevado patrimônio de recursos naturais e ambientais, particularmente na Amazônia, para assumir uma posição de destaque nos debates e nas iniciativas mundiais que envolvam as questões climáticas e a construção de uma economia de baixo carbono. O país já vinha exercendo protagonismo nas discussões globais sobre as mudanças climáticas, especialmente no Acordo de Paris, posição que precisa ser reforçada.

Defender a **soberania nacional** é defender a integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe, com vistas a manter a segurança regional e a promoção de um desenvolvimento integrado, com base em complementaridades produtivas potenciais entre os países. Deve-se buscar fortalecer novamente o Mercosul e os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e reforçar o multilateralismo, o respeito à soberania das nações, a paz, a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, a fim de que as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento sejam contemplados.

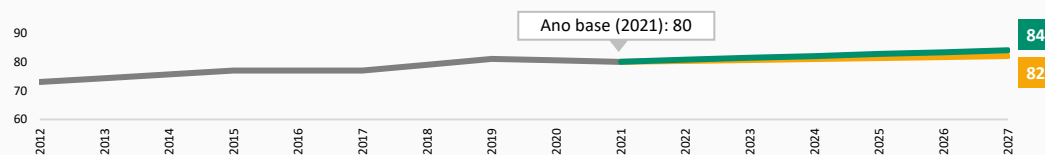
O fortalecimento do sistema de defesa e inteligência é essencial para a soberania nacional, por alimentar os centros decisores com respostas a eventuais riscos ou ameaças. As Forças Armadas têm uma parcela significativa de responsabilidade na defesa do território e da soberania nacional, como definido na Constituição brasileira, em colaboração com outros setores do Estado.

A proteção das fronteiras e da Amazônia é outro fator crucial, pois ajuda a conter o tráfico de drogas e de armas que alimenta o crime organizado em todo o território nacional. Além disso, é urgente avançar na construção de um pacto entre os países amazônicos – Bolívia, Colômbia, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – para a luta contra o crime organizado, o tráfico de armas, a devastação da floresta e a favor da proteção dos povos indígenas.

Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social

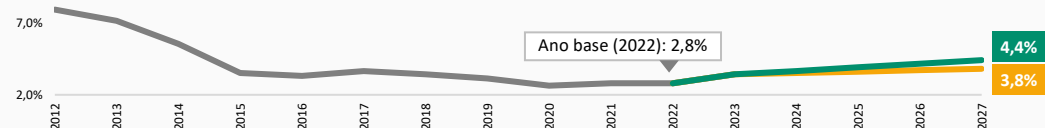
Open Budget Index (OBI)



Fonte: International Budget Partnership. Projeções MPO, com base em estimativas da SOF.

3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da co-opsção federativa, para maior coesão nacional

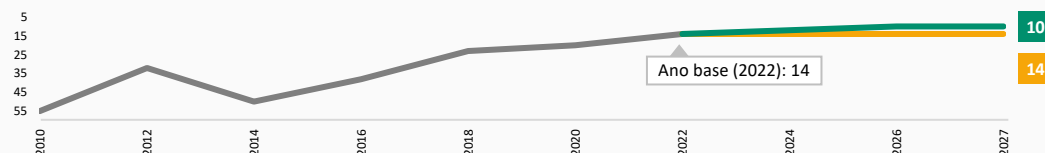
Investimento Federal como proporção do Orçamento Federal (sem Operações Especiais)¹



Fonte: Siop/MPO. Nota: ¹ Não são computadas as Operações Especiais, inclusive as despesas com Juros e Encargos da Dívida (GND 2) e Amortização da dívida (GND 6). Exclui Reserva de Contingência (GND 9). Considera-se como Investimento Federal somente GND 4 - Investimentos, exceto Operações Especiais.

3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população

Posição do Brasil no Índice de Desenvolvimento de Governo eletrônico das Nações Unidas



Fonte: UN E-Government Survey. Projeções MPO, com base em estimativas do MGISP.

3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais

Em elaboração

Legenda

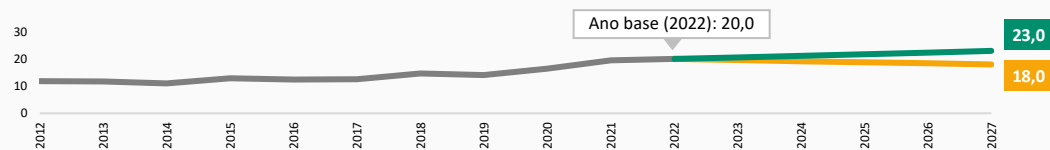
- Resultado desejável
- Resultado base

Legenda

- Resultado desejável
- Resultado base

3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado

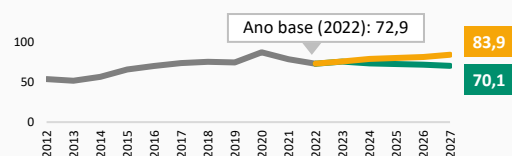
Participação das exportações em proporção do PIB (em %)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

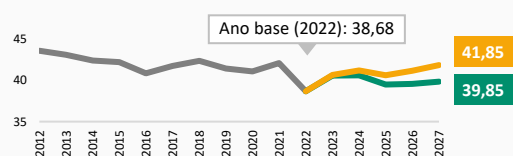
3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promovam maior justiça social e ampliação de investimentos

Dívida bruta do Governo Geral em proporção do PIB



Fonte: Bacen. Projeções MPO, com base em estimativas da STN/MF.

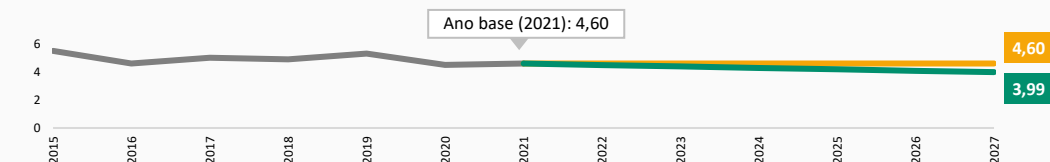
Percentual da arrecadação efetiva de tributos indiretos sobre a arrecadação total nas três esferas federativas



Fonte: STN/MF. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

Tempo médio de duração dos processos judiciais (em anos)



Fonte: CNJ. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.



Nota técnica dos indicadores e metas



Acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/nota-tecnica-dos-indicadores-e-metas>

Capítulo 3

Dimensão Tática

- 3.1 Prioridades e Agendas Transversais
- 3.2 Políticas sociais e de garantia de direitos
- 3.3 Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática
- 3.4 Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania





3.1

Prioridades e Agendas Transversais

O PPA orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento definido para os quatro anos de sua vigência. A dimensão estratégica apresenta o Brasil que queremos viver em 2027. Já a dimensão tática detalha os meios para alcançar a visão planejada, a partir dos programas, com seus objetivos, indicadores, metas, entregas, investimentos plurianuais e medidas institucionais e normativas.

Queremos que, em 2027, o Brasil consolide o caminho para ser um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades. Essa visão de futuro será alcançada a partir da implementação de um conjunto de políticas públicas, detalhadas nesta dimensão tática do PPA.

A construção dessa visão será resultado da articulação de um conjunto de ações. São amplos os desafios do governo e limitados os seus recursos. A seletividade na construção de uma estratégia governamental é essencial para garantir que os recursos limitados sejam utilizados de maneira eficaz, focando nas áreas de maior relevância e impacto para a sociedade. Isso contribui para a formação de um governo mais eficiente, responsável e capaz de enfrentar os desafios do país de modo mais eficaz.

Para o governo alcançar os resultados esperados e promover uma atuação mais efetiva, com concentração das ações e priorização do orçamento, foram definidas seis Prioridades:

- 1) Combate à fome e redução das desigualdades;
- 2) Educação básica;
- 3) Saúde: atenção primária e especializada;

- 4) Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda;
- 5) Novo PAC; e
- 6) Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática.

Essas Prioridades foram construídas a partir de dois elementos: I) as necessidades do país: escolhas estratégicas para os próximos quatro anos, considerando-se a visão de futuro e os objetivos estratégicos, bem como a análise da situação atual e a evolução do país nos últimos anos; e II) as demandas da sociedade: escolhas da população na consulta pública do PPA, levando-se em conta as contribuições dos Fóruns Interconselhos, das plenárias em todas as Unidades da Federação e a participação na plataforma Brasil Participativo, tanto na priorização dos programas quanto nas propostas apresentadas e votadas na plataforma.

Em síntese, as Prioridades têm por objetivo garantir o direcionamento de ações concretas, de políticas e de programas para lidar com as questões mais críticas para a construção do futuro desejado e, assim, promover o progresso e o bem-estar da nação.

A construção dessas Prioridades representa o início da materialização da visão de futuro para 2027.

As agendas de combate à fome, de educação básica e de saúde estão alinhadas ao atributo da visão de futuro de equidade – inclusão, justiça social, garantia de direitos e igualdade de oportunidades. A Neoindustrialização, o Novo PAC e o combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática se alinham ao atributo da visão de futuro de desenvolvimento – crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social.

Ressalte-se que o processo de participação social que submeteu o PPA à priorização da população resultou nos seguintes programas mais votados: 1º Enfrentamento da emergência climática; 2º Atenção primária à saúde; 3º Atenção especializada à saúde; 4º Promoção do trabalho digno, emprego e renda; 6º Segurança alimentar e nutricional e combate à fome; e 9º Educação básica democrática, com qualidade e equidade.

Entre as propostas livres de políticas públicas apontadas pela população, as que se referem às áreas de educação e saúde foram as que apresentaram mais demanda, com 1.225 propostas cada, de um total de 8.254 para todo o PPA.

Prioridades do governo



1 | Combate à fome e redução das desigualdades

A maior prioridade do governo é resgatar milhões de brasileiros da fome e da miséria, para tirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU até 2027, bem como reduzir as desigualdades de renda. Essa agenda é voltada para a população que vive em situação de vulnerabilidade social e que mais necessita de apoio do Estado para sobreviver e ter uma vida mais digna.

O combate à fome está sendo materializado no Plano Brasil Sem Fome. As entregas que colaboram para essa agenda se organizam em três frentes de trabalho:

- acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania;
- segurança alimentar e nutricional: alimentação saudável da produção ao consumo;
- mobilização para combater a fome.

No total, 32 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 80 objetivos específicos, com destaque para os programas: Segurança alimentar e nutricional e combate à fome; Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas; Abastecimento e soberania alimentar; e Agricultura familiar e agroecologia.



2 | Educação básica

A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, sendo a base de formação de crianças e jovens. É um direito social constitucional, fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, contribuindo, assim, para o fortalecimento de outras Agendas Prioritárias. A educação está entre as principais demandas sociais.

A agenda da educação básica será materializada no programa “Educação básica democrática, com qualidade e equidade”, que tem como objetivo geral:

- elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino;
- valorizar os profissionais da educação básica;
- promover o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Além do programa “Educação básica democrática, com qualidade e equidade”, outros contribuem para essa Prioridade. No total são 7 programas e 29 objetivos específicos.



3 | Saúde: atenção primária e especializada

A saúde também é um direito social e uma das principais demandas sociais, afetando diretamente o bem-estar e a qualidade de vida da população em todas as etapas da vida. Para isso, é essencial que a população tenha acesso a serviços de qualidade, que abarquem a prevenção e a promoção da saúde, permitam diagnósticos mais precisos e ágeis, bem como o acesso a tratamentos adequados, com apoio de profissionais especializados.

A agenda da saúde com foco na atenção primária e especializada está contemplada, principalmente, em dois programas do PPA:

- “Atenção primária em saúde”: o programa tem como objetivo geral fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) e da saúde bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais;
- “Atenção especializada em saúde”: o programa tem como objetivo geral ampliar a oferta e o acesso às ações e aos serviços da atenção especializada,

conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Além desses programas, outros contribuem para essa Prioridade. No total são 7 programas e 14 objetivos específicos.



4 | Neoindustrialização, trabalho, emprego e renda

O desenvolvimento e o aumento da competitividade da economia brasileira demandam novas formas de crescimento com bases sustentáveis e de maior valor agregado, impulsionadas pela intensidade tecnológica e pela inovação.

Essa Prioridade consolida ações governamentais voltadas para o desenvolvimento industrial do país, em bases tecnológicas, inovadoras e sustentáveis e em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada.

A agenda de trabalho se alinha às missões da política industrial definidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial:¹⁰⁰

- cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais;
- complexo industrial da saúde resiliente;
- infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis;
- transformação digital da indústria;
- bioeconomia, descarbonização, transição e segurança energética;
- tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Também envolve as políticas de promoção ao trabalho digno, emprego e renda, como:

- intermediação de mão de obra;
- qualificação profissional;
- crédito para atividades empreendedoras e microcrédito produtivo orientado;
- inspeção do trabalho e combate ao trabalho análogo ao trabalho escravo;
- combate à discriminação, assédio, violência e riscos em ambientes de trabalho;
- aprendizagem profissional;
- economia popular e solidária.

No total, 46 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 141 objetivos específicos, com destaque para os programas: Neoindustrialização, ambiente de negócios

¹⁰⁰ Resolução CNDI/MDIC nº 1, de 6 de julho de 2023.

e participação econômica internacional; Inovação nas empresas para uma nova industrialização; e Promoção do trabalho decente, emprego e renda.



5 | Novo PAC

O aprimoramento da infraestrutura nacional também é importante para o desenvolvimento socioeconômico do país.

A agenda do Novo PAC prioriza projetos do PAC e do PPI, projetos estruturantes, que reduzam as desigualdades sociais e regionais, que retomem obras paralisadas e contribuam para a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas. O Novo PAC se divide em nove eixos:

- Transporte eficiente e sustentável;
- Infraestrutura social inclusiva;
- Cidades sustentáveis e resilientes;
- Água para todos;
- Inclusão digital e conectividade;
- Transição e segurança energética;
- Inovação para a indústria da defesa;
- Educação, ciência e tecnologia; e
- Saúde.

No total, 33 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 75 objetivos específicos, com destaque para programas como: Transporte rodoviário; Defesa nacional; Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade; Transição energética; Moradia digna; Vigilância em saúde e ambiente; e Educação profissional e tecnológica que transforma.



6 | Combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática

A sustentabilidade ambiental e a inclusão social serão as bases para o crescimento econômico. Sendo assim, é prioritário combater o desmatamento e proteger os biomas brasileiros, com uso sustentável dos recursos naturais para a geração de valor socioeconômico. O país precisa enfrentar a emergência climática e avançar na descarbonização da economia e na transição energética, ao mesmo tempo em que atua para ampliar a resiliência aos impactos provocados por essas mudanças.

Essa Prioridade consolida os atributos que permitem identificar e acompanhar as ações governamentais que promovam:

- a mitigação das emissões de gases de efeito estufa, visando contribuir para o alcance dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), em especial a meta de desmatamento líquido zero até 2030;
- a adaptação dos sistemas naturais, humanos, produtivos e de infraestrutura para fazer frente aos efeitos atuais e os esperados com a mudança do clima no país; e
- o fortalecimento da resiliência das comunidades e setores vulneráveis aos impactos de eventos climáticos extremos.

No total, 33 programas do PPA contribuem para essa prioridade, totalizando 82 objetivos específicos, com destaque para programas como: Enfrentamento da emergência climática; Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios; e Qualidade ambiental na cidade e no campo.

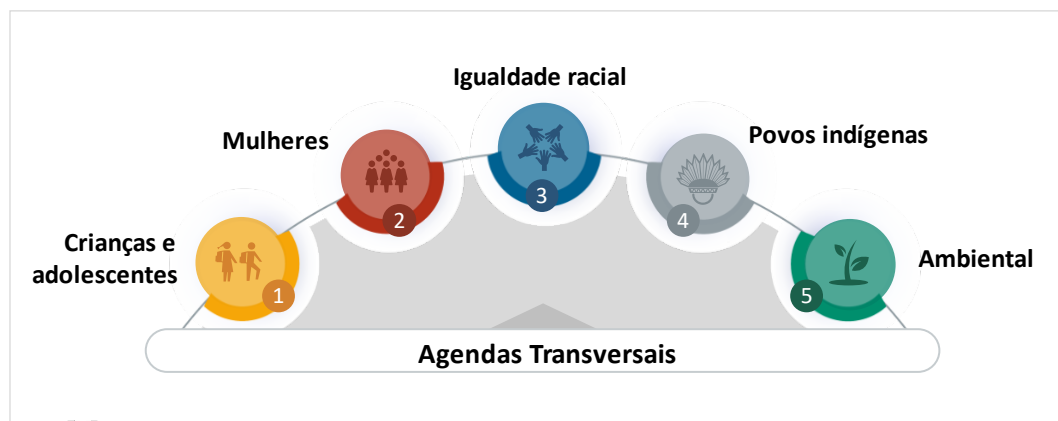
Agendas Transversais

As Agendas Transversais são políticas públicas que buscam incidir sobre temas e públicos específicos, demandando a atuação de várias áreas do governo. As Agendas Transversais de políticas públicas são necessárias porque ajudam a abordar desafios complexos e interconectados que não podem ser resolvidos eficazmente por meio de abordagens setoriais ou isoladas, dado que possuem natureza multidimensional.

Essas Agendas têm como objetivo integrar e coordenar ações em diferentes setores e níveis de governo para enfrentar questões que atravessam fronteiras tradicionais da atuação setorial e requerem uma abordagem ampla e articulada para a superação de seus desafios. São políticas públicas integradas que combinam objetivos específicos, entregas e metas, criando condições para uma maior efetividade da ação governamental.

As transversalidades são executadas por vários órgãos e unidades orçamentárias, mas têm centralidade de orientação técnica no ministério coordenador da temática e compartilhamento de processos decisórios entre os níveis estratégicos que planejam e executam a política.

São cinco Agendas Transversais: 1) Crianças e adolescentes; 2) Mulheres; 3) Igualdade racial; 4) Povos indígenas; e 5) Ambiental.



1 | Crianças e adolescentes

A Agenda envolve o programa “Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade” e objetivos específicos e entregas do PPA referentes a outros programas. Entre eles, destacam-se ações: de educação básica, do ensino infantil ao médio, inclusive profissionalizante; de saúde, como cobertura vacinal e saúde indígena; de proteção social, por meio do Bolsa Família; de atenção à primeira infância; bem como ações de combate ao trabalho infantil e de inclusão digital, entre outras.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 34 programas e 77 objetivos específicos.



2 | Mulheres

A Agenda envolve os programas “Autonomia econômica das mulheres”, “Igualdade de decisão e poder para as mulheres” e “Mulher: viver sem violência”. Além disso, contém políticas presentes em outros programas, como: saúde da mulher; expansão da oferta de educação profissional com atendimento prioritário às mulheres; apoio à agricultura familiar com prioridade para as mulheres, incluindo acesso ao crédito, à comercialização e à assistência técnica e extensão rural, bem como apoio às pescadoras.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 35 programas e 71 objetivos específicos.



3 | Igualdade racial

A Agenda envolve os programas “Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo”, “Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos” e “Juventude negra viva”. A Agenda também é composta por políticas presentes em outros programas, como: os de educação, que priorizam os grupos mais vulnerabilizados, a exemplo da educação em tempo integral e do ensino profissional e tecnológico; os de ampliação do acesso aos serviços públicos sociais nas periferias; os de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária, direcionados a quilombolas e a povos de comunidades tradicionais.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 39 programas e 110 objetivos específicos.



4 | Povos indígenas

A Agenda envolve os programas “Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, sustentabilidade e enfrentamento da emergência climática”, “Direitos pluriétnicos culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas” e “Saúde indígena”. Várias ações governamentais que favorecem os povos indígenas são contempladas também em outros programas, como: o da agropecuária sustentável, que visa promover o uso sustentável das florestas; o da área de educação voltado para povos indígenas; o referente às relações exteriores, atinentes à diplomacia da sustentabilidade; o de fortalecimento da capacidade produtiva da agricultura familiar.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 35 programas e 78 objetivos específicos.



5 | Ambiental

A Agenda Ambiental consolida atributos que permitam identificar e acompanhar as ações governamentais direcionadas para a preservação dos recursos naturais, como florestas, recursos hídricos, oceanos e biodiversidade, de forma integrada com a transição para uma economia de baixo carbono, propiciando a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Essa Agenda está contemplada no PPA em: 44 programas e 108 objetivos específicos.

3.2

Políticas sociais e de garantia de direitos

As políticas sociais e de garantia de direitos englobam programas que são diretamente conectados aos objetivos estratégicos do eixo 1, mas que também contribuem para os outros eixos.

Essas políticas estão relacionadas com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição brasileira. São considerados direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados.

Ao garantir esses direitos fundamentais, o país poderá avançar na construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e que promove o bem-estar de todos, sem preconceitos e qualquer forma de discriminação.

Os programas ligados às políticas sociais e de garantia de direitos serão apresentados a seguir, cada um com uma breve contextualização e seus objetivos geral e específicos.

Políticas sociais e de garantia de direitos

- » Segurança alimentar e nutricional e combate à fome
- » Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas
- » Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- » Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais
- » Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único
- » Estruturação da Política Nacional de Cuidados
- » Atenção primária à saúde
- » Atenção especializada à saúde
- » Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde
- » Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde
- » Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde
- » Vigilância em saúde e ambiente
- » Saúde indígena
- » Educação básica democrática, com qualidade e equidade
- » Educação profissional e tecnológica que transforma
- » Educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade
- » Direito à cultura
- » Juventude: direitos, participação e bem viver
- » Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparação de violações
- » Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua
- » Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa
- » Promoção dos direitos das pessoas com deficiência
- » Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+
- » Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade
- » Autonomia econômica das mulheres
- » Igualdade de decisão e poder para mulheres
- » Mulher: viver sem violência
- » Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática
- » Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas
- » Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos
- » Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo
- » Juventude negra viva
- » Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania
- » Saneamento básico
- » Cidades melhores
- » Mobilidade urbana
- » Moradia digna
- » Periferia viva
- » Segurança pública com cidadania
- » Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas
- » Esporte para a vida

» Segurança alimentar e nutricional e combate à fome

A insegurança alimentar e nutricional ocorre quando as pessoas não têm acesso adequado e regular a alimentos nutritivos, e em quantidade suficiente, para atender às suas necessidades diárias. O problema está fortemente relacionado à extrema pobreza e às desigualdades de renda, regionais, de gênero, raça e origem social. Nos anos recentes, essa questão foi agravada pelas crises econômica, sanitária e ambiental.

A fome é, sem dúvida, a expressão mais grave da extrema pobreza. Ela representa a privação mais básica que um ser humano pode enfrentar, resultando em uma condição de vulnerabilidade extrema. A falta de acesso regular a alimentos nutritivos e seguros leva à desnutrição e ao enfraquecimento do organismo, afetando negativamente a saúde, o crescimento e o desenvolvimento físico e mental. Assim, a fome perpetua o ciclo da pobreza.

Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social, é uma das prioridades do governo.

Objetivo geral do programa

Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Objetivos específicos

- Atuar em prol da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) em âmbito internacional com participação social;
- Ampliar o acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água;
- Apoiar a inclusão produtiva de famílias rurais do Cadastro Único por meio do desenvolvimento de um projeto produtivo com assistência técnica e transferência de um recurso não reembolsável;
- Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e os equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fomentar o desenvolvimento de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis;
- Consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), assegurando a coordenação intersetorial e federativa das políticas de combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional, fomentando a participação e o controle social e implementando um sistema de vigilância do direito humano à alimentação adequada.

» Bolsa Família: proteção social por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas

Muitas famílias vivem em situação de pobreza e sem acesso aos direitos sociais básicos nas diversas regiões do país. A baixa renda familiar decorre da desigualdade social, da baixa escolaridade, da saúde precária, do desemprego ou do subemprego e da dificuldade de acesso a políticas públicas.

O Bolsa Família se caracteriza pela transferência direta de renda, vinculando o recebimento dos benefícios ao cumprimento de condicionalidades, visando ampliar o acesso a mais direitos sociais, em particular, o direito à educação, saúde e assistência social. Assim, o programa mitiga a falta de recursos mínimos para que famílias que vivem em situação de vulnerabilidade tenham os instrumentos necessários para prover a sua subsistência, cria as oportunidades para que as gerações futuras tenham melhores condições de saúde e de educação e, assim, maiores chances de superar a situação de pobreza de suas famílias originárias.

Objetivo geral do programa

Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde e assistência social.

Objetivos específicos

- Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio da transferência direta de renda;
- Contribuir para ampliar o acesso à educação e a permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF);
- Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Bolsa Família;
- Ampliar o número de municípios brasileiros que recebem os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF).

» Proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A dificuldade de acesso aos direitos sociais básicos nas diversas regiões do país leva muitas pessoas a viver em situação de vulnerabilidade e risco social. Isso decorre da combinação de causas estruturais e de condições pessoais que afetam o desenvolvimento de crianças e adolescentes, a capacidade de proteção das famílias e a superação das vulnerabilidades pelos indivíduos. Tais condições acarretam problemas como evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce, trabalho infantil, exploração sexual e uso de drogas, o que mina a convivência familiar e comunitária, a saúde e a qualificação educacional, resultando em inserção precária no trabalho, isolamento e exclusão social.

A magnitude e a dispersão territorial dessas situações no país constituem grandes desafios que exigem do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso e a integração das ações, inclusive com outras políticas setoriais, e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas.

Objetivo geral do programa

Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

Objetivos específicos

- Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de proteção social básica ofertados às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de proteção social especial ofertados às famílias e pessoas em situação de risco social, violência e violação de direitos;
- Promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida;
- Aprimorar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para reduzir o tempo de concessão dos benefícios, agilizando o acesso dos requerentes;
- Fortalecer e qualificar a gestão do SUAS e os mecanismos democráticos de participação e controle social.

» Inclusão de famílias em situação de vulnerabilidade no Cadastro Único e produção de informações e conhecimento para políticas sociais

O enfrentamento das condições de pobreza demanda diversas ações articuladas entre os órgãos de governo e entre as três esferas da Federação. O primeiro passo para reduzir a pobreza e a vulnerabilidade social é mapear as pessoas que mais precisam de apoio do Estado, a partir da identificação das famílias de baixa renda, caracterizadas como famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita, e da sua inserção nos registros administrativos do governo.

Para isso, é necessário fortalecer o Cadastro Único, ferramenta fundamental para a eficácia dos programas de assistência social. Como a integração de políticas públicas é essencial para o enfrentamento da pobreza, a padronização da coleta de dados melhora não só a focalização, como também a efetividade das políticas sociais. Só a atuação federal, em conjunto com estados e municípios, permite essa padronização. Da mesma forma, a produção de informações ajuda os gestores a entender melhor as regras dos diferentes programas sociais e obter maior efetividade na implementação das políticas públicas.

Objetivo geral do programa

Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para a promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos específicos

- Prover as políticas públicas de dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil;
- Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, entre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e de seus impactos sobre a sociedade brasileira.

» Inclusão socioeconômica do público do Cadastro Único

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definem entre suas metas a erradicação da pobreza, a geração de trabalho decente e o crescimento econômico. Contudo, as desigualdades de oportunidades de acesso a direitos e de inclusão socioeconômica das pessoas em situação de vulnerabilidade persistem no nosso país. Pessoas nas camadas de menor renda e escolaridade têm taxas de ocupação inferiores à média nacional, principalmente mulheres e negros.

Os mais pobres, exatamente pelo nível de exclusão, abandono, desinformação e isolamento, são os que apresentam menor condição de inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, o Estado tem a responsabilidade de promover políticas e programas de inclusão socioeconômica que visem garantir melhores condições de vida e de direitos à camada de maior vulnerabilidade social, fazendo com que essas pessoas consigam sair da pobreza de forma decente e com seus direitos sociais garantidos.

Objetivo geral do programa

Inclusão socioeconômica para o público do Cadastro Único com atuação nos eixos da intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo.

Objetivos específicos

- Promover a empregabilidade da população em situação de vulnerabilidade social;
- Fomentar o empreendedorismo.

» Estruturação da Política Nacional de Cuidados

O Brasil está passando por transformações nas dinâmicas demográficas, culturais e econômicas que impactam diretamente as necessidades e a capacidade de provisão de cuidados das famílias. A ausência ou insuficiência de serviços públicos de cuidado, como educação infantil, escola integral, serviços de cuidado para pessoas idosas e pessoas com deficiência, restaurantes e lavanderias populares, reforça uma injusta e desigual divisão sexual do trabalho, tornando invisível a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados exercida pelas mulheres, que se apoiam em arranjos informais muitas vezes precários.

O cuidado é um direito e uma necessidade de todas as pessoas ao longo do seu ciclo de vida. A implementação de políticas e programas de cuidados é, portanto, imprescindível para melhorar o bem-estar da sociedade como um todo, reduzir as desigualdades na educação, na saúde, no emprego, nos salários e nas condições de vida, além de gerar um círculo virtuoso com efeitos multiplicadores na economia, na redistribuição de recursos e no combate à pobreza e às desigualdades sociais.

Objetivo geral do programa

Promover o direito ao cuidado e a corresponsabilização pela sua provisão entre famílias, Estado, mercado e empresas, e comunidade.

Objetivos específicos

- Garantir o direito ao cuidado por meio da elaboração, articulação, integração e execução de ações da Política e do Plano Nacional de Cuidados;
- Promover a conscientização social sobre a relevância dos cuidados para a reprodução da vida, o funcionamento das economias e o bem-estar das pessoas.

» Atenção primária à saúde

A atenção primária à saúde é fundamental para o tratamento de doenças e agravos, mas também para propiciar ações que promovam o bem-estar da população. As barreiras ao acesso oportuno e resolutivo à Atenção Primária à Saúde (APS) nas regiões do Brasil se caracterizam pela oferta restrita de serviços e por parâmetros populacionais inadequados para a garantia da qualidade do cuidado integral e da equidade. Algumas causas desses problemas são: insuficiência de Unidades Básicas de Saúde (UBS); insuficiência de equipes multiprofissionais e de especialistas no escopo ampliado da Atenção Primária à Saúde; dificuldade de provimento e fixação de profissionais; insuficiência de consultórios odontológicos nas UBS.

A Estratégia Saúde da Família (ESF) objetiva proporcionar cuidados essenciais à saúde da população, por meio de equipes multidisciplinares. A ESF se justifica pela necessidade de

promoção de melhorias na qualidade e na humanização do atendimento, com profissionais que estabeleçam vínculos com as pessoas atendidas e a comunidade. Nesse sentido, é preciso avançar em estratégias de provimento profissional aliadas às condições de vinculação e à garantia de atendimento qualificado. Além disso, é crucial fortalecer a integração entre a ESF e outros serviços de saúde com vistas à atuação mais efetiva, como a integração com a atenção especializada e a vigilância em saúde.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos específicos

- Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional;
- Expandir o acesso à atenção integral à saúde das populações em situação de rua e privadas de liberdade;
- Expandir o acesso e a oferta aos serviços de saúde bucal;
- Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária.

» Atenção especializada à saúde

A atenção especializada à saúde no Brasil é responsável, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), por serviços gratuitos, incluindo consultas com especialistas, exames diagnósticos avançados e tratamentos complexos em áreas como cardiologia, neurologia, oncologia e outras especialidades médicas. A insuficiência e o agravamento da desigualdade na oferta de ações e serviços da atenção especializada vêm crescendo como problema público de saúde, com o aumento da tripla carga de doenças, o predomínio das doenças crônicas, a prevalência de elevada mortalidade e morbidade por condições agudas decorrentes de causas externas e as agudizações de condições crônicas.

São várias as ações necessárias para melhorar a atenção especializada com vistas a diminuir os vazios assistenciais e promover o acesso oportuno, como melhorias na igualdade da oferta de serviços, na qualidade do atendimento e na formação de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, que precisam de conhecimentos específicos para oferecer um atendimento de qualidade aos pacientes.

Objetivo geral do programa

Ampliar a oferta e o acesso às ações e aos serviços da atenção especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Objetivos específicos

- Ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer de alta complexidade;
- Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada à saúde, visando a promover a ampliação de acesso em tempo oportuno;
- Ampliar a oferta de Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência, no âmbito da
- atenção especializada do SUS, com vista à redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais;
- Ampliar a oferta de Serviços de Saúde Mental, com melhoria do acesso e adequada cobertura regional;
- Ampliar a oferta de sangue, componentes e hemoderivados para o tratamento de pacientes.

» Gestão, trabalho, educação e transformação digital na saúde

As novas tecnologias digitais possibilitam diversas ações de integração, de combate às desigualdades regionais e de melhoria dos serviços de saúde. O SUS está incorporando novas tecnologias e avançando na oferta de serviços, mas precisa avançar ainda mais na ampliação do acesso aos serviços de saúde de forma qualificada e equitativa, na segurança e proteção dos dados de saúde da população e no compartilhamento e disseminação de informações estratégicas de saúde entre os entes federados e os sistemas de saúde.

Esse programa contribui para a articulação de sistemas de inovação e de produção de conhecimento, de promoção da saúde e do bem-estar social que o uso de tecnologias digitais em saúde pode possibilitar para a população brasileira. Também contribui para a qualificação do planejamento das ações e dos serviços de saúde, considerando as especificidades territoriais, de maneira estratégica e participativa, e fortalecendo as relações interfederativas no âmbito do SUS.

Objetivo geral do programa

Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, além de intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso a informações de saúde e serviços digitais a gestores, profissionais e cidadãos;
- Ampliar a oferta de atendimentos realizados por meio da telessaúde no âmbito do SUS em território nacional;
- Fortalecer a gestão da educação na saúde no SUS a partir da integração ensino-serviço-comunidade, da educação permanente em saúde e das residências em saúde e os usuários;
- Ampliar as ações para o fortalecimento da gestão do trabalho na saúde;
- Implantar o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no SUS para o enfrentamento das iniquidades em saúde;
- Aumentar a resolutividade da ouvidoria-geral do SUS com ênfase no fortalecimento da participação popular e na transparência pública;
- Fortalecer o planejamento, o monitoramento, a avaliação e a intersectorialidade, reafirmando o controle social como instância fiscalizadora e deliberativa no SUS;
- Implementar ofertas formativas em rede e Ensino à Distância (EAD) como contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais em saúde.

» Pesquisa, desenvolvimento, inovação, produção e avaliação de tecnologias em saúde

A cobertura universal de saúde no Brasil baseia-se nos princípios da equidade e da integralidade dos cuidados à saúde. Contudo, a despeito dos avanços conquistados, ainda se convive com uma realidade desigual e excludente de acesso. Essa desigualdade se manifesta, também, nas tecnologias em saúde, que são ofertadas de forma intempestiva, iníqua e insuficiente para a população. Existe uma capacidade de oferta dos recursos de saúde que não dá vazão à procura por eles, e tal cenário é agravado por excesso de judicialização e ausência tanto de regulação clara quanto de uso de evidências para fundamentar as decisões dos gestores de saúde.

A ampliação e o aprimoramento do desenvolvimento científico e tecnológico, em avaliação de tecnologia em saúde, estão diretamente relacionados com a melhoria na elaboração e na gestão das políticas públicas, favorecendo, assim, a diminuição de mortalidade relativa a comorbidades, a otimização da aplicação de recursos e a melhoria da qualidade de vida da população. O fomento à pesquisa, à produção e à tradução de evidências em saúde para subsidiar o processo decisório, a avaliação de tecnologias em saúde para o SUS e o fortalecimento da agenda do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS) contribuem para a ampliação do acesso às tecnologias em saúde e à melhoria das ações, dos serviços e dos produtos de saúde ofertados pelo SUS à população.

Objetivo geral do programa

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico para produção, inovação e avaliação em saúde, a fim de atender a população de forma equitativa, sustentável, acessível, considerando a sociobiodiversidade territorial e contribuindo para a prosperidade econômica e social e redução da dependência de insumos para a saúde.

Objetivos específicos

- Fomentar pesquisas prioritárias estratégicas em saúde, desenvolvidas em modelo colaborativo e/ou multicêntrico, com base em uma agenda prioritária nacional, orientando as aplicações de recursos a partir de critérios alinhados às necessidades de equidade, aplicabilidade e sustentabilidade no SUS;
- Ampliar a capacidade de sintetizar e disseminar evidências e promover pesquisas avaliativas para apoio para a tomada de decisão no SUS;
- Promover o uso racional dos recursos do SUS, por meio do fortalecimento dos Núcleos de Economia da Saúde;
- Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do CEIS, de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS e a ampliação do acesso à saúde;
- Gerar conhecimento científico, produtos e serviços mediante o fortalecimento da pesquisa em saúde e ambiente;

» Qualificação da assistência farmacêutica no Sistema Único de Saúde

O acesso a medicamentos e insumos estratégicos é fundamental para o cuidado à saúde da população que depende desse tipo de assistência no SUS. A assistência farmacêutica, contudo, apresenta diversos desafios em sua implementação. Os serviços farmacêuticos sofrem de baixa qualificação e dificuldades no acesso dos usuários aos medicamentos e insumos estratégicos. Além disso, há necessidade de melhorar as diretrizes para o cuidado farmacêutico, a cobertura da Farmácia Popular, a continuidade de ampliação de programas como o Qualifar-SUS, a gestão de compras públicas dos governos, os processos tecnológicos, como consolidação de bases de dados e sistemas de informação, entre outros.

Diante do cenário recente, agravado pela pandemia de covid-19 e por seus impactos na situação epidemiológica do Brasil, dos problemas alusivos à assistência farmacêutica no SUS e suas causas, é plausível garantir o acesso ampliado da população a serviços farmacêuticos qualificados e a medicamentos e insumos estratégicos no âmbito do SUS com abastecimento tempestivo e resolutivo, por meio de diferentes estratégias e parcerias, a fim de que haja maior eficiência na assistência à saúde, com eficácia e efetividade, observando-se o uso racional de medicamentos e as especificidades regionais.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso da população a medicamentos, insumos estratégicos e serviços farmacêuticos, qualificando a assistência farmacêutica, articulada à pesquisa, à inovação e à produção nacional, regulação, com qualidade e uso adequado no Sistema Único de Saúde, reduzindo as iniquidades.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos do elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil;
- Proporcionar o acesso a medicamentos e insumos estratégicos de aquisição centralizada no âmbito dos componentes básico, estratégico e especializado da Assistência Farmacêutica do SUS;
- Ampliar o acesso a serviços de cuidado farmacêutico no âmbito do SUS;
- Fortalecer os serviços gerenciais e assistenciais nos estados e municípios habilitados no Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica como estratégia de qualificação do acesso a medicamentos e à atenção à saúde;
- Promover o acesso, a inovação e a produção de medicamentos de qualidade por meio do reconhecimento do Brasil como autoridade referência para a Organização Mundial da Saúde.

» Vigilância em saúde e ambiente

A vigilância em saúde visa evitar o adoecimento da população por doenças e agravos passíveis de prevenção e controle. Esse adoecimento pode resultar de diversas causas, entre as quais se destacam: baixa cobertura vacinal; disseminação de informações equivocadas sobre saúde; deficiência estrutural para a atuação do Sistema de Vigilância e Atenção à Saúde; e baixo investimento em pesquisa e tecnologias para a vigilância em saúde.

Desenvolver ações para reduzir ou controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle é fundamental para promover a saúde da população e prevenir o surgimento de novos casos. A Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) do SUS apresenta um conjunto de princípios, diretrizes e estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do SUS para o desenvolvimento da vigilância em saúde, visando a promoção e a proteção da saúde e a prevenção de doenças e agravos, bem como a redução da mortalidade relativa a comorbidades, vulnerabilidades e riscos decorrentes das dinâmicas de produção e consumo.

Objetivo geral do programa

Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos específicos

- Reduzir o número de casos autóctones de malária na Região Amazônica;
- Disponibilizar informações precisas e oportunas de estatísticas vitais e de morbidade da população por meio dos sistemas de informação de vigilância em saúde;
- Ampliar a capacidade de diagnóstico dos laboratórios pertencentes à Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP);
- Reduzir a taxa de incidência de arboviroses (dengue, chikungunya, zika e febre amarela) no Brasil;
- Reduzir a incidência de HIV/aids, tuberculose (TB), hepatites virais, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST), doenças de determinação social;
- Ampliar as coberturas vacinais do calendário infantil;
- Fornecer imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde, conforme demanda estimada;
- Ampliar a vigilância de populações expostas a agrotóxicos no âmbito da vigilância da saúde ambiental e saúde do trabalhador;
- Ampliar as redes de preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública por regiões e macrorregiões;
- Produzir conhecimento sobre determinantes ambientais da saúde (mudanças do clima, poluição e biodiversidade) por meio do Centro de Síntese, para o fortalecimento da inovação do SUS e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

» Saúde indígena

Os povos indígenas no Brasil apresentam maior carga de mortalidades relativas a comorbidades, principalmente por causas evitáveis, quando comparados com a população não indígena. A maior propensão ao adoecimento em comunidades indígenas decorre da contaminação química e biológica da água, do solo e do ar, como consequência do extrativismo mineral e do desmatamento; dos déficits de saneamento, inclusive falta de água potável; e da baixa densidade de serviços de média e alta complexidade nas regiões em que vive a maioria desses povos. Frequentemente, há grande distância física entre as aldeias e as unidades de saúde, e profissionais de saúde não estão suficientemente capacitados para lidar com populações com características étnicas e culturais próprias e bastante diversas.

A formulação e a operacionalização das ações de atenção à saúde constituem uma rede pautada no cuidado, com foco na família indígena. Assim, faz-se necessária a adoção de um modelo diferenciado de organização dos serviços de saúde prestados à população indígena, não apenas voltados para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde e o controle de doenças e agravos, mas também para a garantia do exercício da cidadania por essa população.

Objetivo geral do programa

Promover e qualificar a oferta de ações, de serviços de saúde e de saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais.

Objetivos estratégicos

- Reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis;
- Garantir o acesso à água para consumo humano em aldeias indígenas.

» Educação básica democrática, com qualidade e equidade

A educação básica é um direito social constitucional, fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nos últimos anos observou-se um declínio na qualidade da educação básica, com níveis de aprendizagem e desempenho insatisfatórios, além da persistência de desigualdades e iniquidades quanto ao acesso, à permanência e à conclusão dos estudantes nas etapas e modalidades de ensino.

A melhoria da qualidade da educação é uma prioridade deste governo, principalmente pelo evidente retrocesso nos níveis de cobertura educacional e de aprendizagem causados, em especial, pelo período pandêmico. São necessários, portanto, o desenvolvimento de estratégias para a recomposição das aprendizagens, a diminuição da distorção idade-série, a elevação da frequência escolar, a fim de se reduzirem os índices de evasão e de abandono escolar, bem como ações para a superação das desigualdades e para o avanço do desempenho e da promoção escolar em todas as etapas e modalidades.

Objetivo geral do programa

Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da educação básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso à educação infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão de matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades e priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação;
- Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa;
- Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a aprendizagem do 3º ao 5º ano do ensino fundamental, visando à recomposição das aprendizagens prejudicadas pelo período da pandemia da covid-19 e à garantia do direito à aprendizagem;
- Melhorar a qualidade da educação nos anos finais do ensino fundamental, com vistas à promoção de um ensino significativo, acolhedor e equitativo para os adolescentes, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades;
- Melhorar o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes de ensino médio mediante apoio às redes de ensino para o fortalecimento da Política Nacional do Ensino Médio, em articulação com os entes federados;
- Ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica por meio do Programa Escola em Tempo Integral, visando à redução da desigualdade e priorizando os grupos mais vulnerabilizados;
- Promover ações para o reconhecimento e a valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação especial na perspectiva inclusiva;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação bilíngue de surdos;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação de jovens e adultos;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação escolar do campo;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação escolar indígena;
- Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação escolar quilombola;
- Inserir a educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica;
- Prover acesso à internet banda larga e a equipamentos para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive em escolas do campo, indígenas e quilombolas;
- Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais dos estudantes;

- Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para a construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas e a educação de jovens e adultos;
- Oferecer aos que almejam a carreira do magistério, aos licenciandos e aos professores e profissionais da educação básica em exercício a formação inicial, por meio de graduações e cursos sequenciais ofertados de forma presencial e a distância;
- Oferecer aos professores e profissionais da educação básica a formação continuada por meio de especializações, mestrados e doutorados, ofertados de forma presencial e à distância;
- Fortalecer a gestão democrática e participativa, em articulação intersetorial com os sistemas de ensino, na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a garantia da educação básica e dos demais direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos;
- Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais do magistério público da educação, apoiando e estimulando a estruturação ou revisão de planos de carreira e remuneração, principalmente no que se refere ao cumprimento do piso salarial profissional nacional e à garantia da hora-atividade na jornada de trabalho;
- Apoiar o desenvolvimento de capacidades estatais dos entes federativos para planejamento e gestão de políticas educacionais;
- Realizar levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a educação básica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

» Educação profissional e tecnológica que transforma

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é importante para o desenvolvimento de pessoas e a inserção produtiva e inclusiva mais qualificada no mercado de trabalho. São desafios da EPT o acesso e a permanência desiguais e insuficientes, especialmente entre a população de maior vulnerabilidade social como as populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, pessoas com deficiência, povos do campo, das águas e das florestas; o desalinhamento entre a oferta e a formação na educação profissional e as demandas da sociedade, do mundo do trabalho e das diversidades de populações e seus territórios; e o desconhecimento de indicadores padronizados de qualidade educacional para a EPT.

Será trabalhada uma política nacional, coordenada pelo Ministério da Educação (MEC) em pactuação com estados e municípios, universidades, institutos federais e demais redes,

com foco no combate aos problemas já evidenciados na EPT, com vistas à superação das desigualdades e à melhoria nos índices de aprendizagem, acesso, permanência e conclusão em todos os níveis, etapas e modalidades educacionais.

Objetivos geral do programa

Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na educação profissional e tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando à formação integral.

Objetivos específicos

- Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade;
- Expandir a oferta da educação profissional e tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais e, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade;
- Qualificar a educação profissional e tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade;
- Realizar estudos e pesquisas educacionais sobre a educação profissional e tecnológica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

» Educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade

O fortalecimento da educação superior contribui para o aumento da competitividade da economia e da mobilidade social. A educação superior enfrenta desafios a serem superados, como o atendimento insatisfatório e a desconexão entre as necessidades da sociedade e a oferta de cursos, gerando evasão e persistência de desigualdades quanto a acesso, permanência e conclusão dos estudantes.

Para se responder aos desafios identificados no Plano Nacional de Educação (PNE), serão necessárias ações que visem à elevação da capacidade de atendimento na educação superior. Diante disso, faz-se necessário um conjunto de medidas estratégicas voltadas para a consolidação do processo de interiorização das universidades e de seus *campi*, a ampliação das taxas de acesso, de permanência e de conclusão da educação superior, a melhoria do rendimento acadêmico e da qualidade da oferta.

Objetivo geral do programa

Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos específicos

- Promover a consolidação da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e a sustentabilidade;
- Promover o acesso de estudantes à graduação, em instituições públicas e privadas, buscando a equidade e valorizando a diversidade;
- Ampliar a taxa de conclusão dos estudantes da graduação, em instituições públicas e privadas, promovendo a permanência, a equidade e valorizando a diversidade;
- Incentivar o aumento de vagas e a criação de novos cursos médicos nas universidades federais, com ênfase nas regiões com maior carência de profissionais, otimizando a capacitação dos profissionais em área da saúde a nível de pós-graduação;
- Fortalecer a produção de pesquisa e inovação nos hospitais universitários federais geridos pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH);
- Fortalecer os cenários de prática e o exercício da preceptoria para graduação, pós-graduação e residências em saúde;
- Apoiar a formação em nível de mestrado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país;
- Apoiar a formação em nível de doutorado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e das vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país;
- Promover o fortalecimento da internacionalização da educação superior por meio do desenvolvimento de ações que promovam uma perspectiva global, intercultural e de cooperação que contribuam com a melhoria da qualidade e da relevância do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação desenvolvidas pelas Instituições de Educação Superior (IES);
- Promover a criação e o fortalecimento de ecossistemas de inovação nas universidades, com vistas a impulsionar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo.
- Aprimorar as atividades de regulação e supervisão das instituições e dos cursos da educação superior com vistas a promover a qualidade da educação superior;
- Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a educação superior, buscando ampliar a representação da diversidade, o aprimoramento contínuo dos instrumentos e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

» Direito à cultura

A cultura é um componente essencial da qualidade de vida da população, e a economia da cultura e as indústrias criativas são igualmente importantes para o desenvolvimento do país. A cultura apresenta vários desafios, entre os quais se destacam: o acesso da população, principalmente nos territórios mais isolados; o fortalecimento da diversidade cultural do país; a preservação dos patrimônios histórico, arquitetônico e cultural; e a expansão e o fortalecimento da economia criativa.

Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as suas formas de expressão é um dos objetivos estratégicos deste Plano Plurianual.

Objetivo geral do programa

Consolidar a cultura como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social e sustentável, por meio do acesso, da produção e fruição da cultura, do desenvolvimento técnico, da garantia dos direitos autorais, do direito à arte, à cultura, à memória e às tradições; o fomento, o fortalecimento das cadeias produtivas e criativas; a preservação e a difusão da memória e do patrimônio cultural, com respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Objetivos específicos

- Ampliar a prática leitora e o repertório criativo da população;
- Fortalecer os meios de produção, fruição e consumo das cadeias e das redes produtivas da economia criativa;
- Preservar e difundir a diversidade de memórias e patrimônios culturais brasileiros;
- Promover e preservar a diversidade cultural, as expressões e os saberes artísticos e culturais, a democratização de bens e serviços culturais, com acessibilidade e atenção a recortes por territórios;
- Fomentar a formação, a fruição, a produção artística e cultural, a pesquisa, a memória e a inovação nos ambientes educacionais e culturais formais e informais, com atenção às premissas de descentralização, territorialização e diversidade de gênero e raça.

» Juventude: direitos, participação e bem viver

Os jovens, que têm papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do Brasil, demandam políticas públicas específicas, tendo em vista os desafios atuais e futuros do país. As dificuldades de acesso e a permanência nos ensinos médio, técnico e superior, somadas aos desafios de acesso ao mercado de trabalho, têm levado à formação de um contingente de jovens que não estudam nem trabalham. Além disso, os jovens são mais atingidos pela violência, sendo os pretos e pardos as maiores vítimas.

Diante desse cenário, é imperativo que o Estado construa programas e ações inclusivas que mudem essa realidade, para proporcionar condições de construção de uma sociedade em que prevaleçam o bem-estar social, o atendimento de direitos e de garantias e a construção de uma cultura democrática e de paz.

Objetivo geral do programa

Assegurar o exercício de direitos pelos jovens mediante a implementação e a execução da política nacional da juventude e da ampliação de acesso a serviços e equipamentos públicos, valorizando os jovens como sujeitos de direito, em especial os segmentos mais vulnerabilizados da população.

Objetivos específicos

- Institucionalizar, fortalecer e publicizar as políticas públicas para juventude em nível nacional e internacional e em articulação com estados e municípios; e ampliar os canais de diálogo, representação e participação social da juventude;
- Promover a emancipação, a qualificação, a autonomia, a cultura de paz e a cultura democrática entre os jovens.

» Promoção da cidadania, defesa de direitos humanos e reparação de violações

A promoção e a defesa dos direitos humanos são fundamentais para o desenvolvimento social do país. São necessárias diversas frentes de atuação, entre as quais constam: a superação de violências institucionais, como a erradicação do trabalho escravo; o combate e a prevenção à tortura; a promoção da liberdade religiosa; o acesso ao registro civil; a promoção da verdade e da memória quanto a graves violações; a promoção de direitos de vítimas de violência de Estado; e o combate à impunidade em relação às violações contra os defensores dos direitos humanos e de outros grupos vulnerabilizados.

O Brasil dispõe de ampla legislação sobre o tema, com destaque para o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de 2009, mas se percebe falta de conhecimento desses direitos. É urgente, portanto, que haja avanços na educação em direitos humanos e na promoção de uma cultura de paz, sem discriminações e intolerâncias. Assim, é relevante que o Estado atue estrategicamente na construção de políticas públicas que ajam diretamente nas causas desses problemas, seja por meio de ações de repressão e prevenção, seja por meio de ações de assistência às vítimas.

Objetivo geral do programa

Assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de promoção e de defesa dos direitos humanos, de reparação por graves violações e de educação e cultura em direitos humanos.

Objetivos específicos

- Promover a incorporação e o fortalecimento de valores de direitos humanos na sociedade por meio de ações de educação e cultura;
- Promover e ampliar o acesso ao registro civil de nascimento e à documentação básica a pessoas de todas as origens e nacionalidades, com foco nas interseccionalidades e no enfrentamento do racismo estrutural.
- Promover, como política de Estado, políticas de memória, verdade, justiça (reparação) e não-repetição dos períodos da escravidão e da ditadura militar;
- Consolidar e capilarizar políticas públicas de direitos humanos, com fortalecimento institucional e descentralização da atuação do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, fomento a participação social, o apoio e a articulação com estados e municípios;
- Ampliar e qualificar a proteção de vítimas e testemunhas de crimes que estejam sendo coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, por meio do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, Provita, na perspectiva interseccional e de enfrentamento do racismo estrutural;
- Ampliar e qualificar a proteção de pessoas, grupos, povos e comunidades, defensores de direitos humanos, ambientalistas, comunicadores, ameaçados ou que sofreram violências devido à sua luta na defesa dos direitos humanos (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH);
- Difundir informações estratégicas para o acompanhamento da situação dos direitos humanos no Brasil, a mobilização da sociedade e o subsídio para a tomada de decisão informada por evidências para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos;
- Aprimorar os canais de denúncia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos;
- Enfrentamento das violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional.

» Programa nacional de promoção dos direitos da população em situação de rua

Nos últimos anos, observou-se um aumento significativo do número de famílias e de pessoas vivenciando a situação de rua no Brasil. Essa violação máxima dos direitos humanos, além de evidenciar a ineficácia das ações do Estado para atuar preventivamente, revela a incapacidade dos governos de reagir às crescentes desigualdades de renda, riqueza, acesso à terra e à propriedade, bem como incapacidade de dar uma resposta efetiva aos problemas relacionados à migração e urbanização. As consequências da situação de rua estão ligadas a uma cultura de violências constantes aos direitos e à dignidade das pessoas que vivem essa experiência.

Assim, o programa, além de fortalecer as políticas públicas existentes, adota estratégias para a superação da situação de rua por meio do acesso à moradia de forma mais digna, efetiva

e econômica, reduzindo a dependência dessa população dos serviços do Estado por tempo indefinido.

Objetivo geral do programa

Desenvolver ações voltadas para a implementação de políticas públicas e projetos inter-setoriais e transversais.

Objetivos específicos

- Promover a dignidade e a cidadania da população em situação de rua
- Promover o acesso de pessoas em situação crônica de rua à moradia com apoio de equipe multidisciplinar e por meio do Programa Nacional Moradia Primeiro.

» Promoção do direito de envelhecer e dos direitos humanos da pessoa idosa

A transição demográfica e as mudanças no perfil da população brasileira têm reflexos na sociedade, na economia e na demanda por serviços públicos. O envelhecimento populacional acelerado precisa ser acompanhado por políticas públicas efetivas para garantir os direitos humanos das pessoas idosas. É fundamental incluir a discussão do envelhecimento de modo a garantir sua sustentabilidade e longitudinalidade, que se define como o acompanhamento do paciente pela mesma equipe de saúde ao longo do tempo. Da mesma forma, faz-se necessário contemplar as recomendações dos tratados internacionais, que abordam o envelhecimento como uma temática necessária a ser compreendida e incluída na política de Estado.

A ausência de políticas públicas para garantir os direitos humanos das pessoas idosas decorre, principalmente, da invisibilidade da questão do envelhecimento e da velhice, da ausência de atenção para grupos sociais com pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e/ou múltipla discriminação, bem como pela não efetivação de seus direitos humanos. No Brasil, a questão do envelhecimento esbarra nas desigualdades regionais, em que as violações aos direitos humanos acontecem em maior ou menor escala, a depender do local. Assim, o programa visa a atender à demanda urgente de estruturação da rede de garantia de direitos humanos da pessoa idosa.

Objetivo geral do programa

Ressignificar o processo de envelhecer e garantir os direitos humanos das pessoas idosas.

Objetivos específicos

- Apoiar a criação e a atuação de órgãos municipais de gestão das políticas de direitos humanos da pessoa idosa e constituir a rede de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa nos estados e municípios, tendo como princípio a participação social;
- Fortalecer a cultura de respeito e valorização dos direitos humanos da pessoa idosa e ampliar o letramento digital de e sobre as pessoas idosas nos territórios.

» Promoção dos direitos das pessoas com deficiência

No Brasil, pessoas com deficiência enfrentam déficit no grau de realização de direitos tanto civis e políticos quanto econômicos, sociais e culturais. Elas também apresentam maior vitimização por violência, menor representatividade política, menor empregabilidade, menor escolaridade, menor renda e menos longevidade do que seus pares sem deficiência. Soma-se a isso a falta de acessibilidade na cidade e no campo e a falta de equipamentos que permitam a essas pessoas emitir e apreender informação em condições de igualdade.

Para transformar essa situação e garantir os direitos humanos das pessoas com deficiência, faz-se necessário identificar e combater as barreiras que impedem a sua plena participação e a sua inclusão na sociedade.

Objetivo geral do programa

Promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias, por intermédio do enfrentamento das barreiras que as impedem de exercer a plena cidadania.

Objetivos específicos

- Aprimorar a gestão pública para garantir a plena participação social e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 1 do Plano Viver Sem Limites 2;
- Realizar o enfrentamento da violência e da discriminação contra pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 2 do Plano Viver Sem Limites 2;
- Promover a acessibilidade universal e o acesso à tecnologia assistiva, tendo como referência o Eixo 3 do Plano Viver Sem Limites 2.

» Promoção e defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+

Este plano tem como valor a diversidade e a justiça social, com uma diretriz de fortalecimento da equidade de gênero, raça e etnia com respeito à orientação sexual. O objetivo é assegurar o respeito à diversidade e garantir os direitos civis de todas as pessoas que vivem neste país. A população LGBTQIA+ sofre com a falta de robustez das políticas públicas, o que contribui para um estado de instabilidade e imprevisibilidade relativo aos marcos regulatórios das políticas de direitos humanos, como a persistência da violência e a carência de mecanismos institucionais de criminalização da LGBTQIAfobia e a negação do acesso à cidadania plena para pessoas da comunidade LGBTQIA+.

A causa crítica para esses desafios reside nos processos históricos de discriminação, intolerância e aversão às identidades de gênero e orientações afetivo-sexuais que divergem do padrão heterocisnormativo. Assim, o programa pretende atuar de forma ativa sobre a dificuldade de acesso a direitos fundamentais e à cidadania plena da população LGBTQIA+ no Brasil.

Objetivo geral do programa

Promover acesso a direitos humanos e à cidadania plena para pessoas LGBTQIA+.

Objetivos específicos:

- Promover empregabilidade, educação e geração de renda para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social;
- Constituir rede de proteção, promoção e defesa para as pessoas LGBTQIA+.

» Promoção e proteção integral dos direitos humanos de crianças e adolescentes com absoluta prioridade

Conforme previsto na Constituição brasileira e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estado, a família, a sociedade e as comunidades devem garantir a proteção integral à criança e ao adolescente e assegurar o exercício de seus direitos fundamentais, promovendo o enfrentamento das diversas formas de violências e riscos de vulnerabilidade social que ameaçam essa população.

No Brasil, há uma falha sistemática na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o que resulta em consequências prejudiciais para o seu desenvolvimento saudável. Ainda persiste a desigualdade social, marcada, sobretudo, pela desigualdade econômica, racial, de gênero e territorial; por uma realidade e um contexto pautados por violências e pela desigualdade de acesso a serviços e a outros direitos, como acesso universal à educação infantil e básica de qualidade, acesso à saúde, aos programas sociais de transferência de renda, à moradia adequada, à profissionalização, à justiça, à segurança, à cultura e ao lazer. Assim, o programa visa garantir às crianças e aos adolescentes seus papéis como pessoas que

precisam de adultos, de grupos e de instituições responsáveis pela promoção e defesa de sua participação, proteção, desenvolvimento, sobrevivência e, em especial, por seu cuidado.

Objetivo geral do programa:

Assegurar, com absoluta prioridade, a efetividade dos direitos humanos e de cidadania de crianças e adolescentes referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantindo o pleno desenvolvimento de uma vida sem violência.

Objetivos específicos:

- Aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos para promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos e da cidadania de crianças e adolescentes;
- Ampliar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens em programas de atendimento socioeducativo e pós-atendimento socioeducativo;
- Proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte;
- Prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na violência letal, sexual e doméstica e no trabalho infantil;
- Desenvolver ações intersetoriais para fortalecer a convivência familiar e comunitária e evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, principalmente na primeira infância, integrando os programas de promoção de direitos.

» Autonomia econômica das mulheres

As mulheres enfrentam desigualdades sociais estruturais com impactos diretos sobre as suas condições de autonomia econômica. A desigualdade de gênero impede o seu acesso aos postos de trabalho formal, naturaliza a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados, incide sobre o seu uso do tempo e dificulta sua participação na esfera pública e produtiva. A divisão sexual do trabalho hierarquiza e desvaloriza o trabalho das mulheres em relação ao dos homens. Isso faz com que elas sejam responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, ocupem postos de trabalho precários, inseguros, com menor remuneração e altos índices de informalidade e violência.

Os impedimentos à autonomia econômica das mulheres são estruturais e materiais. Medidas de correção exigem a execução de políticas públicas de promoção e garantia de direitos para as mulheres com legislações adequadas, políticas econômicas de redistribuição e priorização de políticas sociais e de ações afirmativas.

Objetivo geral do programa

Promover a igualdade de direitos: salarial, remuneratório, laboral e de cuidados, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo trabalho, direitos e autonomia econômica das mulheres.

Objetivos específicos

- Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho;
- Promover a autonomia econômica, por meio de ações de estímulo à socialização do cuidado e de geração de renda.

» Igualdade de decisão e poder para mulheres

Um dos desafios que as mulheres enfrentam é a desigualdade na esfera da decisão e do poder. Há várias causas, e as mais frequentes estão relacionadas ao machismo e à estrutura patriarcal da sociedade. A desigualdade de gênero é um problema relacionado à organização da nossa sociedade e do nosso sistema político, com a persistência de estruturas institucionais, sociais e culturais como a divisão sexual do trabalho, a violência contra as mulheres e a baixa produção de informações que tornem evidentes essa desigualdade. Além disso, em um recorte transversal das desigualdades, é possível perceber como estas atingem com mais peso as mulheres negras, indígenas e jovens.

Compreender as causas, discutir a questão e articular leis e pactos entre os entes federativos é essencial para desconstruir esses comportamentos e combater a desigualdade. Assim, o programa visa articular ações que sejam capazes de chegar a todo o território nacional, de modo a combater as desigualdades de gênero que atingem todos/todas as classes sociais, os níveis educacionais, as idades, as regiões do país, cores e raças.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a capacidade institucional e a participação das mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e decisão, visando a igualdade, a paridade e a representatividade, por meio das políticas públicas para mulheres.

Objetivos específicos

- Fortalecer a capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para mulheres;
- Promover ações que favoreçam a ampliação da participação efetiva das mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, a fim de que possam atuar em igualdade de condições nos pleitos eleitorais e em todos os espaços de poder e decisão nas esferas públicas e privadas.

» Mulher: viver sem violência

A violência contra as mulheres é uma das principais formas de violação de direitos humanos. Seus custos envolvem a saúde mental de meninas e mulheres e impedem sua participação plena na sociedade. Esse impacto se estende às suas famílias, às comunidades e à sociedade em geral. São diversos os obstáculos que as mulheres enfrentam na garantia de seus direitos à dignidade e à segurança, frequentemente não dispondo de redes públicas de apoio para o enfrentamento do desafio.

Fortalecer as políticas públicas que busquem a proteção das mulheres é fundamental para o combate a todas as formas de violência, incluindo políticas de proteção e atenção às mulheres e o fortalecimento da rede de prevenção e de enfrentamento da violência.

Objetivo geral do programa

Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, baseada em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, nas esferas pública e privadas, por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violência e ameaças.

Objetivos específicos

- Promover ações de prevenção primárias (para evitar que as violências aconteçam e que visem a mudança de atitudes, crenças e comportamentos para eliminar os estereótipos de gênero, promover uma cultura de respeito e não tolerância às discriminações, misoginia e violência com base no gênero), secundárias (para a intervenção precoce e qualificada para evitar que as violências se repitam e seus efeitos se agravem), e terciárias (para mitigar os efeitos das violências, promover a garantia de direitos);
- Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.

» Demarcação e gestão dos territórios indígenas para o bem viver, a sustentabilidade e o enfrentamento da emergência climática

A demarcação dos territórios indígenas garante a proteção da diversidade étnico-cultural dos povos indígenas, promovendo a sua segurança alimentar, a integridade de seus patrimônios e a manutenção da qualidades de vida na floresta. A posse plena e o usufruto exclusivo de seus territórios devem não apenas ser assegurados aos povos indígenas, como devem estar apropriadamente georreferenciados e fiscalizados pelo poder público.

A autodeterminação dos povos indígenas perpassa todas as ações, de forma a que eles disponham de protagonismo nas políticas públicas que os afetam. Para que possam

usufruir de uma sociobioeconomia própria, este programa prevê ações de formação para agroecologia, sistemas agroflorestais, etnodesenvolvimento, educação etnoambiental e saúde ambiental, entre outras, garantindo a agrobiodiversidade e a soberania alimentar, de forma sustentável.

Objetivo geral do programa

Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando-lhes plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos específicos

- Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras;
- Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e o usufruto exclusivo de seus territórios;
- Promover a gestão ambiental e territorial em territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena.

» Direitos pluriétnicos-culturais e sociais para o pleno exercício da cidadania e o bem viver dos povos indígenas

Os saberes, as culturas, as tradições, as línguas e as memórias de povos indígenas são patrimônios da sociedade brasileira que requerem ações públicas para a sua preservação e valorização.

A Unesco proclamou o decênio 2022-2032 como Década Internacional das Línguas Indígenas, o que aponta para a importância de diagnósticos locais sociolinguísticos, pesquisas e estudos das línguas faladas no território nacional. Este programa envolve o treinamento de indígenas para a gestão, pesquisa, documentação e difusão de seus patrimônios culturais, com preservação audiovisual e registro de seus cantares. Os acervos etnográficos, arquivísticos e bibliográficos devem ser ampliados, diversificados e digitalizados, visando contemplar a gama de diversidade cultural dos povos indígenas. Essa diversidade precisa ser expressa por um controle social exercido pelos próprios indígenas, preparados e qualificados para que colaborem com as políticas públicas relativas às suas sociedades.

Objetivo geral do programa

Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização de seus saberes, suas culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e aos serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos específicos

- Promover o direito à memória e à preservação dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas;
- Ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização e sua atuação nas instâncias de controle social;
- Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, com deficiência, migrantes, refugiados e transfronteiriços;
- Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades;
- Sensibilizar a sociedade e o Estado brasileiro sobre a importância dos sistemas indígenas para o envolvimento, o cuidado e o comprometimento com a vida, reconhecendo os aspectos espirituais, ancestrais, comunitários, socioculturais, ambientais, econômicos e políticos.

» Políticas para quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos

O racismo estrutural é reconhecido como a causa do alto índice de vulnerabilidade econômica de quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos. Esse público é historicamente invisibilizado pelas políticas públicas e, portanto, frequentemente é alvo de exclusão, segregação e violação de direitos humanos. Isso se revela em condições desfavoráveis de existência, como violação de seus territórios e acesso insuficiente à educação, saúde, alimentação e justiça.

O enfrentamento desse tipo de violência e discriminação perpassa diversos programas deste Plano Plurianual, a fim de assegurar mecanismos abrangentes de garantia de direitos humanos. Este programa prevê ações que combatem preconceitos de origem, raça, etnia, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação que caracterizem violência racial ou de outra origem. E apoia ações que contemplem quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos, garantindo, assim, o acesso a políticas públicas para essas populações.

Objetivo geral do programa

Promover o acesso a direitos para quilombolas, para comunidades tradicionais de matriz africana, para povos de terreiro e para povos ciganos, por meio de políticas públicas que assegurem o acesso à justiça e a recursos hídricos, energéticos, alimentares e de infraestrutura de saneamento; o reconhecimento de seus modos de vida, de seus saberes, de sua cultura e de seus territórios; o enfrentamento à discriminação étnica, racial e religiosa; a reparação; o etnodesenvolvimento; e a regularização fundiária.

Objetivos específicos:

- Criar mecanismos de identificação e de enfrentamento da violência e da discriminação contra quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos;
- Fomentar ações que fortaleçam as práticas agroecológicas, o fornecimento energético, o saneamento, a soberania alimentar, a valorização cultural, social, os saberes e fazeres dos quilombolas, dos povos e das comunidades tradicionais de matriz africana, dos povos de terreiros e dos ciganos.

» Promoção da igualdade étnico-racial, combate e superação do racismo

As desigualdades raciais no país têm origem histórica e, atualmente, há baixa institucionalidade das políticas de promoção da igualdade racial em estados e municípios, que não dispõem de recursos materiais, técnicos e financeiros suficientes para estruturar ou impulsionar iniciativas que promovam a igualdade racial.

Na última década, normativos diversos têm regulamentado as ações afirmativas na educação e no mercado de trabalho, com impactos positivos nos indicadores sociais. Esses avanços, porém, demandam esforço do setor público para monitorar e avaliar seus efeitos, a fim de indicar os ajustes necessários para o sucesso dessas políticas afirmativas. Apesar dos avanços, ainda são essenciais ações efetivas para diminuir as desigualdades persistentes na educação e no trabalho.

Objetivo geral do programa

Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio de formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos específicos

- Aperfeiçoar as políticas de educação para ampliar a participação de pessoas negras na educação básica, no ensino superior e pós-graduação;
- Ampliar ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras no serviço público federal e ocupação de cargos em comissão e funções de confiança;
- Fomentar o ingresso de pessoas negras na iniciativa privada;
- Promover a gestão das políticas de promoção de igualdade racial no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com vistas à sua institucionalização;
- Ampliar a cobertura do Sinapir nos entes subnacionais;
- Criar ferramentas nacionais de recebimento e encaminhamento de denúncias de racismo;
- Estabelecer programa de combate ao racismo no esporte;
- Estabelecer política de combate ao racismo ambiental;
- Apoiar a regularização fundiária para população negra em situação de vulnerabilidade social, com fins de garantia do bem viver e de valorização do território;
- Ampliar ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial na comunicação social e na comunicação pública;
- Ampliar o número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada;
- Promover o combate ao racismo por meio da preservação e salvaguarda dos patrimônios afrodiaspóricos, garantindo a reparação e valorização da memória e do território das comunidades relacionadas aos bens culturais;
- Fortalecer a participação do Brasil nos diálogos multilaterais e bilaterais, a partir da perspectiva da justiça racial.

» Juventude negra viva

Os jovens negros de 15 a 29 anos, especialmente aqueles inseridos em comunidades periféricas, comunidades tradicionais e do campo, são os mais vulneráveis a violência letal, encarceramento, menor taxa de emprego e menor renda, maior evasão das instituições de ensino em todos os níveis e situação de rua ou moradia indigna.

Este programa tem como objetivo combater o racismo e promover a igualdade racial para esses jovens, construindo, de forma sólida e robusta, mecanismos que contribuam para a redução das vulnerabilidades que afetam essa população a partir do princípio da igualdade racial para o desenvolvimento de políticas públicas.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais.

Objetivos específicos

- Promover a saúde da juventude negra;
- Territorializar a atenção aos direitos humanos para a juventude negra em territórios periféricos;
- Ampliar a presença de jovens negros, em condição de vulnerabilidade econômica e social, no mercado de trabalho por meio da economia popular e solidária, em territórios vulneráveis, periféricos e favelas;
- Ampliar os projetos de incentivo ao esporte amador destinado à juventude negra nas periferias urbanas, periurbanas e em territórios rurais;
- Ampliar mecanismos de letramento racial para a segurança pública com cidadania, com foco na proteção da vida dos jovens negros vítimas de violação de direitos.

» Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania

No Brasil, a questão previdenciária esbarra, principalmente, na amplitude da cobertura da proteção social, na qualidade e na celeridade da prestação de serviços e na sustentabilidade financeira dos regimes. Esses gargalos decorrem da insuficiente fiscalização do mercado de trabalho, da baixa qualificação da mão de obra, do custo de formalização para empregados e empregadores, além do baixo conhecimento da população em relação aos seus direitos e deveres previdenciários. Somado a isso, há um aparato legal desatualizado e excessivamente burocrático.

A existência de um grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras sem proteção previdenciária é altamente negativa para a estabilidade social. Para enfrentar esse desafio são importantes o compartilhamento, a integração e o aperfeiçoamento das bases de dados governamentais, propiciando uma melhor qualificação dos dados cadastrais dos usuários, que são o insumo para o reconhecimento de direitos previdenciários. Para aumentar a cobertura previdenciária, é necessário também prover educação financeira e previdenciária à população brasileira, ação que vai permitir ao trabalhador e à trabalhadora um melhor entendimento sobre seus deveres e direitos previdenciários.

Objetivo geral do programa

Assegurar o acesso à previdência social, melhorando a prestação dos serviços, ampliando a cobertura previdenciária, promovendo a equidade, a sustentabilidade e o fortalecimento dos regimes, para a garantia da proteção social.

Objetivos específicos

- Fomentar o regime de previdência complementar, com a ampliação da cobertura e da garantia da proteção social aos participantes;
- Ampliar a cobertura previdenciária, com foco na educação e na comunicação, para a proteção do cidadão;
- Promover a melhoria contínua da qualidade e reduzir o tempo de julgamento das decisões recursais;
- Fortalecer a gestão dos regimes próprios de previdência social;
- Promover a melhoria contínua da qualidade na prestação dos serviços e dos benefícios previdenciários.

» Saneamento básico

O saneamento básico, que inclui abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos, tem impactos na saúde pública, no meio ambiente, na qualidade de vida e na economia. A ausência de serviços adequados de saneamento expõe a população a condições insalubres e leva à degradação ambiental, além de estar associada a impactos negativos diretos na saúde pública, à redução da qualidade de vida e ao aumento da desigualdade social, com influência direta na atividade econômica.

Os baixos níveis de investimento, a gestão e a prestação ineficientes dos serviços, assim como as falhas na formulação, na implementação e na avaliação das políticas públicas, corroboram para um cenário de déficit de oferta e de acesso ao saneamento básico. O programa, portanto, visa criar os mecanismos fundamentais para que se possam consolidar intervenções em saneamento que gerem impactos positivos para a saúde pública, o meio ambiente, a qualidade de vida e a produtividade econômica.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais visando a universalização e a integração entre as políticas públicas relacionadas, segundo os princípios da equidade, integralidade e sustentabilidade.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de abastecimento de água no meio urbano;
- Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de abastecimento de água no meio rural;
- Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de esgotamento sanitário no meio urbano;
- Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de esgotamento sanitário no meio rural;
- Diminuir o risco de inundações através da implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de drenagem urbana e de manejo de águas pluviais;
- Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana;
- Melhorar a capacidade institucional dos titulares, prestadores e reguladores dos serviços públicos de saneamento básico.

» Cidades melhores

As cidades brasileiras são fortemente afetadas por crescimento desordenado, aumento das desigualdades sociais e territoriais e esvaziamentos e desvalorização de centros urbanos. Essas questões decorrem da falta de planejamento urbano adequado e dos desafios relativos à desigualdade de renda de seus habitantes.

A esses desafios se soma o aumento da vulnerabilidade às mudanças climáticas, cujos eventos extremos tornam mais frequentes e intensos os deslizamentos de terra, as inundações, os transbordamentos e as ilhas de calor. A insuficiência de investimentos em infraestrutura reduz as oportunidades de desenvolvimento social e econômico, assim como torna assimétrica e diminui a acessibilidade da população a serviços básicos de saúde, educação, lazer, mobilidade urbana, entre outros. Promover o desenvolvimento econômico de cidades e torná-las mais sustentáveis, inclusivas e integradas são os objetivos deste programa.

Objetivo geral do programa

Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos.

Objetivos específicos

- Qualificar áreas urbanas degradadas e subutilizadas com infraestrutura e serviços integrados;
- Promover o desenvolvimento institucional dos entes federativos na execução das políticas públicas de desenvolvimento urbano;
- Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos que incluam temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital.

» Mobilidade urbana

As cidades brasileiras, em especial aquelas em regiões metropolitanas, estão sujeitas a diversos desafios relativos à mobilidade urbana. Em geral, existe uma baixa confiabilidade no transporte público e os congestionamentos são constantes, o que gera significativo tempo gasto no trajeto de casa ao trabalho e vice-versa. Além disso, os serviços públicos de transporte estão defasados e deficitários e, frequentemente, não atendem a toda a extensão do perímetro urbano. As formas alternativas, como deslocamento a pé e por bicicletas, sofrem com falta de infraestrutura nas calçadas e de ciclovias. Outros desafios são a poluição do ar, gerada pela queima de combustíveis, o que afeta negativamente a saúde dos cidadãos e as emissões de gases de efeito estufa, mesmo considerando que o uso de combustíveis renováveis seja relevante no Brasil.

Em vista disso, o programa propõe um novo paradigma de mobilidade urbana, orientado para a mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas

e cargas nas cidades, pela acessibilidade e distribuição mais justa dos espaços urbanos e pelo planejamento integrado da mobilidade e do desenvolvimento das cidades.

Objetivo geral do programa

Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

Objetivos específicos

- Fortalecer o planejamento municipal focado na priorização do transporte não motorizado e do transporte público coletivo;
- Melhorar e ampliar a infraestrutura de mobilidade urbana para o transporte não motorizado e para o transporte público coletivo;
- Melhorar a prestação dos serviços de transporte público coletivo por meio da renovação da frota.

» Moradia digna

Uma realidade no país é a dificuldade de acesso à moradia com condições adequadas para as famílias de baixa renda, atualmente residindo em assentamentos precários ou em condições de vulnerabilidade social. As razões são diversas, entre as quais se destacam a oferta imobiliária incompatível com as necessidades habitacionais; a informalidade na ocupação de espaços urbanos; e a inadequação de infraestrutura urbana em assentamentos precários, frequentemente sem acesso a saneamento, transporte público ou serviços públicos de saúde, educação, esportes e lazer.

Este programa busca fortalecer a oferta de subsídios e incentivos para unidades habitacionais novas, a locação social de imóveis em áreas urbanas e a melhoria habitacional em unidades residenciais já existentes, além da melhora na qualidade de construção, aumentando a qualidade de vida dos cidadãos.

Objetivo geral do programa

Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

Objetivos específicos

- Ampliar o atendimento habitacional, sobretudo para a população de baixa renda, em áreas urbanas e rurais;
- Consolidar o Sistema Nacional de Habitação, com foco no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), articulando as ações dos entes públicos e fomentando a participação da sociedade civil e da iniciativa privada;
- Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e da implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, visando ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda;
- Desenvolver e fomentar inovações institucionais na provisão habitacional, privilegiando populações vulneráveis;
- Ampliar o volume de crédito habitacional a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social.

» Periferia viva

Nas últimas décadas observou-se no Brasil o fenômeno do êxodo rural, com pessoas de baixa renda saindo do meio rural para residir em cidades grandes. Na ausência de política habitacional e de planejamento urbano, a população autoconstruiu suas moradias em áreas pouco favoráveis à ocupação e distantes dos eixos de desenvolvimento. As periferias tornaram-se territórios com pouca presença de políticas sociais e de serviços públicos. As causas desse problema se devem: à distribuição desigual do orçamento público, com uma infinidade de vulnerabilidades dividindo um mesmo espaço; à omissão histórica tanto de políticas setoriais e sociais quanto de diálogo entre o poder público e os líderes comunitários; e à infraestrutura urbana inadequada, de uso/posse irregular e frágil ambientalmente.

Nesse ambiente de carências multidimensionais, faz-se necessária a articulação múltipla de diversas políticas e de atores públicos. Nesse contexto, o programa Periferia Viva tem por objetivo reduzir as desigualdades socioterritoriais, integrando as políticas públicas nos territórios periféricos, fortalecendo o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e promovendo as potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivo geral do programa

Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso a políticas públicas integradas nas periferias urbanas;
- Melhorar a qualidade de vida urbana, as condições de habitabilidade e a segurança da posse em periferias urbanas;
- Fortalecer a participação popular nas políticas públicas em periferias urbanas.

» Segurança pública com cidadania

O combate à violência e a construção de cidades seguras são desafios importantes para a cidadania e a qualidade de vida dos brasileiros, tendo em vista um ambiente de paz e segurança que permita às pessoas viver, conviver, circular, estudar e trabalhar sem medo. A falta de investimento em inteligência, a influência de organizações criminosas na sociedade, a violência contra grupos vulneráveis, a desproteção da Região Amazônica, o tráfico de drogas e uma série de falhas institucionais e legais colaboram para a instauração da sensação de insegurança na sociedade.

É necessário melhorar as condições carcerárias, promover a reintegração social, buscar alternativas à prisão, conservar a biodiversidade e integrar políticas públicas de diferentes órgãos e esferas para que os problemas, no âmbito da segurança pública, sejam enfrentados adequadamente e para que a proteção dos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento socioeconômico, da segurança e do Estado de Direito sejam alcançadas. Este programa atua para combater a corrupção, a violência, os altos índices de população encarcerada, o feminicídio, o racismo, o desmatamento ilegal na Amazônia e a criminalidade.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e a criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos específicos

- Estruturar políticas penais que possibilitem a reintegração social de pessoas privadas de liberdade, de pessoas egressas do sistema penitenciário e daquelas em cumprimento de medidas alternativas ao encarceramento
- Fortalecer o enfrentamento da criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira;
- Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal;
- Fortalecer o enfrentamento da criminalidade, com enfoque em crimes cibernéticos;
- Fortalecer a realização de investigações com foco na descapitalização de organizações criminosas;
- Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais;
- Promover a mobilidade nas rodovias federais;
- Intensificar o enfrentamento da criminalidade nas rodovias federais;
- Fortalecer a articulação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro;
- Aprimorar a governança e ampliar a integração das instituições de segurança pública;
- Promover a segurança cidadã e a cultura de paz, com foco na prevenção da violência contra grupos de pessoas vulneráveis;
- Fortalecer a valorização profissional e melhorar a qualidade de vida e as condições de saúde biopsicossocial dos profissionais de segurança pública;
- Fortalecer a atuação das instituições de segurança pública no enfrentamento da criminalidade.

» Cuidado e acolhimento de usuários e dependentes de álcool e outras drogas

O número de dependentes de álcool e outras drogas no Brasil vem aumentando significativamente nos últimos anos. Os rompimentos dos vínculos familiares, a expansão do quadro de exclusão social, as baixas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como de acesso a lazer, cultura e esporte, contribuem para a elevação de dependentes químicos na população. Também o desconhecimento das consequências associadas ao uso das drogas e o aumento do tráfico nas fronteiras colaboram com a ascensão desse grupo.

Para reverter o atual cenário, é preciso apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados para o atendimento e o acolhimento de usuários de drogas e dependentes de álcool e outras drogas e seus familiares e introduzir melhorias na gestão da política de substâncias lícitas e ilícitas. Assim, espera-se construir uma sociedade mais saudável, na qual seja possível a reinserção social dessas pessoas.

Objetivo geral do programa

Estabelecer políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere ao apoio e acolhimento de pessoas com problemas com álcool e outras drogas e seus familiares.

Objetivo específico

- Fomentar o apoio e o acolhimento aos usuários e/ou dependentes químicos em entidades atuantes em álcool e outras drogas.

» Esporte para a vida

O esporte, previsto constitucionalmente como direito de todos e dever do Estado, deve contribuir para a formação e a aproximação dos seres humanos, de modo a reforçar o desenvolvimento de valores como moral, ética, solidariedade, integridade, fraternidade e cooperação. Entretanto, o acesso à prática de esporte e atividades físicas alcançam tipicamente uma parcela da população, especialmente homens jovens e de renda alta, em detrimento das demais. Logo, o debate sobre o acesso é uma questão social, em torno da qual o Estado deve assumir o necessário protagonismo.

Para isso, é preciso realocar os recursos, de modo a se promover o acesso ao esporte a populações hoje carentes de oportunidades para atividades físicas. Assim, será possível melhorar a institucionalidade da política do esporte, para democratizar seu acesso, melhorando a qualidade de vida da população.

Objetivo geral do programa

Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos específicos

- Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva;
- Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais;
- Ampliar o acesso e a profissionalização do futebol feminino;
- Fomentar a prática de futebol masculino e feminino em todas as regiões do Brasil;
- Combater a dopagem no esporte;
- Combater o abuso, o racismo e demais formas de preconceito e violência, a manipulação de resultados ou outra forma de corrupção ou violação de direitos, fortalecendo a integridade no ambiente esportivo;
- Ampliar e fortalecer programas paradesportivos e políticas de inclusão em atividades físicas desportivas e de lazer da pessoa com deficiência;
- Promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, para projetar o país como uma potência esportiva mundial.



3.3

Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

As políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática englobam programas diretamente conectados aos objetivos estratégicos do eixo 2, mas que também podem contribuir para os outros eixos do PPA.

Essas políticas estão relacionadas ao desenvolvimento da economia e à sustentabilidade socioambiental, com foco em competitividade e produtividade econômica, inserção produtiva e inclusiva no mercado de trabalho, transformação digital, reindustrialização, fortalecimento da agricultura familiar e do setor de serviços, tendo em vista o desenvolvimento das diferentes regiões do Brasil. Também contempla políticas para a melhoria do ambiente de negócios, da infraestrutura, do fortalecimento da ciência, da tecnologia e da inovação, bem como da inserção econômica do país nas cadeias globais de valor.

O desenvolvimento econômico do Brasil tem como base a sustentabilidade ambiental e climática, incorporando políticas de proteção e restauração do meio ambiente, de descarbonização da economia e de adaptação às mudanças climáticas.

A seguir, serão apresentados os programas ligados às políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, cada um com uma breve contextualização e seus objetivos geral e específicos.

Políticas de desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

- » Enfrentamento da emergência climática
- » Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade
- » Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios
- » Qualidade ambiental nas cidades e no campo
- » Gestão de riscos e de desastres
- » Agropecuária sustentável
- » Defesa agropecuária
- » Pesquisa e inovação agropecuária
- » Abastecimento e soberania alimentar
- » Agricultura familiar e agroecologia
- » Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais
- » Pesca e Aquicultura sustentáveis
- » Inovação nas empresas para uma nova industrialização
- » Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional
- » Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo
- » Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social
- » Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI
- » Política nuclear
- » Programa espacial brasileiro
- » Oceano, Zona Costeira e Antártica
- » Economia popular e solidária sustentáveis
- » Promoção do trabalho decente, emprego e renda
- » Energia elétrica
- » Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis
- » Transição energética
- » Comunicações para inclusão e transformação
- » Aviação civil
- » Portos e transporte aquaviário
- » Segurança viária
- » Transporte ferroviário
- » Transporte rodoviário
- » Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre
- » Turismo, este é o destino
- » Desenvolvimento regional e ordenamento territorial
- » Mineração segura e sustentável

» Enfrentamento da emergência climática

A mudança do clima está gerando extremos climáticos e meteorológicos em todas as regiões, causando perdas e danos para a natureza e as pessoas. O aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, a expansão de áreas urbanas em zonas inadequadas e o incremento das atividades no ambiente marinho sem planejamento são exemplos de processos que contribuem para agravar os contextos de exposição e vulnerabilidade aos impactos da mudança climática.

É necessário e urgente reduzir as vulnerabilidades e aumentar a resiliência à mudança climática, diante do processo em curso de intensificação da frequência, intensidade e duração de eventos climáticos extremos. Como tais impactos atingem principalmente as populações e os segmentos econômicos mais vulneráveis, a ausência ou insuficiência das ações de adaptação à mudança do clima tende a afetar crescentemente o desenvolvimento social e econômico do país, além de produzir efeitos negativos sobre os ecossistemas, também com repercussões sobre a sociedade e a economia. É preciso adaptar as cidades para o enfrentamento das mudanças do clima, em especial aquelas situadas na zona costeira, com ênfase em medidas baseadas na natureza, restaurando e/ou protegendo os ecossistemas costeiros e marinhos e seus serviços ecossistêmicos de proteção e regulação.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Objetivos específicos

- Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos;
- Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima;
- Proteger, conservar e restaurar o oceano para contribuir na manutenção da sua capacidade de regular o clima global, bem como aumentar a resiliência da zona costeira brasileira frente à mudança do clima;
- Promover processos de recuperação e de prevenção da degradação em áreas suscetíveis de desertificação, reduzindo a vulnerabilidade aos efeitos do clima em territórios rurais;
- Incrementar a educação ambiental participativa, popular e territorial para a promoção do bem viver e do enfrentamento da emergência climática;
- Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações.

» Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade

Diante do aumento das pressões sobre os recursos naturais, como florestas, solos, água e biodiversidade, faz-se necessária a adoção de práticas sustentáveis, como a gestão adequada dos recursos naturais e a conservação da biodiversidade. Também é necessário desenvolver e implementar políticas públicas de bioeconomia que busquem utilizar de forma sustentável os recursos e os processos biológicos para produzir bens, serviços e energia.

Para avançar nessa agenda, é preciso melhorar a transparência e o acesso às informações sobre florestas e às cadeias de valor associadas à sociodiversidade, bem como a sua utilização efetiva para a tomada de decisões, seja no planejamento do uso dos recursos florestais, seja no desenvolvimento de políticas e práticas que valorizem a sociodiversidade e promovam a sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Além disso, são necessárias políticas públicas voltadas para a inserção de povos indígenas e de comunidades tradicionais na sociobioeconomia, de forma a que possam fortalecer a gestão socioambiental de seus territórios.

Objetivo geral do programa

Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos específicos

- Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e a inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade;
- Ampliar o acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios;
- Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio de concessões florestais;
- Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociobiodiversidade;
- Melhorar a situação socioeconômica dos povos e das comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável de seus territórios;
- Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

» Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios

O desmatamento causa diversos prejuízos, tanto para a natureza quanto para quem vive dela. A perda de florestas resulta na liberação de grandes quantidades de dióxido de carbono (CO²) na atmosfera, contribuindo para o aquecimento global e as mudanças climáticas. Além disso, o desmatamento afeta negativamente a biodiversidade. No Brasil, diversas espécies da fauna e da flora estão ameaçadas de extinção, enfrentando risco significativo de desaparecerem da natureza devido a fatores como perda de habitat, caça ilegal, poluição, introdução de espécies exóticas, mudanças climáticas e degradação ambiental.

Dessa forma, há a necessidade de fortalecer estratégias mais eficazes para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, combatendo a perda dos habitats naturais e a extinção de espécies em todo o país.

Objetivo geral do programa

Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Objetivos específicos

- Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil;
- Prevenir e controlar os incêndios em vegetação nativa;
- Promover a recuperação de florestas e de demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros;
- Conservar as espécies, em particular, espécies ameaçadas de extinção;
- Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.

» Qualidade ambiental na cidade e no campo

A qualidade ambiental na cidade e no campo afeta diretamente as condições de saúde e a qualidade de vida da população. A qualidade do meio ambiente urbano é impactada pela poluição do ar, da água e dos solos, pela falta de áreas verdes e de espaços públicos e pela gestão inadequada de resíduos sólidos. Há diversos desafios a serem superados para melhorar a qualidade ambiental, entre os quais sobressaem a infraestrutura insuficiente da reciclagem no Brasil, a baixa conscientização da população, a ineficiência das políticas públicas, a gestão inadequada de substâncias químicas perigosas, o que pode resultar em vazamentos, contaminação do solo e da água e danos à fauna e flora, além da falta de integração das informações para uma atuação mais efetiva sobre os problemas ambientais.

São necessárias políticas públicas de inclusão socioprodutiva sustentável de base agroecológica, agrícola e não agrícola, além de regulamentações que garantam o respeito aos direitos dos animais, proibindo-se práticas cruéis, como maus-tratos, abuso e exploração. Por fim, é necessária uma maior conscientização da população sobre os direitos dos animais, bem como a implementação de práticas e programas educacionais, campanhas de sensibilização e divulgação de informações sobre proteção animal e conservação do meio ambiente.

Objetivo geral do programa

Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e da contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

Objetivos específicos

- Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil;
- Promover a gestão adequada de substâncias químicas, resíduos perigosos e emergências ambientais, minimizando os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana;
- Promover a qualidade do meio ambiente urbano por meio de apoio aos estados e municípios para aprimoramento da gestão ambiental de forma integrada;
- Ampliar a disponibilidade e a integração das informações para a sociedade sobre a qualidade do ar, da água e do solo;
- Fomentar a proteção, a defesa e o bem-estar animal, com vistas à conscientização, a prevenção e o combate a práticas prejudiciais aos direitos animais, à biodiversidade e ao meio ambiente.

» Gestão de riscos e de desastres

A emergência climática mundial está causando um aumento considerável do número de desastres naturais e de sua intensidade, o que afeta, principalmente, as populações menos favorecidas que habitam construções vulneráveis, frequentemente sob o risco de transbordamentos, alagamentos, deslizamentos e incêndios florestais. O diagnóstico atual é de que há uma percepção insuficiente dos riscos, tanto por parte da população quanto dos agentes públicos; fragilidade nas estruturas das defesas civis; planejamento territorial inadequado; e baixo nível de investimentos em infraestrutura para a mitigação de riscos. Configura-se, assim, uma grande possibilidade de situações adversas, com danos à saúde, desalojamento de pessoas, fluxos migratórios, perdas culturais e econômicas, comprometimento da qualidade de vida e perda de vidas.

Compete ao governo federal, aos estados e aos municípios desenvolver uma cultura nacional de prevenção de desastres; incentivar comportamentos de prevenção; estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco; oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e de defesa civil; e fornecer dados e informações para o monitoramento de desastres. Na

recuperação pós-desastre, os entes públicos devem agir para estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas.

Objetivo geral do programa

Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e a tempestividade de resposta e de reconstrução pós-desastres.

Objetivos específicos

- Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Otimizar o apoio federal nas ações de respostas e de recuperação pós-desastres.

» Agropecuária sustentável

A agropecuária sustentável, que compreende a produção agrícola, pecuária, extrativista, florestal e agroindustrial, e os recursos naturais, como água, solo e biodiversidade, tem o desafio de manter a capacidade produtiva do país, na medida em que promove o desenvolvimento sustentável do setor. A insuficiência no alcance da adoção de sistemas sustentáveis decorre, principalmente, da ausência de bancos de dados e de bases de informação; da assistência técnica e gerencial ausente ou mal disponibilizada; da estrutura precária para armazenamento e escoamento; da desarticulação de políticas públicas, incluindo a de crédito, para o agricultor; e do distanciamento entre o setor e as normas existentes, especialmente em relação às exigências internacionais.

Além de atuar nos principais desafios do setor, é necessário implementar ações para estruturar tecnologicamente os sistemas de produção, a fim de que estes se adaptem às novas condições climáticas, ampliem e incorporem práticas sustentáveis, implantem e consolidem sistemas produtivos de baixo impacto ambiental. Da mesma forma, deve se promover uma agropecuária intensiva, tecnológica e inovadora, que respeite os limites de cada ecossistema e busque a preservação ambiental. Adicionalmente, o país deve fomentar a implementação da bioeconomia agropecuária, com vistas a favorecer a diversificação da economia brasileira, criando novas fontes de renda e emprego em setores como biotecnologia, bioenergia e produtos biodegradáveis, além de aumentar a competitividade da economia brasileira no mercado global.

Objetivo geral do programa

Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e à diversificação energética.

Objetivos específicos

- Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos;
- Ampliar o acesso do produtor ao crédito rural;
- Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade sobre as ações que promovem o incremento da sustentabilidade;
- Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária;
- Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (propriedades privadas);
- Ampliar e diversificar a produção agropecuária agregando valor aos seus produtos e serviços;
- Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas leais de produção e comércio.

» Defesa agropecuária

O setor agropecuário deve estar atento às ameaças à saúde de animais e de plantas e à qualidade dos insumos utilizados, de modo a reduzir impactos negativos na saúde pública e no meio ambiente.

A contínua expansão da produção agropecuária brasileira e do acesso a mercados externos exige um serviço de defesa agropecuária capaz de mitigar os riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças no campo, especialmente em um país continental e com ampla diversidade de biomas como o Brasil. A defesa agropecuária é um dos pilares da política agrícola, tendo em vista assegurar a sanidade das populações vegetais, a saúde dos animais e a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, além da identidade e da segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados aos consumidores.

Objetivo geral do programa

Assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.

Objetivos específicos

- Fortalecer os mecanismos de saúde animal e de conformidade de insumos pecuários e produtos de origem animal, de modo articulado entre os entes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), assegurando a competitividade nacional e internacional;
- Fortalecer os mecanismos de sanidade vegetal e de conformidade de insumos e produtos de origem vegetal assegurando a competitividade nacional e internacional;
- Fortalecer os serviços de vigilância agropecuária internacional, os laboratórios oficiais e a educação sanitária em atendimento às demandas da defesa agropecuária federal.

» Pesquisa e inovação agropecuária

Os resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação em agropecuária provocam impactos no crescimento da produção, na qualidade dos alimentos, no aumento das exportações, na oferta de fontes alternativas de energia, na conservação ambiental e na geração de conhecimentos estratégicos para o país. Porém, ainda há insuficiência na geração e adoção de soluções inovadoras voltadas para a sustentabilidade e a competitividade dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal. Isso implica uma demanda crescente por tecnologias, conhecimento e inovação que permitam o desenvolvimento contínuo da agropecuária brasileira, a inclusão social e produtiva, o desenvolvimento regional, o enfrentamento da pressão da mudança do clima sobre os biomas e o uso sustentável dos recursos.

Essas pressões esbarram em um ambiente de negócios pouco propício à inovação, nas baixas conectividade, capacidade organizacional e qualificação técnica dos produtores no ambiente rural e na integração deficiente entre pesquisa, assistência técnica e extensão rural. A fim de se continuar estimulando avanços, são necessários investimentos contínuos em pesquisa e desenvolvimento na agricultura, além de uma boa capacidade de se promover a incorporação dos conhecimentos e das tecnologias gerados, cruciais para apoiar o crescimento da produção de alimentos com base no uso racional de recursos naturais.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, do compartilhamento e da aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos específicos

- Aumentar o compartilhamento, a aplicação e a geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal;
- Ampliar as ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

» Abastecimento e soberania alimentar

No Brasil, há insuficiência de estoques de alimentos para o abastecimento e a proteção de preços da agricultura familiar. A esse problema somam-se a dificuldade de acesso a informações necessárias para melhorar a regularização da atividade agrícola; a baixa organização da agricultura familiar em cooperativas e associações, especialmente entre as mulheres, o que dificulta a comercialização de produtos; e a insuficiência de instrumentos e de capacitação técnica para a agregação de valor aos alimentos e o aumento da renda dos produtores.

Por meio de ações coordenadas, é possível fortalecer a capacidade dos agricultores e agricultoras familiares e de seus empreendimentos de produzir alimentos de forma sustentável, garantindo um abastecimento alimentar adequado e seguro, com respeito às dimensões regionais, culturais e sociais. Além disso, é fundamental promover o acesso a mercados, incentivando a participação da agricultura familiar em programas institucionais de compras governamentais e facilitando o acesso a canais curtos de comercialização. Com uma intervenção abrangente, é possível impulsionar a agricultura familiar e alcançar um desenvolvimento saudável, sustentável e justo.

Objetivo geral do programa

Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para a promoção da soberania alimentar.

Objetivos específicos

- Promover a formação de estoques de alimentos, contribuindo para a sustentação de preços aos produtores(as) e ampliando a oferta de produtos básicos no mercado interno;
- Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais;
- Fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos.

» Agricultura familiar e agroecologia

A agricultura familiar tem papel importante no aumento da produção de alimentos saudáveis para o combate à fome, à insegurança alimentar e nutricional e à pobreza rural, promovendo o aumento de renda e a qualidade de vida de agricultores familiares e da sociedade brasileira, a partir do consumo de produtos advindos de uma produção mais sustentável.

São vários os desafios da agricultura familiar e da agroecologia, com destaque para a pobreza rural; a inflação de alimentos; o uso intensivo de agrotóxicos na produção; a baixa capacidade de produção; a insuficiência de instrumentos de financiamento e de proteção

da produção; a necessidade de conhecimento técnico; a ausência de documentação para acesso a políticas públicas; a necessidade de máquinas e equipamentos para o aumento da produtividade; e as desigualdades econômicas e sociais que dificultam o desenvolvimento produtivo das mulheres. Tendo em vista a importância do tema, o país precisa avançar nessa agenda e fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia em sua diversidade.

Objetivo geral do programa

Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Objetivos específicos

- Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, na agroecologia e na sociobiodiversidade;
- Garantia-Safra - assegurar aos agricultores familiares garantia de proteção da produção em decorrência de perda de safra;
- Promover o acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em consonância com os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para a agricultura familiar.;
- Promover a formação de agentes de ATER, proporcionando a atualização de conhecimentos e o aprimoramento das diferentes abordagens, dos métodos e metodologias, para qualificar os serviços ofertados em conformidade com os princípios e as diretrizes da PNATER;
- Promover ações de inovação destinadas à agroecologia e à transição agroecológica;
- Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade;
- Fomentar a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e extrema pobreza;
- Promover a inclusão do público no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF);
- Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais;
- Fortalecer a autonomia econômica e produtiva das mulheres rurais.

» Governança fundiária, reforma agrária e regularização de territórios quilombolas e de povos e comunidades tradicionais

A promoção das políticas públicas constitucionais da reforma agrária e de titulação de territórios a quilombolas e povos e comunidades tradicionais dialoga com a democratização do acesso à terra, a inclusão produtiva, a reparação histórica e a sucessão rural. A governança fundiária é relevante e necessária para o Estado brasileiro, uma vez que sua efetividade está associada à melhoria dos indicadores regionais de desenvolvimento econômico,

social e ambiental. Além disso, a reforma agrária, a regularização de territórios quilombolas e a governança fundiária têm efeito direto na redução dos conflitos agrários.

Assim, o acesso à terra se traduz em soberania alimentar, redução da fome, aumento de emprego, aumento de práticas agroecológicas e contribuição para a economia local, com a produção de alimentos saudáveis. A distribuição desigual no acesso à terra desfavorece trabalhadores e trabalhadoras rurais, assim como povos e comunidades tradicionais, reforçando desigualdades e situações de vulnerabilidade social.

Objetivo geral do programa

Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações.

Objetivos específicos

- Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural;
- Estruturar assentamentos, promovendo a qualificação da produção e a melhoria da qualidade de vida das famílias;
- Promover o acesso a territórios e sistemas produtivos para quilombolas;
- Promover o acesso à educação do campo para o público da reforma agrária, quilombolas e povos e comunidades tradicionais;
- Promover o acesso democratizado à terra;
- Aprimorar o gerenciamento da malha fundiária.

» Pesca e aquicultura sustentáveis

Ao longo dos anos, as políticas públicas voltadas para a pesca e a aquicultura no Brasil passaram por diversas transformações e estiveram associadas a diferentes órgãos governamentais, contribuindo para um quadro de insuficiência na adoção e na continuidade de práticas sustentáveis nas cadeias produtivas da pesca e da aquicultura. A falta de recursos financeiros e técnicos para implementar medidas de manejo eficazes, o monitoramento inadequado das atividades pesqueiras e aquícolas e a falta de coordenação entre os diferentes atores envolvidos na gestão, impedem o Brasil de atingir todo o seu potencial pesqueiro e aquícola, apesar da sua dimensão continental, da sua rica biodiversidade, do seu potencial hídrico e da forte presença da pesca artesanal no país.

Assim, a articulação federativa é imprescindível para a implementação de programas e políticas de apoio aos pescadores, em que se incluem incentivos financeiros, capacitação, assistência técnica, formação de comitês e fóruns de discussão com representantes dos diferentes níveis de governo, da sociedade civil e do setor pesqueiro e aquícola, para que seja possível promover o diálogo e a tomada de decisões em conjunto.

Objetivo geral do programa

Desenvolver a pesca e a aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e a competitividade do setor.

Objetivos específicos

- Promover a valorização do pescado nacional e o aumento da produção da aquicultura;
- Fortalecer o ordenamento e o monitoramento da atividade pesqueira e aquícola.

» Inovação nas empresas para uma nova industrialização

A desindustrialização acelerada no Brasil tem sido um problema crescente, com diminuição da participação da indústria no PIB e impactos negativos no crescimento econômico e no desenvolvimento regional. Diversos fatores contribuem para a desindustrialização acelerada, com destaque para a mudança na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos manufaturados e serviços; o crescimento mais rápido da produtividade na indústria do que no setor de serviços; e a globalização e a especialização produtiva dos países.

O programa visa fortalecer as áreas de pesquisa e produção de conhecimento aplicado às atividades econômicas por meio do fomento da colaboração entre institutos de ciência e tecnologia (ICTs) e empresa, do estímulo a projetos e empresas inovadoras, do fomento de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) nas empresas. Além disso, a abordagem política proposta deve ser complementada por medidas regulatórias, de seguro social e macroeconômicas, reconhecendo que as políticas industriais por si só não podem criar uma economia inclusiva e de bons empregos.

Objetivo geral do programa

Promover e apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, com foco em projetos que alavanquem a industrialização do país por meio da promoção de atividades que adicionem valor à produção nacional.

Objetivos específicos

- Incentivar a colaboração entre Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) e empresas para o desenvolvimento tecnológico e o aumento do conteúdo de inovação nacional;
- Ampliar os investimentos em pesquisa & desenvolvimento (P&D) para estruturação e expansão dos complexos industriais-tecnológicos;
- Ampliar o custo-efetividade dos incentivos fiscais à pesquisa, desenvolvimento & inovação (PD&I) (acompanhados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) nas empresas nacionais;
- Incentivar o desenvolvimento de ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador;
- Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional.

» Neointustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional

A neointustrialização corresponde a um processo de desenvolvimento industrial concentrado nas necessidades estratégicas do país, visando, principalmente, à geração de empregos de qualidade; à distribuição de renda via mercado e programas sociais; à sustentabilidade ambiental estruturada a partir da economia verde e da bioindústria; à diminuição das emissões de carbono e ao favorecimento do uso de tecnologias de ponta desenvolvidas de forma soberana e internacionalmente articuladas, como a biotecnologia e as tecnologias digitais da indústria 4.0. O Brasil tem muito potencial de desenvolvimento em função de sua biodiversidade e de sua matriz energética limpa e renovável, mas precisa avançar nessa agenda.

A indústria brasileira vem perdendo participação no PIB, o que contribui para a redução da renda, a estagnação da produtividade da economia e o aumento da desigualdade social. Nesse sentido, a economia brasileira enfrenta dificuldades em se posicionar de forma mais expressiva no comércio internacional, especialmente no que se refere ao desempenho das exportações e importações do país. Contribuem também para o menor dinamismo no setor as dificuldades normativas, regulatórias, procedimentais, tecnológicas ou processuais à abertura, à formalização, ao registro, à legalização, ao acesso a crédito e investimentos, ao incentivo à inovação e demais etapas necessárias para alavancar as operações dos negócios, especialmente entre micro e pequenas empresas.

Tendo em vista a importância dessa pauta, a neointustrialização é uma Agenda Prioritária deste governo.

Objetivo geral do programa

Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos específicos

- Promover a simplificação e a desburocratização do ambiente de negócios; e o acesso a redes de apoio, a crédito e garantias, com enfoque em micro e pequena empresas (MPes), microempreendedores e artesãos;
- Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira;
- Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação;
- Promover o uso da infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para o aumento da produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico sustentável;
- Otimizar o desempenho do Sistema de Propriedade Intelectual e estimular o uso da propriedade intelectual como ferramenta

estratégica para o alcance das políticas industrial, de inovação, de economia verde, de micro e pequenas empresas e de comércio exterior;

- Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país;
- Promover a melhoria do ambiente de negócios por meio do aperfeiçoamento do sistema regulatório nacional.

» Política econômica para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico sustentável e inclusivo

Uma diretriz importante para a política econômica é buscar mitigar os efeitos adversos das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, aumentar o bem-estar da população. Os efeitos oriundos das mudanças climáticas continuarão a aumentar a frequência e a gravidade dos desastres naturais, trazendo impactos adversos para a vida cotidiana da população. Além disso, a perda de receitas fiscais e o aumento dos gastos públicos para a mitigação dos efeitos, a assistência e a reconstrução podem sobrecarregar os orçamentos dos governos.

Uma política fiscal e um orçamento alinhados e coordenados com a transição ecológica são fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável. O país terá muito a ganhar com uma transformação ecológica em que seus recursos naturais sejam aproveitados em prol do enfrentamento da crise climática, da geração de emprego e renda para a população, do aumento da produtividade da economia e da redução das desigualdades. No âmbito macroeconômico, a busca do desenvolvimento sustentável é o fio condutor, com crescimento econômico, justiça social, ambiental e climática.

Objetivo geral do programa

Atuar para o crescimento econômico e o desenvolvimento, com sustentabilidade fiscal, responsabilidade social e ambiental, e para um sistema tributário justo e eficiente, ampliando a capacidade estatal de atender à sociedade e proteger os mais vulneráveis.

Objetivos específicos

- Promover a cultura de responsabilidade e conformidade fiscal e tributária, por meio da facilitação e da orientação, fortalecendo a transparência e o relacionamento com a sociedade;
- Promover a arrecadação por meio de ações efetivas, racionais, justas e adequadas ao perfil do contribuinte, fortalecendo o combate à fraude fiscal para o fomento de um ambiente econômico e concorrencial equilibrado;
- Viabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda.

» Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social

O acesso aos resultados do conhecimento científico no Brasil envolve o desafio de lidar com a desconfiança, a resistência, a falta de identificação dos indivíduos com a ciência e a tecnologia e a dificuldade de acesso da população.

A fim de aproximar a população, de forma estrutural, da ciência e da tecnologia, é fundamental uma educação de qualidade desde o ensino básico, sem deficiências na formação de profissionais nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática; maior investimento em pesquisa e desenvolvimento para organizações e empreendedores sociais de cunho científico e solidário; ampliação das infraestruturas físicas e tecnológicas; maior reconhecimento e valorização de professores, pesquisadores e profissionais de ciência, tecnologia e inovação (CT&I).

Objetivo geral do programa

Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e a melhoria de vida da população.

Objetivos específicos

- Ampliar o fomento a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) construídos a partir do diálogo e em colaboração com atores não acadêmicos, e cujos conhecimentos coproduzidos sejam voltados para a solução de problemas socialmente relevantes;
- Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais;
- Ampliar o fomento a iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica no país;
- Promover o desenvolvimento, a produção nacional e a certificação de tecnologias assistivas;
- Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para a erradicação da fome e a mitigação de desigualdades.

» Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)

O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação passou por várias transformações ao longo das últimas décadas. Atualmente, o país possui uma sólida estrutura física e regulatória na área de CT&I, o que permite a formulação de estratégias para o contínuo aperfeiçoamento do sistema e uma maior articulação entre os setores acadêmico, empresarial e governamental, impulsionando a produção científica, tecnológica e inovadora do Brasil.

Apesar dos avanços, a capacidade científica nacional continua, porém, insuficiente para enfrentar os desafios sociais e econômicos do país. A infraestrutura de pesquisa é insuficiente, falta capital humano qualificado e uma política de ciência, tecnologia e inovação de longo prazo. Além disso, há baixa densidade de cooperação científica internacional e fragmentação do conhecimento produzido. Tendo em vista o desenvolvimento do país, é necessário potencializar a capacidade científica e promover o desenvolvimento sustentável, a diversificação econômica e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Objetivo geral do programa

Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias.

Objetivos específicos

- Recuperar, expandir e modernizar a infraestrutura nacional de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D);
- Ampliar o impacto da Ciência & Tecnologia (C&T) nacional, fomentando a geração de conhecimento através do apoio a projetos;
- Promover a formação, a capacitação, atração e a fixação de recursos humanos em projetos de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I) com atenção à correção de assimetrias;
- Expandir as parcerias estratégicas de cooperação nacional e internacional em CT&I;
- Ampliar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação do ecossistema de segurança cibernética nacional;
- Contribuir com fomento à Infraestrutura Nacional da Qualidade.

» **Política nuclear**

Em todo o mundo, apenas 12 países dominam a tecnologia do ciclo de combustível nuclear, incluindo o Brasil. Entre esses países, somente três dispõem de reservas de urânio para exploração comercial, o Brasil entre eles. Dentro desse cenário, o Brasil teria todas as condições para exercer um papel de destaque na cadeia produtiva internacional, de alto valor agregado, no âmbito do setor nuclear, além de garantir sua autonomia em escala industrial.

Para isso, o país precisaria superar desafios relacionados à insuficiência de infraestrutura, de recursos humanos especializados e de instrumentos normativos para atender às demandas por tecnologias e aplicações na área nuclear, assim como melhorar o aproveitamento do potencial nuclear, resultando em uma maior oferta de produtos e serviços derivados da tecnologia nuclear. O programa visa proporcionar condições para a expansão das atividades do setor no país, fomentando a participação da iniciativa privada e a inserção do país nos mercados internacionais, tornando-o atrativo para novos investimentos com a garantia de segurança quanto à utilização da energia nuclear para o bem-estar da sociedade.

Objetivo geral do programa

Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentada.

Objetivos específicos

- Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações de forma segura, para atender aos diversos usos pela sociedade;
- Produzir e fornecer radiofármacos e radioisótopos para atendimento à sociedade;
- Ampliar a formação especializada de recursos humanos para o setor nuclear;
- Garantir a proteção radiológica das instalações radiativas e nucleares, a segurança física e nuclear e o controle de materiais nucleares;
- Expandir, implantar e operar o ciclo completo da produção de combustível nuclear em escala capaz de atender à demanda dos reatores nucleares brasileiros e ampliar as oportunidades para a exportação de insumos e serviços;
- Ampliar a produção de equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, aumentando a capacidade nacional no setor.

» Programa espacial brasileiro

Os produtos e serviços espaciais são indispensáveis à sociedade moderna, com impacto no dia a dia da população e no desenvolvimento do país. Embora nem sempre perceptível ao cidadão, a utilização de sistemas espaciais é imprescindível para áreas como previsão de tempo, telecomunicações, navegação, entre outras, que concorrem para o desenvolvimento nacional.

O principal desafio da área é a indisponibilidade de soluções espaciais autônomas para o atendimento sustentado das demandas da sociedade. São diversos os fatores que contribuem para esse desafio, com destaque para a falta de cadência de projetos; insuficiência de capital humano; infraestrutura insuficiente e baixa manutenção das existentes; atraso tecnológico; baixo poder de compra do Estado junto ao setor espacial nacional; limitação da capacidade indutora do Estado; ambiente de negócios desfavorável; e indústria nacional espacial incipiente. Assim, a Política Espacial Nacional aponta para a necessidade de desenvolver no país a capacidade para utilizar recursos e técnicas espaciais em benefício da sociedade brasileira.

Objetivo geral do programa

Ampliar a disponibilidade e a competitividade de soluções espaciais na forma de produtos, serviços, infraestrutura e aplicações para o atendimento das demandas da sociedade de forma autônoma e sustentada.

Objetivos específicos

- Ampliar a entrega de produtos, serviços e aplicações espaciais para atender às demandas prioritárias da sociedade;
- Buscar autonomia científica, tecnológica e operacional na área espacial.

» Oceano, Zona Costeira e Antártica

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a zona costeira brasileira são estratégicos para o desenvolvimento do país e a segurança nacional, em razão da sua extensão e do seu potencial econômico. A permanência do Brasil na região antártica justifica-se não somente por razões estratégicas, mas também por sua relevância para as pesquisas científicas nacionais. Um dos desafios é garantir a implementação efetiva das áreas protegidas marinhas, ordenando o uso sustentável dos recursos naturais nesses territórios, bem como proteger as áreas mais representativas da biodiversidade marinha brasileira.

A fim de impulsionar o conhecimento científico, inclusive relativo a mudanças climáticas no território nacional e na Antártica, são necessárias a compreensão e a manutenção dos serviços ecossistêmicos de oceanos, por meio de pesquisas, da capacitação material e de pessoal, da observação, do acompanhamento, do monitoramento e da disseminação de fenômenos e dados físicos, químicos, atmosféricos, ambientais, ecossistêmicos, biogeoquímicos e decorrentes da atividade humana.

Objetivo geral do programa

Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivos específicos

- Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, nas zonas costeiras e na Antártica;
- Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao oceano e à Antártica;
- Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, na zona costeira e nas regiões polares;
- Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

» Economia popular e solidária sustentáveis

Nos últimos anos, a economia solidária experimentou uma expansão no Brasil, em especial, entre os segmentos populacionais mais vulneráveis. A economia popular e solidária surge como um modelo alternativo de desenvolvimento socioeconômico, buscando a justiça social e a superação das desigualdades. Contudo, a ausência de legislação específica, a quantidade de recursos públicos destinados, a necessidade de formação para os integrantes das iniciativas, a dificuldade de acesso ao crédito e a ausência de espaços públicos para a comercialização colocam barreiras significativas para a consolidação da economia popular e solidária.

O problema da geração de emprego fica claro pelas altas taxas de desocupação, informalidade, extrema pobreza e desigualdade no país. A expansão da economia solidária é uma resposta efetiva à falta de renda, sendo uma verdadeira estratégia de desenvolvimento. As iniciativas econômicas solidárias funcionam como um instrumento de dinamização socioeconômico em processos de desenvolvimento local e territorial sustentável, buscando a coesão social, a preservação da diversidade cultural e do meio ambiente.

Objetivo geral do programa

Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios de autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e valorização das dinâmicas territoriais.

Objetivos específicos

- Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da economia popular e solidária;
- Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais;
- Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em economia popular e solidária.

» Promoção do trabalho decente, emprego e renda

O trabalho é um direito social previsto na Constituição brasileira. Porém, o desemprego e o alto índice de informalidade no país evidenciam as barreiras associadas ao acesso e à permanência no mercado de trabalho, barreiras reforçadas por discriminações relativas a gênero, raça/cor, deficiência, assim como ao baixo nível de qualificação de parcela significativa da população. A vulnerabilidade social contribui ainda para o desrespeito à legislação trabalhista, com a persistência do trabalho infantil e do trabalho análogo à escravidão.

O país precisa avançar no combate às violações aos direitos dos trabalhadores e promover uma agenda sobre o futuro do trabalho em que sejam incorporadas as transformações em curso no processo produtivo. Dessa forma, será possível aproveitar as externalidades positivas, sociais e econômicas, da promoção do trabalho decente, com a redução da informalidade, dos acidentes e das mortes no trabalho, com o combate à exploração infantil, ao trabalho análogo à escravidão e às discriminações que perpetuam a desigualdade e a subutilização da mão de obra.

Objetivo geral do programa

Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e à renda, a proteção social e a remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos específicos

- Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações de trabalho;
- Melhorar a eficiência da intermediação de mão de obra;
- Promover a qualificação social e profissional;
- Fomentar o crédito às atividades empreendedoras e o microcrédito produtivo orientado;
- Aperfeiçoar o atendimento digital ao trabalhador;
- Aumentar a formalização do vínculo de emprego por meio de ações de inspeção do trabalho;
- Combater a exploração do trabalho análogo ao escravo e o tráfico de pessoas;
- Ampliar o cumprimento da obrigação legal de acesso e inclusão das pessoas com deficiência e, ou, reabilitadas no mercado formal de trabalho de maneira acessível, inclusiva e sustentável;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, do assédio e da violência no trabalho;
- Assegurar a dignidade no trabalho das trabalhadoras domésticas;
- Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil;
- Reduzir os riscos nos ambientes de trabalho;
- Reduzir a inadimplência e a sonegação do FGTS relativo aos empregados formais, bem como garantir que os valores recolhidos sejam depositados nas contas individualizadas;
- Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade;
- Promover a mediação e a negociação coletiva, de forma a incentivar a solução extrajudicial de conflitos trabalhistas;
- Democratizar e reestruturar as relações do trabalho.

» Energia elétrica

A energia elétrica é um insumo essencial para o crescimento econômico e a sua oferta deve ser suficiente para o atendimento da demanda. Este programa tem por objetivo a entrega de energia com qualidade e continuidade ao consumidor final, dentro de um contexto de tarifas a preços justos e de sustentabilidade socioambiental. No Brasil, há dificuldade de se manter o crescimento da infraestrutura do setor elétrico alinhado ao crescimento da economia. Esse problema pode ser atribuído ao baixo desempenho das distribuidoras, à insegurança jurídica e regulatória e à menor confiabilidade na geração de energia a partir das instalações de geração de energia elétrica existentes.

Além disso, persistem os desafios da universalização do acesso e da pobreza energética, que podem ser enfrentados de diversas formas, por exemplo, com a expansão do sistema de distribuição de energia elétrica pelo território e maior acesso a micro e mini geração distribuídas, inclusive em residências de baixa renda em centros urbanos e no campo.

Objetivo geral do programa

Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro com justiça social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Objetivos específicos

- Viabilizar acesso à geração distribuída pela população de baixa renda;
- Universalizar o acesso à energia elétrica (Programa Luz para Todos);
- Expandir a capacidade instalada de geração de energia elétrica;
- Expandir o sistema de transmissão de energia elétrica;
- Reduzir a pobreza energética.

» Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis

O setor enfrenta baixa atratividade para investimentos em exploração e produção de petróleo e gás natural em novas áreas e em campos maduros; dependência externa com exposição ao comércio internacional de derivados; infraestrutura insuficiente na cadeia de produção, escoamento e processamento de gás natural, refino e distribuição de petróleo, gás, derivados e biocombustíveis para dar suporte e promover o desenvolvimento nacional; falta de concorrência entre produtores nacionais; e dificuldade em ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de transportes.

Alinhado ao objetivo estratégico de garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética, é necessário garantir com eficiência e sustentabilidade o abastecimento do mercado de combustíveis, gás natural e outros derivados de petróleo, bem como maximizar o aproveitamento dos recursos energéticos renováveis e não renováveis nacionais.

Objetivo geral do programa

Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliado a uma maior ênfase na transição energética.

Objetivos específicos

- Reduzir a dependência externa de derivados de petróleo;
- Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional;
- Aumentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

» Transição energética

O Brasil é signatário de diversos acordos para a redução do impacto ambiental, ao mesmo tempo que é um dos principais emissores globais anuais. O setor energético, que tem uma relevante participação de energia renovável na matriz energética, deve contribuir para os compromissos assumidos pelo país para a redução das emissões de gases de efeito estufa. Ademais, a questão da transição energética se insere em um contexto global em que se buscam soluções para mitigar as mudanças climáticas.

O setor energético está em transformação, para uma tendência de eletrificação e descentralização em que, além de novas fontes de energia serem necessárias, é preciso avançar na eficiência energética, na digitalização e na modernização. Assim, o programa visa contribuir para fazer da energia um elemento propulsor do desenvolvimento sustentável do país e de posicionamento estratégico nacional, levando em consideração o trilema energético: segurança energética, sustentabilidade e equidade energética.

Objetivo geral do programa

Coordenar, planejar e promover a redução do conteúdo de carbono da matriz energética brasileira, promovendo a manutenção da alta participação da oferta de energias limpas e renováveis e o aumento da eficiência energética, tanto na oferta quanto na logística de distribuição e no uso final de energia.

Objetivos específicos

- Descarbonizar a matriz de transportes, via biocombustíveis;
- Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética;
- Promover a eficiência energética no uso final de energia;
- Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira;
- Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em transição energética;
- Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados;
- Assegurar o atendimento de energia e potência do sistema interligado nacional;
- Interligar sistemas isolados.

» Comunicações para inclusão e transformação

Mesmo com os avanços tecnológicos, o país ainda apresenta baixos índices de acesso e de utilização dos serviços de comunicações. O reduzido alcance do sinal de rádio e TV digital público e o desequilíbrio na atuação regulatória entre os agentes, que geram desincentivo a investimentos no setor de telecomunicações, assim como a falta de acesso à internet em banda larga, são alguns dos fatores que explicam a insuficiência dos serviços de comunicações. Além disso, há o desafio da implantação de infraestrutura, principalmente no que diz respeito à universalização dos serviços em regiões remotas diante de

um país de dimensões continentais. Embora a prestação dos serviços de telecomunicações seja de ordem privada, configura-se também de interesse público e constitucionalmente de responsabilidade do Estado, que deve agir com vistas à universalização e à qualidade dos serviços.

Objetivo geral do programa

Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados.

Objetivos específicos

- Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações;
- Promover a inclusão digital e a conectividade significativa;
- Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade;
- Expandir a digitalização da TV aberta;
- Ampliar a segurança das comunicações de agentes do Estado pela exploração da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), com criptografia de Estado;
- Promover o acesso universal ao atendimento dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade;
- Promover o acesso universal à distribuição dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade;
- Operações: modernização do parque logístico nacional dos Correios;
- Infraestrutura - ampliação da capacidade de processamento dos objetos nacionais e internacionais, com instalação de novos centros operacionais.

» Aviação civil

Apesar de suas dimensões continentais, o Brasil é um país em que o transporte aéreo regular de passageiros e cargas ainda dispõe de grande capacidade de expansão, com boas oportunidades de desenvolvimento da aviação civil, especialmente nas localidades distantes dos grandes centros urbanos. O país ainda apresenta um número restrito de viagens per capita, quando comparado com países com características geográficas e econômicas semelhantes.

Assim, é preciso atuar na ampliação e/ou modernização de aeroportos regionais, na capacitação de profissionais para o setor de aviação civil, na implantação de equipamentos de auxílio à navegação aérea em aeroportos e na promoção de ambiente regulatório favorável para a atração de novas empresas para o mercado doméstico.

Objetivo geral do programa

Desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira.

Objetivos específicos

- Ampliar o número de aeroportos regionais atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas;
- Ampliar o número de usuários do transporte aéreo;
- Reduzir a intensidade de emissões de CO² da aviação civil brasileira;
- Promover e aprimorar a segurança da aviação civil brasileira.

» Portos e transporte aquaviário

A melhoria da eficiência logística é fundamental para o desenvolvimento econômico do país, com destaque para os portos e os transportes marítimos e hidroviários. O desenvolvimento desses modais passa pela superação de diversos desafios, como: insuficiência e/ou ineficiência dos sistemas portuários e de transportes marítimos e hidroviários, resultantes da baixa integração entre os modais de transporte; não realização de investimentos na ampliação da infraestrutura portuária; ociosidade de áreas em portos organizados; legislação difusa e complexa; gestão portuária pública ineficiente; falta de flexibilidade na contratação de obras e serviços por autoridades portuárias públicas; pouca coordenação dos agentes públicos.

A ausência de investimentos adequados no setor contribui de forma crucial para o desbalanceamento da matriz de transportes brasileira e para os problemas na intermodalidade do país. Assim, a realização de investimentos em infraestrutura portuária é necessária para garantir a expansão da capacidade e acompanhar o crescimento do setor.

Objetivo geral do programa

Promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e do transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental.

Objetivos específicos

- Aumentar a disponibilidade de instalações portuárias (IP4) nos municípios localizados às margens de rios navegáveis;
- Promover o adequado embarque e desembarque de cargas e passageiros, garantindo a disponibilidade, a acessibilidade e a perenidade das instalações portuárias (Instalações Portuárias de Pequeno Porte - IP4);
- Ofertar vias em condições adequadas para a navegação;
- Adequar a capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros existente e futura;

- Tornar o sistema portuário mais competitivo, seguro, sustentável, inclusivo e com acessibilidade;
- Financiar a construção ou manutenção de embarcações, estaleiros e infraestruturas portuárias com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

» Segurança viária

O Brasil apresenta um elevado número e severidade de sinistros no transporte terrestre, o que afeta usuários de trânsito urbano, de rodovias e de ferrovias federais, ocasionando inclusive a perda de vidas. Tal situação se deve à baixa qualidade da infraestrutura das vias, ao número reduzido de campanhas e programas de conscientização dos cidadãos e da sociedade, aos conflitos ferroviários urbanos e ao pouco engajamento da população na promoção de um trânsito seguro. Institucionalmente, identifica-se a ausência de uma política pública para a realização de pesquisas voltadas para os problemas do trânsito e pouca adoção de inovações tecnológicas no setor de transporte terrestre.

Os acidentes de trânsito geram ainda custos econômicos substanciais para o país, incluindo gastos com saúde, perdas de produtividade, danos materiais e prejuízos ao setor. A segurança viária é uma responsabilidade fundamental do governo, que tem o dever de proteger a vida e a integridade física dos cidadãos. O programa tem como prioridade a segurança viária, a fim de preservar vidas e reduzir as consequências econômicas dos acidentes.

Objetivo geral do programa

Aumentar a segurança nas vias terrestres por meio de ações de educação para o trânsito, inovações tecnológicas, engenharia de segurança viária, fiscalização, regularização física do ativo e solução de conflitos ferroviários para reduzir o número e a severidade dos sinistros.

Objetivos específicos

- Reduzir as mortes no trânsito;
- Melhorar a segurança viária em áreas urbanas dos municípios com conflitos ferroviários;
- Reduzir o número de sinistros com vítimas no trânsito.

» Transporte ferroviário

O Brasil apresenta baixa densidade da malha ferroviária, se comparado a países de dimensões continentais, como o Canadá, a Índia e a China, e mesmo diante de seus pares na América Latina, como o México e a Argentina. Entre os desafios do transporte ferroviário, destacam-se: baixa qualidade da infraestrutura; falta de padronização da métrica das ferrovias; excesso de obrigações administrativas para transportar cargas; pouca adoção de inovações tecnológicas no setor; baixo investimento; baixa integração entre os transportes

rodoviário e ferroviário; obras paralisadas ou atrasadas; baixa oferta de transporte ferroviário de passageiros; e oferta insuficiente de transporte ferroviário de cargas.

Há necessidade de ampliação da malha e da capacidade de transporte ferroviário de passageiros, a fim de se aumentar a eficiência dos transportes terrestres, otimizar a logística e a competitividade do país e atrair investimentos privados para o setor de infraestrutura de transportes, inclusive ferroviário, contribuindo com o crescimento sustentável da economia.

Objetivo geral do programa

Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.

Objetivos específicos

- Realizar a regularização fundiária da malha ferroviária;
- Ampliar a capacidade potencial do transporte ferroviário pela construção de ferrovias;
- Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável.

» Transporte rodoviário

O transporte rodoviário desempenha um papel crucial em todo o país, sendo o principal modal utilizado para o escoamento da produção e o transporte de mercadorias. O Brasil, no entanto, tem enfrentado incompatibilidade das rodovias em relação à demanda de carga e passageiros. Essa incompatibilidade gera custos logísticos mais altos, aumento do tempo de viagem e menor competitividade das empresas brasileiras, inclusive no mercado internacional. Além disso, estradas congestionadas, em más condições ou com deficiências de segurança representam riscos para os motoristas e aumentam a ocorrência de acidentes.

É dever do governo garantir que a infraestrutura da malha rodoviária federal esteja adequada às necessidades de mobilidade, segurança e desenvolvimento econômico. O desafio do programa requer uma abordagem coordenada e estratégica em nível federal para garantir uma solução abrangente e eficaz.

Objetivo geral do programa

Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade.

Objetivos específicos

- Manter a malha rodoviária federal em condições de trafegabilidade e segurança;
- Adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos;
- Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis;
- Ampliar, com recursos privados, a capacidade da malha rodoviária federal concedida;
- Desburocratizar o transporte rodoviário de carga.

» Recursos hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre

Devido às mudanças climáticas, observa-se maior frequência de eventos hidrológicos extremos, como inundações e secas. A estes somam-se a degradação ambiental, a exploração excessiva de recursos hídricos, a demanda ampliada por uso de água e um percentual significativo da população sem acesso a água de qualidade, o que ocasiona episódios ou situações permanentes de insegurança hídrica.

Para erradicar a insegurança hídrica, é necessário viabilizar a oferta de água para os múltiplos usuários, promovendo-se um adequado ambiente de desenvolvimento econômico e social com qualidade ecossistêmica, por meio de ações de gestão dos recursos hídricos e de intervenções de infraestrutura. Da mesma forma, é fundamental desenvolver ações para a adoção de padrões de qualidade, conservação, recuperação dos recursos hídricos e o uso racional da água.

Objetivo geral do programa

Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas.

Objetivos específicos

- Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade;
- Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais;
- Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica;
- Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.

» Turismo, esse é o destino

O Brasil é um país de grande potencial turístico, mas que se encontra subaproveitado devido à precariedade na oferta dos serviços turísticos, à carência de uma mão de obra formal e qualificada, à baixa demanda internacional por destinos turísticos brasileiros e à ausência de dados e de embasamento para a elaboração de políticas voltadas para o setor. Somada a isso, a questão climática desponta como um problema adicional, na medida em que muitos dos destinos brasileiros estão ameaçados pelos efeitos das mudanças climáticas.

O turismo é um setor com grande potencial de geração de emprego e renda, possibilitando o ingresso de pessoas no mercado de trabalho que muitas vezes teriam dificuldade de inserção socioeconômica. Para se alcançar um patamar mais elevado em competitividade, é necessário melhorar a capacidade de os destinos brasileiros gerarem negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo de forma sustentável, bem como a geração de emprego e renda e a ampliação do acesso às atividades turísticas a todos.

Objetivo geral do programa

Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e dos produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos específicos

- Promover a estruturação e a qualidade dos destinos turísticos, fomentando a cadeia produtiva do turismo;
- Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade;
- Aumentar a chegada de turistas estrangeiros e a receita gerada por esses turistas no Brasil.

» Desenvolvimento regional e ordenamento territorial

São múltiplas as evidências espaciais das desigualdades regionais, entre as quais o baixo índice de desenvolvimento social e humano em porções do território; a distribuição desigual da renda; a participação desigual no PIB, de forma intra e inter-regional; a desigualdade no acesso à infraestrutura e aos serviços urbanos; e a baixa capacidade governativa de estados e municípios. As iniciativas de desenvolvimento regional precisam: fortalecer as redes de sistemas produtivos e inovadores locais, rurais e urbanos; potencializar as atividades produtivas e sua infraestrutura de suporte, com uso de tecnologias sustentáveis; e possibilitar melhorias em termos de planejamento, gestão e financiamento do desenvolvimento regional e territorial por municípios brasileiros.

O ordenamento busca a organização espacial das atividades produtivas, considerando os aspectos ambientais, urbanísticos e socioeconômicos, para garantir uma distribuição

equitativa dos benefícios do desenvolvimento e, conseqüentemente, reduzir a pobreza e a exclusão social em todas as regiões do país.

Objetivo geral do programa

Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva.

Objetivos específicos

- Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
- Aperfeiçoar as estratégias e os instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e o ordenamento territorial, com melhoria de governança e da transparência;
- Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional.

» Mineração segura e sustentável

A mineração no Brasil enfrenta entraves que prejudicam o fluxo de investimentos para o setor, considerado estratégico para a economia, a transição energética e a segurança alimentar. Enfrenta também riscos socioambientais quando a mineração se realiza sem as devidas salvaguardas. Esses problemas estão associados, principalmente, à baixa previsibilidade em relação ao tempo de outorga e a exigências relacionadas; ao arcabouço institucional e normativo insuficiente para assegurar o adequado fechamento de minas; e à atuação insuficientes para a internalização das políticas no desenvolvimento sustentável e eficiente da mineração.

A gestão do patrimônio mineral, pilar do programa, visa criar condições de atratividade para os investimentos no setor, promovendo a pesquisa e a produção mineral no território nacional. Visa também assegurar que a mineração absorva as melhores práticas em suas operações e somente se realize com as devidas salvaguardas socioambientais.

Objetivo geral do programa

Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade para os investimentos.

Objetivos específicos

- Aumentar a segurança da mineração para a sociedade brasileira;
- Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor mineral brasileiro;
- Criar um ambiente orientado para a atração de investimentos em pesquisa, produção e transformação mineral;
- Ampliar as reservas de minerais estratégicos para a transição energética;
- Ampliar o suprimento de insumos minerais estratégicos para a segurança alimentar;
- Melhorar as condições socioeconômicas de municípios mineradores e afetados.



3.4

Políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania

O Brasil, sendo um Estado Democrático de Direito, deve assegurar os fundamentos constitucionais de soberania, cidadania e dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, bem como do pluralismo político. Esses elementos são essenciais para a concretização dos objetivos das políticas sociais e de garantia de direitos, e desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática, apresentadas anteriormente.

As políticas para a defesa da democracia e a reconstrução do Estado e da soberania, agregam programas que focam a participação social, a transparência, o combate à corrupção, o planejamento e o orçamento sustentável e inclusivo, a defesa nacional, a cooperação internacional, a segurança institucional e o acesso à justiça e à defesa de direitos.

A seguir, serão apresentados os programas relacionados às políticas de defesa da democracia de reconstrução do Estado e da soberania, cada um com uma breve contextualização e seus objetivos geral e específicos.



Políticas para defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

- » Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas
- » Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia
- » Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo
- » Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento
- » Cooperação da defesa para o desenvolvimento nacional
- » Defesa nacional
- » Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior
- » Comunicação pública e governamental
- » Sistema financeiro do futuro
- » Transparência, integridade e enfrentamento à corrupção
- » Segurança institucional
- » Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos



» Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas

A atuação do governo federal é muito importante para combater a crescente demanda judicial envolvendo o Estado brasileiro, com ações que levem à prevenção ou mitigação de múltiplas consequências negativas, como a piora no ambiente de negócios, o aumento do risco Brasil, a perda de investimentos estrangeiros, o comprometimento da imagem do país, o aumento do custo da máquina pública, o prejuízo ao erário, a insegurança jurídica, a morosidade na solução dos conflitos, a cultura da impunidade e os riscos à democracia. O aumento de litígios judiciais também tem levado ao crescimento das despesas públicas totais da União, dos estados e do Distrito Federal para o seu custeio.

A dificuldade de conciliação entre a formulação de políticas públicas e os riscos jurídicos, o mau uso do direito de litigar, a baixa uniformidade das decisões judiciais em relação à jurisprudência e a necessidade de defesa do Estado Democrático de Direito, reforçam a noção de que a União e o Estado brasileiro necessitam de representação judicial e extra-judicial nos assuntos de seu interesse.

Objetivo geral do programa

Promover a defesa da democracia e preservar a legitimação dos Poderes, por meio da representação da União e de suas entidades, e construir soluções inovadoras que contribuam para a segurança jurídica e a efetividade das políticas públicas.

Objetivos específicos

- Prestar consultoria e assessoramento jurídico proativo, propositivo e uniforme;
- Promover a defesa jurídica coordenada e assertiva.
- Prevenir e reduzir a litigiosidade;

» Reconstrução, ampliação e aprofundamento da participação social e da democracia

O programa se relaciona de maneira transversal com os diversos entes federativos, na medida em que a participação social deve apoiar a elaboração e o monitoramento das políticas públicas em diferentes instâncias governamentais.

O Brasil tem passado por um enfraquecimento de instâncias institucionais de processos participativos. Tal movimento foi aprofundado pela descaracterização de métodos e de institucionalidades que permitiam maior participação da sociedade na elaboração de políticas públicas e no controle social da gestão pública. Assim, o programa promove, principalmente, o resgate e a valorização de grupos colegiados, conselhos e conferências, além da retomada e da reorganização das políticas participativas, considerando-se o histórico nacional e os ditames constitucionais.

Objetivo geral do programa

Promover a participação da sociedade na reconstrução e transformação do país através de instâncias e processos participativos na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas para o fortalecimento da democracia participativa e representativa.

Objetivos específicos

- Promover, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o diálogo social em âmbito nacional e internacional, visando debater temas relevantes de interesse da sociedade;
- Promover, por meio do Conselho da Federação, o diálogo federativo e a cooperação intergovernamental, em âmbito nacional e internacional, visando debater temas e pautas prioritárias da Federação;
- Promover a participação da sociedade civil na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo e Planapo);
- Promover a participação da sociedade civil na elaboração e no acompanhamento da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fortalecer a política de fomento e colaboração com as organizações da sociedade civil;
- Ampliar o diálogo entre a sociedade civil e órgãos e entidades públicas e entes da federação para o tratamento de demandas sociais;
- Promover a participação social nas políticas públicas pelos colegiados, conselhos e conferências e implementar a participação direta da sociedade nos processos de planejamento participativo e do Orçamento Participativo Federal (OP - BR);
- Desenvolver estratégias de participação social digital para democratizar os processos participativos;
- Promover a participação social com educação popular nos territórios;
- Promover a participação social nos processos associativos e nos organismos multilaterais integrados pelo Brasil e a participação em organizações e redes internacionais de participação social.

» Planejamento e orçamento para o desenvolvimento sustentável e inclusivo

A reconstrução da capacidade de planejamento do Estado brasileiro é fundamental para garantir o uso eficaz dos recursos públicos e o desenho da estratégia de desenvolvimento do país para os próximos anos. Assim, o Brasil precisa avançar nos instrumentos de gestão para fortalecer o planejamento, o orçamento e a avaliação de políticas públicas, a fim de contribuir de forma efetiva para o seu desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O aumento da transparência é vital para garantir a confiança do público na gestão dos recursos do país, permitindo maior participação e controle social na formulação e no acompanhamento das políticas públicas. Além disso, é importante proteger as entidades vinculadas, como o Ipea e o IBGE, para assegurar que continuem produzindo

conhecimento que retrate a realidade do país, por meio de pesquisas e análises relevantes, tempestivas e de qualidade, fundamentais para a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas.

Objetivo geral do programa

Aprimorar e integrar o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação, bem como ampliar os investimentos, a produção e a disseminação de informações e conhecimento, a fim de fortalecer a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com qualidade, sustentabilidade e transversalidade.

Objetivos específicos

- Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça;
- Retratar a realidade do país com informações estatísticas e geoespaciais relevantes, tempestivas e de fácil acesso;
- Melhorar a eficiência do processo alocativo com sustentabilidade e previsibilidade do orçamento;
- Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio de avaliações ex ante e ex post de políticas públicas;
- Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais;
- Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027;
- Contribuir para a melhoria da capacidade de planejamento em toda Federação, visando à redução das desigualdades regionais;
- Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas nos orçamentos da União.

» Transformação do Estado para a cidadania e o desenvolvimento

A interface entre o cidadão e os serviços públicos precisa dispor de qualidade de atendimento, fornecimento de informações adequadas e capacidade de resposta com velocidade. Empenhou-se, ao longo dos últimos anos, bastante esforço governamental para a provisão de melhores serviços públicos para os cidadãos e também para a administração pública, principalmente devido à expansão de usuários de serviços digitais. Contudo, ainda existe bastante espaço para o aprimoramento dessas interfaces: entre o cidadão e o setor público e dentro da própria administração pública, que apoia a troca de informações e a prestação de serviços entre os órgãos.

Para que a oferta de serviços públicos tenha maior qualidade e alcance o cidadão, é fundamental que haja capacitação de servidores, implementação de infraestrutura tecnológica e ampliação da capacidade de governança do Estado. Além disso, a crescente complexidade das demandas sociais reflete-se na criação de instrumentos de gestão que, por vezes,

ampliam a complexidade do próprio setor público, dificultando o alcance de resultados satisfatórios.

Objetivo geral do programa

Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Objetivos específicos

- Implantar o sistema de identificação do cidadão com o estabelecimento da Carteira de Identidade Nacional;
- Ampliar a destinação de imóveis da União para políticas públicas, com foco na habitação de interesse social;
- Fortalecer as capacidades estatais pelo aperfeiçoamento do sistema de carreiras e de gestão de pessoas, pela qualificação no recrutamento, pelo desenvolvimento de competências e pela democratização das relações de trabalho na administração pública federal;
- Impulsionar a adesão aos sistemas estruturantes de gestão para a promoção da inovação, da transformação e da ampliação da capacidade do Estado para geração de valor na prestação de serviços públicos;
- Ampliar a transformação digital na União e nos demais entes federados;
- Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, sob a coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do país;
- Promover o alinhamento entre as empresas estatais federais e as políticas públicas;
- Induzir políticas estratégicas de compras e parcerias governamentais que impulsionem o desenvolvimento econômico e social inclusivo, solidário e sustentável.

» Cooperação da Defesa para o desenvolvimento nacional

O território nacional é extenso, caracterizado por desigualdades regionais e sociais, e sujeito a ações predatórias de destruição do patrimônio natural, principalmente na Amazônia. É preciso pensar políticas públicas articuladas que possam, principalmente em regiões afastadas e carentes do Brasil, ampliar a abrangência e a atuação do Estado junto à juventude, tendo em vista: qualificação profissional e inclusão social; proteção e desenvolvimento da Amazônia; contribuição para a construção da infraestrutura nacional; ações de saúde; desenvolvimento do desporto nacional de alto rendimento; e apoio ao enfrentamento de calamidades e desastres naturais.

Por essas razões, este programa visa apoiar políticas públicas que atendam à construção do desenvolvimento regional e do atendimento à população nas áreas de inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável.

Objetivo geral do programa

Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e de ações governamentais, por meio da atuação sinérgica entre o Ministério da Defesa e outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos específicos

- Contribuir com políticas públicas que promovam inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas, promovendo interação com a sociedade brasileira e cooperando com o desenvolvimento nacional;
- Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia;
- Contribuir com a implementação da infraestrutura básica e o desenvolvimento sustentável nos municípios abrangidos pelo programa Calha Norte;

» Defesa nacional

A defesa nacional atua na proteção da soberania e do território brasileiro, protegendo-o de potenciais ameaças e de riscos globais. Também possibilita a manutenção da integridade territorial, a preservação dos interesses do país, a consecução dos objetivos nacionais, a proteção à população e a garantia da não ingerência externa no território nacional, nem em suas águas jurisdicionais, inclusive na vigilância da Amazônia Azul, nem tampouco no espaço aéreo sobrejacente.

Os desafios à defesa nacional envolvem fatores diversos, como a possibilidade de tensões, crises e ameaças que implicam campos de atuação do poder militar, além das dimensões continentais do país, com enormes extensões de fronteiras terrestres e de águas jurisdicionais, com a zona econômica exclusiva, bem como de espaço aéreo a ser controlado. Fora isso, apresenta-se, internacionalmente, a intensificação de disputas por fontes de água doce e energia, alimentos, recursos minerais, biodiversidade, áreas marítimas e domínio espacial, que podem levar a ingerências em assuntos internos ou a controvérsias por interesses sobre espaços sujeitos à soberania dos Estados. Assim, são necessários investimentos na construção e na manutenção de capacidades militares de defesa que propiciem efetividade ao instrumento militar.

Objetivo geral do programa

Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo suas capacidades militares e as condições necessárias para que elas possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos específicos

- Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa nacional;
- Desenvolver as capacidades conjuntas e as condições logísticas das Forças Armadas;
- Fortalecer as capacidades militares do Exército brasileiro para a defesa do território;
- Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro;
- Assegurar o controle do espaço aéreo brasileiro;
- Contribuir para a segurança de voo, por meio do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer);
- Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

» Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior

A recuperação de uma política externa ativa, a partir da cooperação internacional e do desenvolvimento regional integrado, é um objetivo estratégico do governo. A participação do Brasil no cenário internacional contempla a independência nas relações internacionais com participação nos organismos multilaterais e de integração continental, nos planos econômico, social, político e ambiental. A atuação em prol da paz, em busca de solução pacífica para controvérsias, como o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, fortalece a tradição diplomática brasileira.

O país também precisa cuidar dos milhões de brasileiros que vivem em outros países, tendo em vista os direitos humanos e a garantia de direitos, a partir da ampliação da presença diplomática e consular do Brasil e do fortalecimento da rede de assistência e de prestação de serviços.

Objetivo geral do programa

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos específicos

- Promover uma política externa universalista;
- Reforçar a integração da América Latina e do Caribe, em particular da América do Sul;
- Fortalecer o multilateralismo, reformar a governança global e promover a paz;
- Atuar internacionalmente em prol da inserção econômica competitiva do Brasil;
- Fortalecer a diplomacia da sustentabilidade;
- Atuar internacionalmente em prol dos direitos humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome;
- Promover a imagem, a cultura, a ciência, os produtos e os serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;

- Ampliar ações de cooperação técnica, humanitária e educacional;
- Expandir a rede e modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior;
- Transversalizar na política externa as perspectivas de igualdade de gênero e igualdade racial.

» Comunicação pública e governamental

O principal desafio da comunicação pública e governamental é ampliar a infraestrutura física e de tecnologia da informação, com o objetivo de possibilitar a divulgação eletrônica, por radiodifusão e gráfica, dos programas sociais do governo por todo o país.

Alcançar todo o território, de modo efetivo, com informação de alta qualidade e celeridade, é também, combater a desinformação com conteúdo nocivo, que fragmenta o debate público e ameaça o consenso sobre os fatos, a ciência e o próprio conhecimento da realidade. A educação midiática será abordada por meio da qualificação de servidores para esse fim, em especial das áreas de saúde e da educação, além de orientações curriculares e de obras didáticas no âmbito da educação básica, superior e de extensão.

Objetivo geral do programa

Ampliar o acesso da sociedade a informações públicas e governamentais, assegurando-lhes transparência, credibilidade e representatividade, para fortalecer a cidadania e a participação social.

Objetivos específicos

- Melhorar os canais de acesso às informações oficiais;
- Promover o conhecimento público do acervo histórico-bibliográfico da Imprensa Nacional;
- Ampliar a prestação de serviços gráficos estratégicos;
- Expandir a radiodifusão pública;
- Qualificar o ambiente informacional, a partir da promoção da educação midiática.

» Sistema financeiro do futuro

O sistema financeiro brasileiro passa por dois momentos concomitantes de transformação. De um lado, a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos apresenta oportunidades em termos de ganhos de eficiência e de aumento do nível de competitividade do setor, sendo acompanhada, contudo, por questões relativas à segurança cibernética. De outro lado, nos últimos anos, vem se observando uma queda da desigualdade em indicadores de inclusão financeira, com maior acesso e uso de serviços financeiros por brasileiros, principalmente considerando-se a população de menor renda.

O bem-estar financeiro da população é ameaçado pela possibilidade de as pessoas não conseguirem pagar suas contas e pela sua dificuldade em lidar com choques financeiros inesperados. A completa cidadania financeira somente se torna possível quando os serviços financeiros são adequados, a custos acessíveis, às necessidades de uso da população, formando uma base sólida para a sua sustentabilidade financeira.

Objetivo geral do programa

Fomentar a eficiência, a sustentabilidade e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, com maior inclusão e educação financeira de cidadãos.

Objetivos específicos

- Promover a transformação digital e a competência para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos;
- Aprimorar a resiliência operacional do Sistema Financeiro Nacional (SFN), promovendo ações para o fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas;
- Ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, à história dos instrumentos de pagamentos e a conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

» Transparência, integridade e enfrentamento da corrupção

A atuação governamental com foco no interesse público e na cultura da integridade é fundamental para a promoção do pleno exercício de direitos da sociedade, a efetividade na entrega de bens e serviços e a confiança na administração pública.

O Estado deve incentivar ações ininterruptas no sentido da defesa do patrimônio público e do incremento da transparência e da integridade da gestão. Esses propósitos se traduzem em ações de auditoria governamental, prevenção de acesso à informação, transparência, integridade, enfrentamento da corrupção e correição. A realização conjunta dessas ações viabiliza e fomenta o contínuo aprimoramento sistêmico da gestão pública, o enfrentamento e a prevenção da corrupção e a ampliação do exercício de direitos sociais. Um governo mais eficiente e efetivo impacta a qualidade de vida das pessoas, a confiança no Estado e a própria democracia.

Objetivo geral do programa

Promover o aperfeiçoamento contínuo da gestão e da governança ambiental, social e corporativa e fortalecer a transparência, a integridade, o acesso à informação, a participação social e o enfrentamento da corrupção, contribuindo para a responsividade e a entrega efetiva de bens e serviços públicos de qualidade e para o aumento da confiança nas relações público-privadas.

Objetivos específicos

- Apoiar a gestão pública no ciclo das políticas públicas, promovendo equidade, eficiência no combate à desigualdade social e inter-regional e desenvolvimento educacional, étnico-racial e econômico-sustentável, levando-se em conta seu multiculturalismo;
- Adotar medidas de remediação de ilícitos administrativos;
- Implementar e aprimorar mecanismos e oportunidades que estimulem e permitam a qualquer pessoa interagir e colaborar com a administração pública federal, contribuindo para a melhoria das políticas e dos serviços públicos que atendam à demanda da sociedade;
- Promover o acesso à informação na administração pública;
- Promover o fomento à integridade privada, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da corrupção;
- Promover a integridade e a transparência na administração pública.

» Segurança institucional

As ações relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade são previstas na Constituição brasileira. Ameaças à segurança da sociedade e do Estado demandam ações preventivas concertadas entre os órgãos. Esse universo acen-tua a importância do compartilhamento de informações e do trabalho coordenado e inte-grado, de forma a se evitar a deflagração de crises em áreas de interesse estratégico para o Estado, ou, quando inevitável, poder oferecer às autoridades um assessoramento capaz de permitir o seu adequado gerenciamento.

O aprimoramento da articulação e do assessoramento político/estratégico nas questões relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade se faz necessário tendo em vista a crescente intensidade de fenômenos que desafiam os Estados democráticos, como violência, em larga medida financiada por organizações cri-minosas ligadas ao narcotráfico; crimes financeiros internacionais; violações dos direitos humanos; terrorismo e seu financiamento; e atividades ilegais envolvendo o comércio de bens de uso dual e de tecnologias sensíveis.

Objetivo geral do programa

Elevar o nível de segurança do Estado e da sociedade por meio de ações de articulação e assessoramento político e estratégico.

Objetivos específicos

- Fortalecer a cultura integrada de segurança das instituições, do Estado e da sociedade;
- Contribuir para a garantia da soberania, dos in-teresses nacionais, da segurança do Estado e da sociedade e da proteção de áreas estratégicas.

» Promoção do acesso à justiça e da defesa dos direitos

No Brasil ainda vivemos uma baixa efetivação da justiça, somada à disparidade no acesso e na aplicação da lei entre diferentes grupos sociais. Muitos grupos vulneráveis enfrentam dificuldades significativas de acesso à justiça devido a obstáculos econômicos, geográficos e culturais. Além disso, a discriminação e a desigualdade estrutural são desafios importantes que afetam a eficácia da justiça para grupos vulneráveis, o que exige a instituição de políticas públicas mais abrangentes e efetivas para proteger os direitos desses grupos.

A baixa efetivação da justiça compromete a confiança dos cidadãos no sistema judicial e o acesso a seus direitos, dificultando a resolução de conflitos de maneira justa e equitativa. Diante desse cenário, há justificativas sólidas para a intervenção na baixa efetivação da justiça e na defesa dos direitos. O programa visa coordenar as ações de saúde, assistência social, acolhimento, cuidado, acesso a direitos, prevenção, reinserção social, redução de riscos e danos e mitigação dos impactos das políticas repressivas que atingem os grupos mais vulnerabilizados.

Objetivo geral do programa

Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Específicos

- Ampliar a resolutividade das ações de proteção e defesa do consumidor;
- Aumentar a eficiência na destinação de bens procedentes da prática de crimes com perimento para a União;
- Promover um ambiente concorrencial saudável e justo;
- Fortalecer o ambiente regulatório de proteção de dados pessoais no Brasil;
- Promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de cooperação jurídica internacional;
- Ampliar o acesso a direitos para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas;
- Fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos potencialmente prejudiciais ao seu desenvolvimento psíquico (classificação indicativa);
- Ampliar o atendimento das defensorias com foco nos grupos vulnerabilizados em especial mulheres, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais;
- Aprimorar ações para garantia de acesso a direitos de pessoas privadas de liberdade por meio de extensão universitária.

Capítulo **4**

PPA em números



4

PPA em números

Este capítulo apresenta a alocação de recursos prevista para o período do Plano. Durante os quatro anos do PPA, são estimados dispêndios globais, incluindo os recursos orçamentários e não orçamentários, da ordem de R\$ 13,3 trilhões¹⁰¹.

Importante esclarecer que os Programas do tipo Operação Especial não compõem o PPA e abrangem, entre outros: refinanciamento da dívida interna; refinanciamento da dívida externa; serviços da dívida interna; serviços da dívida externa; transferências constitucionais; cumprimento de sentenças judiciais; outros encargos especiais; remuneração de agentes financeiros; reserva de contingência etc.

Fontes de financiamento

É um princípio do PPA a sua aderência às políticas públicas tal como reconhecidas pelo governo e pela sociedade. Esta aderência se traduz, no que se refere à alocação de recursos, na consideração de todas as fontes de financiamento das políticas: orçamentárias e não orçamentárias. Os recursos PPA 2024-2027 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e Orçamento de Investimento (Empresas Estatais);
- Recursos não orçamentários: representam os recursos financeiros não constantes do Orçamento Geral da União que financiam a entrega de bens e serviços públicos que contribuem para o alcance do objetivo do programa. São discriminadas em subsídios tributários, creditícios, crédito de instituição financeira, entre outros.

¹⁰¹ Informações orçamentárias em 24 de agosto de 2023.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos recursos do PPA por fonte para o período 2024-2027. Os valores detalhados por programas constam no Anexo II – Sumário Executivo de Informações Macroeconômicas e Fiscais.

Tabela 4. Fontes de Recursos do PPA 2024-2027 (R\$ bilhões)

Recursos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024-2027
Orçamentário (Fiscal e Seguridade Social)	2.056,1	2.157,2	2.259,9	2.382,3	8.855,5
Orçamentário – (Investimentos Estatais)	151,3	148,8	132,2	133,8	566,2
Não Orçamentário	929,3	962,2	991,9	999,3	3.882,7
Total	3.136,7	3.268,2	3.384,0	3.515,3	13.304,3

Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

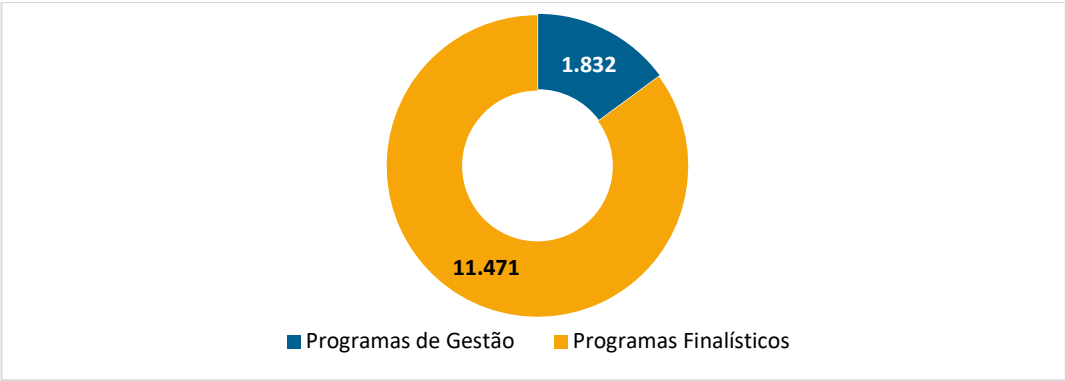
Recursos por tipo de Programa

O PPA 2024-2027 possui dois tipos de Programas:

- a. Programas Finalísticos: é o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo;
- b. Programas de Gestão: retrata as despesas com a manutenção dos órgãos de cada Poder. Incluem-se aqui despesas com pessoal, benefícios a servidores, despesas administrativas como material de consumo, energia, abastecimento de água, aluguéis, entre outras que não são passíveis de serem alocadas em programas finalísticos.

Do total de recursos previstos no PPA, 86% estão vinculados aos 88 Programas Finalísticos e 14% aos seis Programas de Gestão¹⁰².

Gráfico 16. PPA 2024-2027, previsão total de recursos por tipo de Programa – Finalísticos e de Gestão (R\$ bilhões)



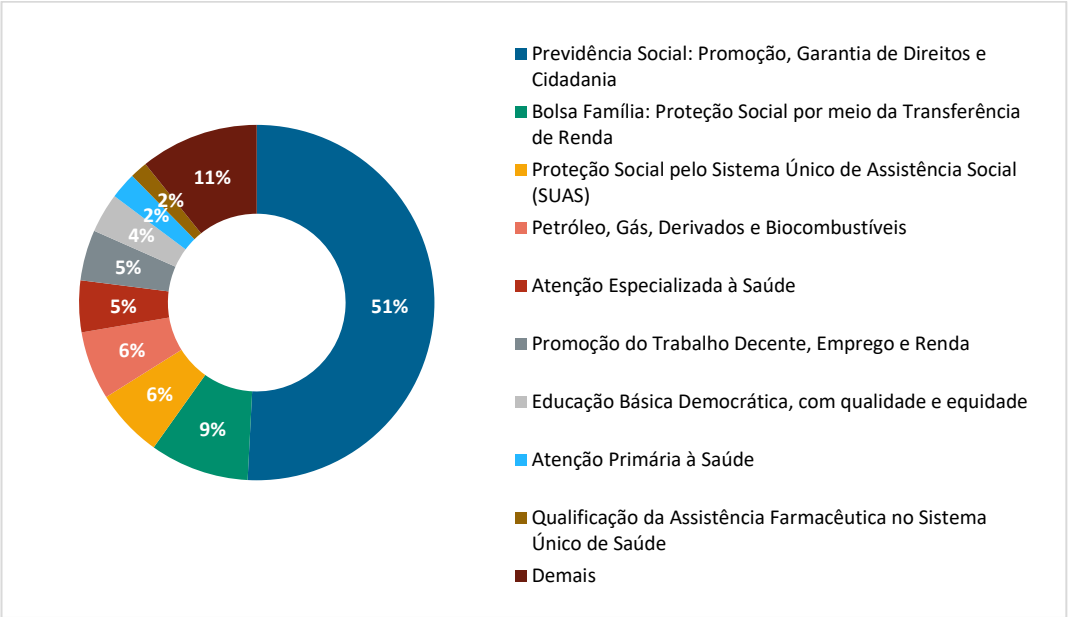
Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

¹⁰² Programas de Gestão dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública da União e das Empresas Estatais Federais.

Recursos Orçamentários

Todo o Orçamento Geral da União conecta-se ao PPA, com exceção das ações orçamentárias vinculadas aos Programas do tipo Operação Especial. O elo entre o Plano e os recursos orçamentários são os programas, presentes tanto no Plano Plurianual como na Lei Orçamentária. O Gráfico 17 apresenta a distribuição do orçamento previsto para o período do Plano por Programas Finalísticos.

Gráfico 17. Distribuição do Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Investimentos das Empresas Estatais, por Programas Finalístico, 2024 a 2027 (%)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

No conjunto dos programas finalísticos, o Programa Previdência Social concentra 51% dos recursos do Orçamento Geral da União do PPA 2024-2027, sendo que esse programa se refere apenas ao Regime Geral de Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Em ordem de grandeza, o segundo programa com maior volume de financiamento é o Bolsa Família, com 9% dos recursos. Em terceiro, aparece o programa Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis, destacando-se os investimentos da Petrobrás, e o de Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social, ambos com 6% dos recursos orçamentários.

Visão da alocação por eixo

A análise da previsão de recursos orçamentários por eixos fornece um panorama da concentração de recursos, considerando os Programas Finalísticos do Plano. A tabela a seguir apresenta o valor estimado pelos três eixos que agregam todos os Programas Finalísticos.

Tabela 5. Valores estimados dos recursos dos programas finalísticos por eixo do PPA 2024-2027 (R\$ bilhões)

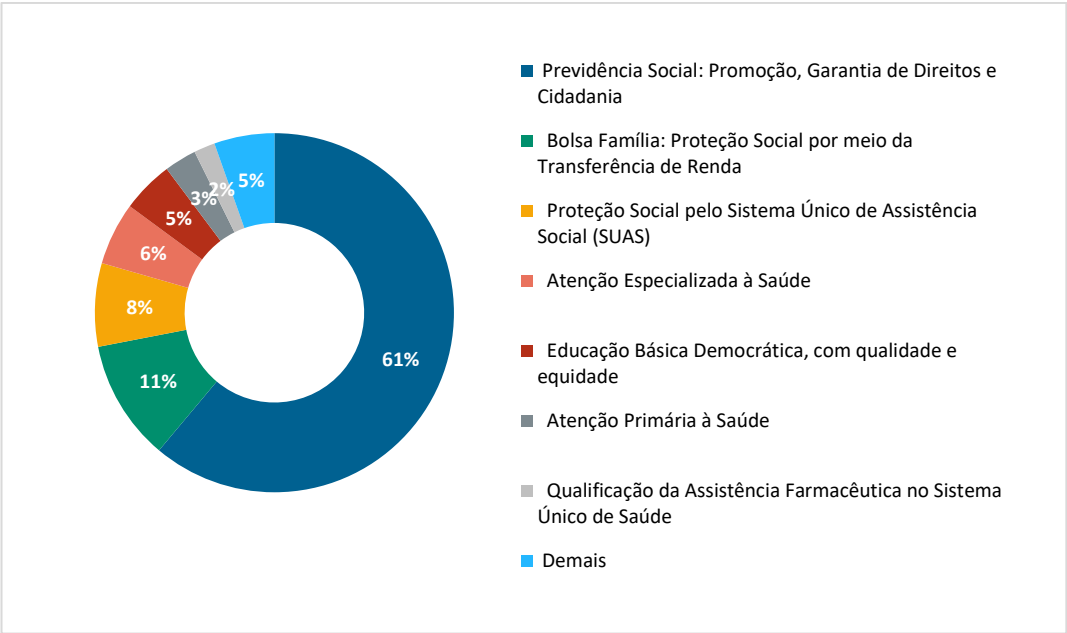
Eixos temáticos	Valor
Eixo 1: Desenvolvimento social e garantia de direitos	6.289
Eixo 2: Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática	1.220
Eixo 3: Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania	79
Total	7.588

Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Desenvolvimento social e garantia de direitos

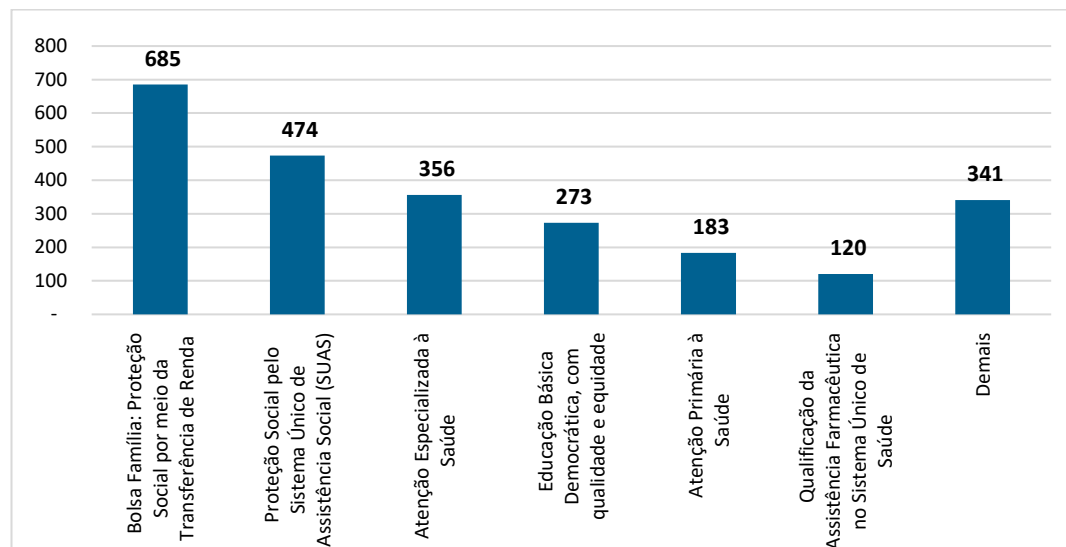
Os recursos destinados a este eixo representam 83% do valor global dos Programas Finalísticos do PPA 2024-2027. Ao todo somam R\$ 6.289 bilhões, destacando-se o Previdência social: promoção, garantia de direitos e cidadania, que totaliza R\$ 3.856 bilhões, representando 61% do total do eixo. Estes recursos da Previdência se referem apenas ao Regime Geral de Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social.

Gráfico 18. Alocação de recursos orçamentários: Desenvolvimento social e garantia de direitos (valores dos Programas Finalísticos em porcentagem, 2024-2027)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Gráfico 19. Alocação de recursos: Desenvolvimento social e garantia de direitos – sem Previdência Social (valores orçamentários dos Programas Finalísticos em R\$ bilhões)

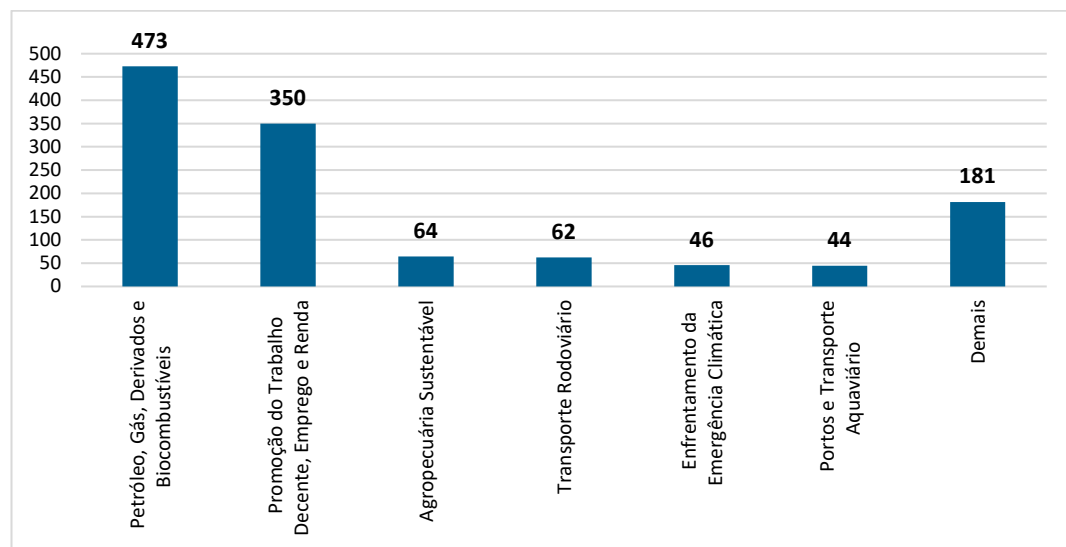


Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática

O eixo Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática concentra cerca de 16% dos recursos dos Programas Finalísticos, com destaque para os Programas Petróleo, gás, derivados e biocombustíveis previstos em R\$ 472,5 bilhões (destacando-se investimentos no setor de petróleo e gás natural na Bacia de Santos, estimados em R\$ 117 bilhões) e Promoção do trabalho decente, emprego e renda (R\$ 349,7 bilhões).

Gráfico 20. Alocação de recursos orçamentários – Eixo Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática (valores dos Programas Finalísticos em R\$ bilhões – 2024-2027)

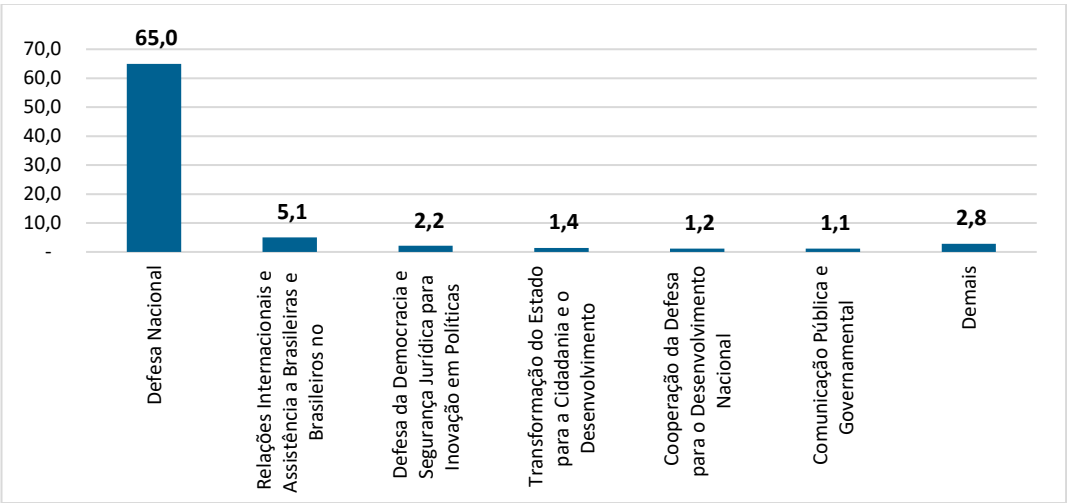


Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Os valores orçamentários dos Programas associados a este eixo respondem por 1,0% dos recursos dos Programas Finalísticos, com destaque para Defesa Nacional (R\$ 65,0 bilhões), Relações internacionais e assistência a brasileiras e brasileiros no exterior (R\$ 5,1 bilhões) e Defesa da democracia e segurança jurídica para inovação em políticas públicas (R\$ 2,1 bilhões).

Gráfico 21. Alocação de recursos orçamentários: Eixo Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania (valores globais dos Programas Finalísticos em bilhões – 2024-2027)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Os valores relativos a cada ministério podem ser encontrados no Anexo II deste Projeto de Lei – Sumário Executivo de Informações Macroeconômicas e Fiscais.

Recursos Não Orçamentários

As ações não orçamentárias são importante fonte complementar de financiamento das políticas públicas e dos programas do PPA. O volume de recursos previsto para essas ações no período de vigência do Plano alcança R\$ 3,9 trilhões, o equivalente a cerca de 30% dos recursos estimados para o PPA 2024-2027.

As ações não orçamentárias representam recursos públicos não constantes do orçamento Geral da União. Elas financiam políticas públicas e contribuem para o alcance dos objetivos dos programas do PPA.¹⁰³ Integram a camada gerencial do PPA 2024-2027 e não

¹⁰³ Conforme o Manual Técnico do PPA 2024-2027, a dimensão operacional do PPA compreende o conjunto de ações orçamentárias incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como ações não orçamentárias presentes nos Programas Finalísticos do PPA.

constam dos Anexos do Plano, mas estarão disponíveis após a publicação da Lei do PPA no site do Ministério do Planejamento e (MPO), para acompanhamento de sua execução anual.

As ações não orçamentárias estão discriminadas em: subsídios tributários; subsídios creditícios; e créditos de instituições financeiras públicas.

Conforme o Manual Técnico dos Benefícios Financeiros e Creditícios de agosto de 2022,¹⁰⁴ **subsídio** é um instrumento de política pública que visa reduzir o preço ao consumidor ou o custo ao produtor. Na União, há subsídios tanto pelo lado da despesa (subsídios ou benefícios financeiros e creditícios) quanto pelo lado da receita (subsídios ou benefícios tributários).

Os subsídios financeiros são desembolsos efetivos realizados por meio de equalizações de juros, de preços ou de outros encargos financeiros, bem como assunção de dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujos valores constam do orçamento da União. Por constarem das leis orçamentárias anuais, não integram o rol das ações não orçamentárias.

Já os subsídios creditícios são gastos incorridos pela União decorrentes do diferencial entre o rendimento de fundos, os programas ou as concessões de crédito, operacionalizados sob condições financeiras específicas, e o custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Por seu turno, **os subsídios tributários** correspondem, nesta seção, aos chamados gastos tributários. No Demonstrativo dos Gastos Tributários (PLOA 2023), eles são definidos como gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário, para atender a objetivos econômicos e sociais. Constituem-se exceção dentro do sistema tributário de referência, reduzindo a arrecadação potencial e, conseqüentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte.¹⁰⁵

Os créditos de instituições financeiras públicas que contribuem para a implementação dos programas do PPA 2024-2027 são informados pelos seguintes bancos públicos: Banco da Amazônia (Basa); Banco do Brasil (BB); Banco do Nordeste (BNB); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e Caixa Econômica Federal (CEF).

Ações não orçamentárias para o PPA 2024-2027 em números

As ações não orçamentárias representam parte fundamental do financiamento dos programas do PPA, devendo ultrapassar R\$ 900 bilhões anuais (em torno de 8% do PIB) durante a vigência do Plano. A Tabela 7 apresenta os recursos previstos para essas ações nos

¹⁰⁴ Elaborado pela então Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/avaliacao-de-politicas-publicas/subsidios/manual-tecnico-dos-beneficios-financeiros-e-crediticios-mtbf-1/mtbf-agosto-22.pdf>>. Acesso em: 13/08/2023.

¹⁰⁵ Elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/renuncia/gastos-tributarios-ploa/dgt-2023.pdf>>. Acesso em: 13/08/2023.

exercícios de 2024 a 2027, de acordo com a sua origem. O detalhamento dos valores das ações não orçamentárias consta do Anexo II do Projeto de Lei desse PPA.

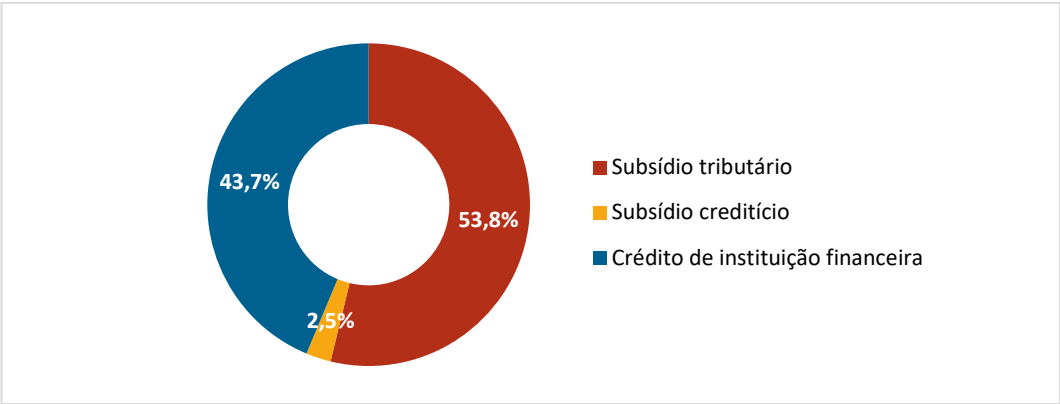
Tabela 6. Estimativa das ações não orçamentárias – PPA 2024-2027

Fonte de recursos	2024		2025		2026		2027		Total PPA 2024-2027
	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão
Subsídio tributário	486,2	4,5%	513,5	4,5%	532,4	4,3%	555,4	4,2%	2087,5
Subsídio creditício	42,4	0,4%	23,3	0,2%	16,7	0,1%	15,2	0,1%	97,6
Crédito de instituição financeira	400,7	3,7%	425,4	3,7%	442,8	3,6%	428,6	3,3%	1697,5
Total geral	929,3	8,7%	962,2	8,4%	991,9	8,0%	999,3	7,6%	3882,7

Fonte: Receita Federal do Brasil (RFB)/MF (para 2024 a 2026, posição PLDO 2024. Para 2027, estimativa RFB). Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA)/MPO. Bancos públicos federais. Elaboração: Seplan/MPO. Nota: na estimativa do valor do subsídio tributário de 2027 (R\$ 555,4 bilhões), a Seplan considerou R\$ 3,7 bilhões referentes a pesquisas científicas e tecnológicas – Ciência e Tecnologia.

Conforme o Gráfico 22, 53,8% dos recursos em ações não orçamentárias previstos para o PPA para os próximos quatro anos referem-se aos subsídios tributários, 43,7% à liberação de crédito pelas instituições financeiras públicas, e 2,5% aos subsídios creditícios.

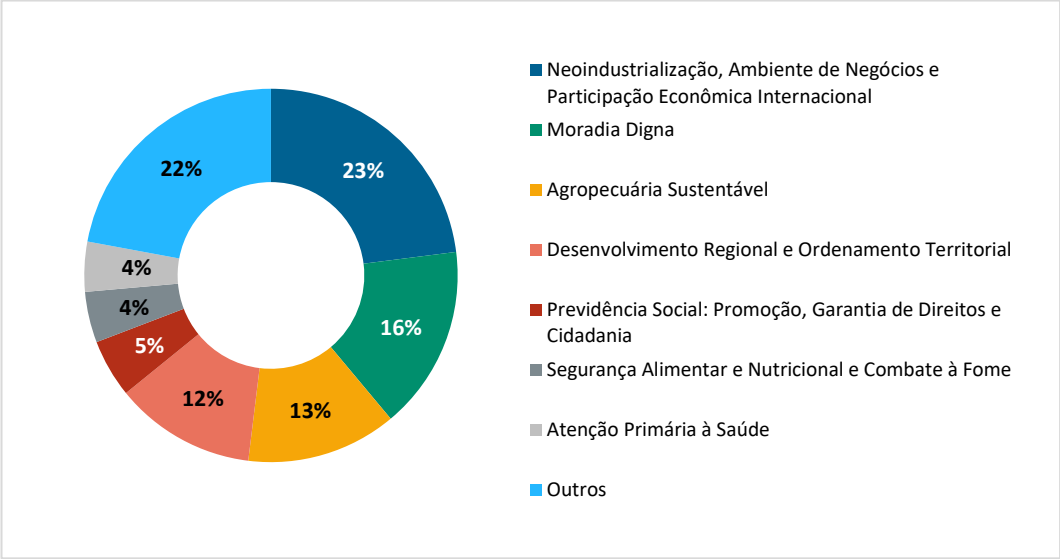
Gráfico 22. Percentual das ações não orçamentárias no período do PPA 2024-2027



Fonte: Seplan/MPO.

O gráfico 23 apresenta a distribuição desses recursos prevista para o período do Plano, segundo os Programas Finalísticos mais beneficiados pelos R\$ 3,88 trilhões que consti-tuem o somatório dos subsídios tributários, subsídios creditícios e créditos de instituições financeiras públicas.

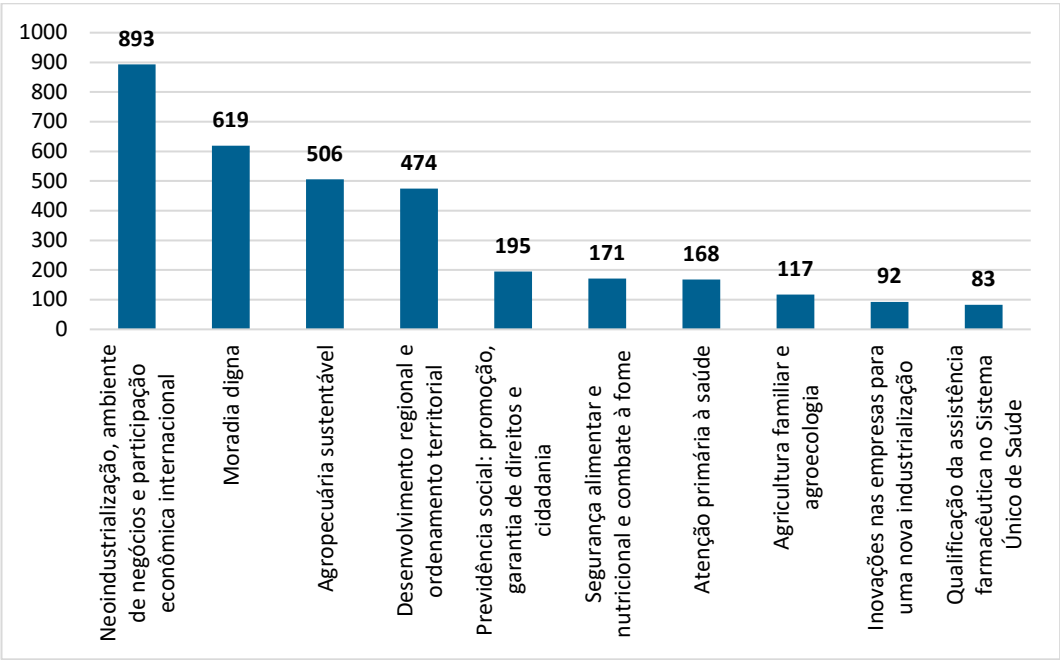
Gráfico 23. Distribuição dos recursos não orçamentários por Programas Finalísticos, 2024-2027 (%)



Fonte: Siop. Elaboração: Seplan/MPO.

Os programas com maiores estimativas de ações não orçamentárias estão apresentados no Gráfico 24. Dez programas concentram 85% dos recursos das ações não orçamentárias previstas para os quatro anos do PPA 2024-2027.

Gráfico 24. Programas com maior volume de recursos de ações não orçamentárias no período do PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Seplan/MPO.

Subsídios tributários

Os subsídios tributários, de acordo com cálculos da Receita Federal do Brasil, estão estimados em mais de R\$ 2 trilhões para o período 2024-2027. Os setores que mais deverão se beneficiar desses subsídios são os relacionados ao Simples Nacional (ações Simples Nacional – Comércio e Serviço e Simples Nacional – Indústria), com montante da ordem de R\$ 515 bilhões entre 2024 e 2027. Esses recursos estão associados ao programa do PPA “Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional”.

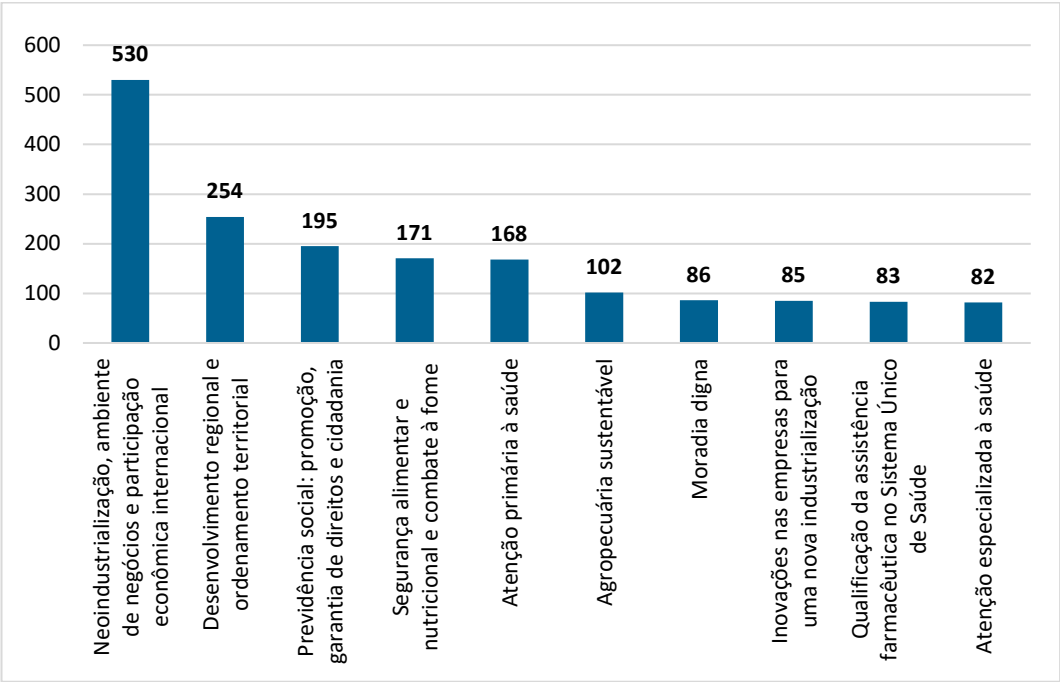
Outro programa bastante beneficiado pelos subsídios tributários é o “Desenvolvimento regional e ordenamento territorial”, com R\$ 254,1 bilhões entre 2024 e 2027. Nesse caso, o destaque são as ações relacionadas à Zona Franca de Manaus, estimadas em R\$ 152,6 bilhões nos quatro anos.

Já o programa “Previdência Social: promoção, garantia de direitos e cidadania” conta com o terceiro maior volume de subsídios tributários R\$ 195,4 bilhões no período do PPA. Nesse caso, a ação de maior relevo é a Aposentadoria por Moléstia Grave ou Acidente de Trabalho, estimada em R\$ 100,1 bilhões no período do PPA.

Destaque-se também o programa “Segurança alimentar e nutricional e combate à fome”, que deverá contar com subsídios tributários da ordem de R\$ 171 bilhões no período do PPA, devido quase em sua totalidade à desoneração da cesta básica, estimada em R\$ 161 bilhões.

O Gráfico 25 elenca os dez programas do PPA 2024-2027 mais beneficiados pelos subsídios tributários. Somados, eles concentram 84% dos subsídios tributários previstos.

Gráfico 25. Programas do PPA mais beneficiados pelos subsídios tributários – Total PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Seplan/MPO.

Subsídios creditícios

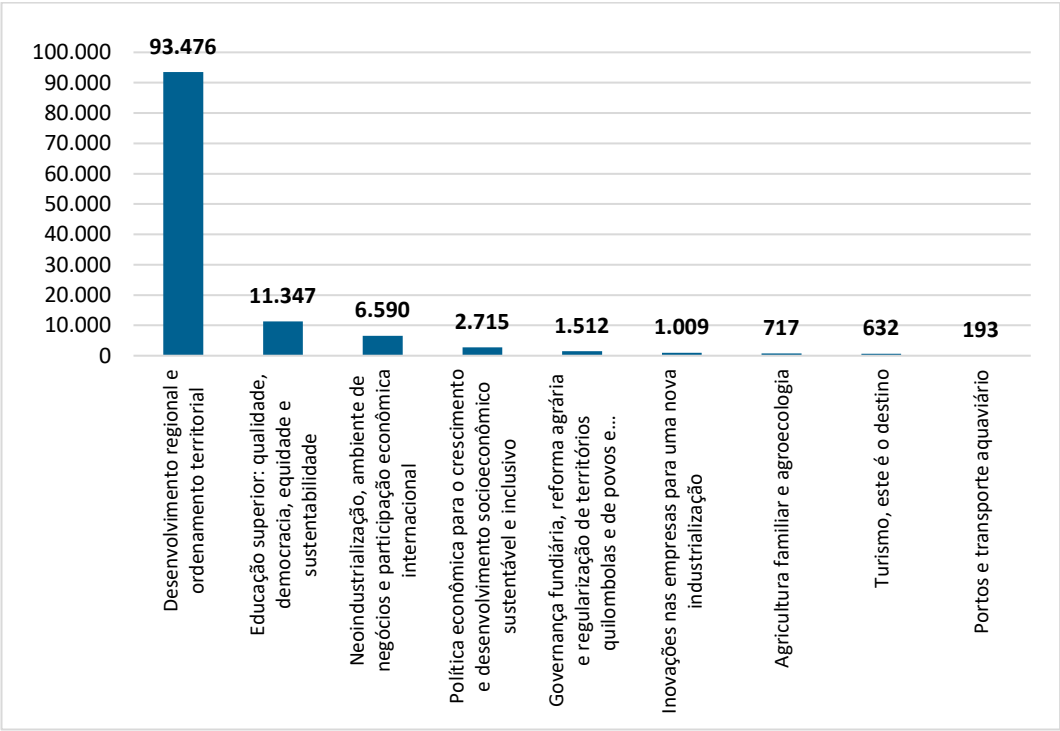
A participação dos subsídios creditícios no valor estimado das ações não orçamentárias no período do PPA é de 2,5%, ou seja, R\$ 97,4 bilhões para os próximos quatro anos, consoante cálculos da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos/MPO.

Entre as ações não orçamentárias contempladas com subsídios creditícios, o Subsídio aos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNE, FNO e FCO) concentra a maior parte, cerca de R\$ 85,2 bilhões entre 2024 e 2027. Essas ações estão no âmbito do programa finalístico “Desenvolvimento regional e ordenamento territorial”.

Destaca-se também a ação Subsídio ao Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), no âmbito do programa Educação superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade, cujo valor previsto é de R\$ 11,4 bilhões para os próximos quatro anos.

Por fim, são realçadas as ações que visam apoiar as exportações: Subsídio ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE) e Subsídio ao Programa de Financiamento às Exportações (Proex). As duas ações, que, juntas, perfazem R\$ 6,3 bilhões de 2024 a 2027, estão vinculadas ao programa “Neoindustrialização, ambiente de negócios e participação econômica internacional”.

Gráfico 26. Programas do PPA mais beneficiados pelos subsídios creditícios – Total PPA 2024-2027 (R\$ milhão)



Fonte: Seplan/MPO.

No Anexo II, alguns subsídios creditícios apresentam valores estimados negativos para o período do PPA 2024-2027. Em geral, isso ocorre quando o rendimento de fundos,

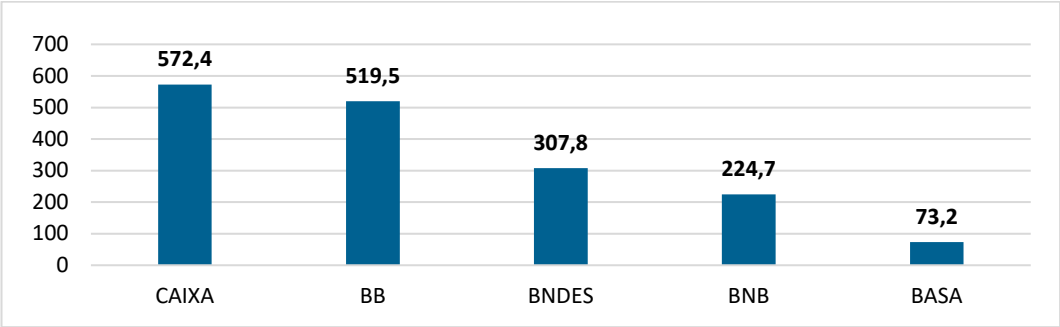
programas ou concessões de crédito, operacionalizados sob condições financeiras específicas, é superior ao custo da dívida pública do Tesouro Nacional.

Créditos de instituições financeiras públicas

Os bancos públicos são agentes importantes para a efetivação das políticas públicas. Setores como habitacional, agropecuário, indústria, entre outros, além de políticas de desenvolvimento regional, obtêm grande parte de seu financiamento mediante linhas de créditos das instituições financeiras públicas.

Pode-se dizer que os bancos públicos terão papel destacado no financiamento dos programas do PPA 2024-2027. O Gráfico 27 e a Tabela 8 apresentam os valores previstos desses financiamentos no PPA dos próximos quatro anos.

Gráfico 27. Valor previsto para os créditos de instituições financeiras públicas no PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Basa, BB, BNB, BNDES e Caixa. Elaboração: Seplan/MPO.

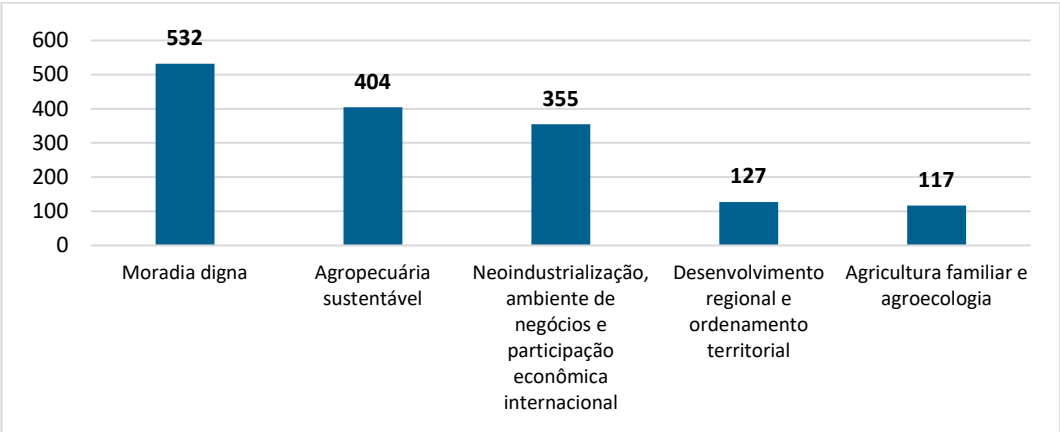
Tabela 7. Valor previsto para os créditos de instituições financeiras públicas no PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)

Instituição financeira	2024	2025	2026	2027	Total PPA
BASA	17	17,8	18,7	19,7	73,2
BB	118,2	125,3	133,4	142,6	519,5
BNB	49,4	54,4	58,1	62,8	224,7
BNDES	66,9	82,4	87,0	71,6	307,8
CAIXA	149,3	145,5	145,6	132,1	572,4
Total Geral	400,7	425,5	442,8	428,6	1697,5

Fonte: Basa, BB, BNB, BNDES e Caixa. Elaboração: Seplan/MPO.

Os cinco programas do PPA que devem ser mais beneficiados por créditos dos bancos públicos são apresentados no Gráfico 28, concentrando 90,4% do financiamento previsto para todo o PPA, equivalentes a R\$ 1,535 trilhão.

Gráfico 28. Programas com maiores valores de créditos de bancos públicos no período do PPA 2024-2027 (R\$ bilhão)



Fonte: Basa, BB, BNB, BNDES e Caixa. Elaboração: Seplan/MPO.

As principais ações não orçamentárias oriundas de crédito de instituições financeiras públicas são detalhadas a seguir.

Caixa Econômica Federal

A Caixa projeta para o PPA crédito de R\$ 572,4 bilhões, com destaque para:

- a. Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE): Financiamento Habitacional, cujo valor total previsto é de R\$ 272 bilhões;
- b. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS): Financiamento Imobiliário Habitacional e Subvenção Econômica, no valor total de R\$ 256 bilhões.

Banco do Brasil

O valor total previsto pelo BB para as ações não orçamentárias para o PPA 2024-2027 é de R\$ 519,4 bilhões.

Entre as ações não orçamentárias do BB, destacam-se as seguintes:

- a. Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, Agricultura Empresarial e Pronamp, no valor total de R\$ 355 bilhões para os próximos quatro anos;
- b. Pronaf – Banco do Brasil, no valor total de R\$ 91 bilhões para os próximos quatro anos.

BNDES

Do total previsto pelo BNDES para as ações não orçamentárias, de R\$ 307,8 bilhões, destacam-se as seguintes:

- a. Crédito para MPMEs no Peac-FGI – BNDES, no valor de R\$ 139 bilhões;
- b. Apoio ao setor de energia elétrica, no valor de R\$ 60 bilhões.

BNB

O valor total previsto pelo BNB para todo o período do PPA é de R\$ 224,6 bilhões, com destaque para as seguintes ações não orçamentárias:

- a. Concessão de financiamento em primeiro piso, buscando atender diretamente os micronegócios e assessorando também os microempreendedores populares (BNB), no valor total de R\$ 66,3 bilhões;
- b. Concessão de crédito aos produtores rurais (pessoas física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil, abrangendo recursos direcionados do Financiamento ao Comércio e aos Serviços (FNE), no valor de R\$ 49,1 bilhões;
- c. Financiamento ao Comércio e aos Serviços, no valor de R\$ 30,3 bilhões.

Basa

O valor total previsto pelo Basa é de R\$ 73,2 bilhões, destacando-se as seguintes ações não orçamentárias para o PPA 2024-2027:

- a. Concessão de crédito para promoção do desenvolvimento regional e territorial sustentável e diminuição das desigualdades intra e inter-regionais (FNO), no valor de R\$ 45,3 bilhões; e
- b. Concessão de crédito para os pequenos portes da Região Norte, no valor total de R\$ 23,1 bilhões.

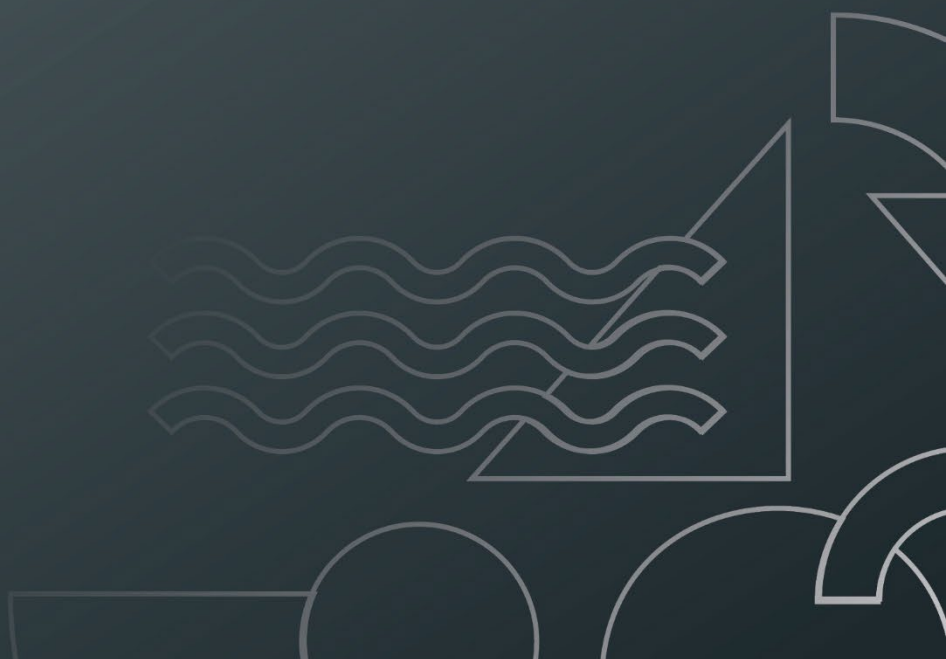
Registre-se, ainda, que esses bancos possuem importante papel ao financiar outras políticas públicas de grande relevo no período do PPA 2024-2027, entre as quais destacamos:

- Saneamento básico, com R\$ 34,7 bilhões previstos para o período, sendo R\$ 18,3 bilhões a serem disponibilizados pela Caixa e R\$ 16,4 bilhões pelo BNDES;
- Mobilidade urbana, com R\$ 33,8 bilhões previstos para o período, R\$ 21,9 bilhões a serem disponibilizados pelo BNDES e R\$ 12 bilhões e pela Caixa/FGTS;
- Crédito para mulheres empreendedoras, disponibilizado pelo Basa (FNO) no valor de R\$ 4 bilhões;
- Apoio à proteção e recuperação da biodiversidade, no valor de R\$ 2,5 bilhões, e para o desenvolvimento da bioeconomia, estimado em R\$ 480 milhões, ambos realizados pelo BNDES;
- Apoio ao turismo, no valor de R\$ 3,5 bilhões, disponibilizado pelo BNB, e de R\$ 360 milhões pelo Basa; etc.

O detalhamento das informações sobre as ações não orçamentárias, por programas do PPA, consta do Anexo II do Projeto de Lei do PPA 2024-2027.

Capítulo **5**

Governança e gestão do PPA



5

Governança e gestão do PPA

O desafio da gestão pública não se limita apenas à elaboração e aprovação do PPA, inclui também transformá-lo em instrumento efetivo de gerenciamento, monitoramento e avaliação periódica de resultados.

Este não é um desafio simples. A robustez do Plano elaborado cria as bases para uma boa gestão e amplia a capacidade de monitoramento e produção dos resultados almejados. Contudo, a implementação decorre de um amplo conjunto de fatores. Demanda elevada capacidade de gestão e governança, em especial do nível estratégico, de concertação interna e externa ao governo e de transparência e abertura ao controle social, aos quais se somam os fatores referentes ao ambiente político e econômico.

O PPA 2024-2027 organizou os principais elementos necessários à dimensão gerencial, quais sejam:

- definir claramente os resultados desejados do governo;
- estruturar uma carteira de programas de forma coerente com os objetivos estratégicos de governo;
- especificar no nível de cada programa os objetivos específicos a alcançar com a definição clara dos resultados, seus indicadores e metas, e detalhar as entregas, bem como os recursos financeiros e as ações orçamentárias alocados para os quatro anos;
- identificar no nível de cada programa as ações não orçamentárias e as medidas institucionais habilitadoras da transformação desejada no período;
- definir como elemento de responsabilização em cada programa o órgão responsável pelo programa; e
- alocar recursos ao conjunto de programas de modo consistente com os cenários de disponibilidade de recursos para o período de quatro anos.

O PPA definiu ainda seis Prioridades que demandam modelos de gestão intensivo e diferenciado, visando ao alcance dos resultados desejados.

A implementação do PPA requer articulação em três dimensões específicas e complementares: o gerenciamento, o monitoramento e a avaliação. Os seus principais elementos estão descritos a seguir:

Gerenciamento intensivo. As prioridades do PPA terão gestão intensiva¹⁰⁶. Os objetivos específicos com elevada capacidade de influenciar cada uma delas foram identificados. Estes deverão ter suas entregas desdobradas para ganhar os elementos que permitam a gestão antecipatória de sua execução. Do ponto de vista da gestão, esse desdobramento deve ser visto como o instrumento capaz de indicar os prazos para realização das entregas, as ações que permitirão o seu alcance e as responsabilidades pela execução, dando transparência à relação entre recursos alocados e resultados pretendidos; e, sobretudo, sendo a referência principal de gerenciamento, monitoramento e avaliação.

O conjunto de programas e objetivos específicos não diretamente vinculados às prioridades também serão gerenciados, visando garantir a realização das entregas previstas pelo Plano à sociedade. Contudo, com intensidade moderada de gestão. A diferenciação das intensidades, alta e moderada, visa garantir o alinhamento entre os esforços a serem efetuados na gestão e às escolhas estratégicas definidas na etapa de formulação da estratégia, e assim ampliar as chances de execução dessas definições.

Monitoramento em rede. O monitoramento não deve ser entendido como sinônimo de acompanhamento. O monitoramento tem por objetivo provocar as decisões necessárias à superação de inevitáveis obstáculos – restrições – que surgem durante a execução dos programas com seus objetivos específicos e suas entregas. Analisa informações passadas, mas seu verdadeiro foco é o presente e a evolução próxima da execução. É papel fundamental da equipe de monitoramento acionar as decisões necessárias para a solução das restrições. Para isio, é essencial aperfeiçoar o sistema de informações do PPA. O monitoramento seguirá o mesmo modelo conceitual do gerenciamento, no sentido de ter dois níveis de intensidade: o monitoramento intensivo, aquele atrelado às prioridades, e o moderado, dos programas e dos objetivos não diretamente vinculados às prioridades.

Avaliação. É uma das etapas mais importantes da gestão do PPA. Seu objetivo é assegurar o aperfeiçoamento contínuo dos programas e do Plano, provendo subsídios para corrigir falhas de concepção e execução, atualizar objetivos e metas em relação às demandas da sociedade e garantir que os resultados destinados aos diversos públicos-alvo ocorram efetivamente.

A avaliação deve preceder a revisão do PPA, a elaboração do projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias e a elaboração do projeto de lei do Orçamento Anual. É desse modo que os resultados da avaliação podem contribuir para a qualidade desses instrumentos, tornando mais consistente a alocação de recursos públicos. Difere, portanto, da avaliação de impactos, igualmente importante, mas realizada em ciclos mais longos, não conectados diretamente com aqueles de um PPA.

¹⁰⁶ A Prioridade “novo PAC” será gerida a partir de modelo próprio no âmbito da Presidência da República.

Neste PPA, o processo de avaliação possui três focos: avaliação de desempenho dos meios associados às prioridades; avaliação dos objetivos estratégicos; e alcance da visão de futuro.

A avaliação das prioridades valoriza principalmente a análise de resultados, tendo como elementos de referência os objetivos específicos, os indicadores, a realização das entregas e a execução das medidas institucionais previstas.

A avaliação dos objetivos estratégicos consiste na análise crítica do conjunto de resultados dos programas associados e do prognóstico de alcance dos resultados finalísticos estabelecidos. É importante que os resultados dessa etapa sejam analisados e discutidos, em conjunto, pelos dirigentes responsáveis pelos respectivos programas associados a cada um dos resultados. O produto dessa etapa deve incluir recomendações para a melhoria do desempenho dos programas e o aperfeiçoamento das práticas gerenciais.

A avaliação do alcance da visão de futuro é orientada para o prognóstico quanto ao alcance dos resultados finalísticos estabelecidos na visão. Deve resultar em medidas gerenciais que atinjam diretamente os programas com maior impacto potencial nos indicadores que, eventualmente, não estejam seguindo a trajetória desejada.

Este PPA representa um avanço considerável na direção dos métodos mais modernos de gestão pública. Entretanto, alcançar um patamar elevado de desempenho gerencial é um desafio que vai além de boas práticas, requer capacitação, persistência e constância de propósitos durante um bom período.

Duas ações serão estruturadas a partir do envio do PPA ao Congresso Nacional visando avançar nas condições que ampliem o êxito da sua implementação. A primeira focará no necessário detalhamento do modelo de gestão do PPA, com a definição de governança, do processo decisório e de gestão, a definição dos responsáveis e a identificação das necessidades de adequação dos sistemas informatizados de gestão.

A segunda estará orientada para a disseminação das informações de modo transparente e à participação social, elementos complementares e basilares no êxito desse processo. Conforme previsto na Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024-2027, ato do Poder Executivo poderá estabelecer e regulamentar observatório com fim de acompanhar os objetivos estratégicos, indicadores-chaves nacionais e metas, composto por entidades da sociedade civil, setor produtivo e por institutos de pesquisa e universidades.

A missão do Observatório será disponibilizar informações atualizadas e abertas sobre a evolução dos indicadores-chave nacionais associados à visão de futuro e aos objetivos estratégicos. Relatórios de monitoramento e análises antecipatórias quanto às trajetórias futuras mais prováveis deverão ser também disponibilizados nesse espaço. O objetivo aqui é dar transparência, induzir a participação e ampliar o controle social sobre as principais políticas públicas propostas pelo governo e aprovadas em lei pelo Congresso Nacional no âmbito do PPA 2024-2027.

Ficha técnica

Equipe técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretária Adjunta

Maria Raquel Mesquita Melo

Chefe de Gabinete

Riane Ribeiro de Carvalho

Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento

Fernando Sertã Meressi

Diretor de Planejamento de Longo Prazo

Ariel Cecílio Garces Pares

Diretora de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Diretora de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social

Daiane Boelhouwer Menezes

Diretora de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial

Flávia Pedrosa Pereira

Equipe Técnica de Planejamento Governamental

Adriana Marques Bento Ávalos

Alyson Canindé Macêdo de Barros

Andréa Costa Magnavita

Andrea Thelhofer Ricciardi

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Carlos Tadeu Assumpção de Pinho

Cesar Augusto Assis Mascarenhas de Oliveira

Claudia Regina Tavares Canedo

Cristiane Gonzaga Chaves de Carvalho

Cristiano Ordones Portugal

Daniel Souza Coelho

Danielle Cavagnolle Mota

Danyel Iorio de Lima

Diego Pereira de Oliveira

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Eduardo Rodrigues da Silva

Erick Fagundes Ribeiro

Gustavo Teixeira Lino

Ismael Damasceno Pavani

João Carlos Gonçalves Barreto

Lizandra Serafim

Luciana Machado Teixeira Fabel

Luis Fernando Magnani de Oliveira

Marcelo Cerri

Márcia Ribeiro Fantuzzi Dias

Márcio Gimene de Oliveira

Marco Antonio de Oliveira

Mariana Meirelles Nemrod Guimarães

Mayara Santiago da Silva

Paulo França de Oliveira

Pedro Emilio Pereira Teodoro

Priscila Carvalho Soares

Rafael Henrique Cerqueira

Rafael Luís Giacomini

Rafael Martins Neto

Ricardo Dislich

Suripongse Naibert Chimpliganond

Thaise Oliveira Torres Monteiro

Valéria Cristina Passos Valentim

Vândson Kleber da Silva Monteiro

Vinicius Barbosa Salles de Azeredo

Vitor Tomaz Gondim

Apoio Técnico

Secretaria de Política Econômica (SPE)

Secretário de Política Econômica

Guilherme Mello

Subsecretária de Política Macroeconômica

Raquel Nadal Cesar Gonçalves

Coordenador, da Coordenação-Geral de Projeções Econômicas da Subsecretaria de Política Macroeconômica

Elder Linton Alves de Araújo

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Claudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos Internacionais

Fábio Vêras Soares

Coordenador-geral de Planejamento Estratégico e Articulação Institucional

Helder Rogério Sant'ana Ferreira

Apoio

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF)

Consultoria Técnica

Macroplan. Prospectiva, Estratégia e Gestão



República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

Mensagem Presidencial

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Plano Plurianual 2024-2027

Relatório da Participação Social no PPA 2024-2027

SECRETARIA-GERAL

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO

Sumário

Sumário	2
1. Introdução.....	4
2. PPA Participativo: a maior experiência de participação social na elaboração do plano plurianual.....	5
2.1. O PPA Participativo de 2024 – 2027: o Brasil com a cara do seu povo.....	6
2.1.1. As Plenárias Estaduais	7
2.1.2. Os Fóruns Interconselhos	10
3. A plataforma Brasil participativo	12
3.1. O processo participativo digital.....	14
3.1.1 O funcionamento da plataforma	14
3.1.2 O fluxo de moderação	14
3.2. Resultados e dados da plataforma Brasil Participativo.....	15
4. Incorporação das propostas ao PPA 2024-2027	16
5. Análise do perfil geral dos participantes	17
5.1. Perfil dos participantes - por região do país	18
5.2. Perfil dos participantes - por sexo.....	20
5.3. Perfil dos participantes - faixa etária	24
6. Perfil dos participantes – programas	25
6.1. Perfil dos participantes - programas por região.....	27
6.2. Perfil dos participantes - programas por sexo	30
6.3. Perfil dos participantes - programas por faixa-etária	32
7. Perfil dos participantes - por proposta.....	39
7.1. Por região	39
7.2. Por sexo	42
7.3. Por faixa-etária	43
8. Incorporação dos resultados da participação no PPA	45
8.1. Dimensão estratégica: 1º Fórum Interconselhos.....	45

8.1.1 Ajuste na visão de futuro e atributos	45
8.1.2 Ajuste nos valores e diretrizes.....	46
8.1.3 Ajuste nos temas prioritários por eixos.....	47
8.2 Dimensão tática: 2º Fórum Interconselhos e Plataforma Brasil Participativo.....	49
8.2.1. Análise e incorporação das 50 propostas mais votadas no PPA Participativo ..	51
8.2.2. Análise e incorporação das Propostas mais votadas por Ministério.....	59
Referências	62

1. Introdução

O PPA Participativo foi o método de construção da proposta do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, por meio do qual o governo federal envolveu população brasileira, organizações, redes, movimentos sociais, conselhos e entidades representativas em um amplo esforço de participação social, de escuta e de diálogo com a população sobre o futuro do nosso país.

Este relatório do PPA Participativo apresenta a metodologia de participação social e seus resultados. A primeira parte apresenta um relato do processo de planejamento e execução do PPA Participativo precedido por um breve histórico das experiências anteriores da participação social na elaboração dos Planos PPAs referentes ao período de 2004 a 2023. O processo de participação social no PPA Participativo, desenvolvido para o PPA 2024-2027, ocorreu em diversas camadas de participação, a saber: a realização de plenárias estaduais e distrital; os fóruns Interconselhos; e a Plataforma Brasil Participativo. ¹

Com base nessa análise, buscou-se compor um relato dos principais aspectos relacionados ao processo de execução das camadas de participação (presenciais e digitais), bem como identificar resultados alcançados do ponto de vista processual.

Na segunda parte é apresentado o perfil dos participantes a partir de diferentes bases de dados: a) Painel de Administrador da Plataforma, que fornece dados sobre propostas (título e descrição), número de votos e informações quantitativas de participantes; b) Estudo qualitativo da Dataprev, que apresenta o cruzamento das bases do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Único (CADÚnico) que possibilitam traçar o perfil de participação e dos votos mobilizados. Embora sendo possível identificar expressiva participação no PPA Participativo de públicos geralmente invisibilizados, as informações sobre raça-cor, pessoa com deficiência, faixa de renda e escolaridade não serão analisadas neste relatório devido a um alto percentual de ausência de informação nas bases de dados utilizadas.

É possível analisar a distribuição dos participantes por região e unidade da federação, por sexo e por idade. Nesta parte também são apresentadas análises da votação nos programas e das propostas que foram votadas e priorizadas na Plataforma Brasil Participativo, incluindo cruzamento de informações que permitem qualificar as preferências expressas pela participação social considerando a relação entre programas e propostas com o perfil dos participantes.

A terceira parte é dedicada à análise do processo de incorporação da participação social. Para orientar o processo de análise e incorporação da participação social no PPA 2024-2027, os

¹ Nesta primeira parte o relatório como base o “Relatório do processo participativo em torno do PPA 2024-2027” desenvolvido pela equipe da Coordenação de Democracia e Interações Socioestatais, Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST) do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA) no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o IPEA e a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR).

relatórios da participação social foram encaminhados com orientações para a maior incorporação possível das propostas prioritárias no texto do PPA 2024-2027 e foram realizadas reuniões de trabalho envolvendo todos os ministérios. As 50 propostas mais votadas, no conjunto, e as 20 propostas mais votadas para cada um dos 37 Ministérios, foram enviadas para análise e incorporação ao PPA. Este minucioso processo de análise e de incorporação é demonstração do compromisso do governo federal com o processo de reconstrução da democracia e valorização da participação social na implementação das políticas públicas.

2. PPA Participativo: a maior experiência de participação social na elaboração do plano plurianual

Em maio de 2023 foram comemorados 20 anos da realização dos primeiros Fóruns de Participação Social para a discussão do Plano Plurianual (PPA). Como o PPA Participativo tivemos a mais ampla participação social da história do Brasil na elaboração do PPA, resultado das experiências anteriores, das inovações tecnológicas e do desafio de reconstruir a participação social após um período de desmonte dos mecanismos e processos participativos.

A magnitude do PPA Participativo pode ser vista em perspectiva com os processos de elaboração dos Planos Plurianuais anteriores:

O PPA 2004-2007 - Plano Brasil de Todos – foi o processo pioneiro de escuta da sociedade civil. Contou com intensas discussões com os governos das 27 unidades da Federação, com prefeitos e associações municipalistas, além da inédita participação da sociedade civil organizada nos debates das diretrizes e prioridades do PPA, que demonstraram, mais uma vez, que o povo brasileiro quer mudanças profundas e sustentadas. (BRASIL, 2003)

O PPA 2008-2011 - Programa Compromisso Todos pela Educação – foi o primeiro processo participativo conduzido por um governo reeleito. A participação social se deu a partir de “cerca de 40 conferências sobre diversas políticas públicas, inúmeros fóruns e conselhos” (BRASIL, 2007, p. 9) e os ministérios foram orientados a promover consultas aos espaços de participação social existentes, como os conselhos, especialmente na discussão dos objetivos e orientações estratégicas setoriais.

O PPA 2012-2015 - Plano Mais Brasil, Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação contou com um novo formato de participação, com a incorporação do Fórum Interconselhos enquanto instância transversal. Assim, os conselhos setoriais foram convidados a enviar representantes não governamentais para uma reunião conjunta, como forma de garantir protagonismo à sociedade civil nesse processo. O Fórum Interconselhos foi mantido como instância de monitoramento participativo, foi assim que surgiu o conceito das agendas transversais,

representando uma seleção de atributos do PPA (especialmente metas e objetivos) relacionados por uma identidade temática. A curadoria do conteúdo de cada agenda transversal foi realizada pelo Fórum Interconselhos.²

O PPA 2016-2019 - Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social reaproveitou a experiência do ciclo anterior e mais uma vez o Fórum Interconselhos foi o espaço principal de discussão do conteúdo do plano com a sociedade, em formato semelhante ao que já havia sido utilizado, rebatizado como Fórum Dialoga Brasil. O processo participativo também contou com encontros regionais e temáticos. Os Fóruns Regionais ocorreram em cada uma das regiões do país e os Fóruns Setoriais voltados para quatro segmentos: sindicatos, setor empresarial, mulheres e juventude. Igualmente tivemos a experiência de envolvimento direto da sociedade na elaboração do PPA com a plataforma digital Participa.Br.

PPA 2020-2023 - Planejar, Priorizar, Alcançar pode ser considerado o menos participativo desde 2003. Representa um ponto de inflexão brusco na tendência de aperfeiçoamento da participação social no planejamento federal. O único envolvimento da sociedade civil na elaboração do plano ocorreu em junho de 2019, por meio de uma consulta pública em meio digital tendo “2.100 participações, 193 propostas de alteração nos programas e 1.815 concordâncias” (BRASIL, 2019, p. 23).

2.1. O PPA Participativo de 2024 – 2027: o Brasil com a cara do seu povo

O PPA Participativo, no contexto de reconstrução da participação social envolveu a cidadania brasileira, as organizações, os movimentos sociais, os conselhos e as entidades representativas em um amplo esforço de participação social sobre o futuro do nosso país. Diversificou as camadas de participação e introduziu a experiência massiva da participação digital. Este processo de cogestão do PPA envolvendo governo e sociedade civil iniciou-se com a primeira reunião do Fórum Interconselhos nos dias 18 e 19 de abril e se estendeu para todo o território nacional com a realização das plenárias estaduais, acompanhadas por um amplo processo de mobilização com plenárias e reuniões territoriais e setoriais livres e a Plataforma Brasil Participativo.

² No âmbito internacional, o Fórum Interconselhos também passou a ser visto como uma prática bem-sucedida. Ainda em 2011, a iniciativa foi incluída como um dos compromissos brasileiros no 1º Plano de Ação (2012-2013) da Parceria para o Governo Aberto (OGP), uma articulação internacional, que conta com o Brasil como um dos fundadores, criada para promover práticas de transparência e participação. A participação no PPA também aparece no Segundo (2014-2016) e no Terceiro Plano de Ação (2016-2018) brasileiros para a OGP.

O Fórum Interconselhos foi premiado pela Organização das Nações Unidas com o United Nations Public Service Award, em cerimônia realizada na Coreia do Sul em junho de 2014 (BRASIL, 2018). A iniciativa conquistou o primeiro lugar na categoria “Fostering participation in policy-making decisions through innovative mechanisms”, representando a região da América Latina e Caribe. A distinção, conferida pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas ao Ministério do Planejamento e à Secretaria-Geral como coordenadores do Fórum, era considerada na época como o mais prestigiado prêmio internacional na área de gestão pública.

2.1.1. As Plenárias Estaduais

As plenárias estaduais foram uma camada fundamental no processo do PPA Participativo. Entre 11 de maio e 14 de julho de 2023 foram realizadas 27 plenárias em todas as unidades da federação. O quadro a seguir mostra as datas e horários das plenárias:

Quadro 1. Cronograma das plenárias estaduais

UF	Município	Local	Data	Hora
Bahia	Salvador	Itaipava Arena Fonte Nova	11/05/2023	10h às 13h
Alagoas	Maceió	Centro de Convenções de Maceió	12/05/2023	10h às 13h
Pernambuco	Olinda	Teatro Guararapes	12/05/2023	17h às 20h
Paraíba	João Pessoa	Espaço Cultural José Lins do Rêgo	13/05/2023	10h às 13h
Rio Grande do Norte	Natal	Escola de Governo, Centro Administrativo do Estado	25/05/2023	15h às 18h
Ceará	Fortaleza	Escola Superior do Parlamento Cearense	26/05/2023	10h às 13h
Piauí	Teresina	Centro de Convenções de Teresina	26/05/2023	18h às 21h
Maranhão	São Luís	Centro de Convenções da Universidade Federal do Maranhão – UFMA	27/05/2023	10h às 13h
Roraima	Boa Vista	Teatro Municipal de Boa Vista	02/06/2023	11h às 14h
Amazonas	Manaus	Auditório Deputado Belarmino Lins - Assembleia Legislativa do Amazonas	02/06/2023	18h às 21h
Acre	Rio Branco	Auditório da Universidade Federal do Acre	03/06/2023	10h às 13h
Mato Grosso	Cuiabá	Teatro Zulmira Canavarros	15/06/2023	15h às 18h
Tocantins	Palmas	Escola Estadual Professora Elisângela Glória Cardoso	16/06/2023	10h às 13h
Goiás	Aparecida de Goiânia	Anfiteatro Municipal Cantor Leandro	16/06/2023	18h às 21h

UF	Município	Local	Data	Hora
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Teatro Dulce UFMS	17/06/2023	10h às 13h
Pará	Belém	Hangar Centro de Convenções e Feiras da Amazônia	19/06/2023	18h às 21h
Amapá	Macapá	Auditório do Centro de Ensino Superior do Amapá	20/06/2023	10h às 13h
Sergipe	Aracaju	Teatro Tobias Barreto	22/06/2023	10h às 13h
Distrito Federal	Brasília	Teatro dos Bancários	27/06/2023	18h às 21h
Rondônia	Porto Velho	Teatro Estadual Palácio das Arte	06/07/2023	16h às 19h
Paraná	Curitiba	Assembleia Legislativa do Estado do Paraná	07/07/2023	8h às 12h
Santa Catarina	Florianópolis	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	07/07/2023	18h às 21h
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Auditório Dante Barone - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul	08/07/2023	10h às 13h
Minas Gerais	Belo Horizonte	Sesc Palladium	12/07/2023	10h às 13h
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Teatro Riachuelo - Centro	13/07/2023	10h às 13h
Espírito Santo	Vitória	Espaço Patrick Ribeiro - Aeroporto de Vitória	13/07/2023	18h às 21h
São Paulo	São Paulo	Auditório Simón Bolívar - Memorial da América Latina	14/07/2023	10h às 13h

Fonte: Plataforma do PPA participativo

O público que participou presencialmente nas plenárias estaduais foi superior a 34 mil cidadãos e cidadãs, mas seu alcance foi seguramente maior, pois houve transmissão ao vivo via plataformas digitais. Cabe destacar a participação dos movimentos e das organizações representativas das mulheres, da juventude, do campo, da cidade, sindicatos, movimento LGBTQIA+, movimentos negros e de povos originários.

As plenárias estaduais foram precedidas de plenárias preparatórias, organizadas por uma equipe precursora da Secretaria-Geral da Presidência da República, com movimentos e organizações da sociedade civil, representações da sociedade civil nos conselhos estaduais e municipais, movimentos e organizações participantes do Conselho de Participação Social.

Igualmente foram realizadas múltiplas assembleias e/ou reuniões livres presenciais e digitais autogestionárias pela sociedade para a elaboração de propostas que foram cadastradas e votadas na Plataforma Brasil Participativo antes, durante e depois das plenárias estaduais.

Nas plenárias estaduais, as falas dos representantes contextualizaram as lutas dos movimentos sociais, mostrando a pertinência da proposta com o recorte trazido. Foi pontuado como positivo o fato de o governo estar preocupado em fortalecer instâncias e mecanismos que permitam maior participação popular na atuação governamental.

Além da presença do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva - na Plenária de Abertura em Salvador (BA) - e do Vice-presidente e ministro Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin - na Plenária de encerramento, em São Paulo (SP), destaca-se a presença recorrente em quase todas as plenárias da ministra do Planejamento e Orçamento, e do Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Outros ministros de Estado também participaram e falaram em plenárias diversas, tais como Ministra do Meio ambiente e Mudanças Climáticas, Ministro da Casa Civil, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministro do Trabalho e Emprego, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ministro das Comunicações, Ministro Chefe da Secretaria da Comunicação Social, Ministro Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, Ministro das Cidades, Ministra dos Povos Indígenas, Ministra dos Esportes, Ministra da Cultura e Ministro dos Portos e Aeroportos. Governadores e Presidentes de Assembleias Estaduais também tiveram espaço para a fala.

O público que compunha as plateias era formado de cidadãos e cidadãs, pelos movimentos e pelas organizações que tiveram oportunidade de apresentar suas propostas oralmente. Isso geralmente se refletiu em um envolvimento enérgico e efusivo de apoio das plateias. Além disso, foi recorrente o uso de cartazes que reforçavam as pautas políticas defendidas pela sociedade civil. Como exemplo, eram apresentados faixas e cartazes com os dizeres: “povo negro no orçamento”; “chega de trabalho precário, valorize nosso trabalho”; “feminismo antirracista”; “mais mulheres no orçamento”; “SUS para todos”; “Saúde Integral LGBTQIA+ no PPA”; “Mobilidade Urbana com Dignidade”; “Territórios livres de veneno e das eólicas”; “Mais restaurantes populares”; “Demarcar RN”; “Não ao marco temporal”, entre outros.

Importante ressaltar que os eventos foram gravados e transmitidos ao vivo por diversas plataformas digitais, permitindo, por um lado, a ampliação no acesso às plenárias e, por outro, a criação de uma memória de todo o processo realizado.

Organizadas por Comissões Organizadoras Estaduais, as plenárias tinham como objetivos:

- 1) mobilizar a sociedade civil de cada estado para o PPA Participativo;

- 2) informar sobre o processo de inscrição, apresentação de propostas para o PPA Participativo e a votação dessas propostas na plataforma digital;
- 3) incentivar reuniões e plenárias autogeridas nos territórios e por segmentos; e
- 4) receber essas propostas, ouvir suas defesas e realizar sua votação (pelos participantes da sociedade civil).

Ao longo do processo ocorreram atualizações importantes na metodologia das plenárias no sentido de ampliar o protagonismo da sociedade civil. A participação presencial nas plenárias ocorreu de forma articulada com a plataforma Brasil Participativo. As propostas apresentadas eram elaboradas e inseridas na plataforma digital. Tal procedimento possibilitou melhor compreensão dos usos e interfaces possíveis da plataforma, em que os cidadãos e cidadãs podiam fazer e votar até três propostas ao PPA ou votar em três propostas criadas pela sociedade e votar para priorizar programas. As plenárias contribuíram efetivamente para:

- 1) Informar a sociedade civil estadual sobre a realização do processo participativo, sobre o ciclo do PPA e sobre as formas de contribuição popular;
- 2) Mobilizar a sociedade civil estadual a se organizar para participar do processo, por meio de reuniões e plenárias auto-gestionadas ou outras formas de elaboração de propostas;
- 3) Apresentar e impulsionar propostas feitas na Plataforma Brasil Participativo.

As plenárias também possibilitaram a presença do Governo Federal em todo o território nacional e contribuíram na reconstrução da participação social.

2.1.2. Os Fóruns Interconselhos

O PPA Participativo recriou o Fórum Interconselhos. O Fórum Interconselhos é instância de participação social, um mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais, formulando recomendações para aprimorá-las, em especial no que diz respeito a sua intersetorialidade e transversalidade.

Para o Fórum Interconselhos, durante o PPA Participativo, convergiram os esforços de recriação e reformulação dos conselhos nacionais após período de desmobilização e desmonte destas instâncias fundamentais da participação social nas políticas públicas ao acolher a sociedade civil na construção desta esfera pública de diálogo e negociação com o governo. Recriado no processo de elaboração do PPA, esteve reunido em três momentos.

A primeira edição do Fórum Interconselhos para discutir o PPA 2024-2027 ocorreu entre 18 e 19 de abril de 2023, na Escola Superior de Defesa e no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília, com a presença do Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva e de vários ministros de Estado. No mesmo evento, ocorreu a posse dos 68 representantes da sociedade civil no Conselho de

Participação Social. Além dos membros do recém-criado Conselho de Participação Social, também integraram essa edição do Fórum Interconselhos cerca de 300 representantes de outros conselhos nacionais e entidades da sociedade civil organizada (TEBET; MACÊDO, 2023) representativas de políticas públicas que tiveram seus conselhos extintos no governo anterior.

O 1º Fórum Interconselhos dedicou seus esforços para a análise da Dimensão Estratégica do PPA. Divididos em grupos temáticos, os participantes puderam discutir, analisar e criticar a proposta elaborada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) com base nas discussões realizadas com os demais ministérios, durante um conjunto de oficinas técnicas. O resultado do debate foi um conjunto de 291 propostas para alteração e aperfeiçoamento da dimensão estratégica do plano, sendo 31 propostas para ajustes na visão de futuro para 2027 e seus atributos, 84 propostas para ajustes nos valores e nas diretrizes e 176 propostas que, posteriormente, foram sistematizadas e enviadas para análise governamental, como a primeira contribuição do Fórum Interconselhos para a elaboração do PPA 2024-2027.

O 2º Fórum Interconselhos ocorreu entre 10 e 11 de julho de 2023, no Instituto Serzedello Corrêa, em Brasília. O resultado da política de reconstrução dos conselhos esteve evidente nesta edição do Fórum Interconselhos com a ampliação da quantidade de conselhos representados. Na oportunidade foi realizada a devolutiva relacionada às recomendações sobre a dimensão estratégica do PPA que foram construídas durante o fórum anterior, realizado em abril. O resultado da consolidação da dimensão estratégica foi apresentado pela Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN/MPO) envolvendo a Visão de Futuro, os valores e os 36 objetivos estratégicos da Dimensão Estratégica do PPA.

O segundo tema do Fórum foi a análise das propostas da sociedade civil provenientes da Plataforma Brasil Participativo relativas à Dimensão Tática do PPA. O relatório final das propostas, incluindo as propostas feitas pelo Fórum Interconselhos, foi enviado ao Ministério do Planejamento e Orçamento, a quem coube intermediar, com os ministérios, a análise sobre a incorporação dessas recomendações ao plano.

O Fórum Interconselhos realizará ainda um terceiro encontro no âmbito da elaboração do Plano Plurianual, entre 29 e 30 de agosto, momento em que examinarão a devolutiva da análise e incorporação da participação social no PPA e o delineamento do processo de acompanhamento e monitoramento pela sociedade civil da execução do PPA 2024-2027 em conformidade como previsto neste projeto de lei.

As diversas edições do Fórum Interconselhos realizadas em 2023 representam a retomada de uma trajetória de ampliação da participação social no planejamento público federal, tendência que havia sido interrompida desde 2017.

Muito embora a quantidade de participantes tenha sido semelhante à dos anos anteriores, a quantidade de edições realizadas até agosto (três ao todo) é inédita na história da participação do Fórum na elaboração do PPA. Também merece destaque o compartilhamento da resposta governamental às recomendações da sociedade antes do envio do Projeto de Lei ao Congresso Nacional assegurando ganhos de efetividade da participação social no Projeto de Lei do PPA.

3. A plataforma Brasil Participativo

A participação social mediada por computadores e aplicativos tem tido significativo crescimento nos últimos anos. O Marco Civil da Internet, instituído pela Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014 é uma das primeiras experiências em que destacadamente ocorre a participação por meio digital. Por iniciativa do Ministério da Justiça, entre novembro de 2009 e junho de 2010, foi aberta uma consulta pública para coleta de sugestões, na qual foram amplamente debatidos os princípios, as garantias de direitos e os deveres para o uso da Internet. Mediante duas etapas de consulta, foram recebidas mais de 2.000 contribuições, com a participação de 18.500 pessoas, por meio da ferramenta WordPress. Diversas consultas públicas, com menor destaque, foram realizadas posteriormente, porém era preciso aprofundar o formato de participação digital à dinâmica das redes sociais, que começaram a dominar o funcionamento da internet a partir dos anos 2010.

Assim, no auge das manifestações de junho de 2013, o Governo Federal lança o Participatório - Observatório Participativo da Juventude, como uma rede social governamental voltada a discutir políticas públicas de juventude. A plataforma tem adesão e boa repercussão do Participatório e acaba ganhando o Prêmio A Rede 2014 de melhor site de interesse público. Em 2014 foi lançado o site Participa.br, inspirado na tecnologia do Participatório, que permitia criar comunidades temáticas de discussão e consultas públicas variadas. Abaixo, apresentamos uma breve cronologia da participação social por meio digital no Poder Executivo Federal.

Breve Cronologia da Participação Digital no Governo Federal:

2010 - Marco Civil da Internet

2013 - Participatório - Observatório Participativo da Juventude

2014 - Participa.br

2015 - Dialoga Brasil – 3a. Conferência Nacional de Juventude

2023 - Brasil Participativo (PPA)

Evidenciando o compromisso do governo com a participação social, em 2023 foi decidido que o Programa Plurianual contaria com um processo amplo de participação social, mediante a construção e utilização da Plataforma Brasil Participativo.

Um dos primeiros passos para isso foi a efetivação da Oficina “Desenhando processos participativos para ampliação da participação social no PPA por meios digitais”, ocorrida no período de 22 a 24 de março de 2023, na Escola Nacional de Administração Pública - Enap, em Brasília. Como resultado do evento, quatro principais preocupações se consolidaram como consenso entre os participantes do seminário:

- a navegação deveria levar em conta a experiência do usuário, no sentido de ser intuitiva e de fácil compreensão do ponto de vista de quem utiliza pela primeira vez o site;
- a necessidade de interação entre os processos presenciais e virtuais;
- a obrigatoriedade de se dar a devolutiva aos participantes em relação às propostas feitas; e;
- a importância de oferecer canais de coleta de informação para além do site e aplicativo (por exemplo disponibilizar tótems em lugares de grande fluxo de pessoas), como forma de superar a exclusão digital.

O prazo para o desenvolvimento da plataforma foi bastante exíguo, já que entre esse seminário e o lançamento foram menos de dois meses. O lançamento oficial ocorreu em 11 de maio, na Bahia, na primeira das 27 plenárias estaduais.

A Plataforma Brasil Participativo teve como base para customização o software livre Decidim, desenvolvido inicialmente pela prefeitura de Barcelona (Espanha) e hoje utilizado em centenas de processos participativos em todo o mundo. Essa adaptação contou com o apoio do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), da Dataprev, da comunidade Decidim-Brasil e da Universidade de Brasília (UnB). Foi para essa plataforma que convergiram os resultados das diferentes camadas de participação.

A única exigência para o acesso à plataforma foi a identificação do usuário por meio da sua conta no sistema gov.br. Essa conta pode ser facilmente criada, via site (www.gov.br) ou aplicativo de celular por qualquer cidadão ou cidadã, tendo como única exigência a obrigatoriedade de CPF – Cadastro de Pessoa Física - válido. Atualmente mais de 140 milhões de brasileiros estão cadastrados no sistema gov.br.

Apesar de restritivo ao acesso, a exigência de identificação do autor da proposta foi considerada necessária para que não fossem postadas mensagens ofensivas/inadequadas, protegidas pelo anonimato, que poderiam impactar no processo, além de dificultar o uso de robôs que poderiam distorcer o resultado da votação.

A navegação da plataforma priorizou a simplicidade. As informações foram apresentadas de forma clara; houve interação entre as camadas presenciais e digitais e devolutivas aos cidadãos em relação às propostas apresentadas.

3.1. O processo participativo digital

3.1.1 O funcionamento da plataforma

Uma vez definida a utilização do Decidim para o processo do PPA Participativo, tanto a questão de qual a melhor tecnologia quanto de qual metodologia participativa seria mais adequada estavam em grande medida resolvidas. Restava apenas fazer ajustes pontuais, necessários para adaptar o processo às especificidades do PPA. A grande diferença em relação a outros processos que já haviam utilizado tal plataforma estava no porte.

O Decidim tem sido utilizado por centenas de governos locais ao redor do mundo — notadamente na Europa e no Brasil — para a realização de consultas públicas, de orçamentos participativos e debates do tipo mini-público. Porém, esta foi a primeira utilização da plataforma para uma consulta nacional, em um país de dimensões continentais, com uma população de 203,1 milhões de pessoas, conforme os dados do Censo Demográfico de 2022. Para qualificar e dar segurança na participação social através da plataforma digital, foram adotadas algumas medidas:

- Acesso identificado: mencionado na seção anterior, foi utilizado o acesso gov.br, que hoje já proporciona um identificador único para todos os serviços digitais do governo brasileiro.
- Restrição dos recursos do tipo comentário: Pelo sistema original do Decidim, todas as áreas permitiam interação do usuário por meio de comentários das propostas. O formato foi limitado apenas para a apresentação de novas propostas ou apoio por meio do voto numérico, sem comentários dos participantes.
- Fluxo de análise e moderação: a plataforma Decidim não permite moderação prévia, então foi adotado um modelo de moderação humana posterior, em que todas as propostas foram analisadas.

Estas três medidas combinadas tiveram como resultado um processo bastante tranquilo, pouco polarizado e confiável.

3.1.2 O fluxo de moderação

A opção pelo modelo de moderação humana foi necessária pela ausência de experiência anterior que proporcionasse instrumentos para a automatização do processo, tais como, por exemplo, um banco de palavras consideradas ofensivas. A solução foi montar uma equipe composta de 10 moderadores, bolsistas estudantes de cursos de gestão pública e direito da Universidade de Brasília, principalmente, sob coordenação e supervisão de uma servidora, que além de orientar os trabalhos, resolvia os casos que suscitavam dúvidas entre os moderadores.

No processo de moderação foram rejeitadas apenas propostas de conteúdos flagrantemente contrários aos direitos previstos na Constituição, como no caso de propostas que violam direitos humanos. Isto é, passou-se a entender como fora do escopo do PPA propostas incompatíveis com a ordem constitucional. Deste modo, o quadro final foi o seguinte:

Quadro 2. Síntese da moderação de propostas

Total de propostas recebidas e analisadas	8.254
Propostas rejeitadas	80
Propostas ocultadas	5

Fonte: Brasil Relatório do Brasil Participativo (BRASIL, 2023b)

No período de 11 de maio a 20 de julho de 2023 foram recebidos 191 e-mails relativos a dúvidas, denúncias e sugestões. No caso das propostas eventualmente moderadas, também era enviada uma notificação individualizada explicando os motivos de a proposta não ter sido aceita.

3.2. Resultados e dados da plataforma Brasil Participativo

O processo de participação digital em torno do PPA 2024-2027 mostrou-se exemplar para a ampliação dos processos participativos no Brasil, mesmo com suas limitações diante do curto prazo em que a plataforma esteve aberta para o recebimento e votos de propostas da sociedade. A ferramenta mostrou um forte engajamento digital ao mobilizar diferentes segmentos na construção de propostas ao PPA, articulando iniciativas individuais àquelas construídas por movimentos sociais, associações civis e sindicatos em consonância a pautas e reivindicações das comunidades de políticas públicas.

O PPA Participativo engajou mais de 4 milhões de acessos, quase 1,5 milhão de participantes, pessoas que fizeram login no gov.br para acessar a plataforma. Foram 8.394 propostas ao governo; 236.430 participaram votando nos programas priorizados e 1.294.851 participaram votando nas propostas realizadas pela sociedade durante o processo participativo. Contudo, os dados de interações indicam que o pico de acesso e votação coincidiu com o prazo limite para a participação na Plataforma, sendo as últimas duas semanas o momento de maior fluxo de acessos.

Isto sugere que o bom resultado do processo de participação junto à Plataforma digital foi decorrente da própria campanha de divulgação realizada pelo governo por meio das plenárias estaduais e dos Fóruns Interconselhos, assim como por entidades e ativistas interessados no processo. A campanha para a participação junto à Plataforma foi sendo fortalecida ao longo das últimas semanas, em decorrência tanto da realização das plenárias estaduais, que foram acumulando participantes, engajamentos de múltiplas redes da sociedade civil, bem como pela mobilização realizada pelo conjunto dos ministérios e por um número significativo de parlamentares que pediram votos ao PPA em suas mídias pessoais.

Assim, na última semana, foram encaminhadas 2.175 propostas, sendo que o prazo final para o envio de propostas e votação se encerrou apenas dois dias após a última plenária realizada em São Paulo, em 14 de julho. O volume tão extenso de propostas apresentadas nos últimos momentos mostrou, por um lado, um forte engajamento à campanha do PPA Participativo, por outro, significou um limite aos participantes, principalmente quanto à capacidade de análise plena dos conteúdos de um conjunto amplo de propostas inseridas somente ao final do processo.

O resultado que apontou as propostas mais votadas mostra que houve uma forte mobilização corporativa vinculada às propostas de melhoria ou ampliação de carreiras do serviço público que por meio de campanhas e mobilização de categorias profissionais concentraram votos em propostas dessa temática. O baixo número de propostas rejeitadas ou ocultadas (85), por estarem fora do escopo ou violarem os termos de uso, indica que o processo de moderação humana anterior à publicação ajudou a minimizar o impacto de possíveis ataques de redes extremistas.

Quadro 3. Síntese do uso da Plataforma

Acessos à plataforma	4.087.540
Total de votos na plataforma	1.529.826
Total de propostas	8.254
Propostas com menos de 20 votos	6.398
Propostas rejeitadas	80
Propostas enviadas para avaliação dos Ministérios	760

Fonte: Brasil Relatório do Brasil Participativo (Brasil, 2023b)

4. Incorporação das propostas ao PPA 2024-2027

Após o fechamento da consulta pública, foram selecionadas as 50 propostas mais votadas em âmbito geral e as 20 propostas mais votadas por cada um dos 37 Ministérios, perfazendo um total de 760 propostas escolhidas para serem enviadas para os Ministérios, com a orientação de considerarem sua incorporação no PPA ou a indicação de outro encaminhamento cabível.

Essa relação foi apresentada e discutida durante o segundo Fórum Interconselhos, conforme indicado na seção 3, bem como também recebeu uma análise técnica do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), indicando possibilidades de aderência ou não ao escopo e aos atributos do PPA.

A relação de 20 propostas - com as duas análises acima descritas, foi enviada para cada um dos ministérios para consideração. Além disso, foi realizada uma reunião coordenada pelos Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministra do Planejamento e Orçamento

e Secretaria Executiva da Casa Civil com Secretários-Executivos, os subsecretários de Planejamento, Orçamento e Administração dos ministérios e as respectivas assessorias de participação para apresentar as diretrizes e ressaltar a importância da incorporação das propostas dos cidadãos. Por fim, o MPO também realizou oficinas bilaterais com cada um dos ministérios para tirar dúvidas e detalhar melhor as possibilidades de incorporação.

Os ministérios apresentaram sua devolutiva, detalhada em relatório do MPO, que será apresentada e discutida no último Fórum Interconselhos, antes do envio do Projeto de Lei para o Congresso Nacional, cujo prazo é 31 de agosto de 2023.

Ainda que a reconstrução e a retomada dos canais de participação social no âmbito do Poder Executivo Federal estejam em andamento, é possível vislumbrar um esforço para se desenhar uma estrutura ampla e complexa, reunindo diferentes temáticas, públicos e formas de mobilização social. Nesse sentido, a experiência da Plataforma Brasil Participativo permitiu ganhos e aprendizados para processos futuros.

Assim, no desenho da participação social do terceiro mandato do Governo Lula, a participação por meios digitais ganhou uma nova centralidade em relação aos processos institucionalizados nos governos anteriores.

Diante desse cenário, a estruturação da Secretaria-Geral da Presidência da República — como órgão articulador das diferentes instituições participativas — permite integrar diferentes processos, ampliando os ganhos em termos de democratização no debate sobre políticas públicas. No caso específico da Plataforma Brasil Participativo, essa pode ser um canal importante para reestruturar ações de comunicação e engajamento social em políticas públicas, reconhecendo a relevância das metodologias que marcaram as experiências originárias do contexto de redemocratização brasileira, mas também incorporando as novas formas de mobilização e ativismo típicas do meio digital.

Para tanto, esse modelo deve encarar os desafios contemporâneos de articulação a partir das redes de comunicação e informação, o que impõe novos desafios metodológicos à educação popular e à mobilização para a democracia.

Da mesma forma, a inovação presente na elaboração do PPA Participativo, por meio da integração bem-sucedida entre as camadas presenciais — como as plenárias estaduais e os fóruns Interconselhos — e as camadas digitais (a Plataforma Brasil Participativo), pode permitir avanços de escala até então desconhecidos no universo das instituições participativas.

5. Análise do perfil geral dos participantes

Para a elaboração desta seção foram utilizadas diferentes bases de dados: a) Painel de Administrador da Plataforma, que fornece dados sobre propostas (título e descrição), número de votos

e informações quantitativas de participantes; b) Estudo qualitativo da Dataprev, que apresenta o cruzamento das bases do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e Cadastro Único (CADÚnico), que possibilitam traçar o perfil de participação e dos votos mobilizados.

O PPA Participativo engajou quase 1,5 milhão de participantes, pessoas que fizeram login no gov.br para acessar a plataforma Brasil Participativo. Foram 8.394 propostas ao governo, 236.430 participaram votando nos programas priorizados e 1.294.851 participaram votando nas propostas realizadas pela sociedade durante o processo participativo.

Importante pontuar que, no início do processo, ocorreu uma intercorrência relacionada ao cadastramento via gov.br, resultando em uma inconsistência na tabela de pessoas usuárias (users) do Decidim. Essa tabela foi utilizada pela Dataprev na elaboração do estudo dos dados. Entre 11/05/2023 e 30/05/2023, foram registrados 1.725 CPFs vinculados a 777 user_id duplicados. Em 30/05/2023, a plataforma foi atualizada para evitar novos cadastros com e-mails já registrados, resolvendo o problema. Isso apresentou uma diferença de 1.538 votos (0,1% do total) no estudo realizado pela Dataprev (item c das fontes de dados), devido aos CPFs com user_id duplicados. Contudo, essa discrepância não afeta o ranking de propostas do PPA Participativo, pois todas as votações e propostas foram recebidas e integraram o processo de definição do PPA.

5.1. Perfil dos participantes - por região do país

Com base nos registros, dos 1.422.529 participantes, 7,11% são da região Norte, 31,12%, da região Nordeste, 37,50%, da região Sudeste, 16,66%, da região Sul e 7,59%, da região Centro-oeste. Vale destacar que, apesar da região Sudeste ter tido uma participação mais expressiva se comparada com o total de participantes nacionais, o Nordeste e o Sul tiveram um percentual maior de participação, em valores relativos, se comparados com os seus percentuais com base na população total de suas regiões, sendo 26,92 % e 14,24 %, respectivamente. Nas demais regiões, esse valor é de 8,95 % na região Norte, 41,98 % na região Sudeste e 7,91 % na região Centro-oeste.

Com relação ao número total de participantes por estado, São Paulo apresenta o maior número, com 229.185 participantes, seguido por Rio de Janeiro (145.242), Minas Gerais (135.458) e Rio Grande do Sul (124.029).

No que se refere ao número de participantes por estado com base na sua população local, o Distrito Federal destaca-se com 1,29% da sua população participando do processo, tendo o Amapá (1,22%) e o Rio Grande do Norte (1,11%) em seguida.

Região	População	%	Participante	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Proposta
NORTE	19.353.062	8,95	101.118	7,11	801	9,54	111.230	7,26	21.378	89.852
Rondônia	1.851.491	0,86	10.780	0,76	45	0,54	11.152	0,73	1.185	9.967
Acre	931.268	0,43	6.047	0,43	66	0,79	6.931	0,45	893	6.038
Amazonas	4.391.960	2,03	16.307	1,15	109	1,30	17.202	1,12	3.197	14.005
Roraima	683.769	0,32	4.765	0,33	48	0,57	6.282	0,41	929	5.353
Pará	8.945.219	4,14	40.153	2,82	322	3,84	43.098	2,81	6.205	36.893
Amapá	908.689	0,42	11.048	0,78	144	1,72	14.269	0,93	7.767	6.502
Tocantins	1.640.666	0,76	12.018	0,84	67	0,80	12.296	0,80	1.202	11.094
NORDESTE	58.223.677	26,92	442.757	31,12	2.476	29,50	462.133	30,18	53.556	408.577
Maranhão	7.227.850	3,34	45.728	3,21	252	3,00	46.231	3,02	5.607	40.624
Piauí	3.302.519	1,53	27.265	1,92	162	1,93	28.568	1,87	3.217	25.351
Ceará	9.342.908	4,32	63.072	4,43	337	4,01	65.526	4,28	7.841	57.685
Rio Grande do Norte	3.612.280	1,67	40.217	2,83	211	2,51	42.699	2,79	4.159	38.540
Paraíba	4.099.203	1,90	36.449	2,56	195	2,32	38.649	2,52	3.974	34.675
Pernambuco	9.786.666	4,52	77.670	5,46	418	4,98	81.740	5,34	9.299	72.441
Alagoas	3.391.204	1,57	19.450	1,37	134	1,60	20.701	1,35	2.517	18.184
Sergipe	2.376.447	1,10	16.917	1,19	102	1,22	17.636	1,15	2.283	15.353
Bahia	15.084.600	6,97	115.989	8,15	665	7,92	120.383	7,86	14.659	105.724
SUDESTE	90.806.278	41,98	533.454	37,50	3.250	38,72	575.016	37,55	103.911	471.105
Minas Gerais	21.634.690	10,00	135.458	9,52	771	9,19	142.625	9,31	18.183	124.442
Espírito Santo	4.194.227	1,94	23.569	1,66	156	1,86	24.990	1,63	3.260	21.730
Rio de Janeiro	17.644.073	8,16	145.242	10,21	899	10,71	158.485	10,35	37.616	120.869
São Paulo	47.333.288	21,88	229.185	16,11	1.424	16,96	248.916	16,26	44.852	204.064
SUL	30.801.938	14,24	236.936	16,66	1.195	14,24	266.009	17,37	39.987	226.022
Paraná	11.751.111	5,43	64.644	4,54	351	4,18	69.088	4,51	9.974	59.114
Santa Catarina	7.504.322	3,47	48.263	3,39	233	2,78	51.085	3,34	6.187	44.898

Rio Grande do Sul	11.546.505	5,34	124.029	8,72	611	7,28	145.836	9,52	23.826	122.010
CENTRO-OESTE	17.099.314	7,91	107.965	7,59	670	7,98	116.555	7,61	17.516	99.039
Mato Grosso do Sul	2.896.624	1,34	16.992	1,19	111	1,32	19.054	1,24	3.077	15.977
Mato Grosso	3.646.630	1,69	14.137	0,99	110	1,31	14.847	0,97	2.108	12.739
Goiás	7.388.558	3,42	36.065	2,54	203	2,42	37.534	2,45	5.062	32.472
Distrito Federal	3.167.502	1,46	40.771	2,87	246	2,93	45.120	2,95	7.269	37.851
Ignorada	-	-	299	0,02	2	0,02	338	0,02	82	256
BRASIL	216.284.269	100	1.422.529	100	8.394	100	1.531.281	100	236.430	1.294.851

Fonte: Relatório Brasil Participativo. Dados: Dataprev com base nos dados do CadÚnico, CNIS e RAIS

5.2. Perfil dos participantes - por sexo

Se compararmos os percentuais de participantes, propostas e votos que participaram do PPA Participativo, em comparação com o número de mulheres e homens no Brasil (PNAD, 2022)³, as mulheres superaram as taxas populacionais (51,1%) em termos de participação e votação, enquanto os homens superaram a taxa populacional (48,9%) como proponentes.

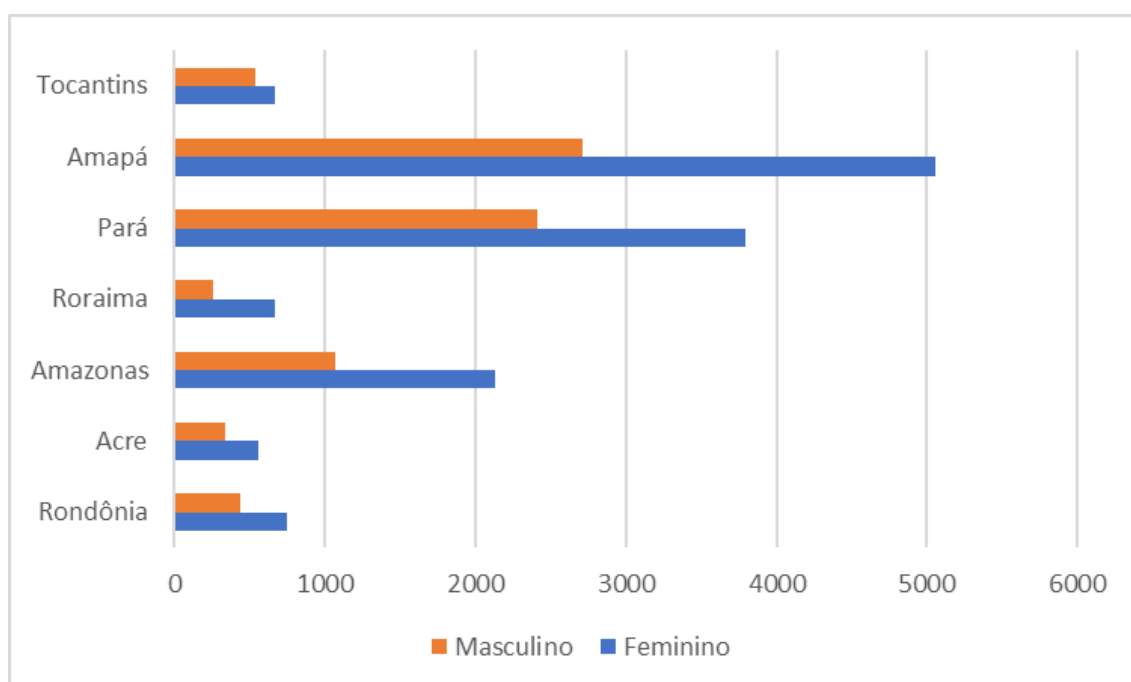
Sexo	Participantes	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Proposta
Masculino	558.702	39,28	4.238	50,49	609.420	39,8	91.804	517.616
Feminino	863.827	60,72	4.156	49,51	921.861	60,2	144.626	777.235

Fonte: Relatório Brasil Participativo. Dados: Dataprev com base nos dados do CadÚnico, CNIS e RAIS

Na Região Norte, o público do sexo feminino representou 13.618 votos e o masculino, 7.760. O estado do Amapá destacou-se no número de votos da região, com 2.710 votos masculinos e 5.057 votos femininos (gráfico 1).

³ Segundo dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2022, o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. A população brasileira é composta por 48,9% de homens e 51,1% de mulheres.

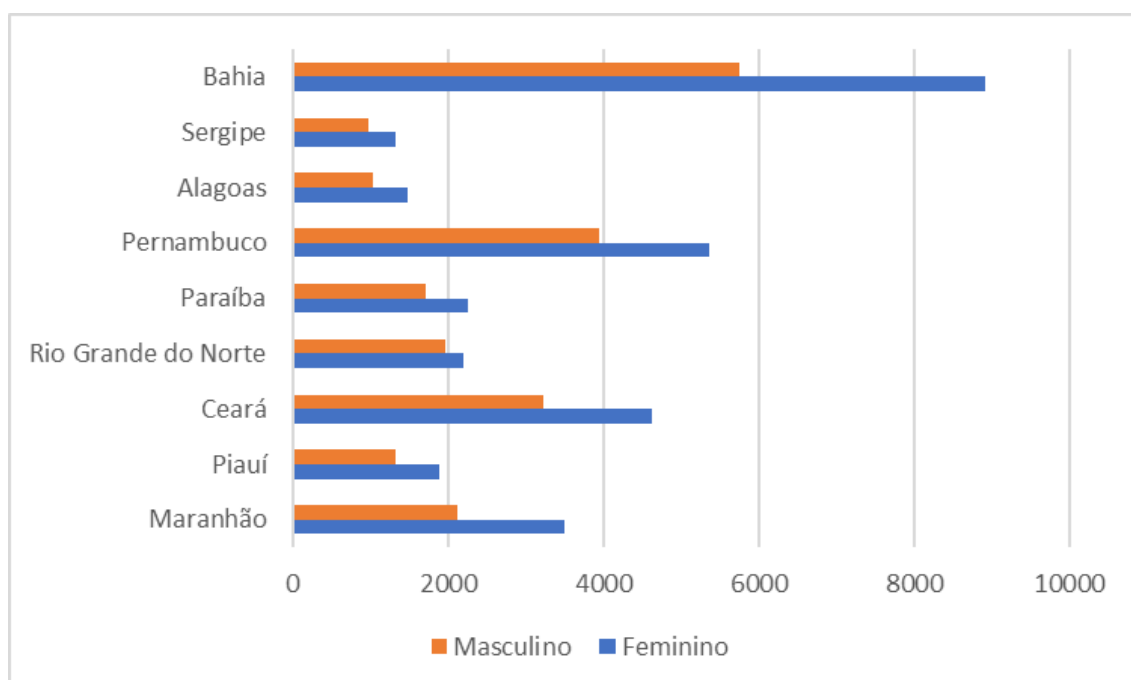
Gráfico 1. Número de votos da Região Norte por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

No Nordeste, os programas obtiveram 31.526 votos de mulheres e 22.028 votos de homens, no total. O estado da Bahia concentrou o maior número de votos, contabilizando 8.914 votos femininos e 5.744 votos masculinos (gráfico 2), o que representa 27,37% dos votos totais do estado.

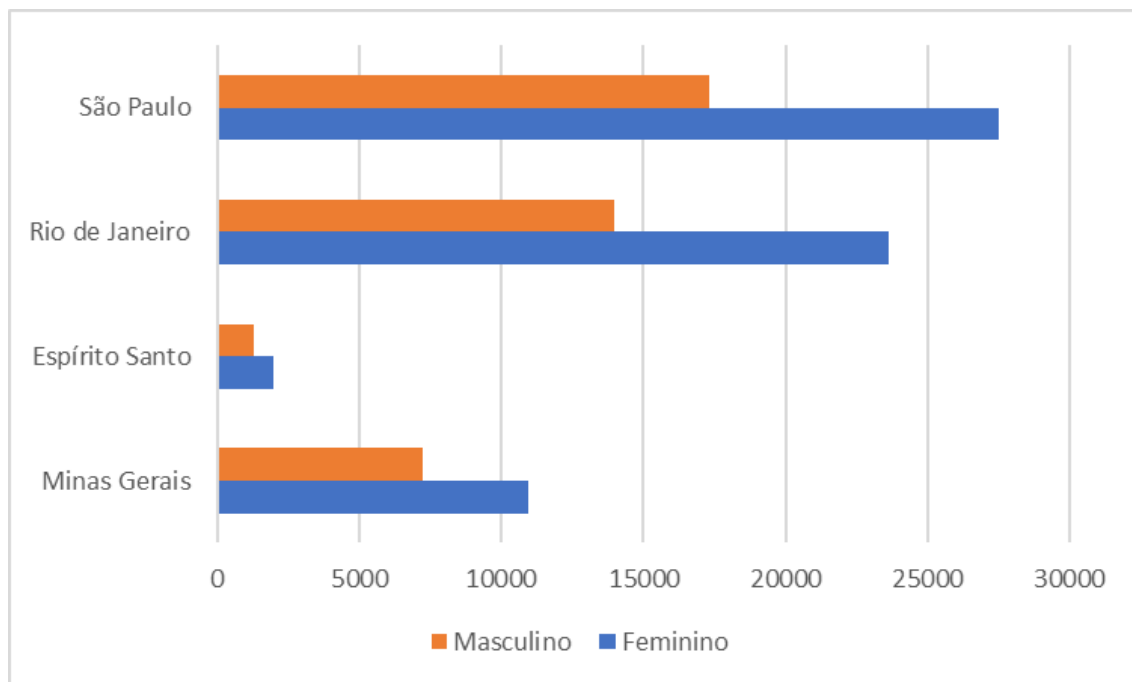
Gráfico 2. Número de votos da Região Nordeste por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Na Região Sudeste, região com maior número de votos, computou-se 64.068 votos do sexo feminino e 39.830 do sexo masculino. Os votantes do sexo feminino lideraram no estado de São Paulo, com 27.516 votos femininos contra 17.330 masculinos (gráfico 3) — a maior diferença entre os votos de todos os estados, sendo 10.186 femininos a mais que masculinos.

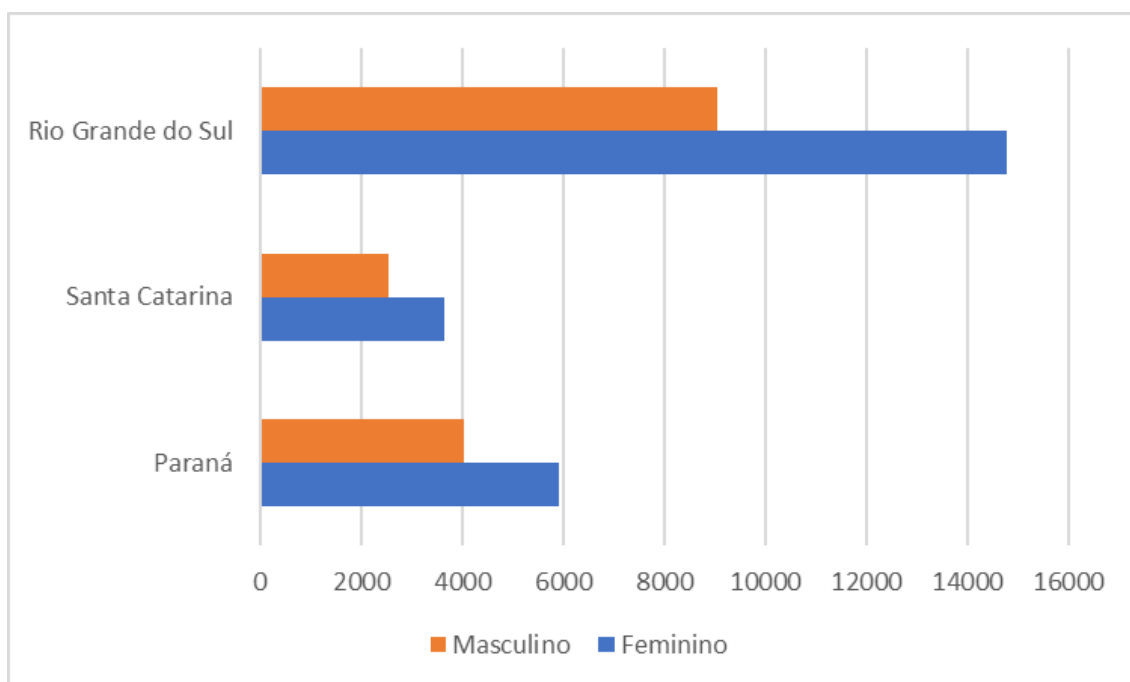
Gráfico 3. Número de votos da Região Sudeste por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

A Região Sul obteve 15.622 votos do sexo masculino e 24.360 do sexo feminino. O estado com mais votos foi o estado do Rio Grande do Sul, com o total de 23.822 votos (gráfico 4), o que representa 59,58% dos votos totais da região.

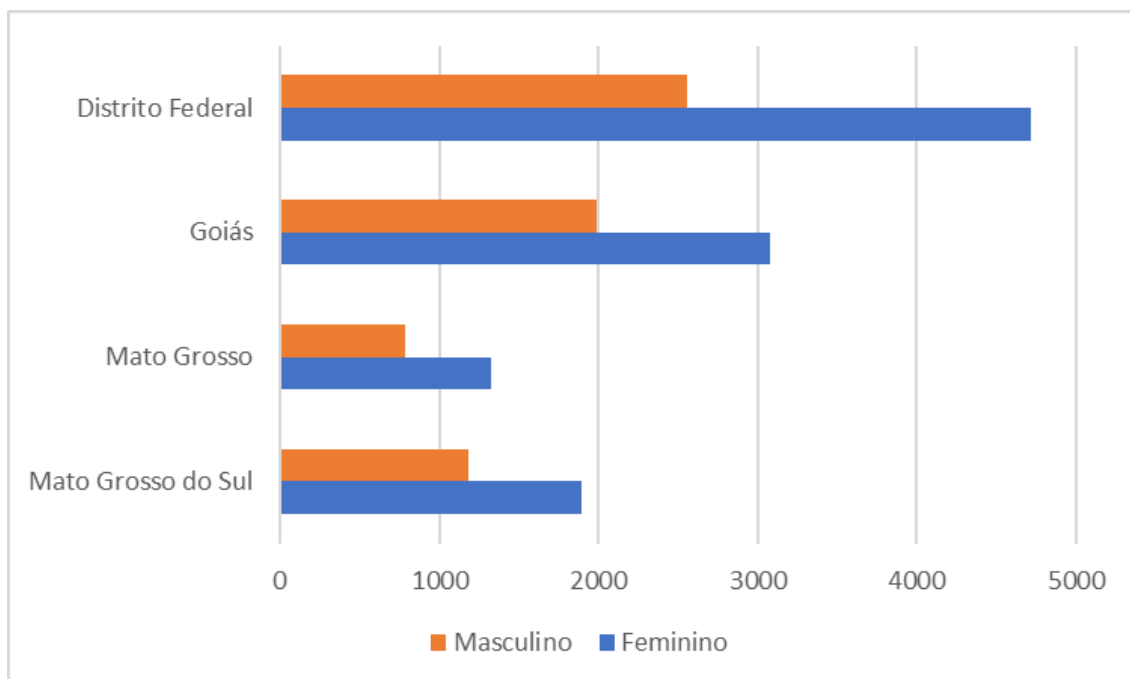
Gráfico 4. Número de votos da Região Sul por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

O Centro-oeste, região com menor número de habitantes, totalizou 6.509 votos masculinos e 11.007 votos femininos, tendo o Distrito Federal como o estado com mais números de votos: 7.269 (4.716 femininos e 2.553 masculinos).

Gráfico 5. Número de votos da Região Centro-oeste por sexo



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

5.3. Perfil dos participantes - faixa etária

Ao analisar os dados relacionados à faixa etária, é possível observar que a maior parte dos participantes da plataforma Brasil Participativo se encontra na faixa entre 30 e 44 anos (41,98%), já entre as propostas, o maior percentual de votos está entre 45 e 59 anos (35,64%) e 30 a 44 anos (35,18%). O maior percentual de votos (42,30%) está na faixa etária entre 30 e 44 anos.

Grupo de idade	Participantes	%	Propostas	%	Votos	%	Votos Programa	Votos Propostas
Até 14 anos	1981	0.15%	10	0.14%	878	0.06%	206	690
15 a 24 anos	156040	11.99%	550	7.44%	206105	13.47%	37994	168111
25 a 34 anos	374566	28.79%	1327	17.94%	394513	25.78%	31750	177300
35 a 44 anos	405470	31.16%	1279	17.30%	443500	28.98%	58426	215415
45 a 54 anos	244264	18.77%	2067	27.95%	271121	17.72%	40043	110784
55 a 64 anos	65419	5.03%	1597	21.60%	156858	10.25%	28835	128023
65 a 70 anos	53397	4.10%	565	7.64%	57199	3.74%	11762	45437

Fonte: Relatório Brasil Participativo

A participação de crianças e adolescentes no **PPA Participativo** foi pouco expressiva, conforme o esperado. Os jovens apresentaram percentual de participação e votação maiores do que a taxa de distribuição para essa população no Brasil (22,50%), demonstrando engajamento, embora tenham proposto menos (14,32%). Já a participação de idosos (acima de 60 anos) apresentou-se abaixo do esperado se compararmos com o percentual populacional desse grupo (15,57%) em todas as categorias: participantes, proponentes e votantes.

6. Perfil dos participantes – Programas

O governo federal priorizou 28 programas, previstos no Plano Plurianual (PPA), para serem votados no processo do PPA Participativo pela sociedade. A coleta de dados relacionada a esses programas foi realizada na plataforma Brasil Participativo durante o período de 11 de maio a 16 de julho. As variáveis incluídas nesta seção referem-se ao perfil do participante, tais como: região, sexo e faixa etária. Além disso, o número de votos e temas também são apresentados para compor a análise. Salienta-se que o quadro abaixo compreende as regiões, sexo e faixa etária que obtiveram o maior número de votos no referido programa para uma visão geral.

	Programa	Temas	Nº de votos	Região	Sexo	Faixa Etária
1	<u>Enfrentamento da Emergência Climática</u>	Meio Amb. e Mudança do Clima	20.534	Sudeste (56,13%)	Feminino (58,39%)	35 a 44 anos (23,27%)
2	<u>Atenção Primária à Saúde</u>	Saúde	20.427	Sudeste (35,39%)	Feminino (68,31%)	35 a 44 anos (26,11%)
3	<u>Atenção Especializada à Saúde</u>	Saúde	18.786	Sudeste (34,04%)	Feminino (69,36%)	35 a 44 anos (26,87%)
4	<u>Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda</u>	Trabalho e Emprego	16.316	Sudeste (45,10%)	Feminino (54,81%)	35 a 44 anos (21,60%)
5	<u>Turismo, esse é o Destino</u>	Turismo	15.246	Sudeste (85,88%)	Feminino (60,60%)	25 a 34 anos (29,06%)
6	<u>Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome</u>	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	15.161	Sudeste (41,34%)	Feminino (64,02%)	25 a 34 anos (26,89%)
7	<u>Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo</u>	Igualdade Racial	12.477	Sudeste (49,88%)	Feminino (64,95%)	35 a 44 anos (28,37%)
8	<u>Agricultura Familiar e Agroecologia</u>	Desenv. Agrário e Agricult. Familiar	10.964	Sudeste (36,71%)	Feminino (54,69%)	35 a 44 anos (26,17%)
9	<u>Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade</u>	Educação	9.192	Sudeste (42,37%)	Feminino (58,50%)	35 a 44 anos (27,94%)
10	<u>Juventude: Direitos, participação e bem viver</u>	Presidência da República	9.099	Norte (62,81%)	Feminino (63,08%)	25 a 34 anos (22,12%)
11	<u>Mulher: Viver sem Violência</u>	Mulheres	7.766	Sudeste (41,83%)	Feminino (82,39%)	25 a 34 anos (26,01%)
12	<u>Direito à Cultura</u>	Cultura	7.489	Sudeste (43,17%)	Feminino (55,43%)	35 a 44 anos (26,04%)
13	<u>Moradia Digna</u>	Cidades	6.451	Sudeste (39,30%)	Feminino (63,57%)	35 a 44 anos (24,89%)

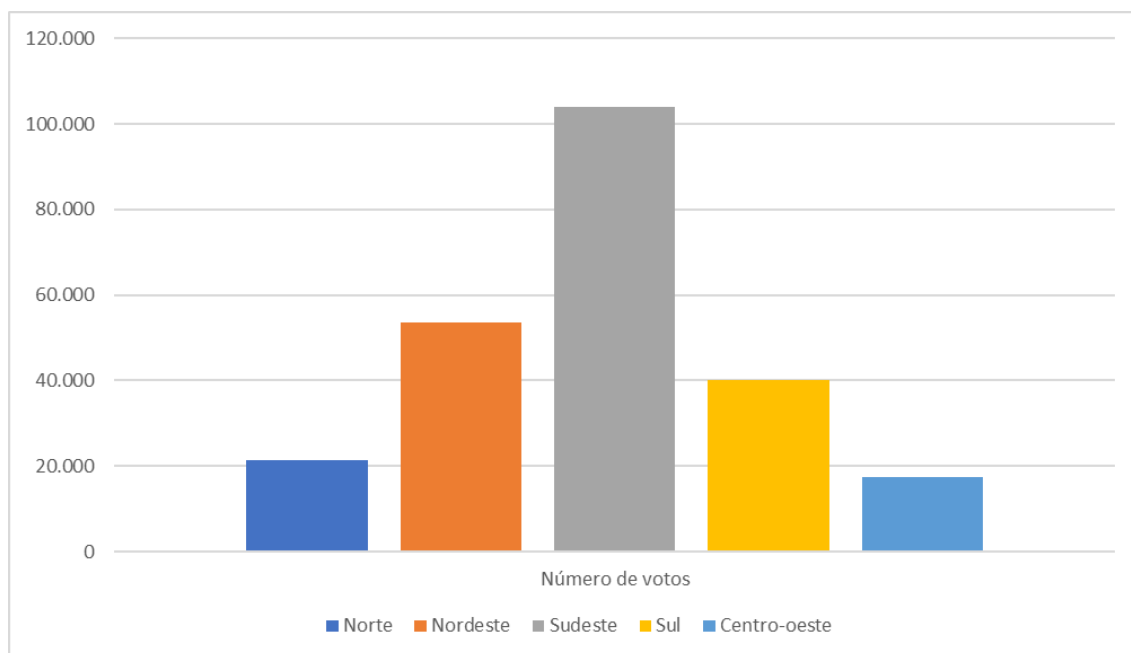
	Programa	Temas	Nº de votos	Região	Sexo	Faixa Etária
14	<u>Educação Superior: qualidade, democracia e sustentabilidade</u>	Educação	6.428	Sudeste (40,23%)	Feminino (56,97%)	35 a 44 anos (25,97%)
15	<u>Promoção da Cidadania, Proteção, Defesa de Direitos Humanos e Reparação a Violações</u>	Direitos Humanos e Cidadania	6.163	Sudeste (47,40%)	Feminino (56,89%)	25 a 34 anos (28,21%)
16	<u>Economia Popular, Solidariedade e Sustentável</u>	Trabalho e Emprego	6.000	Sudeste (40,63%)	Feminino (62,58%)	35 a 44 anos (24,46%)
17	<u>Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI</u>	Ciência Tecnologia e Inovação	5.705	Sudeste (42,93%)	Masculino (50,25%)	35 a 44 anos (25,31%)
18	<u>Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas</u>	Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	5.025	Sudeste (38,73%)	Feminino (69,56%)	25 a 34 anos (30,69%)
19	<u>Mobilidade Urbana</u>	Cidades	4.955	Sudeste (42,76%)	Feminino (52,04%)	25 a 34 anos (26,41%)
20	<u>Política Econômica para o Crescimento e Desenv. Socioeconômico Sustentável e Inclusivo</u>	Fazenda	4.381	Sudeste (40,61%)	Feminino (55,20%)	35 a 44 anos (24,94%)
21	<u>Segurança Pública com Cidadania</u>	Justiça e Segurança Pública	4.283	Sudeste (39,65%)	Masculino (50,34%)	35 a 44 anos (29,23%)
22	<u>Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para a cidadania e o bem viver dos Povos Indígenas</u>	Povos Indígenas	4.106	Sudeste (46,22%)	Feminino (65,00%)	35 a 44 anos (26,04%)
23	<u>Comunicações para Inclusão e Transformação</u>	Comunicações	4.082	Sudeste (39,78%)	Feminino (64,18%)	35 a 44 anos (24,86%)
24	<u>Esporte para Vida</u>	Esporte	3.422	Sudeste (41,64%)	Feminino (58,74%)	35 a 44 anos (27,00%)
25	<u>Pesca e Aquicultura Sustentáveis</u>	Pesca e Aquicultura	3.245	Nordeste (45,33%)	Feminino (60,41%)	35 a 44 anos (27,38%)
26	<u>Neointustrialização</u>	Desenv., Ind., Comércio e Serviços	3.168	Sudeste (42,89%)	Masculino (57,71%)	25 a 34 anos (26,34%)
27	<u>Transição Energética</u>	Minas e Energia	2.773	Sudeste (45,35%)	Masculino (53,46%)	25 a 34 anos (28,20%)
28	<u>Produção Agropecuária Sustentável</u>	Agricultura e Pecuária	2.460	Sudeste (40,10%)	Feminino (58,12%)	35 a 44 anos (27,03%)
Total			215.570			

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

6.1. Perfil dos participantes - programas por região

Os 28 programas analisados receberam o total de 215.570 votos. A região Sudeste, que promoveu o maior número de votos, foi responsável por 103.898 votos, seguida da região Nordeste, com 53.554 votos, da região Sul, com 39.982, da região Norte, com 21.378, e da região Centro-oeste, com 17.516 votos (gráfico 6).

Gráfico 6. Número de votos dos programas por região



Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Os programas “Enfrentamento da emergência climática”, “Atenção primária à saúde” e “Atenção especializada à saúde” aparecem como mais votados com 20.534, 20.427 e 18.786 votos, respectivamente, tendo a região Sudeste como predominante nas três colocações.

Os programas “Juventude: Direitos, participação e bem viver” e “Pesca e Aquicultura Sustentáveis” tiveram as regiões Norte e Nordeste como líderes de votos, respectivamente. Os outros 26 programas foram liderados pela região Sudeste no número de votos.

A maior parte das regiões tiveram contribuição de votos na base de um voto para cada mil habitantes, com destaque de participação para a região Sul com um voto para cada 770 habitantes e da região Sudeste com um voto para cada 874 habitantes.

Abaixo são apresentados os três programas mais votado por estado:

Tabela 1. Votação dos programas por estado - Norte

Estado	Programa	Votos
Acre	8. Agricultura Familiar e Agroecologia	97
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	83
	2. Atenção Primária à Saúde	75
Amapá	10. Juventude: Direitos, participação e bem viver	5.317
	2. Atenção Primária à Saúde	271
	3. Atenção Especializada à Saúde	245
Amazonas	2. Atenção Primária à Saúde	303
	3. Atenção Especializada à Saúde	287
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	254
Pará	2. Atenção Primária à Saúde	552
	3. Atenção Especializada à Saúde	512
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	465
Rondônia	2. Atenção Primária à Saúde	108
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	99
	3. Atenção Especializada à Saúde	98
Roraima	13. Moradia Digna	96
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	81
	2. Atenção Primária à Saúde	77
Tocantins	3. Atenção Especializada à Saúde	97
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	95
	2. Atenção Primária à Saúde	85

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 2. Votação dos programas por estado - Nordeste

Estado	Programa	Votos
Alagoas	2. Atenção Primária à Saúde	266
	3. Atenção Especializada à Saúde	213
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	200
Bahia	2. Atenção Primária à Saúde	1.464
	3. Atenção Especializada à Saúde	1.399
	7. Promoção da Igualdade Étnico-racial, Combate e Superação do Racismo	1.021
Ceará	2. Atenção Primária à Saúde	779
	3. Atenção Especializada à Saúde	721
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	618

Estado	Programa	Votos
Maranhão	2. Atenção Primária à Saúde	523
	3. Atenção Especializada à Saúde	520
	25. Pesca e Aquicultura Sustentáveis	459
Paraíba	2. Atenção Primária à Saúde	369
	3. Atenção Especializada à Saúde	213
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	200
Pernambuco	2. Atenção Primária à Saúde	906
	3. Atenção Especializada à Saúde	802
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	704
Piauí	2. Atenção Primária à Saúde	340
	3. Atenção Especializada à Saúde	325
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	259
Rio Grande do Norte	2. Atenção Primária à Saúde	383
	3. Atenção Especializada à Saúde	351
	6. Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	323
Sergipe	2. Atenção Primária à Saúde	196
	3. Atenção Especializada à Saúde	182
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	179

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 3. Votação dos programas por estado – Sudeste

Estado	Programa	Votos
Espírito Santo	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	310
	2. Atenção Primária à Saúde	282
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	262
Minas Gerais	1. Enfrentamento da Emergência Climática	2.071
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	1.588
	2. Atenção Primária à Saúde	1.513
Rio de Janeiro	5. Turismo, esse é o Destino	11.970
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	2.935
	2. Atenção Primária à Saúde	2.254
São Paulo	1. Enfrentamento da Emergência Climática	6.257
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	3.468
	2. Atenção Primária à Saúde	3.183

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 4. Votação dos programas por estado – Sul

Estado	Programa	Votos
Paraná	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	902
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	896
	3. Atenção Especializada à Saúde	773
Rio Grande do Sul	2. Atenção Primária à Saúde	3.813
	3. Atenção Especializada à Saúde	3.626
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	2.023
Santa Catarina	1. Enfrentamento da Emergência Climática	664
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	556
	2. Atenção Primária à Saúde	484

Tabela 5. Votação dos programas por estado – Centro-oeste

Estado	Programa	Votos
Distrito Federal	1. Enfrentamento da Emergência Climática	693
	7. Promoção da Igualdade Étnico-racial, Combate e Superação do Racismo	647
	2. Atenção Primária à Saúde	577
Goiás	2. Atenção Primária à Saúde	437
	3. Atenção Especializada à Saúde	416
	1. Enfrentamento da Emergência Climática	403
Mato Grosso	2. Atenção Primária à Saúde	210
	3. Atenção Especializada à Saúde	187
	4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	161
Mato Grosso do Sul	8. Agricultura Familiar e Agroecologia	391
	11. Mulher: Viver sem Violência	282
	2. Atenção Primária à Saúde	233

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

6.2. Perfil dos participantes - programas por sexo

No que diz respeito ao perfil dos participantes por sexo, o sexo feminino predominou nos votos em 25 dos 28 programas. Ele totalizou 144.613 votos dos 215.570 gerais, o que equivale a 67% dos votos em âmbito nacional. O público feminino votou em média 1,6 vezes a mais que o público masculino. As propostas nas quais o sexo masculino liderou em relação às mulheres foram: “Transição Energética”, “Neoindustrialização” e “Segurança Pública com Cidadania”.

No âmbito regional, o público do sexo feminino apresentou mais votos na região Sudeste, com 64.068, e menos votos na região Centro-oeste, com 11.007 votos, não sendo diferente do sexo masculino, que obteve mais votos na região Sudeste, 39.830, e menos na região Centro-oeste, 6.509 votos.

Em uma análise estadual, o público feminino apresentou maior votação no estado de São Paulo, com 27.516 votos, e menor votação no estado do Acre, com 554 votos. O sexo masculino, por sua vez, recebeu mais votos no estado de São Paulo, 17.330 votos, e menos no estado de Roraima, 258 votos.

O programa mais votado pelo sexo feminino, em âmbito nacional, foi “Atenção primária à saúde”, com 13.961 votos, e o mais votado pelo sexo masculino foi o “Enfrentamento da Emergência Climática”, com 8.544 votos.

Quanto aos temas das propostas, apresenta-se uma atenção maior das mulheres para a área da saúde e dos homens para questões climáticas e de trabalho, emprego e renda.

Ranking de programas mais votados pelo sexo feminino

	Programa	Nº de votos
1	Atenção Primária à Saúde	13.961
2	Atenção Especializada à Saúde	13.045
3	Enfrentamento da Emergência Climática	11.989
4	Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	9.713
5	Turismo, esse é o Destino	9.282

Ranking de programas mais votados pelo sexo masculino

1	Enfrentamento da Emergência Climática	8.544
2	Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	7.377
3	Atenção Primária à Saúde	6.477
4	Turismo, esse é o Destino	6.036
5	Atenção Especializada à Saúde	5.763

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Ranking de programas mais votados pelo sexo feminino – por região

	Programa	Nº de votos
Norte	Juventude: Direitos, participação e bem viver	3.698
Nordeste	Atenção Primária à Saúde	3.537
Sudeste	Turismo, esse é o Destino	8.179
Sul	Atenção Primária à Saúde	3.405
Centro-oeste	Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo	446

Ranking de programas mais votados pelo sexo masculino - por região

Norte	Juventude: Direitos, participação e bem viver	2.021
Nordeste	Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	1.759
Sudeste	Turismo, esse é o Destino	4.976
Sul	Atenção Primária à Saúde	1.645
Centro-oeste	Enfrentamento da Emergência Climática	259

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

6.3. Perfil dos participantes - programas por faixa-etária

Na análise dos dados relacionados à faixa-etária com base nos programas, observa-se maior contribuição de pessoas de 25 a 34 anos (25,02%). O programa com maior número de votos geral por faixa-etária foi o “Juventude: Direitos, participação e bem viver”, com 5.363 votos de jovens de 15 a 24 anos.

A tabela abaixo apresenta, de forma segmentada, as 3 (três) propostas mais votadas por cada faixa-etária:

FAIXA-ETÁRIA	PROPOSTA
Até 14 anos	3. Atenção Especializada à Saúde 5. Turismo, esse é o Destino 2. Atenção Primária à Saúde
15 a 24 anos	10. Juventude: Direitos, participação e bem viver 4. Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda 5. Turismo, esse é o Destino

FAIXA-ETÁRIA	PROPOSTA
25 a 34 anos	2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde 5. Turismo, esse é o Destino
35 a 44 anos	2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde 1. Enfrentamento da Emergência Climática
45 a 54 anos	2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde 1. Enfrentamento da Emergência Climática
55 a 64 anos	1. Enfrentamento da Emergência Climática 2. Atenção Primária à Saúde 3. Atenção Especializada à Saúde
65 ou mais	1. Enfrentamento da Emergência Climática 2. Atenção Primária à Saúde 8. Agricultura Familiar e Agroecologia

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

De forma regional, a Região Norte teve maior participação de jovens de 15 a 24 anos, tendo como o estado do Amapá como parte fundamental para esse fato, com 7.767 votos nessa faixa.

Na Região Nordeste, adultos de 35 a 44 anos tiveram destaque nos votos das propostas, com três estados com maior número de votos nessa faixa: Alagoas, Bahia e Pernambuco.

O Sudeste obteve mais votos nas propostas entre a faixa de 25 a 34 anos, com 25.662 votos, sendo o estado de São Paulo responsável por 43,18% dessa faixa.

A Região Sul concentrou o maior número de votos em propostas na faixa de 35 a 44 anos — faixa com maior número de votos no Paraná e Rio Grande do Sul.

O Centro-oeste concentrou o maior número de votos, nas propostas, na faixa de 25 a 34 anos. Distrito Federal, Mato Grosso e Goiás tiveram maior ocorrência de votos na faixa de 25 a 34 anos. Mato Grosso do Sul, adultos de 35 a 44 anos.

As tabelas seguintes apresentam o quantitativo de votos por estado, nas propostas, por faixa-etária.

Tabela 6. Votação dos programas por faixa-etária - Norte

Estado	Faixa-etária	Votos
Acre	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	146
	25 a 34 anos	244
	35 a 44 anos	257
	45 a 54 anos	142
	55 a 64 anos	86
	65 ou mais	18
Amapá	Até 14 anos	7
	15 a 24 anos	5.736
	25 a 34 anos	1.427
	35 a 44 anos	303
	45 a 54 anos	181
	55 a 64 anos	106
	65 ou mais	7
Amazonas	Até 14 anos	3
	15 a 24 anos	628
	25 a 34 anos	1.010
	35 a 44 anos	724
	45 a 54 anos	528
	55 a 64 anos	240
	65 ou mais	64
Pará	Até 14 anos	8
	15 a 24 anos	1.095
	25 a 34 anos	1.731
	35 a 44 anos	1.584
	45 a 54 anos	1.041
	55 a 64 anos	560
	65 ou mais	186
Rondônia	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	3
	25 a 34 anos	8
	35 a 44 anos	10
	45 a 54 anos	2
	55 a 64 anos	1
	65 ou mais	1
	Até 14 anos	3
	15 a 24 anos	159

Estado	Faixa-etária	Votos
Roraima	25 a 34 anos	293
	35 a 44 anos	269
	45 a 54 anos	150
	55 a 64 anos	46
	65 ou mais	8
Tocantins	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	262
	25 a 34 anos	286
	35 a 44 anos	287
	45 a 54 anos	234
	55 a 64 anos	112
	65 ou mais	21

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 7. Votação dos programas por faixa-etária - Nordeste

Estado	Faixa-etária	Votos
Alagoas	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	487
	25 a 34 anos	762
	35 a 44 anos	547
	45 a 54 anos	439
	55 a 64 anos	205
	65 ou mais	43
Bahia	Até 14 anos	11
	15 a 24 anos	2.110
	25 a 34 anos	3.858
	35 a 44 anos	4.147
	45 a 54 anos	2.512
	55 a 64 anos	1.517
	65 ou mais	325
Ceará	Até 14 anos	12
	15 a 24 anos	1.417
	25 a 34 anos	2.198
	35 a 44 anos	1.948
	45 a 54 anos	1.177
	55 a 64 anos	838
	65 ou mais	153

Estado	Faixa-etária	Votos
Maranhão	Até 14 anos	1
	15 a 24 anos	855
	25 a 34 anos	1.570
	35 a 44 anos	1.562
	45 a 54 anos	964
	55 a 64 anos	497
	65 ou mais	158
Paraíba	Até 14 anos	9
	15 a 24 anos	729
	25 a 34 anos	966
	35 a 44 anos	1.044
	45 a 54 anos	634
	55 a 64 anos	413
	65 ou mais	179
Pernambuco	Até 14 anos	7
	15 a 24 anos	1.417
	25 a 34 anos	2.456
	35 a 44 anos	2.337
	45 a 54 anos	1.771
	55 a 64 anos	923
	65 ou mais	225
Piauí	Até 14 anos	5
	15 a 24 anos	444
	25 a 34 anos	908
	35 a 44 anos	867
	45 a 54 anos	572
	55 a 64 anos	331
	65 ou mais	57
Rio Grande do Norte	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	649
	25 a 34 anos	1.065
	35 a 44 anos	1.097
	45 a 54 anos	680
	55 a 64 anos	515
	65 ou mais	152
Sergipe	Até 14 anos	4
	15 a 24 anos	426
	25 a 34 anos	651
	35 a 44 anos	568

Estado	Faixa-etária	Votos
	45 a 54 anos	371
	55 a 64 anos	190
	65 ou mais	42

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 8. Votação dos programas por faixa-etária - Sudeste

Estado	Faixa-etária	Votos
Espírito Santo	Até 14 anos	6
	15 a 24 anos	492
	25 a 34 anos	828
	35 a 44 anos	822
	45 a 54 anos	536
	55 a 64 anos	426
	65 ou mais	100
Minas Gerais	Até 14 anos	15
	15 a 24 anos	2.307
	25 a 34 anos	4.313
	35 a 44 anos	4.738
	45 a 54 anos	2.946
	55 a 64 anos	2.632
	65 ou mais	1.232
Rio de Janeiro	Até 14 anos	52
	15 a 24 anos	5.434
	25 a 34 anos	9.567
	35 a 44 anos	8.626
	45 a 54 anos	6.512
	55 a 64 anos	5.065
	65 ou mais	2.353
São Paulo	Até 14 anos	17
	15 a 24 anos	5.904
	25 a 34 anos	10.954
	35 a 44 anos	11.430
	45 a 54 anos	7.718
	55 a 64 anos	6.043
	65 ou mais	2.780

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 9. Votação dos programas por faixa-etária - Sul

Estado	Faixa-etária	Votos
Paraná	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	1.389
	25 a 34 anos	2.426
	35 a 44 anos	2.367
	45 a 54 anos	2.017
	55 a 64 anos	1.321
	65 ou mais	453
Rio Grande do Sul	Até 14 anos	20
	15 a 24 anos	2.121
	25 a 34 anos	4.748
	35 a 44 anos	6.225
	45 a 54 anos	4.676
	55 a 64 anos	4.274
	65 ou mais	1.758
Santa Catarina	Até 14 anos	12
	15 a 24 anos	961
	25 a 34 anos	1.579
	35 a 44 anos	1.535
	45 a 54 anos	988
	55 a 64 anos	781
	65 ou mais	331

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 10. Votação dos programas por faixa-etária - Centro-oeste

Estado	Faixa-etária	Votos
Distrito Federal	Até 14 anos	6
	15 a 24 anos	969
	25 a 34 anos	2.047
	35 a 44 anos	2.200
	45 a 54 anos	1.290
	55 a 64 anos	583
	65 ou mais	174
Goiás	Até 14 anos	8
	15 a 24 anos	811
	25 a 34 anos	1.424
	35 a 44 anos	1.247
	45 a 54 anos	876

Estado	Faixa-etária	Votos
	55 a 64 anos	508
	65 ou mais	188
Mato Grosso	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	421
	25 a 34 anos	623
	35 a 44 anos	526
	45 a 54 anos	336
	55 a 64 anos	145
	65 ou mais	57
Mato Grosso do Sul	Até 14 anos	0
	15 a 24 anos	432
	25 a 34 anos	769
	35 a 44 anos	834
	45 a 54 anos	586
	55 a 64 anos	371
	65 ou mais	85

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

7. Perfil dos participantes - por proposta

A plataforma Brasil Participativo possibilitou a coleta de propostas da sociedade. Foram 8.254 propostas cadastradas. Nesta seção serão apresentadas as principais propostas votadas por região, sexo e faixa-etária com base nas 50 propostas mais votadas.

7.1. Por região

Em todas as regiões, as propostas mais votadas na plataforma concentraram-se nos temas da Saúde, Educação e Segurança Pública, com algumas poucas diferenças nas prioridades. Enquanto no Norte e no Nordeste a prioridade foi o tema da Saúde, com a proposta de valorização profissional de Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias (ACS/ACE), no Sudeste e no Sul, a prioridade foi a área da Segurança Pública, com a proposta sobre segurança jurídica para guardas municipais.

No Centro-Oeste, a prioridade de votos em propostas também foi a área da Segurança Pública, mas na proposta referente ao aumento de cargos para Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Tabela 11. Votação das propostas por região - Norte

Região	Propostas	Votos
Norte	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	8.373
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	7.591
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	6.138
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	4.696
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	3.280

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Na Região Nordeste, as propostas mais votadas na plataforma concentraram-se nos temas da Saúde, Segurança Pública e Educação, conforme é possível visualizar na tabela a seguir:

Tabela 12. Votação das propostas por região - Nordeste

Região	Propostas	Votos
Nordeste	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	55.091
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	45.640
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	32.870
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	28.821
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	21.438

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 13. Votação das propostas por região - Sudeste

Estado	Proposta	Votos
Sudeste	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	352.98
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	26.261
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	25.896
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	21.161
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	17.563

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 14. Votação das propostas por região - Sudeste

Estado	Propostas	Votos
Sul	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	12273
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	10021
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	8284
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	7541
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	5981

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

Tabela 15. Votação das propostas por região - Centro-oeste

Estado	Propostas	Votos
Centro-oeste	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	8022
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	7643
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	5830
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	5128
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	3226

Fonte: SNPS/Base de dados Dataprev

7.2. Por sexo

Na tabela a seguir, é possível destacar a prioridade das propostas mais votadas no recorte por sexo. Para as mulheres, o tema da Saúde está em primeiro lugar, com a proposta que pede aumento do piso da Enfermagem. Ainda para as mulheres, em segundo lugar o tema da Saúde segue em destaque, com a proposta que pede valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias (ACS/ACE).

Já para os homens, a prioridade é o tema da Segurança Pública, com a proposta que pede segurança jurídica para os guardas municipais. No segundo lugar, os homens seguem priorizando o tema da Segurança, com a proposta que pede aumento de cargos para a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Ranking de propostas mais votadas pelo sexo feminino

	Proposta	Nº de votos
1	Aumento do Piso da Enfermagem	70.257
2	Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	63.106
3	Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	38.988
4	Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	28.754
5	Segurança Pública Cidadã - Segurança jurídica para os guardas municipais	22.696

Ranking de programas mais votados pelo sexo masculino

1	Segurança Pública Cidadã - Segurança jurídica para os guardas municipais	52.824
2	Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	44.425
3	Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	38.165
4	Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	32.630
5	Aumento do Piso da Enfermagem	22.245

7.3. Por faixa-etária

No quesito faixa-etária, até 14 anos, a prioridade é Educação, com a proposta que pede reestruturação da carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE). De 15 a 34, a prioridade passa a ser Segurança Pública, com a proposta que pede aumento de cargos para a Polícia Rodoviária Federal (PRF). De 35 a 39 anos, a prioridade é Saúde, com a proposta que pede aumento do piso da Enfermagem.

De 40 a 59, a prioridade também é Saúde, com destaque para a proposta que pede valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias (ACS/ACE). A partir de 60 anos, a prioridade é Educação, também com a proposta que pede reestruturação da carreira dos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE)

Faixa-etária	Propostas	Votos
Até 14 anos	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	172
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	159
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	144
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	114
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	78
Faixa-etária	Propostas	Votos
15 a 24 anos	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	14.267
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	10.463
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	10.375
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	6.146
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	4.654
Faixa-etária	Proposta	Votos
25 a 34 anos	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	33.031
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	29.435
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	20.918

Faixa-etária	Proposta	Votos
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	19.211
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	18.008
Faixa-etária	Proposta	Votos
35 a 44 anos	2. Aumento do Piso da Enfermagem	33.140
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	32.299
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	31.164
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	26.617
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	16.972
Faixa-etária	Proposta	Votos
45 a 54 anos	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	22.361
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	16.611
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	14.544
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	12.575
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	5.219
Faixa-etária	Proposta	Votos
55 a 64 anos	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	8.232
	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	7.621
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	5.760
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	4.083
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	2.508

Faixa-etária	Proposta	Votos
65 anos ou mais	3. Reestruturação da Carreira e Recomposição Salarial dos Técnico-Administrativos em Educação (TAE) do PCCTAE das Instituições Federais de Ensino (IFE)	2.987
	1. Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS	1.379
	4. Segurança jurídica para os guardas municipais	1.061
	5. Aumento de cargos para a PRF e a convocação de todos os 1.455 aprovados	1.023
	2. Aumento do Piso da Enfermagem	759

8. Incorporação dos resultados da participação no PPA

8.1. Dimensão estratégica: 1º Fórum Interconselhos

O resultado da participação na plataforma contou com um total de **291 propostas**, sendo **31 propostas** para ajustes na **visão de futuro 2027** e seus atributos, **84 propostas** para ajustes nos **valores** e nas **diretrizes** e **176 propostas** para ajustes nos **temas prioritários** dos eixos da dimensão estratégica do PPA.

8.1.1 Ajuste na visão de futuro e atributos

A **visão inicial de futuro** proposta foi: “Um país democrático, justo e próspero, onde todas as pessoas vivam com dignidade e qualidade de vida”. Após sugestões do Fórum Interconselhos, ficou: “Um país democrático, justo, **desenvolvido e ambientalmente sustentável**, onde todas as pessoas vivam com **qualidade**, dignidade e **respeito às diversidades**”.

A proposta inicial continha os seguintes **atributos** da visão de futuro:

- **Democracia:** Promover a participação social e garantir os princípios democráticos
- **Equidade:** Inclusão, justiça social e igualdade de oportunidades
- **Prosperidade:** Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e social

A proposta ajustada incorporou as seguintes contribuições do Fórum Interconselhos:

- **Democracia:** Promover a participação social e garantir a **pluralidade** e os princípios democráticos
- **Equidade:** Inclusão, justiça social, **garantia de direitos** e igualdade de oportunidades
- **Desenvolvimento:** Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e **inclusão social**

8.1.2 Ajuste nos valores e diretrizes

Por sua vez, a proposta de valores e diretrizes esteve em discussão no Fórum Interconselhos e foi ajustada conforme consta na figura abaixo.

Figura 1. Proposta inicial e ajustada de valores e diretrizes

Proposta inicial	
Valores	Diretrizes
 Democracia	Promover a inclusão econômica e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos
 Diversidade e justiça social	- Promover a redução das desigualdades sociais e regionais - Valorizar a diversidade cultural e regional - Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia e outros
 Sustentabilidade ambiental	- Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos - Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa - Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Ajustados	
Valores	Diretrizes
 Democracia	Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania
 Diversidade e justiça social	- Promover a redução das desigualdades sociais e regionais - Valorizar a diversidade cultural e regional - Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia, com respeito à orientação sexual e garantida inclusão de pessoas com deficiência
 Sustentabilidade socioambiental	- Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos - Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação. - Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas

Proposta inicial	
Valores	Diretrizes
Participação social	Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Atuação colaborativa	- Atuar em articulação com atores públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado - Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento - Potencializar a cooperação federativa
Sustentabilidade fiscal	Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e responsável
Excelência na gestão	Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital
Ajustados	
Valores	Diretrizes
Participação social	Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados
Atuação colaborativa	- Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado - Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável - Potencializar a cooperação federativa
Responsabilidade fiscal e social	Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente fiscal e socialmente responsável
Excelência na gestão	Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital

8.1.3 Ajuste nos temas prioritários por eixos

Por fim, quanto aos eixos e temas prioritários, os seguintes ajustes foram realizados.

Figura 2. Proposta inicial dos temas prioritários do Eixo 1

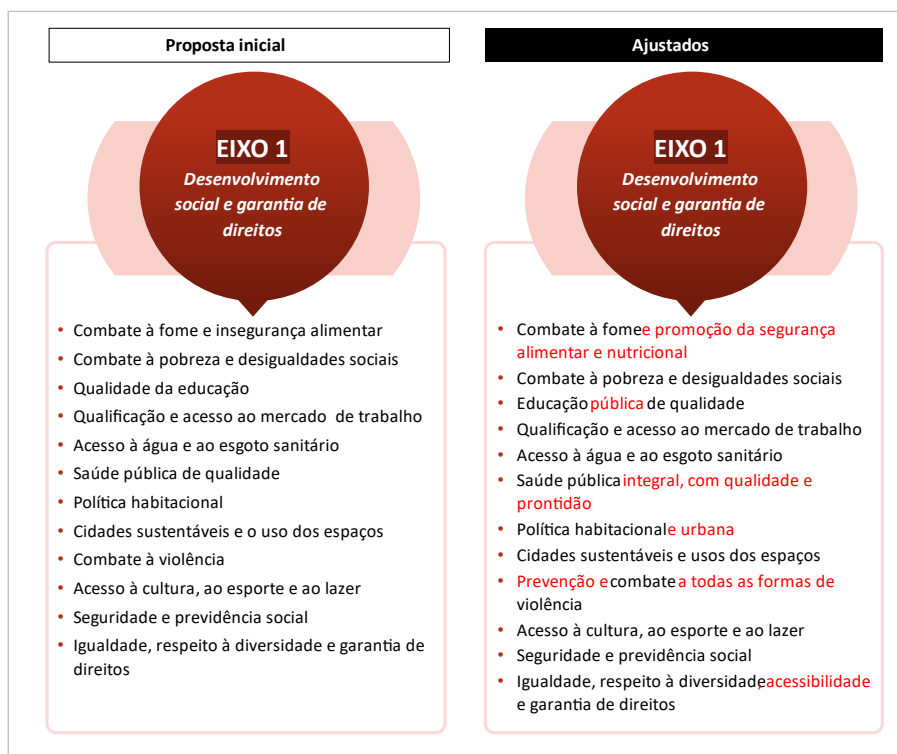


Figura 3. Proposta inicial dos temas prioritários do Eixo 2

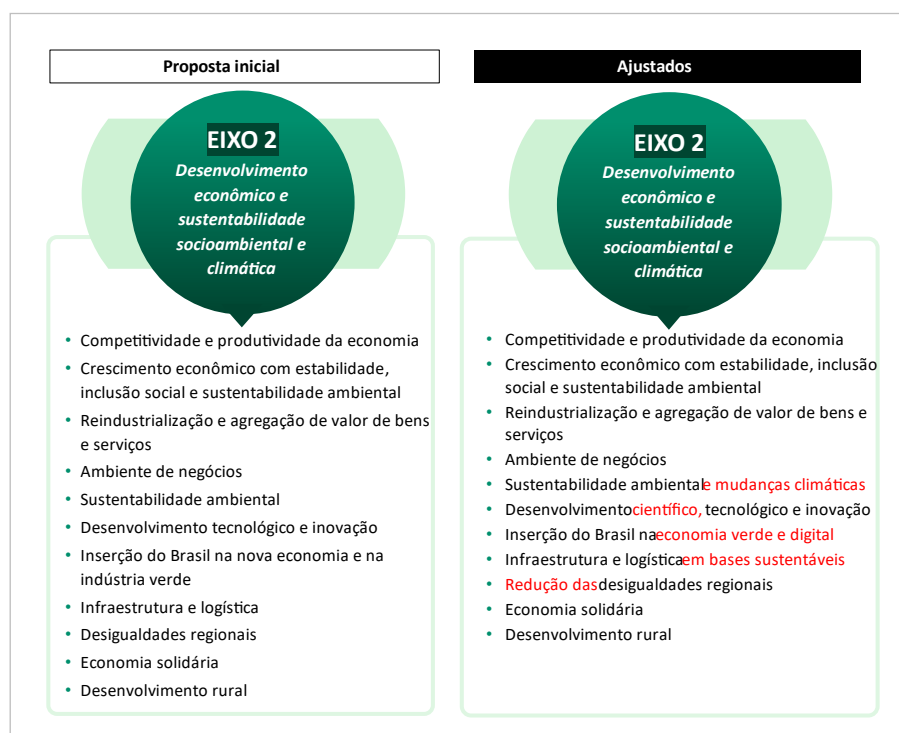


Figura 4. Proposta inicial dos temas prioritários do Eixo 3



8.2. Dimensão tática: 2º Fórum Interconselhos e Plataforma Brasil Participativo

Os resultados da priorização dos programas foram contemplados no PPA 2024-2027. Entre as prioridades estabelecidas estão a temática do primeiro programa mais votado “Combate ao desmatamento e enfrentamento à mudança climática”, do segundo e do terceiro (Saúde – Atenção primária e especializada), do quarto “Promoção do trabalho digno, emprego e renda” e Educação básica, já que se tratou do tema específico com maior número de propostas (48).

A análise e processo de incorporação das propostas relativas à Dimensão Tática do PPA iniciou no 2º Fórum Interconselhos, realizado entre 10 e 11 de julho, quando os participantes se posicionaram sobre as 20 propostas mais votadas por ministério constantes no relatório parcial da Plataforma Digital (de caráter preliminar, de 06 de julho de 2023) e apresentaram suas contribuições para a dimensão tática do PPA. Este relatório, em conjunto com o Relatório Final da Plataforma Brasil Participativo, de 19 de julho de 2023, constituíram a base de contribuição da participação social na elaboração do PPA 2024-2027.

Tais relatórios do PPA Participativo foram enviados para a Secretaria Nacional de Planejamento/MPO, que avaliou o conteúdo recebido de forma a:

- Identificar as propostas endereçadas a um Ministério, mas que, eventualmente versavam sobre temas afetos às competências de outras pastas;
- Identificar as propostas endereçadas a um Ministério cuja competência não estava relacionada ao objeto da proposta;

Neste último caso, a SEPLAN buscou direcionar a proposta para o órgão setorial competente.

Realizada esta primeira etapa, a SEPLAN empreendeu esforço para sistematizar em uma matriz todas as sugestões enviadas a cada um dos ministérios. Assim, cada um dos ministérios recebeu uma “Matriz modelo para orientação quanto à incorporação das propostas recebidas pela sociedade no PPA” (Figura 5), que continha informações referentes às propostas com sua descrição, à avaliação do Fórum Interconselhos, às possibilidades técnicas de enquadramento no âmbito do PPA, além de espaço para o órgão responder se incorporou ao PPA, em qual programa, em qual atributo e a justificativa em caso de não incorporação. Este instrumento permitiu que as propostas fossem distribuídas a todos os ministérios que possivelmente estariam envolvidos com a temática sugerida, o que viabilizou a análise de maneira mais abrangente e completa.

Figura 5. Matriz modelo para orientação quanto à incorporação das propostas recebidas pela sociedade no PPA

[illegible]

Iniciou-se então um processo de diálogo com cada um dos Ministérios, do qual participaram os Assessores de Diversidade e Participação Social e as subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração dos órgãos setoriais. Inúmeras reuniões foram realizadas de forma a promover a reflexão sobre novas alternativas de incorporação, com base na análise preliminar de cada ministério e adensamento das discussões técnicas. A terceira etapa deu-se com a devolutiva da Matriz preenchida pelos Ministérios. As possibilidades de incorporação, a indicação dos atributos do PPA ajustados e justificativas pertinentes foram o insumo para nova análise da SEPLAN.

O processo de análise das propostas que chegaram da sociedade para cada Ministério deu-se concomitantemente à realização de outras etapas do PPA, como a atribuição de metas dos objetivos específicos e entregas, destinação de recursos financeiros para os programas, marcação das agendas transversais etc.

O enquadramento das propostas à estrutura do PPA se deu no nível de seus atributos, tanto aqueles da camada legal quanto da camada gerencial. Foram classificados no nível do atributo legal "programa", quando todo o programa estava relacionado com a demanda, no atributo legal "objetivo específico," quando este versava sobre o tema da proposta, ou em "entrega" e "medida institucional normativa específica", atributos da camada gerencial, quando se tratava do atendimento a demanda mais objetiva e concreta. No caso da camada gerencial do PPA (entregas e medidas institucionais), o processo de incorporação da participação social segue em andamento. Este processo de incorporação da participação social prevê ainda a marcação da participação social nos atributos do PPA que ocorrerá a posteriori, englobando também a camada gerencial, que será encaminhada como subsídio para análise legislativa no Congresso, conforme prevê o PL PPA.

Este relatório trata do processo inicial de incorporação da participação social no PPA, que se estenderá nas etapas seguintes de análise e aprovação do Projeto de Lei e nas etapas de revisão

e de monitoramento do plano, as quais serão realizadas também com envolvimento da sociedade. O PPA Participativo será um processo contínuo que envolverá todo o ciclo do PPA 2024-2027. Portanto, as incorporações previstas nesse primeiro processo aqui relatado poderão ser aperfeiçoadas ao longo da execução e monitoramento do PPA, das revisões anuais previstas e, ainda, durante o processo legislativo no Congresso Nacional.

8.2.1. Análise e incorporação das 50 propostas mais votadas no PPA Participativo

Entre as 50 propostas mais votadas, 26 versaram sobre assuntos que fogem do escopo do Plano Plurianual⁴ e **24 sobre assuntos passíveis de serem tratados no PPA.**

As propostas relacionadas à **educação** foram as mais numerosas entre as mais votadas, somando **nove** se forem consideradas as **duas** propostas compartilhadas com a saúde (**hospitais universitários**). Quatro delas versavam sobre consolidação ou criação de **universidades** – cuja incorporação é tratada como condicionada às análises técnicas, duas sobre **bolsas de estudos** (reajustes e para docentes) e uma sobre **alimentação escolar nos institutos federais**.

Apenas uma proposta não foi considerada como incorporada de alguma forma pelo ministério responsável porque demanda estudo técnico para a criação de um **hospital federal**, porém, uma frente de trabalho foi estabelecida para analisar a proposta. Das quatro propostas da **saúde**, há outras **duas** incorporadas ao PPA: uma relativa à qualificação técnica dos **agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias** e outra aos **cuidados paliativos** (incorporada em decorrência do **PPA Participativo**).

Outra temática importante, a do **meio ambiente**, teve as três propostas na área consideradas incorporadas, referentes a proteção, controle e **direitos dos animais** (cães, gatos, jumentos etc.).

Cidades e transportes tiveram duas propostas entre as mais votadas. No primeiro caso, a proposta que versa sobre **assistência técnica de habitação de interesse social** foi considerada parcialmente incorporada porque para o recorte proposto (para cada 20 habitantes), não haveria recursos suficientes e o **Programa Periferia Viva** já era um programa do PPA. No caso de transportes, as duas propostas de **duplicação de BR** estão presentes no PPA.

Desenvolvimento agrário e agricultura e pecuária têm uma proposta cada entre as mais votadas: **reforma agrária e produção de animais sem gaiolas**, ambas consideradas incorporadas ao PPA.

Em situação semelhante, encontram-se as duas propostas referentes a **trabalho e emprego** e a **cultura**: consta em medida institucional a instituição do grupo de trabalho que vai tratar da possibilidade de limitação da **jornada de trabalho a 40 horas semanais**; e como objetivo específico, a conservação, a proteção e a restituição do **patrimônio cultura brasileiro**.

⁴ Propostas que necessitam aprovação de lei.

Quadro 4. Incorporação no PPA 2024 - 2027 das propostas mais votadas

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Saúde: Qualificação técnica e valorização profissional dos ACS e ACE para ampliação de serviços de saúde no SUS.	Investimentos na qualificação técnica, na capacitação continuada, na valorização profissional e em equipamentos necessários, para o desempenho das atividades de agente comunitário de saúde (ACS) e de agente de combate às endemias (ACE) com vistas à oferta e a ampliação dos serviços na estratégia saúde da família na atenção básica e de vigilância epidemiológica e ambiental, mediante a participação social, com educação popular em saúde.	95.731	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada no Objetivo Específico do programa "Saúde com Agente", que continuará sendo desenvolvido para atender a formação e capacitação dos profissionais ACS e ACE.
Meio Ambiente e Mudança do Clima: Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	Política Nacional de Controle Populacional de Cães e Gatos	39.980	Incorporada - Entrega	Integralmente incorporada, tendo sido estabelecida meta de castração de cães e gatos.
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar: Reforma Agrária para Desenvolver o Brasil e Combater a Fome	Planejar, organizar e desenvolver um amplo processo de Reforma Agrária no Brasil, regularizando todas as famílias Sem Terra, desenvolvendo os Assentamentos, incentivando a partir do acesso à terra e o cumprimento da função social as condições para o bem viver no campo, com saúde, educação, cultura e sociabilidade. Infraestrutura e estímulo concreto à produção de alimentos saudáveis e em larga escala, a partir do desenvolvimento de Agroecologia, com tecnologia e assistência técnica.	13.384	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada no programa "Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais"
Saúde: Implementar a Política Nacional de Cuidados Paliativos integrada às RAS e como componente de Cuidado na APS, com garantia de financiamento	Cuidados paliativos é uma estratégia que deve ser ofertada precocemente à todas as pessoas que apresentam doenças que ameaçam à vida, com objetivo de melhorar a Qualidade de Vida através do alívio de sofrimento de ordem física, emocional, social e espiritual, cuidando de pacientes e familiares, estendendo a fase de luto (OMS). No Brasil, 7% das pessoas que precisam recebem Cuidados Paliativos, A Frente PaliATIVISTAS defende: Cuidados Paliativos como Um direito Humano - Políticas Públicas JÁ.	11.419	Incorporada - Medida institucional	Incorporada em decorrência do PPA Participativo no programa de Atenção Especializada à Saúde

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Transportes: Duplicação BR 290 - Rodovia do Mercosul - Trecho RS	Como coordenador da FRENTE PARLAMENTAR PELA DUPLICAÇÃO DA BR 290, propomos a duplicação da BR, no trecho Eldorado do Sul a Uruguaiana. Rodovia do Mercosul. Realçamos sua importância estratégica para a região, para o país e fundamentalmente para o Mercosul. A referida obra está inclusa nos acordos internacionais do país com a Argentina desde 2004,	9.100	Incorporada - Entrega	Atendimento previsto para a BR-290/RS de adequação de trecho rodoviário - entr. BR-116 (p/Guaíba) - entr. BR-471 (Pântano Grande)
Educação: FURB Federal - Implantação da Universidade Federal do Vale do Itajaí por meio da federalização da FURB, incorporando o campus da UFSC/Blumenau.	A luta em prol da federalização da FURB é um movimento que remete a 2002. Em 2008, um plebiscito e abaixo-assinados foram organizados expressando a vontade popular da região em torno do tema. Em 2013, o engajamento trouxe uma extensão da UFSC para Blumenau. A expansão do ensino superior gratuito no Vale do Itajaí exige a criação de uma nova universidade federal que contemple a FURB e o campus da UFSC, formando uma única universidade, pública, gratuita e de qualidade. Junte-se à nossa luta!	8.580	Incorporação condicionada - Entrega	Não incorporada dada necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização. Caso o governo venha a criar novos campi, provavelmente será necessário realizar chamada pública.
Saúde/Educação: Novo Hospital Escola da UFPel	Referência em oncologia, cuidados intensivos adulto e neonatal, tratamento de HIV e gestação de alto risco. O projeto da sede própria é composto de 3 blocos, numa área de mais de 33 mil metros quadrados, com espaço para 250 leitos de internação clínica, projetado para promover a integração de ensino, pesquisa e assistência e a consequente prestação de modernos serviços à população. Ensinar para transformar o cuidar! Apoie este projeto de ensino e assistência à saúde da população da metade Sul!	7.408	Incorporada - Objetivo específico	Contemplado no programa de Educação Superior
Cidades: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - 1 Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes.	A proposta consiste na criação e implantação de Escritórios de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, e na contratação de um Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes, no intuito de planejar e promover a evolução das cidades brasileiras através da ATHIS, democratizando o acesso aos serviços de Arquitetura e Urbanismo à população e ao município como um espaço vivo em transformação.	7.180	Parcialmente incorporada - Objetivo específico	Parcialmente contemplada no programa "Periferia Viva", cuja Assessoria Técnica estará relacionada às intervenções de urbanização de assentamentos precários no universo elegível do programa. O referencial monetário disponibilizado para o programa não possibilita a contratação de um Arquiteto Urbanista para cada 20 mil habitantes.

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Saúde: Criar um hospital federal, regional, transfronteiriço, 100% SUS em rede, para atender média/alta complexidade em saúde na fronteira, em Uruguiana.	Regiões de fronteira, como a região 3 de saúde do Rio Grande do Sul, com aproximadamente 500 mil habitantes, estão muito desassistidas em relação ao acesso a média e alta complexidade em saúde, ferindo os princípios de equidade, descentralização e regionalização do SUS. Agrega-se isso a distância de até 640 km para os centros maiores a que estes municípios são referenciados. O Município citado justifica-se em razão do amadurecimento da Unipampa, com 5 cursos de saúde, incluindo medicina, ativos.	6.927	Não incorporada	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos. Foi estabelecida uma frente de trabalho para analisar a viabilidade de atendimento a proposta.
Meio Ambiente e Mudança do Clima: Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais	6.131	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada em programas, ações e projetos do MMA para proteção, defesa e direitos de todos os animais.
Agricultura e Pecuária: Produção animal sem Gaiolas	A produção animal no Brasil, em sua maioria, utiliza-se de confinamento extremo, como por exemplo, gaiolas para galinhas poedeiras e gaiolas de gestação para porcas. Estudos mostram que animais confinados são possuem sistemas imunológicos mais frágeis devido ao intenso stress causado pelo confinamento aumentando o risco de doenças como a Influenza Aviária e novas pandemias. Além disso, sistemas de confinamento são dependentes do uso de antibióticos contribuindo para a resistência antimicrobiana	5.262	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada no Objetivo Específico "Fortalecer os mecanismos de saúde animal e de conformidade de insu- mos pecuários e produtos de origem animal, de modo articulado entre os entes do SUASA, assegurando a competitividade nacional e internacional" do programa "Defesa Agropecuária".
Trabalho e Emprego: Jornada de 40 Horas Semanais para todas as categorias	Hoje o país permite jornadas de até 44 horas semanais. Este tempo impossibilita o trabalhador de buscar uma formação continuada ou se dedicar mais a sua família. Com uma jornada universalizada de 40 horas poderemos contribuir para uma melhor qualidade de vida da população.	4.914	Incorporada - Medida Institucional	Incorporada, incluindo instituição de grupo de trabalho tripartite para estudar a redução da jornada de trabalho para todos os trabalhadores.

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Transportes: Duplicação da BR-304	A BR 304 é uma rodovia federal que desempenha papel fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte em razão da integração regional. Dos mais importantes corredores logísticos do Estado, é necessário para o acesso a destinos turísticos, para o transporte de produtos agrícolas, comerciais e industriais fundamentais para a economia potiguar e interligação com outros estados do Nordeste. Sua duplicação qualifica a segurança e otimiza o tempo de deslocamento, promovendo desenvolvimento.	4.775	Incorporada - Entrega	BR-304/RN – Construção - Reta Tabajara (4 viadutos e marginais) e BR-304/RN - Duplicação entr. BR-226 – Mossoró – Div RN/CE e BR-304/RN - Duplicação entr. Entr RN-016 – Mossoró – Div RN/CE
Saúde: Inserção do Nutricionista na equipe Básica da ESF	Considerando o aumento das DCNT, da vulnerabilidade da população, da situação do país voltando ao mapa da fome, a inserção do Nutricionista (profissional diretamente envolvido com as políticas de SAN) vai garantir acesso e resolutividade na APS. Alguns municípios, como Cabedelo/PB, que já tem este profissional nas USFs, são um exemplo para o Brasil. Sem definição pelo MS os municípios não irão aderir e a Segurança Alimentar corre o risco de não ser atendida	4.651	Parcialmente incorporada	Contemplada no Programa Atenção Primária à Saúde no PPA, no Objetivo Específico “Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional”, a Entrega 6 está diretamente relacionada às equipes multiprofissionais, com o objetivo de alcançar 9.555 eMulti com confinamento federal até 2027. Entende-se que o profissional nutricionista já está contemplado no rol de atendimentos da Atenção Primária à Saúde (APS) pelas equipes multiprofissionais (eMulti), que são compostas por profissionais de saúde de diferentes áreas de conhecimento, que atuam de maneira complementar e integrada às demais equipes da APS.

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Meio Ambiente e Mudança do Clima: Proteção dos jumentos	Proibição do abate dos jumentos em todo o território nacional e criação de mecanismos de proteção, garantindo recursos e suporte para evitar a extinção desses animais e promover a conscientização acerca de sua preservação.	4.298	Incorporada - Entrega	Contemplada nos objetivos do programa "Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo". Outras iniciativas do MMA relacionadas à proteção do jumento incluem (1) protocolo de intenções entre o MMA e o Governo da Bahia com vistas a proteção desta espécie, (2) proposta de abertura de edital com vistas a incentivar pesquisas para produção de colágeno de jumentos sem abate animal e (3) estudo de proposição de Portaria com vistas a disciplinar a matéria tendo em vista a ameaça de extinção da espécie.
Educação: Implantação da Universidade Federal da Chapada Diamantina (UFCD) no estado da Bahia	A presente proposta trata da implantação da Proposta da UFCD construída desde os anos de 2012. A UFCD terá uma estrutura multi-campi e se constitui numa demanda de um conjunto de territórios Bahia de reconhecida importância social, econômica, ecológica, cultural e reconhecimento internacional. Atualmente, o projeto da UFCD tem mobilizado a sociedade civil e lideranças políticas do território em busca de apoio na efetivação da importante iniciativa na promoção da educação superior.	4.074	Incorporação condicionada - Objetivo específico	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos. Foi estabelecida uma frente de trabalho para analisar a viabilidade de atendimento a proposta.
Educação: Alimentação Escolar para os alunos dos Institutos Federais	Atualmente não existe rubrica nem orçamento para o custeio da alimentação Estudantil nos Institutos Federais o que leva os nossos alunos a sofrerem com a fome e ao aumento da evasão, sendo um obstáculo para a permanência e êxito. Assim proponho a criação de uma rubrica orçamentária específica para a alimentação Estudantil na rede federal.	4.021	Parcialmente incorporada - Entrega	Matrículas em cursos técnicos de nível médio são atendidas através da entrega "Assistência financeira às Entidades Executoras para a oferta da alimentação escolar nas escolas das redes públicas da educação básica, seguindo parâmetros de equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades" do programa "Educação Básica"

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Cidades: Programa Periferia Viva	A Secretaria Nacional de Periferias propõe o Programa Periferia Viva, para articular todas as políticas públicas do Estado nos territórios periféricos e garantir a participação popular nas decisões. Nas periferias, não basta só um tipo de intervenção do Estado. São décadas de abandono, carências e vulnerabilidades. E também décadas de organização popular para exigir os direitos e criar soluções. O Periferia Viva é uma inovação do governo Lula para mudar a vida do povo das periferias do Brasil.	3.952	Incorporada - Programa	Contemplada no programa "Periferia Viva"
Educação: Reajustes das Bolsas de Estudo, Pesquisa e Pós-graduação	Assegurar um mecanismo anual de reajuste das bolsas de estudo, pesquisa e pós-graduação no país e no exterior, usando como referência indicadores que possibilitem a recuperação do valor frente a inflação e com ganhos reais ao longo do período 2024-2027.	3.739	Parcialmente incorporada - Objetivo Específico	Parcialmente contemplada, dada dependência de disponibilidade orçamentária
Educação: Pibid e Residência Docente como políticas de Estado de formação docente,	Os Programas PIBID e Residência Pedagógica, se inserem na política nacional de formação de professores, tendo sua área de atuação em escolas por todo o território nacional. As ações desses programas, se adunam oportunizando a estudantes de cursos de Licenciatura, de universidades públicas e privadas, uma maior aproximação teórico/prática com o cotidiano da escola, sendo partícipes na elaboração de metodologias de ensino, e na construção de uma formação humana e para a autonomia.	3.688	Incorporada - Entrega	Contemplada na entrega "Apoio à inserção de discente em atividades de iniciação à docência e egressos da licenciatura em estágio profissional." do Programa "Educação Superior: qualidade, democracia, equidade e sustentabilidade".

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Saúde/Educação: Construção do Hospital Universitário da UFT	A realidade tocantinense (1,5 mi de habitantes) clama por um novo hospital de grande porte. O único que atende todo o estado (HGP) segue lotado e atendendo acima do limite. Ademais, os cursos da saúde da UFT, que há anos tem formado médicos, enfermeiros, nutricionistas e psicólogos, não possuem um hospital próprio para formação e estágio. Assim, além de oferecer uma melhor formação técnica, também auxiliará o atendimento da população tocantinense, bem como das regiões Norte e Nordeste do Brasil.	3.502	Incorporação condicionada	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização.
Cultura: Conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro	Promover a conservação, proteção e restituição do patrimônio cultural brasileiro em todas as suas manifestações, com ênfase no patrimônio arqueológico, paleontológico e etnográfico. Toda iniciativa deve ser formulada e executada com participação democrática (em especial, da população local) e com fundamento em evidências científicas e no respeito aos direitos humanos. Todos os benefícios econômicos, culturais, educacionais e turísticos devem ser compartilhados com as comunidades locais.	3.454	Incorporada - Objetivo específico	Contemplada nas entregas "Arquivos e centros de memória preservados e difundidos" ou "Disponibilização dos itens virtuais do patrimônio cultural preservado" do programa "Direito à Cultura".
Educação: Consolidação do desenvolvimento da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP	Consolidação do desenvolvimento institucional da UFABC, UFSCar, Unifesp e do IFSP, considerando as condições para a expansão necessária ao pleno cumprimento dos respectivos projetos pedagógicos, a saber, ampliação de infraestrutura, de pessoal e do número de cursos e vagas, assegurando a contribuição das instituições na ciência e tecnologia de excelência e na inclusão e permanência de jovens no ensino superior e técnico de qualidade no país.	3.040	Incorporação condicionada - Objetivo específico	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização.

Tema/ Proposta	Descrição	Votos	Incorporação/ atributo	Observação
Educação: Universidade Federal no Município de Camaquã/RS	O Município de Camaquã, situado na Região Costa Doce, no Estado do Rio Grande do Sul, conta com atualmente 62.200 habitantes, cidade polo para 11 Municípios, não possui Ensino Superior Federal em nosso Município, nas modalidades licenciatura e bacharelado, onde os jovens se deslocam diariamente até as cidades de Pelotas ou Porto Alegre para cursar curso Superior de forma gratuita. Importante salientar que o Município dispõe da estrutura necessária para instalação de um campus, junto a FUNDASUL.	3.005	Incorporação condicionada - Objetivo específico	Necessidade de realizar análises e estudos técnicos para atendimento de diversos critérios estabelecidos de priorização.

8.2.2. Análise e incorporação das Propostas mais votadas por Ministério

Em relação ao conjunto total de propostas enviadas aos ministérios, das 814 propostas por eles analisadas, 286 foram propostas consideradas fora do escopo do PPA e terão outros encaminhamentos pelo governo federal. Entre as restantes, 76,5% são consideradas incorporadas de alguma forma pelo governo federal, sendo 58% de forma total, 14% de forma parcial e 4% possivelmente, sob alguma condição de estudo e análise técnica.

Tabela 16. Avaliação da incorporação das propostas no PPA 2024-2027

	Número de propostas	Porcentagem
Incorporada	308	58,3
Parcialmente incorporada	76	14,4
Incorporação condicionada	20	3,8
Não incorporada	124	23,5
Total	528	100,0

Entre os ministérios, houve bastante variação quanto ao número de propostas avaliadas que versavam sobre matéria de escopo do PPA. Os que tiveram maior percentual de não incorporação foram aqueles que receberam, para sua análise, apenas uma proposta aderente ao escopo do PPA. Alguns ministérios, por vezes, responderam que a proposta estava ainda “em análise”, pois identificaram a necessidade de estudos e análises mais profundos. Em outros casos, a devolutiva sobre a incorporação apontou para a necessidade de interlocução ou articulação com outros órgãos, de forma a avaliar a adequada pertinência institucional para incorporação nos atributos adequados do PPA. Em todos esses casos, as possibilidades de incorporação ao longo do processo de revisão e monitoramento do PPA, bem como de adequação na camada de gerencial de entregas, permanecem abertas.

Tabela 17. Avaliação da incorporação das propostas entre os diferentes Ministérios no PPA 2024-2027

Ministério	Propostas analisadas	Incorporada			Parcialmente incorporada			Incorporação condicionada			Não incorporada		
		N.	% no ministério	% em relação ao total	N.	% no ministério	% em relação ao total	N.	% no ministério	% em relação ao total	N.	% no ministério	% em relação ao total
BACEN	3	1	33%	0,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	2	67%	1,6%
CGU	7	5	71%	1,6%	1	14%	1,3%	0	0%	0,0%	1	14%	0,8%
Defesa	6	2	33%	0,6%	0	0%	0,0%	1	17%	5,0%	3	50%	2,4%
MAPA	11	9	82%	2,9%	1	9%	1,3%	0	0%	0,0%	1	9%	0,8%
MCidades	29	17	59%	5,5%	5	17%	6,6%	0	0%	0,0%	7	24%	5,6%
MCom	14	9	64%	2,9%	1	7%	1,3%	0	0%	0,0%	4	29%	3,2%
MCTI	20	10	50%	3,2%	3	15%	3,9%	1	5%	5,0%	6	30%	4,8%
MDA	30	24	80%	7,8%	6	20%	7,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
MDHC	20	13	65%	4,2%	4	20%	5,3%	0	0%	0,0%	3	15%	2,4%
MDIC	11	4	36%	1,3%	4	36%	5,3%	0	0%	0,0%	3	27%	2,4%
MDS	13	10	77%	3,2%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	3	23%	2,4%
MEC	37	9	24%	2,9%	12	32%	15,8%	12	32%	60,0%	4	11%	3,2%
MEsp	16	9	56%	2,9%	0	0%	0,0%	1	6%	5,0%	6	38%	4,8%
MF	1	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	1	100%	0,8%
MGI	8	4	50%	1,3%	2	25%	2,6%	0	0%	0,0%	2	25%	1,6%
MIDR	25	6	24%	1,9%	1	4%	1,3%	1	4%	5,0%	17	68%	13,7%
MinC	17	11	65%	3,6%	6	35%	7,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
MIR	29	20	69%	6,5%	7	24%	9,2%	0	0%	0,0%	2	7%	1,6%
MJSP	9	0	0%	0,0%	2	22%	2,6%	0	0%	0,0%	7	78%	5,6%
MM	18	12	67%	3,9%	5	28%	6,6%	0	0%	0,0%	1	6%	0,8%
MMA	28	16	57%	5,2%	2	7%	2,6%	0	0%	0,0%	10	36%	8,1%
MME	18	15	83%	4,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	3	17%	2,4%
MPA	16	11	69%	3,6%	1	6%	1,3%	2	13%	10,0%	2	13%	1,6%
MPI	12	11	92%	3,6%	1	8%	1,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
MPO	3	1	33%	0,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	2	67%	1,6%
MPOR	13	6	46%	1,9%	1	8%	1,3%	0	0%	0,0%	6	46%	4,8%
MPS	1	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	1	100%	0,8%
MRE	13	6	46%	1,9%	1	8%	1,3%	0	0%	0,0%	6	46%	4,8%
MS	25	13	52%	4,2%	3	12%	3,9%	1	4%	5,0%	8	32%	6,5%
MTE	16	12	75%	3,9%	1	6%	1,3%	0	0%	0,0%	3	19%	2,4%
Mtransp	19	15	79%	4,9%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	4	21%	3,2%
MTur	13	10	77%	3,2%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	3	23%	2,4%
SECOM	5	1	20%	0,3%	1	20%	1,3%	0	0%	0,0%	3	60%	2,4%
SG	21	15	71%	4,9%	5	24%	6,6%	1	5%	5,0%	0	0%	0,0%
SRI	1	1	100%	0,3%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%	0	0%	0,0%
Total	528	308	58%	100%	76	14%	100%	20	4%	100%	124	24%	100%

No que diz respeito ao atributo no qual foi considerada incorporada a proposta, a maioria das propostas está contemplada em algum objetivo específico (53%), ¼ delas como entrega, 15% em medida institucional e 6% está relacionada com a totalidade de um programa.

Tabela 18. Avaliação da incorporação das propostas entre os diferentes Ministérios no PPA 2024-2027

	Incorporado	Parcialmente incorporado	Incorporação condicionada	Não incorporado	Total
Entrega	81	16	5	0	102
Medida institucional	50	8	3	0	61
Objetivo específico	158	46	12	0	216
Programa	19	6	0	0	25
Sem atributo	0	0	0	124	124
Total	308	76	20	124	528

Concluído este processo inicial de incorporação da participação social no PPA 2024-2027 é importante considerar que as mais de 8 mil propostas acolhidas na Plataforma Brasil Participativo e emanadas do Fórum Interconselhos constituem riquíssimo acervo para a agenda de políticas públicas, objeto de diálogo permanente do governo com os movimentos sociais, conselhos e sociedade civil.

As inovações propostas no PPA 2024-2027 corroboram para o fortalecimento deste diálogo também entre sociedade e os órgãos setoriais, formuladores das políticas públicas. O Ministério do Planejamento propõe que o PPA seja uma peça viva, cujas revisões e monitoramentos serão conduzidos com a participação social, de forma que o processo inicial de incorporação das sugestões conduzido junto aos Ministérios tenha continuidade também no que tange à execução do que foi proposto.

Uma agenda positiva de participação na construção de políticas públicas com participação social a ser conduzida pela Secretaria-Geral da Presidência da República, Assessorias de Participação e Diversidade e Conselho de Participação Social, que constituem as novas institucionalidades da política de participação social no Governo Federal.

Referências

IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde 2019: Ciclos de Vida. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria Geral da Presidência. Secretaria Nacional de Participação Social. Relatório da Plataforma. 2023

AVELINO, Daniel Pitangueira de. Planejamento, orçamento e participação social. In: GIMENE, M.; COUTO, L. F. (Orgs.). Planejamento e orçamento público no Brasil. Brasília: Enap, 2017. p. 175-206.

AVELINO, Daniel Pitangueira de; SANTOS, José Carlos dos. Controle social e transversalidades: sinais de participação no planejamento governamental brasileiro. In: CARDOSO JR., J. C.; SANTOS, E. A. V. (Orgs.). PPA 2012-2015: experimentalismo institucional e resistência burocrática. Brasília: Ipea, 2015. p. 207-231.

AVELINO, Daniel Pitangueira de. De (im)pacientes a sujeitos políticos: desafios e perspectivas para a democracia participativa e o controle social nas políticas de saúde. Projeto Saúde Amanhã. Rio de Janeiro: Fiocruz, maio de 2021. (Textos para Discussão, n. 61)

AVELINO, Daniel Pitangueira de; SANTOS, Eduardo Gomor dos; BEZERRA, Felipe Portela. A quem serve a participação?: experiência democrática do Fórum Interconselhos no Plano Plurianual 2016-2019. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 28, abr. 2021, p. 37-44.

BRASIL (2003). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2004-2007: mensagem presidencial. Brasília: MP, 2003. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ppa/2004-2007/ppa-2004-2007/mensagempresidencial.PDF> >. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL (2007a). Decreto de 1º de março de 2007. Institui Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de elaborar proposta de participação social no acompanhamento da elaboração e execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Diário Oficial da União, Seção 1, ano CXLIV, n. 42, p.2, 2 mar. 2007a. RODRIGUES 2011

BRASIL (2007b). Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano Plurianual 2008-2011: projeto de lei. Brasília: MP, 2007b. Disponível em: < https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual-ppa/arquivos/planos-plurianuais-anteriores/ppa-2008-2011/081015_ppa_2008_mespres.pdf >. Acesso em: 31 jul. 2023.

BRASIL. (2018) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. PPA 2016-2019: participação social no PPA: fórum interconselhos. Brasília: MP/SEPLAN, jan. 2018.

BRASIL (2019). Ministério da Economia. Secretaria Especial de Fazenda. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. Mensagem presidencial que encaminha o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023 e seus respectivos anexos. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

BRASIL (2022a). Comissão de Transição Governamental. Relatório do Conselho de Participação Social: produto 2: relatório final. Brasília: Comissão de Transição Governamental, dez. 2022.

BRASIL (2022b). Gabinete de Transição Governamental. Relatório final. Brasília: Gabinete de Transição Governamental, dez. 2022.

BRASIL(2023a). Ministério do Planejamento e Orçamento. Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, mar. 2023.

BRASIL. (2023b) Secretaria Geral da Presidência da República. Relatório do Brasil Participativo. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/pages/relatoriodaplataforma>. Brasil (2023), Acesso em 11/08/2023.

RODRIGUES, Fábio. Goela abaixo. Página 22, FGV-EAESP, n. 51, abr. 2011.

TEBET, Simone; MACÊDO, Márcio. As digitais da sociedade no planejamento do Brasil: PPA Participativo estabelece diálogo institucional e reafirma a cidadania. Folha de S. Paulo, Tendências/Debates, 19 de abril de 2023, p. A3.

Ficha técnica

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

Marcio Macêdo

Secretária Executiva da Secretaria-Geral

Maria Fernanda Ramos Coelho

Secretário Nacional de Participação Social

Renato Simões

Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Participação Social

Valmor Schiochet

Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Participação Social

Marcilene Aparecida Ferreira

Diretor de Participação Social

Paulo José de Oliveira

Diretor de Educação Popular

Pedro de Carvalho Pontual

Diretor de Planejamento e Orçamento Participativo

Ubiratan de Souza

Diretora de Participação Digital e Comunicação em Rede

Laila Bellix

Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento

Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretária Adjunta

Maria Raquel Mesquita Melo

Chefe de Gabinete

Riane Ribeiro de Carvalho

Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento

Fernando Sertã Meressi

Diretor de Planejamento de Longo Prazo

Ariel Cecílio Garces Pares

Diretora de Programas das Áreas Econômicas e Especiais

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Diretora de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social

Daiane Boelhouver Menezes

Diretora de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial

Flávia Pedrosa Pereira





República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

SECRETARIA-GERAL

**MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO**





República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

Anexo I

Dimensão Estratégica do PPA

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO



Dimensão Estratégica

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal. O PPA orienta, de forma concreta, as escolhas do governo, que se traduzem em programas e no orçamento definido para os próximos quatro anos.

A dimensão estratégica do Plano Plurianual 2024-2027 traduz as principais linhas estratégicas definidas pelo governo federal para a implementação de políticas públicas, tendo como horizonte o período de quatro anos.

A dimensão estratégica está organizada em quatro partes:

1. visão de futuro para 2027, atributos, indicadores-chaves nacionais e metas;
2. valores e diretrizes;
3. eixos;
4. objetivos estratégicos e indicadores-chaves e metas;

1. Visão de futuro 2027, atributos e indicadores-chave nacionais e metas

A visão de futuro expressa a situação futura desejada para o país no horizonte deste Plano Plurianual, sendo referência para a estratégia de desenvolvimento.

A sua construção decorre da análise da evolução e do estado atual do país, das tendências e das incertezas nos cenários global e nacional para os próximos anos e das propostas e diretrizes do projeto vitorioso nas urnas.

A visão expressa um futuro desejável e possível de ser construído, passível de avaliação quantitativa. Representa a síntese da convergência das aspirações em relação ao Brasil em que queremos viver em 2027. Em síntese, a visão de futuro representa um sonho inspirador, factível no horizonte de tempo desejado.

Este PPA inova ao ser consolidado em um enunciado-síntese, que descreve a situação desejada até 2027. Esse enunciado-síntese é qualificado e quantificado por dois elementos: os atributos da visão, que se referem às características e elementos essenciais que compõem a situação desejada; e os indicadores-chave nacionais (*Key National Indicators* – KNI), que apoiam a mensuração do progresso em relação ao alcance da visão de futuro expressa.

1.1. Visão de futuro para o Brasil em 2027

“Um país democrático, justo, desenvolvido e ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades”.

1.2. Atributos da visão de futuro

- **Democracia** – Participação social e garantia da pluralidade e dos princípios democráticos;
- **Equidade** – Inclusão, justiça social, garantia de direitos e igualdade de oportunidades;
- **Desenvolvimento** – Crescimento econômico com sustentabilidade ambiental e inclusão social.

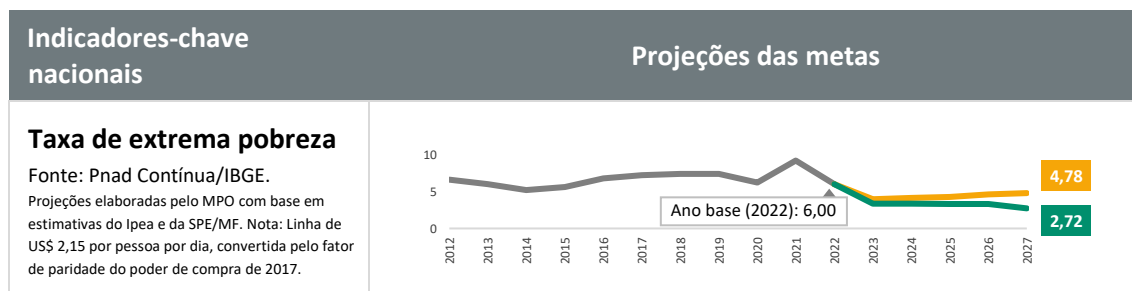
1.3. Indicadores-chave nacionais e metas

Os indicadores-chave nacionais são um conjunto de indicadores que medem o progresso social, econômico, ambiental e institucional do Brasil, considerando as múltiplas dimensões do bem-estar individual e coletivo, para que sejam alcançados os objetivos nacionais nas respectivas áreas. São variáveis-chave para aferir os efeitos de transformação e são essenciais para o acompanhamento do desempenho da estratégia adotada no Plano.

Para cada indicador do PPA há uma meta associada. Foi adotado o sistema de bandas, que representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA. Esse sistema oferece maior flexibilidade para lidar com fatores econômicos ou sociais imprevistos, ancora as expectativas dos atores sociais em torno da melhoria desejada com uma visão de médio prazo e permite o monitoramento de cada um dos objetivos estratégicos definidos.

Os indicadores-chave, vinculados à visão de futuro, medem os resultados obtidos no período (e feitos/mudanças na realidade) gerados pela ação governamental.

Tabela 1. Indicadores-chave nacionais e metas associados à visão de futuro.



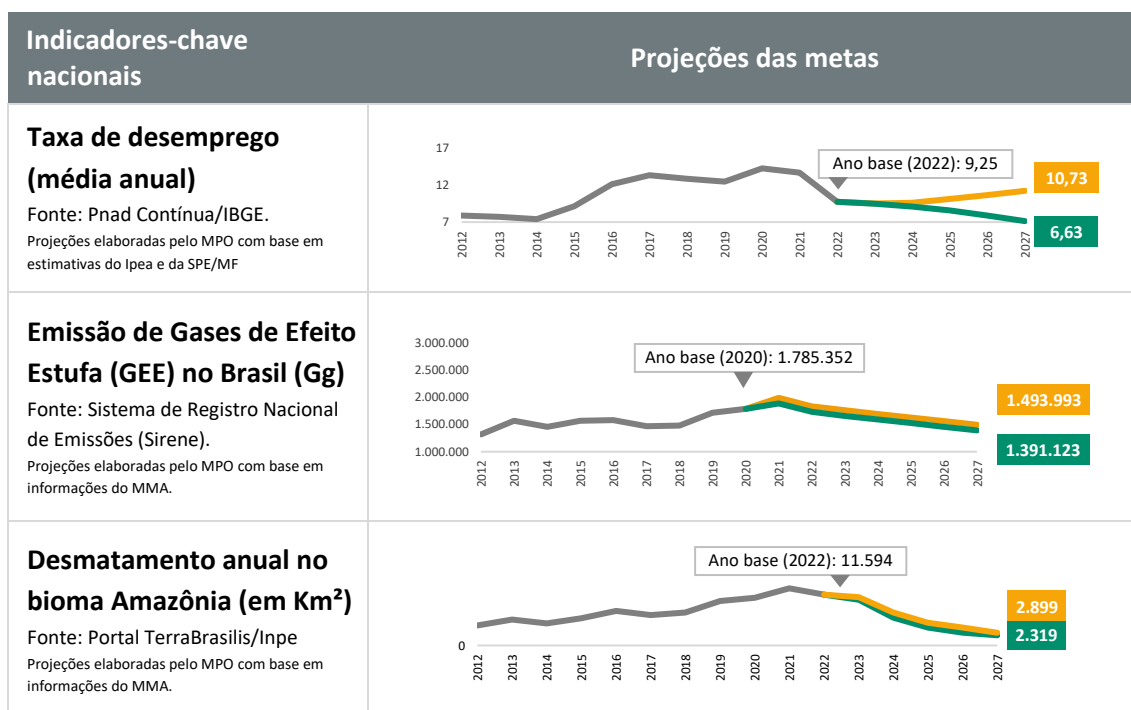
Legenda

— Resultado desejável — Resultado base



Legenda

Resultado desejável Resultado base



Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

2. Valores e diretrizes

A visão de futuro do Brasil em 2027 está alicerçada nos valores e nas diretrizes que conduzem as ações e o relacionamento, interno e externo, do governo federal. Os valores representam o conjunto de crenças e princípios que orientam e informam a construção e a implementação do PPA. Já as diretrizes são orientações transversais que direcionam os objetivos estratégicos e os programas que compõem o PPA, validados por processo de participação social. Trata-se de sete valores que contam com 13 diretrizes, conforme apresentado a seguir.

Tabela 2. Valores e diretrizes do PPA 2024-2027.

Valores	Diretrizes
Democracia	Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania.
Diversidade e justiça social	- Promover a redução das desigualdades sociais e regionais; - Valorizar a diversidade cultural e regional; - Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência.

Valores	Diretrizes
Sustentabilidade socioambiental	• Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos; • Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação; • Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas.
Participação social	• Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados.
Atuação colaborativa	• Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado; • Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável; • Potencializar a cooperação federativa.
Responsabilidade fiscal e social	• Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável.
Excelência na gestão	• Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital.

Diretrizes de atuação

- 1. Promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania.** Uma democracia forte demanda a inclusão de todos, o respeito e a garantia de direitos. As ações do governo devem ser orientadas para a inclusão socioeconômica dos mais pobres, a cidadania e a garantia dos direitos de todos os brasileiros, em especial das populações vulneráveis.
- 2. Promover a redução das desigualdades sociais e regionais.** A redução das desigualdades é um elemento central para o desenvolvimento socioeconômico do país. As ações do governo devem buscar maior igualdade de oportunidades sociais, econômicas e regionais, promovendo a justiça econômica e social.
- 3. Valorizar a diversidade cultural e regional.** A diversidade da população brasileira é um ativo nacional que deve ser valorizado e fortalecido nas ações do governo, promovendo a redução de barreiras regionais e culturais.

4. **Fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão idoso e de pessoas com deficiência.** O bem-estar de todas as pessoas, sem preconceitos de origem, raça/cor, sexo, etnia, idade ou quaisquer outras formas de discriminação, é um direito constitucional e um fator importante para a coesão social. A busca pela equidade deve permear todas as ações do governo para fortalecer a justiça social e a garantia de direitos.
5. **Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos.** As mudanças climáticas já estão impactando o Brasil de diferentes formas, com crescentes custos humanos, financeiros e de qualidade de vida. As ações do governo devem contribuir para desacelerar as mudanças climáticas e aumentar a resiliência do país em relação aos seus impactos.
6. **Apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação.** A transição para uma economia mais verde, de baixo carbono e com sustentabilidade socioambiental, mais digital e criativa é um meio importante para se enfrentar os desafios ambientais e sociais do século XXI, aumentar a competitividade da economia e construir um futuro mais sustentável e próspero para todos.
7. **Fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas.** A dimensão socioambiental tem caráter transversal e deve ser contemplada na formulação, na implantação e no monitoramento de políticas públicas, considerando-se recortes específicos para grupos vulneráveis tendo em vista uma maior assertividade das ações do governo.
8. **Promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados.** A transparência, a comunicação social e a gestão participativa são fatores essenciais para se promover a qualidade e a credibilidade das políticas de governo e o uso adequado do orçamento. A identificação clara dos beneficiários e dos resultados das políticas públicas facilita o controle social e a avaliação da efetividade no uso dos recursos públicos. Essas iniciativas devem ser incorporadas em todas as ações do governo, contribuindo para maior engajamento e participação da sociedade.
9. **Atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado.** A limitação de recursos frente aos desafios econômicos, sociais e ambientais que se colocam ao país demanda uma agenda articulada com outros entes federativos, com movimentos sociais, com a iniciativa privada e o terceiro setor, para prover bens públicos e ampliar a capacidade de entrega de resultados à população.

- 10. Promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável.** A cooperação internacional é importante para fortalecer as relações diplomáticas, políticas e socioeconômicas em um mundo cada vez mais integrado. A colaboração com outros países e organismos multilaterais deve ser intensificada.
- 11. Potencializar a cooperação federativa.** O fortalecimento do pacto federativo, a partir de um trabalho mais integrado entre os entes da Federação, deve reconhecer as atribuições dos diferentes níveis de governo de modo a evitar sobreposições de esforços, otimizando o uso dos recursos e gerando maior sinergia das capacidades técnicas de cada nível de governo.
- 12. Assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável.** O uso eficiente, fiscal e socialmente responsável dos recursos públicos permite ao governo oferecer políticas públicas efetivas, promovendo sustentabilidade fiscal. As ações do governo devem buscar a integração entre os ministérios, para assegurar complementaridades que evitem desperdícios e ampliar tanto a qualidade das políticas quanto a capacidade de entregar resultados.
- 13. Promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital.** O governo precisa acompanhar as transformações tecnológicas e a aceleração da digitalização da economia e da sociedade, avançando para um modelo mais digital e orientado para dados que seja mais ágil e assertivo na entrega de resultados para a população, com mais segurança e maior compartilhamento de informações.

3. Eixos do PPA

Os eixos organizam a compreensão da realidade brasileira e os desafios na forma de linhas básicas de atuação que agrupam os objetivos estratégicos, assentados na implementação dos programas do PPA 2024-2027 e de seus resultados. O PPA contém três eixos:

- 1. Desenvolvimento social e garantia de direitos;**
- 2. Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e**
- 3. Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania.**

Esses três eixos são complementares e convergem para a reconstrução nacional e o enfrentamento dos grandes desafios sociais, econômicos, ambientais e institucionais do país.

O eixo 1 – Desenvolvimento social e garantia de direitos – consiste em consolidar a equidade como esteio de uma sociedade justa. Tem por objetivo transformar o Brasil em um país livre das mazelas da fome e da insegurança alimentar, consolidar a universalização e a institucionalização dos direitos da cidadania, valorizar a diversidade cultural e a criatividade do povo brasileiro,

melhorar a distribuição de renda e promover a inclusão social e produtiva das parcelas mais vulneráveis da população, por meio de maior acesso aos serviços sociais essenciais, como saúde e educação, e às oportunidades oferecidas no mercado de trabalho. Também visa à igualdade, ao respeito à diversidade e ao combate a todas as formas de violência.

O eixo 2 – Desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática – tem como propósito o crescimento do país tendo como base a economia inclusiva, pela produção e pelo consumo, na direção de uma sociedade justa e ambientalmente sustentável. São desafios centrais desse eixo o desenvolvimento com maior igualdade de oportunidades, uma prosperidade mais bem distribuída pelas regiões do país e o crescimento sustentável da economia, o que implica articular as agendas da inclusão e da redução das desigualdades com as da ampliação da competitividade, da produtividade e da sustentabilidade, na direção de uma economia cada vez mais verde e descarbonizada.

O eixo 3 – Defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania – tem como propósito o fortalecimento permanente da democracia e da cidadania, da Constituição brasileira e de seus valores, sem os quais a defesa da soberania nacional e o fortalecimento do Estado e das suas instituições perdem grande parte do seu significado original. O adequado funcionamento das instituições e das liberdades democráticas, a recuperação da capacidade de coordenação, de planejamento e de execução do Estado brasileiro orientada pela participação popular, a garantia da soberania nacional, a partir da capacidade de dissuasão na defesa do território, a primazia da transparência e o combate à corrupção são desafios centrais desse eixo.

4. Objetivos estratégicos, indicadores-chave e metas

Os eixos do PPA se desdobram em objetivos estratégicos, que representam os resultados prioritários a serem alcançados nos próximos quatro anos. Os objetivos são declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças que precisam ser realizadas, em parceria entre governo e sociedade, para se atingir a visão de futuro. São quantificáveis a partir dos indicadores-chave nacionais de resultado, permitindo uma avaliação do seu andamento para que se atinjam os resultados desejados ou para que se faça a correção de trajetória, caso necessário.

4.1. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos são o elo entre as dimensões estratégica e tática, pois se conectam diretamente aos programas do PPA. São 35 objetivos estratégicos organizados nos três eixos.

Objetivos estratégicos do eixo 1 – desenvolvimento social e garantia de direitos:

- 1.1. Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social;

- 1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS);
- 1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes;
- 1.4. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica;
- 1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão;
- 1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões;
- 1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência;
- 1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos;
- 1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal;
- 1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira;
- 1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura;
- 1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial;
- 1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.

Objetivos estratégicos do eixo 2 – desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática:

- 2.1. Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente;
- 2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas;
- 2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura;
- 2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia;
- 2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios;
- 2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação;
- 2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres;
- 2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e a maior eficiência energética;
- 2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da internet de alta velocidade;
- 2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem;
- 2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras;
- 2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional;
- 2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo;
- 2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades;

- 2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda.

Objetivos estratégicos do eixo 3 – defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania:

- 3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social;
- 3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional;
- 3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população;
- 3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais
- 3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado;
- 3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promova maior justiça social e ampliação de investimentos;
- 3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos.

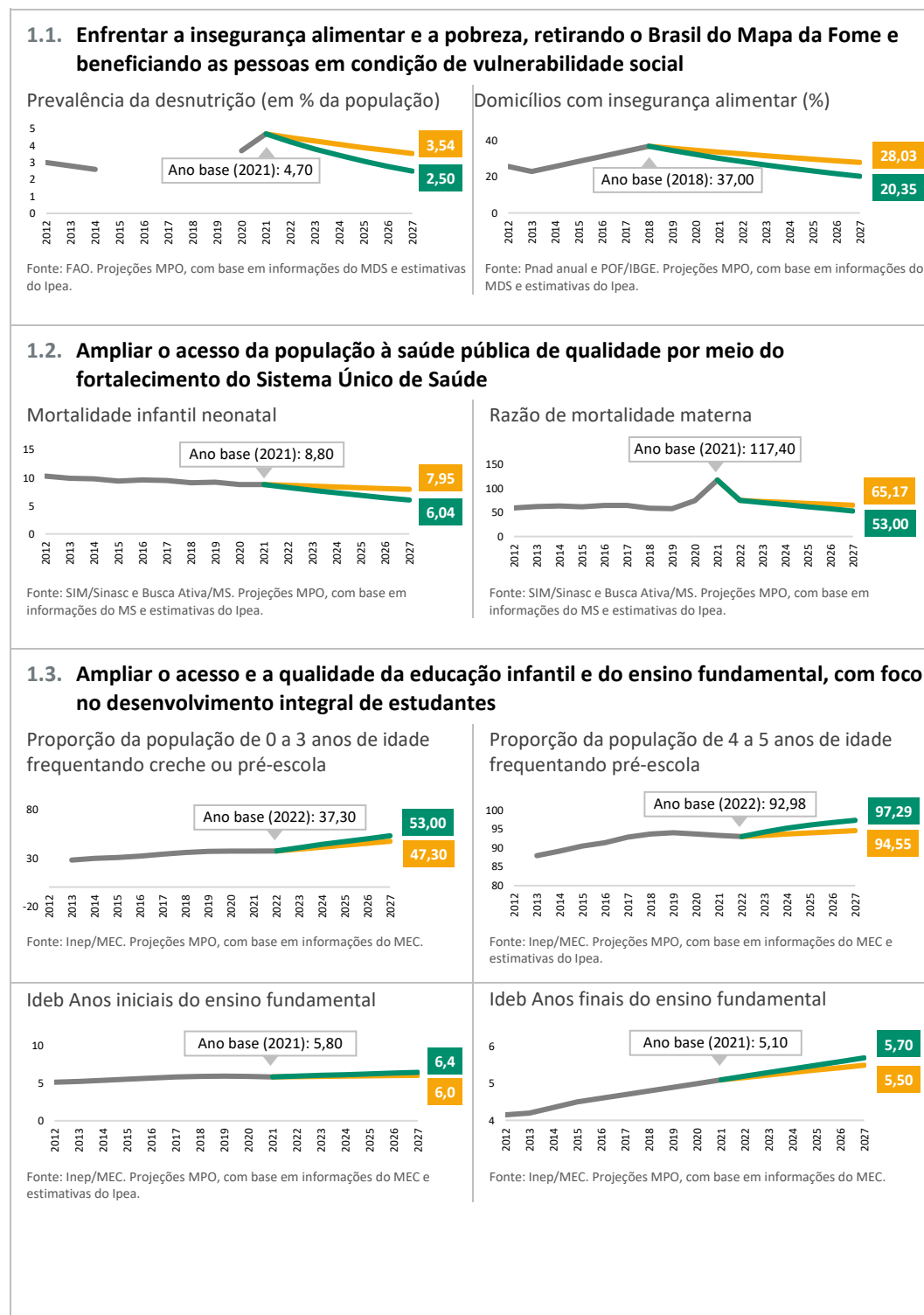
4.2. Indicadores-chave e metas

Os indicadores-chave, vinculados aos objetivos estratégicos, medem os resultados obtidos no período (e feitos/mudanças na realidade) gerados pela ação governamental. Para os objetivos estratégicos também foi adotado o sistema de bandas, que representa um intervalo, com limite de valores factíveis para a evolução de cada indicador no horizonte de tempo do PPA.

São 31 indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do primeiro eixo; 23 indicadores associados ao segundo eixo; e, por fim, 8 associados ao terceiro eixo. No total são 62 indicadores associados aos 35 objetivos estratégicos. A seguir serão apresentados os indicadores e metas associados aos objetivos em cada um dos eixos do PPA.

Indicadores-chave e metas dos objetivos estratégicos do eixo 1 – desenvolvimento social e garantia de direitos:

Tabela 3. Indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do eixo 1.



1.2. Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde

Mortalidade infantil neonatal

Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

Razão de mortalidade materna

Fonte: SIM/Sinasc e Busca Ativa/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS e estimativas do Ipea.

1.3. Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes

Proporção da população de 0 a 3 anos de idade frequentando creche ou pré-escola

Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

Proporção da população de 4 a 5 anos de idade frequentando pré-escola

Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

Ideb Anos iniciais do ensino fundamental

Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

Ideb Anos finais do ensino fundamental

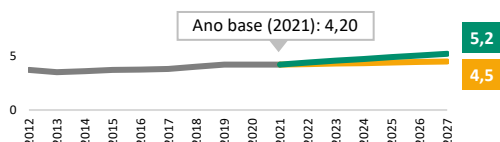
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

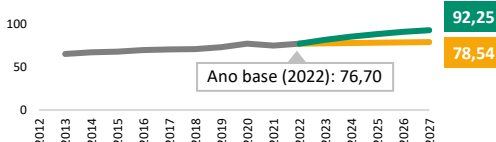
1.4. Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica

Ideb Ensino médio



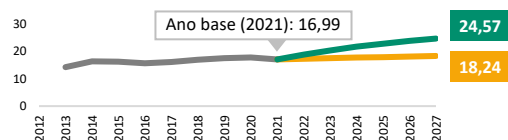
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

Proporção da população de 15 a 17 anos de idade frequentando escola ou com ensino médio concluído (%)



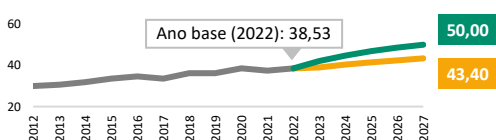
Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

Razão entre o nº de matrículas na educação profissional técnica de nível médio e o nº de matrículas no ensino médio ou profissional



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC e estimativas do Ipea.

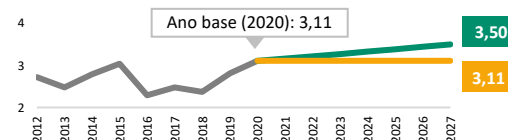
Taxa bruta de matrículas no ensino superior - População de 18 a 24 anos (%)



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em informações do MEC.

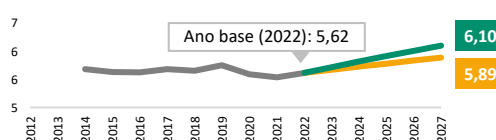
1.5. Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão

Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas (Ecic) no PIB



Fonte: Observatório Itaú Cultural e Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MinC.

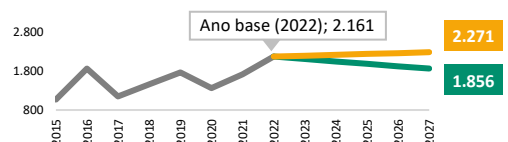
Participação da Economia da Cultura e Indústrias Criativas na População Ocupada Total



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MinC e estimativas do Ipea.

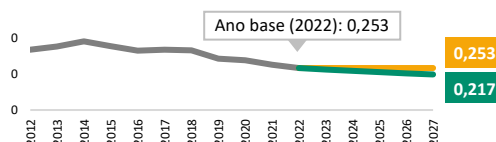
1.6. Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões

Número de ocorrências de violência motivadas por homofobia, lesbofobia, bifobia ou transfobia



Fonte: Sinan/MS. Projeções MPO, com base em informações do MDHC.

Razão entre total de presos provisórios e população prisional



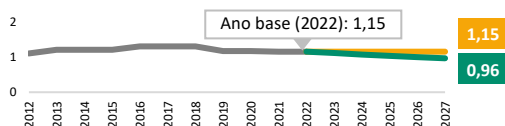
Fonte: Sisdepen/MJSP. Projeções MPO, com base em informações do MDHC e estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

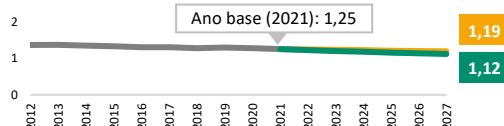
1.7. Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Taxa de homicídios de mulheres dentro das residências



Fonte: Ipea. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

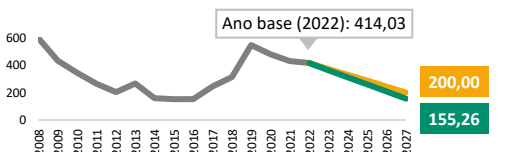
Razão entre o rendimento médio do trabalho de homens e o rendimento médio do trabalho de mulheres



Fonte: IBGE. Projeções MPO, com base em informações do MM e estimativas do Ipea.

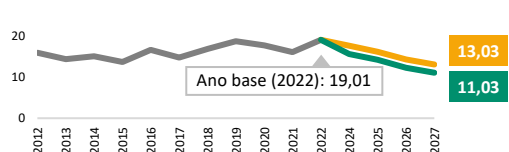
1.8. Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos

Área anual desmatada em terras indígenas (em km²)



Fonte: Portal TerraBrasilis /Inpe. Projeções MPO, com base em informações do MMA.

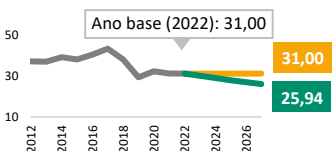
Taxa de mortalidade infantil indígena por causas evitáveis



Fonte: Siasi/MS. Projeções MPO, com base em informações do MS.

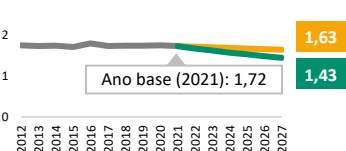
1.9. Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal

Taxa de homicídios de negros



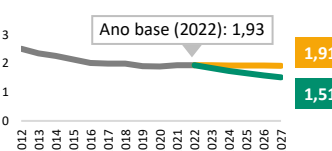
Fonte: Ipea. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Razão entre o rendimento médio do trabalho de brancos e o rendimento médio do trabalho dos negros



Fonte: Síntese de indicadores sociais/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

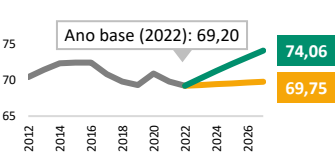
Razão entre as taxas de frequência líquida de brancos e de negros no ensino superior, 18 a 24 anos



Fonte: Inep/MEC. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

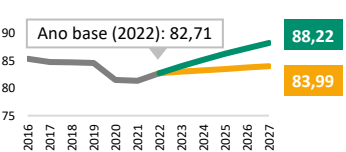
1.10. Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira

População ocupada de 16 a 59 anos com cobertura previdenciária (%)



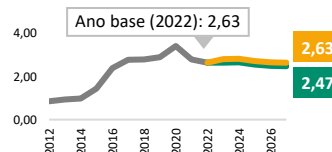
Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

População idosa (60 ou mais) com proteção social (%)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Necessidade de financiamento da previdência social como proporção do PIB



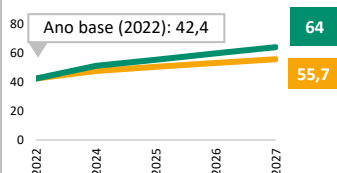
Fonte: SRGPS/MPs. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

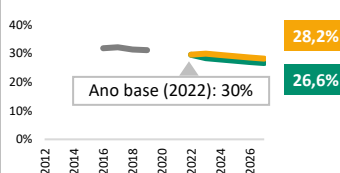
1.11. Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura

Índice de Atendimento Adequado em Saneamento Básico (IAASB)



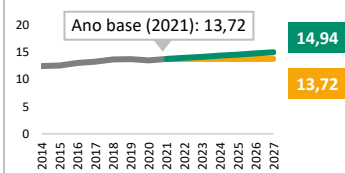
Fonte: Pnad Contínua e Censo 2010/IBGE, SNIS/MS. Projeções MPO, com base em informações do MCID.

Proporção de população urbana vivendo em domicílios precários



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

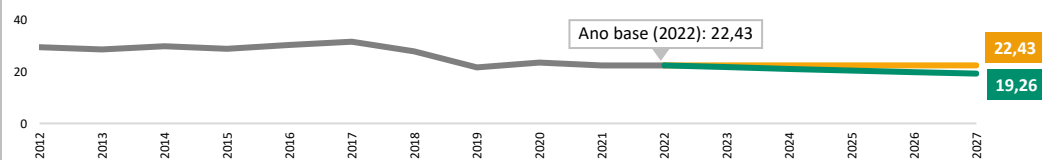
Percentual de pessoas próximas da rede de transporte público de média e alta capacidade



Fonte: Mobilidados. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

1.12. Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial

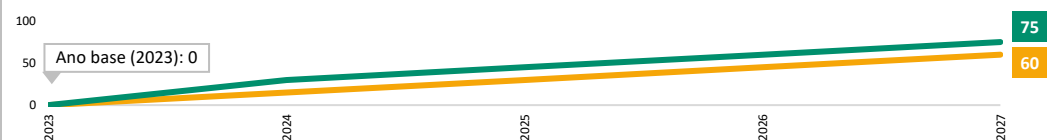
Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes



Fonte: SIM/MS. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

1.13. Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida

Taxa de adesão dos entes (municípios e estados) ao Sistema Nacional do Esporte



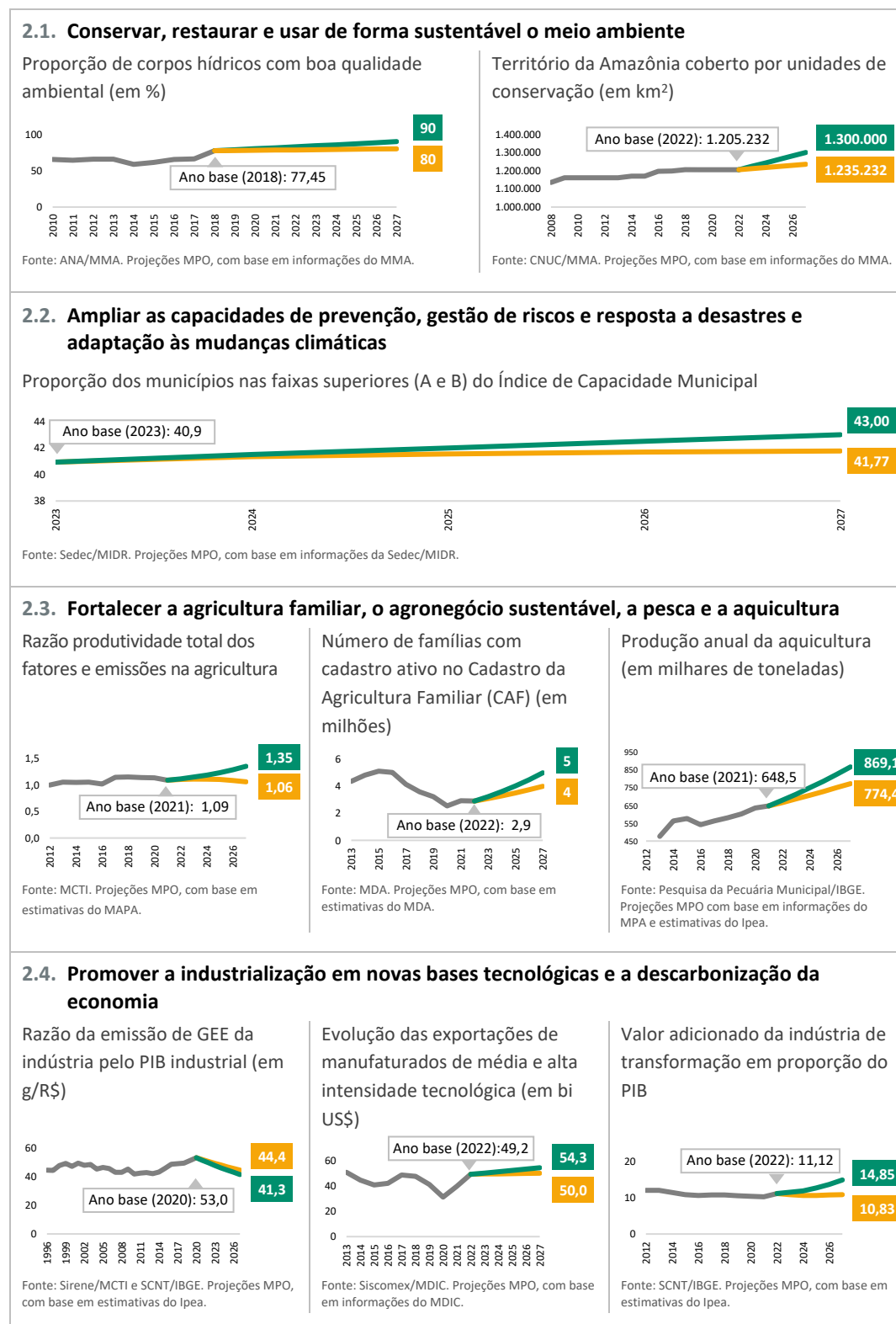
Fonte: Sinesp/ME. Projeções MPO, com base em informações do ME.

Legenda

Resultado desejável Resultado base

Indicadores-chave e metas dos objetivos estratégicos do eixo 2 – desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática:

Tabela 4. Indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do eixo 2.



2.2. Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas

Proporção dos municípios nas faixas superiores (A e B) do Índice de Capacidade Municipal

Ano	Resultado
2023 (Ano base)	40,9
2027 (Meta base)	41,77
2027 (Resultado desejável)	43,00

Fonte: Sedec/MIDR. Projeções MPO, com base em informações da Sedec/MIDR.

2.3. Fortalecer a agricultura familiar, o agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura

Razão produtividade total dos fatores e emissões na agricultura

Ano	Resultado
2021 (Ano base)	1,09
2026 (Meta base)	1,06
2026 (Resultado desejável)	1,35

Fonte: MCTI. Projeções MPO, com base em estimativas do MAPA.

Número de famílias com cadastro ativo no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF) (em milhões)

Ano	Resultado
2022 (Ano base)	2,9
2027 (Meta base)	4
2027 (Resultado desejável)	5

Fonte: MDA. Projeções MPO, com base em estimativas do MDA.

Produção anual da aquicultura (em milhares de toneladas)

Ano	Resultado
2021 (Ano base)	648,5
2026 (Meta base)	774,4
2026 (Resultado desejável)	869,1

Fonte: Pesquisa da Pecuária Municipal/IBGE. Projeções MPO com base em informações do MPA e estimativas do Ipea.

2.4. Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia

Razão da emissão de GEE da indústria pelo PIB industrial (em g/R\$)

Ano	Resultado
2020 (Ano base)	53,0
2026 (Meta base)	41,3
2026 (Resultado desejável)	44,4

Fonte: Sirene/MCTI e SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Evolução das exportações de manufaturados de média e alta intensidade tecnológica (em bi US\$)

Ano	Resultado
2022 (Ano base)	49,2
2027 (Meta base)	50,0
2027 (Resultado desejável)	54,3

Fonte: Siscomex/MDIC. Projeções MPO, com base em informações do MDIC.

Valor adicionado da indústria de transformação em proporção do PIB

Ano	Resultado
2022 (Ano base)	11,12
2026 (Meta base)	10,83
2026 (Resultado desejável)	14,85

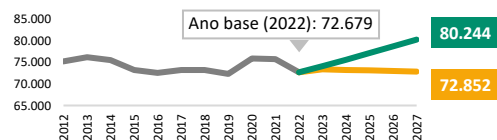
Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

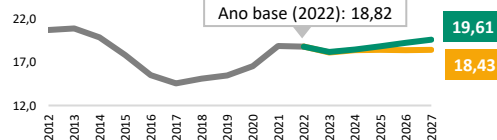
2.5. Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios

Produtividade por pessoal ocupado (em R\$ de 2020)



Fonte: OPRB/FGV. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

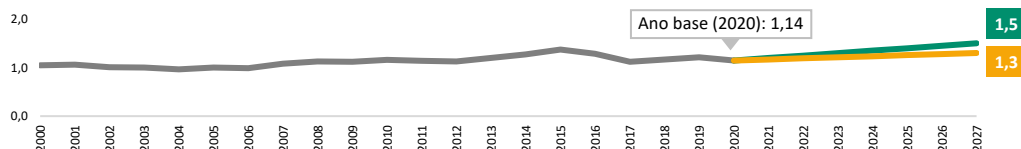
Taxa de investimento (Razão da Formação Bruta de Capital Fixo pelo PIB - acumulado no ano)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea e da SPE/MF.

2.6. Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da capacidade de inovação

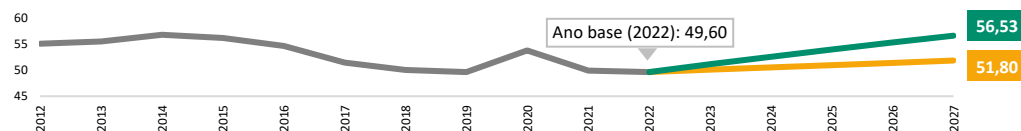
Dispendio em P&D em proporção do PIB



Fonte: SCNT/IBGE e Siafi. Projeções MPO, com base em estimativas do MCTI.

2.7. Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres

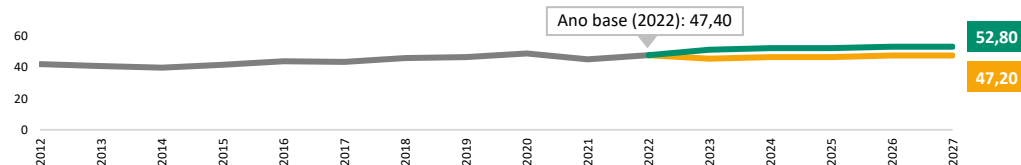
População ocupada de 16 a 59 anos entre os 40% mais pobres com proteção previdenciária (%)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.8. Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética

Participação das energias limpas e renováveis na oferta interna de energia (em %)



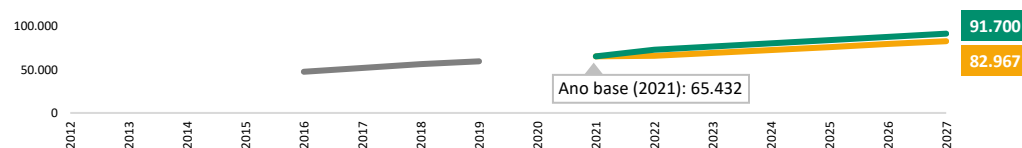
Fonte: EPE/MME. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

2.9. Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade

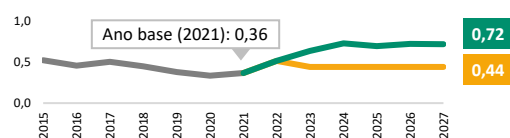
Total de domicílios em que havia utilização da Internet por banda larga (em milhares)



Fonte: Pnad TIC/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

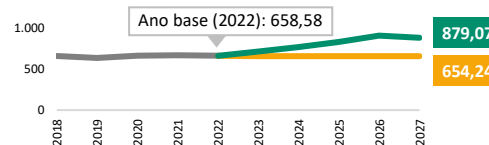
2.10. Promover maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem

Participação do investimento em infraestrutura logística no PIB (%)



Fonte: PILPI 2021-2050 e BNDES. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

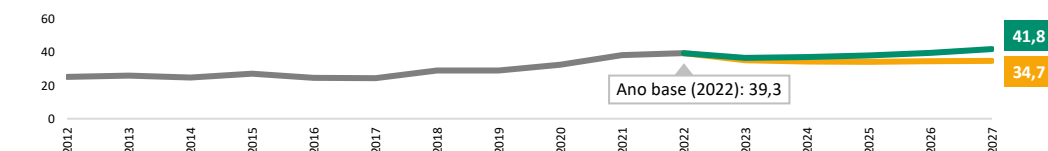
TKU (Tonelada Quilômetro Útil) total dos modais cabotagem, navegação interior e ferroviário (em t x km - bilhões)



Fonte: InfraSA e Antaq. Projeções MPO com base em estimativas do Ipea.

2.11. Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras

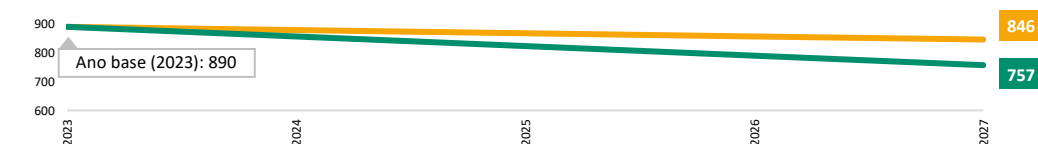
Corrente de comércio exterior (% do PIB)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.12. Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional

Número de municípios em nível de segurança hídrica baixo ou mínimo



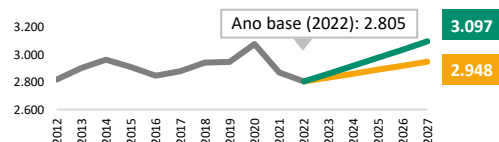
Fonte: ANA/MMA. Projeções MPO, com base em estimativas da ANA.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

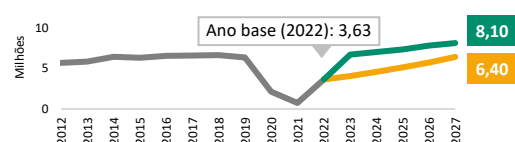
2.13. Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo

Rendimento médio mensal real do trabalho no setor de serviços (em R\$ de dez/22)



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Chegada de turistas internacionais não residentes ao Brasil (em milhões)

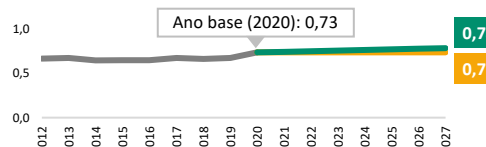


Fonte: Embratur, DPF/MJSP e GlobalData. Projeções MPO com base em estimativas da Embratur.

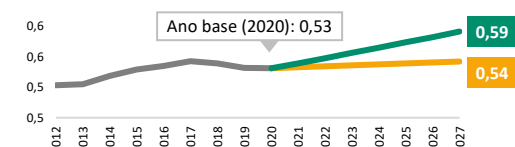
2.14. Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades

Razão entre o PIB per capita regional e o PIB per capita nacional

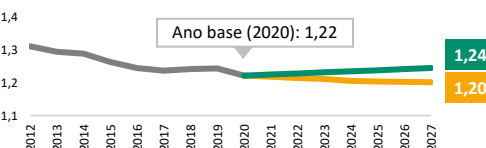
Norte



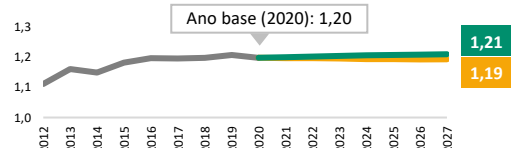
Nordeste



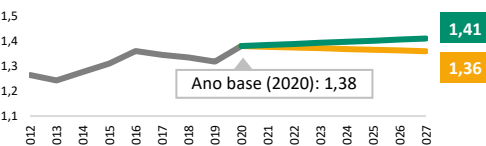
Sudeste



Sul



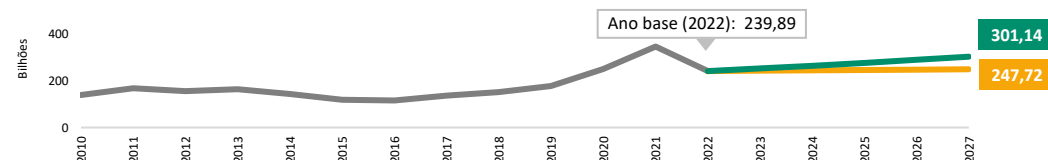
Centro-Oeste



Fonte: Pnad Contínua/IBGE e SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

2.15. Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda

Valor da produção mineral - Produção beneficiada por ano (em R\$ bi de 31/12/22)



Fonte: ANM/MME e Ibram. Projeções MPO, com base em informações da ANM/MME.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base

Indicadores-chave e metas dos objetivos estratégicos do eixo 3 – defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania

Tabela 5. Indicadores-chave e metas associados aos objetivos estratégicos do eixo 3.

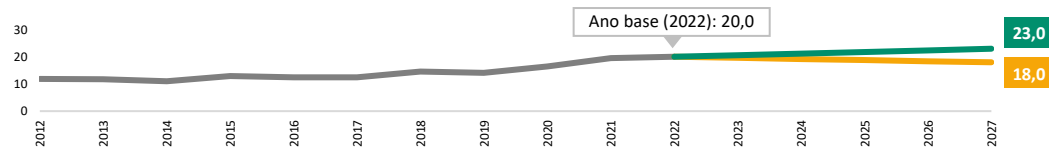
3.1. Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social Open Budget Index (OBI) Fonte: International Budget Partnership. Projeções MPO, com base em estimativas da SOF.
3.2. Promover a ampliação e o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população, com o fortalecimento da cooperação federativa, para maior coesão nacional Investimento Federal como proporção do Orçamento Federal (sem Operações Especiais)¹ Fonte: Siop/MPO. Nota: ¹Não são computadas as Operações Especiais, inclusive as despesas com Juros e Encargos da Dívida (GND 2) e Amortização da dívida (GND 6). Exclui Reserva de Contingência (GND 9).
3.3. Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população Posição do Brasil no Índice de Desenvolvimento de Governo eletrônico das Nações Unidas Fonte: UN E-Government Survey. Projeções MPO, com base em estimativas do MGISP.
3.4. Atuar na defesa da soberania, do território nacional e dos interesses nacionais Em elaboração

Legenda

Resultado desejável Resultado base

3.5. Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado

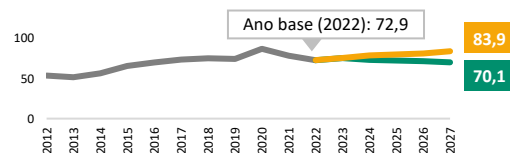
Participação das exportações em proporção do PIB (em %)



Fonte: SCNT/IBGE. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

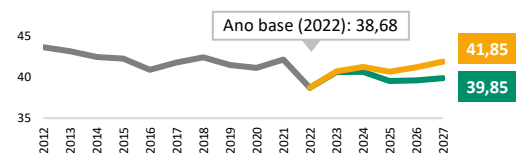
3.6. Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promovam maior justiça social e ampliação de investimentos

Dívida bruta do Governo Geral em proporção do PIB



Fonte: Bacen. Projeções MPO, com base em estimativas da STN/MF.

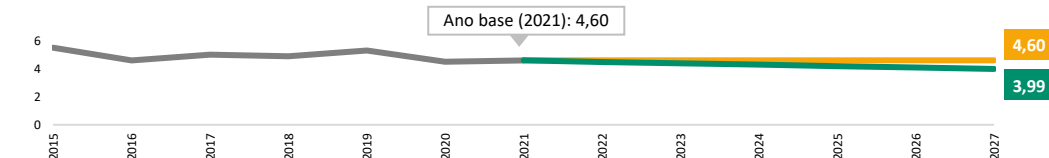
Percentual da arrecadação efetiva de tributos indiretos sobre a arrecadação total nas três esferas federativas



Fonte: STN/MF. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

3.7. Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos

Tempo médio de duração dos processos judiciais (em anos)



Fonte: CNJ. Projeções MPO, com base em estimativas do Ipea.

Legenda

— Resultado desejável — Resultado base



República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO





República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

Anexo II

Sumário Executivo de
Informações Macroeconômicas
e Fiscais

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO



1. Plano Plurianual: despesas alinhadas com os objetivos estratégicos nacionais

O Plano Plurianual, consoante disposto na Constituição de 1988, art. 165, § 1º, deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas, para o período de 4 anos. Nesse sentido, o PPA 2024-2027 conecta a visão de futuro, os valores do Governo, as diretrizes e os objetivos estratégicos nacionais com as despesas cotidianas da administração pública necessárias para o alcance das metas estabelecidas no plano.

Em outras palavras, mediante o PPA, as despesas são planejadas para o alcance dos objetivos estratégicos de médio prazo do País, os quais são expressos nos resultados de alto nível que o Governo visa alcançar. Desse modo, o Plano Plurianual está alinhado com as boas práticas internacionais¹, as quais recomendam que os orçamentos devem estar estreitamente alinhados com as prioridades estratégicas de médio prazo do País.

O PPA deve ter lastro orçamentário, para que seus objetivos e metas sejam realistas. Tendo isso em conta, seus objetivos e metas foram planejados com base na estimativa da disponibilidade de recursos prevista para os próximos anos. A seguir são destacados os pontos principais dos cenários macroeconômico e fiscal que balizaram a elaboração do Plano Plurianual 2024-2027.

2. Projeções Macroeconômicas para 2024 a 2027²

A proposta do cenário macroeconômico do PPA para o período de 2024-2027 adota os seguintes parâmetros:

Tabela 1. Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Projeção ^{1/}					
	2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB: Variação % anual	2,9	2,5	2,3	2,8	2,4	2,6
IPCA: Variação % acumulada no ano	5,79	4,85	3,30	3,00	3,00	3,00
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	5,16	5,01	5,02	5,09	5,18	5,23
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	12,34	13,12	9,80	7,82	7,05	7,06

1/ Projeções Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 11/07/2023.

Fonte e Elaboração: SPE/MF.

O crescimento esperado para 2024 é de 2,3%. Apesar do cenário prospectivo para o crescimento mundial em 2024 ser menos otimista, em função da menor perspectiva de flexibilização

¹ Recommendation of the Council on Budgetary Governance, OECD/LEGAL/0410. Recomendação nº 2: Alinhar estreitamente os orçamentos com as prioridades estratégicas de médio prazo do governo.

² Elaboração: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com apoio do IPEA (excerto da Mensagem Presidencial).

monetária já em fins de 2023, o cenário para os juros no Brasil se tornou mais favorável. A alta projetada para o PIB de 2024 é baseada na recuperação do crescimento da Indústria e de Serviços, pelo lado da oferta, e da absorção doméstica, pela ótica da demanda. Tanto o setor industrial como o de serviços devem se beneficiar com a melhoria no ambiente de negócios e redução de incertezas decorrentes da aprovação das reformas fiscal e tributária. O consumo e o investimento devem ganhar novo impulso com a redução dos juros reais; com a desaceleração da inflação; com a política de reajuste real do salário-mínimo; com a queda na inadimplência como consequência do programa Desenrola; e com o novo PAC, focado na transformação energética e ecológica.

Para os anos seguintes, projeta-se crescimento próximo a 2,5%. O maior crescimento deverá refletir o aumento da capacidade produtiva do país, resultante das mudanças estruturais e ganhos de eficiência alocativa propiciados pelas reformas fiscal e tributária, a redução das desigualdades e os estímulos ao investimento em setores estratégicos, como àqueles relacionados à transformação ecológica. Nesses anos, a contribuição do setor externo para a atividade doméstica deverá se mostrar mais favorável, repercutindo tanto a reversão do cenário de baixo crescimento global, pelo retorno dos juros à neutralidade, como a busca crescente por oportunidades de investimento em países sustentáveis, com baixa pegada de carbono.

No cenário projetado de 2024 a 2027, a inflação converge para a meta de 3,00% ao ano, que passa a valer para o horizonte contínuo e não apenas para o ano-calendário a partir de 2025. Com essa mudança, torna-se possível ancorar as expectativas de inflação também no longo prazo.

Para 2024, segue a expectativa de que a inflação ao consumidor retorne para o intervalo proposto para a meta, situando-se próxima a 3,30%. A inflação de alimentos e de bens industriais deve seguir em baixos patamares, enquanto tanto a inflação de serviços como a de monitorados devem desacelerar, repercutindo a menor inflação em 2023, o câmbio ainda em patamar próximo a R\$/US\$ 5,00, a leve desaceleração econômica e o ritmo de crescimento pouco acentuado projetado para a atividade mundial. Nos anos posteriores, a expectativa é de inflação de 3,00% ao ano.

Com o retorno da inflação para o centro da meta, as taxas de juros reais devem voltar a convergir para a taxa neutra. Para 2024, a expectativa é que a taxa Selic seja gradualmente reduzida, terminando o ano com média de 9,80%. Em 2025, a taxa média cai significativamente, para cerca de 7,80% uma vez que a taxa real, já no início do ano, deverá estar próxima à neutra. Para 2026 e 2027, espera-se Selic em patamar próximo de 7,00% ao ano.

Para a taxa de câmbio, considera-se a tendência à apreciação na média anual em 2024. Em seguida, o câmbio volta a depreciar, em linha com o diferencial de inflação doméstica e externa.

3. Cenário Fiscal para o período 2024-2027³

O cenário fiscal de referência indicado para o PPA 2024-2027 evidencia a magnitude do esforço que será necessário no próximo quadriênio para alcançar a sustentabilidade das contas públicas, sendo de importância fundamental as reformas fiscais de longo prazo para que a economia do país percorra um caminho estável de crescimento.

Tabela 2. Cenário Fiscal de referência – Projeções PPA 2024-2027 (em % PIB)

	Projeções PPA 2024-2027 (em % PIB)			
	2024	2025	2026	2027
Resultado Primário do Governo Central	0,00	0,50	1,00	-0,23*
Resultado Nominal do Setor Público Não-Financeiro	-6,7	-5,5	-4,6	-5,8
DBGG	77,2	77,3	76,9	77,7
DLSP	63,9	65,1	65,8	67,5
Juros nominais	6,6	5,9	5,5	5,6

Fonte: SOF e STN. Elaboração: SPE.

*Cenário até 24 de agosto de 2023.

O uso do espaço fiscal decorrente da aplicação dos limites de despesas primárias pressupõe a adoção de medidas eventualmente necessárias ao alcance dos resultados primário anuais a serem perseguidos ao longo da vigência do Plano.

Para 2024, a meta de resultado primário é de R\$ 0,00 (zero real) para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e de déficit de R\$ 7,3 bilhões para o Programa de Dispendios Globais das empresas estatais independentes, podendo ser desconsiderado da referida meta o montante de até R\$ 5,0 bilhões com investimentos destinados ao novo Programa de Aceleração do Crescimento e as empresas dos Grupos Eletrobrás e da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional. Para 2025 e 2026, as projeções para o resultado primário constantes do Anexo de Metas Fiscais – AMF do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2024 para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social são de 0,5% e 1,0% do PIB, respectivamente⁴.

Para o ano de 2027, ainda não há meta estabelecida para o resultado primário, uma vez que as metas constantes na PLDO 2024 têm horizonte até o ano de 2026. Assim, as projeções para o ano ainda não consideram nenhum ajuste em despesas discricionárias para o atingimento de determinado objetivo de resultado primário. A partir deste cenário, projeta-se déficit de 0,23% do PIB para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em 2027. A projeção leva em conta o

³ Elaboração: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com contribuições da Secretaria de Orçamento Federal (excerto da Mensagem Presidencial).

⁴ Vale salientar que ainda não há meta de resultado primário estabelecida para o ano de 2027 (a PLDO 2024 estabeleceu meta de resultado primário até o ano de 2026).

vencimento da suspensão do pagamento de precatórios estabelecida pela Emenda Constitucional nº 114/2021, que estabeleceu limite anual para alocação em despesas com pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal em virtude de sentença judiciária (art. 100 da Constituição Federal) até o fim de 2026. Estima-se que o montante a ser destinado ao pagamento de precatórios em 2027 se situe próximo a R\$ 200 bilhões, considerando o estoque formado de 2022 a 2026.

Caso não venham a ser adotadas medidas que permitam dar tratamento especial à quitação do referido passivo, sobretudo no que tange ao cumprimento do limite de despesa primária, a capacidade de o governo executar suas políticas pode ser comprometida. Em última análise, a realização das entregas previstas no último ano do Plano Plurianual também pode ser afetada.

Sem desconsiderar o desafio fiscal e normativo identificado para o período, a elaboração do PPA 2024-2027 pautou-se na premissa de que o valor estimado do montante acumulado de precatórios não reduzirá o espaço fiscal para as demais despesas primárias. A solução permite lidar com incertezas inerentes ao planejamento de médio prazo, evidenciando as entregas pretendidas ao longo dos próximos quatro anos.

Para garantir que as metas dependentes de despesas discricionárias estabelecidas para cada exercício do PPA estejam alinhadas às metas fiscais e à disponibilidade orçamentária do exercício a que se referirem, as metas dos programas finalísticos poderão ser revisadas, de modo a garantir a sua adequação.

Por sua vez, o resultado nominal do setor público não-financeiro em proporção do PIB apresenta trajetória de redução de déficit entre os anos 2024 e 2026 em decorrência das projeções de queda nos juros nominais para este período conjugada à trajetória do resultado primário. Em 2027, projeta-se elevação do déficit nominal, dada a projeção de déficit primário e de pequena elevação nos juros nominais. Ainda assim, a expectativa de déficit nominal para 2027 permanece abaixo do patamar projetado para 2024.

Em que pese a expectativa de pequena elevação na DBGG⁵ (em % do PIB) em 2025, a projeção de geração de superávits primário do governo central conjuntamente à queda de juros nominais a partir deste ano, conduzem à uma queda na DBGG em 2026, que voltaria a aumentar em 2027 em decorrência da projeção de déficit primário e alta nos juros nominais no ano. Conforme destacado no Anexo de Metas Fiscais do Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2024), a resistência de queda da DBGG até 2025, mesmo com superávit primário projetado para este último ano, é explicada pela projeção de taxas de juros reais acima da taxa estrutural de juros de equilíbrio, levando o custo real de financiamento da dívida pública a ficar superior à taxa real de crescimento da economia, dificultando, assim, a estabilização da dívida já a partir de 2025. Vale ponderar que a projeção para 2027 ainda não está sujeita à meta de resultado primário pré-estabelecida.

⁵ Conceito de endividamento considerado no Regime Fiscal Sustentável.

4. Projeção das fontes de financiamento anual para os Programas do PPA 2024-2027

O PPA conta com fontes de financiamento orçamentárias e não-orçamentárias. Os recursos do PPA 2024-2027, que são estimados em R\$ 13,3 trilhões⁶ durante a sua vigência, podem ser detalhados da seguinte forma:

- **Recursos orçamentários:** Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e Orçamento de Investimento (Empresas Estatais);
- **Recursos não orçamentários:** representam os recursos financeiros não constantes do Orçamento Geral da União que financiam a entrega de bens e serviços públicos que contribuem para o alcance do objetivo do programa. São discriminadas em subsídios tributários, creditícios, crédito de instituição financeira, entre outros.

Os Programas do tipo Operação Especial não compõem o PPA e abrangem, entre outros: refinanciamento da dívida interna; refinanciamento da dívida externa; serviços da dívida interna; serviços da dívida externa; transferências constitucionais; cumprimento de sentenças judiciais; outros encargos especiais; remuneração de agentes financeiros; reserva de contingência etc.

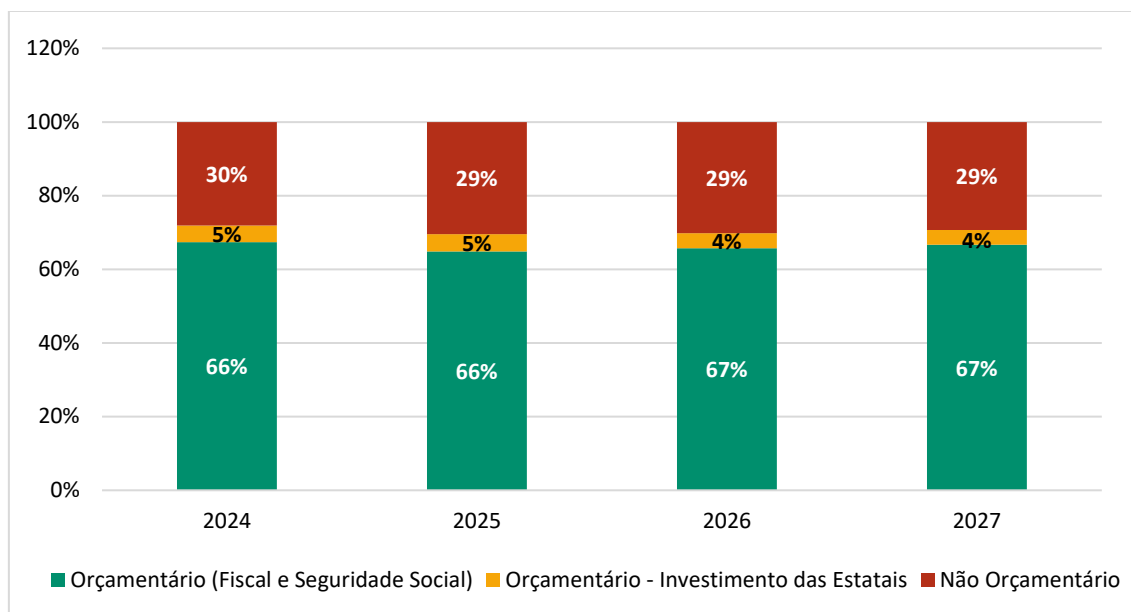
A tabela a seguir apresenta a distribuição dos recursos do PPA, por fonte de financiamento, para o período 2024-2027. (R\$ bilhões)

Recursos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024-2027
Orçamentário (Fiscal e Seguridade Social)	2.056,1	2.157,2	2.259,9	2.382,3	8.855,5
Orçamentário – Investimentos Estatais	151,3	148,8	132,2	133,8	566,2
Não-Orçamentário	929,3	962,2	991,9	999,3	3.882,7
Total	3.136,7	3.268,2	3.384,0	3.515,3	13.304,3

Fonte: SOF/MPO, SEPLAN/MPO, RFB/Fazenda, SEST/MGI. Elaboração SEPLAN/MPO.

^{6 6} Informações orçamentárias em 24 de agosto de 2023.

Gráfico 1. Evolução anual das fontes de financiamento do PPA 2024-2027 (%)



Fonte: SIOP. SOF/MPO, RFB/Fazenda, SEST/MGI. Elaboração SEPLAN/MPO. Elaboração: Seplan/MPO.

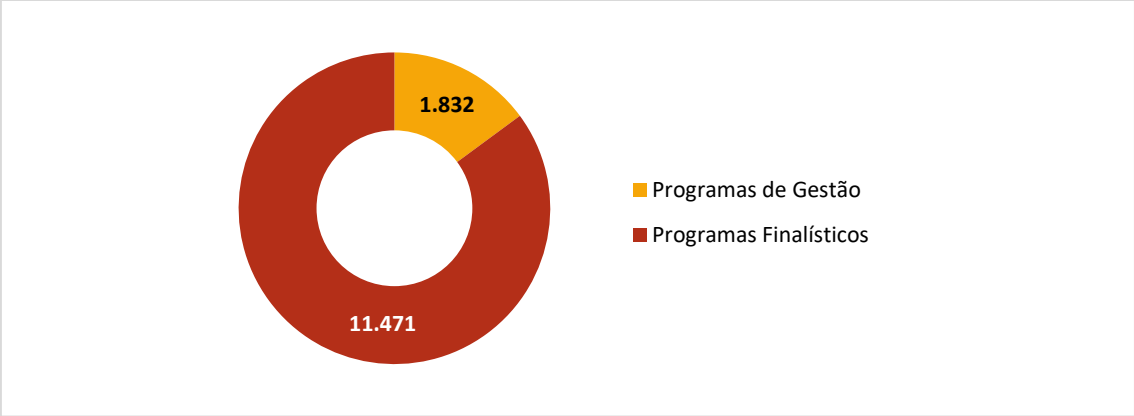
No PPA 2024-2027, esses valores são divididos em programas finalísticos e programas de gestão:

- Programas Finalísticos: é o conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários visando à concretização do objetivo;
- Programas de Gestão: retratam as despesas com a manutenção dos órgãos de cada Poder. Incluem-se aqui despesas com pessoal, benefícios a servidores, despesas administrativas como material de consumo, energia, abastecimento de água, aluguéis, entre outras que não são passíveis de serem alocadas em programas finalísticos.

Do total de recursos previstos no PPA, 86% estão vinculados aos 88 Programas Finalísticos e 14% aos seis Programas de Gestão⁷.

⁷ Programas de Gestão dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Ministério Público, da Defensoria Pública da União e das Empresas Estatais Federais. Os valores dos programas de gestão estão discriminados no Anexo IV do PPA.

Gráfico 2. PPA 2024-2027, previsão de recursos por tipo de Programa (R\$ bilhões)



Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO

4.1. Valores dos Programas Finalísticos - Orçamentos Fiscal e da
Seguridade Social e Orçamento de Investimentos (Estatais
Federais) (R\$ milhões)*

Programas Finalísticos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024- 2027
1144 - Agropecuária Sustentável	14.019,4	16.941,6	16.952,3	16.480,6	64.393,9
1149 - Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia	36,6	75,9	81,5	84,2	278,2
1158 - Enfrentamento da Emergência Climática	10.449,4	10.904,1	11.905,8	12.418,5	45.677,8
1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	174,2	208,5	227,6	237,4	847,7
1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	29,1	29,9	32,7	34,1	125,8
1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia	7.530,0	8.135,3	8.487,0	8.939,3	33.091,6
1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática	91,8	95,5	99,3	103,3	390,0
2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo	92,5	96,8	105,7	110,2	405,2
2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	283,0	331,6	361,8	377,4	1.353,9
2302 - Defesa Agropecuária	204,1	286,1	296,4	296,4	1.083,1

Programas Finalísticos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024-2027
2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	153,1	215,8	225,3	225,3	819,5
2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	210,7	115,1	119,7	124,5	570,0
2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação	2.364,1	1.870,3	1.836,3	2.008,3	8.079,1
2306 - Política Nuclear	545,2	525,2	785,9	1.145,1	3.001,3
2307 - Programa Espacial Brasileiro	153,8	159,6	165,7	171,9	651,0
2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCT	5.650,3	9.059,1	9.459,0	9.762,6	33.931,0
2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	79.071,7	84.564,5	89.832,9	96.282,0	349.751,0
2314 - Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	891.778,7	935.875,1	985.173,8	1.043.683,0	3.856.510,6
2315 - Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	219,9	228,7	237,8	247,3	933,8
2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior	1.154,4	1.211,4	1.322,7	1.379,7	5.068,2
2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	2.258,0	776,4	1.782,3	1.853,6	6.670,3
2318 - Gestão de Riscos e de Desastres	1.083,9	933,1	1.023,0	994,9	4.035,0
2319 - Mobilidade Urbana	864,1	904,1	987,2	1.029,7	3.785,0
2320 - Moradia Digna	13.998,1	14.648,0	15.994,6	16.683,5	61.324,2
2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	2.071,4	2.629,1	1.666,6	1.190,3	7.557,5
2322 - Saneamento Básico	2.189,3	2.380,7	2.579,7	2.707,2	9.856,9
2323 - Turismo, esse é o destino	679,2	3.411,3	3.448,7	3.487,4	11.026,5
2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	1.578,6	1.630,0	1.651,8	1.674,4	6.534,8
2801 - Neointustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	1.858,9	1.887,2	1.945,3	1.975,1	7.666,4
3101 - Energia Elétrica	5.096,9	5.935,2	5.473,8	5.184,1	21.689,9
3102 - Mineração Segura e Sustentável	93,7	97,8	106,8	111,4	409,6

Programas Finalísticos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024-2027
3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	127.898,6	122.998,6	108.767,5	112.930,5	472.595,2
3104 - Aviação Civil	778,3	1.599,7	1.241,5	964,3	4.583,8
3105 - Portos e Transporte Aquaviário	9.727,2	11.845,2	11.818,1	10.826,5	44.217,1
3106 - Transporte Rodoviário	14.234,7	14.893,5	16.262,7	16.883,4	62.274,3
3107 - Transição Energética*	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
3108 - Segurança Viária	545,3	570,6	623,0	482,8	2.221,6
3901 - Transporte Ferroviário	465,1	493,4	562,4	597,8	2.118,7
4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis	5,9	6,2	6,8	7,1	26,0
4101 - Comunicação Pública e Governamental	217,8	283,9	310,0	323,2	1.134,8
4102 - Segurança Institucional	40,9	85,0	92,8	96,8	315,5
4103 - Sistema Financeiro do Futuro	158,1	167,7	183,1	191,0	699,9
4104 - Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	128,0	126,4	138,7	145,0	538,1
4105 - Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas	492,8	515,8	563,6	586,8	2.159,0
5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	63.363,8	62.399,1	71.640,7	76.155,2	273.558,8
5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma	3.703,1	4.009,3	4.130,1	4.255,7	16.098,3
5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	14.069,0	14.571,0	15.119,8	15.576,9	59.336,7
5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos	171,8	135,6	148,1	154,5	609,9
5116 - Segurança Pública com Cidadania	3.194,7	3.557,0	3.701,3	3.806,3	14.259,3
5117 - Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	27.885,4	29.106,8	30.569,0	32.887,9	120.449,1
5118 - Atenção Especializada à Saúde	82.300,9	86.120,8	90.482,1	97.368,2	356.272,1
5119 - Atenção Primária à Saúde	42.368,5	44.522,3	46.447,0	49.873,8	183.211,6
5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde	4.079,6	4.073,2	4.228,1	4.528,6	16.909,6

Programas Finalísticos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024- 2027
5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde	16.310,2	17.021,1	17.879,2	19.232,9	70.443,4
5122 - Saúde Indígena	2.638,8	2.754,4	2.892,7	3.112,2	11.398,1
5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente	13.440,9	14.031,4	14.739,0	15.857,6	58.069,0
5125 - Direito à Cultura	1.635,0	1.847,3	1.836,4	1.625,4	6.944,1
5126 - Esporte para a Vida	283,4	293,7	305,4	317,7	1.200,2
5127 - Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	6,8	7,2	7,8	8,2	30,0
5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas	169.513,5	171.802,6	171.806,1	171.807,9	684.930,1
5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais	112,3	117,7	128,5	134,1	492,6
5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	103.059,9	113.857,4	122.321,1	134.472,2	473.710,6
5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	4.806,9	5.036,9	5.492,6	5.735,3	21.071,7
5134 - Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas	170,1	178,3	194,6	203,0	746,0
5135 - Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver	9,0	9,4	10,3	10,7	39,4
5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	172,8	203,0	221,7	260,5	858,1
5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados	14,9	15,7	17,1	17,8	65,5
5601 - Cidades Melhores	350,0	366,2	399,9	417,1	1.533,1
5602 - Periferia Viva	451,6	472,5	515,9	538,2	1.978,2
5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar	377,7	416,5	454,8	534,4	1.783,4
5661 - Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres	11,7	12,4	14,6	14,6	53,2
5662 - Mulher Viver sem Violência	67,9	78,2	89,0	94,4	329,5

Programas Finalísticos do PPA 2024-2027	2024	2025	2026	2027	PPA 2024-2027
5663 - Autonomia Econômica das Mulheres	10,0	10,7	12,2	12,9	45,7
5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis	156,4	163,7	178,7	186,4	685,2
5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos	40,0	38,1	38,0	39,5	155,6
5803 - Juventude Negra Viva	7,8	8,8	9,9	10,3	36,8
5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo	52,2	53,6	60,6	63,0	229,4
5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	23,9	24,8	26,2	27,1	102,0
5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+	8,0	8,4	9,1	9,5	35,0
5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua	2,8	3,0	3,2	3,4	12,4
5815 - Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	11,3	11,8	12,9	13,5	49,5
5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	76,2	77,4	84,5	88,1	326,2
5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações	126,0	128,9	140,8	146,8	542,6
5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígena	71,4	74,2	77,2	80,3	303,1
6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional	327,9	255,5	280,6	293,3	1.157,3
6112 - Defesa Nacional	16.083,8	15.977,2	16.724,7	16.168,6	64.954,3
6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica	51,8	9,6	10,5	62,8	134,7
6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	780,1	789,0	861,4	898,5	3.329,0
TOTAL	1.773.077,1	1.854.400,6	1.929.262,7	2.032.143,1	7.588.883,6

Fonte: SIOP. Elaboração: Seplan/MPO.

*Posição 24 de agosto de 2023.

4.2. Ações Não Orçamentárias do PPA 2024-2027

As ações não orçamentárias constituem-se em importante fonte de financiamento das políticas públicas presentes no PPA 2024-2027. Devem atingir R\$ 3,88 trilhões no período do PPA, sendo compostas pelo somatório dos subsídios tributários, subsídios creditícios e créditos de instituições financeiras públicas.

Tabela 3. Estimativa das ações não-orçamentárias PPA 2024-2027

Fonte de recursos	2024		2025		2026		2027		Total PPA 2024-2027
	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão	% do PIB	R\$ bilhão
Subsídio Tributário	486,2	4,5%	513,5	4,5%	532,4	4,3%	555,4	4,2%	2.087,5
Subsídio Creditício	42,4	0,4%	23,3	0,2%	16,7	0,1%	15,2	0,1%	97,6
Crédito de Instituição Financeira	400,7	3,7%	425,4	3,7%	442,8	3,6%	428,6	3,3%	1.697,5
Total Geral	929,3	8,7%	962,2	8,4%	991,9	8,0%	999,3	7,6%	3.882,7

Fonte: Receita Federal do Brasil (RFB)/MF (Estimativa de subsídios tributários para 2024 a 2026 constantes do PLDO 2024. Projeção RFB para 2027). Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA)/MPO. Bancos públicos federais. Elaboração: Seplan/MPO. Nota: na estimativa do valor do subsídio tributário de 2027 (R\$ 555,4 bilhões), a Seplan considerou R\$ 3,7 bilhões referentes a pesquisas científicas e tecnológicas – Ciência e Tecnologia.

4.2.1. Ações Não Orçamentárias por Programa Finalístico do PPA 2024 – 2027
Em R\$ Milhões

Tabela 4. Estimativa das ações não-orçamentárias PPA 2024-2027, por programa finalístico (R\$ milhões)

Programas Não Orçamentários	2024	2025	2026	2027	PPA 2024 - 2027
Agricultura Familiar e Agroecologia	26.850,68	28.445,47	29.728,85	32.349,21	117.374,22
Agropecuária Sustentável	114.543,38	121.722,82	130.021,92	139.368,09	505.656,21
Atenção Especializada à Saúde	20.588,01	19.911,77	20.813,31	21.818,04	83.131,12
Atenção Primária à Saúde	39.156,30	41.001,00	42.795,98	44.775,58	167.728,85
Autonomia Política e Econômica das Mulheres	1.264,07	1.330,45	1.398,53	1.472,28	5.465,32
Aviação Civil	3.450,15	3.680,32	3.917,24	3.826,26	14.873,96

Programas Não Orçamentários	2024	2025	2026	2027	PPA 2024 - 2027
Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	109,93	116,30	123,28	130,56	480,07
Cidades Melhores	2.000,00	2.000,00	2.000,00	-	6.000,00
Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	0,76	0,86	0,97	1,11	3,69
Comunicações para Inclusão e Transformação	20,97	21,80	22,85	24,22	89,83
Defesa Nacional	58,08	62,17	66,26	71,18	257,68
Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	114.231,78	118.159,45	116.734,35	125.075,72	474.201,31
Direito à Cultura	4.501,18	4.665,53	4.916,34	5.208,60	19.291,66
Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1,05	1,11	1,16	1,22	4,54
Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	14.527,85	15.219,78	15.892,79	16.637,37	62.277,78
Educação Superior: Qualidade, Democracia e Sustentabilidade	8.937,57	6.926,80	5.772,69	4.887,51	26.524,57
Energia Elétrica	17.414,99	17.529,76	17.657,88	17.818,08	70.420,71
Enfrentamento da Emergência Climática	25,00	25,00	25,00	25,00	100,00
Esporte para a Vida	3.927,00	4.143,90	4.353,82	4.595,32	17.020,04
Estruturação da Política Nacional de Cuidados	386,67	402,39	417,77	433,96	1.640,78
Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	510,83	426,75	408,07	417,64	1.763,29
Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	57,53	58,05	58,61	59,19	233,37
Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	21.933,50	22.314,91	23.093,13	24.260,93	91.602,47
Mineração Segura e Sustentável	331,26	351,15	370,34	392,85	1.445,60
Mobilidade Urbana	11.448,90	10.226,11	9.760,99	5.734,67	37.170,67
Moradia Digna	153.095,21	154.380,70	155.626,67	155.471,47	618.574,06
Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	197.948,13	223.812,61	238.264,55	232.505,93	892.531,23
Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Tecnologias em Saúde	25,60	27,13	28,62	30,36	111,70

Programas Não Orçamentários	2024	2025	2026	2027	PPA 2024 - 2027
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	1.458,98	1.541,43	1.623,50	1.722,19	6.346,10
Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	1.310,49	971,02	962,48	979,05	4.223,04
Portos e Transporte Aquaviário	4.003,99	3.413,61	3.256,67	3.356,71	14.030,99
Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	46.010,84	47.915,88	49.778,99	51.751,48	195.457,18
Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação a Violações	-	-	-	-	-
Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	426,29	451,60	476,03	504,62	1.858,53
Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	5.904,63	-	-	-	-
		4.768,35	9.362,37	11.259,80	19.485,88
Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	16.850,68	17.535,77	18.206,29	18.911,71	71.504,45
Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	798,36	839,67	879,74	925,08	3.442,84
Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	589,08	623,24	660,64	699,61	2.572,57
Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	11.719,54	12.373,18	13.005,56	13.734,79	50.833,08
Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	317,53	334,44	350,83	369,51	1.372,30
Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	19.107,92	20.254,95	21.362,19	22.660,65	83.385,71
Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia	565,70	752,18	1.003,26	1.064,24	3.385,38
Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre	18,00	9,00	-	-	27,00
Saneamento Básico	12.606,25	9.570,07	9.296,21	3.490,72	34.963,25
Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	39.183,29	41.535,43	43.805,97	46.468,63	170.993,32
Sistema Financeiro do Futuro	130,27	-	-	-	-
		136,64	181,80		188,18

Programas Não Orçamentários	2024	2025	2026	2027	PPA 2024 - 2027
Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	190,00	195,00	180,00	188,00	753,00
Transição Energética	214,90	227,80	240,25	254,85	937,80
Transporte Ferroviário	1.598,65	2.112,37	1.944,96	2.059,71	7.715,68
Transporte Rodoviário	1.020,41	1.071,85	1.127,13	1.195,21	4.414,60
Turismo, esse é o Destino	5.376,79	5.646,42	5.939,18	1.201,40	18.163,87
Viver Sem Limite: Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	2.522,20	2.801,07	3.071,94	1.599,42	9.994,63
Total Geral	929.271,14	962.235,06	991.899,60	999.270,19	3.882.675,98

Fonte: Siop. Elaboração: SEPLAN/MPO.

4.3. Subsídios tributários

Tabela 5. Subsídios tributários projetados para o período do PPA 2024-2027 por Programa (em R\$ milhões)

Programa	2024	2025	2026	2027	Total
Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	122.001,23	129.017,45	135.806,91	143.667,43	530.493,01
Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	59.946,28	65.249,01	61.862,35	67.063,78	254.121,42
Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	46.010,84	47.915,88	49.778,99	51.751,48	195.457,18
Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome	39.183,29	41.535,43	43.805,97	46.468,63	170.993,32
Atenção Primária à Saúde	39.156,30	41.001,00	42.795,98	44.775,58	167.728,85
Agropecuária Sustentável	24.677,19	24.889,21	25.767,08	27.026,49	102.359,98
Moradia Digna	19.795,21	20.980,70	22.126,67	23.471,47	86.374,06
Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	19.396,08	20.577,03	21.722,09	23.004,23	84.699,43
Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde	19.107,92	20.254,95	21.362,19	22.660,65	83.385,71
Atenção Especializada à Saúde	18.984,01	19.911,77	20.813,31	21.818,04	81.527,12
Promoção do Trabalho Digno, Emprego e Renda	16.850,68	17.535,77	18.206,29	18.911,71	71.504,45
Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	14.527,85	15.219,78	15.892,79	16.637,37	62.277,78

Programa	2024	2025	2026	2027	Total
Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	11.719,54	12.373,18	13.005,56	13.734,79	50.833,08
Direito à Cultura	4.469,60	4.632,37	4.881,52	5.172,04	19.155,54
Esporte para a Vida	3.927,00	4.143,90	4.353,82	4.595,32	17.020,04
Educação Superior: Qualidade, Democracia e Sustentabilidade	3.478,05	3.686,84	3.888,38	4.124,73	15.178,00
Aviação Civil	3.450,15	3.680,32	3.917,24	3.826,26	14.873,96
Portos e Transporte Aquaviário	3.115,49	3.336,55	3.560,12	3.826,26	13.838,41
Turismo, esse é o Destino	4.295,49	4.553,35	4.802,26	-	13.651,10
Energia Elétrica	2.414,99	2.529,76	2.657,88	2.818,08	10.420,71
Viver Sem Limite: Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	2.437,20	2.712,57	2.979,94	1.503,92	9.633,63
Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	1.458,98	1.541,43	1.623,50	1.722,19	6.346,10
Transporte Rodoviário	1.020,41	1.071,85	1.127,13	1.195,21	4.414,60
Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade	798,36	839,67	879,74	925,08	3.442,84
Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia	565,70	752,18	1.003,26	1.064,24	3.385,38
Mobilidade Urbana	808,90	886,11	960,99	651,47	3.307,47
Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa	426,29	451,60	476,03	504,62	1.858,53
Estruturação da Política Nacional de Cuidados	386,67	402,39	417,77	433,96	1.640,78
Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	345,46	366,20	386,22	409,70	1.507,58
Mineração Segura e Sustentável	331,26	351,15	370,34	392,85	1.445,60
Autonomia Política e Econômica das Mulheres	316,61	335,62	353,96	375,48	1.381,66
Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo	317,53	334,44	350,83	369,51	1.372,30
Transição Energética	214,90	227,80	240,25	254,85	937,80
Defesa Nacional	58,08	62,17	66,26	71,18	257,68
Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	60,08	61,98	63,82	65,81	251,69
Saneamento Básico	49,42	50,92	53,21	56,38	209,92
Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Tecnologias em Saúde	25,60	27,13	28,62	30,36	111,70

Programa	2024	2025	2026	2027	Total
Comunicações para Inclusão e Transformação	20,97	21,80	22,85	24,22	89,83
Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social	0,76	0,86	0,97	1,11	3,69
Total	486.150,33	513.522,10	532.413,07	555.406,43	2.087.491,93

Fonte: RFB/Fazenda.

Elaboração: SEPLAN/MPO.

4.4. Subsídios creditícios

Tabela 6. Subsídios creditícios projetados para o período do PPA 2024-2027 por Programa (em R\$ milhões)

Programa	2024	2025	2026	2027	Total
Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	24.623,69	21.929,47	22.580,73	24.342,23	93.476,13
Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade	5.459,52	3.239,96	1.884,31	762,78	11.346,57
Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional	2.412,91	1.547,37	1.296,60	1.332,66	6.589,54
Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo	965,03	604,82	576,26	569,35	2.715,46
Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais	450,75	364,78	344,25	351,82	1.511,60
Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	1.218,72	310,85	-151,91	-368,92	1.008,74
Agricultura Familiar e Agroecologia	171,36	166,83	179,08	200,12	717,38
Turismo, este é o destino	208,49	152,48	135,80	135,64	632,41
Portos e Transporte Aquaviário	888,50	77,06	-303,44	-469,54	192,58
Sistema Financeiro do Futuro	130,27	-136,64	-181,80	-	-188,18
Agropecuária Sustentável	-19,66	-201,00	-299,45	-361,45	-881,56
Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	5.904,63	-4.768,35	-9.362,37	-11.259,80	-19.485,88
Total	42.414,21	23.287,62	16.698,06	15.234,91	97.634,80

Fonte: SMA/MPO.

Elaboração: SEPLAN/MPO.

4.5. Créditos de instituições financeiras públicas

Tabela 7. Créditos de instituições financeiras públicas projetados para o período do PPA 2024-2027 por Programa (em R\$ milhões)

Programa	2024	2025	2026	2027	Total
Moradia Digna	133.300,00	133.400,00	133.500,00	132.000,00	532.200,00
Agropecuária Sustentável	89.885,85	97.034,61	104.554,28	112.703,04	404.177,79
Neoindustrialização, Ambiente de negócios e participação econômica internacional	73.534,00	93.247,79	101.161,04	87.505,84	355.448,67
Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	29.661,81	30.980,97	32.291,26	33.669,71	126.603,76
Agricultura Familiar e Agroecologia	26.679,32	28.278,65	29.549,77	32.149,10	116.656,84
Energia Elétrica	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	60.000,00
Saneamento Básico	12.556,84	9.519,15	9.243,00	3.434,34	34.753,33
Mobilidade Urbana	10.640,00	9.340,00	8.800,00	5.083,20	33.863,20
Transporte Ferroviário	1.598,65	2.112,37	1.944,96	2.059,71	7.715,68
Cidades Melhores	2.000,00	2.000,00	2.000,00	-	6.000,00
Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização	1.318,70	1.427,03	1.522,95	1.625,62	5.894,31
Autonomia Política e Econômica das Mulheres	947,46	994,83	1.044,57	1.096,80	4.083,66
Turismo, este é o destino	872,81	940,59	1.001,12	1.065,85	3.880,36
Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios	589,08	623,24	660,64	699,61	2.572,57
Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento	190,00	195,00	180,00	188,00	753,00
Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade	109,93	116,30	123,28	130,56	480,07
Viver Sem Limite: Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência	85,00	88,50	92,00	95,50	361,00
Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único	57,53	58,05	58,61	59,19	233,37
Direito à Cultura	31,58	33,16	34,82	36,56	136,12
Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para Sempre	18,00	9,00	0	0	27,00
Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas	1,05	1,11	1,16	1,22	4,54

Programa	2024	2025	2026	2027	Total
Total	400.706,60	425.425,34	442.788,47	428.628,85	1.697.549,26

Fonte: BB, CEF, BNB, BASA, BNDES.

Elaboração: SEPLAN/MPO.



República
Federativa
do Brasil

Plano Plurianual 2024-2027

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO



PROGRAMA: 1144 - Agropecuária Sustentável

Objetivo Geral:

Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

- Produtor agropecuário, industrial e agroindustrial;
- Centros de pesquisa, universidades;
- Secretarias Estaduais e municipais de agricultura
- Organizações sociais,
- Sindicatos,
- Associações e Cooperativas;
- Associações e Cooperativas de Produtores rurais;
- Academia, Institutos de Pesquisa, startups, aceleradoras;
- Ecossistemas regionais de inovação agropecuária;
- Agências de fomento; e
- Sociedade civil.

Órgão Responsável:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	14.019.427	16.941.564	16.952.250	16.480.629
Despesas Correntes	7.124.822	10.049.487	10.060.577	9.588.243
Despesas de Capital	6.894.605	6.892.077	6.891.673	6.892.386
Recursos Não-Orçamentários	114.572.110	121.931.191	130.328.159	139.736.197
Crédito e Demais Fontes	89.894.922	97.041.978	104.561.078	112.709.705
Gastos Tributários	24.677.188	24.889.213	25.767.081	27.026.492
Valores Globais	128.591.537	138.872.755	147.280.409	156.216.826
	570.961.527			

Objetivos Específicos do Programa

0007 - Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)						
Linha de Base do Indicador	78.574	Unidade de Medida	Produtores atendidos			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	89.723		107.668		125.612		143.557

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	16	19	22	26
	No Estado da Bahia	632	758	885	1.011
	No Estado da Paraíba	43	52	61	70
	No Estado de Alagoas	97	117	136	156
	No Estado de Goiás	4.270	5.124	5.978	6.832
	No Estado de Mato Grosso	1.257	1.508	1.760	2.011
	No Estado de Mato Grosso do Sul	4.248	5.098	5.947	6.797
	No Estado de Minas Gerais	7.616	9.139	10.662	12.185
	No Estado de Pernambuco	52	62	72	82
	No Estado de Rondônia	109	130	152	174
	No Estado de Roraima	18	22	26	29
	No Estado de Santa Catarina	7.663	9.195	10.728	12.261
	No Estado de São Paulo	10.495	12.594	14.693	16.792
	No Estado de Sergipe	343	412	481	549
	No Estado do Acre	2	3	3	4
	No Estado do Amapá	0	0	1	1
	No Estado do Amazonas	7	8	10	11
	No Estado do Ceará	17	21	24	27
	No Estado do Espírito Santo	1.500	1.800	2.099	2.399
	No Estado do Maranhão	343	412	481	549
	No Estado do Pará	96	115	135	154
	No Estado do Paraná	30.114	36.137	42.160	48.183
	No Estado do Piauí	113	136	159	181
	No Estado do Rio de Janeiro	32	38	45	51
	No Estado do Rio Grande do Norte	5	5	6	7
	No Estado do Rio Grande do Sul	20.186	24.223	28.261	32.298
	No Estado do Tocantins	448	537	627	716

0033 - Ampliar o acesso do produtor ao Crédito Rural					
Indicador do Objetivo Específico	PIB Agropecuário				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$ milhões		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	608.637		615.697	622.839	630.064

0036 - Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade, das ações que promovem o incremento da sustentabilidade.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Unidades Federativas integradas ao SINABC - Sistema Integrado de Informações do ABC+				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade da federação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		20	25	27
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3	4	4	4
	Região Nordeste	3	5	7	9
	Região Norte	3	4	7	7

Regionalização da Meta	Região Sudeste	3	4	4	4
	Região Sul	3	3	3	3

0175 - Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		5	8	13

0185 - Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas).					
Indicador do Objetivo Específico	Área para produção de produtos madeireiros e não madeireiros (ha) em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)				
Linha de Base do Indicador	9.930.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	145.000		220.000	295.000	370.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	21.750	33.000	44.250	55.500
	Região Nordeste	10.150	15.400	20.650	25.900
	Região Norte	8.700	13.200	17.700	22.200
	Região Sudeste	58.000	88.000	118.000	148.000
	Região Sul	46.400	70.400	94.400	118.400

0187 - Ampliar e diversificar a produção agropecuária agregando valor aos seus produtos e serviços					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de produtos com valor agregado adicional				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	18.000		18.500	19.000	19.500

0525 - Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas leais de produção e comércio.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de crescimento anual da área de produção orgânica				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5,75		5,28	4,82	4,35
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado da Bahia	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado da Paraíba	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Alagoas	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Goiás	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Mato Grosso	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Mato Grosso do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Minas Gerais	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Pernambuco	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Rondônia	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Roraima	5,75	5,28	4,82	4,35

Regionalização da Meta	No Estado de Santa Catarina	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de São Paulo	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Sergipe	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Acre	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Amapá	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Amazonas	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Ceará	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Espírito Santo	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Maranhão	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Pará	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Paraná	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Piauí	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio de Janeiro	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio Grande do Norte	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio Grande do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Tocantins	5,75	5,28	4,82	4,35

PROGRAMA: 1149 - Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia**Objetivo Geral:**

Promover a participação da sociedade na reconstrução e na transformação do país por meio de instâncias e de processos participativos na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas para o fortalecimento da democracia participativa e representativa.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.

Público alvo:

População brasileira.

Órgão Responsável:

Presidência da República

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	36.605	37.945	40.746	42.106
Despesas Correntes	36.605	37.945	40.746	42.106
Recursos Não-Orçamentários	565.701	752.180	1.003.259	1.064.239
Gastos Tributários	565.701	752.180	1.003.259	1.064.239
Valores Globais	602.306	790.125	1.044.005	1.106.345
	3.542.781			

Objetivos Específicos do Programa**0062 - Promover, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o diálogo social em âmbito nacional e internacional, visando debater temas relevantes de interesse da sociedade.**

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de Reuniões Plenárias do CDESS				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2	2	2	2	

0066 - Promover, por meio do Conselho da Federação, o diálogo federativo e a cooperação intergovernamental, em âmbito nacional e internacional, visando debater temas e pautas prioritárias da federação.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de Diálogos Federativos (Plenárias, Câmaras Técnicas e Secretaria Técnica)				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	10	10	10	10	

0174 - Promover a participação da sociedade civil na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO e Planapo).

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de reuniões e eventos realizados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	8	9	8	9	

0282 - Promover a participação da sociedade civil na elaboração e no acompanhamento da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de recomendações ou planos de ação elaborados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		10	10	10

0379 - Fortalecer a política de fomento e colaboração com as Organizações da Sociedade Civil					
Indicador do Objetivo Específico	Volume de recursos do Governo Federal executado em Parcerias				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31,25		62,5	93,75	125

0383 - Ampliar o diálogo entre a sociedade civil e órgãos e entidades públicas e entes da Federação para o tratamento de demandas sociais.					
Indicador do Objetivo Específico	Demandas sociais tratadas e respondidas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50		60	70	75

0384 - Promover a participação social nas políticas públicas pelos colegiados, conselhos e conferências e implementar a participação direta da sociedade nos processos de planejamento participativo e do orçamento participativo federal (OP - BR).					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de participantes da sociedade civil em processos de participação social				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.000.000		2.000.000	2.000.000	2.000.000

0387 - Desenvolver estratégias de participação social digital para democratizar os processos participativos.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de interações de participação social				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.010.000		1.010.000	1.010.000	1.010.000

0393 - Promover a participação social com educação popular nos territórios.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de participantes em atividades organizativas e formativas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	277.500		277.500	277.500	277.500

0403 - Promover a participação social nos processos associativos e organismos multilaterais integrados pelo Brasil e a participação em organizações e redes internacionais de participação social.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de representantes de organizações da sociedade civil				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.000		6.000	1.500	1.500

PROGRAMA: 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral:

Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.

Público alvo:

A sociedade brasileira, cerca de 210 milhões de pessoas, em especial as populações e comunidades mais vulneráveis, considerando as localizadas na Zona Costeira (aproximadamente 26,6% da população), que sofrem os efeitos da mudança do clima, como o aumento do nível do oceano, eventos extremo, erosão, inundação, deslizamentos; aquelas que se encontram em regiões prioritárias de risco de desastres naturais (especialmente população que vive em periferias de grandes centros urbanos e que é majoritariamente negra) e, no caso do processo de desertificação, as populações da região do semi-árido (cerca de 28 milhões de habitantes).

Órgão Responsável:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.449.405	10.904.107	11.905.750	12.418.499
Despesas Correntes	20.986	20.711	21.906	22.806
Despesas de Capital	10.428.419	10.883.396	11.883.844	12.395.693
Recursos Não-Orçamentários	25.000	25.000	25.000	25.000
Crédito e Demais Fontes	25.000	25.000	25.000	25.000
Valores Globais	10.474.405	10.929.107	11.930.750	12.443.499
	45.777.761			

Objetivos Específicos do Programa

0247 - Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos

Indicador do Objetivo Específico	Número de instrumentos de informações climáticas disponibilizados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	104		129	145	156

0272 - Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima

Indicador do Objetivo Específico	Percentual das emissões de GEE nacionais coberto por planos de mitigação				
Linha de Base do Indicador	59,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	81,7		92,5	100	100

0274 - Proteger, conservar e restaurar o oceano para contribuir na manutenção da sua capacidade de regular o clima global, bem como aumentar a resiliência da zona costeira brasileira frente à mudança do clima

Indicador do Objetivo Específico	Percentual da Zona Costeira e Marinha, com importância para mitigação e adaptação, protegida				
Linha de Base do Indicador	26,48	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	26,5		27	27,5	28

0275 - Promover processos de recuperação e de prevenção da degradação em Áreas Susceptíveis de Desertificação, reduzindo a vulnerabilidade aos efeitos do clima em territórios rurais						
Indicador do Objetivo Específico		Número de estados prioritários com ações para implementação das políticas estaduais de Combate à Desertificação e ações de Mitigação dos Efeitos da Seca				
Linha de Base do Indicador		6	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		10	15	21	21	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0	2	3	3	
	Região Nordeste	10	10	10	10	
	Região Norte	0	1	3	3	
	Região Sudeste	0	1	3	3	
	Região Sul	0	1	2	2	

0279 - Incrementar a Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial para a promoção do bem viver e enfrentamento à emergência climática.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	150	200	220	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	9	14	18	20	
	Região Nordeste	26	39	52	57	
	Região Norte	9	14	18	20	
	Região Sudeste	41	61	82	90	
	Região Sul	15	22	30	33	

0416 - Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		25	50	75	100	

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral:

Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.

Público alvo:

Empresas, start-ups, associações, cooperativas e empreendimentos de agricultores familiares e Povos e Comunidades Tradicionais; Academia e Instituições de Pesquisa; Famílias beneficiárias de UCs e comunidades de pescadores artesanais.

Órgão Responsável:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	174.234	208.455	227.618	237.422
Despesas Correntes	172.096	206.218	225.175	234.874
Despesas de Capital	2.138	2.237	2.443	2.548
Recursos Não-Orçamentários	109.927	116.303	123.281	130.555
Crédito e Demais Fontes	109.927	116.303	123.281	130.555
Valores Globais	284.161	324.758	350.899	367.977
	1.327.795			

Objetivos Específicos do Programa

0258 - Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de negócios da bioeconomia apoiados incubados e acelerados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	200	400	800	1.000	

0262 - Ampliação do acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos registrados no Sisgen				
Linha de Base do Indicador	72.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	77.000	82.000	87.000	92.000	

0266 - Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais.

Indicador do Objetivo Específico	Área de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais				
Linha de Base do Indicador	1.288.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1.988.000	2.888.000	3.988.000	5.288.000	

0271 - Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociobiodiversidade.						
Indicador do Objetivo Específico		Área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil				
Linha de Base do Indicador		427.000.000	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		457.000.000	484.000.000	494.000.000	502.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Bioma Caatinga	28.000.000	28.000.000	28.000.000	28.000.000	
	Bioma Cerrado	2.000.000	24.500.000	24.500.000	25.000.000	
	Bioma Mata Atlântica	0	4.500.000	14.500.000	14.500.000	
	Bioma Pampa	0	0	0	7.500.000	

0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50.000	70.000	100.000	120.000	

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400	
	Região Nordeste	200	400	600	800	
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Sudeste	200	400	600	800	
	Região Sul	200	400	600	800	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400	
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000	

PROGRAMA: 1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo

Objetivo Geral:

Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.

Público alvo:

População urbana e rural; Catadores de materiais recicláveis; Famílias da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, jovens e mulheres.

Órgão Responsável:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	29.101	29.929	32.680	34.088
Despesas Correntes	21.101	21.559	23.541	24.555
Despesas de Capital	8.000	8.370	9.139	9.533
Recursos Não-Orçamentários	317.526	334.438	350.825	369.508
Gastos Tributários	317.526	334.438	350.825	369.508
Valores Globais	346.627	364.367	383.505	403.596
	1.498.095			

Objetivos Específicos do Programa

0277 - Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de recuperação de recicláveis secos dos resíduos sólidos urbanos				
Linha de Base do Indicador	2,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		5,7	6,6	7,5	8,3

0280 - Promover a gestão adequada de substâncias químicas, resíduos perigosos e emergências ambientais, minimizando os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de substâncias químicas perigosas destinadas de forma ambientalmente adequada				
Linha de Base do Indicador	24.000	Unidade de Medida	tonelada		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		25.000	27.000	28.000	30.000

0281 - Promover a qualidade do meio ambiente urbano por meio do apoio aos estados e municípios para aprimoramento da gestão ambiental de forma integrada.

Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios apoiados pelo MMA com iniciativas para o aperfeiçoamento da gestão ambiental municipal de forma integrada realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	200	300	400

0283 - Ampliar a disponibilidade e integração das informações para a sociedade sobre a qualidade do ar, da água e do solo.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de UFs que geram dados de monitoramento da qualidade do ar, água e solo, integradas aos sistemas de monitoramento federais				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2027
	20		30		50

0285 - Fomentar a proteção, defesa e bem-estar animal, com vistas à conscientização, prevenção e combate a práticas prejudiciais aos direitos animais, à biodiversidade e ao meio ambiente.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que implementam ações ou instrumentos da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-estar e Direitos Animais				
Linha de Base do Indicador	2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2027
	5		10		40
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	0,5	1,5	3	6
	Região Nordeste	1	1,5	3	6
	Região Norte	0,5	1,5	2	5
	Região Sudeste	2	3,5	7	13
	Região Sul	1	2	5	10

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral:

Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

- Agricultor familiar, pescador e aquicultor;
- Extrativistas, assentados da reforma agrária, irrigantes, povos e comunidades tradicionais e população ribeirinha;
- Centros de pesquisa, universidades;
- Secretarias Estaduais e municipais de agricultura, organizações sociais, sindicatos, associações e cooperativas;
- Mulheres rurais.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.529.998	8.135.265	8.486.978	8.939.336
Despesas Correntes	7.510.154	8.113.280	8.462.972	8.911.127
Despesas de Capital	19.844	21.985	24.006	28.209
Recursos Não-Orçamentários	26.850.684	28.445.473	29.728.848	32.349.214
Crédito e Demais Fontes	26.850.684	28.445.473	29.728.848	32.349.214
Valores Globais	34.380.682	36.580.738	38.215.826	41.288.550
	150.465.796			

Objetivos Específicos do Programa

0321 - Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade.						
Indicador do Objetivo Específico		Número total de contratos celebrados				
Linha de Base do Indicador		116.758	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		116.809	117.719	118.817	119.536	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	150	160	170	180	
	Região Nordeste	21.756	22.026	22.297	22.567	
	Região Norte	3.421	3.464	3.506	3.549	
	Região Sudeste	5.090	5.154	5.217	5.280	
	Região Sul	10.518	10.714	10.838	10.960	

0324 - Garantia-Safra - Assegurar aos agricultores familiares garantia de proteção da produção em decorrência de perda de safra					
Indicador do Objetivo Específico	% (número de famílias beneficiadas/total de cotas disponibilizadas)				
Linha de Base do Indicador	0,8	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,85		0,9	0,9	0,95

0325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar.					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de famílias de agricultores (as) familiares beneficiadas com assistência técnica e extensão rural				
Linha de Base do Indicador	15.000	Unidade de Medida	famílias atendidas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15.000		30.000	45.000	75.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	1.500	3.000	4.500	7.500
	Região Nordeste	6.000	12.000	18.000	30.000
	Região Norte	2.250	4.500	6.750	11.250
	Região Sudeste	2.250	4.500	6.750	11.250
	Região Sul	3.000	6.000	9.000	15.000
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	7.500	15.000	22.500	37.500

0326 - Promover a formação de agentes de ATER, proporcionando atualização de conhecimentos e aprimoramento das diferentes abordagens, métodos e metodologias, para qualificar os serviços ofertados em conformidade com os princípios e diretrizes da Pnater.					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agentes de ATER formados				
Linha de Base do Indicador	1.300	Unidade de Medida	Pessoas formadas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.500		2.500	2.500	6.000

0327 - Promover ações de inovação destinadas à agroecologia e à transição agroecológica					
Indicador do Objetivo Específico	Número projetos apoiados em ações de inovação para a produção familiar e transição agroecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31		31	31	31

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares				
Linha de Base do Indicador	29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	17.263		21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843

Regionalização da Meta	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

0330 - Fomentar a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e extrema pobreza						
Indicador do Objetivo Específico		Nº de agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por projetos de estruturação produtiva				
Linha de Base do Indicador		712.702	Unidade de Medida	pessoa beneficiada	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		685.971	695.971	706.071	717.991	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Nordeste	572.505	572.678	572.939	573.107	
	Região Norte	4.073	4.074	4.076	4.077	
	Região Sudeste	70.343	70.364	70.396	70.417	
	Região Sul	50	55	60	70	
	Semiárido	19.500	24.400	29.300	35.160	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Mulheres	23.400	29.280	35.160	42.192	

0331 - Promover a inclusão do público no Cadastro da Agricultura Familiar - CAF						
Indicador do Objetivo Específico		% de CAF no total de estabelecimentos rurais				
Linha de Base do Indicador		0,725	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0,75	0,75	0,8	0,9	

0333 - Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais						
Indicador do Objetivo Específico		Nº de contratos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos				
Linha de Base do Indicador		61.033	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		118.000	119.000	119.500	120.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	651	657	660	662	
	Região Nordeste	46.942	47.340	47.539	47.738	
	Região Norte	2.603	2.625	2.636	2.647	
	Região Sudeste	17.865	18.016	18.092	18.167	
	Região Sul	49.938	50.362	50.573	50.785	

0334 - Fortalecer a autonomia econômica e produtiva de mulheres rurais						
Indicador do Objetivo Específico		Nº de mulheres rurais beneficiadas por políticas públicas para fortalecimento da autonomia econômica e produtiva				
Linha de Base do Indicador		452.394	Unidade de Medida	pessoa beneficiada	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		509.000	520.500	532.000	533.500	

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	7.198	7.206	7.214	7.221
	Região Nordeste	348.830	349.206	349.582	349.959
	Região Norte	17.745	17.761	17.776	17.791
	Região Sudeste	48.587	48.641	48.694	48.748
	Região Sul	42.640	42.687	42.734	42.781

PROGRAMA: 1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral:

Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.
- Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades.

Público alvo:

Povos indígenas no Brasil

Órgão Responsável:

Ministério dos Povos Indígenas

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	91.838	95.511	99.332	103.305
Despesas Correntes	78.312	81.444	84.702	88.090
Despesas de Capital	13.526	14.067	14.630	15.215
Valores Globais	91.838	95.511	99.332	103.305
	389.986			

Objetivos Específicos do Programa

0168 - Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras							
Indicador do Objetivo Específico		Índice de Regularização Fundiária de Terras Indígenas					
Linha de Base do Indicador		67,38	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027	
			68,46	69,58	70,72	71,42	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	0,2	0,4	0,7	0,92		
	Região Nordeste	0,26	0,52	0,68	0,74		
	Região Norte	0,36	0,66	1,08	1,28		
	Região Sudeste	0,1	0,22	0,34	0,48		
	Região Sul	0,16	0,4	0,54	0,62		
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027		
	Indígenas	68,46	69,58	70,72	71,42		

0513 - Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e usufruto exclusivo de seus territórios						
Indicador do Objetivo Específico		Número de terras indígenas atendidas com ações de proteção, posse plena e usufruto exclusivo				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		101	109	116	123	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Indígenas	101	109	116	123	

0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena						
Indicador do Objetivo Específico		Número de IGATIs em implementação				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		15	30	45	60	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Indígenas	15	30	45	60	

PROGRAMA: 2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral:

Aprimorar e integrar o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação, bem como ampliar investimentos e a produção e disseminação de informações e conhecimento, a fim de fortalecer a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com qualidade, sustentabilidade e transversalidade.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade e sustentabilidade, que promovam maior justiça social e ampliação de investimentos.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.
- Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades.

Público alvo:

Órgãos de Planejamento e Orçamento; Entidades vinculadas; Stakeholders do governo e da sociedade civil; Entes federados que submetem Cartas-Consultas para obter financiamento externo.

Órgão Responsável:

Ministério do Planejamento e Orçamento

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	92.512	96.793	105.691	110.243
Despesas Correntes	85.515	89.472	97.697	101.905
Despesas de Capital	6.997	7.321	7.994	8.338
Valores Globais	92.512	96.793	105.691	110.243
	405.239			

Objetivos Específicos do Programa

0034 - Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça.

Indicador do Objetivo Específico	Número de visualizações dos sites do Ipea			
Linha de Base do Indicador	5.000.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	5.075.000	5.150.000	5.225.000	5.300.000

0059 - Retratar a realidade do país com informações estatísticas e geoespaciais relevantes, tempestivas e de fácil acesso.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de Crescimento Anual de Seguidores e Partes Interessadas			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	10	11	12,1	13,2

0074 - Melhorar a eficiência do processo alocativo com sustentabilidade e previsibilidade do orçamento

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de Orçamento de Despesas Primárias com previsão alocativa no Médio Prazo			
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	20	60	80	100

0096 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio de avaliações ex ante e ex post de políticas públicas.					
Indicador do Objetivo Específico	Relação Percentual entre Recomendações Implementadas e Expedidas nas Avaliações (ex-ante e ex-post)				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		10	15	20

0098 - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Ações de Melhoria da Governança Implementadas				
Linha de Base do Indicador	22	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	22		22	22	22

0101 - Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027					
Indicador do Objetivo Específico	Média dos percentuais de atributos marcados na PPA				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	55		60	65	65

0102 - Contribuir para a melhoria da capacidade de planejamento em toda federação, visando a redução das desigualdades regionais.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Entregas do PPA 2024-2027 pactuadas com os Planos Regionais de Desenvolvimento				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	778		1.017	1.117	1.117
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	224	286	306	306
	Região Nordeste	296	394	434	434
	Região Norte	258	337	377	377

0430 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas nos Orçamentos da União.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de Programações Orçamentárias Transversais e Multissetoriais				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		21	22	23

PROGRAMA: 2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento

Objetivo Geral:

Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais, para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Objetivos Estratégicos:

- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

Demais órgãos do Governo Federal, sociedade em geral

Órgão Responsável:

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	282.979	299.109	326.341	340.399
Despesas Correntes	265.507	280.499	305.483	317.901
Despesas de Capital	17.472	18.610	20.858	22.498
Recursos Não-Orçamentários	190.000	195.000	180.000	188.000
Crédito e Demais Fontes	190.000	195.000	180.000	188.000
Valores Globais	472.979	494.109	506.341	528.399
	2.001.828			

Objetivos Específicos do Programa

0126 - Implantar o sistema de identificação do cidadão com o estabelecimento da Carteira de Identidade Nacional.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual acumulado de CINs emitidas pela população				
Linha de Base do Indicador	0,05	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	15	40	70	70	

0263 - Ampliar a destinação de imóveis da União para políticas públicas, com foco na habitação de interesse social

Indicador do Objetivo Específico	Valor total dos imóveis destinados para políticas públicas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1.000.000.000	2.000.000.000	3.000.000.000	3.000.000.000	

0286 - Fortalecer as capacidades estatais pelo aperfeiçoamento do sistema de carreiras e de gestão de pessoas, pela qualificação no recrutamento e desenvolvimento de competências e pela democratização das relações de trabalho na Administração Pública Federal.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de necessidades atendidas integralmente				
Linha de Base do Indicador	35	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	60	62	64	64	

0298 - Impulsionar a adesão aos sistemas estruturantes de gestão para a promoção da inovação, da transformação e da ampliação da capacidade do Estado para geração de valor na prestação de serviços públicos.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de adesão às soluções de modernização sobre responsabilidade da SEGES pública				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	45		55	60	60

0418 - Ampliar a transformação digital na União e nos demais entes federados.					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de municípios com mais de 300 mil habitantes utilizando ao menos uma das soluções de governo digital providas pela SGD				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		40	75	75

0419 - Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, sob coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do País.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de documentos disponibilizados à consulta pública				
Linha de Base do Indicador	1.584.401	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	250.000		250.000	500.000	500.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	75.000	75.000	150.000	150.000
	Região Sudeste	175.000	175.000	350.000	350.000

0424 - Promover o alinhamento entre as empresas estatais federais e as políticas públicas.					
Indicador do Objetivo Específico	Indicador de Governança das Empresas Estatais - IG-SEST				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0		1	1	1

0534 - Induzir políticas estratégicas de compras e parcerias governamentais que impulsionem o desenvolvimento econômico e social inclusivo, solidário e sustentável.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice federativo de uso do ComprasGov				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		75	80	80

PROGRAMA: 2302 - Defesa Agropecuária

Objetivo Geral:

Assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.

Público alvo:

Consumidores, integrantes da cadeia produtiva agropecuária, exportadores e importadores, OESA, SUASA

Órgão Responsável:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	204.099	286.103	296.439	296.439
Despesas Correntes	181.692	227.103	237.439	237.439
Despesas de Capital	22.407	59.000	59.000	59.000
Valores Globais	204.099	286.103	296.439	296.439
	1.083.080			

Objetivos Específicos do Programa

0084 - Fortalecer os mecanismos de saúde animal e de conformidade de insumos pecuários e produtos de origem animal, de modo articulado entre os entes do SUASA, assegurando a competitividade nacional e internacional.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de conformidade de produtos de origem animal sob Inspeção Federal (SIF), em relação aos padrões de segurança estabelecidos na legislação nacional				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	83	83	83	83	

0085 - Fortalecer os mecanismos de sanidade vegetal e de conformidade de insumos e produtos de origem vegetal assegurando a competitividade nacional e internacional

Indicador do Objetivo Específico	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal, em relação aos padrões estabelecidos na legislação				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	porcentagem	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	80	81	83	85	

0086 - Fortalecer os serviços de vigilância agropecuária internacional, laboratórios oficiais, educação sanitária em atendimento às demandas da defesa agropecuária federal

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de operações de importação e exportação fiscalizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	100	100	100	100
	Região Nordeste	100	100	100	100

Regionalização da Meta	Região Norte	100	100	100	100
	Região Sudeste	100	100	100	100
	Região Sul	100	100	100	100

PROGRAMA: 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária

Objetivo Geral:

Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.
- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.

Público alvo:

Produtor rural; empresas ou indústrias voltadas aos processos de produção agropecuária, florestal ou agroindustrialização; empresas ou indústrias de insumos agropecuários; consumidor de produtos agropecuários; e a sociedade.

Órgão Responsável:

Ministério da Agricultura e Pecuária

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	153.139	215.839	225.267	225.267
Despesas Correntes	143.140	201.839	211.203	211.203
Despesas de Capital	9.999	14.000	14.064	14.064
Valores Globais	153.139	215.839	225.267	225.267
	819.512			

Objetivos Específicos do Programa

0037 - Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Impacto econômico em R\$ das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	bilhões de reais (R\$)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	91,2		93,4	95,7	97,9

0038 - Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Número de parcerias com atores dos ecossistemas de inovação nacional e internacionais no ano				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	456		470	484	503
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	95	98	101	105
	Região Nordeste	100	103	106	110
	Região Norte	46	47	49	51
	Região Sudeste	88	91	93	97
	Região Sul	127	131	135	140

PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivo Geral:

Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as formas de expressão.
- Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, comunidades carentes, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, cooperativas, comunidade escolar

Órgão Responsável:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	210.687	115.114	119.718	124.507
Despesas Correntes	156.927	95.604	99.428	103.405
Despesas de Capital	53.760	19.510	20.290	21.102
Recursos Não-Orçamentários	1.219.472	311.702	967	1.105
Crédito e Demais Fontes	1.218.716	310.847	0	0
Gastos Tributários	756	855	967	1.105
Valores Globais	1.430.159	426.816	120.685	125.612
	2.103.272			

Objetivos Específicos do Programa

0213 - Ampliar o fomento a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) construídos a partir do diálogo e em colaboração com atores não acadêmicos, e cujos conhecimentos coproduzidos sejam voltados à solução de problemas socialmente relevantes

Indicador do Objetivo Específico	Número de produtos resultantes da coprodução de conhecimento nos projetos de P&D colaborativa apoiados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	5	10	15	20	

0214 - Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais

Indicador do Objetivo Específico	Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	10	20	30	40	

0215 - Promover as iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica no país					
Indicador do Objetivo Específico	Número de iniciativas de Popularização da Ciência & Tecnologia e Educação Científica disponibilizadas à população				
Linha de Base do Indicador	322	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	354		386	419	483

0216 - Promover o desenvolvimento, a produção nacional e a certificação de tecnologias assistivas					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Tecnologias Assitivas desenvolvidas e certificadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		10	15	20

0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

PROGRAMA: 2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

Objetivo Geral:

Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados

Objetivos Estratégicos:

- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.

Público alvo:

População em localidades remotas; localidades com prestação inadequada ou inexistente; população em situação de vulnerabilidade; demais segmentos da população.

Órgão Responsável:

Ministério das Comunicações

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.890.483	1.433.399	1.458.575	1.802.391
Despesas Correntes	379.634	394.571	428.883	467.243
Despesas de Capital	1.510.849	1.038.828	1.029.692	1.335.148
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	473.629	436.894	377.758	205.957
Recursos Não-Orçamentários	20.966	21.800	22.848	24.218
Gastos Tributários	20.966	21.800	22.848	24.218
Valores Globais	2.385.078	1.892.093	1.859.181	2.032.566
	8.168.918			

Objetivos Específicos do Programa

0097 - Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de pedidos de registro de propriedade intelectual no ano de referência				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	30	30	30	30	

0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais que são usuárias da Internet				
Linha de Base do Indicador	84,7	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	89,9	91,7	93,4	95,2	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	93	94	95	96
	Região Nordeste	86,1	88,7	91,4	94
	Região Norte	84,7	87,4	90,2	93
	Região Sudeste	92,4	93,6	94,8	96
	Região Sul	91,4	92,9	94,5	96

0151 - Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de pessoas capacitadas em cursos de TICs				
Linha de Base do Indicador		23.773	Unidade de Medida	pessoas capacitadas	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		28.870	39.069	44.526	49.272	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	6.590	8.421	9.336	10.254	
	Região Nordeste	9.983	13.401	15.109	16.819	
	Região Norte	2.101	2.971	3.406	3.841	
	Região Sudeste	8.418	12.163	14.395	15.909	
	Região Sul	1.778	2.113	2.280	2.449	

0157 - Expandir a Digitalização da TV Aberta						
Indicador do Objetivo Específico		Número de novos canais digitais de TV autorizados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		400	800	1.200	1.700	

0232 - Ampliar a segurança das comunicações de agentes do Estado pela exploração da Rede Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal (RPCAPF), com criptografia de Estado.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de conclusão da RPCAPF				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		37	86	98	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	39	88	100	100	
	Região Nordeste	12	53	93	100	
	Região Norte	0	37	52	100	
	Região Sudeste	31	80	100	100	
	Região Sul	0	77	100	100	

0294 - Promover o acesso universal ao atendimento dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de posições necessárias de atendimento postal disponíveis à população brasileira				
Linha de Base do Indicador		97,01	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	100	100	100	100	
	Região Nordeste	100	100	100	100	
	Região Norte	100	100	100	100	
	Região Sudeste	100	100	100	100	
	Região Sul	100	100	100	100	

0295 - Promover o acesso universal à distribuição dos serviços postais básicos, viabilizando o suprimento das necessidades da sociedade.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes atendidos com distribuição postal				
Linha de Base do Indicador		96,27	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	100	100	100	100	
	Região Nordeste	100	100	100	100	
	Região Norte	100	100	100	100	
	Região Sudeste	100	100	100	100	
	Região Sul	100	100	100	100	

0544 - Modernizar o Parque Logístico Nacional dos Correios						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de modernização/implantação de novos sistemas de triagem automatizada nos 10 Centros de Tratamento: GO (1), SP (4), MG (1), PR (1), BA (1), PE (1) e MT (1)				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		86	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	80	100	100	100	
	Região Nordeste	80	100	100	100	
	Região Sudeste	88	100	100	100	
	Região Sul	100	100	100	100	

0545 - Ampliar a capacidade de processamento dos objetos nacionais e internacionais, com instalação de novos Centros operacionais (Construções)						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de infraestrutura disponibilizada por meio da construção de novos centros operacionais no DF, MA e PR (Tratamento de Cartas/Encomendas), MG (Logística Integrada) e CE (Complexo Operacional)				
Linha de Base do Indicador		1,9	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		34,11	91,45	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	31,89	96,41	100	100	
	Região Nordeste	30,93	95,15	100	100	
	Região Sudeste	30,07	73,36	100	100	
	Região Sul	51,38	100	100	100	

PROGRAMA: 2306 - Política Nuclear

Objetivo Geral:

Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentada.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.

Público alvo:

Sociedade Brasileira.

Órgão Responsável:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	453.071	403.949	413.871	424.184
Despesas Correntes	376.329	331.120	339.921	349.068
Despesas de Capital	76.742	72.829	73.950	75.116
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	92.132	121.225	371.997	720.877
Valores Globais	545.203	525.174	785.868	1.145.061
	3.001.306			

Objetivos Específicos do Programa

0180 - Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações de forma segura, para atender aos diversos usos pela sociedade					
Indicador do Objetivo Específico		Produção tecnológica desenvolvida para a área nuclear e afins			
Linha de Base do Indicador		24	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		24	24	24	24
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	2	2	2	2
	Região Sudeste	22	22	22	22

0181 - Produzir e fornecer radiofármacos e radioisótopos para atendimento à sociedade					
Indicador do Objetivo Específico		Produção de radioisótopos e radiofármacos fornecida aos centros de medicina nuclear no país			
Linha de Base do Indicador		21.174.000	Unidade de Medida	ci/ano	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		21.174.000	21.174.000	21.174.000	21.174.000

0182 - Ampliar a formação especializada de recursos humanos para o setor nuclear					
Indicador do Objetivo Específico		Número de profissionais formados			
Linha de Base do Indicador		207	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		200	200	200	200

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	25	25	25	25
	Região Sudeste	175	175	175	175

0183 - Garantir a proteção radiológica das instalações radiativas e nucleares, a segurança física e nuclear e o controle de materiais nucleares						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de instalações controladas				
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	6	6	6	6	
	Região Nordeste	12	12	12	12	
	Região Norte	4	4	4	4	
	Região Sudeste	63	63	63	63	
	Região Sul	15	15	15	15	

0204 - Expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível nuclear em escala capaz de atender a demanda dos reatores nucleares brasileiros e ampliar as oportunidades para exportação de insumos e serviços						
Indicador do Objetivo Específico		Taxa de Nacionalização do Ciclo de Combustível Nuclear				
Linha de Base do Indicador		40	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		40	40	40	40	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	40	40	40	40	

0205 - Ampliar a produção de equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, aumentando a capacidade nacional no setor						
Indicador do Objetivo Específico		Indicador de produção fabril				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		13	36	63	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Sudeste	13	36	63	100	

PROGRAMA: 2307 - Programa Espacial Brasileiro

Objetivo Geral:

Ampliar a disponibilidade e competitividade de soluções espaciais na forma de produtos, serviços, infraestrutura e aplicações para atendimento às demandas da sociedade de forma autônoma e sustentada.

Objetivos Estratégicos:

- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.

Público alvo:

Sociedade Brasileira

Órgão Responsável:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	153.832	159.625	165.652	171.918
Despesas Correntes	89.693	93.280	97.012	100.892
Despesas de Capital	64.139	66.345	68.640	71.026
Valores Globais	153.832	159.625	165.652	171.918
	651.027			

Objetivos Específicos do Programa

0178 - Ampliar a entrega de produtos, serviços e aplicações espaciais para atender a demandas prioritárias da sociedade					
Indicador do Objetivo Específico	Incremento do número de produtos, serviços e aplicações nacionais entregues				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	0	2	4	6	

0179 - Buscar autonomia científica, tecnológica e operacional na área espacial					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de avanço em rotas tecnológicas				
Linha de Base do Indicador	52	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	59,5	64,5	68,5	71,5	

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Objetivo Geral:

Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

comunidade acadêmica, científica e tecnológica; Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT), Unidades de Pesquisa (UP), estudantes, empresas

Órgão Responsável:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.650.338	9.059.144	9.458.964	9.762.557
Despesas Correntes	4.076.795	7.174.877	7.499.469	7.724.824
Despesas de Capital	1.573.543	1.884.267	1.959.495	2.037.733
Valores Globais	5.650.338	9.059.144	9.458.964	9.762.557
	33.931.003			

Objetivos Específicos do Programa

0411 - Recuperar, expandir e modernizar a infraestrutura nacional de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

Indicador do Objetivo Específico	Evolução anual da disponibilização de infraestrutura de P&D				
Linha de Base do Indicador	3.756	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	4.500	5.400	6.480	7.776	

0412 - Ampliar o impacto da Ciência & Tecnologia (C&T) nacional, fomentando a geração de conhecimento através do apoio a projetos

Indicador do Objetivo Específico	Proporção entre as citações das publicações brasileiras e o total mundial de citações				
Linha de Base do Indicador	0,76	Unidade de Medida	decimal		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	0,75	0,76	0,76	0,77	

0415 - Promover a formação, capacitação, atração e fixação de recursos humanos em projetos de CT&I com atenção à correção de assimetrias

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	1,06	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1,17	1,28	1,41	1,55	

0417 - Expandir as parcerias estratégicas de cooperação nacional e internacional em CT&I					
Indicador do Objetivo Específico	Número de programas e instrumentos resultantes de parcerias				
Linha de Base do Indicador	96	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	52		54	64	66

0425 - Ampliar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação do ecossistema de segurança cibernética nacional					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de Implementação de Ações de Estímulo à P&D na Área de Segurança Cibernética Nacional				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		45	70	100

0428 - Contribuir com fomento à Infraestrutura Nacional da Qualidade					
Indicador do Objetivo Específico	Número de laboratórios voltados à padronização, metrologia, acreditação e avaliação da conformidade fomentados				
Linha de Base do Indicador	1.333	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.400		1.466	1.532	1.600

PROGRAMA: 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda

Objetivo Geral:

Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e renda, proteção social e remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Trabalhadores, empregadores e crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil

Órgão Responsável:

Ministério do Trabalho e Emprego

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	79.071.684	84.564.465	89.832.884	96.281.801
Despesas Correntes	79.056.963	84.549.063	89.816.066	96.264.259
Despesas de Capital	14.721	15.402	16.818	17.542
Recursos Não-Orçamentários	16.891.853	17.569.213	18.237.123	18.941.948
Crédito e Demais Fontes	41.172	33.445	30.830	30.238
Gastos Tributários	16.850.681	17.535.768	18.206.293	18.911.710
Valores Globais	95.963.537	102.133.678	108.070.007	115.223.749
	421.390.971			

Objetivos Específicos do Programa

0130 - Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações do trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Número de acessos ao Portal de Disseminação de Estatísticas de Trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	21.000	22.000	23.150	24.300	

0131 - Melhorar a eficiência da intermediação de mão de obra					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de eficiência nos encaminhamentos de trabalhadores				
Linha de Base do Indicador	11,16	Unidade de Medida	taxa	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	12	12,5	12,7	12,8	

0132 - Promover a qualificação social e profissional					
Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiados pelas políticas de qualificação social e profissional				
Linha de Base do Indicador	100.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	600.000	1.550.000	2.600.000	4.000.000	

0133 - Fomentar o crédito às atividades empreendedoras e o microcrédito produtivo orientado					
Indicador do Objetivo Específico	Volume de crédito concedido				
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	bilhões R\$		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	16		24	36	48

0134 - Aperfeiçoar o atendimento digital ao trabalhador					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual médio de uso dos serviços digitais ofertados ao trabalhador				
Linha de Base do Indicador	53	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	64		74	90	90

0135 - Aumentar a formalização do vínculo de emprego por meio de ações da inspeção do trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de formalização dos empregados encontrados em situação de registro irregular				
Linha de Base do Indicador	28	Unidade de Medida	taxa		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	32		34	37	40

0136 - Combater a exploração do trabalho análogo ao escravo e do tráfico de pessoas					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ações fiscais de combate ao trabalho análogo ao de escravo e ao tráfico de pessoas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	500		1.050	1.650	2.300
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	2	4	7	10
	No Estado da Bahia	2	4	7	10
	No Estado da Paraíba	2	4	7	10
	No Estado de Alagoas	2	4	7	10
	No Estado de Goiás	2	4	7	10
	No Estado de Mato Grosso	2	4	7	10
	No Estado de Mato Grosso do Sul	2	4	7	10
	No Estado de Minas Gerais	2	4	7	10
	No Estado de Pernambuco	2	4	7	10
	No Estado de Rondônia	2	4	7	10
	No Estado de Roraima	2	4	7	10
	No Estado de Santa Catarina	2	4	7	10
	No Estado de São Paulo	2	4	7	10
	No Estado de Sergipe	2	4	7	10
	No Estado do Acre	2	4	7	10
	No Estado do Amapá	2	4	7	10
	No Estado do Amazonas	2	4	7	10
	No Estado do Ceará	2	4	7	10
	No Estado do Espírito Santo	2	4	7	10
	No Estado do Maranhão	2	4	7	10

Regionalização da Meta	No Estado do Pará	2	4	7	10
	No Estado do Paraná	2	4	7	10
	No Estado do Piauí	2	4	7	10
	No Estado do Rio de Janeiro	2	4	7	10
	No Estado do Rio Grande do Norte	2	4	7	10
	No Estado do Rio Grande do Sul	2	4	7	10
	No Estado do Tocantins	2	4	7	10

0137 - Ampliar o cumprimento da obrigação legal de acesso e inclusão das pessoas com deficiência e, ou, reabilitadas no mercado formal de trabalho de maneira acessível, inclusiva e sustentável					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento de cotas de PCD ou reabilitadas no mercado de trabalho formal				
Linha de Base do Indicador	53,45	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	53	53,55	54,3	55,5	

0138 - Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, assédio e violência no trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ambientes de trabalho fiscalizados com vistas ao combate à discriminação, assédio e violência				
Linha de Base do Indicador	2.438	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2.560	5.248	8.070	11.034	

0139 - Assegurar a dignidade no trabalho das trabalhadoras domésticas					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de regularização das infrações mais recorrentes no trabalho doméstico				
Linha de Base do Indicador	6,34	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	10	12	14	15	

0140 - Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil					
Indicador do Objetivo Específico	Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho infantil pela fiscalização				
Linha de Base do Indicador	2.324	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2.350	4.800	7.350	10.000	

0141 - Reduzir os riscos nos ambientes de trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual das fiscalizações de segurança e saúde no trabalho com redução de riscos ocupacionais				
Linha de Base do Indicador	25	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	25	40	50	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	25	40	50	60
	No Estado da Bahia	25	40	50	60
	No Estado da Paraíba	25	40	50	60
	No Estado de Alagoas	25	40	50	60
	No Estado de Goiás	25	40	50	60
	No Estado de Mato Grosso	25	40	50	60

Regionalização da Meta	No Estado de Mato Grosso do Sul	25	40	50	60
	No Estado de Minas Gerais	25	40	50	60
	No Estado de Pernambuco	25	40	50	60
	No Estado de Rondônia	25	40	50	60
	No Estado de Roraima	25	40	50	60
	No Estado de Santa Catarina	25	40	50	60
	No Estado de São Paulo	25	40	50	60
	No Estado de Sergipe	25	40	50	60
	No Estado do Acre	25	40	50	60
	No Estado do Amapá	25	40	50	60
	No Estado do Amazonas	25	40	50	60
	No Estado do Ceará	25	40	50	60
	No Estado do Espírito Santo	25	40	50	60
	No Estado do Maranhão	25	40	50	60
	No Estado do Pará	25	40	50	60
	No Estado do Paraná	25	40	50	60
	No Estado do Piauí	25	40	50	60
	No Estado do Rio de Janeiro	25	40	50	60
	No Estado do Rio Grande do Norte	25	40	50	60
	No Estado do Rio Grande do Sul	25	40	50	60
	No Estado do Tocantins	25	40	50	60

0142 - Reduzir a inadimplência e a sonegação do FGTS relativo aos empregados formais, bem como garantir que os valores recolhidos sejam depositados nas contas individualizadas					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de inadimplência do FGTS				
Linha de Base do Indicador	6,5	Unidade de Medida	taxa	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	6	5,5	5,25	5	

0143 - Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento de cotas de aprendizagem profissional				
Linha de Base do Indicador	49,13	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	49,62	50,14	50,65	51,03	

0156 - Promover a mediação e negociação coletiva, de forma a incentivar a solução extrajudicial de conflitos trabalhistas					
Indicador do Objetivo Específico	Número de mediações coletivas concluídas com acordo				
Linha de Base do Indicador	1.261	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1.300	2.100	3.200	4.400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	10	10	25	35
	Região Nordeste	390	630	960	1.320
	Região Norte	60	105	160	220
	Região Sudeste	780	1.260	1.920	2.650

Regionalização da Meta	Região Sul	60	95	135	175

0382 - Democratizar e reestruturar as relações do trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ações de fomento à democratização e reestruturação das relações do trabalho realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	6		8	9	10

PROGRAMA: 2314 - Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania

Objetivo Geral:

Assegurar o Acesso à Previdência Social, Melhorando a Prestação dos Serviços, Ampliando a Cobertura Previdenciária, Promovendo a Equidade, a Sustentabilidade e o Fortalecimento dos Regimes, para Garantia da Proteção Social

Objetivos Estratégicos:

- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.

Público alvo:

O público-alvo é toda a sociedade brasileira, uma vez que o fortalecimento da previdência social como instrumento de preservação da renda e da proteção social e de garantia da sustentabilidade do sistema de previdência no Brasil é de interesse coletivo. Destaca-se como prioridade: o grupo de pessoas com rendimentos provenientes de qualquer forma de ocupação e que não esteja vinculado ao Regime Geral de Previdência Social; o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que tem renda superior a um salário-mínimo, mas não contribuem para o Regime Geral de Previdência Social; os Regimes Próprios de Previdência Social e aqueles e aquelas a eles vinculados, bem como as trabalhadoras, trabalhadores, servidoras e servidores públicos para quem tenha sido ofertado plano de benefícios de Regime de Previdência Complementar pelo respectivo patrocinador ou instituidor.

Órgão Responsável:

Ministério da Previdência Social

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	891.778.727	935.875.103	985.173.785	1.043.682.977
Despesas Correntes	891.756.127	935.851.457	985.147.965	1.043.656.045
Despesas de Capital	22.600	23.646	25.820	26.932
Recursos Não-Orçamentários	46.010.835	47.915.875	49.778.991	51.751.478
Gastos Tributários	46.010.835	47.915.875	49.778.991	51.751.478
Valores Globais	937.789.562	983.790.978	1.034.952.776	1.095.434.455
	4.051.967.771			

Objetivos Específicos do Programa

0048 - Fomentar o Regime de Previdência Complementar, com a Ampliação da Cobertura e da Garantia da Proteção Social aos Participantes.

Indicador do Objetivo Específico	Montante de Ativos do Regime de Previdência Complementar				
Linha de Base do Indicador	2,37	Unidade de Medida	R\$ trilhão		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2,79	2,98	3,17	3,28	

0104 - Ampliar a Cobertura Previdenciária, com Foco na Educação e Comunicação, para Proteção do Cidadão

Indicador do Objetivo Específico	Proporção de Trabalhadores em Idade Ativa que Participam de Algum Regime de Previdência Social				
Linha de Base do Indicador	69,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	70,3	70,79	71,29	71,78	

0106 - Promover a Melhoria Contínua da Qualidade e Reduzir o Tempo de Julgamento das Decisões Recursais

Indicador do Objetivo Específico	Tempo Médio de Tramitação de Recurso no Conselho de Recursos da Previdência Social				
Linha de Base do Indicador	269	Unidade de Medida	dias		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	240	220	200	150	

0124 - Fortalecer a Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de RPPS com Classificação "A" e "B" no Índice de Situação Previdenciária				
Linha de Base do Indicador	26	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	26,8		29,15	30,3	32,18

0155 - Promover a Melhoria Contínua da Qualidade na Prestação dos Serviços e Benefícios Previdenciários					
Indicador do Objetivo Específico	Tempo Médio de Decisão dos Requerimentos de Benefícios Previdenciários				
Linha de Base do Indicador	90	Unidade de Medida	dias		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	45		44	43	42
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Superintendência Nordeste	50	49	48	46
	Superintendência Norte/Centro-Oeste	47	46	45	44
	Superintendência Sudeste I	29	29	28	27
	Superintendência Sudeste II	47	46	45	44
	Superintendência Sudeste III	45	44	43	42
	Superintendência Sul	51	50	49	48

PROGRAMA: 2315 - Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral:

Atuar para o crescimento econômico e desenvolvimento, com sustentabilidade fiscal, responsabilidade social e ambiental, para um sistema tributário justo e eficiente, ampliando a capacidade estatal de atender à sociedade e proteger os mais vulneráveis.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos.
- Assegurar um regime fiscal e tributário com credibilidade, previsibilidade e sustentabilidade, que promovam maior justiça social e ampliação de investimentos.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

A sociedade brasileira.

Órgão Responsável:

Ministério da Fazenda

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	219.892	228.688	237.835	247.349
Despesas Correntes	180.783	188.015	195.535	203.357
Despesas de Capital	39.109	40.673	42.300	43.992
Recursos Não-Orçamentários	1.310.492	971.020	962.474	979.048
Crédito e Demais Fontes	965.029	604.819	576.255	569.353
Gastos Tributários	345.463	366.201	386.219	409.695
Valores Globais	1.530.384	1.199.708	1.200.309	1.226.397
	5.156.798			

Objetivos Específicos do Programa

0220 - Promover a cultura de responsabilidade e conformidade fiscal e tributária, por meio da facilitação e orientação, fortalecendo a transparência e o relacionamento com a sociedade					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de promoção da conformidade tributária				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	100	100	100	100	

0225 - Promover a arrecadação por meio de ações efetivas, racionais, justas e adequadas ao perfil do contribuinte, fortalecendo o combate à fraude fiscal para o fomento de um ambiente econômico e concorrencial equilibrado					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de realização da meta global de arrecadação bruta				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual alcançado		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	100	100	100	100	

0380 - Viabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda.					
Indicador do Objetivo Específico	Recursos captados por meio de títulos públicos sustentáveis, com um montante equivalente alocado em atividades com impactos ambientais ou sociais relacionados à transformação ecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4.000.000.000		4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior**Objetivo Geral:**

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Estratégicos:

- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.

Público alvo:

Cidadãs e cidadãos, Estado (três níveis federativos e três poderes da República) e organizações da sociedade civil, da academia e do setor privado brasileiros, bem como outros países e organizações internacionais com que o Brasil se relacione.

Órgão Responsável:

Ministério das Relações Exteriores

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.154.389	1.211.357	1.322.716	1.379.688
Despesas Correntes	1.135.497	1.191.674	1.301.224	1.357.270
Despesas de Capital	18.892	19.683	21.492	22.418
Valores Globais	1.154.389	1.211.357	1.322.716	1.379.688
	5.068.150			

Objetivos Específicos do Programa**0308 - Promover uma política externa universalista**

Indicador do Objetivo Específico	Contatos de alto nível ocorridos				
Linha de Base do Indicador	78	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	120	120	120	110	

0311 - Reforçar a integração da América Latina e do Caribe, em particular da América do Sul

Indicador do Objetivo Específico	Número de participações em reuniões de foros de integração regional				
Linha de Base do Indicador	4	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	8	8	8	8	

0312 - Fortalecer o multilateralismo, reformar a governança global e promover a paz

Indicador do Objetivo Específico	Apresentação ou copatrocínio de resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos em foros multilaterais, em prol da reforma da governança global e da promoção da paz				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	3	3	3	3	

0313 - Atuar internacionalmente em prol da inserção econômica competitiva do Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Número de acordos internacionais firmados em matéria econômica				
Linha de Base do Indicador	4,7	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	4	4	4	4	

0314 - Fortalecer a diplomacia da sustentabilidade						
Indicador do Objetivo Específico	Número de eventos com temática de energia, mudança do clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável com participação do Brasil					
Linha de Base do Indicador	20	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	20		20		20	20

0315 - Atuar internacionalmente em prol dos Direitos Humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome						
Indicador do Objetivo Específico	Acordos bilaterais ou regionais assinados e apresentação ou copatrocínio de planos de ação, resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos					
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	3		3		3	3

0316 - Promover a imagem, a cultura, a ciência, os produtos e os serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país						
Indicador do Objetivo Específico	Número de eventos de promoção comercial, cultural e de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e no exterior					
Linha de Base do Indicador	725	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	725		725		725	725

0317 - Ampliar ações de cooperação técnica, humanitária e educacional						
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento (técnica e humanitária), prestada e recebida pelo Brasil, sob coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)					
Linha de Base do Indicador	435	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	452		468		484	500

0319 - Expandir a rede e modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior						
Indicador do Objetivo Específico	Número total de serviços consulares processados pelo Sistema Consular Integrado - SCI					
Linha de Base do Indicador	868.000	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	954.800		1.050.280		1.155.308	1.270.838

0320 - Transversalizar na política externa as perspectivas de igualdade de gênero e igualdade racial						
Indicador do Objetivo Específico	Documento de Diretrizes para Transversalização publicado					
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	1		0		0	0

PROGRAMA: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Objetivo Geral:

Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.

Público alvo:

Entes federados e seus órgãos e entidades, sociedade civil, setor produtivo, associações diversas e instituições de ensino e pesquisa. Populações urbanas e rurais, além daquelas localizadas em regiões com entraves ao desenvolvimento

Órgão Responsável:

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.258.025	776.403	1.782.280	1.853.571
Despesas Correntes	39.117	28.164	30.699	31.927
Despesas de Capital	2.218.908	748.239	1.751.581	1.821.644
Recursos Não-Orçamentários	114.231.780	118.159.451	116.734.351	125.075.724
Crédito e Demais Fontes	54.285.500	52.910.442	54.871.999	58.011.948
Gastos Tributários	59.946.280	65.249.009	61.862.352	67.063.776
Valores Globais	116.489.805	118.935.854	118.516.631	126.929.295
	480.871.585			

Objetivos Específicos do Programa

0088 - Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Indicador do Objetivo Específico		Variação da renda familiar bruta das famílias beneficiadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0	4	6	8	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0	4	6	8	
	Região Nordeste	0	4	6	8	
	Região Norte	0	4	6	8	
	Região Sudeste	0	4	6	8	
	Região Sul	0	4	6	8	

0095 - Aperfeiçoar as estratégias e instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, com melhoria de governança e transparência

Indicador do Objetivo Específico		Percentual das áreas prioritárias da PNDR com instrumentos de planejamento em implementação				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4	9	14	20	

	Região	2024	2025	2026	2027
Regionalização da Meta	Região Centro-Oeste	4	9	14	20
	Região Nordeste	4	9	14	20
	Região Norte	4	9	14	20
	Região Sudeste	4	9	14	20
	Região Sul	4	9	14	20

0161 - Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional						
Indicador do Objetivo Específico		Índice de contratações na tipologias da PNDR com recursos dos FCFs				
Linha de Base do Indicador		72,7	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		60	60	60	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	51	51	51	51	
	Região Nordeste	70	70	70	70	
	Região Norte	65	65	65	65	

PROGRAMA: 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivo Geral:

Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.

Público alvo:

População em risco ou afetada por desastres.

Órgão Responsável:

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.083.914	933.145	994.948	1.022.993
Despesas Correntes	295.314	215.445	210.916	206.393
Despesas de Capital	788.600	717.700	784.032	816.600
Valores Globais	1.083.914	933.145	994.948	1.022.993
	4.035.000			

Objetivos Específicos do Programa

0013 - Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

Indicador do Objetivo Específico		Proporção dos municípios nas faixas "Alta" e "Intermediária Avançada" do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres				
Linha de Base do Indicador		40,93	Unidade de Medida	porcentagem (%)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		41,35	41,54	41,69	41,78	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	23,13	23,55	23,55	23,98	
	Região Nordeste	25,59	25,7	25,81	25,86	
	Região Norte	32	32,22	32,67	32,67	
	Região Sudeste	48,92	49,1	49,28	49,4	
	Região Sul	65,16	65,41	65,49	65,49	

0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Indicador do Objetivo Específico		Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recursos para assistência humanitária				
Linha de Base do Indicador		22,8	Unidade de Medida	dias		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		22,75	22,6	22,18	21,27	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	26	26	25,17	23,5	
	Região Nordeste	18,37	18,24	17,88	17,28	
	Região Norte	25,9	25,51	24,66	23,09	
	Região Sudeste	18,22	18,11	17,74	16,93	
	Região Sul	24,48	24,37	24,04	23,17	

PROGRAMA: 2319 - Mobilidade Urbana

Objetivo Geral:

Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

Objetivos Estratégicos:

- Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

População urbana usuária dos sistemas de mobilidade urbana; Entes subnacionais; e operadores e empresas atuantes no setor de mobilidade urbana.

Órgão Responsável:

Ministério das Cidades

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	864.080	904.069	987.180	1.029.699
Despesas de Capital	864.080	904.069	987.180	1.029.699
Recursos Não-Orçamentários	11.448.895	10.226.108	9.760.987	5.734.674
Crédito e Demais Fontes	10.640.000	9.340.000	8.800.000	5.083.200
Gastos Tributários	808.895	886.108	960.987	651.474
Valores Globais	12.312.975	11.130.177	10.748.167	6.764.373
	40.955.692			

Objetivos Específicos do Programa

0245 - Fortalecer o planejamento municipal focado na priorização do transporte não motorizado e do transporte público coletivo.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios				
Linha de Base do Indicador		18	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		1,05	1,83	0,78	0,52	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0,08	0,15	0,06	0,04	
	Região Nordeste	0,34	0,59	0,25	0,17	
	Região Norte	0,1	0,18	0,08	0,05	
	Região Sudeste	0,35	0,59	0,25	0,17	
	Região Sul	0,18	0,32	0,14	0,09	

0251 - Melhorar e ampliar a infraestrutura de mobilidade urbana para o transporte não motorizado e para o transporte público coletivo.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana				
Linha de Base do Indicador		45,5	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		1,35	2,02	2,7	3,35	

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	0,12	0,17	0,23	0,29
	Região Nordeste	0,43	0,66	0,87	1,08
	Região Norte	0,08	0,12	0,16	0,2
	Região Sudeste	0,41	0,61	0,83	1,02
	Região Sul	0,31	0,46	0,61	0,76

0254 - Melhorar a prestação dos serviços de transporte público coletivo por meio da renovação da frota.								
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de renovação da frota							
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Sim	
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027	
	6,3		14,1		21,9		31,3	

PROGRAMA: 2320 - Moradia Digna

Objetivo Geral:

Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

Objetivos Estratégicos:

- Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.

Público alvo:

Famílias de baixa renda com dificuldade de acesso à moradia digna, residentes em assentamentos precários e/ou em condições de vulnerabilidade social.

Órgão Responsável:

Ministério das Cidades

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.998.100	14.648.015	15.994.608	16.683.516
Despesas Correntes	2.176.095	0	0	0
Despesas de Capital	11.822.005	14.648.015	15.994.608	16.683.516
Recursos Não-Orçamentários	153.095.214	154.380.702	155.626.671	155.471.468
Crédito e Demais Fontes	133.300.000	133.400.000	133.500.000	132.000.000
Gastos Tributários	19.795.214	20.980.702	22.126.671	23.471.468
Valores Globais	167.093.314	169.028.717	171.621.279	172.154.984
	679.898.294			

Objetivos Específicos do Programa

0504 - Ampliar o atendimento habitacional, sobretudo à população de baixa renda, em áreas urbanas e rurais					
Indicador do Objetivo Específico	Déficit habitacional quantitativo				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	nº de domicílios		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5.832.993		5.604.993	5.424.993	5.349.993

0505 - Consolidar o Sistema Nacional de Habitação, com foco no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), articulando as ações dos entes públicos e fomentando a participação da sociedade civil e da iniciativa privada					
Indicador do Objetivo Específico	Operações contratadas, em parceria com estados e municípios, nas linhas do MCMV				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	quantidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		60	80	80

0506 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, visando ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda					
Indicador do Objetivo Específico	Conformidade dos materiais, componentes e sistemas construtivos das empresas de serviços e obras com certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, no âmbito do Programa PBQPH				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	90		90	90	90

0507 - Desenvolver e fomentar inovações institucionais na provisão habitacional, privilegiando populações vulneráveis					
Indicador do Objetivo Específico	Projetos-piloto inovadores realizados em parceria com estados, municípios, órgãos e entidades públicos e privados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	projetos		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		2	1	1

0510 - Ampliar o volume de crédito habitacional a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social					
Indicador do Objetivo Específico	Participação do Produto Interno Bruto da Construção Civil no Produto Interno Bruto (PIB) Total				
Linha de Base do Indicador	3,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3,22		3,23	3,25	3,26

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Objetivo Geral:

Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.

Público alvo:

População localizada nos municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo.

Órgão Responsável:

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.071.430	2.629.116	1.666.635	1.190.346
Despesas Correntes	483.490	574.910	494.885	516.720
Despesas de Capital	1.587.940	2.054.206	1.171.750	673.626
Recursos Não-Orçamentários	18.000	9.000	0	0
Crédito e Demais Fontes	18.000	9.000	0	0
Valores Globais	2.089.430	2.638.116	1.666.635	1.190.346
	7.584.527			

Objetivos Específicos do Programa

0054 - Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade						
Indicador do Objetivo Específico		Área total beneficiada por ações de revitalização de bacias hidrográficas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		45.821	173.568	426.315	666.915	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	5.530	26.060	76.590	127.120	
	Região Nordeste	28.261	90.448	202.635	302.675	
	Região Norte	2.000	7.000	17.000	27.000	
	Região Sudeste	10.030	50.060	130.090	210.120	

0055 - Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais						
Indicador do Objetivo Específico		Estimativa de incremento anual de área irrigada com base nas autorizações de uso das águas de domínio da União				
Linha de Base do Indicador		346.152,58	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		383.433,21	400.687,71	418.718,65	437.560,99	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	74.718,31	78.080,63	81.594,26	85.266	
	Região Nordeste	85.666,91	89.521,93	93.550,41	97.760,18	

Regionalização da Meta	Região Norte	16.182,39	16.910,6	17.671,57	18.466,79
	Região Sudeste	173.597,85	181.064,8	189.212,72	197.727,29
	Região Sul	33.597,85	35.109,75	36.689,69	38.340,73

0056 - Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica.						
Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica (ISH) baixo ou crítico na dimensão humana beneficiados com ampliação da oferta hídrica				
Linha de Base do Indicador		75	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	130	200	400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Nordeste	97	127	192	378	
	Região Sudeste	0	0	5	16	
	Região Sul	3	3	3	6	

0058 - Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.						
Indicador do Objetivo Específico		Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis				
Linha de Base do Indicador		1,72	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2	2,04	2,07	2,11	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Hidrográfica Amazônica	0,14	0,14	0,15	0,15	
	Região Hidrográfica Atlântico Leste	21,76	22,13	22,51	22,89	
	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	3,02	3,08	3,14	3,2	
	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	45,58	45,45	45,32	45,2	
	Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	12,42	12,64	12,88	13,11	
	Região Hidrográfica Atlântico Sul	24,95	25,1	25,25	25,41	
	Região Hidrográfica Paraguai	2,31	2,33	2,34	2,37	
	Região Hidrográfica Paraná	9,64	9,82	10	10,18	
	Região Hidrográfica Parnaíba	9,88	9,99	10,1	10,22	
	Região Hidrográfica São Francisco	33,65	34,73	35,83	36,93	
	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2,67	2,75	2,83	2,9	
	Região Hidrográfica Uruguai	8,07	8,11	8,16	8,21	

PROGRAMA: 2322 - Saneamento Básico

Objetivo Geral:

Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, visando a universalização e a integração entre as políticas públicas relacionadas, segundo os princípios da equidade, integralidade e sustentabilidade

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

População brasileira sem acesso aos serviços adequados de saneamento básico

Órgão Responsável:

Ministério das Cidades

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.189.322	2.380.667	2.579.728	2.707.182
Despesas Correntes	73.171	83.828	89.969	95.137
Despesas de Capital	2.116.151	2.296.839	2.489.759	2.612.045
Recursos Não-Orçamentários	12.606.254	9.570.069	9.296.210	3.490.716
Crédito e Demais Fontes	12.556.838	9.519.150	9.243.000	3.434.337
Gastos Tributários	49.416	50.919	53.210	56.379
Valores Globais	14.795.576	11.950.736	11.875.938	6.197.898
	44.820.148			

Objetivos Específicos do Programa

0014 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de abastecimento de água no meio urbano						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente				
Linha de Base do Indicador		96,8	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		97,4	97,7	98	98,3	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	97,8	98	98,3	98,5	
	Região Nordeste	96,2	96,6	97,1	97,5	
	Região Norte	93,3	94,1	94,8	95,6	
	Região Sudeste	98,1	98,3	98,5	98,7	
	Região Sul	98,7	98,8	99	99,1	

0408 - Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de abastecimento de água no meio rural						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios rurais abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente				
Linha de Base do Indicador		72,9	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		74,6	76	77,4	78,7	

0409 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de esgotamento sanitário no meio urbano							
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários					
Linha de Base do Indicador		83,3	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		85,1	85,9	86,8	87,7		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	93,6	93,5	93,3	93,1		
	Região Nordeste	73,6	75,3	77	78,7		
	Região Norte	54,4	57,9	61,4	64,9		
	Região Sudeste	93,6	94,1	94,6	95,1		
	Região Sul	86,8	87,8	88,8	89,8		

0498 - Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de esgotamento sanitário no meio rural							
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários ou outras soluções adequadas					
Linha de Base do Indicador		38,7	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		40,7	43,8	47	50,1		

0499 - Diminuir o risco de inundações através da implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais							
Indicador do Objetivo Específico		Parcela de domicílios não sujeitos à situação de risco de inundação (SNIS)					
Linha de Base do Indicador		96	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		96,45	96,61	96,77	96,93		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	97,07	97,25	97,43	97,62		
	Região Nordeste	97,5	97,64	97,77	97,9		
	Região Norte	95,57	95,86	96,15	96,45		
	Região Sudeste	95,88	96,04	96,2	96,35		
	Região Sul	96,48	96,57	96,66	96,75		

0500 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana							
Indicador do Objetivo Específico		Proporção de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados com destinação final adequada					
Linha de Base do Indicador		73,9	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		76,86	78,95	81,05	83,15		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	62	65,33	68,66	72		
	Região Nordeste	60	63,33	66,66	70		
	Região Norte	60	63,33	66,66	70		
	Região Sudeste	87,8	89,16	90,51	91,87		
	Região Sul	97,92	98,15	98,38	98,61		

0501 - Melhorar a capacidade institucional dos titulares, prestadores e reguladores dos serviços públicos de saneamento básico						
Indicador do Objetivo Específico		Porcentagem de municípios com planos de saneamento básico (SNIS)				
Linha de Base do Indicador		32,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		54,9	58,8	62,7	66,6	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	48,5	52	55,5	59	
	Região Nordeste	47,6	51,2	54,8	58,4	
	Região Norte	48,5	52	55,5	59	
	Região Sudeste	61,3	65,6	69,9	74,2	
	Região Sul	73,9	76,8	79,7	82,6	

PROGRAMA: 2323 - Turismo, esse é o destino

Objetivo Geral:

Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Promover a maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem.

Público alvo:

Gestores públicos e privados do setor turístico
Prestadores de serviços turísticos
Turistas nacionais e internacionais
População em Geral

Órgão Responsável:

Ministério do Turismo

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	679.239	3.411.267	3.448.660	3.487.368
Despesas Correntes	11.694	2.211.267	2.248.660	2.287.368
Despesas de Capital	667.545	1.200.000	1.200.000	1.200.000
Recursos Não-Orçamentários	5.376.787	5.646.416	5.939.176	1.201.488
Crédito e Demais Fontes	1.081.295	1.093.069	1.136.919	1.201.488
Gastos Tributários	4.295.492	4.553.347	4.802.257	0
Valores Globais	6.056.026	9.057.683	9.387.836	4.688.856
	29.190.401			

Objetivos Específicos do Programa

0365 - Promover a estruturação e a qualidade dos destinos turísticos, fomentando a cadeia produtiva do turismo.					
Indicador do Objetivo Específico		Número de empregos formais no setor de turismo			
Linha de Base do Indicador		1.975.401	Unidade de Medida	Pessoas	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		2.046.092	2.148.397	2.255.816	2.368.607
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	178.010	186.910	196.256	206.069
	Região Nordeste	364.204	382.415	401.535	421.612
	Região Norte	85.936	90.232	94.744	99.481
	Região Sudeste	1.088.521	1.142.947	1.200.095	1.260.099
	Região Sul	329.421	345.893	363.186	381.346

0366 - Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de viagens domésticas				
Linha de Base do Indicador		52.000.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		52.000.000	53.000.000	54.000.000	55.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.713.528	3.784.942	3.856.356	3.927.770	
	Região Nordeste	14.475.604	14.753.981	15.032.358	15.310.735	
	Região Norte	3.783.433	3.856.191	3.928.950	4.001.708	
	Região Sudeste	20.920.571	21.322.890	21.725.208	22.127.527	
	Região Sul	9.106.864	9.281.996	9.457.128	9.632.260	

0536 - Aumentar a chegada de turistas estrangeiros e a receita gerada por esses turistas no Brasil.						
Indicador do Objetivo Específico		Entrada anual de turistas estrangeiros no Brasil				
Linha de Base do Indicador		3.600.000	Unidade de Medida	Pessoas		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		7.000.000	7.300.000	7.800.000	8.100.000	

PROGRAMA: 2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização

Objetivo Geral:

Promover e apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, com foco em projetos que alavancem a industrialização do País por meio da promoção de atividades que adicionem valor à produção nacional

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

setor industrial, setor empresarial estatal e privado; cooperativas; comunidade acadêmica, científica e tecnológica; Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT)

Órgão Responsável:

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.578.567	1.630.010	1.651.792	1.674.444
Despesas Correntes	1.366.508	1.400.367	1.414.963	1.430.142
Despesas de Capital	212.059	229.643	236.829	244.302
Recursos Não-Orçamentários	20.714.779	22.004.062	23.245.040	24.629.849
Crédito e Demais Fontes	1.318.700	1.427.031	1.522.953	1.625.621
Gastos Tributários	19.396.079	20.577.031	21.722.087	23.004.228
Valores Globais	22.293.346	23.634.072	24.896.832	26.304.293
	97.128.543			

Objetivos Específicos do Programa

0209 - Incentivar a colaboração entre ICTs e empresas para o desenvolvimento tecnológico e o aumento do conteúdo de inovação nacional

Indicador do Objetivo Específico	Valor médio por projeto de PD&I firmado em parceria ICTs e empresas			
Linha de Base do Indicador	352.566.389,9	Unidade de Medida	R\$	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	370.194.709,4	387.823.028,9	405.451.348,4	423.079.667

0210 - Ampliar os investimentos em P&D para estruturação e expansão dos complexos industriais-tecnológicos

Indicador do Objetivo Específico	Valor adicionado bruto nos complexos industriais-tecnológicos			
Linha de Base do Indicador	553.329	Unidade de Medida	R\$ milhões	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	620.341,9	632.748,7	648.567,4	668.024,5

0211 - Ampliar o custo-efetividade dos incentivos fiscais à PD&I (geridos pelo MCTI) nas empresas nacionais					
Indicador do Objetivo Específico	Evolução do valor de investimentos em P,D&I relacionados aos instrumentos de incentivos fiscais geridos pelo MCTI				
Linha de Base do Indicador	32,26	Unidade de Medida	R\$ bilhão		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	33,91		35,57	37,25	38,93

0212 - Incentivar o desenvolvimento de ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador					
Indicador do Objetivo Específico	Valor médio ponderado investido em ações de fomento aos ambientes inovadores e ao empreendedorismo inovador				
Linha de Base do Indicador	224.363.000,64	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	235.581.000,82		247.360.000,91	259.728.000,96	272.715.000,41

0524 - Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional					
Indicador do Objetivo Específico	Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional em relação ao faturamento auferido pela indústria com bens incentivados, no âmbito da Lei de TICs (Lei no 8.248, de 1991)				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11		12	13	14

PROGRAMA: 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional

Objetivo Geral:

Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Ampliar a qualidade e o valor agregado dos serviços, com destaque para o turismo
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap
- Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover a maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem.
- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.
- Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades.

Público alvo:

Setor produtivo nacional, incluindo as micro, pequenas e médias empresas, artesãos, setores industriais, comércio e serviços, setor exportador, investidores, trabalhadores e empreendedores.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.858.911	1.887.151	1.945.288	1.975.063
Despesas Correntes	1.838.515	1.865.803	1.921.901	1.950.668
Despesas de Capital	20.396	21.348	23.387	24.395
Recursos Não-Orçamentários	197.948.247	223.812.817	238.264.808	232.506.239
Crédito e Demais Fontes	75.947.020	94.795.366	102.457.903	88.838.809
Gastos Tributários	122.001.227	129.017.451	135.806.905	143.667.430
Valores Globais	199.807.158	225.699.968	240.210.096	234.481.302
	900.198.524			

Objetivos Específicos do Programa

0371 - Promover a simplificação e a desburocratização do ambiente de negócios; e o acesso a redes de apoio, a crédito e garantias, com enfoque em MPes, microempreendedores e artesãos.					
Indicador do Objetivo Específico	Aumento no faturamento de MPes e MEIs com base nas informações prestada para fins de arrecadação				
Linha de Base do Indicador	2.064	Unidade de Medida	R\$ bilhão		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2.514	2.665	2.825	2.994	

0390 - Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de economia verde da indústria				
Linha de Base do Indicador	0,2146	Unidade de Medida	R\$/ton		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	0,2253	0,2366	0,2484	0,2608	

0427 - Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.					
Indicador do Objetivo Específico	Valor agregado da indústria (ind. de transformação) / PIB				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11,42		11,88	12,52	14,85

0471 - Promover o uso da infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para o aumento da produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico sustentável					
Indicador do Objetivo Específico	Índice Nacional de Infraestrutura da Qualidade				
Linha de Base do Indicador	0,6293	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,64		0,65	0,67	0,7

0535 - Otimizar o desempenho do Sistema de Propriedade Intelectual e estimular o uso da Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para o alcance das políticas industrial, de inovação, de economia verde, de micro e pequenas empresas e de comércio exterior.					
Indicador do Objetivo Específico	Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes				
Linha de Base do Indicador	6,9	Unidade de Medida	ano		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	6		5,4	2	2

0540 - Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país.					
Indicador do Objetivo Específico	Corrente de comércio a preços constantes (US\$ Bilhões a preços de 1998)				
Linha de Base do Indicador	317	Unidade de Medida	US\$ bilhão		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	335		340	345	352

0541 - Promover a melhoria do ambiente de negócios por meio do aperfeiçoamento do sistema regulatório nacional					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de capacidade institucional e regulatória - I-CIR/CGU				
Linha de Base do Indicador	16,7	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		25	30	35

PROGRAMA: 3101 - Energia Elétrica

Objetivo Geral:

Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro com justiça social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.

Público alvo:

Consumidores de energia elétrica de todos os portes, agentes do setor elétrico, e o próprio Ministério de Minas e Energia.(ATUALIZAR)

Órgão Responsável:

Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	153.165	158.254	172.803	180.246
Despesas Correntes	149.246	155.098	166.803	174.246
Despesas de Capital	3.919	3.156	6.000	6.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	4.943.751	5.776.898	5.300.986	5.003.827
Recursos Não-Orçamentários	17.414.985	17.529.760	17.657.876	17.818.083
Crédito e Demais Fontes	15.000.000	15.000.000	15.000.000	15.000.000
Gastos Tributários	2.414.985	2.529.760	2.657.876	2.818.083
Valores Globais	22.511.901	23.464.912	23.131.665	23.002.156
	92.110.634			

Objetivos Específicos do Programa

0009 - Viabilizar acesso à geração distribuída pela população de baixa renda

Indicador do Objetivo Específico	Número de unidades consumidoras da Subclasse Residencial Baixa Renda com acesso à Micro e Mini Geração Distribuída				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	7.385	14.769	22.154	29.538	

0010 - Universalizar o acesso à energia elétrica - Programa Luz para Todos

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento à demanda de universalização				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	19	34	47	63	

0011 - Expandir a capacidade instalada de geração de energia elétrica

Indicador do Objetivo Específico	Capacidade instalada de geração de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro				
Linha de Base do Indicador	205.527	Unidade de Medida	MW	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	226.227	232.672	237.462	237.682	

0012 - Expandir o sistema de transmissão de energia elétrica					
Indicador do Objetivo Específico	Linhas de transmissão de energia elétrica instaladas no sistema elétrico brasileiro				
Linha de Base do Indicador	164.178	Unidade de Medida	km		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	189.591		192.757	194.278	199.053

0080 - Reduzir a pobreza energética					
Indicador do Objetivo Específico	Público total atendido pela Tarifa Social de Energia Elétrica				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	16.478.208		17.406.706	18.335.204	19.263.702

PROGRAMA: 3102 - Mineração Segura e Sustentável

Objetivo Geral:

Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade aos investimentos

Objetivos Estratégicos:

- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Promover o setor mineral com atenção às oportunidades da fronteira tecnológica, garantindo sustentabilidade, segurança e permanência das condições locais de emprego e renda.

Público alvo:

Sociedade brasileira, comunidades afetadas pela mineração, setor produtivo, órgãos e entidades públicas e privadas do setor, comunidade técnico-científica e academia/universidades.

Órgão Responsável:

Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	93.730	97.776	106.765	111.364
Despesas Correntes	80.948	92.279	100.199	104.740
Despesas de Capital	12.782	5.497	6.566	6.624
Recursos Não-Orçamentários	331.259	351.145	370.340	392.850
Gastos Tributários	331.259	351.145	370.340	392.850
Valores Globais	424.989	448.921	477.105	504.214
	1.855.229			

Objetivos Específicos do Programa

0040 - Aumentar a segurança da mineração para a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de redução de nível de emergência de barragens de mineração			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		10	20	25	35
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	10	20	25	35

0044 - Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor mineral brasileiro

Indicador do Objetivo Específico		Número de empresas do setor com "selo ESG"			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	Empresas certificadas	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		0	5	5	5

0045 - Criar um ambiente orientado para a atração de investimentos em pesquisa, produção e transformação mineral

Indicador do Objetivo Específico		Índice de atratividade de Investimento			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		0,8	0,8	0,8	0,8

0046 - Ampliar as reservas de minerais estratégicos para a transição energética					
Indicador do Objetivo Específico	% das reservas de minerais para a transição energética				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1,25		2,5	3,75	1,25

0049 - Ampliar o suprimento de insumos minerais estratégicos para a segurança alimentar					
Indicador do Objetivo Específico	% de produção de potássio e fosfato				
Linha de Base do Indicador	13	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	14,75		16,5	18,25	20

0051 - Melhorar as condições socioeconômicas de municípios mineradores e afetados					
Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios mineradores com melhoria de indicadores sociais				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

PROGRAMA: 3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis

Objetivo Geral:

Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliado a uma maior ênfase na transição energética.

Objetivos Estratégicos:

- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.

Público alvo:

União, Estados e Municípios, Empresas de exploração e produção de petróleo e gás natural, Agentes da cadeia de abastecimento de combustíveis e outros derivados, Consumidores de gás, derivados de petróleo e biocombustíveis

Órgão Responsável:

Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	71.388	75.124	82.031	85.563
Despesas Correntes	67.751	74.392	81.232	84.729
Despesas de Capital	3.637	732	799	834
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	127.827.197	122.923.468	108.685.495	112.844.916
Recursos Não-Orçamentários	1.458.980	1.541.425	1.623.504	1.722.185
Gastos Tributários	1.458.980	1.541.425	1.623.504	1.722.185
Valores Globais	129.357.565	124.540.017	110.391.030	114.652.664
	478.941.276			

Objetivos Específicos do Programa

0029 - Reduzir a dependência externa de derivados de petróleo

Indicador do Objetivo Específico		Dependência Externa de Derivados de Petróleo			
Linha de Base do Indicador		21,5	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		19,5	18,5	17,5	17,5
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	19,5	18,5	17,5	17,5

0030 - Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de aumento da produção de gás Natural			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		43,2	40,7	37,9	33

0031 - Aumentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de aumento da Produção de Petróleo e Gás Natural			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		1,8	17,5	31,5	34,2

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Objetivo Geral:

Desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover a maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem.

Público alvo:

Passageiros, companhias aéreas, operadores aeroportuários, profissionais do setor, população atendida.

Órgão Responsável:

Ministério de Portos e Aeroportos

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	432.201	437.308	506.078	514.923
Despesas Correntes	82.091	61.203	60.188	62.652
Despesas de Capital	350.110	376.105	445.890	452.271
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	346.107	1.162.390	735.390	449.370
Recursos Não-Orçamentários	3.450.150	3.680.322	3.917.236	3.826.255
Gastos Tributários	3.450.150	3.680.322	3.917.236	3.826.255
Valores Globais	4.228.458	5.280.020	5.158.704	4.790.548
	19.457.730			

Objetivos Específicos do Programa

0159 - Ampliar o número de aeroportos regionais atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Indicador do Objetivo Específico		Número de aeroportos, com mais de 2000 passageiros processados (chegadas e partidas), por ano				
Linha de Base do Indicador		121	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		125	130	140	151	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	15	16	18	21	
	Região Nordeste	31	32	34	34	
	Região Norte	31	33	36	41	
	Região Sudeste	26	27	29	32	
	Região Sul	22	22	23	23	

0162 - Ampliar o número de usuários do transporte aéreo.

Indicador do Objetivo Específico		Número de passageiros transportados - transporte aéreo (regular e não regular) com origem no território nacional				
Linha de Base do Indicador		110.000.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		118.000.000	120.000.000	123.000.000	127.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	13.400.000	13.600.000	13.900.000	14.400.000	

Regionalização da Meta	Região Nordeste	20.100.000	20.200.000	20.700.000	21.300.000
	Região Norte	5.800.000	5.900.000	6.000.000	6.300.000
	Região Sudeste	65.600.000	67.200.000	69.000.000	71.200.000
	Região Sul	13.100.000	13.100.000	13.400.000	13.800.000

0163 - Reduzir a intensidade de emissões de CO2 da aviação civil brasileira.					
Indicador do Objetivo Específico	Intensidade de emissões – [Kg.CO2/RTK]: massa de emissões geradas ponderada pela quantidade de passageiros e carga transportados				
Linha de Base do Indicador	0,985	Unidade de Medida	kg		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	0,978	0,972	0,966	0,959	

0164 - Promover e aprimorar a segurança da aviação civil brasileira.					
Indicador do Objetivo Específico	Média móvel, dos últimos 5 anos, do número de acidentes anuais, por milhão de decolagens, envolvendo aeronaves do transporte aéreo regular brasileiro com peso máximo de decolagem acima de 5.700 kgf				
Linha de Base do Indicador	2,542	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2,54	2,54	2,54	2,54	

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Objetivo Geral:

Promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover a maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem.

Público alvo:

Comunidade dos setores portuário e de transportes marítimo e hidroviário, tais como: usuários, operadores logísticos, agronegócio, indústria, armadores, autoridades portuárias, embarcadores e indústria da construção naval.

Órgão Responsável:

Ministério de Portos e Aeroportos

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	8.576.411	9.217.002	9.408.945	9.389.910
Despesas Correntes	40.644	257.620	222.918	426.725
Despesas de Capital	8.535.767	8.959.382	9.186.027	8.963.185
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	1.150.816	2.628.237	2.409.202	1.436.610
Recursos Não-Orçamentários	4.003.993	3.413.610	3.560.116	3.826.255
Crédito e Demais Fontes	888.502	77.062	0	0
Gastos Tributários	3.115.491	3.336.548	3.560.116	3.826.255
Valores Globais	13.731.220	15.258.849	15.378.263	14.652.775
	59.021.107			

Objetivos Específicos do Programa

0075 - Aumentar a disponibilidade de instalações portuárias (IP4) nos municípios localizados às margens dos rios navegáveis.

Indicador do Objetivo Específico		Número de instalações portuárias (IP4) disponibilizadas				
Linha de Base do Indicador		76	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		79	81	86	86	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Nordeste	22	22	22	22	
	Região Norte	57	59	64	64	

0107 - Promover o adequado embarque e desembarque de cargas e passageiros, garantindo a disponibilidade, a acessibilidade e a perenidade das instalações portuárias (IP4).

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de instalações portuárias (IP4) em operação				
Linha de Base do Indicador		91	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	100	100	100	100
	Região Norte	100	100	100	100

0108 - Ofertar vias em condições adequadas para a navegação.

Indicador do Objetivo Específico	Extensão (em km) das hidrovias economicamente navegadas				
Linha de Base do Indicador	19.167	Unidade de Medida	km		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	19.870		20.580	21.300	22.000

0111 - Adequar a capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros existente e futura.

Indicador do Objetivo Específico	Adequação do nível de saturação dos complexos portuários				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3,2		3,2	3,2	3,2
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	6,2	6,2	6,2	6,2
	Região Nordeste	2,9	2,9	2,9	2,9
	Região Norte	5,4	5,4	5,4	5,4
	Região Sudeste	2,8	2,8	2,8	2,8
	Região Sul	2,8	2,8	2,8	2,8

0113 - Tornar o sistema portuário mais competitivo, seguro, sustentável, inclusivo e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Média global do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP				
Linha de Base do Indicador	7,2	Unidade de Medida	pontos		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7,25		7,5	7,75	8

0114 - Financiar a construção ou manutenção de embarcações, estaleiros e infraestruturas portuárias com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM.

Indicador do Objetivo Específico	Número de empreendimentos entregues				
Linha de Base do Indicador	46	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	66		132	198	264

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Objetivo Geral:

Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover a maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem.

Público alvo:

Usuários das rodovias federais e operadores logísticos.

Órgão Responsável:

Ministério dos Transportes

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	14.218.039	14.893.505	16.262.668	16.883.359
Despesas Correntes	66.930	70.030	76.470	0
Despesas de Capital	14.151.109	14.823.475	16.186.198	16.883.359
Recursos Não-Orçamentários	1.020.409	1.071.848	1.127.134	1.195.207
Gastos Tributários	1.020.409	1.071.848	1.127.134	1.195.207
Valores Globais	15.238.448	15.965.353	17.389.802	18.078.566
	66.672.169			

Objetivos Específicos do Programa

0145 - Manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança						
Indicador do Objetivo Específico		Índice de Condição da Superfície				
Linha de Base do Indicador		47	Unidade de Medida		%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		53	57	62	66	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	56	59	61	64	
	Região Nordeste	56	60	65	69	
	Região Norte	55	58	61	64	
	Região Sudeste	41	49	56	64	
	Região Sul	47	53	60	66	

0146 - Adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos						
Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias pavimentados e adequados				
Linha de Base do Indicador		350	Unidade de Medida		km	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		350	710	1.095	1.495	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	110	180	250	
	Região Nordeste	90	200	320	440	
	Região Norte	50	90	150	220	

Regionalização da Meta	Região Sudeste	50	100	165	245
	Região Sul	110	210	280	340

0147 - Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis						
Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias concedidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3.223	7.194	10.601	14.034	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.434	3.515	3.838	3.838	
	Região Nordeste	0	0	511	2.899	
	Região Norte	742	742	742	742	
	Região Sudeste	1.047	1.047	1.782	1.782	
	Região Sul	0	1.890	3.728	4.773	

0148 - Ampliar, com recursos privados, a capacidade da malha rodoviária federal concedida						
Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias ampliados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133,63	299,66	584,08	859,75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50,17	156,38	238,55	400,47	
	Região Norte	12,85	19,89	44,79	44,79	
	Região Sudeste	49,88	77,93	229,97	325,6	
	Região Sul	20,74	45,47	70,79	88,91	

0149 - Desburocratizar o transporte rodoviário de carga						
Indicador do Objetivo Específico		Índice de implantação do Documento de Transporte Eletrônico				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	100	100	100	100	
	Região Nordeste	100	100	100	100	
	Região Norte	100	100	100	100	
	Região Sudeste	100	100	100	100	
	Região Sul	100	100	100	100	

PROGRAMA: 3107 - Transição Energética

Objetivo Geral:

Coordenar, planejar e promover a redução do conteúdo de carbono da matriz energética brasileira, promovendo a manutenção da alta participação da oferta de energia limpas e renováveis e o aumento da eficiência energética, tanto na oferta quanto na logística de distribuição e no uso final de energia.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.

Público alvo:

Consumidores de energia de todos os portes, agentes do setor energético e mineração, e a sociedade em geral

Órgão Responsável:

Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Recursos Não-Orçamentários	214.896	227.796	240.249	254.852
Gastos Tributários	214.896	227.796	240.249	254.852
Valores Globais	214.896	227.796	240.249	254.852
	937.793			

Objetivos Específicos do Programa

0052 - Descarbonizar a matriz de transportes, via biocombustíveis

Indicador do Objetivo Específico	Número em milhões de CBIOS emitidos no país no ano				
Linha de Base do Indicador	31,23	Unidade de Medida	milhão	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	42,31	50,41	57,99	64,43	

0053 - Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de crescimento da produção de minerais para a transição energética				
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2	2	2	2	

0089 - Promover a eficiência energética no uso final de energia.

Indicador do Objetivo Específico	ODEX BRASIL				
Linha de Base do Indicador	100	Unidade de Medida	-	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	90	90	90	90	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	90	90	90	90

0092 - Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira						
Indicador do Objetivo Específico		Oferta de Energia Limpa				
Linha de Base do Indicador		46,3	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		47,7	47,7	47,8	47,8	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	47,7	47,7	47,8	47,8	

0103 - Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em Transição Energética						
Indicador do Objetivo Específico		Índice de Sucesso nos Leilões de Transmissão				
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		80	80	80	80	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	80	80	80	80	

0115 - Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual da Geração à diesel nos sistemas isolados				
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		75	70	65	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	75	70	65	60	

0118 - Assegurar o atendimento de energia e potência do sistema interligado nacional						
Indicador do Objetivo Específico		Contratação da demanda projetada no Sistema Interligado Nacional, com base nos critérios de suprimento				
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		80	80	80	80	

0122 - Interligar sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Número de sistemas interligados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4	8	12	14	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Norte	4	8	12	14	

PROGRAMA: 3108 - Segurança Viária

Objetivo Geral:

Aumentar a segurança nas vias terrestres por meio de ações de educação para o trânsito, inovações tecnológicas, engenharia de segurança viária, fiscalização, regularização física do ativo e solução de conflitos ferroviários para reduzir o número e a severidade dos sinistros.

Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer a segurança pública cidadã e integrada, articulando prevenção e uso qualificado da ação policial.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Usuários de trânsito urbano, de rodovias e de ferrovias federais, órgãos integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, outros órgãos governamentais, ONGs vinculadas a educação para o trânsito, populações situadas em áreas lindeiras às ferrovias e setor privado de transporte e logística.

Órgão Responsável:

Ministério dos Transportes

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	354.314	570.553	622.998	482.763
Despesas Correntes	281.934	295.612	322.782	169.616
Despesas de Capital	72.380	274.941	300.216	313.147
Valores Globais	354.314	570.553	622.998	482.763
	2.030.628			

Objetivos Específicos do Programa

0004 - Reduzir as mortes no trânsito.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de morte no trânsito por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	15	13	12	11	

0006 - Melhorar a segurança viária em áreas urbanas dos municípios com conflitos ferroviários

Indicador do Objetivo Específico	Índice de conflitos ferroviários solucionados				
Linha de Base do Indicador	42,3	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	45	47	48	50	

0020 - Reduzir o número de sinistros com vítimas no trânsito

Indicador do Objetivo Específico	Número de sinistros com vítimas por dez mil veículos				
Linha de Base do Indicador	130,71	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	125,8083	120,9067	116,0051	111,1035	

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Objetivo Geral:

Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Promover a maior eficiência logística com a valorização dos modais aeroviário, ferroviário, hidroviário e de navegação de cabotagem.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

Usuários das ferrovias, operadores logísticos, concessionárias, indústria, autoritários, agronegócio, construtoras, certificadoras e centros de pesquisa.

Órgão Responsável:

Ministério dos Transportes

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	465.065	493.399	562.434	597.752
Despesas de Capital	465.065	493.399	562.434	597.752
Recursos Não-Orçamentários	1.598.650	2.112.366	1.944.956	2.059.708
Crédito e Demais Fontes	1.598.650	2.112.366	1.944.956	2.059.708
Valores Globais	2.063.715	2.605.765	2.507.390	2.657.460
	9.834.330			

Objetivos Específicos do Programa

0171 - Realizar a regularização fundiária da malha ferroviária						
Indicador do Objetivo Específico		Extensão de regularização fundiária da malha ferroviária				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida km			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		1.116	7.294	15.835	19.184	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0	325	650	650	
	Região Nordeste	0	650	1.300	1.300	
	Região Sudeste	469	3.648	9.190	10.597	
	Região Sul	647	2.671	4.695	6.637	

0172 - Ampliar a capacidade potencial do transporte ferroviário pela construção de ferrovias						
Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de ferrovias construídas				
Linha de Base do Indicador		29	Unidade de Medida km			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		390	834	1.279	1.569	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	95	219	313	363	
	Região Nordeste	295	615	966	1.206	

0233 - Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável					
Indicador do Objetivo Específico	Carga transportada por km útil (TKU)				
Linha de Base do Indicador	371.063	Unidade de Medida	Milhão TKU - Tonelada por Quilômetro Útil		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	374.627		376.421	378.224	380.035

PROGRAMA: 4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis

Objetivo Geral:

Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as formas de expressão.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica; trabalhadores e trabalhadoras da economia popular e solidária.

Órgão Responsável:

Ministério do Trabalho e Emprego

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	5.926	6.200	6.770	7.062
Despesas Correntes	5.926	6.200	6.770	7.062
Valores Globais	5.926	6.200	6.770	7.062
	25.958			

Objetivos Específicos do Programa

0476 - Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da Economia Popular e Solidária						
Indicador do Objetivo Específico		Número de cadastros identificados no CADSOL				
Linha de Base do Indicador		27.472	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	89	179	268	357	
	Região Nordeste	723	1.445	2.168	2.891	
	Região Norte	67	133	200	267	
	Região Sudeste	736	1.472	2.208	2.944	
	Região Sul	385	771	1.156	1.541	

0477 - Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais						
Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Economia Popular e Solidária implementadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	200	400	600	800	
	Região Nordeste	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Norte	300	600	900	1.200	
	Região Sudeste	400	800	1.200	1.600	

Regionalização da Meta	Região Sul	300	600	900	1.200

0478 - Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária						
Indicador do Objetivo Específico		Número de concluintes de processos formativos em Economia Popular e Solidária sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024		2025	2026	2027
		6.300		13.000	19.500	42.000
Regionalização da Meta	Região	2024		2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	252		520	780	1.680
	Região Nordeste	2.268		4.680	7.020	15.120
	Região Norte	189		390	585	1.260
	Região Sudeste	2.331		4.810	7.215	15.540
	Região Sul	1.260		2.600	3.900	8.400
Desagregação da Meta	Desagregação	2024		2025	2026	2027
	Homens	3.150		6.500	9.750	21.000
	Indígenas	189		390	585	1.260
	Jovem	315		650	975	2.100
	Mulheres	3.150		6.500	9.750	21.000
	Pessoa com Deficiência	315		650	975	2.100
	Pessoa Idosa	189		390	585	1.260
	População Negra	3.150		6.500	9.750	21.000
	Povos e Comunidades Tradicionais	390		390	585	1.260
	Quilombolas	315		650	975	2.100

PROGRAMA: 4101 - Comunicação Pública e Governamental

Objetivo Geral:

Ampliar o acesso da sociedade a informações públicas e governamentais, assegurando-lhes transparência, credibilidade e representatividade, para fortalecer a cidadania e a participação social.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

População Brasileira.

Órgão Responsável:

Presidência da República

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	217.754	227.871	248.819	259.453
Despesas Correntes	182.521	190.870	209.670	219.670
Despesas de Capital	35.233	37.001	39.149	39.783
Valores Globais	217.754	227.871	248.819	259.453
	953.897			

Objetivos Específicos do Programa

0021 - Melhorar os canais de acesso às informações oficiais

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de satisfação do usuário com os canais de acesso às informações oficiais publicadas no DOU (Portal e APP)				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	50	55	60	65	

0024 - Promover o Conhecimento Público do Acervo Histórico-Bibliográfico da Imprensa Nacional

Indicador do Objetivo Específico	Número de acessos ao acervo cultural da Imprensa Nacional				
Linha de Base do Indicador	49.356	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	52.317	55.456	58.783	62.311	

0025 - Ampliar a prestação de serviços gráficos estratégicos

Indicador do Objetivo Específico	Número de Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal Atendidos com Serviços Gráficos				
Linha de Base do Indicador	15	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	15	15	16	17	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Brasília	15	15	16	17

0047 - Expandir a Radiodifusão Pública					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de população coberta com sinal de radiodifusão pública (TV Digital e Rádio FM)				
Linha de Base do Indicador	23	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	25,5		28	31,5	33

0451 - Qualificar o ambiente informacional, a partir da promoção da educação midiática.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de profissionais capacitados em educação midiática				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	profissional capacitado	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	175.000		175.000	175.000	175.000

PROGRAMA: 4102 - Segurança Institucional**Objetivo Geral:**

Elevar o nível de segurança do Estado e da sociedade por meio de ações de articulação e assessoramento político e estratégico

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.
- Garantir a segurança energética do país, com expansão de fontes limpas e renováveis e maior eficiência energética.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

Presidente
Presidência da República
Administração Pública
Toda Sociedade brasileira

Órgão Responsável:

Presidência da República

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	40.883	42.475	46.408	48.420
Despesas Correntes	22.883	23.475	26.408	28.420
Despesas de Capital	18.000	19.000	20.000	20.000
Valores Globais	40.883	42.475	46.408	48.420
	178.186			

Objetivos Específicos do Programa

0395 - Fortalecer a Cultura Integrada de Segurança das Instituições, do Estado e da Sociedade					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de fortalecimento da cultura integrada de segurança, das instituições do estado e da sociedade				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	85	87	89	90	

0396 - Contribuir para a Garantia da Soberania, dos Interesses Nacionais, da Segurança do Estado e da Sociedade e da Proteção de Áreas Estratégicas					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de contribuição para garantia da soberania e dos interesses nacionais e da segurança do estado e da proteção das áreas estratégicas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	85	87	89	90	

PROGRAMA: 4103 - Sistema Financeiro do Futuro

Objetivo Geral:

Fomentar a eficiência, a sustentabilidade e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, com maior inclusão e educação financeira de cidadãos.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a produtividade e a competitividade da economia com o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a melhoria do ambiente de negócios.
- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.

Público alvo:

População brasileira

Órgão Responsável:

Banco Central do Brasil

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	158.148	167.676	183.107	191.000
Despesas Correntes	82.593	87.569	95.628	99.750
Despesas de Capital	75.555	80.107	87.479	91.250
Valores Globais	158.148	167.676	183.107	191.000
	699.931			

Objetivos Específicos do Programa

0228 - Promover a transformação digital e a competição para ampliar o acesso a transações e serviços financeiros e de pagamentos.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de ampliação de transações digitais per capita				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	10	8	6	6	

0229 - Aprimorar a resiliência operacional do Sistema Financeiro Nacional (SFN), promovendo ações para fortalecimento da gestão da resiliência cibernética nas entidades supervisionadas.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução das ações para fortalecimento da gestão da resiliência cibernética no SFN				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	22,5	45	72,5	100	

0230 - Ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, história dos instrumentos de pagamentos, conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de alcance das ações de Educação Financeira do Banco Central do Brasil				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1.000	1.100	1.200	1.300	

PROGRAMA: 4104 - Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção

Objetivo Geral:

Promover o aperfeiçoamento contínuo da gestão e da governança ambiental, social e corporativa e fortalecer a transparência, a integridade, o acesso à informação, a participação social e o enfrentamento da corrupção, contribuindo para responsividade e entrega efetiva de bens e serviços públicos de qualidade e para o aumento da confiança nas relações público-privadas.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

Estado, envolvendo os gestores, e sociedade.

Órgão Responsável:

Controladoria-Geral da União

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	127.977	126.398	138.738	145.031
Despesas Correntes	125.058	126.398	138.738	145.031
Despesas de Capital	2.919	0	0	0
Valores Globais	127.977	126.398	138.738	145.031
	538.144			

Objetivos Específicos do Programa

0005 - Apoiar a gestão pública no ciclo das políticas públicas, promovendo equidade, eficiência no combate à desigualdade social e interregional e desenvolvimento educacional, étnico-racial e econômico-sustentável, levando em conta seu multiculturalismo

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de benefícios de grande relevância, alcançados pela administração pública pela implementação de orientação e/ou recomendações da CGU				
Linha de Base do Indicador	71	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	75	78	82	86	

0287 - Adotar medidas de remediação de ilícitos administrativos

Indicador do Objetivo Específico	Efetividade do juízo de admissibilidade correccional				
Linha de Base do Indicador	70	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	70	75	80	85	

0288 - Implementar e aprimorar mecanismos e oportunidades que estimulem e permitam a qualquer pessoa interagir e colaborar com a administração pública federal, contribuindo para a melhoria das políticas e serviços públicos que atendam à demanda da sociedade

Indicador do Objetivo Específico	Avaliação de políticas públicas priorizadas a partir de manifestações de ouvidoria				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	50	60	70	80	

0289 - Promover o Acesso à Informação na Administração Pública					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de pedidos de acesso à informação com cumprimento do prazo legal de resposta				
Linha de Base do Indicador	96,92	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	97		98	98	98

0290 - Promover o fomento à integridade privada, contribuindo para a prevenção e o enfrentamento da corrupção.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de fomento à integridade privada				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

0291 - Promover a integridade e a transparência na administração pública					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de implementação do Modelo de Maturidade em Integridade Pública no Poder Executivo federal				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		40	60	100

PROGRAMA: 4105 - Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas

Objetivo Geral:

Promover a defesa da democracia e preservar a legitimação dos Poderes, por meio da representação da União e de suas entidades, e construir soluções inovadoras que contribuam para a segurança jurídica e a efetividade das políticas públicas.

Objetivos Estratégicos:

- Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.

Público alvo:

Sociedade, Gestores públicos, Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal, Investidores estrangeiros

Órgão Responsável:

Advocacia-Geral da União

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	492.844	515.817	563.560	586.816
Despesas Correntes	463.796	480.617	530.960	556.816
Despesas de Capital	29.048	35.200	32.600	30.000
Valores Globais	492.844	515.817	563.560	586.816
	2.159.037			

Objetivos Específicos do Programa

0194 - Prestar consultoria e assessoramento jurídico proativo, propositivo e uniforme					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de Satisfação dos Órgãos e Entidades Assessorados				
Linha de Base do Indicador	7,93	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	8	8,1	8,2	8,3	

0195 - Prevenir e Reduzir a Litigiosidade					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de Redução de Litígios				
Linha de Base do Indicador	14,6	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	14,5	14,6	14,7	14,8	

0197 - Promover a defesa jurídica coordenada e assertiva.					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de Sucesso Judicial				
Linha de Base do Indicador	65	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	63,9	64	64,1	64,2	

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral:

Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.
- Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes.

Público alvo:

- Pessoas em idade escolar;
- Pessoas que não acessaram ou não concluíram a educação básica em idade escolar;
- Profissionais da educação básica;
- Comunidade escolar;
- Com atenção especial para as seguintes populações, tais como: campo, povos indígenas, comunidades quilombolas, pessoas com deficiência, TEA, altas habilidades/superdotação e surdos;
- Com atenção especial para os seguintes marcadores de desigualdade, tais como: nível socioeconômico, cor/raça, gênero e orientação sexual.

Órgão Responsável:

Ministério da Educação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	63.363.797	70.649.051	80.169.384	84.973.825
Despesas Correntes	61.159.639	68.375.418	77.856.016	82.619.133
Despesas de Capital	2.204.158	2.273.633	2.313.368	2.354.692
Recursos Não-Orçamentários	14.527.848	15.219.779	15.892.786	16.637.367
Gastos Tributários	14.527.848	15.219.779	15.892.786	16.637.367
Valores Globais	77.891.645	85.868.830	96.062.170	101.611.192
	361.433.837			

Objetivos Específicos do Programa

0039 - Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão das matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades, priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação.					
Indicador do Objetivo Específico		Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola/creche			
Linha de Base do Indicador		37,3	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		41,5	44,4	47,5	50,8
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	35	37,5	40,1	42,9
	Região Nordeste	37,5	40,1	42,9	45,9
	Região Norte	22,7	24,3	26	27,8
	Região Sudeste	49,3	52,8	56,5	60,5
	Região Sul	47,3	50,6	54,1	57,9

0433 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º Ano do ensino fundamental				
Linha de Base do Indicador	43,6	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	53,4		53,4	53,4	60

0435 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a aprendizagem do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, visando à recomposição das aprendizagens que foram prejudicadas pelo período da pandemia da COVID-19 e à garantia do direito à aprendizagem.					
Indicador do Objetivo Específico	IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental para a rede pública				
Linha de Base do Indicador	5,5	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5,55		5,57	5,57	5,6
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5,64	5,66	5,66	5,7
	Região Nordeste	5,14	5,16	5,16	5,19
	Região Norte	5,04	5,05	5,05	5,09
	Região Sudeste	5,94	5,96	5,96	6
	Região Sul	6	6	6	6

0436 - Melhorar a qualidade da educação nos anos finais do Ensino Fundamental, com vistas à promoção de um ensino significativo, acolhedor e equitativo para os adolescentes, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.					
Indicador do Objetivo Específico	IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental para a rede pública				
Linha de Base do Indicador	4,9	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5,1		5,1	5,1	5,3
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5,1	5,1	5,1	5,3
	Região Nordeste	4,7	4,7	4,7	4,9
	Região Norte	4,7	4,7	4,7	4,9
	Região Sudeste	5,3	5,4	5,4	5,5
	Região Sul	5,3	5,4	5,4	5,5

0438 - Melhorar o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes de Ensino Médio mediante o apoio às redes de ensino para o fortalecimento da Política Nacional do Ensino Médio, em articulação com os entes federados.					
Indicador do Objetivo Específico	IDEB do Ensino Médio para a rede pública				
Linha de Base do Indicador	3,9	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4,1		4,1	4,1	4,2
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3,9	4	4	4
	Região Nordeste	3,7	3,8	3,8	3,9
	Região Norte	3,7	3,8	3,8	3,9
	Região Sudeste	4,3	4,3	4,3	4,5

Regionalização da Meta	Região Sul	4,4	4,4	4,4	4,6

0439 - Ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica por meio do Programa Escola em Tempo Integral, visando a redução da desigualdade e priorizando os grupos mais vulnerabilizados.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral			
Linha de Base do Indicador		18,2	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		21,6	22,9	24,6	25
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	16,5	17,8	19,6	20
	Região Nordeste	24,1	24,4	24,9	25
	Região Norte	12,2	13,6	15,5	16
	Região Sudeste	22,5	23,4	24,7	25
	Região Sul	18,5	19,8	21,6	22

0441 - Promover ações para o reconhecimento e valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola.

Indicador do Objetivo Específico		Número de vagas ofertadas			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		3.400	4.100	6.200	7.300

0443 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Especial na perspectiva Inclusiva

Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação			
Linha de Base do Indicador		1.372.985	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		1.661.310	1.827.442	2.010.185	2.211.204
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	127.733	140.507	154.557	170.013
	Região Nordeste	533.430	586.774	645.451	709.996
	Região Norte	167.378	184.116	202.527	222.780
	Região Sudeste	571.022	628.124	690.936	760.030
	Região Sul	261.747	287.921	316.714	348.385

0444 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Bilingue de Surdos.

Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes surdos, deficientes auditivos e surdos cegos na educação básica			
Linha de Base do Indicador		61.594	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		64.094	66.594	69.094	71.594
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	22.193	23.058	23.924	24.790
	Região Nordeste	18.630	19.356	20.083	20.810

Regionalização da Meta	Região Norte	7.542	7.836	8.131	8.425
	Região Sudeste	10.064	10.456	10.849	11.241
	Região Sul	5.666	5.887	6.108	6.329

0448 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação de Jovens e Adultos					
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos			
Linha de Base do Indicador		2.774.428	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		3.324.429	3.974.428	4.724.428	5.577.618
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	229.291	311.809	412.896	521.850
	Região Nordeste	1.484.585	1.685.808	1.908.350	2.186.789
	Região Norte	380.709	463.245	563.579	670.158
	Região Sudeste	905.252	1.106.438	1.331.861	1.582.496
	Região Sul	324.592	407.128	507.742	616.325

0449 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar do Campo					
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas do campo da educação básica			
Linha de Base do Indicador		4.862.053	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		4.862.053	5.030.426	5.108.759	5.273.295
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	191.202	191.393	191.584	191.775
	Região Nordeste	2.782.821	2.838.477	2.895.246	2.953.150
	Região Norte	1.101.266	1.117.784	1.134.550	1.151.568
	Região Sudeste	595.905	601.864	607.882	613.960
	Região Sul	359.232	359.241	361.037	362.842

0450 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar indígena					
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas indígenas da educação básica			
Linha de Base do Indicador		275.035	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		285.615	292.039	298.462	304.886
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	40.135	37.532	35.824	33.289
	Região Nordeste	59.471	59.164	57.857	56.650
	Região Norte	161.423	161.423	179.287	188.674
	Região Sudeste	9.750	10.243	10.984	11.726
	Região Sul	14.836	14.573	14.510	14.547

0452 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar quilombola					
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas quilombolas da educação básica			
Linha de Base do Indicador		283.020	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		300.000	320.000	330.000	350.000

	Região	2024	2025	2026	2027
Regionalização da Meta	Região Centro-Oeste	17.478	18.643	19.226	20.391
	Região Nordeste	207.110	220.918	227.821	241.629
	Região Norte	35.880	38.272	39.468	41.860
	Região Sudeste	31.236	33.318	34.360	36.442
	Região Sul	8.296	8.849	9.125	9.678

0454 - Inserir a educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas que declaram ter acesso à Internet para uso nos processos de ensino e aprendizagem			
Linha de Base do Indicador		56,26	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		70	80	97	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	84,4	89,6	94,8	100
	Região Nordeste	66,4	77,6	88,8	100
	Região Norte	55,6	70,4	85,2	100
	Região Sudeste	82,6	88,4	94,2	100
	Região Sul	88,2	92,1	96,1	100

0456 - Prover acesso à internet banda larga, e a equipamentos para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive em escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas conectadas à internet banda larga			
Linha de Base do Indicador		70,09	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		82,05	88,04	94,02	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	90,6	93,8	96,9	100
	Região Nordeste	78,6	85,7	92,9	100
	Região Norte	63,6	75,7	87,9	100
	Região Sudeste	93	95,4	97,7	100
	Região Sul	87,6	91,8	95,9	100

0457 - Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD			
Linha de Base do Indicador		94,02	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		94,05	95	95,05	96

0458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados				
Linha de Base do Indicador	28,86	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31		33	35	38

0460 - Oferecer aos que almejam a carreira do magistério, aos licenciandos e aos professores e profissionais da educação básica em exercício a formação inicial, por meio de graduações e cursos sequenciais ofertados de forma presencial e a distância.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas em programas para a formação inicial de professores da educação básica				
Linha de Base do Indicador	143.845	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	322.938		369.417	400.552	423.031
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	34.901	37.199	38.577	43.202
	Região Nordeste	109.990	125.586	132.328	136.373
	Região Norte	46.971	55.651	60.858	63.983
	Região Sudeste	80.705	97.939	108.279	114.484
	Região Sul	50.371	53.042	60.509	64.990

0461 - Oferecer aos professores e profissionais da educação básica a formação continuada por meio de especializações, mestrados e doutorados, ofertados de forma presencial e a distância.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas em programas para a formação continuada de professores da educação básica				
Linha de Base do Indicador	32.155	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	56.962		60.989	63.224	64.856
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	6.000	6.563	6.883	7.103
	Região Nordeste	20.304	20.732	20.921	21.143
	Região Norte	6.574	7.064	7.340	7.535
	Região Sudeste	15.624	17.513	18.591	19.327
	Região Sul	8.460	9.117	9.489	9.748

0462 - Fortalecer a gestão democrática e participativa, em articulação intersetorial com os sistemas de ensino, na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a garantia da educação básica e dos demais direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de escolas públicas de educação básica ativas com Conselho Escolar em funcionamento				
Linha de Base do Indicador	72,9	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	77,4		80,8	84,2	87,1
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	85,8	90,8	95,8	98
	Região Nordeste	74,5	76,5	78,5	80,5

Regionalização da Meta	Região Norte	60	65	70	75
	Região Sudeste	82,6	84,6	86,6	89
	Região Sul	84,3	87,3	90,3	93

0463 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais do magistério público da educação, apoiando e estimulando a estruturação ou revisão de planos de carreira e remuneração, principalmente no que se refere ao cumprimento do piso salarial profissional nacional e à garantia da hora-atividade na jornada de trabalho.

Indicador do Objetivo Específico		Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais			
Linha de Base do Indicador		82,6	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		84,1	85,6	87,1	88,6
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	91,5	93,3	95,1	96,9
	Região Nordeste	99,1	100	100	100
	Região Norte	92	94,5	96,8	99,2
	Região Sudeste	76,1	76,8	77,5	78,2
	Região Sul	93,6	94,9	96,2	97,5

0465 - Apoiar o desenvolvimento de capacidades estatais dos entes federativos para planejamento e gestão de políticas educacionais.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de entes federativos com planos decenais de educação aprovados pelo poder legislativo dos respectivos entes			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	70	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	20	70	100	100
	Região Nordeste	20	70	100	100
	Região Norte	20	70	100	100
	Região Sudeste	20	70	100	100
	Região Sul	20	70	100	100

0466 - Realizar levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a Educação Básica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de realização de pesquisas, exames e avaliações da educação básica, conforme planejamento anual			
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	100	100	100

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral:

Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.

Público alvo:

- Jovens e adultos que buscam formação e qualificação profissional, incluindo aqueles que não tiveram oportunidades educacionais na idade própria.
- Estudantes do ensino médio regular;
- Trabalhadores.

Órgão Responsável:

Ministério da Educação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.703.106	4.009.349	4.130.123	4.255.728
Despesas Correntes	2.825.258	2.938.387	3.055.922	3.178.159
Despesas de Capital	877.848	1.070.962	1.074.201	1.077.569
Valores Globais	3.703.106	4.009.349	4.130.123	4.255.728
	16.098.306			

Objetivos Específicos do Programa

0158 - Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.					
Indicador do Objetivo Específico		Percentual da totalidade de matrículas atingida na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com base nas tipologias definidas			
Linha de Base do Indicador		84,3	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		88,3	92,3	96,3	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	88,3	92,3	96,3	100
	Região Centro-Oeste	90,5	93,7	96,9	100
	Região Nordeste	87,7	91,8	95,9	100
	Região Norte	82,3	88,2	94,1	100
	Região Sudeste	90,3	93,5	96,7	100
	Região Sul	88,4	92,3	96,2	100

0166 - Expandir a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.					
Indicador do Objetivo Específico		Número de matrículas em cursos de EPT			
Linha de Base do Indicador		3.098.179	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		4.878.408	5.628.409	6.378.381	7.128.408

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	412.688	476.256	539.797	603.392
	Região Nordeste	1.134.256	1.310.686	1.487.116	1.663.544
	Região Norte	418.018	482.842	547.667	612.492
	Região Sudeste	2.101.875	2.422.320	2.742.763	3.063.207
	Região Sul	811.571	936.305	1.061.038	1.185.773

0184 - Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de projetos e ações apoiados				
Linha de Base do Indicador	6.125	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7.800		9.200	11.600	12.000

0189 - Realizar estudos e pesquisas educacionais sobre a Educação Profissional e Tecnológica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de realização de produtos e estudos referentes à Educação Profissional e Tecnológica, conforme planejamento anual				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Objetivo Geral:

Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap

Público alvo:

- População apta a ingressar na educação superior, especialmente a da faixa etária de 18 a 24 anos;
- Discentes, docentes e pesquisadores da educação superior;
- Rede pública e privada de Instituições de Educação Superior.

Órgão Responsável:

Ministério da Educação

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	14.069.003	14.570.960	15.119.820	15.576.872
Despesas Correntes	13.141.928	13.571.647	14.114.619	14.679.211
Despesas de Capital	927.075	999.313	1.005.201	897.661
Recursos Não-Orçamentários	8.937.570	6.926.794	5.772.687	4.887.505
Crédito e Demais Fontes	5.459.518	3.239.957	1.884.308	762.780
Gastos Tributários	3.478.052	3.686.837	3.888.379	4.124.725
Valores Globais	23.006.573	21.497.754	20.892.507	20.464.377
	85.861.211			

Objetivos Específicos do Programa

0351 - Promover a consolidação da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e sustentabilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de obras financiadas			
Linha de Base do Indicador		Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		35	56	54	28
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	2	3	3	2
	Região Nordeste	9	14	13	6
	Região Norte	6	9	9	4
	Região Sudeste	11	19	18	10
	Região Sul	7	11	11	6

0352 - Promover o acesso de estudantes à graduação, em instituições públicas e privadas, buscando a equidade e valorizando a diversidade						
Indicador do Objetivo Específico		Taxa Bruta de matrículas na graduação				
Linha de Base do Indicador		38,5	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		39,5	40,5	41,5	42,6	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	46,3	47,7	49,1	50,6	
	Região Nordeste	30,4	31,5	32,7	33,9	
	Região Norte	35,7	37,1	38,5	40,1	
	Região Sudeste	42,8	43,7	44,6	45,6	
	Região Sul	47,4	47,9	48,4	49	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	População Negra	31,8	33,4	35,1	36,9	

0353 - Ampliar a taxa de conclusão dos estudantes da graduação, em instituições públicas e privadas, promovendo a permanência, a equidade e valorizando a diversidade.						
Indicador do Objetivo Específico		Taxa de conclusão acumulada na graduação				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		43,8	45,8	47,8	50	

0354 - Incentivar o aumento de vagas e a criação de novos cursos médicos nas Universidades Federais, com ênfase em regiões com maior carência de profissionais, otimizando a capacitação dos profissionais em área da saúde em nível de pós-graduação.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de vagas de graduação em medicina ofertadas nas instituições de educação superior				
Linha de Base do Indicador		6.986	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		7.858	8.358	8.858	9.358	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	928	1.103	1.253	1.428	
	Região Nordeste	2.389	2.414	2.464	2.489	
	Região Norte	864	1.039	1.189	1.364	
	Região Sudeste	2.357	2.382	2.432	2.457	
	Região Sul	1.320	1.420	1.520	1.620	

0355 - Fortalecer a produção de pesquisa e inovação nos Hospitais Universitários Federais geridos pela Ebserh.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de profissionais que atuam nos hospitais da Rede Ebserh que estejam envolvidos em projetos de pesquisa e inovação tecnológica em saúde				
Linha de Base do Indicador		1.358	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		1.378	1.398	1.419	1.440	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	201	204	207	210	
	Região Nordeste	571	579	588	597	
	Região Norte	68	69	70	71	

Regionalização da Meta	Região Sudeste	290	294	298	303
	Região Sul	248	252	256	259

0356 - Fortalecer os cenários de prática e o exercício da preceptoría para graduação, pós-graduação e residências em saúde.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas ofertadas pelo MEC em curso de formação para preceptoría				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	25.000		50.000	75.000	100.000

0357 - Apoiar a formação em nível de mestrado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de titulados em mestrado por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	29,24	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	30,04		30,47	30,91	31,36
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	32,7	33,3	33,9	34,5
	Região Nordeste	23,2	23,9	24,5	25,1
	Região Norte	23,5	25	26,6	28,2
	Região Sudeste	30,2	30,1	30,1	30,1
	Região Sul	44,3	44,9	45,5	46,2

0358 - Apoiar a formação em nível de doutorado para a melhoria e fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de titulados em doutorado por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	11,32	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	12,38		12,95	13,56	14,21
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	10,8	11,5	12,2	12,9
	Região Nordeste	7,7	8,2	8,8	9,4
	Região Norte	5,7	6,3	7,1	8
	Região Sudeste	14,8	15,1	15,4	15,8
	Região Sul	18,9	20,1	21,3	22,7

0359 - Promover o fortalecimento da internacionalização da educação superior por meio do desenvolvimento de ações que promovam uma perspectiva global, intercultural e de cooperação e que contribuam com a melhoria da qualidade e da relevância do ensino, da pesquisa, da extensão e da inovação desenvolvidas pelas instituições de educação superior (IES).					
Indicador do Objetivo Específico	Número de IES apoiadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	69		153	226	313
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	8	18	23	27

Regionalização da Meta	Região Nordeste	20	40	50	58
	Região Norte	11	19	23	27
	Região Sudeste	19	54	102	168
	Região Sul	11	22	28	33

0360 - Promover a criação e o fortalecimento de ecossistemas de inovação nas Universidades, com vistas a impulsionar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e empreendedorismo.

Indicador do Objetivo Específico		Número de projetos apoiados			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		30	30	30	50
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	4	4	4	7
	Região Nordeste	10	10	10	17
	Região Norte	6	6	6	9
	Região Sudeste	7	7	7	11
	Região Sul	3	3	3	6

0361 - Aprimorar as atividades de regulação e supervisão das instituições e cursos da educação superior com vistas a promover a qualidade da educação superior

Indicador do Objetivo Específico		Número de normativos vigentes em 31/12/2022 reexaminados e revisados			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		15	45	75	81

0362 - Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a Educação Superior, buscando ampliar a representação da diversidade, o aprimoramento contínuo dos instrumentos e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de realização dos estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações da educação superior, conforme planejamento anual			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	100	100	100

PROGRAMA: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos

Objetivo Geral:

Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos.
- Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Sociedade, Estado, Municípios, Órgãos executores da política pública sobre drogas; Pessoas com demanda associada ao uso de álcool e outras drogas; e Mercado.

Órgão Responsável:

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	171.795	135.601	148.075	154.458
Despesas Correntes	137.142	90.853	99.214	103.492
Despesas de Capital	34.653	44.748	48.861	50.966
Valores Globais	171.795	135.601	148.075	154.458
	609.929			

Objetivos Específicos do Programa

0110 - Ampliar a resolutividade das ações de proteção e defesa do consumidor.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de resolutividade das demandas na plataforma consumidor.gov				
Linha de Base do Indicador	77	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	78	79	80	81	

0121 - Disseminar e Fomentar Estratégias de acesso a direitos e prevenção ao uso problemático de álcool e outras drogas com enfoque em grupos de pessoas e territórios vulnerabilizados

Indicador do Objetivo Específico	Territórios Atendidos				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	quantidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	50	100	163	200	

0127 - Aumentar a eficiência na destinação de bens procedentes da prática de crimes com perdimento para a União

Indicador do Objetivo Específico	Valor arrecadado a partir dos recursos recolhidos aos cofres públicos decorrentes de ações afetas à gestão de ativos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	milhão	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	200.000.000	225.000.000	250.000.000	300.000.000	

0238 - Promover um ambiente concorrencial saudável e justo						
Indicador do Objetivo Específico	Índice de eficiência das decisões					
Linha de Base do Indicador	96	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	95		96		97	98

0242 - Fortalecer o ambiente regulatório de proteção de dados pessoais no Brasil.						
Indicador do Objetivo Específico	Publicações dos Itens Previstos na Agenda Regulatória da ANPD					
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	Itens Publicados			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	2		4		6	8

0310 - Promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de Cooperação Jurídica Internacional						
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento dos pedidos ativos do ano diligenciados					
Linha de Base do Indicador	76	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	80		82		84	86

0318 - Ampliar o acesso a direitos para pessoas migrantes, refugiadas e apátridas						
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de migrantes, refugiados e apátridas atendidos					
Linha de Base do Indicador	87	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	88		89		90	91

0338 - Fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos potencialmente prejudiciais ao seu desenvolvimento psíquico (classificação indicativa)						
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de obras analisadas em relação ao número de processos completos inscritos					
Linha de Base do Indicador	100	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	100		100		100	100

0414 - Ampliar o atendimento das defensorias com foco nos grupos vulnerabilizados em especial mulheres, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais						
Indicador do Objetivo Específico	Polos de atendimento das defensorias implantados					
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	quantidade			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	20		40		60	80

0422 - Aprimorar ações para garantia de acesso a direitos de pessoas privadas de liberdade por meio de extensão universitária						
Indicador do Objetivo Específico	Estabelecimentos prisionais atendidos					
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	quantidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	6		12		18	24

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Objetivo Geral:

Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar o acesso ao esporte e às atividades físicas, com foco na formação, no desenvolvimento e na qualidade de vida.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Sociedade;
Estado;
Órgãos nacionais e internacionais;
Órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais;
Organizações da sociedade civil;
Usuários das rodovias federais;
Pessoas privadas de liberdade;
Pessoas egressas do sistema prisional;
Famíliares de pessoas privadas de liberdade;
Profissionais de Segurança Pública;
Servidores da PRF, PF e Servidores do Sistema Prisional.

Órgão Responsável:

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	3.194.660	3.557.017	3.701.311	3.806.307
Despesas Correntes	1.809.717	1.849.441	1.975.123	2.056.761
Despesas de Capital	1.384.943	1.707.576	1.726.188	1.749.546
Valores Globais	3.194.660	3.557.017	3.701.311	3.806.307
14.259.295				

Objetivos Específicos do Programa

0003 - Estruturar políticas penais que possibilitem a reintegração social de pessoas privadas de liberdade, de pessoas egressas do sistema penitenciário e daquelas em cumprimento de medidas alternativas ao encarceramento.					
Indicador do Objetivo Específico	Pessoas atendidas nas diferentes políticas penais: trabalho, educação, atenção à pessoa egressa do sistema prisional, alternativas penais e monitoração eletrônica				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	quantidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	626.428	658.628	786.183	868.850	

0117 - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes violentos, organizações criminosas, corrupção e lavagem de dinheiro, inclusive com atuação na faixa de fronteira					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de Solução de Inquéritos				
Linha de Base do Indicador	82,57	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	83	83,25	83,5	83,75	

0120 - Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal					
Indicador do Objetivo Específico	Redução do desmatamento ilegal na Amazônia Legal Brasileira (ALB)				
Linha de Base do Indicador	11.568	Unidade de Medida	km²		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	9.280		7.540	5.800	4.060

0123 - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com enfoque em crimes cibernéticos.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de Identificação de autoria de crimes cibernéticos				
Linha de Base do Indicador	50,75	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	51		51,25	51,5	51,75

0125 - Fortalecer a realização de investigações com foco na descapitalização de organizações criminosas					
Indicador do Objetivo Específico	Valores efetivamente apreendidos, bloqueados e/ou sequestrados, assim como aqueles a serem potencialmente bloqueados por expressa determinação judicial				
Linha de Base do Indicador	5.773,78	Unidade de Medida	milhão R\$		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5.918,12		12.132,16	18.781,17	26.028,6

0165 - Reduzir a violência no trânsito das rodovias federais					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de mortalidade em acidentes de trânsito nas rodovias federais				
Linha de Base do Indicador	0,5232	Unidade de Medida	número de acidentes com vítimas a cada 10.000 veículos		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,39		0,35	0,32	0,29

0170 - Promover a mobilidade nas rodovias federais					
Indicador do Objetivo Específico	Tempo de interdições em rodovias federais				
Linha de Base do Indicador	59,67	Unidade de Medida	hora		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	58,48		57,89	57,32	56,74

0173 - Intensificar o enfrentamento à criminalidade nas rodovias federais					
Indicador do Objetivo Específico	Flagrantes interceptados pela PRF				
Linha de Base do Indicador	60.595	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	66.806		70.146	73.653	77.336

0300 - Fortalecer a articulação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de órgãos e entidades que participam das atividades promovidas pelas redes de articulação para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro				
Linha de Base do Indicador	70	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		75	80	85

0401 - Aprimorar a governança e ampliar a integração das instituições de segurança pública.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, que aderiram aos sistemas nacionais de segurança pública				
Linha de Base do Indicador	6.490	Unidade de Medida	quantidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	6.685		6.885	7.091	7.303

0402 - Promover a segurança cidadã e a cultura de paz, com foco na prevenção da violência contra grupos de pessoas vulneráveis.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de percepção do risco de vitimização				
Linha de Base do Indicador	33	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	32		30,8	29,5	28

0421 - Fortalecer a valorização profissional e melhorar a qualidade de vida e as condições de saúde biopsicossocial dos profissionais de segurança pública.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de registro de suicídios de profissionais de segurança pública				
Linha de Base do Indicador	124	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	119		114	109	104

0445 - Fortalecer a atuação das instituições de segurança pública no enfrentamento a criminalidade.					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de mortes Violentas Intencionais - MVI				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21,95		21,73	21,52	21,3

PROGRAMA: 5117 - Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde

Objetivo Geral:

Ampliar o acesso da população aos medicamentos, insumos estratégicos e serviços farmacêuticos, qualificando a assistência farmacêutica, articulada à pesquisa, à inovação e à produção nacional, regulação, com qualidade e uso adequado no Sistema Único de Saúde, reduzindo as iniquidades.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

População em geral usuária do SUS;
Gestores e profissionais da saúde dos municípios, Estados e Distrito Federal;
Instituições de ensino, pesquisa e inovação, bem como laboratórios públicos oficiais.

Órgão Responsável:

Ministério da Saúde

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	27.885.441	29.106.842	30.568.978	32.887.871
Despesas Correntes	27.866.804	29.087.389	30.548.548	32.865.891
Despesas de Capital	18.637	19.453	20.430	21.980
Recursos Não-Orçamentários	19.107.918	20.254.951	21.362.192	22.660.646
Gastos Tributários	19.107.918	20.254.951	21.362.192	22.660.646
Valores Globais	46.993.359	49.361.793	51.931.170	55.548.517
	203.834.839			

Objetivos Específicos do Programa

0152 - Ampliar o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos do elenco do Programa Farmácia Popular do Brasil.

Indicador do Objetivo Específico	Número de usuários atendidos pelo Programa Farmácia Popular do Brasil				
Linha de Base do Indicador	16.996.582	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	22.000.000	23.000.000	24.000.000	25.000.000	

0153 - Proporcionar o acesso a medicamentos e insumos estratégicos de aquisição centralizada no âmbito dos componentes Básico, Estratégico e Especializado da Assistência Farmacêutica do SUS.

Indicador do Objetivo Específico	Número de fármacos e insumos estratégicos adquiridos no âmbito dos componentes básico, estratégico e especializado da Assistência Farmacêutica do SUS sob responsabilidade do Ministério da Saúde.				
Linha de Base do Indicador	207	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	207	207	207	207	

0480 - Ampliar o acesso aos serviços de cuidado farmacêutico no âmbito do SUS.

Indicador do Objetivo Específico	Número de serviços de cuidado farmacêutico realizados nos estabelecimentos de saúde ofertados aos usuários do SUS				
Linha de Base do Indicador	6.720.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	9.750.000	19.500.000	29.250.000	39.000.000	

	Região	2024	2025	2026	2027
Regionalização da Meta	Região Centro-Oeste	763.634	1.527.267	2.290.901	3.054.535
	Região Nordeste	2.635.794	5.271.589	7.907.383	10.543.178
	Região Norte	864.171	1.728.342	2.592.512	3.456.683
	Região Sudeste	4.096.806	8.193.611	12.290.417	16.387.222
	Região Sul	1.389.595	2.779.191	4.168.786	5.558.382

0481 - Fortalecer os serviços gerenciais e assistenciais nos estados e municípios habilitados no Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica como estratégia de qualificação do acesso aos medicamentos e atenção à saúde.

Indicador do Objetivo Específico		Número de estados, DF e municípios habilitados nos eixos do Programa de Qualificação Nacional da Assistência Farmacêutica no SUS					
Linha de Base do Indicador		3.508	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027	
			4.293	4.728	5.163	5.596	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	No Distrito Federal				1		
	No Estado da Bahia	405	413	416	418		
	No Estado da Paraíba	218	222	223	224		
	No Estado de Alagoas	101	102	103	103		
	No Estado de Goiás	158	188	219	247		
	No Estado de Mato Grosso	100	115	129	142		
	No Estado de Mato Grosso do Sul	57	66	73	80		
	No Estado de Minas Gerais	644	722	789	854		
	No Estado de Pernambuco	178	182	185	186		
	No Estado de Rondônia	49	51	53	53		
	No Estado de Roraima	14	14	16	16		
	No Estado de Santa Catarina	162	201	245	296		
	No Estado de São Paulo	361	444	535	646		
	No Estado de Sergipe	73	74	75	76		
	No Estado do Acre	23	23	23	23		
	No Estado do Amapá	15	16	17	17		
	No Estado do Amazonas	62	62	63	63		
	No Estado do Ceará	180	182	184	185		
	No Estado do Espírito Santo	53	61	69	79		
	No Estado do Maranhão	209	215	217	218		
	No Estado do Pará	139	143	144	145		
	No Estado do Paraná	245	294	349	400		
	No Estado do Piauí	220	223	225	225		
	No Estado do Rio de Janeiro	54	66	80	93		
	No Estado do Rio Grande do Sul	280	350	427	498		
	No Estado do Tocantins	130	134	137	140		

0482 - Promover o acesso, a inovação e a produção de medicamentos de qualidade por meio do reconhecimento do Brasil como autoridade referência para a Organização Mundial da Saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento dos requisitos relacionados à Anvisa para reconhecimento do Brasil como autoridade referência para a Organização Mundial da Saúde				
Linha de Base do Indicador	73	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	92	95	98	100	

PROGRAMA: 5118 - Atenção Especializada à Saúde

Objetivo Geral:

Ampliar a oferta e o acesso às ações e serviços da Atenção Especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Público alvo:

População em Geral

Órgão Responsável:

Ministério da Saúde

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	82.300.941	86.120.849	90.482.123	97.368.178
Despesas Correntes	76.645.241	79.937.437	84.091.720	90.980.377
Despesas de Capital	5.655.700	6.183.412	6.390.403	6.387.801
Recursos Não-Orçamentários	20.588.012	19.911.765	20.813.306	21.818.037
Crédito e Demais Fontes	1.604.000	0	0	0
Gastos Tributários	18.984.012	19.911.765	20.813.306	21.818.037
Valores Globais	102.888.953	106.032.614	111.295.429	119.186.215
	439.403.211			

Objetivos Específicos do Programa

0453 - Ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer alta complexidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de procedimentos especializados realizados (cirurgia, radioterapia e quimioterapia) para o tratamento do câncer			
Linha de Base do Indicador		4.225.078	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		4.559.703	4.753.741	4.971.708	5.220.614
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	262.522	275.822	289.930	304.902
	Região Nordeste	1.109.947	1.183.916	1.267.504	1.363.065
	Região Norte	206.571	239.447	282.331	339.639
	Região Sudeste	1.963.123	2.003.780	2.046.580	2.091.648
	Região Sul	1.017.540	1.050.776	1.085.363	1.121.360

0470 - Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.

Indicador do Objetivo Específico		Índice de redução das filas de espera por procedimentos eletivos de Atenção Especializada à Saúde			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		0,6	0,75	0,9	1,05
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Exterior	0,6	0,75	0,9	1,05
	Região Centro-Oeste	0,6	0,75	0,9	1,05

Regionalização da Meta	Região Nordeste	0,6	0,75	0,9	1,05
	Região Norte	0,6	0,75	0,9	1,05
	Região Sudeste	0,6	0,75	0,9	1,05

0473 - Ampliar a oferta de Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência, no âmbito da Atenção Especializada do SUS, com vista a redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de regiões de saúde com oferta de serviços de reabilitação financiados pelo Ministério da Saúde				
Linha de Base do Indicador	39	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	44	49	55	60	

0503 - Ampliar a oferta de Serviços de Saúde Mental, com melhoria do acesso e adequada cobertura regional.

Indicador do Objetivo Específico	Número de serviços de saúde mental financiados pelo MS				
Linha de Base do Indicador	5.986	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	6.388	6.876	7.361	7.852	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	327	377	427	475
	Região Nordeste	1.600	1.713	1.823	1.933
	Região Norte	340	396	452	509
	Região Sudeste	2.682	2.874	3.066	3.268
	Região Sul	1.439	1.516	1.593	1.667

0509 - Ampliar a oferta de sangue, componentes e hemoderivados para o tratamento de pacientes.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de pacientes com hemofilia grave ou moderadamente grave, com idade até 12 anos, em programa de profilaxia regular ou imunotolerância				
Linha de Base do Indicador	65	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	70	75	78	80	

PROGRAMA: 5119 - Atenção Primária à Saúde

Objetivo Geral:

Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

População em geral

Órgão Responsável:

Ministério da Saúde

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	42.211.400	44.060.287	46.273.586	49.783.794
Despesas Correntes	40.138.754	41.913.773	44.019.245	47.358.444
Despesas de Capital	2.072.646	2.146.514	2.254.341	2.425.350
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	157.132	461.988	173.448	89.991
Recursos Não-Orçamentários	39.156.298	41.001.003	42.795.976	44.775.575
Gastos Tributários	39.156.298	41.001.003	42.795.976	44.775.575
Valores Globais	81.524.830	85.523.278	89.243.010	94.649.360
	350.940.478			

Objetivos Específicos do Programa

0069 - Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional					
Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde				
Linha de Base do Indicador	64,56	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	70	77	84	91,02	

0070 - Expandir o acesso à atenção integral à saúde das populações em situação de rua, privadas de liberdade e outras populações vulnerabilizadas					
Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada de atenção integral à saúde das populações em situação de rua e privadas de liberdade				
Linha de Base do Indicador	40,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	53,09	65,4	77,7	90	

0150 - Expandir o acesso e a oferta aos serviços de saúde bucal					
Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada de saúde bucal				
Linha de Base do Indicador	47,5	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	60	70	80	90	

0378 - Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) estruturadas com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026
	7.616		14.642		21.661
				2027	27.772

PROGRAMA: 5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde**Objetivo Geral:**

Promover o desenvolvimento científico e tecnológico para produção, inovação e avaliação em saúde afim de atender a população de forma equitativa, sustentável, acessível, considerando a sociobiodiversidade territorial e contribuindo para a prosperidade econômica, social e redução da dependência de insumos para a saúde.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

População em geral;
Gestores públicos;
Instituições de ensino e pesquisa e pesquisadores vinculados;
Profissionais de saúde;
Usuários do SUS nas esferas de governo (federal, estadual, municipal e distrital).

Órgão Responsável:

Ministério da Saúde

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.079.600	4.073.242	4.228.138	4.528.592
Despesas Correntes	1.848.780	1.929.757	2.026.696	2.180.436
Despesas de Capital	2.230.820	2.143.485	2.201.442	2.348.156
Recursos Não-Orçamentários	25.595	27.132	28.615	30.355
Gastos Tributários	25.595	27.132	28.615	30.355
Valores Globais	4.105.195	4.100.374	4.256.753	4.558.947
	17.021.269			

Objetivos Específicos do Programa

0490 - Fomentar pesquisas prioritárias estratégicas em saúde, desenvolvidas em modelo colaborativo e/ou multicêntrico, com base em uma agenda prioritária nacional, orientando as aplicações de recursos a partir de critérios alinhados às necessidades de equidade, aplicabilidade e de sustentabilidade no Sistema Único de Saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de pesquisas prioritárias fomentadas				
Linha de Base do Indicador	87	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	88	89	90	90	

0491 - Ampliar a capacidade de sintetizar e disseminar evidências, e promover pesquisas avaliativas para apoio à tomada de decisão no Sistema Único de Saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Número de estudos secundários ofertados para apoiar à tomada de decisão no SUS				
Linha de Base do Indicador	150	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	40	80	120	150	

0493 - Promover o uso racional dos recursos do SUS, por meio do fortalecimento dos Núcleos de Economia da Saúde.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de entes federativos com Núcleo de Economia da Saúde implantado por região				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2	5	8	10	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	No Distrito Federal	1			1	
	No Estado da Bahia		1		1	
	No Estado de Mato Grosso do Sul			1	1	
	No Estado de Minas Gerais		1		1	
	No Estado de Pernambuco	1			1	
	No Estado de Roraima				1	
	No Estado do Amazonas			1	1	
	No Estado do Ceará				1	
	No Estado do Rio de Janeiro			1	1	
	No Estado do Rio Grande do Sul		1		1	

0494 - Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, a ampliação do acesso a saúde e fortalecer a soberania nacional						
Indicador do Objetivo Específico		Número de projetos e instrumentos voltados para o desenvolvimento, inovação e produção local formalizados				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		21	42	63	84	

0496 - Gerar conhecimento científico, produtos e serviços mediante o fortalecimento da pesquisa em saúde e ambiente.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de projetos de pesquisa em saúde e ambiente em desenvolvimento				
Linha de Base do Indicador		2.601	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.200	2.200	2.200	2.200	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	No Estado da Bahia	150	150	150	150	
	No Estado de Minas Gerais	300	300	300	300	
	No Estado de Pernambuco	100	100	100	100	
	No Estado do Amazonas	50	50	50	50	
	No Estado do Paraná	100	100	100	100	
	No Estado do Rio de Janeiro	1.500	1.500	1.500	1.500	

PROGRAMA: 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde

Objetivo Geral:

Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, e intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Ampliar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação para o fortalecimento do Sistema Nacional de CT&I, a cooperação Estado-institutos de pesquisa-empresas e a cooperação internacional para superação de desafios tecnológicos e ampliação da cap
- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover a cooperação internacional e o desenvolvimento regional integrado.
- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

População brasileira, inclusive as populações em situações de isolamento geográfico e vulnerabilidades sociais, estudantes, profissionais de ensino, trabalhadores e trabalhadoras do SUS, gestores do SUS e Conselheiros de Saúde.

Órgão Responsável:

Ministério da Saúde

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	16.310.203	17.021.121	17.879.184	19.232.853
Despesas Correntes	16.186.238	16.902.164	17.754.252	19.098.444
Despesas de Capital	123.965	118.957	124.932	134.409
Valores Globais	16.310.203	17.021.121	17.879.184	19.232.853
	70.443.361			

Objetivos Específicos do Programa

0364 - Ampliar o acesso a informações de saúde e serviços digitais aos gestores, profissionais e cidadãos					
Indicador do Objetivo Específico	Número de serviços digitais disponibilizados para o SUS				
Linha de Base do Indicador	30	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	40	50	60	70	

0367 - Ampliar a oferta de atendimentos realizados por meio da tele saúde no âmbito do SUS em território nacional					
Indicador do Objetivo Específico	Número de atendimentos de tele saúde realizados				
Linha de Base do Indicador	1.460.725	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1.900.000	4.200.000	6.900.000	10.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	1.000	3.000	6.000	11.000
	No Estado da Bahia	230.100	530.100	885.000	1.290.000
	No Estado da Paraíba	100	1.100	3.000	6.000
	No Estado de Alagoas	100	1.100	5.000	8.000
	No Estado de Goiás	148.000	328.000	558.000	838.000

Regionalização da Meta	No Estado de Mato Grosso	98.000	223.000	388.000	583.000
	No Estado de Mato Grosso do Sul	33.000	76.000	128.000	198.000
	No Estado de Minas Gerais	737.000	1.584.000	2.478.000	3.469.000
	No Estado de Pernambuco	17.000	37.000	50.000	75.000
	No Estado de Rondônia	100	1.100	3.100	6.100
	No Estado de Roraima	12.000	28.000	55.000	79.000
	No Estado de Santa Catarina	449.000	997.000	1.637.000	2.317.000
	No Estado de São Paulo	1.000	2.000	4.000	7.000
	No Estado de Sergipe	100	1.100	5.000	8.000
	No Estado do Acre	42.000	92.000	162.000	252.000
	No Estado do Amapá	100	1.100	3.100	6.100
	No Estado do Amazonas	25.400	55.400	100.400	174.400
	No Estado do Ceará	90.000	203.000	350.000	535.000
	No Estado do Espírito Santo	1.000	2.000	4.000	7.000
	No Estado do Maranhão	100	1.100	3.000	6.000
	No Estado do Pará	300	1.300	3.300	6.300
	No Estado do Paraná	500	1.500	6.500	16.500
	No Estado do Piauí	12.000	24.000	44.000	64.000
	No Estado do Rio de Janeiro	1.000	2.000	4.000	7.000
	No Estado do Rio Grande do Norte	500	1.500	5.000	8.000
	No Estado do Rio Grande do Sul	500	1.500	6.500	16.500
	No Estado do Tocantins	100	1.100	3.100	6.100

0385 - Fortalecer a Gestão da Educação na Saúde no SUS a partir da integração ensino-serviço-comunidade, da educação permanente em saúde e das residências em saúde e os usuários					
Indicador do Objetivo Específico	Número de trabalhadores, gestores, estudantes e usuários qualificados				
Linha de Base do Indicador	2.754.799	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	64.000		176.000	238.000	302.000

0386 - Ampliar as ações para o fortalecimento da gestão do trabalho na saúde					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de ações desenvolvidas por UF				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	8,64		44,82	61,29	99,9
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado da Bahia	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado da Paraíba	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Alagoas	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Goiás	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Mato Grosso	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Mato Grosso do Sul	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Minas Gerais	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Pernambuco	0,32	1,66	2,27	3,7

Regionalização da Meta	No Estado de Rondônia	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Roraima	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Santa Catarina	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de São Paulo	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado de Sergipe	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Acre	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Amapá	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Amazonas	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Ceará	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Espírito Santo	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Maranhão	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Pará	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Paraná	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Piauí	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Rio de Janeiro	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Rio Grande do Norte	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Rio Grande do Sul	0,32	1,66	2,27	3,7
	No Estado do Tocantins	0,32	1,66	2,27	3,7

0388 - Implantar o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento às iniquidades em saúde					
Indicador do Objetivo Específico	Número de estratégias e dispositivos implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	28		28	42	42

0426 - Aumentar a resolutividade da Ouvidoria-Geral do SUS com ênfase no fortalecimento da participação popular e transparência pública					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de manifestações respondidas ao cidadão em até 30 dias do recebimento				
Linha de Base do Indicador	47,69	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		65	66	70

0474 - Fortalecer o planejamento, o monitoramento, a avaliação e a intersectorialidade, reafirmando o controle social como instância fiscalizadora e deliberativa no SUS					
Indicador do Objetivo Específico	Número de entes federados com Relatório de Gestão encaminhados para apreciação no Conselho de Saúde				
Linha de Base do Indicador	3.706	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4.476		4.756	5.176	5.595
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	1	1	1	1
	No Estado da Bahia	258	281	358	418
	No Estado da Paraíba	208	220	224	224
	No Estado de Alagoas	75	82	96	103
	No Estado de Goiás	217	234	241	247
	No Estado de Mato Grosso	116	127	138	142

Regionalização da Meta	No Estado de Mato Grosso do Sul	62	69	75	80
	No Estado de Minas Gerais	690	735	780	854
	No Estado de Pernambuco	162	174	183	185
	No Estado de Rondônia	30	36	42	53
	No Estado de Roraima	16	16	16	16
	No Estado de Santa Catarina	259	277	286	296
	No Estado de São Paulo	528	561	605	646
	No Estado de Sergipe	56	62	70	76
	No Estado do Acre	7	11	17	23
	No Estado do Amapá	10	12	15	17
	No Estado do Amazonas	49	54	60	63
	No Estado do Ceará	95	102	134	185
	No Estado do Espírito Santo	79	79	79	79
	No Estado do Maranhão	131	143	170	218
	No Estado do Pará	73	82	126	145
	No Estado do Paraná	385	400	400	400
	No Estado do Piauí	145	156	186	225
	No Estado do Rio de Janeiro	78	83	89	93
	No Estado do Rio Grande do Norte	113	121	147	168
	No Estado do Rio Grande do Sul	498	498	498	498
	No Estado do Tocantins	135	140	140	140

0475 - Implementar ofertas formativas em rede e EAD como contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais em saúde					
Indicador do Objetivo Específico	Número de alunos concluintes nas ações formativas para redução das desigualdades regionais e sociais em saúde				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11.630		15.562	19.680	23.000

PROGRAMA: 5122 - Saúde Indígena

Objetivo Geral:

Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais

Objetivos Estratégicos:

- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.

Público alvo:

População indígena.

Órgão Responsável:

Ministério da Saúde

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.638.800	2.754.381	2.892.742	3.112.179
Despesas Correntes	2.468.800	2.576.935	2.706.383	2.911.683
Despesas de Capital	170.000	177.446	186.359	200.496
Valores Globais	2.638.800	2.754.381	2.892.742	3.112.179
	11.398.102			

Objetivos Específicos do Programa

0186 - Reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis				
Linha de Base do Indicador		19,01	Unidade de Medida	taxa	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		17,58	16,15	14,25	13,03	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	7,52	6,91	6,3	5,69	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	14,02	12,88	11,74	10,61	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	22,12	20,33	18,53	16,74	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	21,17	19,46	17,74	16,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	53,62	49,28	44,93	40,58	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	13,03	11,98	10,92	9,86	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	22,09	20,3	18,51	16,72	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	21,85	20,08	18,31	16,54	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	3,34	3,34	3,34	3,34	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	2,3	2,3	2,3	2,3	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	19,01	17,47	15,92	14,38	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	13,07	12,59	11,48	10,37	

Regionalização da Meta	Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	15,33	14,09	12,85	11,06
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	17,34	15,94	14,53	13,13
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	13,6	12,5	11,04	10,29
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	11,27	10,36	9,45	8,53
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	5,02	5,02	5,02	5,02
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	1,55	1,55	1,55	1,55
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	5,5	5,05	5,05	5,05
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	9,4	8,64	7,88	7,11
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	9,84	9,04	8,24	7,45
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	31,36	28,81	26,27	23,73
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	22,51	20,69	18,86	17,04
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	3,72	3,72	3,72	3,72
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	5,16	5,16	5,16	5,16
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	15,11	13,89	12,66	11,44
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	5,11	5,11	5,11	5,11
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	19,76	18,16	16,56	14,96
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	10,11	9,29	8,47	7,65
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	47,19	43,37	39,54	35,71
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	9,89	9,09	8,29	7,49
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	44	40,43	36,87	33,3
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	10,55	9,7	8,84	7,98
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	65,47	60,16	54,85	49,54

0249 - Garantir o acesso à água para consumo humano em aldeias indígenas.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de aldeias beneficiadas com obras de infraestrutura de abastecimento de água potável				
Linha de Base do Indicador	96	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		130	205	286

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral:

Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Público alvo:

População Geral

Órgão Responsável:

Ministério da Saúde

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.440.909	14.031.442	14.738.976	15.857.628
Despesas Correntes	13.265.696	13.846.787	14.544.928	15.648.834
Despesas de Capital	175.213	184.655	194.048	208.794
Valores Globais	13.440.909	14.031.442	14.738.976	15.857.628
	58.068.955			

Objetivos Específicos do Programa

0028 - Reduzir o número de casos autóctones de malária na região amazônica.

Indicador do Objetivo Específico		Número absoluto de casos autóctones de malária na região amazônica			
Linha de Base do Indicador		129.000	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		93.600	76.200	58.700	41.200
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Acre	4.474	3.639	2.805	1.969
	Amapá	2.042	1.661	1.280	898
	Amazonas	40.568	32.998	25.427	17.859
	Maranhão	58	48	37	26
	Mato Grosso	1.180	959	740	519
	Pará	17.308	14.079	10.849	7.620
	Rondônia	9.121	7.420	5.717	4.016
	Roraima	18.784	15.278	11.773	8.268
	Tocantins	0	0	0	0

0067 - Disponibilizar informações precisas e oportunas de estatísticas vitais e de morbidade da população por meio dos sistemas de informação de vigilância em saúde.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios utilizando as declarações eletrônicas de nascido vivo ou de óbito			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		5	25	50	75

0472 - Ampliar a capacidade de diagnóstico dos laboratórios pertencentes a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP)						
Indicador do Objetivo Específico		Número de exames realizados pela RNLSP				
Linha de Base do Indicador		7.415.224	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		11.122.837	16.684.255	25.026.382	37.539.574	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	726.640	1.089.959	1.634.939	2.452.409	
	Região Nordeste	4.102.195	6.153.292	9.229.938	13.844.907	
	Região Norte	1.376.490	2.064.735	3.097.102	4.645.653	
	Região Sudeste	3.221.520	4.832.280	7.248.420	10.872.630	
	Região Sul	1.695.993	2.543.989	3.815.984	5.723.975	

0483 - Reduzir a taxa de incidência de arboviroses (dengue, chikungunya, Zika e febre amarela) no Brasil						
Indicador do Objetivo Específico		Taxa de incidência média de arboviroses nos últimos 5 anos				
Linha de Base do Indicador		622,4	Unidade de Medida	1/100.000 habitantes	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		606,8	591,3	575,7	560	

0484 - Reduzir a incidência de HIV/aids, TB, Hepatites Virais, sífilis e outras IST, doenças de determinação social, por meio do incentivo a medidas de prevenção e tratamento adequado						
Indicador do Objetivo Específico		Índice composto de HIV/aids, TB, HCV, HBV e sífilis congênita				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	índice numérico	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		1	2	3	4	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1	2	3	4	
	Região Nordeste	1	2	3	4	
	Região Norte	1	2	3	4	
	Região Sudeste	1	2	3	4	
	Região Sul	1	2	3	4	

0485 - Ampliar as coberturas vacinais da população, em especial do calendário infantil						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com cobertura adequada (95%) das vacinas: penta(DTP/HepB/Hib) - PENTA; polio injetável - VIP; e pneumo 10 - VPC10, sarampo, caxumba, rubéola - SCR, em crianças de até 1 ano d				
Linha de Base do Indicador		29	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		35	40	45	50	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	35	40	45	50	
	Região Nordeste	35	40	45	50	
	Região Norte	35	40	45	50	
	Região Sudeste	35	40	45	50	
	Região Sul	35	40	45	50	

0486 - Fornecer imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde, conforme demandas estimada.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de imunobiológicos distribuídos aos estados de acordo com a demanda estimada				
Linha de Base do Indicador	93,6	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

0487 - Ampliar a vigilância de ambientes e populações expostas a agrotóxicos no âmbito da vigilância da saúde ambiental e saúde do trabalhador					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios prioritários com Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) implantada				
Linha de Base do Indicador	27	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	40		60	80	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	40	60	80	100
	Região Nordeste	40	60	80	100
	Região Norte	40	60	80	100
	Região Sudeste	40	60	80	100
	Região Sul	40	60	80	100

0488 - Ampliar as redes de preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública por regiões e macrorregiões.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de regiões de saúde com a presença de serviços de CIEVS, RENAVEH, VIGIDESASTRES e profissionais capacitados no EPISUS Fundamental				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50		60	70	80

0489 - Produzir conhecimento sobre determinantes ambientais da saúde (mudanças do clima, poluição e biodiversidade) por meio do Centro de Síntese, para fortalecimento da inovação do SUS e melhoria da qualidade de vida da população brasileira.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de execução das ações de produção de conhecimento planejadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		40	70	100

PROGRAMA: 5125 - Direito à Cultura

Objetivo Geral:

Consolidar a cultura como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social e sustentável, por meio do acesso, produção e fruição da cultura, o desenvolvimento técnico, a garantia dos direitos autorais, do direito à arte, à cultura, à memória e às tradições; o fomento, o fortalecimento das cadeias produtivas e criativas; a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural, com respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.

Público alvo:

Artistas e grupos artísticos; povos e comunidades indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades tradicionais de matriz africana; povos e comunidades ciganos; população rural; comunidades e descendentes de imigrantes; refugiados; mestres, praticantes, brincantes e grupos culturais populares, urbanos e rurais; estudantes de instituições públicas de ensino (escolas, universidades, institutos etc); mulheres; pessoas com deficiência e(ou) mobilidade reduzida; pessoas em privação de liberdade; pessoas em situação de rua; pessoas em situação de sofrimento psíquico; pessoas ou grupos vítimas de violência; população LGBTQIAPN+; população sem teto; população atingida por barragens; grupos assentados de reforma agrária; população de regiões fronteiriças; entre outros.

Órgão Responsável:

Ministério da Cultura

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.634.960	1.847.269	1.836.439	1.625.420
Despesas Correntes	395.818	540.274	586.830	608.031
Despesas de Capital	1.239.142	1.306.995	1.249.609	1.017.389
Recursos Não-Orçamentários	4.501.181	4.665.532	4.916.339	5.208.602
Crédito e Demais Fontes	31.581	33.160	34.819	36.559
Gastos Tributários	4.469.600	4.632.372	4.881.520	5.172.043
Valores Globais	6.136.141	6.512.801	6.752.778	6.834.022
	26.235.742			

Objetivos Específicos do Programa

0177 - Ampliar a prática leitora e o repertório criativo da população

Indicador do Objetivo Específico		Projetos apoiados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		550	550	550	550	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	45	45	45	45	
	Região Nordeste	147	147	147	147	
	Região Norte	47	47	47	47	
	Região Sudeste	230	230	230	230	
	Região Sul	81	81	81	81	

0508 - Fortalecer os meios de produção, fruição e consumo das cadeias e redes produtivas da economia criativa								
Indicador do Objetivo Específico		Projetos Apoiados						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			3.040	3.040	3.040	3.040		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	246	246	246	246			
	Região Nordeste	818	818	818	818			
	Região Norte	258	258	258	258			
	Região Sudeste	1.271	1.271	1.271	1.271			
	Região Sul	447	447	447	447			

0511 - Preservar e difundir a diversidade de memórias e patrimônios culturais brasileiros								
Indicador do Objetivo Específico		Número de visitantes a museus e ao patrimônio acautelado						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			600.000	600.000	600.000	600.000		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	48.600	48.600	48.600	48.600			
	Região Nordeste	161.400	161.400	161.400	161.400			
	Região Norte	51.000	51.000	51.000	51.000			
	Região Sudeste	250.800	250.800	250.800	250.800			
	Região Sul	88.200	88.200	88.200	88.200			

0512 - Promover e preservar a diversidade cultural, as expressões e os saberes artísticos e culturais, a democratização de bens e serviços culturais, com acessibilidade e atenção a recortes por territórios.								
Indicador do Objetivo Específico		Projetos Apoiados						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			6.881	6.881	6.881	6.881		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	557	557	557	557			
	Região Nordeste	1.851	1.851	1.851	1.851			
	Região Norte	585	585	585	585			
	Região Sudeste	2.876	2.876	2.876	2.876			
	Região Sul	1.012	1.012	1.012	1.012			

0521 - Fomentar a formação, a fruição, a produção artística e cultural, a pesquisa, a memória e a inovação nos ambientes educacionais e culturais formais e informais, com atenção às premissas de descentralização, territorialização e diversidade de gênero e raça.							
Indicador do Objetivo Específico	Projetos Apoiados						
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	478		478		478		478

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	39	39	39	39
	Região Nordeste	129	129	129	129
	Região Norte	40	40	40	40
	Região Sudeste	200	200	200	200
	Região Sul	70	70	70	70

PROGRAMA: 5126 - Esporte para a Vida

Objetivo Geral:

Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos Estratégicos:

Público alvo:

Crianças, jovens, pessoas adultas, pessoas idosas (com iniciativas para diminuir desigualdades de gênero, etnia, raça, deficiência)

Órgão Responsável:

Ministério do Esporte

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	283.395	293.691	305.438	317.656
Despesas Correntes	212.750	220.220	229.029	238.190
Despesas de Capital	70.645	73.471	76.409	79.466
Recursos Não-Orçamentários	3.926.997	4.143.897	4.353.822	4.595.324
Gastos Tributários	3.926.997	4.143.897	4.353.822	4.595.324
Valores Globais	4.210.392	4.437.588	4.659.260	4.912.980
	18.220.220			

Objetivos Específicos do Programa

0404 - Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva						
Indicador do Objetivo Específico		Número de obras de infraestrutura esportiva viabilizadas				
Linha de Base do Indicador		17.622	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		570	1.097	1.624	2.151	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	42	78	114	150	
	Região Nordeste	156	298	440	582	
	Região Norte	55	99	143	187	
	Região Sudeste	166	325	484	643	
	Região Sul	151	297	443	589	

0410 - Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, e incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais						
Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de pessoas beneficiadas nos programas sociais do MESP voltados para atividades/ações esportivas de lazer das parcerias				
Linha de Base do Indicador		527.500	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		553.875	581.568	610.647	673.238	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	83.081	87.235	91.597	100.986	
	Região Nordeste	110.775	116.314	122.129	134.648	

Regionalização da Meta	Região Norte	110.775	116.314	122.129	134.648
	Região Sudeste	166.163	17.447	183.194	20.197
	Região Sul	83.081	87.235	91.597	100.986

0431 - Ampliar o acesso e a profissionalização do futebol feminino					
Indicador do Objetivo Específico		Número de mulheres iniciadas ou profissionalizadas pelo futebol feminino			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		60.000	60.000	60.000	60.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	12.000	12.000	12.000	12.000
	Região Nordeste	12.000	12.000	12.000	12.000
	Região Norte	12.000	12.000	12.000	12.000
	Região Sudeste	12.000	12.000	12.000	12.000
	Região Sul	12.000	12.000	12.000	12.000
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	60.000	60.000	60.000	60.000

0434 - Fomentar a prática de futebol masculino e feminino em todas as regiões do Brasil					
Indicador do Objetivo Específico		Número de praticantes de futebol nos núcleos de prática			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		45.000	45.000	45.000	45.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	9.000	9.000	9.000	9.000
	Região Nordeste	9.000	9.000	9.000	9.000
	Região Norte	9.000	9.000	9.000	9.000
	Região Sudeste	9.000	9.000	9.000	9.000
	Região Sul	9.000	9.000	9.000	9.000
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Homens	22.500	22.500	22.500	22.500
	Mulheres	22.500	22.500	22.500	22.500

0437 - Combater a dopagem no esporte					
Indicador do Objetivo Específico		Número de pessoas atendidas nos testes antidopagem e nas ações educacionais para conscientização da integridade no esporte			
Linha de Base do Indicador		18.000	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		21.450	22.600	23.750	25.000

0447 - Combater o abuso, o racismo e demais formas de preconceito e violência, e manipulação de resultados ou outra forma de corrupção ou violação de direitos, fortalecendo a integridade no ambiente esportivo					
Indicador do Objetivo Específico		Número de ações visando a integridade e proteção do ambiente esportivo			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		12	20	32	48

0455 - Ampliar e fortalecer programas paradesportivos e políticas de inclusão em atividades físicas desportivas e de lazer da pessoa com deficiência						
Indicador do Objetivo Específico		Número de Programas e Políticas de apoio à inclusão da pessoa com deficiência em atividades físicas, desportivas e de lazer				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		40	40	40	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	8	8	8	10	
	Região Nordeste	10	10	10	15	
	Região Norte	10	10	10	15	
	Região Sudeste	4	4	4	10	
	Região Sul	8	8	8	10	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Pessoa com Deficiência	4.000	4.000	4.000	8.000	

0459 - Promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, para projetar o país como uma potência esportiva mundial						
Indicador do Objetivo Específico		Número de atletas beneficiados pelos programas finalísticos, na dimensão da excelência esportiva				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		14.472	15.679	17.007	18.467	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.157	1.411	1.701	2.031	
	Região Nordeste	1.736	2.038	2.381	2.770	
	Região Norte	437	627	850	1.108	
	Região Sudeste	7.959	8.310	8.674	8.788	
	Região Sul	3.183	3.293	3.401	3.770	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Homens	7.236	7.839	8.505	9.102	
	Mulheres	7.236	7.839	8.505	9.102	

PROGRAMA: 5127 - Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único

Objetivo Geral:

Inclusão Socioeconômica para o público do Cadastro Único, com idade de 16 a 65 anos, com atuação nos eixos da intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.

Público alvo:

Pessoas inscritas no cadastro único com idade de 16 a 65 anos, que estejam procurando qualificação, emprego ou empreender.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	6.844	7.173	7.832	8.169
Despesas Correntes	5.984	6.272	6.848	7.143
Despesas de Capital	860	901	984	1.026
Recursos Não-Orçamentários	57.527	58.053	58.606	59.186
Crédito e Demais Fontes	57.527	58.053	58.606	59.186
Valores Globais	64.371	65.226	66.438	67.355
	263.390			

Objetivos Específicos do Programa

0381 - Promover a empregabilidade de pessoas inscritas no Cadastro Único com idade de 16 a 65 anos					
Indicador do Objetivo Específico	Número de pessoas da população entre 16 a 65 anos inscritas no Cadastro Único matriculadas em cursos de qualificação ou encaminhadas para vagas de emprego				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Pessoas Atendidas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	10.000	10.000	10.000	10.000	

0392 - Fomentar o Empreendedorismo de pessoas inscritas no Cadastro Único com idade de 16 a 65 anos					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de pessoas, entre 16 a 65 anos inscritas no Cadastro Único, encaminhadas para cursos de formação empreendedora ou que realizarem operações de microcrédito				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	201.500	301.500	401.500	601.500	

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral:

Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Estratégicos:

- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades.

Público alvo:

Famílias em situação de pobreza de todo o território brasileiro.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	169.513.514	171.802.641	171.806.105	171.807.877
Despesas Correntes	169.513.514	171.802.641	171.806.105	171.807.877
Valores Globais	169.513.514	171.802.641	171.806.105	171.807.877
	684.930.137			

Objetivos Específicos do Programa

0244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento das famílias com perfil do PBF (razão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e a estimativa de famílias com perfil de permanência do PBF, calculada com base na PNADC)				
Linha de Base do Indicador	102,2	Unidade de Medida	percentagem %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	100	100	100	100	

0257 - Contribuir para ampliar o acesso à educação e permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento educacional de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	70,01	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	70	72,5	75	80	

0261 - Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento de saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	78,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	72,5	75	77,5	80	

0296 - Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF)					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que recebem recursos do IGDM-PBF				
Linha de Base do Indicador	93,41	Unidade de Medida			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	94		95	95,5	96

PROGRAMA: 5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais

Objetivo Geral:

Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos Estratégicos:

- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Público alvo:

População de baixa renda, caracterizada por famílias que possuem renda mensal de até meio salário-mínimo per capita, para inclusão e atualização no Cadastro Único, e, no que diz respeito à avaliação e gestão da informação relacionados às políticas sociais, a sociedade em geral, destacando-se, pesquisadores, instituições de pesquisa, órgãos de controle, cidadãos interessados.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	112.310	117.701	128.521	134.057
Despesas Correntes	112.310	117.701	128.521	134.057
Valores Globais	112.310	117.701	128.521	134.057
	492.589			

Objetivos Específicos do Programa

0002 - Prover às políticas públicas dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias de baixa renda no Cadastro Único com informações atualizadas (Taxa de Atualização Cadastral)				
Linha de Base do Indicador	83	Unidade de Medida	percentagem		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	84	84,5	85	86	

0231 - Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, dentre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e seus impactos sobre a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico	Proporção de programas do MDS que estão no Planejamento Estratégico com documentação na Wiki-ID				
Linha de Base do Indicador	42	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	60	70	80	90	

PROGRAMA: 5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo Geral:

Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

Objetivos Estratégicos:

- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Público alvo:

Famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	103.059.903	113.857.384	122.321.123	134.472.191
Despesas Correntes	103.059.828	113.857.306	122.321.038	134.472.102
Despesas de Capital	75	78	85	89
Recursos Não-Orçamentários	11.719.535	12.373.184	13.005.563	13.734.792
Gastos Tributários	11.719.535	12.373.184	13.005.563	13.734.792
Valores Globais	114.779.438	126.230.568	135.326.686	148.206.983
	524.543.675			

Objetivos Específicos do Programa

0253 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Básica ofertados às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de famílias com renda de até ½ salário-mínimo inscritas no Cadastro Único, cobertas por unidades CRAS				
Linha de Base do Indicador		68,2	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		69	70	71	72	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	75,5	76	76,5	77	
	Região Nordeste	64	65	66	67	
	Região Norte	55	56	57	58	
	Região Sudeste	71,5	72	72,5	73	
	Região Sul	94,2	94,3	94,4	94,5	

0276 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Especial ofertados às famílias e pessoas em situações de risco social, violência e violação de direitos

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com presença de serviços e unidades de Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidades				
Linha de Base do Indicador		65,51	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		68	70	72	75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	67	69	71	75	
	Região Nordeste	64	68	71	76	

Regionalização da Meta	Região Norte	74	78	82	88
	Região Sudeste	73	74	75	76
	Região Sul	65	66	67	68

0309 - Promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, em relação ao quantitativo de municípios elegíveis ao Programa				
Linha de Base do Indicador		68	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		70	72	73	75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	61	63	66	68	
	Região Nordeste	95	95	96	96	
	Região Norte	92	92	93	93	
	Região Sudeste	51	54	57	60	
	Região Sul	28	32	36	40	

0322 - Aprimorar a gestão do BPC para reduzir o tempo de concessão dos benefícios, agilizando o acesso dos requerentes						
Indicador do Objetivo Específico		Tempo Médio de Concessão (TMC) para o BPC (PcD e Idoso)				
Linha de Base do Indicador		164	Unidade de Medida	dias	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133	101	70	70	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	158	114	70	70	
	Região Nordeste	153	111	70	70	
	Região Norte	131	100	70	70	
	Região Sudeste	113	91	70	70	
	Região Sul	113	91	70	70	

0341 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com preenchimento dos sistemas de registro e monitoramento dos requisitos do Art. 30 da LOAS (Conselho, Fundo e Plano de Assistência Social)				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50	75	85	95	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	75	85	95	
	Região Nordeste	52	78	89	97	
	Região Norte	51	75	86	95	
	Região Sudeste	48	73	83	93	
	Região Sul	48	73	83	93	

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral:

Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a segurança hídrica para garantir os usos múltiplos da água, priorizando a eficiência e o uso racional.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.

Público alvo:

População brasileira, priorizando grupos populacionais vulnerabilizados e em situação de insegurança alimentar grave, tais como povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, pessoas em situação de rua, pessoas em situação de insegurança hídrica, entre outras.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	4.806.909	5.036.941	5.492.588	5.735.272
Despesas Correntes	4.430.906	5.002.777	5.455.283	5.696.360
Despesas de Capital	376.003	34.164	37.305	38.912
Recursos Não-Orçamentários	39.183.289	41.535.432	43.805.974	46.468.625
Gastos Tributários	39.183.289	41.535.432	43.805.974	46.468.625
Valores Globais	43.990.198	46.572.373	49.298.562	52.203.897
	192.065.030			

Objetivos Específicos do Programa

0368 - Atuar em prol da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA em âmbito internacional com participação social					
Indicador do Objetivo Específico	Acordos assinados (bilaterais ou regionais), apresentação ou co-patrocínio de planos de ação, resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos em foros multilaterais e projetos				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1	1	1	1	

0370 - Ampliar o acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias rurais do Cadastro Único sem acesso à água				
Linha de Base do Indicador	993.000	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	945.000	890.000	832.000	774.000	

0372 - Apoiar a inclusão produtiva de famílias rurais do Cadastro Único por meio do desenvolvimento de um projeto produtivo com assistência técnica e a transferência de um recurso não reembolsável.						
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias rurais do Cadastro Único atendidas com ações de inclusão produtiva, em especial o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais					
Linha de Base do Indicador	5,2	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	5,47		6		6,7	7,5

0374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional						
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de agricultores (as) familiares dos grupos prioritários contemplados no PAA					
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	55		60		65	70

0376 - Fomentar o Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis						
Indicador do Objetivo Específico	Consumo de alimentos saudáveis					
Linha de Base do Indicador	34,2	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	35		35,8		36,6	37,4

0394 - Consolidar o SISAN assegurando a coordenação intersetorial e federativa das políticas de combate à fome e promoção de Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a participação e o controle social e implementando um sistema de vigilância do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)						
Indicador do Objetivo Específico	Número de Pactos de Gestão firmados					
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	10		9		8	8

PROGRAMA: 5134 - Cuidado e Acolhimento de Usuários e Dependentes de Álcool e Outras Drogas**Objetivo Geral:**

Estabelecer políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere ao apoio e acolhimento de pessoas com problemas com álcool e outras drogas e seus familiares

Objetivos Estratégicos:

- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Pessoas em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social, violência e violação de direitos, em especial os usuários de álcool e outras drogas e seus familiares. Profissionais que atuam na área de dependência química.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	167.085	178.250	194.637	203.020
Despesas Correntes	167.085	178.250	194.637	203.020
Valores Globais	167.085	178.250	194.637	203.020
	742.992			

Objetivos Específicos do Programa**0542 - Fomentar o apoio e o acolhimento aos usuários e/ou dependentes químicos em Entidades Atuantes em Álcool e Outras Drogas**

Indicador do Objetivo Específico	Número de Pessoas beneficiadas em Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Outras Drogas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	30.000	33.000	36.300	39.930	

PROGRAMA: 5135 - Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver

Objetivo Geral:

Assegurar o exercício de direitos pelos jovens mediante implementação e execução da política nacional da juventude e a ampliação de acesso a serviços e equipamentos públicos, valorizando os jovens como sujeitos de direito, em especial os segmentos mais vulnerabilizados da população.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos.
- Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Jovens de 15 a 29 anos que vivem no Brasil, conforme a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2023 (Estatuto da Juventude).

Órgão Responsável:

Presidência da República

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	9.000	9.416	10.281	10.724
Despesas Correntes	8.000	8.370	9.139	9.533
Despesas de Capital	1.000	1.046	1.142	1.191
Valores Globais	9.000	9.416	10.281	10.724
	39.421			

Objetivos Específicos do Programa

0071 - Institucionalizar, fortalecer e publicizar as políticas públicas para juventude em nível nacional e internacional e em articulação com estados e municípios, e ampliar canais de diálogo, representação e participação social da juventude

Indicador do Objetivo Específico	Unidades da Federação com adesão formalizada ao Sistema Nacional de Juventude				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		3	12	27	27

0076 - Promover a emancipação, qualificação, autonomia, cultura de paz e cultura democrática entre os jovens

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de unidades da federação cobertos com a instalação de equipamentos de referência da juventude apoiados pelo governo federal				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		10	30	60	100

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral:

Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.
- Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas suas formas de expressão.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

- Agricultores e agricultoras familiares que buscam acesso à terra e a políticas de inclusão produtiva;
- Detentores de imóveis a qualquer título demandantes de acesso à terra;
- Mulheres e Jovens rurais;
- Comunidades Quilombolas, Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	172.814	203.038	221.703	260.517
Despesas Correntes	74.996	83.087	90.725	106.608
Despesas de Capital	97.818	119.951	130.978	153.909
Recursos Não-Orçamentários	510.827	426.751	408.073	417.635
Crédito e Demais Fontes	450.746	364.776	344.254	351.824
Gastos Tributários	60.081	61.975	63.819	65.811
Valores Globais	683.641	629.789	629.776	678.152
	2.621.358			

Objetivos Específicos do Programa

0342 - Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural						
Indicador do Objetivo Específico		Número de novas famílias assentadas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		20.000	50.000	60.000	70.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.055	7.428	8.985	10.483	
	Região Nordeste	5.360	13.411	16.261	18.971	
	Região Norte	10.102	25.163	30.440	35.513	
	Região Sudeste	878	2.136	2.584	3.015	
	Região Sul	605	1.832	1.730	2.018	

0343 - Estruturar assentamentos, promovendo a qualificação da produção e a melhoria da qualidade de vida das famílias						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias atendidas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		51.000	51.000	51.000	51.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	10.050	10.050	10.050	10.350	
	Região Nordeste	10.350	10.350	10.350	10.350	
	Região Norte	10.350	10.350	10.350	10.350	
	Região Sudeste	10.150	10.150	10.150	10.350	
	Região Sul	10.100	10.100	10.100	10.100	

0344 - Promover acesso a territórios e sistemas produtivos para Quilombolas						
Indicador do Objetivo Específico		Área titulada para comunidades quilombolas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		12.000	16.000	30.000	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.000	1.000	2.000	2.000	
	Região Nordeste	8.000	10.000	15.000	20.000	
	Região Norte	1.000	3.000	5.000	10.000	
	Região Sudeste	1.000	1.000	3.000	2.000	
	Região Sul	1.000	1.000	5.000	8.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Quilombolas	12.000	16.000	30.000	42.000	

0345 - Promover o acesso à Educação do Campo para o público da Reforma Agrária, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais						
Indicador do Objetivo Específico		Número de beneficiários atendidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		16.250	16.250	16.250	16.250	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.625	1.625	1.625	1.625	
	Região Nordeste	7.375	7.375	7.375	7.375	
	Região Norte	3.375	3.375	3.375	3.375	
	Região Sudeste	1.875	1.875	1.875	1.875	
	Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000	

0346 - Promover o acesso democratizado à terra						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias beneficiadas com acesso à terra				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		13.800	17.300	17.500	20.000	

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	400	484	483	483
	Região Nordeste	4.850	5.650	5.650	6.150
	Região Norte	7.250	9.750	9.850	11.850
	Região Sudeste	350	383	484	483
	Região Sul	950	1.033	1.033	1.034

0347 - Aprimorar o gerenciamento da malha fundiária								
Indicador do Objetivo Especifico	Total de Hectares com ações de gerenciamento da malha fundiária							
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	ha			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027	
	2.500.000		2.500.000		2.500.000		2.500.000	

PROGRAMA: 5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados

Objetivo Geral:

Promover o direito ao cuidado e a corresponsabilização pela sua provisão entre famílias, Estado, mercado e empresas e comunidade.

Objetivos Estratégicos:

- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Crianças, adolescentes, jovens, pessoas idosas, pessoas com deficiência e trabalhadoras e trabalhadores remunerados e não remunerados do cuidado.

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	14.937	15.654	17.093	17.829
Despesas Correntes	14.937	15.654	17.093	17.829
Recursos Não-Orçamentários	386.665	402.386	417.772	433.959
Gastos Tributários	386.665	402.386	417.772	433.959
Valores Globais	401.602	418.040	434.865	451.788
	1.706.295			

Objetivos Específicos do Programa

0336 - Garantir o direito ao cuidado por meio da elaboração, articulação, integração e execução de ações da Política e do Plano Nacional de Cuidados.

Indicador do Objetivo Específico	Número de relatórios de monitoramento do Plano Nacional de Cuidados publicados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1	2	2	2	

0350 - Promover a conscientização social sobre a relevância dos cuidados para a reprodução da vida, o funcionamento das economias e o bem-estar das pessoas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de iniciativas (campanhas, eventos, seminários e premiações) de conscientização realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	3	3	3	3	

PROGRAMA: 5601 - Cidades Melhores

Objetivo Geral:

Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.
- Intensificar a transformação digital nos três níveis de governo para ampliar a agilidade e a capacidade de entrega de resultados à população.
- Promover a transformação digital da economia, a inclusão digital e a disseminação da Internet de alta velocidade.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.

Público alvo:

Entes federados e seus órgãos e entidades, sociedade civil e setor produtivo. Populações urbanas e aquelas localizadas em regiões com entraves ao desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável:

Ministério das Cidades

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	350.000	366.197	399.862	417.084
Despesas de Capital	350.000	366.197	399.862	417.084
Recursos Não-Orçamentários	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0
Crédito e Demais Fontes	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0
Valores Globais	2.350.000	2.366.197	2.399.862	417.084
	7.533.143			

Objetivos Específicos do Programa

0405 - Qualificar áreas urbanas degradadas e subutilizadas com infraestrutura e serviços integrados.

Indicador do Objetivo Específico		Número de pessoas beneficiadas por intervenção urbanística - Total								
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			100.000		167.000		270.000		134.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		12.000		20.000		32.000		16.000	
	Região Nordeste		24.000		40.000		65.000		32.000	
	Região Norte		14.000		23.000		38.000		19.000	
	Região Sudeste		38.000		64.000		103.000		51.000	
	Região Sul		12.000		20.000		32.000		16.000	

0406 - Promover o desenvolvimento institucional dos entes federativos na execução das políticas públicas de desenvolvimento urbano.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de propostas encaminhadas à Plataforma Transferegov.br com enquadramento imediato, em relação ao total de propostas encaminhadas, relacionadas aos Programas do Ministério das Cidades						
Linha de Base do Indicador	30	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	33		36		40		44

0407 - Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos que incluam temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de cidades médias, cidades grandes e regiões metropolitanas com ações e instrumentos de planejamento que incluam adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		20	25	25	30	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3	3	3	4	
	Região Nordeste	6	6	6	7	
	Região Norte	2	5	5	6	
	Região Sudeste	5	6	6	7	
	Região Sul	4	5	5	6	

PROGRAMA: 5602 - Periferia Viva

Objetivo Geral:

Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivos Estratégicos:

- Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.

Público alvo:

Famílias de baixa renda residentes nas periferias urbanas

Órgão Responsável:

Ministério das Cidades

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	451.600	472.500	515.937	538.159
Despesas de Capital	451.600	472.500	515.937	538.159
Valores Globais	451.600	472.500	515.937	538.159
	1.978.196			

Objetivos Específicos do Programa

0398 - Ampliar o acesso de políticas públicas integradas nas periferias urbanas

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de Ampliação do Acesso de Políticas Públicas nas Periferias Urbanas								
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			0,97		2,21		4,01		3,1	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		0		0,14		0,28		0,14	
	Região Nordeste		0,28		0,55		0,97		0,83	
	Região Norte		0,14		0,28		0,55		0,47	
	Região Sudeste		0,41		0,83		1,52		1,11	
	Região Sul		0,14		0,41		0,69		0,55	

0399 - Melhorar a qualidade de vida urbana, condições de habitabilidade e segurança da posse em periferias urbanas

Indicador do Objetivo Específico		Número de domicílios com pelo menos uma inadequação (redução do crescimento)						
Linha de Base do Indicador		24.474.449	Unidade de Medida	domicílio, em unidade, atendido			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024		2025		2026	2027
			26.954.503		27.497.325		28.040.147	28.582.968
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.964.287		1.968.948		1.973.610	1.978.272	
	Região Nordeste	8.925.936		8.995.632		9.065.328	9.135.024	
	Região Norte	3.609.028		3.720.644		3.832.261	3.943.877	
	Região Sudeste	7.882.530		8.107.998		8.333.465	8.558.932	
	Região Sul	4.572.722		4.704.103		4.835.483	4.966.863	

0400 - Fortalecer a participação popular nas políticas públicas em periferias urbanas						
Indicador do Objetivo Específico		Taxa de Participação Social nos aglomerados subnormais				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	porcentagem (%)		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		7	7	7	7	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0	0	0	0	
	Região Nordeste	2	2	2	2	
	Região Norte	1	1	1	1	
	Região Sudeste	3	3	3	3	
	Região Sul	1	1	1	1	

PROGRAMA: 5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Geral:

Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a geração de oportunidades dignas de trabalho e emprego com a inserção produtiva dos mais pobres.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Promover a industrialização em novas bases tecnológicas e a descarbonização da economia.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

- Agricultor familiar, pescador e aquicultor;
- Extrativistas, assentados da reforma agrária, irrigantes, povos e comunidades tradicionais e população ribeirinha;
- Centrais de Abastecimento;
- Secretarias Estaduais e municipais de agricultura, organizações sociais, sindicatos, associações e cooperativas; - mulheres rurais

Órgão Responsável:

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	377.665	416.525	454.817	534.442
Despesas Correntes	139.116	152.241	166.237	195.340
Despesas de Capital	238.549	264.284	288.580	339.102
Valores Globais	377.665	416.525	454.817	534.442
	1.783.449			

Objetivos Específicos do Programa

0072 - Promover a formação de estoques de alimentos, contribuindo para a sustentação de preços aos produtores(as) e ampliando a oferta de produtos básicos no mercado interno.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de toneladas adquiridas (AGF e/ou compra direta)			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	tonelada	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	800.000	800.000	800.000	800.000

0329 - Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais.

Indicador do Objetivo Específico	Número de agricultores e agricultoras beneficiadas por ações de apoio à comercialização (PAA e PNAE)			
Linha de Base do Indicador	47.100	Unidade de Medida	família	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	57.000	62.500	68.000	73.500

0339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos						
Indicador do Objetivo Específico		Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	20	20	20	20	
	Região Nordeste	20	20	20	20	
	Região Norte	20	20	20	20	
	Região Sudeste	20	20	20	20	
	Região Sul	20	20	20	20	

PROGRAMA: 5661 - Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres

Objetivo Geral:

Fortalecer a capacidade institucional e a participação das Mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e decisão, visando a igualdade, a paridade e a representatividade, por meio das políticas públicas para Mulheres.

Objetivos Estratégicos:

- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Mulheres; órgãos governamentais e não-governamentais de todas as esferas de poder

Órgão Responsável:

Ministério das Mulheres

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	11.659	12.354	13.845	14.586
Despesas Correntes	8.659	12.354	13.845	14.586
Despesas de Capital	3.000	0	0	0
Valores Globais	11.659	12.354	13.845	14.586
	52.444			

Objetivos Específicos do Programa

0057 - Fortalecer a capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para Mulheres.

Indicador do Objetivo Específico		Organismo de Políticas para Mulheres - OPM reestruturados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		300	300	300	300
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	300	300	300	300

0060 - Promover ações que favoreçam a ampliação da participação efetiva das Mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, a fim de que possam atuar em igualdade de condições nos pleitos eleitorais e em todos os espaços de poder e decisão, nas esferas públicas e privadas.

Indicador do Objetivo Específico		Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão			
Linha de Base do Indicador		38	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		39	41	43	45
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	10	10	10	10
	Região Nordeste	20	20	20	20
	Região Norte	20	20	20	20
	Região Sudeste	30	30	30	30
	Região Sul	20	20	20	20
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Jovem	4	6	8	10
	População Negra	7,5	9,5	11,5	13,5

PROGRAMA: 5662 - Mulher Viver sem Violência

Objetivo Geral:

Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, baseada em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, nas esferas pública e privadas, por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violência e ameaças.

Objetivos Estratégicos:

- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Mulheres efetiva ou potencialmente sujeitas a situações de violência.

Órgão Responsável:

Ministério das Mulheres

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	67.876	78.247	89.045	94.350
Despesas Correntes	41.746	72.908	82.969	87.912
Despesas de Capital	26.130	5.339	6.076	6.438
Valores Globais	67.876	78.247	89.045	94.350
	329.518			

Objetivos Específicos do Programa

0026 - Promover ações de prevenção primária, secundária e terciária para proteger as mulheres, em sua diversidade e pluralidade, contra todas as formas de violência.

Indicador do Objetivo Específico		Número de ações de prevenção			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		44	43	45	45
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	44	43	45	45
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	44	43	45	45
	População Negra	26	25	26	18

0027 - Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.

Indicador do Objetivo Específico		Unidades de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência criadas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	35	35	27
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5	8	8	4
	Região Nordeste	5	10	10	10
	Região Norte	5	10	10	10
	Região Sudeste	3	5	5	2
	Região Sul	2	2	2	1

PROGRAMA: 5663 - Autonomia Econômica das Mulheres

Objetivo Geral:

Promover a igualdade de direitos: salarial, remuneratório, laboral e de cuidados, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo trabalho, direitos e autonomia econômica das Mulheres.

Objetivos Estratégicos:

- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Mulheres

Órgão Responsável:

Ministério das Mulheres

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	10.000	10.678	12.152	12.876
Despesas Correntes	7.000	10.678	12.152	12.876
Despesas de Capital	3.000	0	0	0
Recursos Não-Orçamentários	1.264.066	1.330.444	1.398.532	1.472.275
Crédito e Demais Fontes	947.457	994.829	1.044.571	1.096.799
Gastos Tributários	316.609	335.615	353.961	375.476
Valores Globais	1.274.066	1.341.122	1.410.684	1.485.151
	5.511.023			

Objetivos Específicos do Programa

0063 - Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Percentual de participação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41,7		42,9	44,1	45,2

0064 - Promover a autonomia econômica, por meio de ações de estímulo à socialização do cuidado e de geração de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Incremento percentual no rendimento real do trabalho das mulheres				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,7		0,7	0,7	0,7

PROGRAMA: 5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis

Objetivo Geral:

Desenvolver a Pesca e Aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades, para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e competitividade do setor

Objetivos Estratégicos:

- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.

Público alvo:

Pescadores(as), Aquicultores(as), Armadores(as) de pesca, empresas pesqueiras e outros agentes que compõem a cadeia de valor da pesca e aquicultura.

Órgão Responsável:

Ministério da Pesca e Aquicultura

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	156.429	163.669	178.715	186.412
Despesas Correntes	148.960	154.032	168.192	175.436
Despesas de Capital	7.469	9.637	10.523	10.976
Valores Globais	156.429	163.669	178.715	186.412
	685.225			

Objetivos Específicos do Programa

0389 - Promover a valorização do pescado nacional e aumento de produção da aquicultura.

Indicador do Objetivo Específico	Produção de Pescado				
Linha de Base do Indicador	1.300.000	Unidade de Medida	tonelada/ano		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1.332.500	1.365.000	1.397.500	1.430.000	

0397 - Fortalecer o ordenamento e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de Ordenamento Pesqueiro e Aquícola				
Linha de Base do Indicador	24	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	29	34	39	44	

PROGRAMA: 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos

Objetivo Geral:

Promover o acesso a direitos para quilombolas, para comunidades tradicionais de matriz africana, para povos de terreiro e para povos ciganos, por meio de políticas públicas que assegurem o acesso à justiça e a recursos hídricos, energéticos, alimentares e de infraestrutura de saneamento; o reconhecimento de seus modos de vida, de seus saberes, de sua cultura e de seus territórios; o enfrentamento à discriminação étnica, racial e religiosa; a reparação; o etnodesenvolvimento; e a regularização fundiária.

Objetivos Estratégicos:

- Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal.

Público alvo:

Quilombolas, comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e povos ciganos

Órgão Responsável:

Ministério da Igualdade Racial

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	40.000	38.086	37.980	39.549
Despesas Correntes	21.425	18.296	18.603	19.371
Despesas de Capital	18.575	19.790	19.377	20.178
Valores Globais	40.000	38.086	37.980	39.549
	155.615			

Objetivos Específicos do Programa

0264 - Criar mecanismos de identificação e de enfrentamento à violência e à discriminação contra quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de Mecanismos criados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	6		6	6	6

0323 - Fomentar ações que fortaleçam as práticas agroecológicas, o fornecimento energético, o saneamento, a soberania alimentar, a valorização cultural, social, os saberes e fazeres dos quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de ações realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2		4	6	8

PROGRAMA: 5803 - Juventude Negra Viva

Objetivo Geral:

Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais.

Objetivos Estratégicos:

- Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal.

Público alvo:

Jovens negros(as) de 15 a 29 anos, em especial aqueles(as) inseridos(as) no contexto das comunidades periféricas, comunidades tradicionais e do campo.

Órgão Responsável:

Ministério da Igualdade Racial

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	7.800	8.763	9.920	10.329
Despesas Correntes	7.800	8.763	9.920	10.329
Valores Globais	7.800	8.763	9.920	10.329
	36.812			

Objetivos Específicos do Programa

0206 - Promover a Saúde da Juventude Negra

Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios com ações de promoção da saúde da juventude negra realizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	41	41	41	40	

0207 - Territorializar a atenção aos Direitos Humanos para a Juventude Negra em territórios periféricos

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de municípios que tenham aderido ao Programa Integrado e Multissetorial de Serviço de Atenção aos Direitos Humanos da Juventude Negra				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	40	40	40	43	

0219 - Ampliar a presença de jovens negros, em condição de vulnerabilidade econômica e social, no mercado de trabalho por meio da Economia Popular e Solidária em territórios vulneráveis, periféricos e favelas

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de municípios com ações relacionadas à promoção da Economia Popular e Solidária para jovens negros				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	20	20	20	20	

0221 - Ampliar os projetos de incentivo ao esporte amador destinado à juventude negra nas periferias urbanas, periurbanas e em territórios rurais

Indicador do Objetivo Específico	Municípios com projetos apoiados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	12	12	12	12	

0222 - Ampliar mecanismos de letramento racial para a segurança pública com cidadania, com foco na proteção da vida dos jovens negros vítimas de violação de direitos					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações apoiadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

PROGRAMA: 5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo

Objetivo Geral:

Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio da formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem-viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos Estratégicos:

- Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal.

Público alvo:

Estudantes negros do ensino médio técnico e superior;
Gestores e professores atuantes nas Secretarias Municipais/Estaduais de Educação;
Estudantes negros matriculados em cursos de doutorado no país;
Pessoas negras economicamente ativas;
Servidores públicos negros;
Pessoas negras que ocupam cargos de liderança no Governo Federal;
Pessoas negras que se candidatam ao concurso para ingresso à carreira diplomática;
26 Estados, Distrito Federal e 1.200 municípios.

Órgão Responsável:

Ministério da Igualdade Racial

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	52.199	53.629	60.576	63.036
Despesas Correntes	45.032	45.576	51.352	53.431
Despesas de Capital	7.167	8.053	9.224	9.605
Valores Globais	52.199	53.629	60.576	63.036
	229.440			

Objetivos Específicos do Programa

0167 - Aperfeiçoar as políticas de educação para ampliar a participação de pessoas negras na educação básica, no ensino superior e na pós-graduação

Indicador do Objetivo Específico	Diferença entre a média de anos de estudo da população branca e da população negra com 25 anos de idade				
Linha de Base do Indicador	1,7	Unidade de Medida	Índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1,6	1,5	1,4	1,3	

0169 - Ampliar ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras no serviço público federal e ocupação de cargos em comissão e funções de confiança

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de ocupação de pessoas negras em cargos em comissão e funções de confiança no Executivo Federal				
Linha de Base do Indicador	30	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	30	30	30	30	

0188 - Fomentar o ingresso de pessoas negras na iniciativa privada

Indicador do Objetivo Específico	Nível de ocupação das pessoas negras no mercado de trabalho formal				
Linha de Base do Indicador	54,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	54,9	55	55,1	55,2	

0203 - Promover a gestão das políticas de promoção de igualdade racial no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com vistas à sua institucionalização					
Indicador do Objetivo Específico	Estratégia de gestão implementada				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	2	1

0226 - Ampliar a cobertura do SINAPIR nos entes subnacionais					
Indicador do Objetivo Específico	Adesões realizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	150		150	150	150
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5,26	5,26	5,26	5,26
	Região Nordeste	22,81	22,81	22,81	22,81
	Região Norte	6,14	6,14	6,14	6,14
	Região Sudeste	36,55	36,55	36,55	36,55
	Região Sul	29,24	29,24	29,24	29,24

0526 - Criar ferramentas nacionais de recebimento e encaminhamento de denúncias de racismo					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ferramentas implementadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		2	0	0

0527 - Estabelecer programa de combate ao racismo no esporte					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações de combate ao racismo no esporte realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0528 - Estabelecer política de combate ao racismo ambiental					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações destinadas ao enfrentamento do racismo ambiental				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0529 - Apoiar a regularização fundiária para população negra em situação de vulnerabilidade social, com fins na garantia do bem viver e valorização do território					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações destinadas a apoiar a regularização fundiária para a população negra				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0530 - Ampliar ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial na comunicação social e na comunicação pública					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ações implementadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2		2	2	2

0532 - Ampliar o número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada					
Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		10	10	10

0533 - Promover o combate ao racismo por meio da preservação e salvaguarda dos patrimônios afrodiaspóricos, garantindo a reparação e valorização da memória e do território das comunidades relacionadas aos bens culturais					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações voltadas às comunidades relacionadas aos patrimônios afro-brasileiros e de matriz africana				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0543 - Fortalecer a participação do Brasil nos diálogos multilaterais e bilaterais, a partir da perspectiva da justiça racial					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações destinadas ao fortalecimento da atuação internacional do Brasil para o combate ao racismo				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2		2	2	2

PROGRAMA: 5811 - Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Objetivo Geral:

Promover os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais das pessoas com deficiência e de suas famílias por intermédio do enfrentamento às barreiras que as impedem de exercer a plena cidadania.

Objetivos Estratégicos:

- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Pessoas com deficiência e suas famílias, bem como todas as classes de profissionais que oferecem serviços públicos ou de apoio para essas pessoas.

Órgão Responsável:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	23.930	24.806	26.168	27.096
Despesas Correntes	23.592	24.453	25.782	26.693
Despesas de Capital	338	353	386	403
Recursos Não-Orçamentários	2.522.199	2.801.071	3.071.939	1.599.418
Crédito e Demais Fontes	85.000	88.500	92.000	95.500
Gastos Tributários	2.437.199	2.712.571	2.979.939	1.503.918
Valores Globais	2.546.129	2.825.877	3.098.107	1.626.514
	10.096.627			

Objetivos Específicos do Programa

0199 - Aprimorar a gestão pública para garantir a plena participação social e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 1 do Plano Viver Sem Limite 2.

Indicador do Objetivo Específico		Número de concluintes de cursos na temática dos direitos das pessoas com deficiência disponibilizados pelo MDHC				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		270	540	540	270	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	40	80	80	40	
	Região Nordeste	90	180	180	90	
	Região Norte	70	140	140	70	
	Região Sudeste	40	80	80	40	
	Região Sul	30	60	60	30	

0200 - Realizar o enfrentamento à violência e à discriminação contra pessoas com deficiência, tendo como referência o Eixo 2 do Plano Viver Sem Limites 2.

Indicador do Objetivo Específico		Número de pessoas alcançadas pelas ações de enfrentamento à violência e à discriminação contra pessoas com deficiência				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		500.000	750.000	750.000	750.000	

0202 - Promover a Acessibilidade Universal e o acesso à Tecnologia Assistiva, tendo como referência o Eixo 3 do Plano Viver Sem Limites 2					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de Prédios Públicos com Diagnóstico de Acessibilidade realizado e plano de ação para correção dos problemas identificados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2027
	5		15		50

PROGRAMA: 5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Objetivo Geral:

Promover acesso a direitos humanos e à cidadania plena para pessoas LGBTQIA+.

Objetivos Estratégicos:

- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social, risco, violência e violação de direitos.

Os critérios de priorização das pessoas alvo das políticas buscam levar em consideração as interseccionalidades que atravessam as existências LGBTQIA+, de forma a alcançar aquelas que mais enfrentem precariedades socialmente produzidas. Nesse sentido, a priorização levará em conta os seguintes aspectos:

Marcadores sociais de raça e etnia;

Marcadores sociais de classe econômica;

População LGBTQIA+ em situação de rua;

Pessoas trans e travestis e demais pessoas LGBTQIA+ cujas expressões de gênero mais se distanciem das expectativas normativas relacionadas às formas de ser do gênero que lhes foi atribuído ao nascer.

Órgão Responsável:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	8.000	8.369	9.139	9.532
Despesas Correntes	7.100	7.428	8.111	8.460
Despesas de Capital	900	941	1.028	1.072
Valores Globais	8.000	8.369	9.139	9.532
	35.040			

Objetivos Específicos do Programa

0077 - Promover empregabilidade e geração de renda para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social						
Indicador do Objetivo Específico		Número de pessoas LGBTQIA+ atendidas pelo Programa de Integração Profissional				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6.250	6.250	6.250	6.250	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Nordeste	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Norte	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Sudeste	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Sul	1.250	1.250	1.250	1.250	

0083 - Constituir rede de proteção, promoção e defesa para as pessoas LGBTQIA+						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de aumento no número de parcerias e acordos para Proteção, Promoção e Defesa de direitos humanos firmados pela SNLGBTQIA+				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		25	25	25	25	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	25	25	25	25	
	Região Nordeste	25	25	25	25	

Regionalização da Meta	Região Norte	25	25	25	25
	Região Sudeste	25	25	25	25
	Região Sul	25	25	25	25

PROGRAMA: 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua

Objetivo Geral:

Desenvolver ações voltadas à implementação de políticas públicas e projetos intersetoriais e transversais voltadas à População em Situação de Rua

Objetivos Estratégicos:

- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Pessoas em situação de rua em sua heterogeneidade, através de uma dinâmica intersetorial com o com o objetivo de promover ações de superação da situação de rua.

Órgão Responsável:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	2.833	2.964	3.237	3.376
Despesas Correntes	2.019	2.113	2.307	2.406
Despesas de Capital	814	851	930	970
Valores Globais	2.833	2.964	3.237	3.376
	12.410			

Objetivos Específicos do Programa

0224 - Promover a dignidade e a cidadania da população em situação de rua.

Indicador do Objetivo Específico	Número de estados com pontos de apoio com serviços gratuitos para a população em situação de rua				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		4	7	10

0227 - Promover o acesso de pessoas em situação crônica de rua à moradia com apoio de equipe multidisciplinar por meio do Programa Nacional Moradia Primeiro.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de unidades habitacionais mobiliadas do Programa Moradia Primeiro disponibilizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	500		1.000	1.500	2.000

PROGRAMA: 5815 - Promoção do Direito de Envelhecer e dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa

Objetivo Geral:

Ressignificar o processo de envelhecer e garantir os direitos humanos das pessoas idosas.

Objetivos Estratégicos:

- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

População idosa e pessoas em processo de envelhecimento, em especial aquelas que vivem em territórios com altos índices de envelhecimento, baixo IDH, menor disponibilidade de serviços que garantam o bem-estar e o exercício dos direitos de cidadania, entre outros critérios – implementação em 300 municípios; bem como pessoas idosas pertencentes a grupos em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla, tais como populações tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, população LGBTQIAP+, pessoas com deficiência, pessoas privadas de liberdade, pessoas idosas institucionalizadas, pessoas idosas acamadas, entre outros – implementação em 100 municípios.

Órgão Responsável:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	11.303	11.825	12.933	13.469
Despesas Correntes	8.003	8.373	9.163	9.537
Despesas de Capital	3.300	3.452	3.770	3.932
Recursos Não-Orçamentários	426.290	451.595	476.031	504.615
Gastos Tributários	426.290	451.595	476.031	504.615
Valores Globais	437.593	463.420	488.964	518.084
	1.908.061			

Objetivos Específicos do Programa

0090 - Apoiar a criação e atuação de órgãos municipais de gestão das políticas de direitos humanos da pessoa idosa e constituir a rede de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa nos estados e municípios, tendo como princípio a participação social.

Indicador do Objetivo Específico		Número de estados com mais de 10 municípios que criaram órgãos específicos de gestão das políticas de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos da pessoa idosa			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		10	15	20	25
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	2	2	3	5
	Região Nordeste	3	4	6	7
	Região Norte	3	4	6	7
	Região Sudeste	1	3	3	3
	Região Sul	1	2	2	3

0093 - Fortalecer a cultura de respeito e valorização dos Direitos Humanos da pessoa idosa e ampliar o letramento digital de e sobre as pessoas idosas nos territórios.

Indicador do Objetivo Específico		Número de pessoas alcançadas pelas atividades de fortalecimento da cultura de respeito e valorização dos DH da pessoa idosa e de ampliação do letramento digital			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		250.000	500.000	750.000	1.000.000

PROGRAMA: 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade

Objetivo Geral:

Assegurar, com absoluta prioridade, a efetividade dos direitos humanos e cidadania de crianças e adolescentes referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantindo o pleno desenvolvimento de uma vida sem violência.

Objetivos Estratégicos:

- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

O Programa tem como público-prioritário crianças, adolescentes, famílias e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Órgão Responsável:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	76.244	77.374	84.487	88.127
Despesas Correntes	60.564	60.968	66.573	69.441
Despesas de Capital	15.680	16.406	17.914	18.686
Recursos Não-Orçamentários	798.356	839.669	879.735	925.082
Gastos Tributários	798.356	839.669	879.735	925.082
Valores Globais	874.600	917.043	964.222	1.013.209
	3.769.074			

Objetivos Específicos do Programa

0190 - Aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos para promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos e da cidadania de crianças e adolescentes						
Indicador do Objetivo Específico		Número de Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes que receberam equipagem para a qualificação do atendimento ofertado				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	200	300	400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	15	30	45	60	
	Região Nordeste	25	50	75	100	
	Região Norte	25	50	75	100	
	Região Sudeste	20	40	60	80	
	Região Sul	15	30	45	60	

0191 - Ampliar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens em programas de atendimento socioeducativo e pós-atendimento socioeducativo.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de programas socioeducativos equipados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		10	11	6	27	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1	2	0	2	

Regionalização da Meta	Região Nordeste	4	3	3	11
	Região Norte	2	2	2	7
	Região Sudeste	3	2	0	4
	Região Sul	0	2	1	3
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	LGBTQIA+	4	2	1	7
	Povos e Comunidades Tradicionais	2	1	1	4
	Quilombolas	2	1	1	4

0192 - Proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de estados com Programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAM) em funcionamento				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		80	90	95	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	75	75	100	
	Região Nordeste	80	90	95	100	
	Região Norte	85	100	100	100	
	Região Sudeste	100	100	100	100	
	Região Sul	100	100	100	100	

0193 - Prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na violência letal, sexual, doméstica e no trabalho infantil.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de Centros Integrados equipados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		10	10	10	30	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	2	1	2	5	
	Região Nordeste	2	3	3	8	
	Região Norte	3	3	3	9	
	Região Sudeste	2	1	1	4	
	Região Sul	1	2	1	4	

0196 - Desenvolver ações intersetoriais para fortalecer a convivência familiar e comunitária e evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, principalmente na primeira infância, integrando os programas de promoção de direitos						
Indicador do Objetivo Específico		Número de ações para evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2	4	5	6	

PROGRAMA: 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações

Objetivo Geral:

Assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de promoção e defesa dos direitos humanos, de reparação por graves violações e de educação e cultura em direitos humanos.

Objetivos Estratégicos:

- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.

Público alvo:

Testemunhas e vítimas ameaçadas ou coagidas em virtude de colaborarem com a investigação ou processo criminal, bem como seus familiares;
Defensoras e defensores de direitos humanos, comunicadoras e comunicadores, ambientalistas, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, mulheres, trabalhadores rurais e urbanos, grupos e coletivos de defesa dos direitos humanos ameaçados/os ou em situação de risco;
Profissionais de segurança pública de todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal);
Vítimas de violência institucional e seus familiares;
Organizações da sociedade civil e movimentos sociais que atuam na defesa dos direitos humanos;
Pessoas e sobreviventes da privação ou restrição de liberdade em unidades prisionais, hospitais de custódia, socioeducativo e congêneres e familiares de pessoas nas mesmas circunstâncias anteriores;
Pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão ou que foram a ele submetidas, com ênfase no pós-resgate;
Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas;
Pessoas sem acesso à documentação civil básica; e
Pessoas de diversas religiões, em especial, religiões afro-brasileiras.

Órgão Responsável:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	126.046	128.918	140.769	146.833
Despesas Correntes	122.445	128.111	139.888	145.914
Despesas de Capital	3.601	807	881	919
Valores Globais	126.046	128.918	140.769	146.833
	542.566			

Objetivos Específicos do Programa

0301 - Promover a incorporação e o fortalecimento de valores de direitos humanos na sociedade por meio de ações de educação e cultura

Indicador do Objetivo Específico	Alcance das ações de educação em direitos humanos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		800.000	1.030.000	1.260.000	1.390.000

0302 - Promover e ampliar o acesso ao registro civil de nascimento e à documentação básica a pessoas de todas as origens e nacionalidades, com foco nas interseccionalidades e no enfrentamento ao racismo estrutural.

Indicador do Objetivo Específico	Número de unidades interligadas de cartório instaladas em hospitais				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	40	60	80
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	12	24	36	48
	Região Norte	8	16	24	32

0303 - Promover, como política de Estado, políticas de memória, verdade, justiça (reparação) e não-repetição dos períodos da escravidão e da ditadura militar					
Indicador do Objetivo Específico	Número de marcos de memória mapeados e sinalizados, com perspectiva de abrangência e distribuição regional				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50		100	150	200

0304 - Consolidar e capilarizar políticas públicas de direitos humanos, com fortalecimento institucional, fomento à participação social, apoio e articulação com estados e municípios.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de órgãos colegiados de direitos humanos apoiados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		30	45	60

0305 - Ampliar e qualificar a proteção de vítimas e testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, por meio do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA, na perspectiva interseccional e de enfrentamento ao racismo estrutural					
Indicador do Objetivo Específico	Número de unidades da federação com PROVITA em funcionamento				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		16	17	18

0306 - Ampliar e qualificar a proteção de pessoas, grupos, povos e comunidades, defensores de direitos humanos, ambientalistas, comunicadores, ameaçados ou que sofreram violências devido a sua luta na defesa dos direitos humanos (PPDDH).					
Indicador do Objetivo Específico	Número de estados com adesão ao Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	13		14	15	17

0307 - Difundir informações estratégicas para o acompanhamento da situação dos direitos humanos no Brasil, a mobilização da sociedade e o subsídio à tomada de decisão informada por evidências para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de cadastros federais e pesquisas oficiais que passaram a incluir públicos beneficiados de ações de Direitos Humanos (observaDH)				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		6	8	10

0467 - Aprimorar os canais de denúncia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de Satisfação dos usuários atendidos pelo Disque 100				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número índice		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4,6		4,6	4,6	4,6

0468 - Enfrentar as violações sistemáticas de Direitos Humanos no Sistema Prisional						
Indicador do Objetivo Específico		Número de estabelecimentos prisionais com sistema de dados padronizado ao Projeto Mandela				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0	10	20	30	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0	1	2	3	
	Região Nordeste	0	4	8	12	
	Região Norte	0	4	8	12	
	Região Sudeste	0	1	2	3	
	Região Sul	0	0	0	0	

PROGRAMA: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Geral:

Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar a democracia participativa, a transparência e o controle social.
- Ampliar a qualidade dos ensinos médio, técnico e superior, preparando cidadãos e cidadãs para lidar com os desafios profissionais e éticos em um mundo em intensa transformação tecnológica.
- Ampliar o acesso da população à saúde pública de qualidade por meio do fortalecimento do Sistema Único de Saúde.
- Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes.
- Aperfeiçoar o sistema de justiça para ampliação do acesso e exercício de direitos.
- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.
- Combater o racismo e promover a igualdade racial de modo estruturante e transversal.
- Enfrentar a insegurança alimentar e a pobreza, retirando o Brasil do Mapa da Fome e beneficiando as pessoas em condição de vulnerabilidade social.
- Fortalecer a economia criativa, a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte e a cultura popular em todas as suas formas de expressão.
- Incentivar a transição para cidades criativas e sustentáveis, com investimentos integrados em mobilidade, habitação, saneamento básico, equipamentos sociais e infraestrutura.
- Promover o contínuo aperfeiçoamento das capacidades estatais, com o fim de prestar serviços públicos de qualidade para a população.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.
- Promover os direitos humanos como instrumento de inclusão social e proteção de pessoas e grupos vítimas de injustiças e opressões.
- Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades.
- Reforçar políticas de proteção e atenção às mulheres, buscando a equidade de direitos, a autonomia financeira, a isonomia salarial e a redução da violência

Público alvo:

Povos indígenas, poder público e sociedade

Órgão Responsável:

Ministério dos Povos Indígenas

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	71.373	74.227	77.197	80.285
Despesas Correntes	69.893	72.688	75.596	78.620
Despesas de Capital	1.480	1.539	1.601	1.665
Recursos Não-Orçamentários	1.052	1.105	1.160	1.218
Crédito e Demais Fontes	1.052	1.105	1.160	1.218
Valores Globais	72.425	75.332	78.357	81.503
	307.617			

Objetivos Específicos do Programa

0516 - Promover o direito à memória e a preservação dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas						
Indicador do Objetivo Específico		Número de povos indígenas com ações de salvaguarda do patrimônio linguístico e cultural realizadas				
Linha de Base do Indicador	150	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		155	160	165	170	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Indígenas	155	160	165	170	

0517 - Ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização e sua atuação nas instâncias de controle social						
Indicador do Objetivo Específico		Número de povos indígenas representados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		30	60	90	120	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Indígenas	30	60	90	120	

0518 - Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, transfronteiriços, em contexto urbano e com deficiência						
Indicador do Objetivo Específico		Número de documentos para a melhoria da acessibilidade				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5	10	15	20	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Indígenas	5	10	15	20	

0519 - Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades						
Indicador do Objetivo Específico		Número de diagnósticos da educação escolar indígena				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		15	30	45	60	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Indígenas	15	30	45	60	

0531 - Sensibilizar a sociedade e o Estado brasileiro sobre a importância dos sistemas indígenas para o envolvimento, cuidado e comprometimento com a vida, reconhecendo os aspectos espirituais, ancestrais, comunitários, socioculturais, ambientais, econômicos e políticos						
Indicador do Objetivo Específico		Número de acessos à plataforma digital de informações sobre povos indígenas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		200.000	1.000.000	5.000.000	10.000.000	

PROGRAMA: 6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional**Objetivo Geral:**

Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Ampliar o acesso e a qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, com foco no desenvolvimento integral de estudantes.
- Assegurar proteção previdenciária a todas as formas de ocupação, de emprego e de relações de trabalho, com sustentabilidade financeira.
- Reduzir as desigualdades regionais com maior equidade de oportunidades.

Público alvo:

- Profissionais da Marinha Mercante ou de embarcações de pesca (fluviários, pescadores, mergulhadores, práticos, agentes de manobra e docagem, portuários, trabalhadores avulsos da orla portuária e outros grupos correlatos).

- Jovens de 6 a 18 anos (Projeto Forças no Esporte);

- Pessoas com deficiência, acima de 6 anos de idade (Projeto João do Pulo);

- Jovens egressos do Serviço Militar (Projeto Soldado-Cidadão);

- Estudantes universitários (Projeto Rondon);

- População residente em municípios onde é realizado o Projeto Rondon;

- Atletas de Alto Rendimento com ou sem vulnerabilidade social (Projeto Atleta de Alto Rendimento)

- População da Região abrangida pelo Programa Calha Norte (783 municípios, em dez Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Sociedade brasileira.

O Projeto Soldado Cidadão jovens que prestam o Serviço Militar.

O Projeto Rondon – estudantes universitários diretamente e parcela da sociedade em situação de vulnerabilidade que receberá o conhecimento constituído pela atuação dos estudantes.

O Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas – Atletas de alto rendimento com ou sem vulnerabilidade social.

População da Região abrangida pelo Programa Calha Norte (783 municípios, em dez Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Sociedade brasileira.

Órgão Responsável:

Ministério da Defesa

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	327.859	255.507	280.638	293.335
Despesas Correntes	303.277	238.616	262.124	274.014
Despesas de Capital	24.582	16.891	18.514	19.321
Valores Globais	327.859	255.507	280.638	293.335
	1.157.339			

Objetivos Específicos do Programa

0241 - Contribuir com Políticas Públicas que promovam inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas, promovendo interação com a sociedade brasileira e cooperando com o desenvolvimento nacional.					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de execução de ações de Cooperação com a Sociedade Brasileira				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	70	70	70	70	

0413 - Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia.					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		70	70	70

0420 - Contribuir com a implementação da infraestrutura básica e o desenvolvimento sustentável nos municípios abrangidos pelo Programa Calha Norte.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de atendimento das demandas de execução de obras de engenharia e aquisições de bens permanentes				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	80		80	80	80

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Objetivo Geral:

Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos Estratégicos:

Público alvo:

- Sociedade Brasileira;
- Usuários do Sistema do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB);
- Organizações voltadas para o comércio marítimo;
- Empresas públicas e privadas de petróleo e gás;
- Organizações de defesa e proteção ambiental
- Militares e civis das Forças Armadas;
- Acadêmicos e pesquisadores da área de defesa nacional;
- Pesquisadores e cientistas da área de Ciência e Tecnologia;
- Alunos dos Institutos Militares de ensino;
- Institutos de pesquisas na área de inteligência artificial.

Órgão Responsável:

Ministério da Defesa

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	13.111.907	13.655.360	14.534.503	14.928.622
Despesas Correntes	5.550.770	5.752.600	6.008.064	6.119.090
Despesas de Capital	7.561.137	7.902.760	8.526.439	8.809.532
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	2.971.877	2.321.877	2.190.186	1.239.940
Recursos Não-Orçamentários	58.078	62.172	66.256	71.175
Gastos Tributários	58.078	62.172	66.256	71.175
Valores Globais	16.141.862	16.039.409	16.790.945	16.239.737
	65.211.953			

Objetivos Específicos do Programa

0008 - Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa nacional.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de implementação de ações de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	46	48	50	52	

0050 - Desenvolver as capacidades conjuntas e condições logísticas das Forças Armadas.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de Entregas Realizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	75	75	75	75	

0100 - Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território.						
Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro					
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027	
	42		51	62	70	

0236 - Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro.						
Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos programas e projetos da Aeronáutica					
Linha de Base do Indicador	0,5026	Unidade de Medida	índice numérico			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027	
	54,27		60,88	71,83	83,61	

0292 - Assegurar o controle do espaço aéreo Brasileiro.						
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de controle do espaço aéreo					
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027	
	96,25		96,25	96,25	96,25	

0299 - Contribuir para a Segurança de Voo, por meio do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).						
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de eficiência do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER)					
Linha de Base do Indicador	85	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027	
	91		94	97	100	

0363 - Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)						
Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil					
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027	
	66		73	77	77	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Zona costeira e marinha	66	73	77	77	

PROGRAMA: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Objetivo Geral:

Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivos Estratégicos:

- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.

Público alvo:

- Comunidade científica e acadêmica;
- Comunidades tradicionais;
- Agentes econômicos envolvidos com recursos marinhos e costeiros;
- Setor Público.

Órgão Responsável:

Ministério da Defesa

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	51.810	9.634	10.465	62.808
Despesas Correntes	8.063	9.477	10.294	10.734
Despesas de Capital	43.747	157	171	52.074
Valores Globais	51.810	9.634	10.465	62.808
	134.717			

Objetivos Específicos do Programa

0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		70	70	70	70
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	70	70	70	70

0078 - Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.

Indicador do Objetivo Específico		Participação nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM)			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	porcentagem		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Exterior	100	100	100	100

0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		60	65	75	75

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	60	65	75	75

0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		8	25	50	50	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Zona costeira e marinha	8	25	50	50	

PROGRAMA: 6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios**Objetivo Geral:**

Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Objetivos Estratégicos:

- Ampliar as capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e adaptação às mudanças climáticas.
- Conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente.
- Fortalecer a agricultura familiar, agronegócio sustentável, a pesca e a aquicultura.
- Promover os direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais, assegurando vida digna e cidadania com a valorização da sua cultura, tradições, modos de vida e conhecimentos.

Público alvo:**Órgão Responsável:**

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	780.058	789.042	861.413	898.504
Despesas Correntes	731.512	746.545	815.019	850.113
Despesas de Capital	48.546	42.497	46.394	48.391
Recursos Não-Orçamentários	589.075	623.242	660.636	699.614
Crédito e Demais Fontes	589.075	623.242	660.636	699.614
Valores Globais	1.369.133	1.412.284	1.522.049	1.598.118
	5.901.584			

Objetivos Específicos do Programa**0237 - Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.**

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de redução da área total de vegetação nativa suprimida por ano e por bioma			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	20	20	20
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Bioma Amazônia	20	20	20	20
	Bioma Caatinga	20	20	20	20
	Bioma Cerrado	20	20	20	20
	Bioma Mata Atlântica	20	20	20	20
	Bioma Pampa	20	20	20	20
	Bioma Pantanal	20	20	20	20

0239 - Prevenir e controlar os incêndios em vegetação nativa.

Indicador do Objetivo Específico		Área protegida com o manejo integrado do fogo implementado			
Linha de Base do Indicador		200.000	Unidade de Medida	km²	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		200.000	205.000	210.000	215.000

0243 - Promover a recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros.					
Indicador do Objetivo Específico	Área de cobertura vegetal nativa em recuperação				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	187.500		375.000	750.000	1.500.000

0248 - Conservar as espécies, em particular, espécies ameaçadas de extinção.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de espécies da fauna/flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação ou outros instrumentos para conservação				
Linha de Base do Indicador	1.853	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.860		1.870	1.880	1.890

0250 - Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual do território terrestre e marinho protegido				
Linha de Base do Indicador	20,67	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	22		24	26	28

PROGRAMA: 0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União					
Esfera		Valores em R\$1.000			
		2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Despesas Correntes		735.369	802.742	847.702	892.887
GND	1 - Pessoal e Encargos Sociais	408.057	452.371	478.110	503.976
	3 - Outras Despesas Correntes	327.312	350.371	369.592	388.911
Despesas de Capital		3.617	5.000	6.000	7.000
GND	4 - Investimentos	3.617	5.000	6.000	7.000
Valores Globais		738.986	807.742	853.702	899.887
		3.300.317			

PROGRAMA: 0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público					
Esfera		Valores em R\$1.000			
		2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Despesas Correntes		8.919.621	9.799.881	10.395.978	10.958.459
GND	1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.098.523	7.935.519	8.387.050	8.840.790
	3 - Outras Despesas Correntes	1.821.098	1.864.362	2.008.928	2.117.669
Despesas de Capital		149.778	175.446	167.903	154.837
GND	4 - Investimentos	149.778	175.446	167.903	154.837
Valores Globais		9.069.399	9.975.327	10.563.881	11.113.296
		40.721.903			

PROGRAMA: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo					
Esfera		Valores em R\$1.000			
		2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Despesas Correntes		334.201.106	344.056.837	355.063.135	366.044.645
GND	1 - Pessoal e Encargos Sociais	299.110.746	308.999.029	318.285.418	327.831.021
	3 - Outras Despesas Correntes	35.090.360	35.057.808	36.777.717	38.213.624
Despesas de Capital		2.240.461	2.095.651	2.420.874	3.074.597
GND	4 - Investimentos	2.232.961	2.095.651	2.420.874	3.074.597
	5 - Inversões Financeiras	7.500	-	-	-
Valores Globais		336.441.567	346.152.488	357.484.009	369.119.242
		1.409.197.306			

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário					
Esfera		Valores em R\$1.000			
		2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Despesas Correntes		57.723.705	64.260.191	67.911.414	71.599.591
GND	1 - Pessoal e Encargos Sociais	45.079.017	50.514.799	53.318.744	56.138.036
	3 - Outras Despesas Correntes	12.644.688	13.745.392	14.592.670	15.461.555
Despesas de Capital		1.186.549	1.021.328	1.061.507	1.076.499
GND	4 - Investimentos	1.186.549	1.021.328	1.061.507	1.076.499
Valores Globais		58.910.254	65.281.519	68.972.921	72.676.090
		265.840.784			

PROGRAMA: 0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo					
Esfera		Valores em R\$1.000			
		2024	2025	2026	2027
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Despesas Correntes		15.388.814	17.391.946	18.394.657	19.417.062
GND	1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.177.834	13.734.874	14.518.588	15.306.134
	3 - Outras Despesas Correntes	3.210.980	3.657.072	3.876.069	4.110.928
Despesas de Capital		430.473	460.668	473.771	472.148
GND	4 - Investimentos	430.473	460.668	473.771	472.148
Valores Globais		15.819.287	17.852.614	18.868.428	19.889.210
		72.429.539			

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais

Esfera	Valores em R\$1.000			
	2024	2025	2026	2027
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	13.376.671	12.989.952	11.927.340	11.827.412
Valores Globais	13.376.671	12.989.952	11.927.340	11.827.412
	50.121.375			

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 1144 - Agropecuária Sustentável

Objetivo Geral: Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.

Objetivos Específicos do Programa

0007 - Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos.

Indicador do Objetivo Específico		Número de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)			
Linha de Base do Indicador		78.574	Unidade de Medida	Produtores atendidos	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		89.723	107.668	125.612	143.557
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	16	19	22	26
	No Estado da Bahia	632	758	885	1.011
	No Estado da Paraíba	43	52	61	70
	No Estado de Alagoas	97	117	136	156
	No Estado de Goiás	4.270	5.124	5.978	6.832
	No Estado de Mato Grosso	1.257	1.508	1.760	2.011
	No Estado de Mato Grosso do Sul	4.248	5.098	5.947	6.797
	No Estado de Minas Gerais	7.616	9.139	10.662	12.185
	No Estado de Pernambuco	52	62	72	82
	No Estado de Rondônia	109	130	152	174
	No Estado de Roraima	18	22	26	29
	No Estado de Santa Catarina	7.663	9.195	10.728	12.261
	No Estado de São Paulo	10.495	12.594	14.693	16.792
	No Estado de Sergipe	343	412	481	549
	No Estado do Acre	2	3	3	4
	No Estado do Amapá	0	0	1	1
	No Estado do Amazonas	7	8	10	11
	No Estado do Ceará	17	21	24	27
	No Estado do Espírito Santo	1.500	1.800	2.099	2.399
	No Estado do Maranhão	343	412	481	549
	No Estado do Pará	96	115	135	154
	No Estado do Paraná	30.114	36.137	42.160	48.183
	No Estado do Piauí	113	136	159	181
	No Estado do Rio de Janeiro	32	38	45	51
	No Estado do Rio Grande do Norte	5	5	6	7
	No Estado do Rio Grande do Sul	20.186	24.223	28.261	32.298
	No Estado do Tocantins	448	537	627	716

0036 - Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade, das ações que promovem o incremento da sustentabilidade.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de Unidades Federativas integradas ao SINABC - Sistema Integrado de Informações do ABC+				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade da federação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		15	20	25	27	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3	4	4	4	
	Região Nordeste	3	5	7	9	
	Região Norte	3	4	7	7	
	Região Sudeste	3	4	4	4	
	Região Sul	3	3	3	3	

0175 - Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária.						
Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3	5	8	13	

0185 - Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas).						
Indicador do Objetivo Específico		Área para produção de produtos madeireiros e não madeireiros (ha) em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)				
Linha de Base do Indicador		9.930.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		145.000	220.000	295.000	370.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	21.750	33.000	44.250	55.500	
	Região Nordeste	10.150	15.400	20.650	25.900	
	Região Norte	8.700	13.200	17.700	22.200	
	Região Sudeste	58.000	88.000	118.000	148.000	
	Região Sul	46.400	70.400	94.400	118.400	

0525 - Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas legais de produção e comércio.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de crescimento anual da área de produção orgânica				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5,75	5,28	4,82	4,35	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	No Distrito Federal	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado da Bahia	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado da Paraíba	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Alagoas	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Goiás	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Mato Grosso	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Mato Grosso do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35	

Regionalização da Meta	No Estado de Minas Gerais	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Pernambuco	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Rondônia	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Roraima	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Santa Catarina	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de São Paulo	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Sergipe	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Acre	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Amapá	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Amazonas	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Ceará	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Espírito Santo	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Maranhão	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Pará	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Paraná	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Piauí	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio de Janeiro	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio Grande do Norte	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio Grande do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Tocantins	5,75	5,28	4,82	4,35

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Objetivos Específicos do Programa

0247 - Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos

Indicador do Objetivo Específico	Número de instrumentos de informações climáticas disponibilizados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	104		129	145	156

0272 - Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima

Indicador do Objetivo Específico	Percentual das emissões de GEE nacionais coberto por planos de mitigação				
Linha de Base do Indicador	59,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	81,7		92,5	100	100

0274 - Proteger, conservar e restaurar o oceano para contribuir na manutenção da sua capacidade de regular o clima global, bem como aumentar a resiliência da zona costeira brasileira frente à mudança do clima

Indicador do Objetivo Específico	Percentual da Zona Costeira e Marinha, com importância para mitigação e adaptação, protegida				
Linha de Base do Indicador	26,48	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	26,5		27	27,5	28

0275 - Promover processos de recuperação e de prevenção da degradação em Áreas Susceptíveis de Desertificação, reduzindo a vulnerabilidade aos efeitos do clima em territórios rurais

Indicador do Objetivo Específico	Número de estados prioritários com ações para implementação das políticas estaduais de Combate à Desertificação e ações de Mitigação dos Efeitos da Seca				
Linha de Base do Indicador	6	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		15	21	21
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	0	2	3	3
	Região Nordeste	10	10	10	10
	Região Norte	0	1	3	3
	Região Sudeste	0	1	3	3
	Região Sul	0	1	2	2

0279 - Incrementar a Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial para a promoção do bem viver e enfrentamento à emergência climática.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	150	200	220	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	9	14	18	20	
	Região Nordeste	26	39	52	57	
	Região Norte	9	14	18	20	
	Região Sudeste	41	61	82	90	
	Região Sul	15	22	30	33	

0416 - Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		25	50	75	100	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral: Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Específicos do Programa

0258 - Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de negócios da bioeconomia apoiados incubados e acelerados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	200		400	800	1.000

0262 - Ampliação do acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos registrados no Sisgen				
Linha de Base do Indicador	72.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	77.000		82.000	87.000	92.000

0266 - Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais.

Indicador do Objetivo Específico	Área de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais				
Linha de Base do Indicador	1.288.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.988.000		2.888.000	3.988.000	5.288.000

0271 - Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociobiodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico	Área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil				
Linha de Base do Indicador	427.000.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	457.000.000		484.000.000	494.000.000	502.000.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Bioma Caatinga	28.000.000	28.000.000	28.000.000	28.000.000
	Bioma Cerrado	2.000.000	24.500.000	24.500.000	25.000.000
	Bioma Mata Atlântica	0	4.500.000	14.500.000	14.500.000
	Bioma Pampa	0	0	0	7.500.000

0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50.000		70.000	100.000	120.000

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400	
	Região Nordeste	200	400	600	800	
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Sudeste	200	400	600	800	
	Região Sul	200	400	600	800	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400	
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo

Objetivo Geral: Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

Objetivos Específicos do Programa

0277 - Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de recuperação de recicláveis secos dos resíduos sólidos urbanos				
Linha de Base do Indicador	2,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5,7		6,6	7,5	8,3

0280 - Promover a gestão adequada de substâncias químicas, resíduos perigosos e emergências ambientais, minimizando os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de substâncias químicas perigosas destinadas de forma ambientalmente adequada				
Linha de Base do Indicador	24.000	Unidade de Medida	tonelada		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	25.000		27.000	28.000	30.000

0281 - Promover a qualidade do meio ambiente urbano por meio do apoio aos estados e municípios para aprimoramento da gestão ambiental de forma integrada.

Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios apoiados pelo MMA com iniciativas para o aperfeiçoamento da gestão ambiental municipal de forma integrada realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		200	300	400

0283 - Ampliar a disponibilidade e integração das informações para a sociedade sobre a qualidade do ar, da água e do solo.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de UF's que geram dados de monitoramento da qualidade do ar, água e solo, integradas aos sistemas de monitoramento federais				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

0285 - Fomentar a proteção, defesa e bem-estar animal, com vistas à conscientização, prevenção e combate a práticas prejudiciais aos direitos animais, à biodiversidade e ao meio ambiente.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que implementam ações ou instrumentos da Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-estar e Direitos Animais				
Linha de Base do Indicador	2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		10	20	40
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	0,5	1,5	3	6
	Região Nordeste	1	1,5	3	6
	Região Norte	0,5	1,5	2	5

Regionalização da Meta	Região Sudeste	2	3,5	7	13
	Região Sul	1	2	5	10

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Específicos do Programa

0321 - Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número total de contratos celebrados							
Linha de Base do Indicador		116.758	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027	
		116.809		117.719		118.817		119.536	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste	150		160		170		180	
	Região Nordeste	21.756		22.026		22.297		22.567	
	Região Norte	3.421		3.464		3.506		3.549	
	Região Sudeste	5.090		5.154		5.217		5.280	
	Região Sul	10.518		10.714		10.838		10.960	

0324 - Garantia-Safra - Assegurar aos agricultores familiares garantia de proteção da produção em decorrência de perda de safra

Indicador do Objetivo Específico	% (número de famílias beneficiadas/total de cotas disponibilizadas)							
Linha de Base do Indicador	0,8	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027	
	0,85		0,9		0,9		0,95	

0325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar.

Indicador do Objetivo Específico		Nº de famílias de agricultores (as) familiares beneficiadas com assistência técnica e extensão rural							
Linha de Base do Indicador		15.000	Unidade de Medida	famílias atendidas			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027	
		15.000		30.000		45.000		75.000	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste	1.500		3.000		4.500		7.500	
	Região Nordeste	6.000		12.000		18.000		30.000	
	Região Norte	2.250		4.500		6.750		11.250	
	Região Sudeste	2.250		4.500		6.750		11.250	
	Região Sul	3.000		6.000		9.000		15.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024		2025		2026		2027	
	Mulheres	7.500		15.000		22.500		37.500	

0326 - Promover a formação de agentes de ATER, proporcionando atualização de conhecimentos e aprimoramento das diferentes abordagens, métodos e metodologias, para qualificar os serviços ofertados em conformidade com os princípios e diretrizes da Pnater.					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agentes de ATER formados				
Linha de Base do Indicador	1.300	Unidade de Medida	Pessoas formadas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.500		2.500	2.500	6.000

0327 - Promover ações de inovação destinadas à agroecologia e à transição agroecológica					
Indicador do Objetivo Específico	Número projetos apoiados em ações de inovação para a produção familiar e transição agroecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31		31	31	31

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares				
Linha de Base do Indicador	29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	17.263		21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

0330 - Fomentar a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e extrema pobreza					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por projetos de estruturação produtiva				
Linha de Base do Indicador	712.702	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	685.971		695.971	706.071	717.991
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	572.505	572.678	572.939	573.107
	Região Norte	4.073	4.074	4.076	4.077
	Região Sudeste	70.343	70.364	70.396	70.417
	Região Sul	50	55	60	70
	Semiárido	19.500	24.400	29.300	35.160
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	23.400	29.280	35.160	42.192

0331 - Promover a inclusão do público no Cadastro da Agricultura Familiar - CAF					
Indicador do Objetivo Específico	% de CAF no total de estabelecimentos rurais				
Linha de Base do Indicador	0,725	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,75		0,75	0,8	0,9

0333 - Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de contratos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos				
Linha de Base do Indicador	61.033	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	118.000		119.000	119.500	120.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	651	657	660	662
	Região Nordeste	46.942	47.340	47.539	47.738
	Região Norte	2.603	2.625	2.636	2.647
	Região Sudeste	17.865	18.016	18.092	18.167
	Região Sul	49.938	50.362	50.573	50.785

0334 - Fortalecer a autonomia econômica e produtiva de mulheres rurais					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de mulheres rurais beneficiadas por políticas públicas para fortalecimento da autonomia econômica e produtiva				
Linha de Base do Indicador	452.394	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	509.000		520.500	532.000	533.500
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	7.198	7.206	7.214	7.221
	Região Nordeste	348.830	349.206	349.582	349.959
	Região Norte	17.745	17.761	17.776	17.791
	Região Sudeste	48.587	48.641	48.694	48.748
	Região Sul	42.640	42.687	42.734	42.781

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0168 - Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras

0168 - Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras										
Indicador do Objetivo Específico		Índice de Regularização Fundiária de Terras Indígenas								
Linha de Base do Indicador		67,38	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027		
		68,46		69,58		70,72		71,42		
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		0,2		0,4		0,7		0,92	
	Região Nordeste		0,26		0,52		0,68		0,74	
	Região Norte		0,36		0,66		1,08		1,28	
	Região Sudeste		0,1		0,22		0,34		0,48	
	Região Sul		0,16		0,4		0,54		0,62	
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	Indígenas		68,46		69,58		70,72		71,42	

0513 - Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e usufruto exclusivo de seus territórios

0513 - Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e usufruto exclusivo de seus territórios							
Indicador do Objetivo Específico		Número de terras indígenas atendidas com ações de proteção, posse plena e usufruto exclusivo					
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024		2025	2026	2027	
		101		109	116	123	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024		2025	2026	2027	
	Indígenas	101		109	116	123	

0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena

0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena								
Indicador do Objetivo Específico		Número de IGATIs em implementação						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida				Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			15	30	45	60		
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027			
	Indígenas	15	30	45	60			

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2302 - Defesa Agropecuária

Objetivo Geral: Assegurar a sanidade vegetal e a saúde animal, a qualidade, as práticas leais de produção e de comércio de produtos agropecuários, visando contribuir para a promoção da saúde pública e o desenvolvimento do setor agropecuário em benefício da sociedade brasileira, por meio da regulamentação, certificação, auditoria e fiscalização agropecuária.

Objetivos Específicos do Programa

0085 - Fortalecer os mecanismos de sanidade vegetal e de conformidade de insumos e produtos de origem vegetal assegurando a competitividade nacional e internacional

Indicador do Objetivo Específico	Índice de conformidade de produtos de origem vegetal, em relação aos padrões estabelecidos na legislação				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	porcentagem		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	80	81	83	85	

0086 - Fortalecer os serviços de vigilância agropecuária internacional, laboratórios oficiais, educação sanitária em atendimento às demandas da defesa agropecuária federal

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de operações de importação e exportação fiscalizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	100	100	100	100
	Região Nordeste	100	100	100	100
	Região Norte	100	100	100	100
	Região Sudeste	100	100	100	100
	Região Sul	100	100	100	100

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária

Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos Específicos do Programa

0037 - Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Impacto econômico em R\$ das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	bilhões de reais (R\$)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	91,2		93,4	95,7	97,9

0038 - Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Número de parcerias com atores dos ecossistemas de inovação nacional e internacionais no ano				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	456		470	484	503
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	95	98	101	105
	Região Nordeste	100	103	106	110
	Região Norte	46	47	49	51
	Região Sudeste	88	91	93	97
	Região Sul	127	131	135	140

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivo Geral: Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0213 - Ampliar o fomento a projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) construídos a partir do diálogo e em colaboração com atores não acadêmicos, e cujos conhecimentos coproduzidos sejam voltados à solução de problemas socialmente relevantes

Indicador do Objetivo Específico	Número de produtos resultantes da coprodução de conhecimento nos projetos de P&D colaborativa apoiados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		10	15	20

0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

Agenda Ambiental
PROGRAMA: 2315 - Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo
Objetivo Geral: Atuar para o crescimento econômico e desenvolvimento, com sustentabilidade fiscal, responsabilidade social e ambiental, para um sistema tributário justo e eficiente, ampliando a capacidade estatal de atender à sociedade e proteger os mais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0380 - Viabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda.					
Indicador do Objetivo Específico	Recursos captados por meio de títulos públicos sustentáveis, com um montante equivalente alocado em atividades com impactos ambientais ou sociais relacionados à transformação ecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4.000.000.000		4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0311 - Reforçar a integração da América Latina e do Caribe, em particular da América do Sul

Indicador do Objetivo Específico	Número de participações em reuniões de foros de integração regional				
Linha de Base do Indicador	4	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	8	8	8	8	

0314 - Fortalecer a diplomacia da sustentabilidade

Indicador do Objetivo Específico	Número de eventos com temática de energia, mudança do clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável com participação do Brasil				
Linha de Base do Indicador	20	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	20	20	20	20	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Objetivo Geral: Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva

Objetivos Específicos do Programa

0088 - Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Indicador do Objetivo Específico		Variação da renda familiar bruta das famílias beneficiadas						
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			0	4	6	8		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	0	4	6	8			
	Região Nordeste	0	4	6	8			
	Região Norte	0	4	6	8			
	Região Sudeste	0	4	6	8			
	Região Sul	0	4	6	8			

0095 - Aperfeiçoar as estratégias e instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, com melhoria de governança e transparência

Indicador do Objetivo Específico		Percentual das áreas prioritárias da PNDR com instrumentos de planejamento em implementação								
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			4		9		14		20	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		4		9		14		20	
	Região Nordeste		4		9		14		20	
	Região Norte		4		9		14		20	
	Região Sudeste		4		9		14		20	
	Região Sul		4		9		14		20	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivo Geral: Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres

Objetivos Específicos do Programa

0013 - Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

Indicador do Objetivo Específico		Proporção dos municípios nas faixas "Alta" e "Intermediária Avançada" do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres				
Linha de Base do Indicador		40,93	Unidade de Medida	porcentagem (%)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		41,35	41,54	41,69	41,78	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	23,13	23,55	23,55	23,98	
	Região Nordeste	25,59	25,7	25,81	25,86	
	Região Norte	32	32,22	32,67	32,67	
	Região Sudeste	48,92	49,1	49,28	49,4	
	Região Sul	65,16	65,41	65,49	65,49	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2319 - Mobilidade Urbana

Objetivo Geral: Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

Objetivos Específicos do Programa

0251 - Melhorar e ampliar a infraestrutura de mobilidade urbana para o transporte não motorizado e para o transporte público coletivo.							
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana					
Linha de Base do Indicador		45,5	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024		2025	2026	2027	
		1,35		2,02	2,7	3,35	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0,12		0,17	0,23	0,29	
	Região Nordeste	0,43		0,66	0,87	1,08	
	Região Norte	0,08		0,12	0,16	0,2	
	Região Sudeste	0,41		0,61	0,83	1,02	
	Região Sul	0,31		0,46	0,61	0,76	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Objetivo Geral: Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas

Objetivos Específicos do Programa

0054 - Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade

Indicador do Objetivo Específico		Área total beneficiada por ações de revitalização de bacias hidrográficas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		45.821	173.568	426.315	666.915
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5.530	26.060	76.590	127.120
	Região Nordeste	28.261	90.448	202.635	302.675
	Região Norte	2.000	7.000	17.000	27.000
	Região Sudeste	10.030	50.060	130.090	210.120

0055 - Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais

Indicador do Objetivo Específico		Estimativa de incremento anual de área irrigada com base nas autorizações de uso das águas de domínio da União			
Linha de Base do Indicador		346.152,58	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		383.433,21	400.687,71	418.718,65	437.560,99
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	74.718,31	78.080,63	81.594,26	85.266
	Região Nordeste	85.666,91	89.521,93	93.550,41	97.760,18
	Região Norte	16.182,39	16.910,6	17.671,57	18.466,79
	Região Sudeste	173.597,85	181.064,8	189.212,72	197.727,29
	Região Sul	33.597,85	35.109,75	36.689,69	38.340,73

0056 - Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica.

Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica (ISH) baixo ou crítico na dimensão humana beneficiados com ampliação da oferta hídrica			
Linha de Base do Indicador		75	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	130	200	400
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	97	127	192	378
	Região Sudeste	0	0	5	16
	Região Sul	3	3	3	6

0058 - Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.						
Indicador do Objetivo Específico		Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis				
Linha de Base do Indicador		1,72	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2	2,04	2,07	2,11	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Hidrográfica Amazônica	0,14	0,14	0,15	0,15	
	Região Hidrográfica Atlântico Leste	21,76	22,13	22,51	22,89	
	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	3,02	3,08	3,14	3,2	
	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	45,58	45,45	45,32	45,2	
	Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	12,42	12,64	12,88	13,11	
	Região Hidrográfica Atlântico Sul	24,95	25,1	25,25	25,41	
	Região Hidrográfica Paraguai	2,31	2,33	2,34	2,37	
	Região Hidrográfica Paraná	9,64	9,82	10	10,18	
	Região Hidrográfica Parnaíba	9,88	9,99	10,1	10,22	
	Região Hidrográfica São Francisco	33,65	34,73	35,83	36,93	
	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2,67	2,75	2,83	2,9	
	Região Hidrográfica Uruguai	8,07	8,11	8,16	8,21	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2322 - Saneamento Básico

Objetivo Geral: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, visando a universalização e a integração entre as políticas públicas relacionadas, segundo os princípios da equidade, integralidade e sustentabilidade

Objetivos Específicos do Programa

0409 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de esgotamento sanitário no meio urbano

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários					
Linha de Base do Indicador		83,3	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		85,1	85,9	86,8	87,7		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	93,6	93,5	93,3	93,1		
	Região Nordeste	73,6	75,3	77	78,7		
	Região Norte	54,4	57,9	61,4	64,9		
	Região Sudeste	93,6	94,1	94,6	95,1		
	Região Sul	86,8	87,8	88,8	89,8		

0498 - Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de esgotamento sanitário no meio rural

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários ou outras soluções adequadas					
Linha de Base do Indicador		38,7	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		40,7	43,8	47	50,1		

0499 - Diminuir o risco de inundações através da implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais

Indicador do Objetivo Específico		Parcela de domicílios não sujeitos à situação de risco de inundação (SNIS)					
Linha de Base do Indicador		96	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		96,45	96,61	96,77	96,93		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	97,07	97,25	97,43	97,62		
	Região Nordeste	97,5	97,64	97,77	97,9		
	Região Norte	95,57	95,86	96,15	96,45		
	Região Sudeste	95,88	96,04	96,2	96,35		
	Região Sul	96,48	96,57	96,66	96,75		

0500 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana

Indicador do Objetivo Específico		Proporção de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados com destinação final adequada					
Linha de Base do Indicador		73,9	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		76,86	78,95	81,05	83,15		

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	62	65,33	68,66	72
	Região Nordeste	60	63,33	66,66	70
	Região Norte	60	63,33	66,66	70
	Região Sudeste	87,8	89,16	90,51	91,87
	Região Sul	97,92	98,15	98,38	98,61

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2323 - Turismo, esse é o destino

Objetivo Geral: Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos Específicos do Programa

0366 - Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de viagens domésticas				
Linha de Base do Indicador		52.000.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		52.000.000	53.000.000	54.000.000	55.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.713.528	3.784.942	3.856.356	3.927.770	
	Região Nordeste	14.475.604	14.753.981	15.032.358	15.310.735	
	Região Norte	3.783.433	3.856.191	3.928.950	4.001.708	
	Região Sudeste	20.920.571	21.322.890	21.725.208	22.127.527	
	Região Sul	9.106.864	9.281.996	9.457.128	9.632.260	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional

Objetivo Geral: Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos Específicos do Programa

0390 - Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de economia verde da indústria				
Linha de Base do Indicador	0,2146	Unidade de Medida	R\$/ton		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,2253		0,2366	0,2484	0,2608

0427 - Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.

Indicador do Objetivo Específico	Valor agregado da indústria (ind. de transformação) / PIB				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11,42		11,88	12,52	14,85

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 3102 - Mineração Segura e Sustentável

Objetivo Geral: Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade aos investimentos

Objetivos Específicos do Programa

0040 - Aumentar a segurança da mineração para a sociedade brasileira						
Indicador do Objetivo Específico		Taxa de redução de nível de emergência de barragens de mineração				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		10	20	25	35	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	10	20	25	35	

0044 - Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor mineral brasileiro						
Indicador do Objetivo Específico		Número de empresas do setor com “selo ESG”				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	Empresas certificadas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0	5	5	5	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Objetivo Geral: Desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira.

Objetivos Específicos do Programa

0163 - Reduzir a intensidade de emissões de CO2 da aviação civil brasileira.					
Indicador do Objetivo Específico	Intensidade de emissões – [Kg.CO2/RTK]: massa de emissões geradas ponderada pela quantidade de passageiros e carga transportados				
Linha de Base do Indicador	0,985	Unidade de Medida	kg		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,978		0,972	0,966	0,959

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental.

Objetivos Específicos do Programa

0113 - Tornar o sistema portuário mais competitivo, seguro, sustentável, inclusivo e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Média global do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP				
Linha de Base do Indicador	7,2	Unidade de Medida	pontos		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7,25		7,5	7,75	8

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Objetivo Geral: Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade

Objetivos Específicos do Programa

0147 - Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis

Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias concedidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3.223	7.194	10.601	14.034	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.434	3.515	3.838	3.838	
	Região Nordeste	0	0	511	2.899	
	Região Norte	742	742	742	742	
	Região Sudeste	1.047	1.047	1.782	1.782	
	Região Sul	0	1.890	3.728	4.773	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 3107 - Transição Energética

Objetivo Geral: Coordenar, planejar e promover a redução do conteúdo de carbono da matriz energética brasileira, promovendo a manutenção da alta participação da oferta de energia limpas e renováveis e o aumento da eficiência energética, tanto na oferta quanto na logística de distribuição e no uso final de energia.

Objetivos Específicos do Programa

0052 - Descarbonizar a matriz de transportes, via biocombustíveis

Indicador do Objetivo Específico	Número em milhões de CBIOS emitidos no país no ano			
Linha de Base do Indicador	31,23	Unidade de Medida	milhão	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	42,31	50,41	57,99	64,43

0053 - Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de crescimento da produção de minerais para a transição energética			
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	2	2	2	2

0089 - Promover a eficiência energética no uso final de energia.

Indicador do Objetivo Específico		ODEX BRASIL								
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	-			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			90		90		90		90	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Nacional		90		90		90		90	

0092 - Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira

Indicador do Objetivo Específico		Oferta de Energia Limpa							
Linha de Base do Indicador		46,3	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027	
		47,7		47,7		47,8		47,8	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026		2027	
	Nacional	47,7		47,7		47,8		47,8	

0103 - Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em Transição Energética

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Sucesso nos Leilões de Transmissão								
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			80		80		80		80	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Nacional		80		80		80		80	

0115 - Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual da Geração à diesel nos sistemas isolados				
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		75	70	65	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	75	70	65	60	

0118 - Assegurar o atendimento de energia e potência do sistema interligado nacional						
Indicador do Objetivo Específico		Contratação da demanda projetada no Sistema Interligado Nacional, com base nos critérios de suprimento				
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		80	80	80	80	

0122 - Interligar sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Número de sistemas interligados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4	8	12	14	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Norte	4	8	12	14	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Objetivo Geral: Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.

Objetivos Específicos do Programa

0233 - Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável					
Indicador do Objetivo Específico	Carga transportada por km útil (TKU)				
Linha de Base do Indicador	371.063	Unidade de Medida	Milhão TKU - Tonelada por Quilômetro Útil		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	374.627		376.421	378.224	380.035

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis

Objetivo Geral: Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais

Objetivos Específicos do Programa

0477 - Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais						
Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Economia Popular e Solidária implementadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024		2025	2026	2027
		2.000		4.000	6.000	8.000
Regionalização da Meta	Região	2024		2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	200		400	600	800
	Região Nordeste	800		1.600	2.400	3.200
	Região Norte	300		600	900	1.200
	Região Sudeste	400		800	1.200	1.600
	Região Sul	300		600	900	1.200

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral: Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0441 - Promover ações para o reconhecimento e valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola.

Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas ofertadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	3.400	4.100	6.200	7.300	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral: Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Específicos do Programa

0184 - Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de projetos e ações apoiados				
Linha de Base do Indicador	6.125	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7.800		9.200	11.600	12.000

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Objetivo Geral: Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0351 - Promover a consolidação da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e sustentabilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de obras financiadas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		35	56	54	28	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	2	3	3	2	
	Região Nordeste	9	14	13	6	
	Região Norte	6	9	9	4	
	Região Sudeste	11	19	18	10	
	Região Sul	7	11	11	6	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Objetivo Geral: Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0120 - Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal					
Indicador do Objetivo Específico	Redução do desmatamento ilegal na Amazônia Legal Brasileira (ALB)				
Linha de Base do Indicador	11.568	Unidade de Medida	km²		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	9.280		7.540	5.800	4.060

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5122 - Saúde Indígena

Objetivo Geral: Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais

Objetivos Específicos do Programa

0249 - Garantir o acesso à água para consumo humano em aldeias indígenas.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de aldeias beneficiadas com obras de infraestrutura de abastecimento de água potável				
Linha de Base do Indicador	96	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		130	205	286

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0489 - Produzir conhecimento sobre determinantes ambientais da saúde (mudanças do clima, poluição e biodiversidade) por meio do Centro de Síntese, para fortalecimento da inovação do SUS e melhoria da qualidade de vida da população brasileira.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de execução das ações de produção de conhecimento planejadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		40	70	100

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Específicos do Programa

0370 - Ampliar o acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias rurais do Cadastro Único sem acesso à água				
Linha de Base do Indicador	993.000	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	945.000		890.000	832.000	774.000

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0342 - Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural

Indicador do Objetivo Específico		Número de novas famílias assentadas								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			20.000		50.000		60.000		70.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		3.055		7.428		8.985		10.483	
	Região Nordeste		5.360		13.411		16.261		18.971	
	Região Norte		10.102		25.163		30.440		35.513	
	Região Sudeste		878		2.136		2.584		3.015	
	Região Sul		605		1.832		1.730		2.018	

0343 - Estruturar assentamentos, promovendo a qualificação da produção e a melhoria da qualidade de vida das famílias

Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias atendidas								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			51.000		51.000		51.000		51.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		10.050		10.050		10.050		10.350	
	Região Nordeste		10.350		10.350		10.350		10.350	
	Região Norte		10.350		10.350		10.350		10.350	
	Região Sudeste		10.150		10.150		10.150		10.350	
	Região Sul		10.100		10.100		10.100		10.100	

0344 - Promover acesso a territórios e sistemas produtivos para Quilombolas

Indicador do Objetivo Específico		Área titulada para comunidades quilombolas						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			12.000	16.000	30.000	42.000		
Regionalização da Meta	Região		2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste		1.000	1.000	2.000	2.000		
	Região Nordeste		8.000	10.000	15.000	20.000		
	Região Norte		1.000	3.000	5.000	10.000		
	Região Sudeste		1.000	1.000	3.000	2.000		
	Região Sul		1.000	1.000	5.000	8.000		

Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Quilombolas	12.000	16.000	30.000	42.000

0345 - Promover o acesso à Educação do Campo para o público da Reforma Agrária, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais					
Indicador do Objetivo Específico		Número de beneficiários atendidos			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		16.250	16.250	16.250	16.250
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	1.625	1.625	1.625	1.625
	Região Nordeste	7.375	7.375	7.375	7.375
	Região Norte	3.375	3.375	3.375	3.375
	Região Sudeste	1.875	1.875	1.875	1.875
	Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000

0346 - Promover o acesso democratizado à terra					
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias beneficiadas com acesso à terra			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		13.800	17.300	17.500	20.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	400	484	483	483
	Região Nordeste	4.850	5.650	5.650	6.150
	Região Norte	7.250	9.750	9.850	11.850
	Região Sudeste	350	383	484	483
	Região Sul	950	1.033	1.033	1.034

0347 - Aprimorar o gerenciamento da malha fundiária					
Indicador do Objetivo Específico		Total de Hectares com ações de gerenciamento da malha fundiária			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5601 - Cidades Melhores
Objetivo Geral: Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos.

Objetivos Específicos do Programa

0407 - Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos que incluam temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital.					
Indicador do Objetivo Específico		Número de cidades médias, cidades grandes e regiões metropolitanas com ações e instrumentos de planejamento que incluam adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	25	25	30
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3	3	3	4
	Região Nordeste	6	6	6	7
	Região Norte	2	5	5	6
	Região Sudeste	5	6	6	7
	Região Sul	4	5	5	6

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5602 - Periferia Viva
Objetivo Geral: Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivos Específicos do Programa

0399 - Melhorar a qualidade de vida urbana, condições de habitabilidade e segurança da posse em periferias urbanas						
Indicador do Objetivo Específico		Número de domicílios com pelo menos uma inadequação (redução do crescimento)				
Linha de Base do Indicador		24.474.449	Unidade de Medida	domicílio, em unidade, atendido		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		26.954.503	27.497.325	28.040.147	28.582.968	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.964.287	1.968.948	1.973.610	1.978.272	
	Região Nordeste	8.925.936	8.995.632	9.065.328	9.135.024	
	Região Norte	3.609.028	3.720.644	3.832.261	3.943.877	
	Região Sudeste	7.882.530	8.107.998	8.333.465	8.558.932	
	Região Sul	4.572.722	4.704.103	4.835.483	4.966.863	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar

Objetivos Específicos do Programa

0329 - Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais.

Indicador do Objetivo Específico	Número de agricultores e agricultoras beneficiadas por ações de apoio à comercialização (PAA e PNAE)				
Linha de Base do Indicador	47.100	Unidade de Medida	família		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	57.000		62.500	68.000	73.500

0339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos

Indicador do Objetivo Específico	Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	20	20	20	20
	Região Nordeste	20	20	20	20
	Região Norte	20	20	20	20
	Região Sudeste	20	20	20	20
	Região Sul	20	20	20	20

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis

Objetivo Geral: Desenvolver a Pesca e Aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades, para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e competitividade do setor

Objetivos Específicos do Programa

0389 - Promover a valorização do pescado nacional e aumento de produção da aquicultura.					
Indicador do Objetivo Específico	Produção de Pescado				
Linha de Base do Indicador	1.300.000	Unidade de Medida	tonelada/ano		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.332.500		1.365.000	1.397.500	1.430.000

0397 - Fortalecer o ordenamento e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola.					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de Ordenamento Pesqueiro e Aquícola				
Linha de Base do Indicador	24	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	29		34	39	44

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos

Objetivo Geral: Promover o acesso a direitos para quilombolas, para comunidades tradicionais de matriz africana, para povos de terreiro e para povos ciganos, por meio de políticas públicas que assegurem o acesso à justiça e a recursos hídricos, energéticos, alimentares e de infraestrutura de saneamento; o reconhecimento de seus modos de vida, de seus saberes, de sua cultura e de seus territórios; o enfrentamento à discriminação étnica, racial e religiosa; a reparação; o etnodesenvolvimento; e a regularização fundiária.

Objetivos Específicos do Programa

0323 - Fomentar ações que fortaleçam as práticas agroecológicas, o fornecimento energético, o saneamento, a soberania alimentar, a valorização cultural, social, os saberes e fazeres dos quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de ações realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2	4	6	8	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Geral: Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0518 - Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, transfronteiriços, em contexto urbano e com deficiência

Indicador do Objetivo Específico		Número de documentos para a melhoria da acessibilidade				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5	10	15	20	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Indígenas	5	10	15	20	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional

Objetivo Geral: Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos Específicos do Programa

0413 - Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia.					
Indicador do Objetivo Específico	Taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		70	70	70

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Objetivo Geral: Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos Específicos do Programa

0363 - Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)										
Indicador do Objetivo Especifico		Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Sim			
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027		
		66		73		77		77		
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Zona costeira e marinha		66		73		77		77	

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Objetivo Geral: Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivos Específicos do Programa

0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		70	70	70	70
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	70	70	70	70

0078 - Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.

Indicador do Objetivo Específico		Participação nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM)			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentagem	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Exterior	100	100	100	100

0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		60	65	75	75
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	60	65	75	75

0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		8	25	50	50
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	8	25	50	50

Agenda Ambiental

PROGRAMA: 6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios

Objetivo Geral: Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Objetivos Específicos do Programa

0237 - Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de redução da área total de vegetação nativa suprimida por ano e por bioma			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	20	20	20
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Bioma Amazônia	20	20	20	20
	Bioma Caatinga	20	20	20	20
	Bioma Cerrado	20	20	20	20
	Bioma Mata Atlântica	20	20	20	20
	Bioma Pampa	20	20	20	20
	Bioma Pantanal	20	20	20	20

0239 - Prevenir e controlar os incêndios em vegetação nativa.

Indicador do Objetivo Específico		Área protegida com o manejo integrado do fogo implementado			
Linha de Base do Indicador		200.000	Unidade de Medida	km²	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		200.000	205.000	210.000	215.000

0243 - Promover a recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros.

Indicador do Objetivo Específico		Área de cobertura vegetal nativa em recuperação			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		187.500	375.000	750.000	1.500.000

0248 - Conservar as espécies, em particular, espécies ameaçadas de extinção.

Indicador do Objetivo Específico		Número de espécies da fauna/flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação ou outros instrumentos para conservação			
Linha de Base do Indicador		1.853	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		1.860	1.870	1.880	1.890

0250 - Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual do território terrestre e marinho protegido			
Linha de Base do Indicador		20,67	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		22	24	26	28

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Objetivos Específicos do Programa

0279 - Incrementar a Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial para a promoção do bem viver e enfrentamento à emergência climática.

Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	150	200	220	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	9	14	18	20	
	Região Nordeste	26	39	52	57	
	Região Norte	9	14	18	20	
	Região Sudeste	41	61	82	90	
	Região Sul	15	22	30	33	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral: Aprimorar e integrar o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação, bem como ampliar investimentos e a produção e disseminação de informações e conhecimento, a fim de fortalecer a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com qualidade, sustentabilidade e transversalidade.

Objetivos Específicos do Programa

0034 - Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça.

Indicador do Objetivo Específico	Número de visualizações dos sites do Ipea				
Linha de Base do Indicador	5.000.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5.075.000		5.150.000	5.225.000	5.300.000

0101 - Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

Indicador do Objetivo Específico	Média dos percentuais de atributos marcados na PPA				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	55		60	65	65

0430 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas nos Orçamentos da União.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de Programações Orçamentárias Transversais e Multissetoriais				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		21	22	23

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda

Objetivo Geral: Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e renda, proteção social e remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos Específicos do Programa

0130 - Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações do trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Número de acessos ao Portal de Disseminação de Estatísticas de Trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21.000		22.000	23.150	24.300

0132 - Promover a qualificação social e profissional

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiados pelas políticas de qualificação social e profissional				
Linha de Base do Indicador	100.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	600.000		1.550.000	2.600.000	4.000.000

0140 - Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil

Indicador do Objetivo Específico	Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho infantil pela fiscalização				
Linha de Base do Indicador	2.324	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.350		4.800	7.350	10.000

0143 - Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento de cotas de aprendizagem profissional				
Linha de Base do Indicador	49,13	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	49,62		50,14	50,65	51,03

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0315 - Atuar internacionalmente em prol dos Direitos Humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome

Indicador do Objetivo Específico	Acordos bilaterais ou regionais assinados e apresentação ou copatrocinio de planos de ação, resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	3	3	3	3	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 2323 - Turismo, esse é o destino

Objetivo Geral: Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos Específicos do Programa

0366 - Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de viagens domésticas				
Linha de Base do Indicador		52.000.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		52.000.000	53.000.000	54.000.000	55.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.713.528	3.784.942	3.856.356	3.927.770	
	Região Nordeste	14.475.604	14.753.981	15.032.358	15.310.735	
	Região Norte	3.783.433	3.856.191	3.928.950	4.001.708	
	Região Sudeste	20.920.571	21.322.890	21.725.208	22.127.527	
	Região Sul	9.106.864	9.281.996	9.457.128	9.632.260	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 3108 - Segurança Viária

Objetivo Geral: Aumentar a segurança nas vias terrestres por meio de ações de educação para o trânsito, inovações tecnológicas, engenharia de segurança viária, fiscalização, regularização física do ativo e solução de conflitos ferroviários para reduzir o número e a severidade dos sinistros.

Objetivos Específicos do Programa

0020 - Reduzir o número de sinistros com vítimas no trânsito

Indicador do Objetivo Específico	Número de sinistros com vítimas por dez mil veículos				
Linha de Base do Indicador	130,71	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	125,8083		120,9067	116,0051	111,1035

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 4101 - Comunicação Pública e Governamental

Objetivo Geral: Ampliar o acesso da sociedade a informações públicas e governamentais, assegurando-lhes transparência, credibilidade e representatividade, para fortalecer a cidadania e a participação social.

Objetivos Específicos do Programa

0451 - Qualificar o ambiente informacional, a partir da promoção da educação midiática.

Indicador do Objetivo Específico	Número de profissionais capacitados em educação midiática				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	profissional capacitado		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	175.000		175.000	175.000	175.000

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral: Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0039 - Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão das matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades, priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola/creche				
Linha de Base do Indicador		37,3	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		41,5	44,4	47,5	50,8	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	35	37,5	40,1	42,9	
	Região Nordeste	37,5	40,1	42,9	45,9	
	Região Norte	22,7	24,3	26	27,8	
	Região Sudeste	49,3	52,8	56,5	60,5	
	Região Sul	47,3	50,6	54,1	57,9	

0433 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º Ano do ensino fundamental				
Linha de Base do Indicador		43,6	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		53,4	53,4	53,4	60	

0435 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a aprendizagem do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, visando à recomposição das aprendizagens que foram prejudicadas pelo período da pandemia da COVID-19 e à garantia do direito à aprendizagem.

Indicador do Objetivo Específico		IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental para a rede pública				
Linha de Base do Indicador		5,5	Unidade de Medida	índice numérico	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5,55	5,57	5,57	5,6	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	5,64	5,66	5,66	5,7	
	Região Nordeste	5,14	5,16	5,16	5,19	
	Região Norte	5,04	5,05	5,05	5,09	
	Região Sudeste	5,94	5,96	5,96	6	
	Região Sul	6	6	6	6	

0436 - Melhorar a qualidade da educação nos anos finais do Ensino Fundamental, com vistas à promoção de um ensino significativo, acolhedor e equitativo para os adolescentes, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.						
Indicador do Objetivo Específico		IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental para a rede pública				
Linha de Base do Indicador		4,9	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5,1	5,1	5,1	5,3	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	5,1	5,1	5,1	5,3	
	Região Nordeste	4,7	4,7	4,7	4,9	
	Região Norte	4,7	4,7	4,7	4,9	
	Região Sudeste	5,3	5,4	5,4	5,5	
	Região Sul	5,3	5,4	5,4	5,5	

0438 - Melhorar o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes de Ensino Médio mediante o apoio às redes de ensino para o fortalecimento da Política Nacional do Ensino Médio, em articulação com os entes federados.						
Indicador do Objetivo Específico		IDEB do Ensino Médio para a rede pública				
Linha de Base do Indicador		3,9	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4,1	4,1	4,1	4,2	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3,9	4	4	4	
	Região Nordeste	3,7	3,8	3,8	3,9	
	Região Norte	3,7	3,8	3,8	3,9	
	Região Sudeste	4,3	4,3	4,3	4,5	
	Região Sul	4,4	4,4	4,4	4,6	

0439 - Ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica por meio do Programa Escola em Tempo Integral, visando a redução da desigualdade e priorizando os grupos mais vulnerabilizados.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral				
Linha de Base do Indicador		18,2	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		21,6	22,9	24,6	25	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	16,5	17,8	19,6	20	
	Região Nordeste	24,1	24,4	24,9	25	
	Região Norte	12,2	13,6	15,5	16	
	Região Sudeste	22,5	23,4	24,7	25	
	Região Sul	18,5	19,8	21,6	22	

0441 - Promover ações para o reconhecimento e valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas ofertadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3.400		4.100	6.200	7.300

0443 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Especial na perspectiva Inclusiva					
Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação				
Linha de Base do Indicador	1.372.985	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.661.310		1.827.442	2.010.185	2.211.204
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	127.733	140.507	154.557	170.013
	Região Nordeste	533.430	586.774	645.451	709.996
	Região Norte	167.378	184.116	202.527	222.780
	Região Sudeste	571.022	628.124	690.936	760.030
	Região Sul	261.747	287.921	316.714	348.385

0444 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Bilingue de Surdos.					
Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas de estudantes surdos, deficientes auditivos e surdos cegos na educação básica				
Linha de Base do Indicador	61.594	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	64.094		66.594	69.094	71.594
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	22.193	23.058	23.924	24.790
	Região Nordeste	18.630	19.356	20.083	20.810
	Região Norte	7.542	7.836	8.131	8.425
	Região Sudeste	10.064	10.456	10.849	11.241
	Região Sul	5.666	5.887	6.108	6.329

0448 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação de Jovens e Adultos					
Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos				
Linha de Base do Indicador	2.774.428	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3.324.429		3.974.428	4.724.428	5.577.618
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	229.291	311.809	412.896	521.850
	Região Nordeste	1.484.585	1.685.808	1.908.350	2.186.789
	Região Norte	380.709	463.245	563.579	670.158
	Região Sudeste	905.252	1.106.438	1.331.861	1.582.496
	Região Sul	324.592	407.128	507.742	616.325

0449 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar do Campo						
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas do campo da educação básica				
Linha de Base do Indicador		4.862.053	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4.862.053	5.030.426	5.108.759	5.273.295	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	191.202	191.393	191.584	191.775	
	Região Nordeste	2.782.821	2.838.477	2.895.246	2.953.150	
	Região Norte	1.101.266	1.117.784	1.134.550	1.151.568	
	Região Sudeste	595.905	601.864	607.882	613.960	
	Região Sul	359.232	359.241	361.037	362.842	

0450 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar indígena						
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas indígenas da educação básica				
Linha de Base do Indicador		275.035	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		285.615	292.039	298.462	304.886	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	40.135	37.532	35.824	33.289	
	Região Nordeste	59.471	59.164	57.857	56.650	
	Região Norte	161.423	161.423	179.287	188.674	
	Região Sudeste	9.750	10.243	10.984	11.726	
	Região Sul	14.836	14.573	14.510	14.547	

0452 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar quilombola						
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas quilombolas da educação básica				
Linha de Base do Indicador		283.020	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		300.000	320.000	330.000	350.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	17.478	18.643	19.226	20.391	
	Região Nordeste	207.110	220.918	227.821	241.629	
	Região Norte	35.880	38.272	39.468	41.860	
	Região Sudeste	31.236	33.318	34.360	36.442	
	Região Sul	8.296	8.849	9.125	9.678	

0454 - Inserir a educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas que declaram ter acesso à Internet para uso nos processos de ensino e aprendizagem				
Linha de Base do Indicador		56,26	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		70	80	97	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	84,4	89,6	94,8	100	
	Região Nordeste	66,4	77,6	88,8	100	

Regionalização da Meta	Região Norte	55,6	70,4	85,2	100
	Região Sudeste	82,6	88,4	94,2	100
	Região Sul	88,2	92,1	96,1	100

0456 - Prover acesso à internet banda larga, e a equipamentos para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive em escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas conectadas à internet banda larga			
Linha de Base do Indicador		70,09	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		82,05	88,04	94,02	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	90,6	93,8	96,9	100
	Região Nordeste	78,6	85,7	92,9	100
	Região Norte	63,6	75,7	87,9	100
	Região Sudeste	93	95,4	97,7	100
	Região Sul	87,6	91,8	95,9	100

0457 - Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD			
Linha de Base do Indicador		94,02	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		94,05	95	95,05	96

0458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados			
Linha de Base do Indicador		28,86	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		31	33	35	38

0462 - Fortalecer a gestão democrática e participativa, em articulação intersetorial com os sistemas de ensino, na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a garantia da educação básica e dos demais direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas públicas de educação básica ativas com Conselho Escolar em funcionamento			
Linha de Base do Indicador		72,9	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		77,4	80,8	84,2	87,1
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	85,8	90,8	95,8	98
	Região Nordeste	74,5	76,5	78,5	80,5
	Região Norte	60	65	70	75
	Região Sudeste	82,6	84,6	86,6	89

Regionalização da Meta	Região Sul	84,3	87,3	90,3	93

0466 - Realizar levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a Educação Básica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de realização de pesquisas, exames e avaliações da educação básica, conforme planejamento anual				
Linha de Base do Indicador	100	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	100	100	100	100	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral: Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Específicos do Programa

0166 - Expandir a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de matrículas em cursos de EPT				
Linha de Base do Indicador		3.098.179	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4.878.408	5.628.409	6.378.381	7.128.408	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	412.688	476.256	539.797	603.392	
	Região Nordeste	1.134.256	1.310.686	1.487.116	1.663.544	
	Região Norte	418.018	482.842	547.667	612.492	
	Região Sudeste	2.101.875	2.422.320	2.742.763	3.063.207	
	Região Sul	811.571	936.305	1.061.038	1.185.773	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos

Objetivo Geral: Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Específicos do Programa

0310 - Promover a ampliação da análise processual com segurança jurídica dos pedidos de Cooperação Jurídica Internacional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento dos pedidos ativos do ano diligenciados				
Linha de Base do Indicador	76	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	80		82	84	86

0338 - Fortalecer a proteção de crianças e adolescentes contra conteúdos potencialmente prejudiciais ao seu desenvolvimento psíquico (classificação indicativa)

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de obras analisadas em relação ao número de processos completos inscritos				
Linha de Base do Indicador	100	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5118 - Atenção Especializada à Saúde

Objetivo Geral: Ampliar a oferta e o acesso às ações e serviços da Atenção Especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Objetivos Específicos do Programa

0470 - Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.

Indicador do Objetivo Específico		Índice de redução das filas de espera por procedimentos eletivos de Atenção Especializada à Saúde						
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			0,6	0,75	0,9	1,05		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Exterior	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Centro-Oeste	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Nordeste	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Norte	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Sudeste	0,6	0,75	0,9	1,05			

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde

Objetivo Geral: Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, e intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos Específicos do Programa

0388 - Implantar o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento às iniquidades em saúde

Indicador do Objetivo Específico	Número de estratégias e dispositivos implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	28		28	42	42

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5122 - Saúde Indígena

Objetivo Geral: Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais

Objetivos Específicos do Programa

0186 - Reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis				
Linha de Base do Indicador		19,01	Unidade de Medida taxa			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		17,58	16,15	14,25	13,03	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	7,52	6,91	6,3	5,69	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	14,02	12,88	11,74	10,61	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	22,12	20,33	18,53	16,74	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	21,17	19,46	17,74	16,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	53,62	49,28	44,93	40,58	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	13,03	11,98	10,92	9,86	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	22,09	20,3	18,51	16,72	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	21,85	20,08	18,31	16,54	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	3,34	3,34	3,34	3,34	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	2,3	2,3	2,3	2,3	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	19,01	17,47	15,92	14,38	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	13,07	12,59	11,48	10,37	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	15,33	14,09	12,85	11,06	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	17,34	15,94	14,53	13,13	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	13,6	12,5	11,04	10,29	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	11,27	10,36	9,45	8,53	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	5,02	5,02	5,02	5,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	1,55	1,55	1,55	1,55	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	5,5	5,05	5,05	5,05	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	9,4	8,64	7,88	7,11	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	9,84	9,04	8,24	7,45	

Regionalização da Meta	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	31,36	28,81	26,27	23,73
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	22,51	20,69	18,86	17,04
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	3,72	3,72	3,72	3,72
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	5,16	5,16	5,16	5,16
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	15,11	13,89	12,66	11,44
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	5,11	5,11	5,11	5,11
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	19,76	18,16	16,56	14,96
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	10,11	9,29	8,47	7,65
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	47,19	43,37	39,54	35,71
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	9,89	9,09	8,29	7,49
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	44	40,43	36,87	33,3
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	10,55	9,7	8,84	7,98
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	65,47	60,16	54,85	49,54

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0067 - Disponibilizar informações precisas e oportunas de estatísticas vitais e de morbidade da população por meio dos sistemas de informação de vigilância em saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios utilizando as declarações eletrônicas de nascido vivo ou de óbito				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		25	50	75

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5126 - Esporte para a Vida

Objetivo Geral: Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos Específicos do Programa

0410 - Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, e incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais

Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de pessoas beneficiadas nos programas sociais do MESP voltados para atividades/ações esportivas de lazer das parcerias				
Linha de Base do Indicador		527.500	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		553.875	581.568	610.647	673.238	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	83.081	87.235	91.597	100.986	
	Região Nordeste	110.775	116.314	122.129	134.648	
	Região Norte	110.775	116.314	122.129	134.648	
	Região Sudeste	166.163	17.447	183.194	20.197	
	Região Sul	83.081	87.235	91.597	100.986	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Específicos do Programa

0244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento das famílias com perfil do PBF (razão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e a estimativa de famílias com perfil de permanência do PBF, calculada com base na PNADC)				
Linha de Base do Indicador	102,2	Unidade de Medida	percentagem %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

0257 - Contribuir para ampliar o acesso à educação e permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento educacional de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	70,01	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		72,5	75	80

0261 - Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento de saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	78,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	72,5		75	77,5	80

0296 - Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF)

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que recebem recursos do IGDM-PBF				
Linha de Base do Indicador	93,41	Unidade de Medida			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	94		95	95,5	96

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais

Objetivo Geral: Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos Específicos do Programa

0002 - Prover às políticas públicas dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias de baixa renda no Cadastro Único com informações atualizadas (Taxa de Atualização Cadastral)				
Linha de Base do Indicador	83	Unidade de Medida	percentagem		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	84		84,5	85	86

0231 - Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, dentre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e seus impactos sobre a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico	Proporção de programas do MDS que estão no Planejamento Estratégico com documentação na Wiki-ID				
Linha de Base do Indicador	42	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		70	80	90

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo Geral: Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

Objetivos Específicos do Programa

0253 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Básica ofertados às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de famílias com renda de até ½ salário-mínimo inscritas no Cadastro Único, cobertas por unidades CRAS			
Linha de Base do Indicador		68,2	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		69	70	71	72
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	75,5	76	76,5	77
	Região Nordeste	64	65	66	67
	Região Norte	55	56	57	58
	Região Sudeste	71,5	72	72,5	73
	Região Sul	94,2	94,3	94,4	94,5

0276 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Especial ofertados às famílias e pessoas em situações de risco social, violência e violação de direitos

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com presença de serviços e unidades de Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidades			
Linha de Base do Indicador		65,51	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		68	70	72	75
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	67	69	71	75
	Região Nordeste	64	68	71	76
	Região Norte	74	78	82	88
	Região Sudeste	73	74	75	76
	Região Sul	65	66	67	68

0309 - Promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, em relação ao quantitativo de municípios elegíveis ao Programa			
Linha de Base do Indicador		68	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		70	72	73	75
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	61	63	66	68
	Região Nordeste	95	95	96	96
	Região Norte	92	92	93	93
	Região Sudeste	51	54	57	60
	Região Sul	28	32	36	40

0322 - Aprimorar a gestão do BPC para reduzir o tempo de concessão dos benefícios, agilizando o acesso dos requerentes						
Indicador do Objetivo Específico		Tempo Médio de Concessão (TMC) para o BPC (PcD e Idoso)				
Linha de Base do Indicador		164	Unidade de Medida	dias	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133	101	70	70	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	158	114	70	70	
	Região Nordeste	153	111	70	70	
	Região Norte	131	100	70	70	
	Região Sudeste	113	91	70	70	
	Região Sul	113	91	70	70	

0341 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com preenchimento dos sistemas de registro e monitoramento dos requisitos do Art. 30 da LOAS (Conselho, Fundo e Plano de Assistência Social)				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50	75	85	95	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	75	85	95	
	Região Nordeste	52	78	89	97	
	Região Norte	51	75	86	95	
	Região Sudeste	48	73	83	93	
	Região Sul	48	73	83	93	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5135 - Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver

Objetivo Geral: Assegurar o exercício de direitos pelos jovens mediante implementação e execução da política nacional da juventude e a ampliação de acesso a serviços e equipamentos públicos, valorizando os jovens como sujeitos de direito, em especial os segmentos mais vulnerabilizados da população.

Objetivos Específicos do Programa

0071 - Institucionalizar, fortalecer e publicizar as políticas públicas para juventude em nível nacional e internacional e em articulação com estados e municípios, e ampliar canais de diálogo, representação e participação social da juventude

Indicador do Objetivo Específico	Unidades da Federação com adesão formalizada ao Sistema Nacional de Juventude				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		12	27	27

0076 - Promover a emancipação, qualificação, autonomia, cultura de paz e cultura democrática entre os jovens

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de unidades da federação cobertos com a instalação de equipamentos de referência da juventude apoiados pelo governo federal				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		30	60	100

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0345 - Promover o acesso à Educação do Campo para o público da Reforma Agrária, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais

Indicador do Objetivo Específico		Número de beneficiários atendidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		16.250	16.250	16.250	16.250	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.625	1.625	1.625	1.625	
	Região Nordeste	7.375	7.375	7.375	7.375	
	Região Norte	3.375	3.375	3.375	3.375	
	Região Sudeste	1.875	1.875	1.875	1.875	
	Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000	

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados

Objetivo Geral: Promover o direito ao cuidado e a corresponsabilização pela sua provisão entre famílias, Estado, mercado e empresas e comunidade.

Objetivos Específicos do Programa

0336 - Garantir o direito ao cuidado por meio da elaboração, articulação, integração e execução de ações da Política e do Plano Nacional de Cuidados.

Indicador do Objetivo Específico	Número de relatórios de monitoramento do Plano Nacional de Cuidados publicados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		2	2	2

0350 - Promover a conscientização social sobre a relevância dos cuidados para a reprodução da vida, o funcionamento das economias e o bem-estar das pessoas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de iniciativas (campanhas, eventos, seminários e premiações) de conscientização realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		3	3	3

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos

Objetivo Geral: Promover o acesso a direitos para quilombolas, para comunidades tradicionais de matriz africana, para povos de terreiro e para povos ciganos, por meio de políticas públicas que assegurem o acesso à justiça e a recursos hídricos, energéticos, alimentares e de infraestrutura de saneamento; o reconhecimento de seus modos de vida, de seus saberes, de sua cultura e de seus territórios; o enfrentamento à discriminação étnica, racial e religiosa; a reparação; o etnodesenvolvimento; e a regularização fundiária.

Objetivos Específicos do Programa

0264 - Criar mecanismos de identificação e de enfrentamento à violência e à discriminação contra quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de Mecanismos criados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	6		6	6	6

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5803 - Juventude Negra Viva

Objetivo Geral: Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais.

Objetivos Específicos do Programa

0206 - Promover a Saúde da Juventude Negra

Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios com ações de promoção da saúde da juventude negra realizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41		41	41	40

0207 - Territorializar a atenção aos Direitos Humanos para a Juventude Negra em territórios periféricos

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de municípios que tenham aderido ao Programa Integrado e Multissetorial de Serviço de Atenção aos Direitos Humanos da Juventude Negra				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	40		40	40	43

0219 - Ampliar a presença de jovens negros, em condição de vulnerabilidade econômica e social, no mercado de trabalho por meio da Economia Popular e Solidária em territórios vulneráveis, periféricos e favelas

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de municípios com ações relacionadas à promoção da Economia Popular e Solidária para jovens negros				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		20	20	20

0221 - Ampliar os projetos de incentivo ao esporte amador destinado à juventude negra nas periferias urbanas, periurbanas e em territórios rurais

Indicador do Objetivo Específico	Municípios com projetos apoiados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	12		12	12	12

0222 - Ampliar mecanismos de letramento racial para a segurança pública com cidadania, com foco na proteção da vida dos jovens negros vítimas de violação de direitos

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações apoiadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua

Objetivo Geral: Desenvolver ações voltadas à implementação de políticas públicas e projetos intersetoriais e transversais voltadas à População em Situação de Rua

Objetivos Específicos do Programa

0227 - Promover o acesso de pessoas em situação crônica de rua à moradia com apoio de equipe multidisciplinar por meio do Programa Nacional Moradia Primeiro.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de unidades habitacionais mobiliadas do Programa Moradia Primeiro disponibilizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	500		1.000	1.500	2.000

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade

Objetivo Geral: Assegurar, com absoluta prioridade, a efetividade dos direitos humanos e cidadania de crianças e adolescentes referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantindo o pleno desenvolvimento de uma vida sem violência.

Objetivos Específicos do Programa

0190 - Aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos para promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos e da cidadania de crianças e adolescentes

Indicador do Objetivo Específico		Número de Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes que receberam equipagem para a qualificação do atendimento ofertado				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	200	300	400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	15	30	45	60	
	Região Nordeste	25	50	75	100	
	Região Norte	25	50	75	100	
	Região Sudeste	20	40	60	80	
	Região Sul	15	30	45	60	

0191 - Ampliar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens em programas de atendimento socioeducativo e pós-atendimento socioeducativo.

Indicador do Objetivo Específico		Número de programas socioeducativos equipados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		10	11	6	27	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1	2	0	2	
	Região Nordeste	4	3	3	11	
	Região Norte	2	2	2	7	
	Região Sudeste	3	2	0	4	
	Região Sul	0	2	1	3	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	LGBTQIA+	4	2	1	7	
	Povos e Comunidades Tradicionais	2	1	1	4	
	Quilombolas	2	1	1	4	

0192 - Proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de estados com Programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAM) em funcionamento				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		80	90	95	100	

	Região	2024	2025	2026	2027
Regionalização da Meta	Região Centro-Oeste	50	75	75	100
	Região Nordeste	80	90	95	100
	Região Norte	85	100	100	100
	Região Sudeste	100	100	100	100
	Região Sul	100	100	100	100

0193 - Prevenir e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na violência letal, sexual, doméstica e no trabalho infantil.

Indicador do Objetivo Específico		Número de Centros Integrados equipados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		10	10	10	30
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	2	1	2	5
	Região Nordeste	2	3	3	8
	Região Norte	3	3	3	9
	Região Sudeste	2	1	1	4
	Região Sul	1	2	1	4

0196 - Desenvolver ações intersetoriais para fortalecer a convivência familiar e comunitária e evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, principalmente na primeira infância, integrando os programas de promoção de direitos

Indicador do Objetivo Específico		Número de ações para evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		2	4	5	6

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações

Objetivo Geral: Assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de promoção e defesa dos direitos humanos, de reparação por graves violações e de educação e cultura em direitos humanos.

Objetivos Específicos do Programa

0301 - Promover a incorporação e o fortalecimento de valores de direitos humanos na sociedade por meio de ações de educação e cultura

Indicador do Objetivo Específico	Alcance das ações de educação em direitos humanos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	800.000		1.030.000	1.260.000	1.390.000

0302 - Promover e ampliar o acesso ao registro civil de nascimento e à documentação básica a pessoas de todas as origens e nacionalidades, com foco nas interseccionalidades e no enfrentamento ao racismo estrutural.

Indicador do Objetivo Específico	Número de unidades interligadas de cartório instaladas em hospitais				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		40	60	80
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	12	24	36	48
	Região Norte	8	16	24	32

0304 - Consolidar e capilarizar políticas públicas de direitos humanos, com fortalecimento institucional, fomento à participação social, apoio e articulação com estados e municípios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de órgãos colegiados de direitos humanos apoiados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		30	45	60

0307 - Difundir informações estratégicas para o acompanhamento da situação dos direitos humanos no Brasil, a mobilização da sociedade e o subsídio à tomada de decisão informada por evidências para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de cadastros federais e pesquisas oficiais que passaram a incluir públicos beneficiados de ações de Direitos Humanos (observaDH)				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		6	8	10

0467 - Aprimorar os canais de denúncia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Indicador do Objetivo Específico	Índice de Satisfação dos usuários atendidos pelo Disque 100				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número índice		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4,6		4,6	4,6	4,6

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional

Objetivo Geral: Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos Específicos do Programa

0241 - Contribuir com Políticas Públicas que promovam inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas, promovendo interação com a sociedade brasileira e cooperando com o desenvolvimento nacional.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de execução de ações de Cooperação com a Sociedade Brasileira				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		70	70	70

Agenda Crianças e Adolescentes

PROGRAMA: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Objetivo Geral: Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivos Específicos do Programa

0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		60	65	75	75
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	60	65	75	75

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral: Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Específicos do Programa

0258 - Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de negócios da bioeconomia apoiados incubados e acelerados			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		200	400	800	1.000

0262 - Ampliação do acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios.

Indicador do Objetivo Específico		Número de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos registrados no Sisgen			
Linha de Base do Indicador		72.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		77.000	82.000	87.000	92.000

0266 - Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais.

Indicador do Objetivo Específico		Área de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais			
Linha de Base do Indicador		1.288.000	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		1.988.000	2.888.000	3.988.000	5.288.000

0271 - Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociobiodiversidade.						
Indicador do Objetivo Específico		Área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil				
Linha de Base do Indicador		427.000.000	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		457.000.000	484.000.000	494.000.000	502.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Bioma Caatinga	28.000.000	28.000.000	28.000.000	28.000.000	
	Bioma Cerrado	2.000.000	24.500.000	24.500.000	25.000.000	
	Bioma Mata Atlântica	0	4.500.000	14.500.000	14.500.000	
	Bioma Pampa	0	0	0	7.500.000	

0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50.000	70.000	100.000	120.000	

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400	
	Região Nordeste	200	400	600	800	
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Sudeste	200	400	600	800	
	Região Sul	200	400	600	800	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400	
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Específicos do Programa

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade

Indicador do Objetivo Específico		Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares			
Linha de Base do Indicador		29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		17.263	21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

0333 - Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais

Indicador do Objetivo Específico		Nº de contratos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos			
Linha de Base do Indicador		61.033	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		118.000	119.000	119.500	120.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	651	657	660	662
	Região Nordeste	46.942	47.340	47.539	47.738
	Região Norte	2.603	2.625	2.636	2.647
	Região Sudeste	17.865	18.016	18.092	18.167
	Região Sul	49.938	50.362	50.573	50.785

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral: Aprimorar e integrar o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação, bem como ampliar investimentos e a produção e disseminação de informações e conhecimento, a fim de fortalecer a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com qualidade, sustentabilidade e transversalidade.

Objetivos Específicos do Programa

0034 - Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça.

Indicador do Objetivo Específico	Número de visualizações dos sites do Ipea				
Linha de Base do Indicador	5.000.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5.075.000		5.150.000	5.225.000	5.300.000

0101 - Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

Indicador do Objetivo Específico	Média dos percentuais de atributos marcados na PPA				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	55		60	65	65

0430 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas nos Orçamentos da União.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de Programações Orçamentárias Transversais e Multissetoriais				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		21	22	23

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento

Objetivo Geral: Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais, para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Objetivos Específicos do Programa

0286 - Fortalecer as capacidades estatais pelo aperfeiçoamento do sistema de carreiras e de gestão de pessoas, pela qualificação no recrutamento e desenvolvimento de competências e pela democratização das relações de trabalho na Administração Pública Federal.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de necessidades atendidas integralmente				
Linha de Base do Indicador	35	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		62	64	64

0419 - Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, sob coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do País.

Indicador do Objetivo Específico	Número de documentos disponibilizados à consulta pública				
Linha de Base do Indicador	1.584.401	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	250.000		250.000	500.000	500.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	75.000	75.000	150.000	150.000
	Região Sudeste	175.000	175.000	350.000	350.000

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivo Geral: Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	20	30	40	50	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Objetivo Geral: Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias

Objetivos Específicos do Programa

0415 - Promover a formação, capacitação, atração e fixação de recursos humanos em projetos de CT&I com atenção à correção de assimetrias

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	1,06	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1,17		1,28	1,41	1,55

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda

Objetivo Geral: Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e renda, proteção social e remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos Específicos do Programa

0130 - Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações do trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Número de acessos ao Portal de Disseminação de Estatísticas de Trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	21.000	22.000	23.150	24.300	

0132 - Promover a qualificação social e profissional

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiados pelas políticas de qualificação social e profissional				
Linha de Base do Indicador	100.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	600.000	1.550.000	2.600.000	4.000.000	

0136 - Combater a exploração do trabalho análogo ao escravo e do tráfico de pessoas

Indicador do Objetivo Específico	Número de ações fiscais de combate ao trabalho análogo ao de escravo e ao tráfico de pessoas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	500	1.050	1.650	2.300	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	2	4	7	10
	No Estado da Bahia	2	4	7	10
	No Estado da Paraíba	2	4	7	10
	No Estado de Alagoas	2	4	7	10
	No Estado de Goiás	2	4	7	10
	No Estado de Mato Grosso	2	4	7	10
	No Estado de Mato Grosso do Sul	2	4	7	10
	No Estado de Minas Gerais	2	4	7	10
	No Estado de Pernambuco	2	4	7	10
	No Estado de Rondônia	2	4	7	10
	No Estado de Roraima	2	4	7	10
	No Estado de Santa Catarina	2	4	7	10
	No Estado de São Paulo	2	4	7	10
	No Estado de Sergipe	2	4	7	10
	No Estado do Acre	2	4	7	10
	No Estado do Amapá	2	4	7	10
	No Estado do Amazonas	2	4	7	10
	No Estado do Ceará	2	4	7	10
	No Estado do Espírito Santo	2	4	7	10
	No Estado do Maranhão	2	4	7	10

Regionalização da Meta	No Estado do Pará	2	4	7	10
	No Estado do Paraná	2	4	7	10
	No Estado do Piauí	2	4	7	10
	No Estado do Rio de Janeiro	2	4	7	10
	No Estado do Rio Grande do Norte	2	4	7	10
	No Estado do Rio Grande do Sul	2	4	7	10
	No Estado do Tocantins	2	4	7	10

0138 - Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, assédio e violência no trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ambientes de trabalho fiscalizados com vistas ao combate à discriminação, assédio e violência				
Linha de Base do Indicador	2.438	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.560		5.248	8.070	11.034

0139 - Assegurar a dignidade no trabalho das trabalhadoras domésticas					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de regularização das infrações mais recorrentes no trabalho doméstico				
Linha de Base do Indicador	6,34	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		12	14	15

0140 - Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil					
Indicador do Objetivo Específico	Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho infantil pela fiscalização				
Linha de Base do Indicador	2.324	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.350		4.800	7.350	10.000

0143 - Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento de cotas de aprendizagem profissional				
Linha de Base do Indicador	49,13	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	49,62		50,14	50,65	51,03

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0315 - Atuar internacionalmente em prol dos Direitos Humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome

Indicador do Objetivo Específico	Acordos bilaterais ou regionais assinados e apresentação ou copatrocínio de planos de ação, resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		3	3	3

0319 - Expandir a rede e modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior

Indicador do Objetivo Específico	Número total de serviços consulares processados pelo Sistema Consular Integrado - SCI				
Linha de Base do Indicador	868.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	954.800		1.050.280	1.155.308	1.270.838

0320 - Transversalizar na política externa as perspectivas de igualdade de gênero e igualdade racial

Indicador do Objetivo Específico	Documento de Diretrizes para Transversalização publicado				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		0	0	0

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2323 - Turismo, esse é o destino

Objetivo Geral: Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos Específicos do Programa

0366 - Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de viagens domésticas				
Linha de Base do Indicador		52.000.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		52.000.000	53.000.000	54.000.000	55.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.713.528	3.784.942	3.856.356	3.927.770	
	Região Nordeste	14.475.604	14.753.981	15.032.358	15.310.735	
	Região Norte	3.783.433	3.856.191	3.928.950	4.001.708	
	Região Sudeste	20.920.571	21.322.890	21.725.208	22.127.527	
	Região Sul	9.106.864	9.281.996	9.457.128	9.632.260	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional

Objetivo Geral: Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos Específicos do Programa

0371 - Promover a simplificação e a desburocratização do ambiente de negócios; e o acesso a redes de apoio, a crédito e garantias, com enfoque em MPes, microempreendedores e artesãos.

Indicador do Objetivo Específico	Aumento no faturamento de MPes e MEIs com base nas informações prestada para fins de arrecadação				
Linha de Base do Indicador	2.064	Unidade de Medida	R\$ bilhão		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.514		2.665	2.825	2.994

0390 - Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de economia verde da indústria				
Linha de Base do Indicador	0,2146	Unidade de Medida	R\$/ton		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,2253		0,2366	0,2484	0,2608

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis

Objetivo Geral: Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais

Objetivos Específicos do Programa

0478 - Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária

Indicador do Objetivo Específico		Número de concluintes de processos formativos em Economia Popular e Solidária sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6.300	13.000	19.500	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	252	520	780	1.680	
	Região Nordeste	2.268	4.680	7.020	15.120	
	Região Norte	189	390	585	1.260	
	Região Sudeste	2.331	4.810	7.215	15.540	
	Região Sul	1.260	2.600	3.900	8.400	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Homens	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Indígenas	189	390	585	1.260	
	Jovem	315	650	975	2.100	
	Mulheres	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Pessoa com Deficiência	315	650	975	2.100	
	Pessoa Idosa	189	390	585	1.260	
	População Negra	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Povos e Comunidades Tradicionais	390	390	585	1.260	
	Quilombolas	315	650	975	2.100	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral: Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0441 - Promover ações para o reconhecimento e valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola.

Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas ofertadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3.400		4.100	6.200	7.300

0448 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação de Jovens e Adultos

Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos				
Linha de Base do Indicador	2.774.428	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3.324.429		3.974.428	4.724.428	5.577.618
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	229.291	311.809	412.896	521.850
	Região Nordeste	1.484.585	1.685.808	1.908.350	2.186.789
	Região Norte	380.709	463.245	563.579	670.158
	Região Sudeste	905.252	1.106.438	1.331.861	1.582.496
	Região Sul	324.592	407.128	507.742	616.325

0452 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar quilombola

Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas de estudantes em escolas quilombolas da educação básica				
Linha de Base do Indicador	283.020	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	300.000		320.000	330.000	350.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	17.478	18.643	19.226	20.391
	Região Nordeste	207.110	220.918	227.821	241.629
	Região Norte	35.880	38.272	39.468	41.860
	Região Sudeste	31.236	33.318	34.360	36.442
	Região Sul	8.296	8.849	9.125	9.678

0456 - Prover acesso à internet banda larga, e a equipamentos para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive em escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de escolas conectadas à internet banda larga				
Linha de Base do Indicador	70,09	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	82,05		88,04	94,02	100

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	90,6	93,8	96,9	100
	Região Nordeste	78,6	85,7	92,9	100
	Região Norte	63,6	75,7	87,9	100
	Região Sudeste	93	95,4	97,7	100
	Região Sul	87,6	91,8	95,9	100

0458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados				
Linha de Base do Indicador	28,86	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31		33	35	38

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral: Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Específicos do Programa

0166 - Expandir a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de matrículas em cursos de EPT				
Linha de Base do Indicador		3.098.179	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4.878.408	5.628.409	6.378.381	7.128.408	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	412.688	476.256	539.797	603.392	
	Região Nordeste	1.134.256	1.310.686	1.487.116	1.663.544	
	Região Norte	418.018	482.842	547.667	612.492	
	Região Sudeste	2.101.875	2.422.320	2.742.763	3.063.207	
	Região Sul	811.571	936.305	1.061.038	1.185.773	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Objetivo Geral: Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0352 - Promover o acesso de estudantes à graduação, em instituições públicas e privadas, buscando a equidade e valorizando a diversidade

Indicador do Objetivo Específico		Taxa Bruta de matrículas na graduação			
Linha de Base do Indicador		38,5	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		39,5	40,5	41,5	42,6
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	46,3	47,7	49,1	50,6
	Região Nordeste	30,4	31,5	32,7	33,9
	Região Norte	35,7	37,1	38,5	40,1
	Região Sudeste	42,8	43,7	44,6	45,6
	Região Sul	47,4	47,9	48,4	49
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	População Negra	31,8	33,4	35,1	36,9

0353 - Ampliar a taxa de conclusão dos estudantes da graduação, em instituições públicas e privadas, promovendo a permanência, a equidade e valorizando a diversidade.

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de conclusão acumulada na graduação			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		43,8	45,8	47,8	50

0354 - Incentivar o aumento de vagas e a criação de novos cursos médicos nas Universidades Federais, com ênfase em regiões com maior carência de profissionais, otimizando a capacitação dos profissionais em área da saúde em nível de pós-graduação.

Indicador do Objetivo Específico		Número de vagas de graduação em medicina ofertadas nas instituições de educação superior			
Linha de Base do Indicador		6.986	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		7.858	8.358	8.858	9.358
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	928	1.103	1.253	1.428
	Região Nordeste	2.389	2.414	2.464	2.489
	Região Norte	864	1.039	1.189	1.364
	Região Sudeste	2.357	2.382	2.432	2.457
	Região Sul	1.320	1.420	1.520	1.620

0357 - Apoiar a formação em nível de mestrado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de titulados em mestrado por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador		29,24	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		30,04	30,47	30,91	31,36	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	32,7	33,3	33,9	34,5	
	Região Nordeste	23,2	23,9	24,5	25,1	
	Região Norte	23,5	25	26,6	28,2	
	Região Sudeste	30,2	30,1	30,1	30,1	
	Região Sul	44,3	44,9	45,5	46,2	

0358 - Apoiar a formação em nível de doutorado para a melhoria e fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de titulados em doutorado por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador		11,32	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		12,38	12,95	13,56	14,21	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	10,8	11,5	12,2	12,9	
	Região Nordeste	7,7	8,2	8,8	9,4	
	Região Norte	5,7	6,3	7,1	8	
	Região Sudeste	14,8	15,1	15,4	15,8	
	Região Sul	18,9	20,1	21,3	22,7	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos

Objetivo Geral: Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Específicos do Programa

0414 - Ampliar o atendimento das defensorias com foco nos grupos vulnerabilizados em especial mulheres, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais

Indicador do Objetivo Específico	Polos de atendimento das defensorias implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	quantidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		40	60	80

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Objetivo Geral: Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0402 - Promover a segurança cidadã e a cultura de paz, com foco na prevenção da violência contra grupos de pessoas vulneráveis.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de percepção do risco de vitimização				
Linha de Base do Indicador	33	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	32		30,8	29,5	28

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde

Objetivo Geral: Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, e intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos Específicos do Programa

0388 - Implantar o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento às iniquidades em saúde

Indicador do Objetivo Específico	Número de estratégias e dispositivos implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	28		28	42	42

0475 - Implementar ofertas formativas em rede e EAD como contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais em saúde

Indicador do Objetivo Específico	Número de alunos concluintes nas ações formativas para redução das desigualdades regionais e sociais em saúde				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11.630		15.562	19.680	23.000

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0067 - Disponibilizar informações precisas e oportunas de estatísticas vitais e de morbidade da população por meio dos sistemas de informação de vigilância em saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios utilizando as declarações eletrônicas de nascido vivo ou de óbito				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		25	50	75

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5125 - Direito à Cultura

Objetivo Geral: Consolidar a cultura como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social e sustentável, por meio do acesso, produção e fruição da cultura, o desenvolvimento técnico, a garantia dos direitos autorais, do direito à arte, à cultura, à memória e às tradições; o fomento, o fortalecimento das cadeias produtivas e criativas; a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural, com respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Objetivos Específicos do Programa

0508 - Fortalecer os meios de produção, fruição e consumo das cadeias e redes produtivas da economia criativa

Indicador do Objetivo Específico		Projetos Apoiados								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			3.040		3.040		3.040		3.040	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		246		246		246		246	
	Região Nordeste		818		818		818		818	
	Região Norte		258		258		258		258	
	Região Sudeste		1.271		1.271		1.271		1.271	
	Região Sul		447		447		447		447	

0511 - Preservar e difundir a diversidade de memórias e patrimônios culturais brasileiros

Indicador do Objetivo Específico		Número de visitantes a museus e ao patrimônio acautelado								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			600.000		600.000		600.000		600.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		48.600		48.600		48.600		48.600	
	Região Nordeste		161.400		161.400		161.400		161.400	
	Região Norte		51.000		51.000		51.000		51.000	
	Região Sudeste		250.800		250.800		250.800		250.800	
	Região Sul		88.200		88.200		88.200		88.200	

0512 - Promover e preservar a diversidade cultural, as expressões e os saberes artísticos e culturais, a democratização de bens e serviços culturais, com acessibilidade e atenção a recortes por territórios.

Indicador do Objetivo Específico		Projetos Apoiados								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			6.881		6.881		6.881		6.881	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		557		557		557		557	
	Região Nordeste		1.851		1.851		1.851		1.851	
	Região Norte		585		585		585		585	
	Região Sudeste		2.876		2.876		2.876		2.876	
	Região Sul		1.012		1.012		1.012		1.012	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5126 - Esporte para a Vida

Objetivo Geral: Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos Específicos do Programa

0410 - Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, e incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais

Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de pessoas beneficiadas nos programas sociais do MESP voltados para atividades/ações esportivas de lazer das parcerias				
Linha de Base do Indicador		527.500	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		553.875	581.568	610.647	673.238	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	83.081	87.235	91.597	100.986	
	Região Nordeste	110.775	116.314	122.129	134.648	
	Região Norte	110.775	116.314	122.129	134.648	
	Região Sudeste	166.163	17.447	183.194	20.197	
	Região Sul	83.081	87.235	91.597	100.986	

0447 - Combater o abuso, o racismo e demais formas de preconceito e violência, e manipulação de resultados ou outra forma de corrupção ou violação de direitos, fortalecendo a integridade no ambiente esportivo

Indicador do Objetivo Específico		Número de ações visando a integridade e proteção do ambiente esportivo				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		12	20	32	48	

0459 - Promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, para projetar o país como uma potência esportiva mundial

Indicador do Objetivo Específico		Número de atletas beneficiados pelos programas finalísticos, na dimensão da excelência esportiva				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		14.472	15.679	17.007	18.467	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.157	1.411	1.701	2.031	
	Região Nordeste	1.736	2.038	2.381	2.770	
	Região Norte	437	627	850	1.108	
	Região Sudeste	7.959	8.310	8.674	8.788	
	Região Sul	3.183	3.293	3.401	3.770	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Homens	7.236	7.839	8.505	9.102	
	Mulheres	7.236	7.839	8.505	9.102	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Específicos do Programa

0244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento das famílias com perfil do PBF (razão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e a estimativa de famílias com perfil de permanência do PBF, calculada com base na PNADC)				
Linha de Base do Indicador	102,2	Unidade de Medida	percentagem %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

0257 - Contribuir para ampliar o acesso à educação e permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento educacional de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	70,01	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		72,5	75	80

0261 - Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento de saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	78,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	72,5		75	77,5	80

0296 - Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF)

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que recebem recursos do IGDM-PBF				
Linha de Base do Indicador	93,41	Unidade de Medida			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	94		95	95,5	96

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais

Objetivo Geral: Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos Específicos do Programa

0002 - Prover às políticas públicas dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias de baixa renda no Cadastro Único com informações atualizadas (Taxa de Atualização Cadastral)				
Linha de Base do Indicador	83	Unidade de Medida	percentagem		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	84		84,5	85	86

0231 - Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, dentre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e seus impactos sobre a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico	Proporção de programas do MDS que estão no Planejamento Estratégico com documentação na Wiki-ID				
Linha de Base do Indicador	42	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		70	80	90

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo Geral: Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

Objetivos Específicos do Programa

0253 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Básica ofertados às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de famílias com renda de até ½ salário-mínimo inscritas no Cadastro Único, cobertas por unidades CRAS				
Linha de Base do Indicador		68,2	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		69	70	71	72	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	75,5	76	76,5	77	
	Região Nordeste	64	65	66	67	
	Região Norte	55	56	57	58	
	Região Sudeste	71,5	72	72,5	73	
	Região Sul	94,2	94,3	94,4	94,5	

0276 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Especial ofertados às famílias e pessoas em situações de risco social, violência e violação de direitos

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com presença de serviços e unidades de Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidades				
Linha de Base do Indicador		65,51	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		68	70	72	75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	67	69	71	75	
	Região Nordeste	64	68	71	76	
	Região Norte	74	78	82	88	
	Região Sudeste	73	74	75	76	
	Região Sul	65	66	67	68	

0309 - Promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, em relação ao quantitativo de municípios elegíveis ao Programa				
Linha de Base do Indicador		68	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		70	72	73	75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	61	63	66	68	
	Região Nordeste	95	95	96	96	
	Região Norte	92	92	93	93	
	Região Sudeste	51	54	57	60	
	Região Sul	28	32	36	40	

0322 - Aprimorar a gestão do BPC para reduzir o tempo de concessão dos benefícios, agilizando o acesso dos requerentes						
Indicador do Objetivo Específico		Tempo Médio de Concessão (TMC) para o BPC (PcD e Idoso)				
Linha de Base do Indicador		164	Unidade de Medida	dias	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133	101	70	70	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	158	114	70	70	
	Região Nordeste	153	111	70	70	
	Região Norte	131	100	70	70	
	Região Sudeste	113	91	70	70	
	Região Sul	113	91	70	70	

0341 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com preenchimento dos sistemas de registro e monitoramento dos requisitos do Art. 30 da LOAS (Conselho, Fundo e Plano de Assistência Social)				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50	75	85	95	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	75	85	95	
	Região Nordeste	52	78	89	97	
	Região Norte	51	75	86	95	
	Região Sudeste	48	73	83	93	
	Região Sul	48	73	83	93	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Específicos do Programa

0372 - Apoiar a inclusão produtiva de famílias rurais do Cadastro Único por meio do desenvolvimento de um projeto produtivo com assistência técnica e a transferência de um recurso não reembolsável.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias rurais do Cadastro Único atendidas com ações de inclusão produtiva, em especial o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais				
Linha de Base do Indicador	5,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	5,47	6	6,7	7,5	

0374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de agricultores (as) familiares dos grupos prioritários contemplados no PAA				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	55	60	65	70	

0376 - Fomentar o Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis

Indicador do Objetivo Específico	Consumo de alimentos saudáveis				
Linha de Base do Indicador	34,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	35	35,8	36,6	37,4	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5135 - Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver

Objetivo Geral: Assegurar o exercício de direitos pelos jovens mediante implementação e execução da política nacional da juventude e a ampliação de acesso a serviços e equipamentos públicos, valorizando os jovens como sujeitos de direito, em especial os segmentos mais vulnerabilizados da população.

Objetivos Específicos do Programa

0076 - Promover a emancipação, qualificação, autonomia, cultura de paz e cultura democrática entre os jovens

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de unidades da federação cobertos com a instalação de equipamentos de referência da juventude apoiados pelo governo federal				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		30	60	100

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0344 - Promover acesso a territórios e sistemas produtivos para Quilombolas

Indicador do Objetivo Específico		Área titulada para comunidades quilombolas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		12.000	16.000	30.000	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.000	1.000	2.000	2.000	
	Região Nordeste	8.000	10.000	15.000	20.000	
	Região Norte	1.000	3.000	5.000	10.000	
	Região Sudeste	1.000	1.000	3.000	2.000	
	Região Sul	1.000	1.000	5.000	8.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Quilombolas	12.000	16.000	30.000	42.000	

0345 - Promover o acesso à Educação do Campo para o público da Reforma Agrária, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais

Indicador do Objetivo Específico		Número de beneficiários atendidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		16.250	16.250	16.250	16.250	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.625	1.625	1.625	1.625	
	Região Nordeste	7.375	7.375	7.375	7.375	
	Região Norte	3.375	3.375	3.375	3.375	
	Região Sudeste	1.875	1.875	1.875	1.875	
	Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000	

0346 - Promover o acesso democratizado à terra

Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias beneficiadas com acesso à terra				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		13.800	17.300	17.500	20.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	400	484	483	483	
	Região Nordeste	4.850	5.650	5.650	6.150	
	Região Norte	7.250	9.750	9.850	11.850	
	Região Sudeste	350	383	484	483	

Regionalização da Meta	Região Sul	950	1.033	1.033	1.034

0347 - Aprimorar o gerenciamento da malha fundiária					
Indicador do Objetivo Específico	Total de Hectares com ações de gerenciamento da malha fundiária				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.500.000		2.500.000	2.500.000	2.500.000

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados

Objetivo Geral: Promover o direito ao cuidado e a corresponsabilização pela sua provisão entre famílias, Estado, mercado e empresas e comunidade.

Objetivos Específicos do Programa

0336 - Garantir o direito ao cuidado por meio da elaboração, articulação, integração e execução de ações da Política e do Plano Nacional de Cuidados.

Indicador do Objetivo Específico	Número de relatórios de monitoramento do Plano Nacional de Cuidados publicados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		2	2	2

0350 - Promover a conscientização social sobre a relevância dos cuidados para a reprodução da vida, o funcionamento das economias e o bem-estar das pessoas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de iniciativas (campanhas, eventos, seminários e premiações) de conscientização realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		3	3	3

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar

Objetivos Específicos do Programa

0329 - Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais.

Indicador do Objetivo Específico	Número de agricultores e agricultoras beneficiadas por ações de apoio à comercialização (PAA e PNAE)				
Linha de Base do Indicador	47.100	Unidade de Medida	família		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	57.000		62.500	68.000	73.500

0339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos

Indicador do Objetivo Específico	Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	20	20	20	20
	Região Nordeste	20	20	20	20
	Região Norte	20	20	20	20
	Região Sudeste	20	20	20	20
	Região Sul	20	20	20	20

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5661 - Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres

Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade institucional e a participação das Mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e decisão, visando a igualdade, a paridade e a representatividade, por meio das políticas públicas para Mulheres.

Objetivos Específicos do Programa

0057 - Fortalecer a capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para Mulheres.

Indicador do Objetivo Específico		Organismo de Políticas para Mulheres - OPM reestruturados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		300	300	300	300
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	300	300	300	300

0060 - Promover ações que favoreçam a ampliação da participação efetiva das Mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, a fim de que possam atuar em igualdade de condições nos pleitos eleitorais e em todos os espaços de poder e decisão, nas esferas públicas e privadas.

Indicador do Objetivo Específico		Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão			
Linha de Base do Indicador		38	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		39	41	43	45
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	10	10	10	10
	Região Nordeste	20	20	20	20
	Região Norte	20	20	20	20
	Região Sudeste	30	30	30	30
	Região Sul	20	20	20	20
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Jovem	4	6	8	10
	População Negra	7,5	9,5	11,5	13,5

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5662 - Mulher Viver sem Violência

Objetivo Geral: Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, baseada em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, nas esferas pública e privadas, por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violência e ameaças.

Objetivos Específicos do Programa

0026 - Promover ações de prevenção primária, secundária e terciária para proteger as mulheres, em sua diversidade e pluralidade, contra todas as formas de violência.

Indicador do Objetivo Específico		Número de ações de prevenção			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		44	43	45	45
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	44	43	45	45
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	44	43	45	45
	População Negra	26	25	26	18

0027 - Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.

Indicador do Objetivo Específico		Unidades de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência criadas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	35	35	27
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5	8	8	4
	Região Nordeste	5	10	10	10
	Região Norte	5	10	10	10
	Região Sudeste	3	5	5	2
	Região Sul	2	2	2	1

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5663 - Autonomia Econômica das Mulheres

Objetivo Geral: Promover a igualdade de direitos: salarial, remuneratório, laboral e de cuidados, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo trabalho, direitos e autonomia econômica das Mulheres.

Objetivos Específicos do Programa

0063 - Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Percentual de participação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41,7		42,9	44,1	45,2

0064 - Promover a autonomia econômica, por meio de ações de estímulo à socialização do cuidado e de geração de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Incremento percentual no rendimento real do trabalho das mulheres				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,7		0,7	0,7	0,7

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos

Objetivo Geral: Promover o acesso a direitos para quilombolas, para comunidades tradicionais de matriz africana, para povos de terreiro e para povos ciganos, por meio de políticas públicas que assegurem o acesso à justiça e a recursos hídricos, energéticos, alimentares e de infraestrutura de saneamento; o reconhecimento de seus modos de vida, de seus saberes, de sua cultura e de seus territórios; o enfrentamento à discriminação étnica, racial e religiosa; a reparação; o etnodesenvolvimento; e a regularização fundiária.

Objetivos Específicos do Programa

0264 - Criar mecanismos de identificação e de enfrentamento à violência e à discriminação contra quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de Mecanismos criados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	6	6	6	6	

0323 - Fomentar ações que fortaleçam as práticas agroecológicas, o fornecimento energético, o saneamento, a soberania alimentar, a valorização cultural, social, os saberes e fazeres dos quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de ações realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2	4	6	8	

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5803 - Juventude Negra Viva

Objetivo Geral: Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais.

Objetivos Específicos do Programa

0206 - Promover a Saúde da Juventude Negra

Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios com ações de promoção da saúde da juventude negra realizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41		41	41	40

0207 - Territorializar a atenção aos Direitos Humanos para a Juventude Negra em territórios periféricos

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de municípios que tenham aderido ao Programa Integrado e Multissetorial de Serviço de Atenção aos Direitos Humanos da Juventude Negra				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	40		40	40	43

0219 - Ampliar a presença de jovens negros, em condição de vulnerabilidade econômica e social, no mercado de trabalho por meio da Economia Popular e Solidária em territórios vulneráveis, periféricos e favelas

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de municípios com ações relacionadas à promoção da Economia Popular e Solidária para jovens negros				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		20	20	20

0221 - Ampliar os projetos de incentivo ao esporte amador destinado à juventude negra nas periferias urbanas, periurbanas e em territórios rurais

Indicador do Objetivo Específico	Municípios com projetos apoiados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	12		12	12	12

0222 - Ampliar mecanismos de letramento racial para a segurança pública com cidadania, com foco na proteção da vida dos jovens negros vítimas de violação de direitos

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações apoiadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo

Objetivo Geral: Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio da formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem-viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos Específicos do Programa

0167 - Aperfeiçoar as políticas de educação para ampliar a participação de pessoas negras na educação básica, no ensino superior e na pós-graduação

Indicador do Objetivo Específico	Diferença entre a média de anos de estudo da população branca e da população negra com 25 anos de idade				
Linha de Base do Indicador	1,7	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1,6	1,5	1,4	1,3	

0169 - Ampliar ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras no serviço público federal e ocupação de cargos em comissão e funções de confiança

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de ocupação de pessoas negras em cargos em comissão e funções de confiança no Executivo Federal				
Linha de Base do Indicador	30	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	30	30	30	30	

0188 - Fomentar o ingresso de pessoas negras na iniciativa privada

Indicador do Objetivo Específico	Nível de ocupação das pessoas negras no mercado de trabalho formal				
Linha de Base do Indicador	54,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	54,9	55	55,1	55,2	

0203 - Promover a gestão das políticas de promoção de igualdade racial no âmbito do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com vistas à sua institucionalização

Indicador do Objetivo Específico	Estratégia de gestão implementada				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1	1	2	1	

0226 - Ampliar a cobertura do SINAPIR nos entes subnacionais

Indicador do Objetivo Específico	Adesões realizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	150	150	150	150	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5,26	5,26	5,26	5,26
	Região Nordeste	22,81	22,81	22,81	22,81
	Região Norte	6,14	6,14	6,14	6,14
	Região Sudeste	36,55	36,55	36,55	36,55
	Região Sul	29,24	29,24	29,24	29,24

0526 - Criar ferramentas nacionais de recebimento e encaminhamento de denúncias de racismo					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ferramentas implementadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		2	0	0

0527 - Estabelecer programa de combate ao racismo no esporte					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações de combate ao racismo no esporte realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0528 - Estabelecer política de combate ao racismo ambiental					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações destinadas ao enfrentamento do racismo ambiental				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0529 - Apoiar a regularização fundiária para população negra em situação de vulnerabilidade social, com fins na garantia do bem viver e valorização do território					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações destinadas a apoiar a regularização fundiária para a população negra				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0530 - Ampliar ações de combate ao racismo e promoção da igualdade racial na comunicação social e na comunicação pública					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ações implementadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2		2	2	2

0532 - Ampliar o número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada					
Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		10	10	10

0533 - Promover o combate ao racismo por meio da preservação e salvaguarda dos patrimônios afrodiáspóricos, garantindo a reparação e valorização da memória e do território das comunidades relacionadas aos bens culturais					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações voltadas às comunidades relacionadas aos patrimônios afro-brasileiros e de matriz africana				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		1	1	1

0543 - Fortalecer a participação do Brasil nos diálogos multilaterais e bilaterais, a partir da perspectiva da justiça racial					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de ações destinadas ao fortalecimento da atuação internacional do Brasil para o combate ao racismo				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2		2	2	2

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua

Objetivo Geral: Desenvolver ações voltadas à implementação de políticas públicas e projetos intersetoriais e transversais voltadas à População em Situação de Rua

Objetivos Específicos do Programa

0224 - Promover a dignidade e a cidadania da população em situação de rua.

Indicador do Objetivo Específico	Número de estados com pontos de apoio com serviços gratuitos para a população em situação de rua				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		4	7	10

0227 - Promover o acesso de pessoas em situação crônica de rua à moradia com apoio de equipe multidisciplinar por meio do Programa Nacional Moradia Primeiro.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de unidades habitacionais mobiliadas do Programa Moradia Primeiro disponibilizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	500		1.000	1.500	2.000

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade

Objetivo Geral: Assegurar, com absoluta prioridade, a efetividade dos direitos humanos e cidadania de crianças e adolescentes referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantindo o pleno desenvolvimento de uma vida sem violência.

Objetivos Específicos do Programa

0190 - Aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos para promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos e da cidadania de crianças e adolescentes

Indicador do Objetivo Específico		Número de Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes que receberam equipagem para a qualificação do atendimento ofertado								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			100		200		300		400	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		15		30		45		60	
	Região Nordeste		25		50		75		100	
	Região Norte		25		50		75		100	
	Região Sudeste		20		40		60		80	
	Região Sul		15		30		45		60	

0191 - Ampliar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens em programas de atendimento socioeducativo e pós-atendimento socioeducativo.

Indicador do Objetivo Específico		Número de programas socioeducativos equipados								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			10		11		6		27	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		1		2		0		2	
	Região Nordeste		4		3		3		11	
	Região Norte		2		2		2		7	
	Região Sudeste		3		2		0		4	
	Região Sul		0		2		1		3	
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	LGBTQIA+		4		2		1		7	
	Povos e Comunidades Tradicionais		2		1		1		4	
	Quilombolas		2		1		1		4	

0192 - Proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de estados com Programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAM) em funcionamento						
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	80		90		95		100

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	50	75	75	100
	Região Nordeste	80	90	95	100
	Região Norte	85	100	100	100
	Região Sudeste	100	100	100	100
	Região Sul	100	100	100	100

0196 - Desenvolver ações intersetoriais para fortalecer a convivência familiar e comunitária e evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias, principalmente na primeira infância, integrando os programas de promoção de direitos					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ações para evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2		4	5	6

Agenda Igualdade Racial

PROGRAMA: 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações

Objetivo Geral: Assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de promoção e defesa dos direitos humanos, de reparação por graves violações e de educação e cultura em direitos humanos.

Objetivos Específicos do Programa

0302 - Promover e ampliar o acesso ao registro civil de nascimento e à documentação básica a pessoas de todas as origens e nacionalidades, com foco nas interseccionalidades e no enfrentamento ao racismo estrutural.

Indicador do Objetivo Específico		Número de unidades interligadas de cartório instaladas em hospitais			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	40	60	80
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	12	24	36	48
	Região Norte	8	16	24	32

0303 - Promover, como política de Estado, políticas de memória, verdade, justiça (reparação) e não-repetição dos períodos da escravidão e da ditadura militar

Indicador do Objetivo Específico		Número de marcos de memória mapeados e sinalizados, com perspectiva de abrangência e distribuição regional			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		50	100	150	200

0307 - Difundir informações estratégicas para o acompanhamento da situação dos direitos humanos no Brasil, a mobilização da sociedade e o subsídio à tomada de decisão informada por evidências para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

Indicador do Objetivo Específico		Número de cadastros federais e pesquisas oficiais que passaram a incluir públicos beneficiados de ações de Direitos Humanos (observaDH)			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		3	6	8	10

0467 - Aprimorar os canais de denúncia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Satisfação dos usuários atendidos pelo Disque 100			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número índice	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		4,6	4,6	4,6	4,6

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral: Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Específicos do Programa

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400	
	Região Nordeste	200	400	600	800	
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Sudeste	200	400	600	800	
	Região Sul	200	400	600	800	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400	
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Específicos do Programa

0325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar.

Indicador do Objetivo Específico		Nº de famílias de agricultores (as) familiares beneficiadas com assistência técnica e extensão rural			
Linha de Base do Indicador		15.000	Unidade de Medida	famílias atendidas	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		15.000	30.000	45.000	75.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	1.500	3.000	4.500	7.500
	Região Nordeste	6.000	12.000	18.000	30.000
	Região Norte	2.250	4.500	6.750	11.250
	Região Sudeste	2.250	4.500	6.750	11.250
	Região Sul	3.000	6.000	9.000	15.000
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	7.500	15.000	22.500	37.500

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade

Indicador do Objetivo Específico		Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares			
Linha de Base do Indicador		29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		17.263	21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

0330 - Fomentar a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e extrema pobreza

Indicador do Objetivo Específico		Nº de agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por projetos de estruturação produtiva			
Linha de Base do Indicador		712.702	Unidade de Medida	pessoa beneficiada	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		685.971	695.971	706.071	717.991

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	572.505	572.678	572.939	573.107
	Região Norte	4.073	4.074	4.076	4.077
	Região Sudeste	70.343	70.364	70.396	70.417
	Região Sul	50	55	60	70
	Semiárido	19.500	24.400	29.300	35.160
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	23.400	29.280	35.160	42.192

0334 - Fortalecer a autonomia econômica e produtiva de mulheres rurais							
Indicador do Objetivo Específico		Nº de mulheres rurais beneficiadas por políticas públicas para fortalecimento da autonomia econômica e produtiva					
Linha de Base do Indicador		452.394	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027	
			509.000	520.500	532.000	533.500	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	7.198	7.206	7.214	7.221		
	Região Nordeste	348.830	349.206	349.582	349.959		
	Região Norte	17.745	17.761	17.776	17.791		
	Região Sudeste	48.587	48.641	48.694	48.748		
	Região Sul	42.640	42.687	42.734	42.781		

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral: Aprimorar e integrar o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação, bem como ampliar investimentos e a produção e disseminação de informações e conhecimento, a fim de fortalecer a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com qualidade, sustentabilidade e transversalidade.

Objetivos Específicos do Programa

0034 - Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça.

Indicador do Objetivo Específico	Número de visualizações dos sites do Ipea				
Linha de Base do Indicador	5.000.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5.075.000		5.150.000	5.225.000	5.300.000

0101 - Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

Indicador do Objetivo Específico	Média dos percentuais de atributos marcados na PPA				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	55		60	65	65

0430 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas nos Orçamentos da União.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de Programações Orçamentárias Transversais e Multissetoriais				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		21	22	23

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento

Objetivo Geral: Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais, para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Objetivos Específicos do Programa

0286 - Fortalecer as capacidades estatais pelo aperfeiçoamento do sistema de carreiras e de gestão de pessoas, pela qualificação no recrutamento e desenvolvimento de competências e pela democratização das relações de trabalho na Administração Pública Federal.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de necessidades atendidas integralmente				
Linha de Base do Indicador	35	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		62	64	64

0419 - Ampliar o acesso aos documentos, por meio do fortalecimento da gestão de documentos e arquivos, sob coordenação do Arquivo Nacional, assegurando o direito à informação e à memória do País.

Indicador do Objetivo Específico	Número de documentos disponibilizados à consulta pública				
Linha de Base do Indicador	1.584.401	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	250.000		250.000	500.000	500.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	75.000	75.000	150.000	150.000
	Região Sudeste	175.000	175.000	350.000	350.000

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Objetivo Geral: Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias

Objetivos Específicos do Programa

0415 - Promover a formação, capacitação, atração e fixação de recursos humanos em projetos de CT&I com atenção à correção de assimetrias

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	1,06	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1,17		1,28	1,41	1,55

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda

Objetivo Geral: Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e renda, proteção social e remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos Específicos do Programa

0130 - Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações do trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Número de acessos ao Portal de Disseminação de Estatísticas de Trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21.000		22.000	23.150	24.300

0134 - Aperfeiçoar o atendimento digital ao trabalhador

Indicador do Objetivo Específico	Percentual médio de uso dos serviços digitais ofertados ao trabalhador				
Linha de Base do Indicador	53	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	64		74	90	90

0138 - Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, assédio e violência no trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Número de ambientes de trabalho fiscalizados com vistas ao combate à discriminação, assédio e violência				
Linha de Base do Indicador	2.438	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.560		5.248	8.070	11.034

0139 - Assegurar a dignidade no trabalho das trabalhadoras domésticas

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de regularização das infrações mais recorrentes no trabalho doméstico				
Linha de Base do Indicador	6,34	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		12	14	15

0141 - Reduzir os riscos nos ambientes de trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Percentual das fiscalizações de segurança e saúde no trabalho com redução de riscos ocupacionais				
Linha de Base do Indicador	25	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	25		40	50	60
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	25	40	50	60
	No Estado da Bahia	25	40	50	60
	No Estado da Paraíba	25	40	50	60
	No Estado de Alagoas	25	40	50	60
	No Estado de Goiás	25	40	50	60
	No Estado de Mato Grosso	25	40	50	60
	No Estado de Mato Grosso do Sul	25	40	50	60

Regionalização da Meta	No Estado de Minas Gerais	25	40	50	60
	No Estado de Pernambuco	25	40	50	60
	No Estado de Rondônia	25	40	50	60
	No Estado de Roraima	25	40	50	60
	No Estado de Santa Catarina	25	40	50	60
	No Estado de São Paulo	25	40	50	60
	No Estado de Sergipe	25	40	50	60
	No Estado do Acre	25	40	50	60
	No Estado do Amapá	25	40	50	60
	No Estado do Amazonas	25	40	50	60
	No Estado do Ceará	25	40	50	60
	No Estado do Espírito Santo	25	40	50	60
	No Estado do Maranhão	25	40	50	60
	No Estado do Pará	25	40	50	60
	No Estado do Paraná	25	40	50	60
	No Estado do Piauí	25	40	50	60
	No Estado do Rio de Janeiro	25	40	50	60
	No Estado do Rio Grande do Norte	25	40	50	60
	No Estado do Rio Grande do Sul	25	40	50	60
	No Estado do Tocantins	25	40	50	60

0143 - Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento de cotas de aprendizagem profissional				
Linha de Base do Indicador	49,13	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	49,62	50,14	50,65	51,03	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0312 - Fortalecer o multilateralismo, reformar a governança global e promover a paz

Indicador do Objetivo Específico	Apresentação ou copatrocinio de resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos em foros multilaterais, em prol da reforma da governança global e da promoção da paz			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	3	3	3	3

0315 - Atuar internacionalmente em prol dos Direitos Humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome

Indicador do Objetivo Específico	Acordos bilaterais ou regionais assinados e apresentação ou copatrocinio de planos de ação, resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	3	3	3	3

0316 - Promover a imagem, a cultura, a ciência, os produtos e os serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país

Indicador do Objetivo Específico	Número de eventos de promoção comercial, cultural e de ciência, tecnologia e inovação no Brasil e no exterior			
Linha de Base do Indicador	725	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	725	725	725	725

0319 - Expandir a rede e modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior

Indicador do Objetivo Específico	Número total de serviços consulares processados pelo Sistema Consular Integrado - SCI			
Linha de Base do Indicador	868.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	954.800	1.050.280	1.155.308	1.270.838

0320 - Transversalizar na política externa as perspectivas de igualdade de gênero e igualdade racial

Indicador do Objetivo Específico	Documento de Diretrizes para Transversalização publicado			
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	1	0	0	0

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 2323 - Turismo, esse é o destino

Objetivo Geral: Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos Específicos do Programa

0366 - Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de viagens domésticas				
Linha de Base do Indicador		52.000.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		52.000.000	53.000.000	54.000.000	55.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.713.528	3.784.942	3.856.356	3.927.770	
	Região Nordeste	14.475.604	14.753.981	15.032.358	15.310.735	
	Região Norte	3.783.433	3.856.191	3.928.950	4.001.708	
	Região Sudeste	20.920.571	21.322.890	21.725.208	22.127.527	
	Região Sul	9.106.864	9.281.996	9.457.128	9.632.260	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização

Objetivo Geral: Promover e apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, com foco em projetos que alavanquem a industrialização do País por meio da promoção de atividades que adicionem valor à produção nacional

Objetivos Específicos do Programa

0212 - Incentivar o desenvolvimento de ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador

Indicador do Objetivo Específico	Valor médio ponderado investido em ações de fomento aos ambientes inovadores e ao empreendedorismo inovador				
Linha de Base do Indicador	224.363.000,64	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	235.581.000,82		247.360.000,91	259.728.000,96	272.715.000,41

0524 - Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional

Indicador do Objetivo Específico	Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional em relação ao faturamento auferido pela indústria com bens incentivados, no âmbito da Lei de TICs (Lei no 8.248, de 1991)				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11		12	13	14

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis

Objetivo Geral: Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais

Objetivos Específicos do Programa

0477 - Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais

Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Economia Popular e Solidária implementadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	200	400	600	800	
	Região Nordeste	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Norte	300	600	900	1.200	
	Região Sudeste	400	800	1.200	1.600	
	Região Sul	300	600	900	1.200	

0478 - Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária

Indicador do Objetivo Específico		Número de concluintes de processos formativos em Economia Popular e Solidária sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6.300	13.000	19.500	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	252	520	780	1.680	
	Região Nordeste	2.268	4.680	7.020	15.120	
	Região Norte	189	390	585	1.260	
	Região Sudeste	2.331	4.810	7.215	15.540	
	Região Sul	1.260	2.600	3.900	8.400	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Homens	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Indígenas	189	390	585	1.260	
	Jovem	315	650	975	2.100	
	Mulheres	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Pessoa com Deficiência	315	650	975	2.100	
	Pessoa Idosa	189	390	585	1.260	
	População Negra	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Povos e Comunidades Tradicionais	390	390	585	1.260	
	Quilombolas	315	650	975	2.100	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral: Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Específicos do Programa

0184 - Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de projetos e ações apoiados				
Linha de Base do Indicador	6.125	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7.800		9.200	11.600	12.000

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos

Objetivo Geral: Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Específicos do Programa

0414 - Ampliar o atendimento das defensorias com foco nos grupos vulnerabilizados em especial mulheres, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais

Indicador do Objetivo Específico	Polos de atendimento das defensorias implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	quantidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		40	60	80

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Objetivo Geral: Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0402 - Promover a segurança cidadã e a cultura de paz, com foco na prevenção da violência contra grupos de pessoas vulneráveis.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de percepção do risco de vitimização				
Linha de Base do Indicador	33	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	32		30,8	29,5	28

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5118 - Atenção Especializada à Saúde

Objetivo Geral: Ampliar a oferta e o acesso às ações e serviços da Atenção Especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Objetivos Específicos do Programa

0470 - Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.

Indicador do Objetivo Específico		Índice de redução das filas de espera por procedimentos eletivos de Atenção Especializada à Saúde						
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			0,6	0,75	0,9	1,05		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Exterior	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Centro-Oeste	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Nordeste	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Norte	0,6	0,75	0,9	1,05			
	Região Sudeste	0,6	0,75	0,9	1,05			

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5119 - Atenção Primária à Saúde

Objetivo Geral: Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais

Objetivos Específicos do Programa

0069 - Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde				
Linha de Base do Indicador	64,56	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		77	84	91,02

0070 - Expandir o acesso à atenção integral à saúde das populações em situação de rua, privadas de liberdade e outras populações vulnerabilizadas

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada de atenção integral à saúde das populações em situação de rua e privadas de liberdade				
Linha de Base do Indicador	40,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	53,09		65,4	77,7	90

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde

Objetivo Geral: Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, e intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos Específicos do Programa

0388 - Implantar o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento às iniquidades em saúde

Indicador do Objetivo Específico	Número de estratégias e dispositivos implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	28		28	42	42

0475 - Implementar ofertas formativas em rede e EAD como contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais em saúde

Indicador do Objetivo Específico	Número de alunos concluintes nas ações formativas para redução das desigualdades regionais e sociais em saúde				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11.630		15.562	19.680	23.000

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5122 - Saúde Indígena

Objetivo Geral: Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais

Objetivos Específicos do Programa

0186 - Reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis				
Linha de Base do Indicador		19,01	Unidade de Medida taxa			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		17,58	16,15	14,25	13,03	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	7,52	6,91	6,3	5,69	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	14,02	12,88	11,74	10,61	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	22,12	20,33	18,53	16,74	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	21,17	19,46	17,74	16,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	53,62	49,28	44,93	40,58	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	13,03	11,98	10,92	9,86	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	22,09	20,3	18,51	16,72	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	21,85	20,08	18,31	16,54	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	3,34	3,34	3,34	3,34	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	2,3	2,3	2,3	2,3	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	19,01	17,47	15,92	14,38	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	13,07	12,59	11,48	10,37	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	15,33	14,09	12,85	11,06	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	17,34	15,94	14,53	13,13	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	13,6	12,5	11,04	10,29	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	11,27	10,36	9,45	8,53	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	5,02	5,02	5,02	5,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	1,55	1,55	1,55	1,55	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	5,5	5,05	5,05	5,05	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	9,4	8,64	7,88	7,11	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	9,84	9,04	8,24	7,45	

Regionalização da Meta	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	31,36	28,81	26,27	23,73
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	22,51	20,69	18,86	17,04
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	3,72	3,72	3,72	3,72
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	5,16	5,16	5,16	5,16
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	15,11	13,89	12,66	11,44
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	5,11	5,11	5,11	5,11
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	19,76	18,16	16,56	14,96
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	10,11	9,29	8,47	7,65
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	47,19	43,37	39,54	35,71
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	9,89	9,09	8,29	7,49
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	44	40,43	36,87	33,3
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	10,55	9,7	8,84	7,98
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	65,47	60,16	54,85	49,54

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0067 - Disponibilizar informações precisas e oportunas de estatísticas vitais e de morbidade da população por meio dos sistemas de informação de vigilância em saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios utilizando as declarações eletrônicas de nascido vivo ou de óbito				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		25	50	75

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5126 - Esporte para a Vida

Objetivo Geral: Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos Específicos do Programa

0431 - Ampliar o acesso e a profissionalização do futebol feminino

Indicador do Objetivo Específico		Número de mulheres iniciadas ou profissionalizadas pelo futebol feminino								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			60.000		60.000		60.000		60.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		12.000		12.000		12.000		12.000	
	Região Nordeste		12.000		12.000		12.000		12.000	
	Região Norte		12.000		12.000		12.000		12.000	
	Região Sudeste		12.000		12.000		12.000		12.000	
	Região Sul		12.000		12.000		12.000		12.000	
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	Mulheres		60.000		60.000		60.000		60.000	

0434 - Fomentar a prática de futebol masculino e feminino em todas as regiões do Brasil

Indicador do Objetivo Específico		Número de praticantes de futebol nos núcleos de prática								
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			45.000		45.000		45.000		45.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		9.000		9.000		9.000		9.000	
	Região Nordeste		9.000		9.000		9.000		9.000	
	Região Norte		9.000		9.000		9.000		9.000	
	Região Sudeste		9.000		9.000		9.000		9.000	
	Região Sul		9.000		9.000		9.000		9.000	
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	Homens		22.500		22.500		22.500		22.500	
	Mulheres		22.500		22.500		22.500		22.500	

0459 - Promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, para projetar o país como uma potência esportiva mundial

Indicador do Objetivo Específico		Número de atletas beneficiados pelos programas finalísticos, na dimensão da excelência esportiva						
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			14.472	15.679	17.007	18.467		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	1.157	1.411	1.701	2.031			

Regionalização da Meta	Região Nordeste	1.736	2.038	2.381	2.770
	Região Norte	437	627	850	1.108
	Região Sudeste	7.959	8.310	8.674	8.788
	Região Sul	3.183	3.293	3.401	3.770
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Homens	7.236	7.839	8.505	9.102
	Mulheres	7.236	7.839	8.505	9.102

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Específicos do Programa

0244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento das famílias com perfil do PBF (razão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e a estimativa de famílias com perfil de permanência do PBF, calculada com base na PNADC)				
Linha de Base do Indicador	102,2	Unidade de Medida	percentagem %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

0257 - Contribuir para ampliar o acesso à educação e permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento educacional de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	70,01	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		72,5	75	80

0261 - Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento de saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	78,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	72,5		75	77,5	80

0296 - Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF)

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que recebem recursos do IGDM-PBF				
Linha de Base do Indicador	93,41	Unidade de Medida			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	94		95	95,5	96

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais

Objetivo Geral: Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos Específicos do Programa

0002 - Prover às políticas públicas dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias de baixa renda no Cadastro Único com informações atualizadas (Taxa de Atualização Cadastral)				
Linha de Base do Indicador	83	Unidade de Medida	percentagem		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	84	84,5	85	86	

0231 - Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, dentre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e seus impactos sobre a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico	Proporção de programas do MDS que estão no Planejamento Estratégico com documentação na Wiki-ID				
Linha de Base do Indicador	42	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	60	70	80	90	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo Geral: Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

Objetivos Específicos do Programa

0253 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Básica ofertados às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de famílias com renda de até ½ salário-mínimo inscritas no Cadastro Único, cobertas por unidades CRAS								
Linha de Base do Indicador		68,2	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			69		70		71		72	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		75,5		76		76,5		77	
	Região Nordeste		64		65		66		67	
	Região Norte		55		56		57		58	
	Região Sudeste		71,5		72		72,5		73	
	Região Sul		94,2		94,3		94,4		94,5	

0276 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Especial ofertados às famílias e pessoas em situações de risco social, violência e violação de direitos

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com presença de serviços e unidades de Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidades								
Linha de Base do Indicador		65,51	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			68		70		72		75	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		67		69		71		75	
	Região Nordeste		64		68		71		76	
	Região Norte		74		78		82		88	
	Região Sudeste		73		74		75		76	
	Região Sul		65		66		67		68	

0309 - Promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, em relação ao quantitativo de municípios elegíveis ao Programa								
Linha de Base do Indicador		68	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			70		72		73		75	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		61		63		66		68	
	Região Nordeste		95		95		96		96	
	Região Norte		92		92		93		93	
	Região Sudeste		51		54		57		60	
	Região Sul		28		32		36		40	

0322 - Aprimorar a gestão do BPC para reduzir o tempo de concessão dos benefícios, agilizando o acesso dos requerentes						
Indicador do Objetivo Específico		Tempo Médio de Concessão (TMC) para o BPC (PcD e Idoso)				
Linha de Base do Indicador		164	Unidade de Medida	dias	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133	101	70	70	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	158	114	70	70	
	Região Nordeste	153	111	70	70	
	Região Norte	131	100	70	70	
	Região Sudeste	113	91	70	70	
	Região Sul	113	91	70	70	

0341 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com preenchimento dos sistemas de registro e monitoramento dos requisitos do Art. 30 da LOAS (Conselho, Fundo e Plano de Assistência Social)				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50	75	85	95	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	75	85	95	
	Região Nordeste	52	78	89	97	
	Região Norte	51	75	86	95	
	Região Sudeste	48	73	83	93	
	Região Sul	48	73	83	93	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Específicos do Programa

0374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de agricultores (as) familiares dos grupos prioritários contemplados no PAA				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	55		60	65	70

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0346 - Promover o acesso democratizado à terra

Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias beneficiadas com acesso à terra				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		13.800	17.300	17.500	20.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	400	484	483	483	
	Região Nordeste	4.850	5.650	5.650	6.150	
	Região Norte	7.250	9.750	9.850	11.850	
	Região Sudeste	350	383	484	483	
	Região Sul	950	1.033	1.033	1.034	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5501 - Estruturação da Política Nacional de Cuidados

Objetivo Geral: Promover o direito ao cuidado e a corresponsabilização pela sua provisão entre famílias, Estado, mercado e empresas e comunidade.

Objetivos Específicos do Programa

0336 - Garantir o direito ao cuidado por meio da elaboração, articulação, integração e execução de ações da Política e do Plano Nacional de Cuidados.

Indicador do Objetivo Específico	Número de relatórios de monitoramento do Plano Nacional de Cuidados publicados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		2	2	2

0350 - Promover a conscientização social sobre a relevância dos cuidados para a reprodução da vida, o funcionamento das economias e o bem-estar das pessoas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de iniciativas (campanhas, eventos, seminários e premiações) de conscientização realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		3	3	3

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar

Objetivos Específicos do Programa

0329 - Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais.

Indicador do Objetivo Específico	Número de agricultores e agricultoras beneficiadas por ações de apoio à comercialização (PAA e PNAE)				
Linha de Base do Indicador	47.100	Unidade de Medida	família		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	57.000		62.500	68.000	73.500

0339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos

Indicador do Objetivo Específico	Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	20	20	20	20
	Região Nordeste	20	20	20	20
	Região Norte	20	20	20	20
	Região Sudeste	20	20	20	20
	Região Sul	20	20	20	20

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5661 - Igualdade de Decisão e Poder para Mulheres

Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade institucional e a participação das Mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, nos espaços de poder e decisão, visando a igualdade, a paridade e a representatividade, por meio das políticas públicas para Mulheres.

Objetivos Específicos do Programa

0057 - Fortalecer a capacidade institucional e de gestão das políticas públicas para Mulheres.

Indicador do Objetivo Específico		Organismo de Políticas para Mulheres - OPM reestruturados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		300	300	300	300
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	300	300	300	300

0060 - Promover ações que favoreçam a ampliação da participação efetiva das Mulheres, em toda a sua diversidade e pluralidade, a fim de que possam atuar em igualdade de condições nos pleitos eleitorais e em todos os espaços de poder e decisão, nas esferas públicas e privadas.

Indicador do Objetivo Específico		Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão			
Linha de Base do Indicador		38	Unidade de Medida	percentual %	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		39	41	43	45
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	10	10	10	10
	Região Nordeste	20	20	20	20
	Região Norte	20	20	20	20
	Região Sudeste	30	30	30	30
	Região Sul	20	20	20	20
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Jovem	4	6	8	10
	População Negra	7,5	9,5	11,5	13,5

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5662 - Mulher Viver sem Violência

Objetivo Geral: Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, baseada em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, nas esferas pública e privadas, por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violência e ameaças.

Objetivos Específicos do Programa

0026 - Promover ações de prevenção primária, secundária e terciária para proteger as mulheres, em sua diversidade e pluralidade, contra todas as formas de violência.

Indicador do Objetivo Específico		Número de ações de prevenção			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		44	43	45	45
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	44	43	45	45
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	44	43	45	45
	População Negra	26	25	26	18

0027 - Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.

Indicador do Objetivo Específico		Unidades de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência criadas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	35	35	27
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5	8	8	4
	Região Nordeste	5	10	10	10
	Região Norte	5	10	10	10
	Região Sudeste	3	5	5	2
	Região Sul	2	2	2	1

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5663 - Autonomia Econômica das Mulheres

Objetivo Geral: Promover a igualdade de direitos: salarial, remuneratório, laboral e de cuidados, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo trabalho, direitos e autonomia econômica das Mulheres.

Objetivos Específicos do Programa

0063 - Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Percentual de participação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41,7		42,9	44,1	45,2

0064 - Promover a autonomia econômica, por meio de ações de estímulo à socialização do cuidado e de geração de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Incremento percentual no rendimento real do trabalho das mulheres				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,7		0,7	0,7	0,7

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis

Objetivo Geral: Desenvolver a Pesca e Aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades, para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e competitividade do setor

Objetivos Específicos do Programa

0389 - Promover a valorização do pescado nacional e aumento de produção da aquicultura.

Indicador do Objetivo Específico	Produção de Pescado				
Linha de Base do Indicador	1.300.000	Unidade de Medida	tonelada/ano		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.332.500		1.365.000	1.397.500	1.430.000

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações

Objetivo Geral: Assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de promoção e defesa dos direitos humanos, de reparação por graves violações e de educação e cultura em direitos humanos.

Objetivos Específicos do Programa

0302 - Promover e ampliar o acesso ao registro civil de nascimento e à documentação básica a pessoas de todas as origens e nacionalidades, com foco nas interseccionalidades e no enfrentamento ao racismo estrutural.

Indicador do Objetivo Específico		Número de unidades interligadas de cartório instaladas em hospitais				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		20	40	60	80	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Nordeste	12	24	36	48	
	Região Norte	8	16	24	32	

0307 - Difundir informações estratégicas para o acompanhamento da situação dos direitos humanos no Brasil, a mobilização da sociedade e o subsídio à tomada de decisão informada por evidências para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos.

Indicador do Objetivo Específico		Número de cadastros federais e pesquisas oficiais que passaram a incluir públicos beneficiados de ações de Direitos Humanos (observaDH)				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3	6	8	10	

0467 - Aprimorar os canais de denúncia da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Satisfação dos usuários atendidos pelo Disque 100				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número índice	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4,6	4,6	4,6	4,6	

Agenda Mulheres

PROGRAMA: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Geral: Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0517 - Ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização e sua atuação nas instâncias de controle social

Indicador do Objetivo Específico		Número de povos indígenas representados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		30	60	90	120
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	30	60	90	120

0518 - Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, transfronteiriços, em contexto urbano e com deficiência

Indicador do Objetivo Específico		Número de documentos para a melhoria da acessibilidade			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		5	10	15	20
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	5	10	15	20

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral: Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Específicos do Programa

0258 - Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de negócios da bioeconomia apoiados incubados e acelerados			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		200	400	800	1.000

0262 - Ampliação do acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos registrados no Sisgen				
Linha de Base do Indicador	72.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	77.000		82.000	87.000	92.000

0266 - Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais.					
Indicador do Objetivo Específico	Área de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais				
Linha de Base do Indicador	1.288.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.988.000		2.888.000	3.988.000	5.288.000

0271 - Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociobiodiversidade.					
Indicador do Objetivo Específico	Área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil				
Linha de Base do Indicador	427.000.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	457.000.000		484.000.000	494.000.000	502.000.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Bioma Caatinga	28.000.000	28.000.000	28.000.000	28.000.000
	Bioma Cerrado	2.000.000	24.500.000	24.500.000	25.000.000
	Bioma Mata Atlântica	0	4.500.000	14.500.000	14.500.000
	Bioma Pampa	0	0	0	7.500.000

0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50.000		70.000	100.000	120.000

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.000		4.000	6.000	8.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400
	Região Nordeste	200	400	600	800
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200
	Região Sudeste	200	400	600	800
	Região Sul	200	400	600	800

Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Específicos do Programa

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade

Indicador do Objetivo Específico		Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares			
Linha de Base do Indicador		29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		17.263	21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

0333 - Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais

Indicador do Objetivo Específico		Nº de contratos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos			
Linha de Base do Indicador		61.033	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		118.000	119.000	119.500	120.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	651	657	660	662
	Região Nordeste	46.942	47.340	47.539	47.738
	Região Norte	2.603	2.625	2.636	2.647
	Região Sudeste	17.865	18.016	18.092	18.167
	Região Sul	49.938	50.362	50.573	50.785

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0168 - Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras

0168 - Garantir aos povos indígenas o direito às suas terras							
Indicador do Objetivo Específico		Índice de Regularização Fundiária de Terras Indígenas					
Linha de Base do Indicador		67,38	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024		2025	2026	2027	
		68,46		69,58	70,72	71,42	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0,2		0,4	0,7	0,92	
	Região Nordeste	0,26		0,52	0,68	0,74	
	Região Norte	0,36		0,66	1,08	1,28	
	Região Sudeste	0,1		0,22	0,34	0,48	
	Região Sul	0,16		0,4	0,54	0,62	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024		2025	2026	2027	
	Indígenas	68,46		69,58	70,72	71,42	

0513 - Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e usufruto exclusivo de seus territórios

0513 - Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e usufruto exclusivo de seus territórios										
Indicador do Objetivo Específico		Número de terras indígenas atendidas com ações de proteção, posse plena e usufruto exclusivo								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa?	Não			
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027		
		101		109		116		123		
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	Indígenas		101		109		116		123	

0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena

0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena										
Indicador do Objetivo Específico		Número de IGATIs em implementação								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida			Meta Cumulativa?	Sim			
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027		
		15		30		45		60		
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	Indígenas		15		30		45		60	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral: Aprimorar e integrar o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação, bem como ampliar investimentos e a produção e disseminação de informações e conhecimento, a fim de fortalecer a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com qualidade, sustentabilidade e transversalidade.

Objetivos Específicos do Programa

0034 - Assessorar o Estado, produzir e disseminar conhecimento de modo acessível, em apoio às políticas públicas, inclusive àquelas que reduzam as desigualdades, especialmente de gênero e raça.

Indicador do Objetivo Específico	Número de visualizações dos sites do Ipea				
Linha de Base do Indicador	5.000.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5.075.000		5.150.000	5.225.000	5.300.000

0101 - Promover a transversalidade das políticas públicas no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027

Indicador do Objetivo Específico	Média dos percentuais de atributos marcados na PPA				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	55		60	65	65

0430 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais Seleccionadas nos Orçamentos da União.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de Programações Orçamentárias Transversais e Multissetoriais				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		21	22	23

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivo Geral: Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0214 - Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais

Indicador do Objetivo Específico	Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		20	30	40

0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Objetivo Geral: Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias

Objetivos Específicos do Programa

0415 - Promover a formação, capacitação, atração e fixação de recursos humanos em projetos de CT&I com atenção à correção de assimetrias

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	1,06	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1,17		1,28	1,41	1,55

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0311 - Reforçar a integração da América Latina e do Caribe, em particular da América do Sul

Indicador do Objetivo Específico	Número de participações em reuniões de foros de integração regional				
Linha de Base do Indicador	4	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	8		8	8	8

0314 - Fortalecer a diplomacia da sustentabilidade

Indicador do Objetivo Específico	Número de eventos com temática de energia, mudança do clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável com participação do Brasil				
Linha de Base do Indicador	20	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		20	20	20

0320 - Transversalizar na política externa as perspectivas de igualdade de gênero e igualdade racial

Indicador do Objetivo Específico	Documento de Diretrizes para Transversalização publicado				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1		0	0	0

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Objetivo Geral: Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas

Objetivos Específicos do Programa

0056 - Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica.

Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica (ISH) baixo ou crítico na dimensão humana beneficiados com ampliação da oferta hídrica				
Linha de Base do Indicador		75	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	130	200	400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Nordeste	97	127	192	378	
	Região Sudeste	0	0	5	16	
	Região Sul	3	3	3	6	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 2323 - Turismo, esse é o destino

Objetivo Geral: Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos Específicos do Programa

0366 - Promover as atividades turísticas nos destinos brasileiros de forma sustentável, inclusiva e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de viagens domésticas				
Linha de Base do Indicador		52.000.000	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		52.000.000	53.000.000	54.000.000	55.000.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.713.528	3.784.942	3.856.356	3.927.770	
	Região Nordeste	14.475.604	14.753.981	15.032.358	15.310.735	
	Região Norte	3.783.433	3.856.191	3.928.950	4.001.708	
	Região Sudeste	20.920.571	21.322.890	21.725.208	22.127.527	
	Região Sul	9.106.864	9.281.996	9.457.128	9.632.260	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional

Objetivo Geral: Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos Específicos do Programa

0371 - Promover a simplificação e a desburocratização do ambiente de negócios; e o acesso a redes de apoio, a crédito e garantias, com enfoque em MPEs, microempreendedores e artesãos.

Indicador do Objetivo Específico	Aumento no faturamento de MPEs e MEIs com base nas informações prestada para fins de arrecadação				
Linha de Base do Indicador	2.064	Unidade de Medida	R\$ bilhão		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.514		2.665	2.825	2.994

0390 - Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de economia verde da indústria				
Linha de Base do Indicador	0,2146	Unidade de Medida	R\$/ton		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,2253		0,2366	0,2484	0,2608

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Objetivo Geral: Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade

Objetivos Específicos do Programa

0145 - Manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Condição da Superfície				
Linha de Base do Indicador		47	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		53	57	62	66	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	56	59	61	64	
	Região Nordeste	56	60	65	69	
	Região Norte	55	58	61	64	
	Região Sudeste	41	49	56	64	
	Região Sul	47	53	60	66	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis

Objetivo Geral: Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais

Objetivos Específicos do Programa

0478 - Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária

Indicador do Objetivo Específico		Número de concluintes de processos formativos em Economia Popular e Solidária sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6.300	13.000	19.500	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	252	520	780	1.680	
	Região Nordeste	2.268	4.680	7.020	15.120	
	Região Norte	189	390	585	1.260	
	Região Sudeste	2.331	4.810	7.215	15.540	
	Região Sul	1.260	2.600	3.900	8.400	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Homens	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Indígenas	189	390	585	1.260	
	Jovem	315	650	975	2.100	
	Mulheres	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Pessoa com Deficiência	315	650	975	2.100	
	Pessoa Idosa	189	390	585	1.260	
	População Negra	3.150	6.500	9.750	21.000	
	Povos e Comunidades Tradicionais	390	390	585	1.260	
	Quilombolas	315	650	975	2.100	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral: Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0436 - Melhorar a qualidade da educação nos anos finais do Ensino Fundamental, com vistas à promoção de um ensino significativo, acolhedor e equitativo para os adolescentes, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Indicador do Objetivo Específico		IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental para a rede pública			
Linha de Base do Indicador		4,9	Unidade de Medida	índice numérico	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		5,1	5,1	5,1	5,3
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5,1	5,1	5,1	5,3
	Região Nordeste	4,7	4,7	4,7	4,9
	Região Norte	4,7	4,7	4,7	4,9
	Região Sudeste	5,3	5,4	5,4	5,5
	Região Sul	5,3	5,4	5,4	5,5

0441 - Promover ações para o reconhecimento e valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola.

Indicador do Objetivo Específico		Número de vagas ofertadas			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		3.400	4.100	6.200	7.300

0450 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar indígena

Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas indígenas da educação básica			
Linha de Base do Indicador		275.035	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		285.615	292.039	298.462	304.886
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	40.135	37.532	35.824	33.289
	Região Nordeste	59.471	59.164	57.857	56.650
	Região Norte	161.423	161.423	179.287	188.674
	Região Sudeste	9.750	10.243	10.984	11.726
	Região Sul	14.836	14.573	14.510	14.547

0456 - Prover acesso à internet banda larga, e a equipamentos para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive em escolas do campo, indígenas e quilombolas.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas conectadas à internet banda larga				
Linha de Base do Indicador		70,09	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		82,05	88,04	94,02	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	90,6	93,8	96,9	100	
	Região Nordeste	78,6	85,7	92,9	100	
	Região Norte	63,6	75,7	87,9	100	
	Região Sudeste	93	95,4	97,7	100	
	Região Sul	87,6	91,8	95,9	100	

0458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados				
Linha de Base do Indicador		28,86	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		31	33	35	38	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral: Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Específicos do Programa

0184 - Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de projetos e ações apoiados				
Linha de Base do Indicador	6.125	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7.800		9.200	11.600	12.000

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Objetivo Geral: Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0353 - Ampliar a taxa de conclusão dos estudantes da graduação, em instituições públicas e privadas, promovendo a permanência, a equidade e valorizando a diversidade.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de conclusão acumulada na graduação				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	43,8	45,8	47,8	50	

0354 - Incentivar o aumento de vagas e a criação de novos cursos médicos nas Universidades Federais, com ênfase em regiões com maior carência de profissionais, otimizando a capacitação dos profissionais em área da saúde em nível de pós-graduação.

Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas de graduação em medicina ofertadas nas instituições de educação superior				
Linha de Base do Indicador	6.986	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	7.858	8.358	8.858	9.358	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	928	1.103	1.253	1.428
	Região Nordeste	2.389	2.414	2.464	2.489
	Região Norte	864	1.039	1.189	1.364
	Região Sudeste	2.357	2.382	2.432	2.457
	Região Sul	1.320	1.420	1.520	1.620

0357 - Apoiar a formação em nível de mestrado para a melhoria e o fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.

Indicador do Objetivo Específico	Número de titulados em mestrado por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	29,24	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	30,04	30,47	30,91	31,36	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	32,7	33,3	33,9	34,5
	Região Nordeste	23,2	23,9	24,5	25,1
	Região Norte	23,5	25	26,6	28,2
	Região Sudeste	30,2	30,1	30,1	30,1
	Região Sul	44,3	44,9	45,5	46,2

0358 - Apoiar a formação em nível de doutorado para a melhoria e fortalecimento da ciência, das artes, da cultura, da tecnologia e da inovação e suas estruturas, incluindo ações indutoras para o enfrentamento das desigualdades regionais e vulnerabilidades sociais para o desenvolvimento sustentável do país.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de titulados em doutorado por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador		11,32	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		12,38	12,95	13,56	14,21	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	10,8	11,5	12,2	12,9	
	Região Nordeste	7,7	8,2	8,8	9,4	
	Região Norte	5,7	6,3	7,1	8	
	Região Sudeste	14,8	15,1	15,4	15,8	
	Região Sul	18,9	20,1	21,3	22,7	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos

Objetivo Geral: Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Específicos do Programa

0414 - Ampliar o atendimento das defensorias com foco nos grupos vulnerabilizados em especial mulheres, população negra, população LGBTQIA+, povos indígenas e comunidades tradicionais

Indicador do Objetivo Específico	Polos de atendimento das defensorias implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	quantidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		40	60	80

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5121 - Gestão, Trabalho, Educação e Transformação Digital na Saúde

Objetivo Geral: Aprimorar o cuidado à saúde, fortalecendo a gestão estratégica do SUS, do trabalho e da educação em saúde, e intensificar a incorporação da inovação e da saúde digital e o enfrentamento das discriminações e desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais.

Objetivos Específicos do Programa

0388 - Implantar o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento às iniquidades em saúde

Indicador do Objetivo Específico	Número de estratégias e dispositivos implantados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	28		28	42	42

0475 - Implementar ofertas formativas em rede e EAD como contribuição para a redução das desigualdades regionais e sociais em saúde

Indicador do Objetivo Específico	Número de alunos concluintes nas ações formativas para redução das desigualdades regionais e sociais em saúde				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11.630		15.562	19.680	23.000

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5122 - Saúde Indígena

Objetivo Geral: Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais

Objetivos Específicos do Programa

0186 - Reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis				
Linha de Base do Indicador		19,01	Unidade de Medida taxa			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		17,58	16,15	14,25	13,03	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	7,52	6,91	6,3	5,69	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	14,02	12,88	11,74	10,61	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Jurua	22,12	20,33	18,53	16,74	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	21,17	19,46	17,74	16,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	53,62	49,28	44,93	40,58	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	13,03	11,98	10,92	9,86	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	22,09	20,3	18,51	16,72	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	21,85	20,08	18,31	16,54	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	3,34	3,34	3,34	3,34	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	2,3	2,3	2,3	2,3	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	19,01	17,47	15,92	14,38	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	13,07	12,59	11,48	10,37	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	15,33	14,09	12,85	11,06	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	17,34	15,94	14,53	13,13	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	13,6	12,5	11,04	10,29	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	11,27	10,36	9,45	8,53	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	5,02	5,02	5,02	5,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	1,55	1,55	1,55	1,55	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	5,5	5,05	5,05	5,05	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	9,4	8,64	7,88	7,11	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	9,84	9,04	8,24	7,45	

Regionalização da Meta	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	31,36	28,81	26,27	23,73
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	22,51	20,69	18,86	17,04
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	3,72	3,72	3,72	3,72
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	5,16	5,16	5,16	5,16
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	15,11	13,89	12,66	11,44
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	5,11	5,11	5,11	5,11
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	19,76	18,16	16,56	14,96
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	10,11	9,29	8,47	7,65
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	47,19	43,37	39,54	35,71
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	9,89	9,09	8,29	7,49
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	44	40,43	36,87	33,3
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	10,55	9,7	8,84	7,98
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	65,47	60,16	54,85	49,54

0249 - Garantir o acesso à água para consumo humano em aldeias indígenas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de aldeias beneficiadas com obras de infraestrutura de abastecimento de água potável				
Linha de Base do Indicador	96	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	60	130	205	286	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0028 - Reduzir o número de casos autóctones de malária na região amazônica.

Indicador do Objetivo Específico		Número absoluto de casos autóctones de malária na região amazônica								
Linha de Base do Indicador		129.000	Unidade de Medida	número absoluto			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			93.600		76.200		58.700		41.200	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Acre		4.474		3.639		2.805		1.969	
	Amapá		2.042		1.661		1.280		898	
	Amazonas		40.568		32.998		25.427		17.859	
	Maranhão		58		48		37		26	
	Mato Grosso		1.180		959		740		519	
	Pará		17.308		14.079		10.849		7.620	
	Rondônia		9.121		7.420		5.717		4.016	
	Roraima		18.784		15.278		11.773		8.268	
	Tocantins		0		0		0		0	

0067 - Disponibilizar informações precisas e oportunas de estatísticas vitais e de morbidade da população por meio dos sistemas de informação de vigilância em saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios utilizando as declarações eletrônicas de nascido vivo ou de óbito							
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027
		5		25		50		75

0487 - Ampliar a vigilância de ambientes e populações expostas a agrotóxicos no âmbito da vigilância da saúde ambiental e saúde do trabalhador

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios prioritários com Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) implantada						
Linha de Base do Indicador		27	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			40	60	80	100		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	40	60	80	100			
	Região Nordeste	40	60	80	100			
	Região Norte	40	60	80	100			
	Região Sudeste	40	60	80	100			
	Região Sul	40	60	80	100			

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5125 - Direito à Cultura

Objetivo Geral: Consolidar a cultura como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social e sustentável, por meio do acesso, produção e fruição da cultura, o desenvolvimento técnico, a garantia dos direitos autorais, do direito à arte, à cultura, à memória e às tradições; o fomento, o fortalecimento das cadeias produtivas e criativas; a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural, com respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Objetivos Específicos do Programa

0512 - Promover e preservar a diversidade cultural, as expressões e os saberes artísticos e culturais, a democratização de bens e serviços culturais, com acessibilidade e atenção a recortes por territórios.

Indicador do Objetivo Específico		Projetos Apoiados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		6.881	6.881	6.881	6.881
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	557	557	557	557
	Região Nordeste	1.851	1.851	1.851	1.851
	Região Norte	585	585	585	585
	Região Sudeste	2.876	2.876	2.876	2.876
	Região Sul	1.012	1.012	1.012	1.012

0521 - Fomentar a formação, a fruição, a produção artística e cultural, a pesquisa, a memória e a inovação nos ambientes educacionais e culturais formais e informais, com atenção às premissas de descentralização, territorialização e diversidade de gênero e raça.

Indicador do Objetivo Específico		Projetos Apoiados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		478	478	478	478
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	39	39	39	39
	Região Nordeste	129	129	129	129
	Região Norte	40	40	40	40
	Região Sudeste	200	200	200	200
	Região Sul	70	70	70	70

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5126 - Esporte para a Vida

Objetivo Geral: Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos Específicos do Programa

0410 - Ampliar o acesso ao esporte educacional, amador e de lazer para todas as idades, e incluindo as pessoas com deficiência que abranjam os diferentes territórios para o enfrentamento das desigualdades estruturais e regionais

Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de pessoas beneficiadas nos programas sociais do MESP voltados para atividades/ações esportivas de lazer das parcerias				
Linha de Base do Indicador		527.500	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		553.875	581.568	610.647	673.238	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	83.081	87.235	91.597	100.986	
	Região Nordeste	110.775	116.314	122.129	134.648	
	Região Norte	110.775	116.314	122.129	134.648	
	Região Sudeste	166.163	17.447	183.194	20.197	
	Região Sul	83.081	87.235	91.597	100.986	

0459 - Promover o esporte de excelência, desde a especialização até a transição de carreira, para projetar o país como uma potência esportiva mundial

Indicador do Objetivo Específico		Número de atletas beneficiados pelos programas finalísticos, na dimensão da excelência esportiva				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		14.472	15.679	17.007	18.467	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.157	1.411	1.701	2.031	
	Região Nordeste	1.736	2.038	2.381	2.770	
	Região Norte	437	627	850	1.108	
	Região Sudeste	7.959	8.310	8.674	8.788	
	Região Sul	3.183	3.293	3.401	3.770	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Homens	7.236	7.839	8.505	9.102	
	Mulheres	7.236	7.839	8.505	9.102	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Específicos do Programa

0244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento das famílias com perfil do PBF (razão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e a estimativa de famílias com perfil de permanência do PBF, calculada com base na PNADC)				
Linha de Base do Indicador	102,2	Unidade de Medida	percentagem %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

0257 - Contribuir para ampliar o acesso à educação e permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento educacional de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	70,01	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		72,5	75	80

0261 - Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento de saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	78,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	72,5		75	77,5	80

0296 - Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF)

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que recebem recursos do IGDM-PBF				
Linha de Base do Indicador	93,41	Unidade de Medida			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	94		95	95,5	96

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais

Objetivo Geral: Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos Específicos do Programa

0002 - Prover às políticas públicas dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias de baixa renda no Cadastro Único com informações atualizadas (Taxa de Atualização Cadastral)				
Linha de Base do Indicador	83	Unidade de Medida	percentagem		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026
	84		84,5		85

0231 - Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, dentre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e seus impactos sobre a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico	Proporção de programas do MDS que estão no Planejamento Estratégico com documentação na Wiki-ID				
Linha de Base do Indicador	42	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026
	60		70		80

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Específicos do Programa

0370 - Ampliar o acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias rurais do Cadastro Único sem acesso à água				
Linha de Base do Indicador	993.000	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	945.000		890.000	832.000	774.000

0372 - Apoiar a inclusão produtiva de famílias rurais do Cadastro Único por meio do desenvolvimento de um projeto produtivo com assistência técnica e a transferência de um recurso não reembolsável.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias rurais do Cadastro Único atendidas com ações de inclusão produtiva, em especial o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais				
Linha de Base do Indicador	5,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5,47		6	6,7	7,5

0374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de agricultores (as) familiares dos grupos prioritários contemplados no PAA				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	55		60	65	70

0376 - Fomentar o Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis

Indicador do Objetivo Específico	Consumo de alimentos saudáveis				
Linha de Base do Indicador	34,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	35		35,8	36,6	37,4

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5135 - Juventude: Direitos, Participação e Bem Viver

Objetivo Geral: Assegurar o exercício de direitos pelos jovens mediante implementação e execução da política nacional da juventude e a ampliação de acesso a serviços e equipamentos públicos, valorizando os jovens como sujeitos de direito, em especial os segmentos mais vulnerabilizados da população.

Objetivos Específicos do Programa

0076 - Promover a emancipação, qualificação, autonomia, cultura de paz e cultura democrática entre os jovens

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de unidades da federação cobertos com a instalação de equipamentos de referência da juventude apoiados pelo governo federal				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	10	30	60	100	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0344 - Promover acesso a territórios e sistemas produtivos para Quilombolas

Indicador do Objetivo Específico		Área titulada para comunidades quilombolas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		12.000	16.000	30.000	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.000	1.000	2.000	2.000	
	Região Nordeste	8.000	10.000	15.000	20.000	
	Região Norte	1.000	3.000	5.000	10.000	
	Região Sudeste	1.000	1.000	3.000	2.000	
	Região Sul	1.000	1.000	5.000	8.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Quilombolas	12.000	16.000	30.000	42.000	

0347 - Aprimorar o gerenciamento da malha fundiária

Indicador do Objetivo Específico		Total de Hectares com ações de gerenciamento da malha fundiária				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar

Objetivos Específicos do Programa

0329 - Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais.

Indicador do Objetivo Específico	Número de agricultores e agricultoras beneficiadas por ações de apoio à comercialização (PAA e PNAE)				
Linha de Base do Indicador	47.100	Unidade de Medida	família		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	57.000		62.500	68.000	73.500

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5662 - Mulher Viver sem Violência

Objetivo Geral: Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, baseada em gênero, classe, raça e etnia, em toda a sua diversidade, nas esferas pública e privadas, por meio da formulação, articulação, monitoramento, coordenação, governança interfederativa e avaliação de políticas transversais, intersetoriais, visando o pleno exercício da cidadania, livres de violência e ameaças.

Objetivos Específicos do Programa

0026 - Promover ações de prevenção primária, secundária e terciária para proteger as mulheres, em sua diversidade e pluralidade, contra todas as formas de violência.

Indicador do Objetivo Específico		Número de ações de prevenção			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		44	43	45	45
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	44	43	45	45
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	44	43	45	45
	População Negra	26	25	26	18

0027 - Ampliar a rede de atendimento destinado às mulheres em situação de violência, promovendo o atendimento humanizado e o acesso aos serviços especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça e da rede socioassistencial.

Indicador do Objetivo Específico		Unidades de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência criadas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	35	35	27
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	5	8	8	4
	Região Nordeste	5	10	10	10
	Região Norte	5	10	10	10
	Região Sudeste	3	5	5	2
	Região Sul	2	2	2	1

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis

Objetivo Geral: Desenvolver a Pesca e Aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades, para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e competitividade do setor

Objetivos Específicos do Programa

0389 - Promover a valorização do pescado nacional e aumento de produção da aquicultura.

Indicador do Objetivo Específico	Produção de Pescado				
Linha de Base do Indicador	1.300.000	Unidade de Medida	tonelada/ano		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.332.500		1.365.000	1.397.500	1.430.000

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Objetivo Geral: Promover acesso a direitos humanos e à cidadania plena para pessoas LGBTQIA+.

Objetivos Específicos do Programa

0083 - Constituir rede de proteção, promoção e defesa para as pessoas LGBTQIA+

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de aumento no número de parcerias e acordos para Proteção, Promoção e Defesa de direitos humanos firmados pela SNLGBTQIA+								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			25		25		25		25	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		25		25		25		25	
	Região Nordeste		25		25		25		25	
	Região Norte		25		25		25		25	
	Região Sudeste		25		25		25		25	
	Região Sul		25		25		25		25	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5816 - Promoção e Proteção Integral dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes com absoluta prioridade

Objetivo Geral: Assegurar, com absoluta prioridade, a efetividade dos direitos humanos e cidadania de crianças e adolescentes referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, garantindo o pleno desenvolvimento de uma vida sem violência.

Objetivos Específicos do Programa

0190 - Aprimorar o Sistema de Garantia de Direitos para promoção, proteção, defesa e controle social dos direitos humanos e da cidadania de crianças e adolescentes

Indicador do Objetivo Específico		Número de Conselhos Tutelares e Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes que receberam equipagem para a qualificação do atendimento ofertado								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			100		200		300		400	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		15		30		45		60	
	Região Nordeste		25		50		75		100	
	Região Norte		25		50		75		100	
	Região Sudeste		20		40		60		80	
	Região Sul		15		30		45		60	

0191 - Ampliar a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos e fundamentais de adolescentes e jovens em programas de atendimento socioeducativo e pós-atendimento socioeducativo.

Indicador do Objetivo Específico		Número de programas socioeducativos equipados								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			10		11		6		27	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		1		2		0		2	
	Região Nordeste		4		3		3		11	
	Região Norte		2		2		2		7	
	Região Sudeste		3		2		0		4	
	Região Sul		0		2		1		3	
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	LGBTQIA+		4		2		1		7	
	Povos e Comunidades Tradicionais		2		1		1		4	
	Quilombolas		2		1		1		4	

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5837 - Promoção da Cidadania, Defesa de Direitos Humanos e Reparação de Violações

Objetivo Geral: Assegurar a cidadania de segmentos invisibilizados ou submetidos a violências diversas, por meio de políticas de promoção e defesa dos direitos humanos, de reparação por graves violações e de educação e cultura em direitos humanos.

Objetivos Específicos do Programa

0303 - Promover, como política de Estado, políticas de memória, verdade, justiça (reparação) e não-repetição dos períodos da escravidão e da ditadura militar

Indicador do Objetivo Específico	Número de marcos de memória mapeados e sinalizados, com perspectiva de abrangência e distribuição regional				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50		100	150	200

0306 - Ampliar e qualificar a proteção de pessoas, grupos, povos e comunidades, defensores de direitos humanos, ambientalistas, comunicadores, ameaçados ou que sofreram violências devido a sua luta na defesa dos direitos humanos (PPDDH).

Indicador do Objetivo Específico	Número de estados com adesão ao Plano Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	13		14	15	17

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Geral: Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0516 - Promover o direito à memória e a preservação dos patrimônios linguísticos e culturais dos povos indígenas

Indicador do Objetivo Específico		Número de povos indígenas com ações de salvaguarda do patrimônio linguístico e cultural realizadas			
Linha de Base do Indicador		150	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		155	160	165	170
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	155	160	165	170

0517 - Ampliar a participação dos povos indígenas em espaços relacionados aos direitos indígenas e nas políticas públicas que lhes são afetas, fortalecendo suas formas de organização e sua atuação nas instâncias de controle social

Indicador do Objetivo Específico		Número de povos indígenas representados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		30	60	90	120
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	30	60	90	120

0518 - Ampliar o acesso culturalmente adequado dos povos indígenas aos seus direitos e às políticas e serviços públicos, respeitando sua autodeterminação e sua pluralidade em todas as suas especificidades, incluindo indígenas mulheres, crianças, jovens, idosos, LGBTQIA+, imigrantes, refugiados, transfronteiriços, em contexto urbano e com deficiência

Indicador do Objetivo Específico		Número de documentos para a melhoria da acessibilidade			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		5	10	15	20
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	5	10	15	20

0519 - Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades

Indicador do Objetivo Específico		Número de diagnósticos da educação escolar indígena			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		15	30	45	60
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	15	30	45	60

0531 - Sensibilizar a sociedade e o Estado brasileiro sobre a importância dos sistemas indígenas para o envolvimento, cuidado e comprometimento com a vida, reconhecendo os aspectos espirituais, ancestrais, comunitários, socioculturais, ambientais, econômicos e políticos					
Indicador do Objetivo Específico	Número de acessos à plataforma digital de informações sobre povos indígenas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	200.000		1.000.000	5.000.000	10.000.000

Agenda Povos Indígenas

PROGRAMA: 6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios

Objetivo Geral: Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Objetivos Específicos do Programa

0237 - Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de redução da área total de vegetação nativa suprimida por ano e por bioma						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			20	20	20	20		
Regionalização da Meta	Região		2024	2025	2026	2027		
	Bioma Amazônia		20	20	20	20		
	Bioma Caatinga		20	20	20	20		
	Bioma Cerrado		20	20	20	20		
	Bioma Mata Atlântica		20	20	20	20		
	Bioma Pampa		20	20	20	20		
	Bioma Pantanal		20	20	20	20		

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 1144 - Agropecuária Sustentável

Objetivo Geral: Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.

Objetivos Específicos do Programa

0007 - Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos.

Indicador do Objetivo Específico		Número de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)			
Linha de Base do Indicador		78.574	Unidade de Medida	Produtores atendidos	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		89.723	107.668	125.612	143.557
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	16	19	22	26
	No Estado da Bahia	632	758	885	1.011
	No Estado da Paraíba	43	52	61	70
	No Estado de Alagoas	97	117	136	156
	No Estado de Goiás	4.270	5.124	5.978	6.832
	No Estado de Mato Grosso	1.257	1.508	1.760	2.011
	No Estado de Mato Grosso do Sul	4.248	5.098	5.947	6.797
	No Estado de Minas Gerais	7.616	9.139	10.662	12.185
	No Estado de Pernambuco	52	62	72	82
	No Estado de Rondônia	109	130	152	174
	No Estado de Roraima	18	22	26	29
	No Estado de Santa Catarina	7.663	9.195	10.728	12.261
	No Estado de São Paulo	10.495	12.594	14.693	16.792
	No Estado de Sergipe	343	412	481	549
	No Estado do Acre	2	3	3	4
	No Estado do Amapá	0	0	1	1
	No Estado do Amazonas	7	8	10	11
	No Estado do Ceará	17	21	24	27
	No Estado do Espírito Santo	1.500	1.800	2.099	2.399
	No Estado do Maranhão	343	412	481	549
	No Estado do Pará	96	115	135	154
	No Estado do Paraná	30.114	36.137	42.160	48.183
	No Estado do Piauí	113	136	159	181
	No Estado do Rio de Janeiro	32	38	45	51
	No Estado do Rio Grande do Norte	5	5	6	7
	No Estado do Rio Grande do Sul	20.186	24.223	28.261	32.298
	No Estado do Tocantins	448	537	627	716

0033 - Ampliar o acesso do produtor ao Crédito Rural					
Indicador do Objetivo Específico	PIB Agropecuário				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$ milhões		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	608.637		615.697	622.839	630.064

0036 - Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade, das ações que promovem o incremento da sustentabilidade.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Unidades Federativas integradas ao SINABC - Sistema Integrado de Informações do ABC+				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade da federação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		20	25	27
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3	4	4	4
	Região Nordeste	3	5	7	9
	Região Norte	3	4	7	7
	Região Sudeste	3	4	4	4
	Região Sul	3	3	3	3

0175 - Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		5	8	13

0185 - Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas).					
Indicador do Objetivo Específico	Área para produção de produtos madeireiros e não madeireiros (ha) em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)				
Linha de Base do Indicador	9.930.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	145.000		220.000	295.000	370.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	21.750	33.000	44.250	55.500
	Região Nordeste	10.150	15.400	20.650	25.900
	Região Norte	8.700	13.200	17.700	22.200
	Região Sudeste	58.000	88.000	118.000	148.000
	Região Sul	46.400	70.400	94.400	118.400

0187 - Ampliar e diversificar a produção agropecuária agregando valor aos seus produtos e serviços					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de produtos com valor agregado adicional				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	18.000		18.500	19.000	19.500

0525 - Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas leais de produção e comércio.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de crescimento anual da área de produção orgânica				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5,75	5,28	4,82	4,35	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	No Distrito Federal	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado da Bahia	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado da Paraíba	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Alagoas	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Goiás	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Mato Grosso	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Mato Grosso do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Minas Gerais	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Pernambuco	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Rondônia	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Roraima	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Santa Catarina	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de São Paulo	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Sergipe	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Acre	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Amapá	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Amazonas	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Ceará	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Espírito Santo	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Maranhão	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Pará	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Paraná	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Piauí	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Rio de Janeiro	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Rio Grande do Norte	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Rio Grande do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Tocantins	5,75	5,28	4,82	4,35	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 1149 - Reconstrução, Ampliação e Aprofundamento da Participação Social e da Democracia

Objetivo Geral: Promover a participação da sociedade na reconstrução e na transformação do país por meio de instâncias e de processos participativos na elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas para o fortalecimento da democracia participativa e representativa.

Objetivos Específicos do Programa

0174 - Promover a participação da sociedade civil na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação da Política e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO e Planapo).

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de reuniões e eventos realizados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	8		9	8	9

0282 - Promover a participação da sociedade civil na elaboração e no acompanhamento da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de recomendações ou planos de ação elaborados				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		10	10	10

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral: Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Específicos do Programa

0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	50.000	70.000	100.000	120.000	

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400
	Região Nordeste	200	400	600	800
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200
	Região Sudeste	200	400	600	800
	Região Sul	200	400	600	800
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Específicos do Programa

0321 - Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número total de contratos celebrados				
Linha de Base do Indicador		116.758	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		116.809	117.719	118.817	119.536	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	150	160	170	180	
	Região Nordeste	21.756	22.026	22.297	22.567	
	Região Norte	3.421	3.464	3.506	3.549	
	Região Sudeste	5.090	5.154	5.217	5.280	
	Região Sul	10.518	10.714	10.838	10.960	

0324 - Garantia-Safra - Assegurar aos agricultores familiares garantia de proteção da produção em decorrência de perda de safra

Indicador do Objetivo Específico		% (número de famílias beneficiadas/total de cotas disponibilizadas)				
Linha de Base do Indicador		0,8	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0,85	0,9	0,9	0,95	

0325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar.

Indicador do Objetivo Específico		Nº de famílias de agricultores (as) familiares beneficiadas com assistência técnica e extensão rural				
Linha de Base do Indicador		15.000	Unidade de Medida	famílias atendidas	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		15.000	30.000	45.000	75.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.500	3.000	4.500	7.500	
	Região Nordeste	6.000	12.000	18.000	30.000	
	Região Norte	2.250	4.500	6.750	11.250	
	Região Sudeste	2.250	4.500	6.750	11.250	
	Região Sul	3.000	6.000	9.000	15.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Mulheres	7.500	15.000	22.500	37.500	

0326 - Promover a formação de agentes de ATER, proporcionando atualização de conhecimentos e aprimoramento das diferentes abordagens, métodos e metodologias, para qualificar os serviços ofertados em conformidade com os princípios e diretrizes da Pnater.					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agentes de ATER formados				
Linha de Base do Indicador	1.300	Unidade de Medida	Pessoas formadas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.500		2.500	2.500	6.000

0327 - Promover ações de inovação destinadas à agroecologia e à transição agroecológica					
Indicador do Objetivo Específico	Número projetos apoiados em ações de inovação para a produção familiar e transição agroecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31		31	31	31

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares				
Linha de Base do Indicador	29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	17.263		21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

0330 - Fomentar a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e extrema pobreza					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por projetos de estruturação produtiva				
Linha de Base do Indicador	712.702	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	685.971		695.971	706.071	717.991
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	572.505	572.678	572.939	573.107
	Região Norte	4.073	4.074	4.076	4.077
	Região Sudeste	70.343	70.364	70.396	70.417
	Região Sul	50	55	60	70
	Semiárido	19.500	24.400	29.300	35.160
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	23.400	29.280	35.160	42.192

0331 - Promover a inclusão do público no Cadastro da Agricultura Familiar - CAF						
Indicador do Objetivo Específico	% de CAF no total de estabelecimentos rurais					
Linha de Base do Indicador	0,725	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	0,75		0,75		0,8	0,9

0333 - Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais						
Indicador do Objetivo Específico	Nº de contratos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos					
Linha de Base do Indicador	61.033	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	118.000		119.000		119.500	120.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	651	657	660	662	
	Região Nordeste	46.942	47.340	47.539	47.738	
	Região Norte	2.603	2.625	2.636	2.647	
	Região Sudeste	17.865	18.016	18.092	18.167	
	Região Sul	49.938	50.362	50.573	50.785	

0334 - Fortalecer a autonomia econômica e produtiva de mulheres rurais						
Indicador do Objetivo Específico	Nº de mulheres rurais beneficiadas por políticas públicas para fortalecimento da autonomia econômica e produtiva					
Linha de Base do Indicador	452.394	Unidade de Medida	pessoa beneficiada			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026	2027
	509.000		520.500		532.000	533.500
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	7.198	7.206	7.214	7.221	
	Região Nordeste	348.830	349.206	349.582	349.959	
	Região Norte	17.745	17.761	17.776	17.791	
	Região Sudeste	48.587	48.641	48.694	48.748	
	Região Sul	42.640	42.687	42.734	42.781	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivo Geral: Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0214 - Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais

Indicador do Objetivo Específico	Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		20	30	40

0216 - Promover o desenvolvimento, a produção nacional e a certificação de tecnologias assistivas

Indicador do Objetivo Específico	Número de Tecnologias Assistivas desenvolvidas e certificadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		10	15	20

0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda

Objetivo Geral: Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e renda, proteção social e remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos Específicos do Programa

0133 - Fomentar o crédito às atividades empreendedoras e o microcrédito produtivo orientado

Indicador do Objetivo Específico	Volume de crédito concedido							
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	bilhões R\$			Meta Cumulativa?	Sim	
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027	
	16		24		36		48	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0315 - Atuar internacionalmente em prol dos Direitos Humanos, do desenvolvimento social e do combate à fome					
Indicador do Objetivo Específico	Acordos bilaterais ou regionais assinados e apresentação ou copatrocinio de planos de ação, resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		3	3	3

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 3101 - Energia Elétrica

Objetivo Geral: Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro com justiça social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Objetivos Específicos do Programa

0010 - Universalizar o acesso à energia elétrica - Programa Luz para Todos

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento à demanda de universalização				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	19		34	47	63

0080 - Reduzir a pobreza energética

Indicador do Objetivo Específico	Público total atendido pela Tarifa Social de Energia Elétrica				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	16.478.208		17.406.706	18.335.204	19.263.702

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 3102 - Mineração Segura e Sustentável

Objetivo Geral: Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade aos investimentos

Objetivos Específicos do Programa

0049 - Ampliar o suprimento de insumos minerais estratégicos para a segurança alimentar

Indicador do Objetivo Específico	% de produção de potássio e fosfato				
Linha de Base do Indicador	13	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	14,75		16,5	18,25	20

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral: Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0457 - Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD				
Linha de Base do Indicador	94,02	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	94,05		95	95,05	96

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5119 - Atenção Primária à Saúde

Objetivo Geral: Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais

Objetivos Específicos do Programa

0069 - Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde				
Linha de Base do Indicador	64,56	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		77	84	91,02

0070 - Expandir o acesso à atenção integral à saúde das populações em situação de rua, privadas de liberdade e outras populações vulnerabilizadas

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada de atenção integral à saúde das populações em situação de rua e privadas de liberdade				
Linha de Base do Indicador	40,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	53,09		65,4	77,7	90

0150 - Expandir o acesso e a oferta aos serviços de saúde bucal

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada de saúde bucal				
Linha de Base do Indicador	47,5	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		70	80	90

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5122 - Saúde Indígena

Objetivo Geral: Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais

Objetivos Específicos do Programa

0186 - Reduzir a mortalidade infantil indígena por causas evitáveis

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de mortalidade infantil por causas evitáveis				
Linha de Base do Indicador		19,01	Unidade de Medida taxa			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		17,58	16,15	14,25	13,03	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	7,52	6,91	6,3	5,69	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	14,02	12,88	11,74	10,61	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	22,12	20,33	18,53	16,74	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	21,17	19,46	17,74	16,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	53,62	49,28	44,93	40,58	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	13,03	11,98	10,92	9,86	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	22,09	20,3	18,51	16,72	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	21,85	20,08	18,31	16,54	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	3,34	3,34	3,34	3,34	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	2,3	2,3	2,3	2,3	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	19,01	17,47	15,92	14,38	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	13,07	12,59	11,48	10,37	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	15,33	14,09	12,85	11,06	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	17,34	15,94	14,53	13,13	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	13,6	12,5	11,04	10,29	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	11,27	10,36	9,45	8,53	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	5,02	5,02	5,02	5,02	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	1,55	1,55	1,55	1,55	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	5,5	5,05	5,05	5,05	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	9,4	8,64	7,88	7,11	
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	9,84	9,04	8,24	7,45	

Regionalização da Meta	Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	31,36	28,81	26,27	23,73
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	22,51	20,69	18,86	17,04
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	3,72	3,72	3,72	3,72
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	5,16	5,16	5,16	5,16
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	15,11	13,89	12,66	11,44
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	5,11	5,11	5,11	5,11
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	19,76	18,16	16,56	14,96
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	10,11	9,29	8,47	7,65
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	47,19	43,37	39,54	35,71
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	9,89	9,09	8,29	7,49
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	44	40,43	36,87	33,3
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	10,55	9,7	8,84	7,98
	Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	65,47	60,16	54,85	49,54

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5127 - Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único

Objetivo Geral: Inclusão Socioeconômica para o público do Cadastro Único, com idade de 16 a 65 anos, com atuação nos eixos da intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo.

Objetivos Específicos do Programa

0381 - Promover a empregabilidade de pessoas inscritas no Cadastro Único com idade de 16 a 65 anos

Indicador do Objetivo Específico	Número de pessoas da população entre 16 a 65 anos inscritas no Cadastro Único matriculadas em cursos de qualificação ou encaminhadas para vagas de emprego				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Pessoas Atendidas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10.000		10.000	10.000	10.000

0392 - Fomentar o Empreendedorismo de pessoas inscritas no Cadastro Único com idade de 16 a 65 anos

Indicador do Objetivo Específico	Nº de pessoas, entre 16 a 65 anos inscritas no Cadastro Único, encaminhadas para cursos de formação empreendedora ou que realizarem operações de microcrédito				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	201.500		301.500	401.500	601.500

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Específicos do Programa

0244 - Contribuir com a redução da pobreza de famílias em situação de vulnerabilidade por meio de transferência direta de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento das famílias com perfil do PBF (razão entre o número de famílias beneficiárias do PBF e a estimativa de famílias com perfil de permanência do PBF, calculada com base na PNADC)				
Linha de Base do Indicador	102,2	Unidade de Medida	percentagem %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	100	100	100	100	

0257 - Contribuir para ampliar o acesso à educação e permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento educacional de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	70,01	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	70	72,5	75	80	

0261 - Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento de saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	78,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	72,5	75	77,5	80	

0296 - Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo os recursos do Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGDM-PBF)

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de municípios que recebem recursos do IGDM-PBF				
Linha de Base do Indicador	93,41	Unidade de Medida			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	94	95	95,5	96	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5129 - Inclusão de Famílias em Situação de Vulnerabilidade no Cadastro Único e Produção de Informações e Conhecimento para políticas sociais

Objetivo Geral: Identificar e incluir famílias em situação de vulnerabilidade social no Cadastro Único e produzir informações e conhecimento para promoção do acesso às políticas sociais e seu aprimoramento.

Objetivos Específicos do Programa

0002 - Prover às políticas públicas dados e informações atualizadas das famílias de baixa renda residentes no Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias de baixa renda no Cadastro Único com informações atualizadas (Taxa de Atualização Cadastral)				
Linha de Base do Indicador	83	Unidade de Medida	percentagem		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	84	84,5	85	86	

0231 - Produzir estudos, dados, ferramentas informacionais, dentre outros, para o aperfeiçoamento das políticas de desenvolvimento e assistência social e seus impactos sobre a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico	Proporção de programas do MDS que estão no Planejamento Estratégico com documentação na Wiki-ID				
Linha de Base do Indicador	42	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	60	70	80	90	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5131 - Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Objetivo Geral: Fortalecer e ampliar o acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade, riscos pessoais e sociais e violações de direitos, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica.

Objetivos Específicos do Programa

0253 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Básica ofertados às famílias e pessoas em situações de vulnerabilidade social.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de famílias com renda de até ½ salário-mínimo inscritas no Cadastro Único, cobertas por unidades CRAS								
Linha de Base do Indicador		68,2	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			69		70		71		72	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		75,5		76		76,5		77	
	Região Nordeste		64		65		66		67	
	Região Norte		55		56		57		58	
	Região Sudeste		71,5		72		72,5		73	
	Região Sul		94,2		94,3		94,4		94,5	

0276 - Manter, qualificar e ampliar os serviços e programas de Proteção Social Especial ofertados às famílias e pessoas em situações de risco social, violência e violação de direitos

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com presença de serviços e unidades de Proteção Social Especial (PSE) de Média ou Alta Complexidades					
Linha de Base do Indicador		65,51	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027	
			68	70	72	75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Região Centro-Oeste	67	69	71	75		
	Região Nordeste	64	68	71	76		
	Região Norte	74	78	82	88		
	Região Sudeste	73	74	75	76		
	Região Sul	65	66	67	68		

0309 - Promover a proteção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com adesão ao Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, em relação ao quantitativo de municípios elegíveis ao Programa								
Linha de Base do Indicador		68	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			70		72		73		75	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		61		63		66		68	
	Região Nordeste		95		95		96		96	
	Região Norte		92		92		93		93	
	Região Sudeste		51		54		57		60	
	Região Sul		28		32		36		40	

0322 - Aprimorar a gestão do BPC para reduzir o tempo de concessão dos benefícios, agilizando o acesso dos requerentes						
Indicador do Objetivo Específico		Tempo Médio de Concessão (TMC) para o BPC (PcD e Idoso)				
Linha de Base do Indicador		164	Unidade de Medida	dias	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133	101	70	70	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	158	114	70	70	
	Região Nordeste	153	111	70	70	
	Região Norte	131	100	70	70	
	Região Sudeste	113	91	70	70	
	Região Sul	113	91	70	70	

0341 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com preenchimento dos sistemas de registro e monitoramento dos requisitos do Art. 30 da LOAS (Conselho, Fundo e Plano de Assistência Social)				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50	75	85	95	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	75	85	95	
	Região Nordeste	52	78	89	97	
	Região Norte	51	75	86	95	
	Região Sudeste	48	73	83	93	
	Região Sul	48	73	83	93	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Específicos do Programa

0368 - Atuar em prol da promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA em âmbito internacional com participação social

Indicador do Objetivo Específico	Acordos assinados (bilaterais ou regionais), apresentação ou co-patrocínio de planos de ação, resoluções, declarações, projetos de decisão e outros instrumentos em foros multilaterais e projetos			
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	1	1	1	1

0370 - Ampliar o acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias rurais do Cadastro Único sem acesso à água			
Linha de Base do Indicador	993.000	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	945.000	890.000	832.000	774.000

0372 - Apoiar a inclusão produtiva de famílias rurais do Cadastro Único por meio do desenvolvimento de um projeto produtivo com assistência técnica e a transferência de um recurso não reembolsável.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias rurais do Cadastro Único atendidas com ações de inclusão produtiva, em especial o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais			
Linha de Base do Indicador	5,2	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	5,47	6	6,7	7,5

0374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de agricultores (as) familiares dos grupos prioritários contemplados no PAA			
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	55	60	65	70

0376 - Fomentar o Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis

Indicador do Objetivo Específico	Consumo de alimentos saudáveis			
Linha de Base do Indicador	34,2	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	35	35,8	36,6	37,4

0394 - Consolidar o SISAN assegurando a coordenação intersetorial e federativa das políticas de combate à fome e promoção de Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a participação e o controle social e implementando um sistema de vigilância do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Pactos de Gestão firmados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		9	8	8

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0342 - Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural

Indicador do Objetivo Específico		Número de novas famílias assentadas						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			20.000	50.000	60.000	70.000		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	3.055	7.428	8.985	10.483			
	Região Nordeste	5.360	13.411	16.261	18.971			
	Região Norte	10.102	25.163	30.440	35.513			
	Região Sudeste	878	2.136	2.584	3.015			
	Região Sul	605	1.832	1.730	2.018			

0343 - Estruturar assentamentos, promovendo a qualificação da produção e a melhoria da qualidade de vida das famílias

Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias atendidas						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			51.000	51.000	51.000	51.000		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	10.050	10.050	10.050	10.350			
	Região Nordeste	10.350	10.350	10.350	10.350			
	Região Norte	10.350	10.350	10.350	10.350			
	Região Sudeste	10.150	10.150	10.150	10.350			
	Região Sul	10.100	10.100	10.100	10.100			

0344 - Promover acesso a territórios e sistemas produtivos para Quilombolas

Indicador do Objetivo Específico		Área titulada para comunidades quilombolas						
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			12.000	16.000	30.000	42.000		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	1.000	1.000	2.000	2.000			
	Região Nordeste	8.000	10.000	15.000	20.000			
	Região Norte	1.000	3.000	5.000	10.000			
	Região Sudeste	1.000	1.000	3.000	2.000			
	Região Sul	1.000	1.000	5.000	8.000			

Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Quilombolas	12.000	16.000	30.000	42.000

0345 - Promover o acesso à Educação do Campo para o público da Reforma Agrária, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais					
Indicador do Objetivo Específico		Número de beneficiários atendidos			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		16.250	16.250	16.250	16.250
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	1.625	1.625	1.625	1.625
	Região Nordeste	7.375	7.375	7.375	7.375
	Região Norte	3.375	3.375	3.375	3.375
	Região Sudeste	1.875	1.875	1.875	1.875
	Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000

0346 - Promover o acesso democratizado à terra					
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias beneficiadas com acesso à terra			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		13.800	17.300	17.500	20.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	400	484	483	483
	Região Nordeste	4.850	5.650	5.650	6.150
	Região Norte	7.250	9.750	9.850	11.850
	Região Sudeste	350	383	484	483
	Região Sul	950	1.033	1.033	1.034

0347 - Aprimorar o gerenciamento da malha fundiária					
Indicador do Objetivo Específico		Total de Hectares com ações de gerenciamento da malha fundiária			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5602 - Periferia Viva

Objetivo Geral: Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivos Específicos do Programa

0398 - Ampliar o acesso de políticas públicas integradas nas periferias urbanas

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de Ampliação do Acesso de Políticas Públicas nas Periferias Urbanas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0,97	2,21	4,01	3,1	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0	0,14	0,28	0,14	
	Região Nordeste	0,28	0,55	0,97	0,83	
	Região Norte	0,14	0,28	0,55	0,47	
	Região Sudeste	0,41	0,83	1,52	1,11	
	Região Sul	0,14	0,41	0,69	0,55	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar

Objetivos Específicos do Programa

0072 - Promover a formação de estoques de alimentos, contribuindo para a sustentação de preços aos produtores(as) e ampliando a oferta de produtos básicos no mercado interno.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de toneladas adquiridas (AGF e/ou compra direta)				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	tonelada		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	800.000		800.000	800.000	800.000

0329 - Promover a comercialização e as compras públicas da agricultura familiar, assegurando a participação de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas, juventude rural e mulheres rurais.

Indicador do Objetivo Específico	Número de agricultores e agricultoras beneficiadas por ações de apoio à comercialização (PAA e PNAE)				
Linha de Base do Indicador	47.100	Unidade de Medida	família		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	57.000		62.500	68.000	73.500

0339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos

Indicador do Objetivo Específico	Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	20	20	20	20
	Região Nordeste	20	20	20	20
	Região Norte	20	20	20	20
	Região Sudeste	20	20	20	20
	Região Sul	20	20	20	20

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5663 - Autonomia Econômica das Mulheres

Objetivo Geral: Promover a igualdade de direitos: salarial, remuneratório, laboral e de cuidados, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo trabalho, direitos e autonomia econômica das Mulheres.

Objetivos Específicos do Programa

0063 - Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Percentual de participação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41,7		42,9	44,1	45,2

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis

Objetivo Geral: Desenvolver a Pesca e Aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades, para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e competitividade do setor

Objetivos Específicos do Programa

0389 - Promover a valorização do pescado nacional e aumento de produção da aquicultura.

Indicador do Objetivo Específico	Produção de Pescado				
Linha de Base do Indicador	1.300.000	Unidade de Medida	tonelada/ano		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.332.500		1.365.000	1.397.500	1.430.000

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5802 - Políticas para Quilombolas, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Povos Ciganos

Objetivo Geral: Promover o acesso a direitos para quilombolas, para comunidades tradicionais de matriz africana, para povos de terreiro e para povos ciganos, por meio de políticas públicas que assegurem o acesso à justiça e a recursos hídricos, energéticos, alimentares e de infraestrutura de saneamento; o reconhecimento de seus modos de vida, de seus saberes, de sua cultura e de seus territórios; o enfrentamento à discriminação étnica, racial e religiosa; a reparação; o etnodesenvolvimento; e a regularização fundiária.

Objetivos Específicos do Programa

0323 - Fomentar ações que fortaleçam as práticas agroecológicas, o fornecimento energético, o saneamento, a soberania alimentar, a valorização cultural, social, os saberes e fazeres dos quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros e ciganos.

Indicador do Objetivo Específico	Número de ações realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	2	4	6	8	

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo

Objetivo Geral: Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio da formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem-viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos Específicos do Programa

0188 - Fomentar o ingresso de pessoas negras na iniciativa privada

Indicador do Objetivo Específico	Nível de ocupação das pessoas negras no mercado de trabalho formal				
Linha de Base do Indicador	54,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	54,9		55	55,1	55,2

Agenda Combate à Fome e Redução das Desigualdades

PROGRAMA: 5814 - Programa Nacional de Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua

Objetivo Geral: Desenvolver ações voltadas à implementação de políticas públicas e projetos intersetoriais e transversais voltadas à População em Situação de Rua

Objetivos Específicos do Programa

0227 - Promover o acesso de pessoas em situação crônica de rua à moradia com apoio de equipe multidisciplinar por meio do Programa Nacional Moradia Primeiro.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de unidades habitacionais mobiliadas do Programa Moradia Primeiro disponibilizadas							
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	número absoluto			Meta Cumulativa?	Sim	
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027	
	500		1.000		1.500		2.000	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 1144 - Agropecuária Sustentável

Objetivo Geral: Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.

Objetivos Específicos do Programa

0007 - Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos.

Indicador do Objetivo Específico		Número de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)							
Linha de Base do Indicador		78.574	Unidade de Medida	Produtores atendidos			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027	
		89.723		107.668		125.612		143.557	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026		2027	
	No Distrito Federal	16		19		22		26	
	No Estado da Bahia	632		758		885		1.011	
	No Estado da Paraíba	43		52		61		70	
	No Estado de Alagoas	97		117		136		156	
	No Estado de Goiás	4.270		5.124		5.978		6.832	
	No Estado de Mato Grosso	1.257		1.508		1.760		2.011	
	No Estado de Mato Grosso do Sul	4.248		5.098		5.947		6.797	
	No Estado de Minas Gerais	7.616		9.139		10.662		12.185	
	No Estado de Pernambuco	52		62		72		82	
	No Estado de Rondônia	109		130		152		174	
	No Estado de Roraima	18		22		26		29	
	No Estado de Santa Catarina	7.663		9.195		10.728		12.261	
	No Estado de São Paulo	10.495		12.594		14.693		16.792	
	No Estado de Sergipe	343		412		481		549	
	No Estado do Acre	2		3		3		4	
	No Estado do Amapá	0		0		1		1	
	No Estado do Amazonas	7		8		10		11	
	No Estado do Ceará	17		21		24		27	

Regionalização da Meta	No Estado do Espírito Santo	1.500	1.800	2.099	2.399
	No Estado do Maranhão	343	412	481	549
	No Estado do Pará	96	115	135	154
	No Estado do Paraná	30.114	36.137	42.160	48.183
	No Estado do Piauí	113	136	159	181
	No Estado do Rio de Janeiro	32	38	45	51
	No Estado do Rio Grande do Norte	5	5	6	7
	No Estado do Rio Grande do Sul	20.186	24.223	28.261	32.298
	No Estado do Tocantins	448	537	627	716

0036 - Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade, das ações que promovem o incremento da sustentabilidade.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de Unidades Federativas integradas ao SINABC - Sistema Integrado de Informações do ABC+				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade da federação	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		15	20	25	27	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3	4	4	4	
	Região Nordeste	3	5	7	9	
	Região Norte	3	4	7	7	
	Região Sudeste	3	4	4	4	
	Região Sul	3	3	3	3	

0175 - Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária.						
Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3	5	8	13	

0185 - Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas).						
Indicador do Objetivo Específico		Área para produção de produtos madeireiros e não madeireiros (ha) em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)				
Linha de Base do Indicador		9.930.000	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		145.000	220.000	295.000	370.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	21.750	33.000	44.250	55.500	
	Região Nordeste	10.150	15.400	20.650	25.900	
	Região Norte	8.700	13.200	17.700	22.200	
	Região Sudeste	58.000	88.000	118.000	148.000	
	Região Sul	46.400	70.400	94.400	118.400	

0525 - Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas leais de produção e comércio.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de crescimento anual da área de produção orgânica				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5,75	5,28	4,82	4,35	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	No Distrito Federal	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado da Bahia	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado da Paraíba	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Alagoas	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Goiás	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Mato Grosso	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Mato Grosso do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Minas Gerais	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Pernambuco	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Rondônia	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Roraima	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Santa Catarina	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de São Paulo	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado de Sergipe	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Acre	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Amapá	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Amazonas	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Ceará	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Espírito Santo	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Maranhão	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Pará	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Paraná	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Piauí	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Rio de Janeiro	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Rio Grande do Norte	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Rio Grande do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35	
	No Estado do Tocantins	5,75	5,28	4,82	4,35	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Objetivos Específicos do Programa

0247 - Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos

Indicador do Objetivo Específico	Número de instrumentos de informações climáticas disponibilizados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	104		129	145	156

0272 - Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima

Indicador do Objetivo Específico	Percentual das emissões de GEE nacionais coberto por planos de mitigação				
Linha de Base do Indicador	59,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	81,7		92,5	100	100

0274 - Proteger, conservar e restaurar o oceano para contribuir na manutenção da sua capacidade de regular o clima global, bem como aumentar a resiliência da zona costeira brasileira frente à mudança do clima

Indicador do Objetivo Específico	Percentual da Zona Costeira e Marinha, com importância para mitigação e adaptação, protegida				
Linha de Base do Indicador	26,48	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	26,5		27	27,5	28

0275 - Promover processos de recuperação e de prevenção da degradação em Áreas Susceptíveis de Desertificação, reduzindo a vulnerabilidade aos efeitos do clima em territórios rurais

Indicador do Objetivo Específico	Número de estados prioritários com ações para implementação das políticas estaduais de Combate à Desertificação e ações de Mitigação dos Efeitos da Seca				
Linha de Base do Indicador	6	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		15	21	21
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	0	2	3	3
	Região Nordeste	10	10	10	10
	Região Norte	0	1	3	3
	Região Sudeste	0	1	3	3
	Região Sul	0	1	2	2

0279 - Incrementar a Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial para a promoção do bem viver e enfrentamento à emergência climática.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	150	200	220	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	9	14	18	20	
	Região Nordeste	26	39	52	57	
	Região Norte	9	14	18	20	
	Região Sudeste	41	61	82	90	
	Região Sul	15	22	30	33	

0416 - Implementar medidas de adaptação às mudanças climáticas voltadas a minimizar os impactos de secas e inundações						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		25	50	75	100	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral: Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Específicos do Programa

0258 - Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de negócios da bioeconomia apoiados incubados e acelerados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	200		400	800	1.000

0262 - Ampliação do acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos registrados no Sisgen				
Linha de Base do Indicador	72.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	77.000		82.000	87.000	92.000

0266 - Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais.

Indicador do Objetivo Específico	Área de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais				
Linha de Base do Indicador	1.288.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.988.000		2.888.000	3.988.000	5.288.000

0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50.000		70.000	100.000	120.000

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.000		4.000	6.000	8.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400
	Região Nordeste	200	400	600	800
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200
	Região Sudeste	200	400	600	800

Regionalização da Meta	Região Sul	200	400	600	800
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo

Objetivo Geral: Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

Objetivos Específicos do Programa

0277 - Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de recuperação de recicláveis secos dos resíduos sólidos urbanos				
Linha de Base do Indicador	2,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5,7		6,6	7,5	8,3

0280 - Promover a gestão adequada de substâncias químicas, resíduos perigosos e emergências ambientais, minimizando os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana.

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de substâncias químicas perigosas destinadas de forma ambientalmente adequada				
Linha de Base do Indicador	24.000	Unidade de Medida	tonelada		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	25.000		27.000	28.000	30.000

0281 - Promover a qualidade do meio ambiente urbano por meio do apoio aos estados e municípios para aprimoramento da gestão ambiental de forma integrada.

Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios apoiados pelo MMA com iniciativas para o aperfeiçoamento da gestão ambiental municipal de forma integrada realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		200	300	400

0283 - Ampliar a disponibilidade e integração das informações para a sociedade sobre a qualidade do ar, da água e do solo.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de UF's que geram dados de monitoramento da qualidade do ar, água e solo, integradas aos sistemas de monitoramento federais				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Específicos do Programa

0321 - Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número total de contratos celebrados				
Linha de Base do Indicador		116.758	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		116.809	117.719	118.817	119.536	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	150	160	170	180	
	Região Nordeste	21.756	22.026	22.297	22.567	
	Região Norte	3.421	3.464	3.506	3.549	
	Região Sudeste	5.090	5.154	5.217	5.280	
	Região Sul	10.518	10.714	10.838	10.960	

0324 - Garantia-Safra - Assegurar aos agricultores familiares garantia de proteção da produção em decorrência de perda de safra

Indicador do Objetivo Específico		% (número de famílias beneficiadas/total de cotas disponibilizadas)				
Linha de Base do Indicador		0,8	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0,85	0,9	0,9	0,95	

0325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar.

Indicador do Objetivo Específico		Nº de famílias de agricultores (as) familiares beneficiadas com assistência técnica e extensão rural				
Linha de Base do Indicador		15.000	Unidade de Medida	famílias atendidas	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		15.000	30.000	45.000	75.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.500	3.000	4.500	7.500	
	Região Nordeste	6.000	12.000	18.000	30.000	
	Região Norte	2.250	4.500	6.750	11.250	
	Região Sudeste	2.250	4.500	6.750	11.250	
	Região Sul	3.000	6.000	9.000	15.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Mulheres	7.500	15.000	22.500	37.500	

0327 - Promover ações de inovação destinadas à agroecologia e à transição agroecológica					
Indicador do Objetivo Específico	Número projetos apoiados em ações de inovação para a produção familiar e transição agroecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31		31	31	31

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares				
Linha de Base do Indicador	29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	17.263		21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0513 - Assegurar aos povos indígenas a proteção, posse plena e usufruto exclusivo de seus territórios

Indicador do Objetivo Específico		Número de terras indígenas atendidas com ações de proteção, posse plena e usufruto exclusivo			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		101	109	116	123
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	101	109	116	123

0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena

Indicador do Objetivo Específico		Número de IGATIs em implementação			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		15	30	45	60
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	15	30	45	60

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária

Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos Específicos do Programa

0037 - Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Impacto econômico em R\$ das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	bilhões de reais (R\$)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	91,2		93,4	95,7	97,9

0038 - Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Número de parcerias com atores dos ecossistemas de inovação nacional e internacionais no ano				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	456		470	484	503
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	95	98	101	105
	Região Nordeste	100	103	106	110
	Região Norte	46	47	49	51
	Região Sudeste	88	91	93	97
	Região Sul	127	131	135	140

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivo Geral: Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0214 - Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais

Indicador do Objetivo Específico	Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		20	30	40

0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2307 - Programa Espacial Brasileiro

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e competitividade de soluções espaciais na forma de produtos, serviços, infraestrutura e aplicações para atendimento às demandas da sociedade de forma autônoma e sustentada.

Objetivos Específicos do Programa

0178 - Ampliar a entrega de produtos, serviços e aplicações espaciais para atender a demandas prioritárias da sociedade

Indicador do Objetivo Específico	Incremento do número de produtos, serviços e aplicações nacionais entregues						
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027			
	0	2	4	6			

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2315 - Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral: Atuar para o crescimento econômico e desenvolvimento, com sustentabilidade fiscal, responsabilidade social e ambiental, para um sistema tributário justo e eficiente, ampliando a capacidade estatal de atender à sociedade e proteger os mais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0380 - Viabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda.

Indicador do Objetivo Específico	Recursos captados por meio de títulos públicos sustentáveis, com um montante equivalente alocado em atividades com impactos ambientais ou sociais relacionados à transformação ecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0314 - Fortalecer a diplomacia da sustentabilidade

Indicador do Objetivo Específico	Número de eventos com temática de energia, mudança do clima, meio ambiente e desenvolvimento sustentável com participação do Brasil				
Linha de Base do Indicador	20	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	20	20	20	20	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Objetivo Geral: Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva

Objetivos Específicos do Programa

0088 - Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Indicador do Objetivo Específico		Variação da renda familiar bruta das famílias beneficiadas						
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			0	4	6	8		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	0	4	6	8			
	Região Nordeste	0	4	6	8			
	Região Norte	0	4	6	8			
	Região Sudeste	0	4	6	8			
	Região Sul	0	4	6	8			

0095 - Aperfeiçoar as estratégias e instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, com melhoria de governança e transparência

Indicador do Objetivo Específico		Percentual das áreas prioritárias da PNDR com instrumentos de planejamento em implementação						
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			4	9	14	20		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	4	9	14	20			
	Região Nordeste	4	9	14	20			
	Região Norte	4	9	14	20			
	Região Sudeste	4	9	14	20			
	Região Sul	4	9	14	20			

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivo Geral: Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres

Objetivos Específicos do Programa

0013 - Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

Indicador do Objetivo Específico		Proporção dos municípios nas faixas “Alta” e “Intermediária Avançada” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres				
Linha de Base do Indicador		40,93	Unidade de Medida	porcentagem (%)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		41,35	41,54	41,69	41,78	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	23,13	23,55	23,55	23,98	
	Região Nordeste	25,59	25,7	25,81	25,86	
	Região Norte	32	32,22	32,67	32,67	
	Região Sudeste	48,92	49,1	49,28	49,4	
	Região Sul	65,16	65,41	65,49	65,49	

0023 - Otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós desastre

Indicador do Objetivo Específico		Tempo médio ajustado entre a solicitação de recursos e a transferência de recursos para assistência humanitária				
Linha de Base do Indicador		22,8	Unidade de Medida	dias		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		22,75	22,6	22,18	21,27	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	26	26	25,17	23,5	
	Região Nordeste	18,37	18,24	17,88	17,28	
	Região Norte	25,9	25,51	24,66	23,09	
	Região Sudeste	18,22	18,11	17,74	16,93	
	Região Sul	24,48	24,37	24,04	23,17	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2319 - Mobilidade Urbana

Objetivo Geral: Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

Objetivos Específicos do Programa

0245 - Fortalecer o planejamento municipal focado na priorização do transporte não motorizado e do transporte público coletivo.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios								
Linha de Base do Indicador		18	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			1,05		1,83		0,78		0,52	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		0,08		0,15		0,06		0,04	
	Região Nordeste		0,34		0,59		0,25		0,17	
	Região Norte		0,1		0,18		0,08		0,05	
	Região Sudeste		0,35		0,59		0,25		0,17	
	Região Sul		0,18		0,32		0,14		0,09	

0251 - Melhorar e ampliar a infraestrutura de mobilidade urbana para o transporte não motorizado e para o transporte público coletivo.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana								
Linha de Base do Indicador		45,5	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			1,35		2,02		2,7		3,35	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		0,12		0,17		0,23		0,29	
	Região Nordeste		0,43		0,66		0,87		1,08	
	Região Norte		0,08		0,12		0,16		0,2	
	Região Sudeste		0,41		0,61		0,83		1,02	
	Região Sul		0,31		0,46		0,61		0,76	

0254 - Melhorar a prestação dos serviços de transporte público coletivo por meio da renovação da frota.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de renovação da frota						
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	6,3		14,1		21,9		31,3

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Objetivo Geral: Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas

Objetivos Específicos do Programa

0054 - Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade

Indicador do Objetivo Específico		Área total beneficiada por ações de revitalização de bacias hidrográficas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		45.821	173.568	426.315	666.915	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	5.530	26.060	76.590	127.120	
	Região Nordeste	28.261	90.448	202.635	302.675	
	Região Norte	2.000	7.000	17.000	27.000	
	Região Sudeste	10.030	50.060	130.090	210.120	

0055 - Ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais

Indicador do Objetivo Específico		Estimativa de incremento anual de área irrigada com base nas autorizações de uso das águas de domínio da União				
Linha de Base do Indicador		346.152,58	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		383.433,21	400.687,71	418.718,65	437.560,99	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	74.718,31	78.080,63	81.594,26	85.266	
	Região Nordeste	85.666,91	89.521,93	93.550,41	97.760,18	
	Região Norte	16.182,39	16.910,6	17.671,57	18.466,79	
	Região Sudeste	173.597,85	181.064,8	189.212,72	197.727,29	
	Região Sul	33.597,85	35.109,75	36.689,69	38.340,73	

0056 - Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica.

Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica (ISH) baixo ou crítico na dimensão humana beneficiados com ampliação da oferta hídrica				
Linha de Base do Indicador		75	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	130	200	400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Nordeste	97	127	192	378	
	Região Sudeste	0	0	5	16	
	Região Sul	3	3	3	6	

0058 - Aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos.						
Indicador do Objetivo Específico		Nível de stress hídrico: proporção das retiradas de água doce em relação ao total dos recursos de água doce disponíveis				
Linha de Base do Indicador		1,72	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2	2,04	2,07	2,11	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Hidrográfica Amazônica	0,14	0,14	0,15	0,15	
	Região Hidrográfica Atlântico Leste	21,76	22,13	22,51	22,89	
	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	3,02	3,08	3,14	3,2	
	Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	45,58	45,45	45,32	45,2	
	Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	12,42	12,64	12,88	13,11	
	Região Hidrográfica Atlântico Sul	24,95	25,1	25,25	25,41	
	Região Hidrográfica Paraguai	2,31	2,33	2,34	2,37	
	Região Hidrográfica Paraná	9,64	9,82	10	10,18	
	Região Hidrográfica Parnaíba	9,88	9,99	10,1	10,22	
	Região Hidrográfica São Francisco	33,65	34,73	35,83	36,93	
	Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	2,67	2,75	2,83	2,9	
	Região Hidrográfica Uruguai	8,07	8,11	8,16	8,21	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2322 - Saneamento Básico

Objetivo Geral: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, visando a universalização e a integração entre as políticas públicas relacionadas, segundo os princípios da equidade, integralidade e sustentabilidade

Objetivos Específicos do Programa

0499 - Diminuir o risco de inundações através da implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais

Indicador do Objetivo Específico		Parcela de domicílios não sujeitos à situação de risco de inundação (SNIS)				
Linha de Base do Indicador		96	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		96,45	96,61	96,77	96,93	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	97,07	97,25	97,43	97,62	
	Região Nordeste	97,5	97,64	97,77	97,9	
	Região Norte	95,57	95,86	96,15	96,45	
	Região Sudeste	95,88	96,04	96,2	96,35	
	Região Sul	96,48	96,57	96,66	96,75	

0500 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana

Indicador do Objetivo Específico		Proporção de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados com destinação final adequada				
Linha de Base do Indicador		73,9	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		76,86	78,95	81,05	83,15	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	62	65,33	68,66	72	
	Região Nordeste	60	63,33	66,66	70	
	Região Norte	60	63,33	66,66	70	
	Região Sudeste	87,8	89,16	90,51	91,87	
	Região Sul	97,92	98,15	98,38	98,61	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional

Objetivo Geral: Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos Específicos do Programa

0390 - Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de economia verde da indústria				
Linha de Base do Indicador	0,2146	Unidade de Medida	R\$/ton		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,2253		0,2366	0,2484	0,2608

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 3102 - Mineração Segura e Sustentável

Objetivo Geral: Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade aos investimentos

Objetivos Específicos do Programa

0040 - Aumentar a segurança da mineração para a sociedade brasileira

Indicador do Objetivo Específico		Taxa de redução de nível de emergência de barragens de mineração				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		10	20	25	35	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	10	20	25	35	

0044 - Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor mineral brasileiro

Indicador do Objetivo Específico		Número de empresas do setor com "selo ESG"				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	Empresas certificadas	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0	5	5	5	

0046 - Ampliar as reservas de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico		% das reservas de minerais para a transição energética				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		1,25	2,5	3,75	1,25	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis

Objetivo Geral: Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliado a uma maior ênfase na transição energética.

Objetivos Específicos do Programa

0030 - Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de aumento da produção de gás Natural						
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	43,2		40,7		37,9		33

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Objetivo Geral: Desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira.

Objetivos Específicos do Programa

0163 - Reduzir a intensidade de emissões de CO2 da aviação civil brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Intensidade de emissões – [Kg.CO2/RTK]: massa de emissões geradas ponderada pela quantidade de passageiros e carga transportados				
Linha de Base do Indicador	0,985	Unidade de Medida	kg		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,978		0,972	0,966	0,959

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental.

Objetivos Específicos do Programa

0113 - Tornar o sistema portuário mais competitivo, seguro, sustentável, inclusivo e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Média global do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP				
Linha de Base do Indicador	7,2	Unidade de Medida	pontos		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7,25		7,5	7,75	8

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Objetivo Geral: Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade

Objetivos Específicos do Programa

0147 - Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis

Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias concedidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3.223	7.194	10.601	14.034	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.434	3.515	3.838	3.838	
	Região Nordeste	0	0	511	2.899	
	Região Norte	742	742	742	742	
	Região Sudeste	1.047	1.047	1.782	1.782	
	Região Sul	0	1.890	3.728	4.773	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 3107 - Transição Energética

Objetivo Geral: Coordenar, planejar e promover a redução do conteúdo de carbono da matriz energética brasileira, promovendo a manutenção da alta participação da oferta de energia limpas e renováveis e o aumento da eficiência energética, tanto na oferta quanto na logística de distribuição e no uso final de energia.

Objetivos Específicos do Programa

0052 - Descarbonizar a matriz de transportes, via biocombustíveis

Indicador do Objetivo Específico	Número em milhões de CBIOS emitidos no país no ano			
Linha de Base do Indicador	31,23	Unidade de Medida	milhão	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	42,31	50,41	57,99	64,43

0053 - Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de crescimento da produção de minerais para a transição energética			
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	2	2	2	2

0089 - Promover a eficiência energética no uso final de energia.

Indicador do Objetivo Específico		ODEX BRASIL						
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida			-	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			90	90	90	90		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Nacional	90	90	90	90			

0092 - Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira

Indicador do Objetivo Específico		Oferta de Energia Limpa							
Linha de Base do Indicador		46,3	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027	
		47,7		47,7		47,8		47,8	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026		2027	
	Nacional	47,7		47,7		47,8		47,8	

0103 - Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em Transição Energética

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Sucesso nos Leilões de Transmissão						
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			80	80	80	80		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Nacional	80	80	80	80			

0115 - Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual da Geração à diesel nos sistemas isolados				
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		75	70	65	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	75	70	65	60	

0122 - Interligar sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Número de sistemas interligados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4	8	12	14	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Norte	4	8	12	14	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Objetivo Geral: Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.

Objetivos Específicos do Programa

0233 - Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável

Indicador do Objetivo Específico	Carga transportada por km útil (TKU)				
Linha de Base do Indicador	371.063	Unidade de Medida	Milhão TKU - Tonelada por Quilômetro Útil		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	374.627		376.421	378.224	380.035

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Objetivo Geral: Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0120 - Contribuir para a redução do desmatamento por meio de ações policiais preventivas e repressivas de proteção da Amazônia Legal

Indicador do Objetivo Específico	Redução do desmatamento ilegal na Amazônia Legal Brasileira (ALB)				
Linha de Base do Indicador	11.568	Unidade de Medida	km²		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	9.280		7.540	5.800	4.060

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0489 - Produzir conhecimento sobre determinantes ambientais da saúde (mudanças do clima, poluição e biodiversidade) por meio do Centro de Síntese, para fortalecimento da inovação do SUS e melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de execução das ações de produção de conhecimento planejadas							
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027	
	20		40		70		100	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0342 - Assentar famílias de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero e a sucessão rural

Indicador do Objetivo Específico		Número de novas famílias assentadas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		20.000	50.000	60.000	70.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3.055	7.428	8.985	10.483	
	Região Nordeste	5.360	13.411	16.261	18.971	
	Região Norte	10.102	25.163	30.440	35.513	
	Região Sudeste	878	2.136	2.584	3.015	
	Região Sul	605	1.832	1.730	2.018	

0344 - Promover acesso a territórios e sistemas produtivos para Quilombolas

Indicador do Objetivo Específico		Área titulada para comunidades quilombolas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		12.000	16.000	30.000	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.000	1.000	2.000	2.000	
	Região Nordeste	8.000	10.000	15.000	20.000	
	Região Norte	1.000	3.000	5.000	10.000	
	Região Sudeste	1.000	1.000	3.000	2.000	
	Região Sul	1.000	1.000	5.000	8.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Quilombolas	12.000	16.000	30.000	42.000	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 5601 - Cidades Melhores

Objetivo Geral: Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos.

Objetivos Específicos do Programa

0407 - Apoiar a elaboração de instrumentos de planejamento e gestão urbanos municipais ou interfederativos que incluam temas relacionados à adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital.

Indicador do Objetivo Específico		Número de cidades médias, cidades grandes e regiões metropolitanas com ações e instrumentos de planejamento que incluam adaptação das cidades à mudança do clima e à transformação digital			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		20	25	25	30
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3	3	3	4
	Região Nordeste	6	6	6	7
	Região Norte	2	5	5	6
	Região Sudeste	5	6	6	7
	Região Sul	4	5	5	6

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 5602 - Periferia Viva

Objetivo Geral: Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivos Específicos do Programa

0399 - Melhorar a qualidade de vida urbana, condições de habitabilidade e segurança da posse em periferias urbanas

Indicador do Objetivo Específico		Número de domicílios com pelo menos uma inadequação (redução do crescimento)				
Linha de Base do Indicador		24.474.449	Unidade de Medida	domicílio, em unidade, atendido		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		26.954.503	27.497.325	28.040.147	28.582.968	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.964.287	1.968.948	1.973.610	1.978.272	
	Região Nordeste	8.925.936	8.995.632	9.065.328	9.135.024	
	Região Norte	3.609.028	3.720.644	3.832.261	3.943.877	
	Região Sudeste	7.882.530	8.107.998	8.333.465	8.558.932	
	Região Sul	4.572.722	4.704.103	4.835.483	4.966.863	

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 6111 - Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional

Objetivo Geral: Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos Específicos do Programa

0413 - Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM)				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		70	70	70

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Objetivo Geral: Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

Objetivos Específicos do Programa

0032 - Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		70	70	70	70
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	70	70	70	70

0078 - Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.

Indicador do Objetivo Específico		Participação nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM)			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	percentagem	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Exterior	100	100	100	100

0091 - Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e na regiões polares

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		60	65	75	75
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	60	65	75	75

0099 - Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de variáveis monitoradas			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		8	25	50	50
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	8	25	50	50

Agenda Combate ao Desmatamento e Enfrentamento da Emergência Climática

PROGRAMA: 6114 - Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios

Objetivo Geral: Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais.

Objetivos Específicos do Programa

0237 - Prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa no Brasil.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de redução da área total de vegetação nativa suprimida por ano e por bioma					
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		20	20	20	20		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027		
	Bioma Amazônia	20	20	20	20		
	Bioma Caatinga	20	20	20	20		
	Bioma Cerrado	20	20	20	20		
	Bioma Mata Atlântica	20	20	20	20		
	Bioma Pampa	20	20	20	20		
	Bioma Pantanal	20	20	20	20		

0239 - Prevenir e controlar os incêndios em vegetação nativa.

Indicador do Objetivo Específico		Área protegida com o manejo integrado do fogo implementado					
Linha de Base do Indicador		200.000	Unidade de Medida	km²			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		200.000	205.000	210.000	215.000		

0243 - Promover a recuperação de florestas e demais formas de vegetação nativa em todos os biomas brasileiros.

Indicador do Objetivo Específico		Área de cobertura vegetal nativa em recuperação					
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	ha			Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		187.500	375.000	750.000	1.500.000		

0248 - Conservar as espécies, em particular, espécies ameaçadas de extinção.

Indicador do Objetivo Específico		Número de espécies da fauna/flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação ou outros instrumentos para conservação					
Linha de Base do Indicador		1.853	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		1.860	1.870	1.880	1.890		

0250 - Ampliar e consolidar a proteção, a conservação e a conectividade dos ecossistemas terrestres, costeiros e marinhos, em especial por meio de áreas protegidas.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual do território terrestre e marinho protegido					
Linha de Base do Indicador		20,67	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027		
		22	24	26	28		

Agenda Educação Básica

PROGRAMA: 2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

Objetivo Geral: Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados

Objetivos Específicos do Programa

0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de pessoas de 10 anos ou mais que são usuárias da Internet								
Linha de Base do Indicador		84,7	Unidade de Medida	percentual			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			89,9		91,7		93,4		95,2	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		93		94		95		96	
	Região Nordeste		86,1		88,7		91,4		94	
	Região Norte		84,7		87,4		90,2		93	
	Região Sudeste		92,4		93,6		94,8		96	
	Região Sul		91,4		92,9		94,5		96	

Agenda Educação Básica

PROGRAMA: 4103 - Sistema Financeiro do Futuro

Objetivo Geral: Fomentar a eficiência, a sustentabilidade e a transformação digital dos sistemas financeiro e de pagamentos, com maior inclusão e educação financeira de cidadãos.

Objetivos Específicos do Programa

0230 - Ampliar o alcance da população, em especial do público escolar, a conteúdos de educação financeira, história dos instrumentos de pagamentos, conceitos básicos de economia e de sustentabilidade.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de alcance das ações de Educação Financeira do Banco Central do Brasil				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.000		1.100	1.200	1.300

Agenda Educação Básica

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral: Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0039 - Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão das matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades, priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola/creche				
Linha de Base do Indicador		37,3	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		41,5	44,4	47,5	50,8	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	35	37,5	40,1	42,9	
	Região Nordeste	37,5	40,1	42,9	45,9	
	Região Norte	22,7	24,3	26	27,8	
	Região Sudeste	49,3	52,8	56,5	60,5	
	Região Sul	47,3	50,6	54,1	57,9	

0433 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a recomposição das aprendizagens na alfabetização do 3º ao 5º ano dessa etapa.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de estudantes alfabetizados ao final do 2º Ano do ensino fundamental				
Linha de Base do Indicador		43,6	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		53,4	53,4	53,4	60	

0435 - Garantir, por meio do regime de colaboração com os entes federativos, a aprendizagem do 3º ao 5º ano do Ensino Fundamental, visando à recomposição das aprendizagens que foram prejudicadas pelo período da pandemia da COVID-19 e à garantia do direito à aprendizagem.

Indicador do Objetivo Específico		IDEB dos anos iniciais do Ensino Fundamental para a rede pública				
Linha de Base do Indicador		5,5	Unidade de Medida	índice numérico	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5,55	5,57	5,57	5,6	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	5,64	5,66	5,66	5,7	
	Região Nordeste	5,14	5,16	5,16	5,19	
	Região Norte	5,04	5,05	5,05	5,09	
	Região Sudeste	5,94	5,96	5,96	6	
	Região Sul	6	6	6	6	

0436 - Melhorar a qualidade da educação nos anos finais do Ensino Fundamental, com vistas à promoção de um ensino significativo, acolhedor e equitativo para os adolescentes, que favoreça o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.						
Indicador do Objetivo Específico		IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental para a rede pública				
Linha de Base do Indicador		4,9	Unidade de Medida	Índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		5,1	5,1	5,1	5,3	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	5,1	5,1	5,1	5,3	
	Região Nordeste	4,7	4,7	4,7	4,9	
	Região Norte	4,7	4,7	4,7	4,9	
	Região Sudeste	5,3	5,4	5,4	5,5	
	Região Sul	5,3	5,4	5,4	5,5	

0438 - Melhorar o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes de Ensino Médio mediante o apoio às redes de ensino para o fortalecimento da Política Nacional do Ensino Médio, em articulação com os entes federados.						
Indicador do Objetivo Específico		IDEB do Ensino Médio para a rede pública				
Linha de Base do Indicador		3,9	Unidade de Medida	Índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4,1	4,1	4,1	4,2	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	3,9	4	4	4	
	Região Nordeste	3,7	3,8	3,8	3,9	
	Região Norte	3,7	3,8	3,8	3,9	
	Região Sudeste	4,3	4,3	4,3	4,5	
	Região Sul	4,4	4,4	4,4	4,6	

0439 - Ampliar o número de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica por meio do Programa Escola em Tempo Integral, visando a redução da desigualdade e priorizando os grupos mais vulnerabilizados.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de alunos da educação básica pública que pertencem ao público-alvo da ETI e que estão em jornada de tempo integral				
Linha de Base do Indicador		18,2	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		21,6	22,9	24,6	25	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	16,5	17,8	19,6	20	
	Região Nordeste	24,1	24,4	24,9	25	
	Região Norte	12,2	13,6	15,5	16	
	Região Sudeste	22,5	23,4	24,7	25	
	Região Sul	18,5	19,8	21,6	22	

0441 - Promover ações para o reconhecimento e valorização da diversidade a partir do apoio à formação em educação para as relações étnico-raciais, em educação em direitos humanos e em educação ambiental na escola.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de vagas ofertadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3.400		4.100	6.200	7.300

0443 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Especial na perspectiva Inclusiva					
Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas em classes comuns da educação básica de alunos com deficiência, TGD e altas habilidades/superdotação				
Linha de Base do Indicador	1.372.985	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.661.310		1.827.442	2.010.185	2.211.204
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	127.733	140.507	154.557	170.013
	Região Nordeste	533.430	586.774	645.451	709.996
	Região Norte	167.378	184.116	202.527	222.780
	Região Sudeste	571.022	628.124	690.936	760.030
	Região Sul	261.747	287.921	316.714	348.385

0444 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação Bilingue de Surdos.					
Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas de estudantes surdos, deficientes auditivos e surdos cegos na educação básica				
Linha de Base do Indicador	61.594	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	64.094		66.594	69.094	71.594
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	22.193	23.058	23.924	24.790
	Região Nordeste	18.630	19.356	20.083	20.810
	Região Norte	7.542	7.836	8.131	8.425
	Região Sudeste	10.064	10.456	10.849	11.241
	Região Sul	5.666	5.887	6.108	6.329

0448 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação de Jovens e Adultos					
Indicador do Objetivo Específico	Número total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos				
Linha de Base do Indicador	2.774.428	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3.324.429		3.974.428	4.724.428	5.577.618
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	229.291	311.809	412.896	521.850
	Região Nordeste	1.484.585	1.685.808	1.908.350	2.186.789
	Região Norte	380.709	463.245	563.579	670.158
	Região Sudeste	905.252	1.106.438	1.331.861	1.582.496
	Região Sul	324.592	407.128	507.742	616.325

0449 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar do Campo						
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas do campo da educação básica				
Linha de Base do Indicador		4.862.053	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4.862.053	5.030.426	5.108.759	5.273.295	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	191.202	191.393	191.584	191.775	
	Região Nordeste	2.782.821	2.838.477	2.895.246	2.953.150	
	Região Norte	1.101.266	1.117.784	1.134.550	1.151.568	
	Região Sudeste	595.905	601.864	607.882	613.960	
	Região Sul	359.232	359.241	361.037	362.842	

0450 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar indígena						
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas indígenas da educação básica				
Linha de Base do Indicador		275.035	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		285.615	292.039	298.462	304.886	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	40.135	37.532	35.824	33.289	
	Região Nordeste	59.471	59.164	57.857	56.650	
	Região Norte	161.423	161.423	179.287	188.674	
	Região Sudeste	9.750	10.243	10.984	11.726	
	Região Sul	14.836	14.573	14.510	14.547	

0452 - Promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a Educação escolar quilombola						
Indicador do Objetivo Específico		Número total de matrículas de estudantes em escolas quilombolas da educação básica				
Linha de Base do Indicador		283.020	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		300.000	320.000	330.000	350.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	17.478	18.643	19.226	20.391	
	Região Nordeste	207.110	220.918	227.821	241.629	
	Região Norte	35.880	38.272	39.468	41.860	
	Região Sudeste	31.236	33.318	34.360	36.442	
	Região Sul	8.296	8.849	9.125	9.678	

0454 - Inserir a educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas que declaram ter acesso à Internet para uso nos processos de ensino e aprendizagem				
Linha de Base do Indicador		56,26	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		70	80	97	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	84,4	89,6	94,8	100	
	Região Nordeste	66,4	77,6	88,8	100	

Regionalização da Meta	Região Norte	55,6	70,4	85,2	100
	Região Sudeste	82,6	88,4	94,2	100
	Região Sul	88,2	92,1	96,1	100

0456 - Prover acesso à internet banda larga, e a equipamentos para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive em escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas conectadas à internet banda larga			
Linha de Base do Indicador		70,09	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		82,05	88,04	94,02	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	90,6	93,8	96,9	100
	Região Nordeste	78,6	85,7	92,9	100
	Região Norte	63,6	75,7	87,9	100
	Região Sudeste	93	95,4	97,7	100
	Região Sul	87,6	91,8	95,9	100

0457 - Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD			
Linha de Base do Indicador		94,02	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		94,05	95	95,05	96

0458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados			
Linha de Base do Indicador		28,86	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		31	33	35	38

0460 - Oferecer aos que almejam a carreira do magistério, aos licenciandos e aos professores e profissionais da educação básica em exercício a formação inicial, por meio de graduações e cursos sequenciais ofertados de forma presencial e a distância.

Indicador do Objetivo Específico		Número de vagas em programas para a formação inicial de professores da educação básica			
Linha de Base do Indicador		143.845	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		322.938	369.417	400.552	423.031
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	34.901	37.199	38.577	43.202
	Região Nordeste	109.990	125.586	132.328	136.373
	Região Norte	46.971	55.651	60.858	63.983
	Região Sudeste	80.705	97.939	108.279	114.484

Regionalização da Meta	Região Sul	50.371	53.042	60.509	64.990

0461 - Oferecer aos professores e profissionais da educação básica a formação continuada por meio de especializações, mestrados e doutorados, ofertados de forma presencial e a distância.					
Indicador do Objetivo Específico		Número de vagas em programas para a formação continuada de professores da educação básica			
Linha de Base do Indicador		32.155	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		56.962	60.989	63.224	64.856
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	6.000	6.563	6.883	7.103
	Região Nordeste	20.304	20.732	20.921	21.143
	Região Norte	6.574	7.064	7.340	7.535
	Região Sudeste	15.624	17.513	18.591	19.327
	Região Sul	8.460	9.117	9.489	9.748

0462 - Fortalecer a gestão democrática e participativa, em articulação intersetorial com os sistemas de ensino, na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas voltadas para a garantia da educação básica e dos demais direitos das crianças, adolescentes, jovens e adultos.					
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de escolas públicas de educação básica ativas com Conselho Escolar em funcionamento			
Linha de Base do Indicador		72,9	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		77,4	80,8	84,2	87,1
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	85,8	90,8	95,8	98
	Região Nordeste	74,5	76,5	78,5	80,5
	Região Norte	60	65	70	75
	Região Sudeste	82,6	84,6	86,6	89
	Região Sul	84,3	87,3	90,3	93

0463 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais do magistério público da educação, apoiando e estimulando a estruturação ou revisão de planos de carreira e remuneração, principalmente no que se refere ao cumprimento do piso salarial profissional nacional e à garantia da hora-atividade na jornada de trabalho.					
Indicador do Objetivo Específico		Relação percentual entre o rendimento bruto médio mensal dos profissionais do magistério das redes públicas da educação básica, com nível superior completo, e o rendimento bruto médio mensal dos demais			
Linha de Base do Indicador		82,6	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		84,1	85,6	87,1	88,6
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	91,5	93,3	95,1	96,9
	Região Nordeste	99,1	100	100	100
	Região Norte	92	94,5	96,8	99,2
	Região Sudeste	76,1	76,8	77,5	78,2
	Região Sul	93,6	94,9	96,2	97,5

0465 - Apoiar o desenvolvimento de capacidades estatais dos entes federativos para planejamento e gestão de políticas educacionais.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de entes federativos com planos decenais de educação aprovados pelo poder legislativo dos respectivos entes				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		20	70	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	20	70	100	100	
	Região Nordeste	20	70	100	100	
	Região Norte	20	70	100	100	
	Região Sudeste	20	70	100	100	
	Região Sul	20	70	100	100	

0466 - Realizar levantamentos estatísticos, exames e avaliações para a Educação Básica, buscando o aprimoramento contínuo e a disseminação das informações de forma a oferecer subsídios que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de realização de pesquisas, exames e avaliações da educação básica, conforme planejamento anual				
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	

Agenda Educação Básica

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Específicos do Programa

0257 - Contribuir para ampliar o acesso à educação e permanência na escola de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento educacional de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	70,01	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		72,5	75	80

Agenda Educação Básica

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0345 - Promover o acesso à Educação do Campo para o público da Reforma Agrária, Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais

Indicador do Objetivo Específico		Número de beneficiários atendidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		16.250	16.250	16.250	16.250	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.625	1.625	1.625	1.625	
	Região Nordeste	7.375	7.375	7.375	7.375	
	Região Norte	3.375	3.375	3.375	3.375	
	Região Sudeste	1.875	1.875	1.875	1.875	
	Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000	

Agenda Educação Básica

PROGRAMA: 5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo

Objetivo Geral: Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio da formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem-viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos Específicos do Programa

0167 - Aperfeiçoar as políticas de educação para ampliar a participação de pessoas negras na educação básica, no ensino superior e na pós-graduação

Indicador do Objetivo Específico	Diferença entre a média de anos de estudo da população branca e da população negra com 25 anos de idade				
Linha de Base do Indicador	1,7	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1,6		1,5	1,4	1,3

Agenda Educação Básica

PROGRAMA: 5838 - Direitos Pluriétnicos-Culturais e Sociais para o Pleno Exercício da Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas

Objetivo Geral: Reconhecer e efetivar os direitos pluriétnico-culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0519 - Fortalecer a educação escolar indígena em todos os níveis e modalidades

Indicador do Objetivo Específico		Número de diagnósticos da educação escolar indígena								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			15		30		45		60	
Desagregação da Meta	Desagregação		2024		2025		2026		2027	
	Indígenas		15		30		45		60	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 1144 - Agropecuária Sustentável

Objetivo Geral: Fomentar o desenvolvimento e a intensificação da produção agropecuária, com sustentabilidade ambiental, econômica e social, com vistas à segurança alimentar e diversificação energética.

Objetivos Específicos do Programa

0007 - Ampliar o acesso do produtor rural aos instrumentos de mitigação de riscos climáticos.

Indicador do Objetivo Específico		Número de produtores beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR)							
Linha de Base do Indicador		78.574	Unidade de Medida	Produtores atendidos			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador		2024		2025		2026		2027	
		89.723		107.668		125.612		143.557	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026		2027	
	No Distrito Federal	16		19		22		26	
	No Estado da Bahia	632		758		885		1.011	
	No Estado da Paraíba	43		52		61		70	
	No Estado de Alagoas	97		117		136		156	
	No Estado de Goiás	4.270		5.124		5.978		6.832	
	No Estado de Mato Grosso	1.257		1.508		1.760		2.011	
	No Estado de Mato Grosso do Sul	4.248		5.098		5.947		6.797	
	No Estado de Minas Gerais	7.616		9.139		10.662		12.185	
	No Estado de Pernambuco	52		62		72		82	
	No Estado de Rondônia	109		130		152		174	
	No Estado de Roraima	18		22		26		29	
	No Estado de Santa Catarina	7.663		9.195		10.728		12.261	
	No Estado de São Paulo	10.495		12.594		14.693		16.792	
	No Estado de Sergipe	343		412		481		549	
	No Estado do Acre	2		3		3		4	

Regionalização da Meta	No Estado do Amapá	0	0	1	1
	No Estado do Amazonas	7	8	10	11
	No Estado do Ceará	17	21	24	27
	No Estado do Espírito Santo	1.500	1.800	2.099	2.399
	No Estado do Maranhão	343	412	481	549
	No Estado do Pará	96	115	135	154
	No Estado do Paraná	30.114	36.137	42.160	48.183
	No Estado do Piauí	113	136	159	181
	No Estado do Rio de Janeiro	32	38	45	51
	No Estado do Rio Grande do Norte	5	5	6	7
	No Estado do Rio Grande do Sul	20.186	24.223	28.261	32.298
	No Estado do Tocantins	448	537	627	716

0033 - Ampliar o acesso do produtor ao Crédito Rural					
Indicador do Objetivo Específico	PIB Agropecuário				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$ milhões		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	608.637		615.697	622.839	630.064

0036 - Ampliar as informações oficiais disponibilizadas à sociedade, das ações que promovem o incremento da sustentabilidade.					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Unidades Federativas integradas ao SINABC - Sistema Integrado de Informações do ABC+				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade da federação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		20	25	27
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3	4	4	4
	Região Nordeste	3	5	7	9
	Região Norte	3	4	7	7
	Região Sudeste	3	4	4	4
	Região Sul	3	3	3	3

0175 - Promover e ampliar a sustentabilidade da produção agropecuária.					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de cadeias produtivas com incorporação de tecnologias e sistemas produtivos sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3		5	8	13

0185 - Promover o uso sustentável das florestas e as cadeias produtivas florestais em áreas de produção agrícola (em propriedades privadas).					
Indicador do Objetivo Específico	Área para produção de produtos madeireiros e não madeireiros (ha) em áreas de produção agrícola (propriedades privadas)				
Linha de Base do Indicador	9.930.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	145.000		220.000	295.000	370.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	21.750	33.000	44.250	55.500

Regionalização da Meta	Região Nordeste	10.150	15.400	20.650	25.900
	Região Norte	8.700	13.200	17.700	22.200
	Região Sudeste	58.000	88.000	118.000	148.000
	Região Sul	46.400	70.400	94.400	118.400

0187 - Ampliar e diversificar a produção agropecuária agregando valor aos seus produtos e serviços					
Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de produtos com valor agregado adicional				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	18.000		18.500	19.000	19.500

0525 - Ampliar a oferta e o consumo de produtos orgânicos controlados e suas práticas leais de produção e comércio.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de crescimento anual da área de produção orgânica				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		5,75	5,28	4,82	4,35
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado da Bahia	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado da Paraíba	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Alagoas	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Goiás	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Mato Grosso	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Mato Grosso do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Minas Gerais	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Pernambuco	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Rondônia	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Roraima	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Santa Catarina	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de São Paulo	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado de Sergipe	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Acre	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Amapá	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Amazonas	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Ceará	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Espírito Santo	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Maranhão	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Pará	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Paraná	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Piauí	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio de Janeiro	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio Grande do Norte	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Rio Grande do Sul	5,75	5,28	4,82	4,35
	No Estado do Tocantins	5,75	5,28	4,82	4,35

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 1158 - Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Fortalecer a ação nacional frente à mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

Objetivos Específicos do Programa

0247 - Produzir, sistematizar e disponibilizar informações, previsões e modelos sobre mudança do clima, contemplando mitigação, adaptação e aumento da resiliência a eventos climáticos extremos

Indicador do Objetivo Específico	Número de instrumentos de informações climáticas disponibilizados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	104		129	145	156

0272 - Ampliar a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima

Indicador do Objetivo Específico	Percentual das emissões de GEE nacionais coberto por planos de mitigação				
Linha de Base do Indicador	59,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	81,7		92,5	100	100

0275 - Promover processos de recuperação e de prevenção da degradação em Áreas Susceptíveis de Desertificação, reduzindo a vulnerabilidade aos efeitos do clima em territórios rurais

Indicador do Objetivo Específico	Número de estados prioritários com ações para implementação das políticas estaduais de Combate à Desertificação e ações de Mitigação dos Efeitos da Seca				
Linha de Base do Indicador	6	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		15	21	21
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	0	2	3	3
	Região Nordeste	10	10	10	10
	Região Norte	0	1	3	3
	Região Sudeste	0	1	3	3
	Região Sul	0	1	2	2

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 1189 - Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade

Objetivo Geral: Promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.

Objetivos Específicos do Programa

0258 - Promover o desenvolvimento do ecossistema de negócios e inovação da bioeconomia com ênfase no uso sustentável da biodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de negócios da bioeconomia apoiados incubados e acelerados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	200		400	800	1.000

0262 - Ampliação do acesso ao patrimônio genético, com repartição justa e equitativa de benefícios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos registrados no Sisgen				
Linha de Base do Indicador	72.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	77.000		82.000	87.000	92.000

0266 - Oferecer produtos e serviços florestais provenientes do manejo de florestas públicas federais, por meio das concessões florestais.

Indicador do Objetivo Específico	Área de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais				
Linha de Base do Indicador	1.288.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.988.000		2.888.000	3.988.000	5.288.000

0271 - Produzir, consolidar e disponibilizar informações florestais e de cadeias da sociobiodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico	Área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil				
Linha de Base do Indicador	427.000.000	Unidade de Medida	ha		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	457.000.000		484.000.000	494.000.000	502.000.000
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Bioma Caatinga	28.000.000	28.000.000	28.000.000	28.000.000
	Bioma Cerrado	2.000.000	24.500.000	24.500.000	25.000.000
	Bioma Mata Atlântica	0	4.500.000	14.500.000	14.500.000
	Bioma Pampa	0	0	0	7.500.000

0273 - Melhorar a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais e promover a gestão sustentável dos seus territórios.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades produtivas sustentáveis				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	50.000		70.000	100.000	120.000

0539 - Promover a gestão ambiental em territórios rurais com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias do público-alvo atendidas com iniciativas de base agroecológica, da sociobiodiversidade e da agroindústria, com conservação ambiental e recuperação de áreas degradadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	600	1.200	1.800	2.400	
	Região Nordeste	200	400	600	800	
	Região Norte	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Sudeste	200	400	600	800	
	Região Sul	200	400	600	800	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Jovem	600	1.200	1.800	2.400	
	Mulheres	1.000	2.000	3.000	4.000	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo

Objetivo Geral: Promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, bem como pela mitigação dos impactos negativos das atividades humanas, com vistas à melhoria da qualidade ambiental e de vida e da proteção dos direitos animais nas cidades e no campo.

Objetivos Específicos do Programa

0277 - Aumentar a reciclagem de resíduos secos e orgânicos no Brasil.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de recuperação de recicláveis secos dos resíduos sólidos urbanos				
Linha de Base do Indicador	2,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5,7		6,6	7,5	8,3

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 1191 - Agricultura Familiar e Agroecologia

Objetivo Geral: Fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a produção de alimentos, a inclusão socioeconômica, a redução das desigualdades, a segurança alimentar e nutricional e a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Objetivos Específicos do Programa

0321 - Aperfeiçoar o crédito rural, com foco na produção de alimentos, agroecologia e sociobiodiversidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número total de contratos celebrados				
Linha de Base do Indicador		116.758	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		116.809	117.719	118.817	119.536	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	150	160	170	180	
	Região Nordeste	21.756	22.026	22.297	22.567	
	Região Norte	3.421	3.464	3.506	3.549	
	Região Sudeste	5.090	5.154	5.217	5.280	
	Região Sul	10.518	10.714	10.838	10.960	

0324 - Garantia-Safra - Assegurar aos agricultores familiares garantia de proteção da produção em decorrência de perda de safra

Indicador do Objetivo Específico		% (número de famílias beneficiadas/total de cotas disponibilizadas)				
Linha de Base do Indicador		0,8	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0,85	0,9	0,9	0,95	

0325 - Promover o acesso a serviços de ATER para agricultores familiares em consonância com os princípios da PNATER e em conformidade com as demandas prioritárias e as políticas estratégicas para Agricultura Familiar.

Indicador do Objetivo Específico		Nº de famílias de agricultores (as) familiares beneficiadas com assistência técnica e extensão rural				
Linha de Base do Indicador		15.000	Unidade de Medida	famílias atendidas	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		15.000	30.000	45.000	75.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.500	3.000	4.500	7.500	
	Região Nordeste	6.000	12.000	18.000	30.000	
	Região Norte	2.250	4.500	6.750	11.250	
	Região Sudeste	2.250	4.500	6.750	11.250	
	Região Sul	3.000	6.000	9.000	15.000	
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027	
	Mulheres	7.500	15.000	22.500	37.500	

0327 - Promover ações de inovação destinadas à agroecologia e à transição agroecológica					
Indicador do Objetivo Específico	Número projetos apoiados em ações de inovação para a produção familiar e transição agroecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	31		31	31	31

0328 - Promover a bioeconomia na agricultura familiar de forma inclusiva, com ênfase no uso sustentável dos recursos da sociobiodiversidade					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores(as) familiares, povos e comunidades tradicionais beneficiados por estruturação socioprodutiva de cadeias da sociobiodiversidade e de plantas medicinais, aromáticas e condimentares				
Linha de Base do Indicador	29.300	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	17.263		21.315	24.977	27.372
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	3.107	3.837	4.495	4.379
	Região Nordeste	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Norte	4.315	5.328	6.244	6.843
	Região Sudeste	2.763	3.411	3.997	4.379
	Região Sul	2.763	3.411	3.997	4.379
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	6.905	8.526	9.990	10.948
	Povos e Comunidades Tradicionais	12.084	14.920	17.483	19.160

0330 - Fomentar a inclusão produtiva de agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza e extrema pobreza					
Indicador do Objetivo Específico	Nº de agricultores e agricultoras familiares em situação de extrema pobreza e pobreza beneficiados por projetos de estruturação produtiva				
Linha de Base do Indicador	712.702	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	685.971		695.971	706.071	717.991
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	572.505	572.678	572.939	573.107
	Região Norte	4.073	4.074	4.076	4.077
	Região Sudeste	70.343	70.364	70.396	70.417
	Região Sul	50	55	60	70
	Semiárido	19.500	24.400	29.300	35.160
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Mulheres	23.400	29.280	35.160	42.192

0331 - Promover a inclusão do público no Cadastro da Agricultura Familiar - CAF					
Indicador do Objetivo Específico	% de CAF no total de estabelecimentos rurais				
Linha de Base do Indicador	0,725	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,75		0,75	0,8	0,9

0333 - Ampliar o acesso dos agricultores e agricultoras familiares a máquinas, equipamentos e implementos agrícolas e agroindustriais							
Indicador do Objetivo Específico		Nº de contratos no âmbito do Pronaf Mais Alimentos					
Linha de Base do Indicador		61.033	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024		2025	2026	2027	
		118.000		119.000	119.500	120.000	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	651		657	660	662	
	Região Nordeste	46.942		47.340	47.539	47.738	
	Região Norte	2.603		2.625	2.636	2.647	
	Região Sudeste	17.865		18.016	18.092	18.167	
	Região Sul	49.938		50.362	50.573	50.785	

0334 - Fortalecer a autonomia econômica e produtiva de mulheres rurais							
Indicador do Objetivo Específico		Nº de mulheres rurais beneficiadas por políticas públicas para fortalecimento da autonomia econômica e produtiva					
Linha de Base do Indicador		452.394	Unidade de Medida	pessoa beneficiada		Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024		2025	2026	2027	
		509.000		520.500	532.000	533.500	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	7.198		7.206	7.214	7.221	
	Região Nordeste	348.830		349.206	349.582	349.959	
	Região Norte	17.745		17.761	17.776	17.791	
	Região Sudeste	48.587		48.641	48.694	48.748	
	Região Sul	42.640		42.687	42.734	42.781	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 1617 - Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento da Emergência Climática

Objetivo Geral: Garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado, soberania alimentar, bem como justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

Objetivos Específicos do Programa

0514 - Promover a gestão territorial e ambiental de territórios indígenas e a sustentabilidade da sociobioeconomia indígena

Indicador do Objetivo Específico		Número de IGATIs em implementação			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		15	30	45	60
Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Indígenas	15	30	45	60

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2301 - Transformação do Estado para a Cidadania e o Desenvolvimento

Objetivo Geral: Ampliar e qualificar a gestão, os serviços e as políticas governamentais, para a sociedade e a administração pública, apoiando e potencializando a inovação e o fortalecimento das capacidades do Estado.

Objetivos Específicos do Programa

0418 - Ampliar a transformação digital na União e nos demais entes federados.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de municípios com mais de 300 mil habitantes utilizando ao menos uma das soluções de governo digital providas pela SGD				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		40	75	75

0534 - Induzir políticas estratégicas de compras e parcerias governamentais que impulsionem o desenvolvimento econômico e social inclusivo, solidário e sustentável.

Indicador do Objetivo Específico	Índice federativo de uso do ComprasGov				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		75	80	80

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária

Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos Específicos do Programa

0037 - Aumentar o compartilhamento, aplicação e geração de conhecimentos técnico-científicos para superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Impacto econômico em R\$ das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	bilhões de reais (R\$)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	91,2		93,4	95,7	97,9

0038 - Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.

Indicador do Objetivo Específico	Número de parcerias com atores dos ecossistemas de inovação nacional e internacionais no ano				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	456		470	484	503
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	95	98	101	105
	Região Nordeste	100	103	106	110
	Região Norte	46	47	49	51
	Região Sudeste	88	91	93	97
	Região Sul	127	131	135	140

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2304 - Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social

Objetivo Geral: Democratizar o acesso aos resultados do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo a difusão de tecnologias e a popularização da ciência, para contribuir para a resolução de problemas sociais e melhoria de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0214 - Ampliar o desenvolvimento, o acesso, a reaplicação e a apropriação de tecnologias sociais

Indicador do Objetivo Específico	Número de tecnologias sociais desenvolvidas e apropriadas pela população				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		20	30	40

0216 - Promover o desenvolvimento, a produção nacional e a certificação de tecnologias assistivas

Indicador do Objetivo Específico	Número de Tecnologias Assistivas desenvolvidas e certificadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	5		10	15	20

0217 - Fomentar a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico na área de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN), gerando soluções inclusivas inovadoras para erradicação da fome e mitigação de desigualdades.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pesquisas desenvolvidas e soluções disponibilizadas para a erradicação da fome				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		30	40	50

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

Objetivo Geral: Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados

Objetivos Específicos do Programa

0097 - Apoiar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em telecomunicações.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pedidos de registro de propriedade intelectual no ano de referência				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	30		30	30	30

0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de pessoas de 10 anos ou mais que são usuárias da Internet				
Linha de Base do Indicador	84,7	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	89,9		91,7	93,4	95,2
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	93	94	95	96
	Região Nordeste	86,1	88,7	91,4	94
	Região Norte	84,7	87,4	90,2	93
	Região Sudeste	92,4	93,6	94,8	96
	Região Sul	91,4	92,9	94,5	96

0151 - Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.

Indicador do Objetivo Específico	Número de pessoas capacitadas em cursos de TICs				
Linha de Base do Indicador	23.773	Unidade de Medida	pessoas capacitadas		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	28.870		39.069	44.526	49.272
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	6.590	8.421	9.336	10.254
	Região Nordeste	9.983	13.401	15.109	16.819
	Região Norte	2.101	2.971	3.406	3.841
	Região Sudeste	8.418	12.163	14.395	15.909
	Região Sul	1.778	2.113	2.280	2.449

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2306 - Política Nuclear

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentada.

Objetivos Específicos do Programa

0180 - Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações de forma segura, para atender aos diversos usos pela sociedade

Indicador do Objetivo Específico		Produção tecnológica desenvolvida para a área nuclear e afins			
Linha de Base do Indicador		24	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		24	24	24	24
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	2	2	2	2
	Região Sudeste	22	22	22	22

0181 - Produzir e fornecer radiofármacos e radioisótopos para atendimento à sociedade

Indicador do Objetivo Específico		Produção de radioisótopos e radiofármacos fornecida aos centros de medicina nuclear no país			
Linha de Base do Indicador		21.174.000	Unidade de Medida	ci/ano	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		21.174.000	21.174.000	21.174.000	21.174.000

0182 - Ampliar a formação especializada de recursos humanos para o setor nuclear

Indicador do Objetivo Específico		Número de profissionais formados			
Linha de Base do Indicador		207	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		200	200	200	200
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	25	25	25	25
	Região Sudeste	175	175	175	175

0183 - Garantir a proteção radiológica das instalações radiativas e nucleares, a segurança física e nuclear e o controle de materiais nucleares

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de instalações controladas			
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		100	100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	6	6	6	6
	Região Nordeste	12	12	12	12
	Região Norte	4	4	4	4
	Região Sudeste	63	63	63	63
	Região Sul	15	15	15	15

0204 - Expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível nuclear em escala capaz de atender a demanda dos reatores nucleares brasileiros e ampliar as oportunidades para exportação de insumos e serviços						
Indicador do Objetivo Específico		Taxa de Nacionalização do Ciclo de Combustível Nuclear				
Linha de Base do Indicador		40	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		40	40	40	40	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	40	40	40	40	

0205 - Ampliar a produção de equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, aumentando a capacidade nacional no setor						
Indicador do Objetivo Específico		Indicador de produção fabril				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		13	36	63	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Sudeste	13	36	63	100	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2307 - Programa Espacial Brasileiro

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e competitividade de soluções espaciais na forma de produtos, serviços, infraestrutura e aplicações para atendimento às demandas da sociedade de forma autônoma e sustentada.

Objetivos Específicos do Programa

0178 - Ampliar a entrega de produtos, serviços e aplicações espaciais para atender a demandas prioritárias da sociedade

Indicador do Objetivo Específico	Incremento do número de produtos, serviços e aplicações nacionais entregues				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	0	2	4	6	

0179 - Buscar autonomia científica, tecnológica e operacional na área espacial

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de avanço em rotas tecnológicas				
Linha de Base do Indicador	52	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	59,5	64,5	68,5	71,5	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Objetivo Geral: Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias

Objetivos Específicos do Programa

0411 - Recuperar, expandir e modernizar a infraestrutura nacional de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

Indicador do Objetivo Específico	Evolução anual da disponibilização de infraestrutura de P&D				
Linha de Base do Indicador	3.756	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4.500		5.400	6.480	7.776

0415 - Promover a formação, capacitação, atração e fixação de recursos humanos em projetos de CT&I com atenção à correção de assimetrias

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiários atendidos com bolsas do CNPq por 100 mil habitantes				
Linha de Base do Indicador	1,06	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1,17		1,28	1,41	1,55

0425 - Ampliar a capacidade de pesquisa, desenvolvimento e inovação do ecossistema de segurança cibernética nacional

Indicador do Objetivo Específico	Índice de Implementação de Ações de Estímulo à P&D na Área de Segurança Cibernética Nacional				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	15		45	70	100

0428 - Contribuir com fomento à Infraestrutura Nacional da Qualidade

Indicador do Objetivo Específico	Número de laboratórios voltados à padronização, metrologia, acreditação e avaliação da conformidade fomentados				
Linha de Base do Indicador	1.333	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.400		1.466	1.532	1.600

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2310 - Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda

Objetivo Geral: Assegurar o trabalho decente, o acesso ao emprego e renda, proteção social e remuneração justa, garantindo segurança e saúde no trabalho, diálogo social, inclusão, acessibilidade e equidade no mundo do trabalho.

Objetivos Específicos do Programa

0130 - Gerar e disseminar informações estratégicas sobre trabalho, emprego, renda e relações do trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Número de acessos ao Portal de Disseminação de Estatísticas de Trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21.000		22.000	23.150	24.300

0131 - Melhorar a eficiência da intermediação de mão de obra

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de eficiência nos encaminhamentos de trabalhadores				
Linha de Base do Indicador	11,16	Unidade de Medida	taxa		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	12		12,5	12,7	12,8

0132 - Promover a qualificação social e profissional

Indicador do Objetivo Específico	Número de beneficiados pelas políticas de qualificação social e profissional				
Linha de Base do Indicador	100.000	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	600.000		1.550.000	2.600.000	4.000.000

0133 - Fomentar o crédito às atividades empreendedoras e o microcrédito produtivo orientado

Indicador do Objetivo Específico	Volume de crédito concedido				
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	bilhões R\$		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	16		24	36	48

0134 - Aperfeiçoar o atendimento digital ao trabalhador

Indicador do Objetivo Específico	Percentual médio de uso dos serviços digitais ofertados ao trabalhador				
Linha de Base do Indicador	53	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	64		74	90	90

0135 - Aumentar a formalização do vínculo de emprego por meio de ações da inspeção do trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de formalização dos empregados encontrados em situação de registro irregular				
Linha de Base do Indicador	28	Unidade de Medida	taxa		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	32		34	37	40

0136 - Combater a exploração do trabalho análogo ao escravo e do tráfico de pessoas						
Indicador do Objetivo Específico		Número de ações fiscais de combate ao trabalho análogo ao de escravo e ao tráfico de pessoas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		500	1.050	1.650	2.300	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	No Distrito Federal	2	4	7	10	
	No Estado da Bahia	2	4	7	10	
	No Estado da Paraíba	2	4	7	10	
	No Estado de Alagoas	2	4	7	10	
	No Estado de Goiás	2	4	7	10	
	No Estado de Mato Grosso	2	4	7	10	
	No Estado de Mato Grosso do Sul	2	4	7	10	
	No Estado de Minas Gerais	2	4	7	10	
	No Estado de Pernambuco	2	4	7	10	
	No Estado de Rondônia	2	4	7	10	
	No Estado de Roraima	2	4	7	10	
	No Estado de Santa Catarina	2	4	7	10	
	No Estado de São Paulo	2	4	7	10	
	No Estado de Sergipe	2	4	7	10	
	No Estado do Acre	2	4	7	10	
	No Estado do Amapá	2	4	7	10	
	No Estado do Amazonas	2	4	7	10	
	No Estado do Ceará	2	4	7	10	
	No Estado do Espírito Santo	2	4	7	10	
	No Estado do Maranhão	2	4	7	10	
	No Estado do Pará	2	4	7	10	
	No Estado do Paraná	2	4	7	10	
	No Estado do Piauí	2	4	7	10	
	No Estado do Rio de Janeiro	2	4	7	10	
	No Estado do Rio Grande do Norte	2	4	7	10	
	No Estado do Rio Grande do Sul	2	4	7	10	
	No Estado do Tocantins	2	4	7	10	

0137 - Ampliar o cumprimento da obrigação legal de acesso e inclusão das pessoas com deficiência e, ou, reabilitadas no mercado formal de trabalho de maneira acessível, inclusiva e sustentável						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual de cumprimento de cotas de PCD ou reabilitadas no mercado de trabalho formal				
Linha de Base do Indicador		53,45	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		53	53,55	54,3	55,5	

0138 - Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nos ambientes de trabalho das organizações por meio da exigência do cumprimento de medidas legais de prevenção da discriminação, assédio e violência no trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Número de ambientes de trabalho fiscalizados com vistas ao combate à discriminação, assédio e violência				
Linha de Base do Indicador	2.438	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.560		5.248	8.070	11.034

0139 - Assegurar a dignidade no trabalho das trabalhadoras domésticas					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de regularização das infrações mais recorrentes no trabalho doméstico				
Linha de Base do Indicador	6,34	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		12	14	15

0140 - Retirar crianças e adolescentes de situação de trabalho infantil					
Indicador do Objetivo Específico	Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho infantil pela fiscalização				
Linha de Base do Indicador	2.324	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.350		4.800	7.350	10.000

0141 - Reduzir os riscos nos ambientes de trabalho					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual das fiscalizações de segurança e saúde no trabalho com redução de riscos ocupacionais				
Linha de Base do Indicador	25	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	25		40	50	60
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Distrito Federal	25	40	50	60
	No Estado da Bahia	25	40	50	60
	No Estado da Paraíba	25	40	50	60
	No Estado de Alagoas	25	40	50	60
	No Estado de Goiás	25	40	50	60
	No Estado de Mato Grosso	25	40	50	60
	No Estado de Mato Grosso do Sul	25	40	50	60
	No Estado de Minas Gerais	25	40	50	60
	No Estado de Pernambuco	25	40	50	60
	No Estado de Rondônia	25	40	50	60
	No Estado de Roraima	25	40	50	60
	No Estado de Santa Catarina	25	40	50	60
	No Estado de São Paulo	25	40	50	60
	No Estado de Sergipe	25	40	50	60
	No Estado do Acre	25	40	50	60
	No Estado do Amapá	25	40	50	60
	No Estado do Amazonas	25	40	50	60
	No Estado do Ceará	25	40	50	60
	No Estado do Espírito Santo	25	40	50	60
	No Estado do Maranhão	25	40	50	60

Regionalização da Meta	No Estado do Pará	25	40	50	60
	No Estado do Paraná	25	40	50	60
	No Estado do Piauí	25	40	50	60
	No Estado do Rio de Janeiro	25	40	50	60
	No Estado do Rio Grande do Norte	25	40	50	60
	No Estado do Rio Grande do Sul	25	40	50	60
	No Estado do Tocantins	25	40	50	60

0142 - Reduzir a inadimplência e a sonegação do FGTS relativo aos empregados formais, bem como garantir que os valores recolhidos sejam depositados nas contas individualizadas

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de inadimplência do FGTS				
Linha de Base do Indicador	6,5	Unidade de Medida	taxa	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	6	5,5	5,25	5	

0143 - Ampliar a inclusão de jovens na aprendizagem profissional de qualidade

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento de cotas de aprendizagem profissional				
Linha de Base do Indicador	49,13	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	49,62	50,14	50,65	51,03	

0156 - Promover a mediação e negociação coletiva, de forma a incentivar a solução extrajudicial de conflitos trabalhistas

Indicador do Objetivo Específico	Número de mediações coletivas concluídas com acordo				
Linha de Base do Indicador	1.261	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1.300	2.100	3.200	4.400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	10	10	25	35
	Região Nordeste	390	630	960	1.320
	Região Norte	60	105	160	220
	Região Sudeste	780	1.260	1.920	2.650
	Região Sul	60	95	135	175

0382 - Democratizar e reestruturar as relações do trabalho

Indicador do Objetivo Específico	Número de ações de fomento à democratização e reestruturação das relações do trabalho realizadas				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	6	8	9	10	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2315 - Política Econômica para o Crescimento e Desenvolvimento Socioeconômico Sustentável e Inclusivo

Objetivo Geral: Atuar para o crescimento econômico e desenvolvimento, com sustentabilidade fiscal, responsabilidade social e ambiental, para um sistema tributário justo e eficiente, ampliando a capacidade estatal de atender à sociedade e proteger os mais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0220 - Promover a cultura de responsabilidade e conformidade fiscal e tributária, por meio da facilitação e orientação, fortalecendo a transparência e o relacionamento com a sociedade					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de promoção da conformidade tributária				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	100		100	100	100

0380 - Viabilizar as iniciativas para a transformação ecológica da economia brasileira, visando o crescimento econômico sustentável, com crescimento de produtividade, aumento de renda, redução do impacto ambiental e distribuição de renda.					
Indicador do Objetivo Específico	Recursos captados por meio de títulos públicos sustentáveis, com um montante equivalente alocado em atividades com impactos ambientais ou sociais relacionados à transformação ecológica				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4.000.000.000		4.000.000.000	4.000.000.000	4.000.000.000

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2316 - Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior

Objetivo Geral: Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

Objetivos Específicos do Programa

0313 - Atuar internacionalmente em prol da inserção econômica competitiva do Brasil

Indicador do Objetivo Específico	Número de acordos internacionais firmados em matéria econômica				
Linha de Base do Indicador	4,7	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4		4	4	4

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

Objetivo Geral: Integrar o território nacional e promover o desenvolvimento regional e territorial sustentável, inovador e inclusivo a partir de processos de planejamento, ordenamento e estruturação produtiva

Objetivos Específicos do Programa

0088 - Assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável prioritariamente nos territórios elegíveis da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Indicador do Objetivo Específico		Variação da renda familiar bruta das famílias beneficiadas						
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual %			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			0	4	6	8		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	0	4	6	8			
	Região Nordeste	0	4	6	8			
	Região Norte	0	4	6	8			
	Região Sudeste	0	4	6	8			
	Região Sul	0	4	6	8			

0161 - Aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional

Indicador do Objetivo Específico		Índice de contratações na tipologias da PNDR com recursos dos FCFs						
Linha de Base do Indicador		72,7	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			60	60	60	60		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	51	51	51	51			
	Região Nordeste	70	70	70	70			
	Região Norte	65	65	65	65			

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2319 - Mobilidade Urbana

Objetivo Geral: Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

Objetivos Específicos do Programa

0251 - Melhorar e ampliar a infraestrutura de mobilidade urbana para o transporte não motorizado e para o transporte público coletivo.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana				
Linha de Base do Indicador		45,5	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		1,35	2,02	2,7	3,35	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	0,12	0,17	0,23	0,29	
	Região Nordeste	0,43	0,66	0,87	1,08	
	Região Norte	0,08	0,12	0,16	0,2	
	Região Sudeste	0,41	0,61	0,83	1,02	
	Região Sul	0,31	0,46	0,61	0,76	

0254 - Melhorar a prestação dos serviços de transporte público coletivo por meio da renovação da frota.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de renovação da frota				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6,3	14,1	21,9	31,3	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2320 - Moradia Digna

Objetivo Geral: Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0506 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, visando ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda

Indicador do Objetivo Específico	Conformidade dos materiais, componentes e sistemas construtivos das empresas de serviços e obras com certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, no âmbito do Programa PBQPH				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	90		90	90	90

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2323 - Turismo, esse é o destino

Objetivo Geral: Posicionar o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável e aumentar a competitividade dos destinos e produtos turísticos brasileiros, democratizando o acesso e os benefícios da atividade turística para os cidadãos brasileiros.

Objetivos Específicos do Programa

0365 - Promover a estruturação e a qualidade dos destinos turísticos, fomentando a cadeia produtiva do turismo.

Indicador do Objetivo Específico		Número de empregos formais no setor de turismo								
Linha de Base do Indicador		1.975.401	Unidade de Medida	Pessoas			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			2.046.092		2.148.397		2.255.816		2.368.607	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		178.010		186.910		196.256		206.069	
	Região Nordeste		364.204		382.415		401.535		421.612	
	Região Norte		85.936		90.232		94.744		99.481	
	Região Sudeste		1.088.521		1.142.947		1.200.095		1.260.099	
	Região Sul		329.421		345.893		363.186		381.346	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização

Objetivo Geral: Promover e apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, com foco em projetos que alavancuem a industrialização do País por meio da promoção de atividades que adicionem valor à produção nacional

Objetivos Específicos do Programa

0209 - Incentivar a colaboração entre ICTs e empresas para o desenvolvimento tecnológico e o aumento do conteúdo de inovação nacional

Indicador do Objetivo Específico	Valor médio por projeto de PD&I firmado em parceria ICTs e empresas				
Linha de Base do Indicador	352.566.389,9	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	370.194.709,4		387.823.028,9	405.451.348,4	423.079.667

0210 - Ampliar os investimentos em P&D para estruturação e expansão dos complexos industriais-tecnológicos

Indicador do Objetivo Específico	Valor adicionado bruto nos complexos industriais-tecnológicos				
Linha de Base do Indicador	553.329	Unidade de Medida	R\$ milhões		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	620.341,9		632.748,7	648.567,4	668.024,5

0211 - Ampliar o custo-efetividade dos incentivos fiscais à PD&I (geridos pelo MCTI) nas empresas nacionais

Indicador do Objetivo Específico	Evolução do valor de investimentos em P,D&I relacionados aos instrumentos de incentivos fiscais geridos pelo MCTI				
Linha de Base do Indicador	32,26	Unidade de Medida	R\$ bilhão		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	33,91		35,57	37,25	38,93

0212 - Incentivar o desenvolvimento de ambientes inovadores e o empreendedorismo inovador

Indicador do Objetivo Específico	Valor médio ponderado investido em ações de fomento aos ambientes inovadores e ao empreendedorismo inovador				
Linha de Base do Indicador	224.363.000,64	Unidade de Medida	R\$		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	235.581.000,82		247.360.000,91	259.728.000,96	272.715.000,41

0524 - Fomentar a transformação digital, a capacitação digital, a estruturação e a expansão da utilização de TICs nos complexos industriais estratégicos para o desenvolvimento nacional

Indicador do Objetivo Específico	Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional em relação ao faturamento auferido pela indústria com bens incentivados, no âmbito da Lei de TICs (Lei no 8.248, de 1991)				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11		12	13	14

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 2801 - Neoindustrialização, Ambiente de Negócios e Participação Econômica Internacional

Objetivo Geral: Ampliar a inovação, a produtividade e a competitividade em direção a uma economia verde, diversificada, complexa e adensada, com melhoria do ambiente de negócios e aumento da participação econômica internacional qualificada do país, com vistas ao desenvolvimento econômico e social, a promoção de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Objetivos Específicos do Programa

0371 - Promover a simplificação e a desburocratização do ambiente de negócios; e o acesso a redes de apoio, a crédito e garantias, com enfoque em MPEs, microempreendedores e artesãos.

Indicador do Objetivo Específico	Aumento no faturamento de MPEs e MEIs com base nas informações prestada para fins de arrecadação				
Linha de Base do Indicador	2.064	Unidade de Medida	R\$ bilhão		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.514		2.665	2.825	2.994

0390 - Promover o desenvolvimento da economia verde ampliando a sua participação na indústria brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de economia verde da indústria				
Linha de Base do Indicador	0,2146	Unidade de Medida	R\$/ton		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,2253		0,2366	0,2484	0,2608

0427 - Ampliar a produção nacional da indústria e de serviços, em bases sustentáveis, com maior valor agregado, intensidade tecnológica e inovação.

Indicador do Objetivo Específico	Valor agregado da indústria (ind. de transformação) / PIB				
Linha de Base do Indicador	10	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	11,42		11,88	12,52	14,85

0471 - Promover o uso da infraestrutura da qualidade como ferramenta estratégica transversal para o aumento da produtividade, competitividade e desenvolvimento econômico sustentável

Indicador do Objetivo Específico	Índice Nacional de Infraestrutura da Qualidade				
Linha de Base do Indicador	0,6293	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,64		0,65	0,67	0,7

0535 - Otimizar o desempenho do Sistema de Propriedade Intelectual e estimular o uso da Propriedade Intelectual como ferramenta estratégica para o alcance das políticas industrial, de inovação, de economia verde, de micro e pequenas empresas e de comércio exterior.

Indicador do Objetivo Específico	Tempo de Decisão de Exame Técnico de Pedidos de Patentes				
Linha de Base do Indicador	6,9	Unidade de Medida	ano		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	6		5,4	2	2

0540 - Promover o aumento e a melhoria da inserção comercial do país.					
Indicador do Objetivo Específico	Corrente de comércio a preços constantes (US\$ Bilhões a preços de 1998)				
Linha de Base do Indicador	317	Unidade de Medida	US\$ bilhão		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	335		340	345	352

0541 - Promover a melhoria do ambiente de negócios por meio do aperfeiçoamento do sistema regulatório nacional					
Indicador do Objetivo Específico	Índice de capacidade institucional e regulatória - I-CIR/CGU				
Linha de Base do Indicador	16,7	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		25	30	35

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3101 - Energia Elétrica

Objetivo Geral: Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro com justiça social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Objetivos Específicos do Programa

0011 - Expandir a capacidade instalada de geração de energia elétrica

Indicador do Objetivo Específico	Capacidade instalada de geração de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro				
Linha de Base do Indicador	205.527	Unidade de Medida	MW		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	226.227		232.672	237.462	237.682

0012 - Expandir o sistema de transmissão de energia elétrica

Indicador do Objetivo Específico	Linhas de transmissão de energia elétrica instaladas no sistema elétrico brasileiro				
Linha de Base do Indicador	164.178	Unidade de Medida	km		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	189.591		192.757	194.278	199.053

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3102 - Mineração Segura e Sustentável

Objetivo Geral: Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade aos investimentos

Objetivos Específicos do Programa

0044 - Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor mineral brasileiro

Indicador do Objetivo Específico	Número de empresas do setor com "selo ESG"				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	Empresas certificadas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	0	5	5	5	

0045 - Criar um ambiente orientado para a atração de investimentos em pesquisa, produção e transformação mineral

Indicador do Objetivo Específico	Índice de atratividade de Investimento				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	0,8	0,8	0,8	0,8	

0046 - Ampliar as reservas de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico	% das reservas de minerais para a transição energética				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	1,25	2,5	3,75	1,25	

0049 - Ampliar o suprimento de insumos minerais estratégicos para a segurança alimentar

Indicador do Objetivo Específico	% de produção de potássio e fosfato				
Linha de Base do Indicador	13	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	14,75	16,5	18,25	20	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis

Objetivo Geral: Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliado a uma maior ênfase na transição energética.

Objetivos Específicos do Programa

0029 - Reduzir a dependência externa de derivados de petróleo

Indicador do Objetivo Específico		Dependência Externa de Derivados de Petróleo								
Linha de Base do Indicador		21,5	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			19,5		18,5		17,5		17,5	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Nacional		19,5		18,5		17,5		17,5	

0030 - Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de aumento da produção de gás Natural						
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	43,2		40,7		37,9		33

0031 - Aumentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de aumento da Produção de Petróleo e Gás Natural						
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	1,8		17,5		31,5		34,2

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Objetivo Geral: Desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira.

Objetivos Específicos do Programa

0163 - Reduzir a intensidade de emissões de CO2 da aviação civil brasileira.

Indicador do Objetivo Específico	Intensidade de emissões – [Kg.CO2/RTK]: massa de emissões geradas ponderada pela quantidade de passageiros e carga transportados				
Linha de Base do Indicador	0,985	Unidade de Medida	kg		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,978		0,972	0,966	0,959

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental.

Objetivos Específicos do Programa

0108 - Ofertar vias em condições adequadas para a navegação.

Indicador do Objetivo Específico	Extensão (em km) das hidrovias economicamente navegadas				
Linha de Base do Indicador	19.167	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	19.870		20.580	21.300	22.000

0111 - Adequar a capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros existente e futura.

Indicador do Objetivo Específico	Adequação do nível de saturação dos complexos portuários				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	3,2		3,2	3,2	3,2
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	6,2	6,2	6,2	6,2
	Região Nordeste	2,9	2,9	2,9	2,9
	Região Norte	5,4	5,4	5,4	5,4
	Região Sudeste	2,8	2,8	2,8	2,8
	Região Sul	2,8	2,8	2,8	2,8

0114 - Financiar a construção ou manutenção de embarcações, estaleiros e infraestruturas portuárias com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM.

Indicador do Objetivo Específico	Número de empreendimentos entregues				
Linha de Base do Indicador	46	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	66		132	198	264

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Objetivo Geral: Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade

Objetivos Específicos do Programa

0145 - Manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Condição da Superfície				
Linha de Base do Indicador		47	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		53	57	62	66	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	56	59	61	64	
	Região Nordeste	56	60	65	69	
	Região Norte	55	58	61	64	
	Região Sudeste	41	49	56	64	
	Região Sul	47	53	60	66	

0146 - Adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos

Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias pavimentados e adequados				
Linha de Base do Indicador		350	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		350	710	1.095	1.495	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	110	180	250	
	Região Nordeste	90	200	320	440	
	Região Norte	50	90	150	220	
	Região Sudeste	50	100	165	245	
	Região Sul	110	210	280	340	

0147 - Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis

Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias concedidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3.223	7.194	10.601	14.034	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.434	3.515	3.838	3.838	
	Região Nordeste	0	0	511	2.899	
	Região Norte	742	742	742	742	
	Região Sudeste	1.047	1.047	1.782	1.782	
	Região Sul	0	1.890	3.728	4.773	

0148 - Ampliar, com recursos privados, a capacidade da malha rodoviária federal concedida						
Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias ampliados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133,63	299,66	584,08	859,75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50,17	156,38	238,55	400,47	
	Região Norte	12,85	19,89	44,79	44,79	
	Região Sudeste	49,88	77,93	229,97	325,6	
	Região Sul	20,74	45,47	70,79	88,91	

0149 - Desburocratizar o transporte rodoviário de carga						
Indicador do Objetivo Específico		Índice de implantação do Documento de Transporte Eletrônico				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	100	100	100	100	
	Região Nordeste	100	100	100	100	
	Região Norte	100	100	100	100	
	Região Sudeste	100	100	100	100	
	Região Sul	100	100	100	100	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3107 - Transição Energética

Objetivo Geral: Coordenar, planejar e promover a redução do conteúdo de carbono da matriz energética brasileira, promovendo a manutenção da alta participação da oferta de energia limpas e renováveis e o aumento da eficiência energética, tanto na oferta quanto na logística de distribuição e no uso final de energia.

Objetivos Específicos do Programa

0052 - Descarbonizar a matriz de transportes, via biocombustíveis

Indicador do Objetivo Específico	Número em milhões de CBIOS emitidos no país no ano			
Linha de Base do Indicador	31,23	Unidade de Medida	milhão	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	42,31	50,41	57,99	64,43

0053 - Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de crescimento da produção de minerais para a transição energética			
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	2	2	2	2

0089 - Promover a eficiência energética no uso final de energia.

Indicador do Objetivo Específico		ODEX BRASIL								
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida			-	Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			90		90		90		90	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Nacional		90		90		90		90	

0092 - Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira

Indicador do Objetivo Específico		Oferta de Energia Limpa								
Linha de Base do Indicador		46,3	Unidade de Medida		%		Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			47,7		47,7		47,8		47,8	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Nacional		47,7		47,7		47,8		47,8	

0103 - Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em Transição Energética

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Sucesso nos Leilões de Transmissão						
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			80	80	80	80		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Nacional	80	80	80	80			

0115 - Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual da Geração à diesel nos sistemas isolados				
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		75	70	65	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	75	70	65	60	

0118 - Assegurar o atendimento de energia e potência do sistema interligado nacional						
Indicador do Objetivo Específico		Contratação da demanda projetada no Sistema Interligado Nacional, com base nos critérios de suprimento				
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		80	80	80	80	

0122 - Interligar sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Número de sistemas interligados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4	8	12	14	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Norte	4	8	12	14	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Objetivo Geral: Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.

Objetivos Específicos do Programa

0233 - Aumentar a eficiência da malha ferroviária de maneira sustentável

Indicador do Objetivo Específico	Carga transportada por km útil (TKU)				
Linha de Base do Indicador	371.063	Unidade de Medida	Milhão TKU - Tonelada por Quilômetro Útil		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	374.627		376.421	378.224	380.035

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 4006 - Economia Popular e Solidária Sustentáveis

Objetivo Geral: Fortalecer as iniciativas de economia popular e solidária e a construção de redes produtivas, fundamentadas nos princípios da autogestão, cooperação, sustentabilidade ambiental, participação popular e na valorização das dinâmicas territoriais

Objetivos Específicos do Programa

0476 - Promover a institucionalidade, a visibilidade e a capilaridade da Economia Popular e Solidária

Indicador do Objetivo Específico		Número de cadastros identificados no CADSOL				
Linha de Base do Indicador		27.472	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	89	179	268	357	
	Região Nordeste	723	1.445	2.168	2.891	
	Região Norte	67	133	200	267	
	Região Sudeste	736	1.472	2.208	2.944	
	Região Sul	385	771	1.156	1.541	

0477 - Implementar as iniciativas de Economia Popular e Solidária, valorizando as dinâmicas territoriais

Indicador do Objetivo Específico		Número de iniciativas de Economia Popular e Solidária implementadas				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2.000	4.000	6.000	8.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	200	400	600	800	
	Região Nordeste	800	1.600	2.400	3.200	
	Região Norte	300	600	900	1.200	
	Região Sudeste	400	800	1.200	1.600	
	Região Sul	300	600	900	1.200	

0478 - Promover a educação popular, a qualificação técnica e a formação cidadã em Economia Popular e Solidária

Indicador do Objetivo Específico		Número de concluintes de processos formativos em Economia Popular e Solidária sustentáveis				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6.300	13.000	19.500	42.000	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	252	520	780	1.680	
	Região Nordeste	2.268	4.680	7.020	15.120	
	Região Norte	189	390	585	1.260	
	Região Sudeste	2.331	4.810	7.215	15.540	
	Região Sul	1.260	2.600	3.900	8.400	

Desagregação da Meta	Desagregação	2024	2025	2026	2027
	Homens	3.150	6.500	9.750	21.000
	Indígenas	189	390	585	1.260
	Jovem	315	650	975	2.100
	Mulheres	3.150	6.500	9.750	21.000
	Pessoa com Deficiência	315	650	975	2.100
	Pessoa Idosa	189	390	585	1.260
	População Negra	3.150	6.500	9.750	21.000
	Povos e Comunidades Tradicionais	390	390	585	1.260
	Quilombolas	315	650	975	2.100

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral: Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Específicos do Programa

0158 - Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual da totalidade de matrículas atingida na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com base nas tipologias definidas				
Linha de Base do Indicador		84,3	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		88,3	92,3	96,3	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	88,3	92,3	96,3	100	
	Região Centro-Oeste	90,5	93,7	96,9	100	
	Região Nordeste	87,7	91,8	95,9	100	
	Região Norte	82,3	88,2	94,1	100	
	Região Sudeste	90,3	93,5	96,7	100	
	Região Sul	88,4	92,3	96,2	100	

0166 - Expandir a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de matrículas em cursos de EPT				
Linha de Base do Indicador		3.098.179	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4.878.408	5.628.409	6.378.381	7.128.408	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	412.688	476.256	539.797	603.392	
	Região Nordeste	1.134.256	1.310.686	1.487.116	1.663.544	
	Região Norte	418.018	482.842	547.667	612.492	
	Região Sudeste	2.101.875	2.422.320	2.742.763	3.063.207	
	Região Sul	811.571	936.305	1.061.038	1.185.773	

0184 - Qualificar a Educação Profissional e Tecnológica, fomentando programas, projetos e ações que fortaleçam a atenção às demandas da sociedade na oferta de ensino, pesquisa, extensão e inovação, levando-se em conta as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de projetos e ações apoiados				
Linha de Base do Indicador		6.125	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		7.800	9.200	11.600	12.000	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5115 - Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos

Objetivo Geral: Fortalecer o acesso à justiça e a promoção e defesa dos direitos das pessoas, com ênfase em grupos sociais vulnerabilizados.

Objetivos Específicos do Programa

0238 - Promover um ambiente concorrencial saudável e justo

Indicador do Objetivo Específico	Índice de eficiência das decisões				
Linha de Base do Indicador	96	Unidade de Medida	percentual %		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	95		96	97	98

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5117 - Qualificação da Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde

Objetivo Geral: Ampliar o acesso da população aos medicamentos, insumos estratégicos e serviços farmacêuticos, qualificando a assistência farmacêutica, articulada à pesquisa, à inovação e à produção nacional, regulação, com qualidade e uso adequado no Sistema Único de Saúde, reduzindo as iniquidades.

Objetivos Específicos do Programa

0482 - Promover o acesso, a inovação e a produção de medicamentos de qualidade por meio do reconhecimento do Brasil como autoridade referência para a Organização Mundial da Saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de cumprimento dos requisitos relacionados à Anvisa para reconhecimento do Brasil como autoridade referência para a Organização Mundial da Saúde				
Linha de Base do Indicador	73	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	92	95	98	100	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico para produção, inovação e avaliação em saúde afim de atender a população de forma equitativa, sustentável, acessível, considerando a sociobiodiversidade territorial e contribuindo para a prosperidade econômica, social e redução da dependência de insumos para a saúde.

Objetivos Específicos do Programa

0490 - Fomentar pesquisas prioritárias estratégicas em saúde, desenvolvidas em modelo colaborativo e/ou multicêntrico, com base em uma agenda prioritária nacional, orientando as aplicações de recursos a partir de critérios alinhados às necessidades de equidade, aplicabilidade e de sustentabilidade no Sistema Único de Saúde.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de pesquisas prioritárias fomentadas				
Linha de Base do Indicador	87	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	88		89	90	90

0494 - Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, a ampliação do acesso a saúde e fortalecer a soberania nacional

Indicador do Objetivo Específico	Número de projetos e instrumentos voltados para o desenvolvimento, inovação e produção local formalizados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21		42	63	84

0496 - Gerar conhecimento científico, produtos e serviços mediante o fortalecimento da pesquisa em saúde e ambiente.

Indicador do Objetivo Específico	Número de projetos de pesquisa em saúde e ambiente em desenvolvimento				
Linha de Base do Indicador	2.601	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	2.200		2.200	2.200	2.200
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	No Estado da Bahia	150	150	150	150
	No Estado de Minas Gerais	300	300	300	300
	No Estado de Pernambuco	100	100	100	100
	No Estado do Amazonas	50	50	50	50
	No Estado do Paraná	100	100	100	100
	No Estado do Rio de Janeiro	1.500	1.500	1.500	1.500

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0472 - Ampliar a capacidade de diagnóstico dos laboratórios pertencentes a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP)

Indicador do Objetivo Específico		Número de exames realizados pela RNLSP				
Linha de Base do Indicador		7.415.224	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		11.122.837	16.684.255	25.026.382	37.539.574	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	726.640	1.089.959	1.634.939	2.452.409	
	Região Nordeste	4.102.195	6.153.292	9.229.938	13.844.907	
	Região Norte	1.376.490	2.064.735	3.097.102	4.645.653	
	Região Sudeste	3.221.520	4.832.280	7.248.420	10.872.630	
	Região Sul	1.695.993	2.543.989	3.815.984	5.723.975	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5127 - Inclusão Socioeconômica do Público do Cadastro Único

Objetivo Geral: Inclusão Socioeconômica para o público do Cadastro Único, com idade de 16 a 65 anos, com atuação nos eixos da intermediação de mão de obra, qualificação profissional e empreendedorismo.

Objetivos Específicos do Programa

0381 - Promover a empregabilidade de pessoas inscritas no Cadastro Único com idade de 16 a 65 anos

Indicador do Objetivo Específico	Número de pessoas da população entre 16 a 65 anos inscritas no Cadastro Único matriculadas em cursos de qualificação ou encaminhadas para vagas de emprego				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Pessoas Atendidas		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10.000		10.000	10.000	10.000

0392 - Fomentar o Empreendedorismo de pessoas inscritas no Cadastro Único com idade de 16 a 65 anos

Indicador do Objetivo Específico	Nº de pessoas, entre 16 a 65 anos inscritas no Cadastro Único, encaminhadas para cursos de formação empreendedora ou que realizarem operações de microcrédito				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	201.500		301.500	401.500	601.500

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Específicos do Programa

0372 - Apoiar a inclusão produtiva de famílias rurais do Cadastro Único por meio do desenvolvimento de um projeto produtivo com assistência técnica e a transferência de um recurso não reembolsável.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de famílias rurais do Cadastro Único atendidas com ações de inclusão produtiva, em especial o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais				
Linha de Base do Indicador	5,2	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	5,47	6	6,7	7,5	

0374 - Adquirir alimentos da agricultura familiar, ampliando a participação, com equidade de gênero, dos grupos prioritários definidos na legislação do PAA, como fornecedores dos alimentos que abastecem as ações e equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de agricultores (as) familiares dos grupos prioritários contemplados no PAA				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027	
	55	60	65	70	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5136 - Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais

Objetivo Geral: Promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações

Objetivos Específicos do Programa

0343 - Estruturar assentamentos, promovendo a qualificação da produção e a melhoria da qualidade de vida das famílias

Indicador do Objetivo Específico		Número de famílias atendidas								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			51.000		51.000		51.000		51.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		10.050		10.050		10.050		10.350	
	Região Nordeste		10.350		10.350		10.350		10.350	
	Região Norte		10.350		10.350		10.350		10.350	
	Região Sudeste		10.150		10.150		10.150		10.350	
	Região Sul		10.100		10.100		10.100		10.100	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5636 - Abastecimento e Soberania Alimentar

Objetivo Geral: Ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para promoção da soberania alimentar

Objetivos Específicos do Programa

0339 - Fortalecer a capacidade produtiva da Agricultura Familiar para o abastecimento, por meio da promoção de empreendimentos familiares, associativismo e cooperativismo solidários, agroindustrialização e inclusão sanitária, assegurando a participação de povos

Indicador do Objetivo Específico		Número de Empreendimentos, associações e cooperativas da agricultura familiar apoiados para comercialização de produtos				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	100	100	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	20	20	20	20	
	Região Nordeste	20	20	20	20	
	Região Norte	20	20	20	20	
	Região Sudeste	20	20	20	20	
	Região Sul	20	20	20	20	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5663 - Autonomia Econômica das Mulheres

Objetivo Geral: Promover a igualdade de direitos: salarial, remuneratório, laboral e de cuidados, na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo, garantindo trabalho, direitos e autonomia econômica das Mulheres.

Objetivos Específicos do Programa

0063 - Ampliar as oportunidades de acesso e proteção das mulheres aos direitos do trabalho.

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de formalização das mulheres no mercado de trabalho				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	Percentual de participação		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41,7		42,9	44,1	45,2

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5801 - Pesca e Aquicultura Sustentáveis

Objetivo Geral: Desenvolver a Pesca e Aquicultura de forma sustentável, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e considerando as dimensões ecológica, econômica, social e cultural dessas atividades, para gerar trabalho e renda, contribuir para a segurança alimentar e melhorar a produtividade e competitividade do setor

Objetivos Específicos do Programa

0389 - Promover a valorização do pescado nacional e aumento de produção da aquicultura.

Indicador do Objetivo Específico	Produção de Pescado				
Linha de Base do Indicador	1.300.000	Unidade de Medida	tonelada/ano		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1.332.500		1.365.000	1.397.500	1.430.000

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5803 - Juventude Negra Viva

Objetivo Geral: Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais.

Objetivos Específicos do Programa

0219 - Ampliar a presença de jovens negros, em condição de vulnerabilidade econômica e social, no mercado de trabalho por meio da Economia Popular e Solidária em territórios vulneráveis, periféricos e favelas

Indicador do Objetivo Específico	Quantidade de municípios com ações relacionadas à promoção da Economia Popular e Solidária para jovens negros				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	20		20	20	20

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo

Objetivo Geral: Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio da formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem-viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos Específicos do Programa

0169 - Ampliar ações afirmativas para o ingresso de pessoas negras no serviço público federal e ocupação de cargos em comissão e funções de confiança

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de ocupação de pessoas negras em cargos em comissão e funções de confiança no Executivo Federal				
Linha de Base do Indicador	30	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	30		30	30	30

0188 - Fomentar o ingresso de pessoas negras na iniciativa privada

Indicador do Objetivo Específico	Nível de ocupação das pessoas negras no mercado de trabalho formal				
Linha de Base do Indicador	54,8	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	54,9		55	55,1	55,2

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 5812 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+

Objetivo Geral: Promover acesso a direitos humanos e à cidadania plena para pessoas LGBTQIA+.

Objetivos Específicos do Programa

0077 - Promover empregabilidade e geração de renda para a população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social

Indicador do Objetivo Específico		Número de pessoas LGBTQIA+ atendidas pelo Programa de Integração Profissional				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6.250	6.250	6.250	6.250	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Nordeste	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Norte	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Sudeste	1.250	1.250	1.250	1.250	
	Região Sul	1.250	1.250	1.250	1.250	

Agenda Neoindustrialização, Trabalho, Emprego e Renda

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Objetivo Geral: Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos Específicos do Programa

0008 - Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa nacional.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de implementação de ações de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	46		48	50	52

0100 - Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	42		51	62	70

0236 - Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos programas e projetos da Aeronáutica				
Linha de Base do Indicador	0,5026	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	54,27		60,88	71,83	83,61

0363 - Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)

Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	66		73	77	77
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	66	73	77	77

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2303 - Pesquisa e Inovação Agropecuária

Objetivo Geral: Fortalecer a capacidade do setor agropecuário na superação dos desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio da geração, compartilhamento e aplicação de conhecimento técnico-científico.

Objetivos Específicos do Programa

0038 - Ampliar as ações de PD & I em parceria com agentes dos ecossistemas de inovação nacionais e internacionais para o enfrentamento dos desafios de futuro dos setores agropecuário, agroindustrial e florestal.						
Indicador do Objetivo Específico		Número de parcerias com atores dos ecossistemas de inovação nacional e internacionais no ano				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		456	470	484	503	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	95	98	101	105	
	Região Nordeste	100	103	106	110	
	Região Norte	46	47	49	51	
	Região Sudeste	88	91	93	97	
	Região Sul	127	131	135	140	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

Objetivo Geral: Assegurar serviços de comunicações e conectividade, pela oferta inclusiva dos meios de acesso, com o desenvolvimento das habilidades digitais, dando ênfase aos grupos vulnerabilizados

Objetivos Específicos do Programa

0105 - Promover a inclusão digital e a conectividade significativa

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de pessoas de 10 anos ou mais que são usuárias da Internet			
Linha de Base do Indicador		84,7	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		89,9	91,7	93,4	95,2
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	93	94	95	96
	Região Nordeste	86,1	88,7	91,4	94
	Região Norte	84,7	87,4	90,2	93
	Região Sudeste	92,4	93,6	94,8	96
	Região Sul	91,4	92,9	94,5	96

0157 - Expandir a Digitalização da TV Aberta

Indicador do Objetivo Específico		Número de novos canais digitais de TV autorizados			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		400	800	1.200	1.700

0544 - Modernizar o Parque Logístico Nacional dos Correios

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de modernização/implementação de novos sistemas de triagem automatizada nos 10 Centros de Tratamento: GO (1), SP (4), MG (1), PR (1), BA (1), PE (1) e MT (1)			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		86	100	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	80	100	100	100
	Região Nordeste	80	100	100	100
	Região Sudeste	88	100	100	100
	Região Sul	100	100	100	100

0545 - Ampliar a capacidade de processamento dos objetos nacionais e internacionais, com instalação de novos Centros operacionais (Construções)

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de infraestrutura disponibilizada por meio da construção de novos centros operacionais no DF, MA e PR (Tratamento de Cartas/Encomendas), MG (Logística Integrada) e CE (Complexo Operacional)			
Linha de Base do Indicador		1,9	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		34,11	91,45	100	100
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	31,89	96,41	100	100

Regionalização da Meta	Região Nordeste	30,93	95,15	100	100
	Região Sudeste	30,07	73,36	100	100
	Região Sul	51,38	100	100	100

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2306 - Política Nuclear

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentada.

Objetivos Específicos do Programa

0181 - Produzir e fornecer radiofármacos e radioisótopos para atendimento à sociedade

Indicador do Objetivo Específico	Produção de radioisótopos e radiofármacos fornecida aos centros de medicina nuclear no país				
Linha de Base do Indicador	21.174.000	Unidade de Medida	ci/ano		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21.174.000		21.174.000	21.174.000	21.174.000

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Objetivo Geral: Recuperar, expandir, modernizar, consolidar e integrar o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, promovendo a articulação com a sociedade civil e os governos estaduais e municipais, a difusão de capacidades e a redução de assimetrias

Objetivos Específicos do Programa

0411 - Recuperar, expandir e modernizar a infraestrutura nacional de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)

Indicador do Objetivo Específico	Evolução anual da disponibilização de infraestrutura de P&D				
Linha de Base do Indicador	3.756	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	4.500		5.400	6.480	7.776

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres

Objetivo Geral: Reduzir os riscos de desastres e ampliar a capacidade e tempestividade de resposta e reconstrução pós-desastres

Objetivos Específicos do Programa

0013 - Ampliar a capacidade dos municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento, monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

Indicador do Objetivo Específico		Proporção dos municípios nas faixas “Alta” e “Intermediária Avançada” do Índice de Capacidade Municipal na Gestão de Riscos e de Desastres				
Linha de Base do Indicador		40,93	Unidade de Medida	porcentagem (%)		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		41,35	41,54	41,69	41,78	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	23,13	23,55	23,55	23,98	
	Região Nordeste	25,59	25,7	25,81	25,86	
	Região Norte	32	32,22	32,67	32,67	
	Região Sudeste	48,92	49,1	49,28	49,4	
	Região Sul	65,16	65,41	65,49	65,49	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2319 - Mobilidade Urbana

Objetivo Geral: Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis, de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo.

Objetivos Específicos do Programa

0245 - Fortalecer o planejamento municipal focado na priorização do transporte não motorizado e do transporte público coletivo.

Indicador do Objetivo Especifico		Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios								
Linha de Base do Indicador		18	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			1,05		1,83		0,78		0,52	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		0,08		0,15		0,06		0,04	
	Região Nordeste		0,34		0,59		0,25		0,17	
	Região Norte		0,1		0,18		0,08		0,05	
	Região Sudeste		0,35		0,59		0,25		0,17	
	Região Sul		0,18		0,32		0,14		0,09	

0251 - Melhorar e ampliar a infraestrutura de mobilidade urbana para o transporte não motorizado e para o transporte público coletivo.

Indicador do Objetivo Especifico		Percentual de municípios com investimento e financiamento em empreendimentos de mobilidade urbana								
Linha de Base do Indicador		45,5	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			1,35		2,02		2,7		3,35	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		0,12		0,17		0,23		0,29	
	Região Nordeste		0,43		0,66		0,87		1,08	
	Região Norte		0,08		0,12		0,16		0,2	
	Região Sudeste		0,41		0,61		0,83		1,02	
	Região Sul		0,31		0,46		0,61		0,76	

0254 - Melhorar a prestação dos serviços de transporte público coletivo por meio da renovação da frota.

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de renovação da frota						
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027
	6,3		14,1		21,9		31,3

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2320 - Moradia Digna

Objetivo Geral: Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.

Objetivos Específicos do Programa

0504 - Ampliar o atendimento habitacional, sobretudo à população de baixa renda, em áreas urbanas e rurais

Indicador do Objetivo Específico	Déficit habitacional quantitativo							
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	nº de domicílios			Meta Cumulativa?	Não	
Meta do Indicador	2024		2025		2026		2027	
	5.832.993		5.604.993		5.424.993		5.349.993	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Objetivo Geral: Assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas

Objetivos Específicos do Programa

0054 - Preservar, conservar e recuperar bacias hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade

Indicador do Objetivo Específico		Área total beneficiada por ações de revitalização de bacias hidrográficas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	ha	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		45.821	173.568	426.315	666.915	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	5.530	26.060	76.590	127.120	
	Região Nordeste	28.261	90.448	202.635	302.675	
	Região Norte	2.000	7.000	17.000	27.000	
	Região Sudeste	10.030	50.060	130.090	210.120	

0056 - Ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica.

Indicador do Objetivo Específico		Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica (ISH) baixo ou crítico na dimensão humana beneficiados com ampliação da oferta hídrica				
Linha de Base do Indicador		75	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		100	130	200	400	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Nordeste	97	127	192	378	
	Região Sudeste	0	0	5	16	
	Região Sul	3	3	3	6	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2322 - Saneamento Básico

Objetivo Geral: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais, visando a universalização e a integração entre as políticas públicas relacionadas, segundo os princípios da equidade, integralidade e sustentabilidade

Objetivos Específicos do Programa

0014 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de abastecimento de água no meio urbano

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios urbanos abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente				
Linha de Base do Indicador		96,8	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		97,4	97,7	98	98,3	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	97,8	98	98,3	98,5	
	Região Nordeste	96,2	96,6	97,1	97,5	
	Região Norte	93,3	94,1	94,8	95,6	
	Região Sudeste	98,1	98,3	98,5	98,7	
	Região Sul	98,7	98,8	99	99,1	

0408 - Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de abastecimento de água no meio rural

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios rurais abastecidos com água por rede de distribuição ou por poço ou nascente				
Linha de Base do Indicador		72,9	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		74,6	76	77,4	78,7	

0409 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de esgotamento sanitário no meio urbano

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários				
Linha de Base do Indicador		83,3	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		85,1	85,9	86,8	87,7	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	93,6	93,5	93,3	93,1	
	Região Nordeste	73,6	75,3	77	78,7	
	Região Norte	54,4	57,9	61,4	64,9	
	Região Sudeste	93,6	94,1	94,6	95,1	
	Região Sul	86,8	87,8	88,8	89,8	

0498 - Ampliar o acesso aos sistemas e às soluções alternativas de esgotamento sanitário no meio rural

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários ou outras soluções adequadas				
Linha de Base do Indicador		38,7	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		40,7	43,8	47	50,1	

0500 - Ampliar o acesso da população aos serviços adequados de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana						
Indicador do Objetivo Específico		Proporção de Resíduos Sólidos Urbanos Coletados com destinação final adequada				
Linha de Base do Indicador		73,9	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		76,86	78,95	81,05	83,15	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	62	65,33	68,66	72	
	Região Nordeste	60	63,33	66,66	70	
	Região Norte	60	63,33	66,66	70	
	Região Sudeste	87,8	89,16	90,51	91,87	
	Região Sul	97,92	98,15	98,38	98,61	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 2324 - Inovação nas Empresas para uma Nova Industrialização

Objetivo Geral: Promover e apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas nacionais, com foco em projetos que alavanquem a industrialização do País por meio da promoção de atividades que adicionem valor à produção nacional

Objetivos Específicos do Programa

0210 - Ampliar os investimentos em P&D para estruturação e expansão dos complexos industriais-tecnológicos

Indicador do Objetivo Específico	Valor adicionado bruto nos complexos industriais-tecnológicos				
Linha de Base do Indicador	553.329	Unidade de Medida	R\$ milhões		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	620.341,9		632.748,7	648.567,4	668.024,5

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3101 - Energia Elétrica

Objetivo Geral: Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro com justiça social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Objetivos Específicos do Programa

0009 - Viabilizar acesso à geração distribuída pela população de baixa renda

Indicador do Objetivo Específico	Número de unidades consumidoras da Subclasse Residencial Baixa Renda com acesso à Micro e Mini Geração Distribuída				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7.385		14.769	22.154	29.538

0010 - Universalizar o acesso à energia elétrica - Programa Luz para Todos

Indicador do Objetivo Específico	Percentual de atendimento à demanda de universalização				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	19		34	47	63

0011 - Expandir a capacidade instalada de geração de energia elétrica

Indicador do Objetivo Específico	Capacidade instalada de geração de energia elétrica no sistema elétrico brasileiro				
Linha de Base do Indicador	205.527	Unidade de Medida	MW		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	226.227		232.672	237.462	237.682

0012 - Expandir o sistema de transmissão de energia elétrica

Indicador do Objetivo Específico	Linhas de transmissão de energia elétrica instaladas no sistema elétrico brasileiro				
Linha de Base do Indicador	164.178	Unidade de Medida	km		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	189.591		192.757	194.278	199.053

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3102 - Mineração Segura e Sustentável

Objetivo Geral: Criar, no setor mineral brasileiro, um ambiente orientado para a sustentabilidade, a transição energética, a segurança do público e a atratividade aos investimentos

Objetivos Específicos do Programa

0045 - Criar um ambiente orientado para a atração de investimentos em pesquisa, produção e transformação mineral

Indicador do Objetivo Específico	Índice de atratividade de Investimento				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	0,8		0,8	0,8	0,8

0046 - Ampliar as reservas de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico	% das reservas de minerais para a transição energética				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	1,25		2,5	3,75	1,25

0049 - Ampliar o suprimento de insumos minerais estratégicos para a segurança alimentar

Indicador do Objetivo Específico	% de produção de potássio e fosfato				
Linha de Base do Indicador	13	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	14,75		16,5	18,25	20

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis

Objetivo Geral: Ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo e gás natural, na infraestrutura de escoamento e processamento de gás natural, no abastecimento de combustíveis e na redução da dependência externa de derivados, de forma a promover a segurança energética e a proteção dos interesses do consumidor, aliado a uma maior ênfase na transição energética.

Objetivos Específicos do Programa

0029 - Reduzir a dependência externa de derivados de petróleo

Indicador do Objetivo Específico		Dependência Externa de Derivados de Petróleo			
Linha de Base do Indicador		21,5	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		19,5	18,5	17,5	17,5
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Nacional	19,5	18,5	17,5	17,5

0030 - Melhorar o aproveitamento da produção de gás natural nacional

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de aumento da produção de gás Natural			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		43,2	40,7	37,9	33

0031 - Aumentar as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de aumento da Produção de Petróleo e Gás Natural			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		1,8	17,5	31,5	34,2

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Objetivo Geral: Desenvolver e integrar a aviação civil, de forma sustentável, com foco na segurança, no aumento da competitividade, na qualidade dos serviços e na ampliação do acesso ao transporte aéreo pela população brasileira.

Objetivos Específicos do Programa

0159 - Ampliar o número de aeroportos regionais atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Indicador do Objetivo Específico		Número de aeroportos, com mais de 2000 passageiros processados (chegadas e partidas), por ano				
Linha de Base do Indicador		121	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		125	130	140	151	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	15	16	18	21	
	Região Nordeste	31	32	34	34	
	Região Norte	31	33	36	41	
	Região Sudeste	26	27	29	32	
	Região Sul	22	22	23	23	

0164 - Promover e aprimorar a segurança da aviação civil brasileira.

Indicador do Objetivo Específico		Média móvel, dos últimos 5 anos, do número de acidentes anuais, por milhão de decolagens, envolvendo aeronaves do transporte aéreo regular brasileiro com peso máximo de decolagem acima de 5.700 kgf				
Linha de Base do Indicador		2,542	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		2,54	2,54	2,54	2,54	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a competitividade e a segurança dos portos e transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental.

Objetivos Específicos do Programa

0075 - Aumentar a disponibilidade de instalações portuárias (IP4) nos municípios localizados às margens dos rios navegáveis.

Indicador do Objetivo Específico		Número de instalações portuárias (IP4) disponibilizadas			
Linha de Base do Indicador		76	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		79	81	86	86
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Nordeste	22	22	22	22
	Região Norte	57	59	64	64

0108 - Ofertar vias em condições adequadas para a navegação.

Indicador do Objetivo Específico		Extensão (em km) das hidrovias economicamente navegadas			
Linha de Base do Indicador		19.167	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		19.870	20.580	21.300	22.000

0111 - Adequar a capacidade portuária à demanda de cargas e passageiros existente e futura.

Indicador do Objetivo Específico		Adequação do nível de saturação dos complexos portuários			
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		3,2	3,2	3,2	3,2
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	6,2	6,2	6,2	6,2
	Região Nordeste	2,9	2,9	2,9	2,9
	Região Norte	5,4	5,4	5,4	5,4
	Região Sudeste	2,8	2,8	2,8	2,8
	Região Sul	2,8	2,8	2,8	2,8

0113 - Tornar o sistema portuário mais competitivo, seguro, sustentável, inclusivo e com acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Média global do Índice de Gestão das Autoridades Portuárias - IGAP			
Linha de Base do Indicador		7,2	Unidade de Medida	pontos	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		7,25	7,5	7,75	8

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Objetivo Geral: Ofertar um sistema de transporte rodoviário sustentável, integrado, de qualidade, fluido, eficiente, moderno, seguro e acessível, com vistas ao aperfeiçoamento da mobilidade de pessoas e bens, à redução dos custos logísticos e ao aumento da competitividade

Objetivos Específicos do Programa

0145 - Manter a malha rodoviária federal com condições de trafegabilidade e segurança

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Condição da Superfície				
Linha de Base do Indicador		47	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		53	57	62	66	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	56	59	61	64	
	Região Nordeste	56	60	65	69	
	Região Norte	55	58	61	64	
	Região Sudeste	41	49	56	64	
	Região Sul	47	53	60	66	

0146 - Adequar e ampliar a malha pavimentada rodoviária federal com recursos públicos

Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias pavimentados e adequados				
Linha de Base do Indicador		350	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		350	710	1.095	1.495	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50	110	180	250	
	Região Nordeste	90	200	320	440	
	Região Norte	50	90	150	220	
	Região Sudeste	50	100	165	245	
	Região Sul	110	210	280	340	

0147 - Conceder rodovias utilizando mecanismos aprimorados, modernos e sustentáveis

Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias concedidos				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		3.223	7.194	10.601	14.034	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.434	3.515	3.838	3.838	
	Região Nordeste	0	0	511	2.899	
	Região Norte	742	742	742	742	
	Região Sudeste	1.047	1.047	1.782	1.782	
	Região Sul	0	1.890	3.728	4.773	

0148 - Ampliar, com recursos privados, a capacidade da malha rodoviária federal concedida						
Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de rodovias ampliados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	km		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		133,63	299,66	584,08	859,75	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	50,17	156,38	238,55	400,47	
	Região Norte	12,85	19,89	44,79	44,79	
	Região Sudeste	49,88	77,93	229,97	325,6	
	Região Sul	20,74	45,47	70,79	88,91	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3107 - Transição Energética

Objetivo Geral: Coordenar, planejar e promover a redução do conteúdo de carbono da matriz energética brasileira, promovendo a manutenção da alta participação da oferta de energia limpas e renováveis e o aumento da eficiência energética, tanto na oferta quanto na logística de distribuição e no uso final de energia.

Objetivos Específicos do Programa

0052 - Descarbonizar a matriz de transportes, via biocombustíveis

Indicador do Objetivo Específico	Número em milhões de CBIOS emitidos no país no ano			
Linha de Base do Indicador	31,23	Unidade de Medida	milhão	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	42,31	50,41	57,99	64,43

0053 - Ampliar o suprimento de minerais estratégicos para a transição energética

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de crescimento da produção de minerais para a transição energética			
Linha de Base do Indicador	16	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024	2025	2026	2027
	2	2	2	2

0089 - Promover a eficiência energética no uso final de energia.

Indicador do Objetivo Específico		ODEX BRASIL								
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida		-		Meta Cumulativa?		Não	
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			90		90		90		90	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Nacional		90		90		90		90	

0092 - Aumentar a participação das fontes de energia limpa na matriz energética brasileira

Indicador do Objetivo Específico		Oferta de Energia Limpa						
Linha de Base do Indicador		46,3	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			47,7	47,7	47,8	47,8		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Nacional	47,7	47,7	47,8	47,8			

0103 - Viabilizar a expansão da rede básica de transmissão de energia, com ênfase em Transição Energética

Indicador do Objetivo Específico		Índice de Sucesso nos Leilões de Transmissão						
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%			Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			80	80	80	80		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Nacional	80	80	80	80			

0115 - Reduzir a participação da geração de energia a diesel nos sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Percentual da Geração à diesel nos sistemas isolados				
Linha de Base do Indicador		80	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		75	70	65	60	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	75	70	65	60	

0118 - Assegurar o atendimento de energia e potência do sistema interligado nacional						
Indicador do Objetivo Específico		Contratação da demanda projetada no Sistema Interligado Nacional, com base nos critérios de suprimento				
Linha de Base do Indicador		100	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		80	80	80	80	

0122 - Interligar sistemas isolados						
Indicador do Objetivo Específico		Número de sistemas interligados				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4	8	12	14	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Norte	4	8	12	14	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3108 - Segurança Viária

Objetivo Geral: Aumentar a segurança nas vias terrestres por meio de ações de educação para o trânsito, inovações tecnológicas, engenharia de segurança viária, fiscalização, regularização física do ativo e solução de conflitos ferroviários para reduzir o número e a severidade dos sinistros.

Objetivos Específicos do Programa

0006 - Melhorar a segurança viária em áreas urbanas dos municípios com conflitos ferroviários

Indicador do Objetivo Específico	Índice de conflitos ferroviários solucionados				
Linha de Base do Indicador	42,3	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	45		47	48	50

0020 - Reduzir o número de sinistros com vítimas no trânsito

Indicador do Objetivo Específico	Número de sinistros com vítimas por dez mil veículos				
Linha de Base do Indicador	130,71	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	125,8083		120,9067	116,0051	111,1035

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Objetivo Geral: Promover estrutura e serviços de transporte ferroviário modernos, sustentáveis, integrados, seguros, eficazes, eficientes e adequados à demanda e necessidade atual e futura de cargas e passageiros.

Objetivos Específicos do Programa

0172 - Ampliar a capacidade potencial do transporte ferroviário pela construção de ferrovias

Indicador do Objetivo Específico		Quilômetros de ferrovias construídas						
Linha de Base do Indicador		29	Unidade de Medida	km			Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador			2024	2025	2026	2027		
			390	834	1.279	1.569		
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027			
	Região Centro-Oeste	95	219	313	363			
	Região Nordeste	295	615	966	1.206			

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5111 - Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade

Objetivo Geral: Elevar a qualidade e promover a equidade em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, valorizando os profissionais da Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência, a conclusão de suas etapas, a trajetória regular e a aprendizagem em níveis adequados, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva do desenvolvimento integral, da inclusão, da sustentabilidade e da justiça social, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0039 - Ampliar o acesso à Educação Infantil (creches e pré-escolas) por meio da expansão das matrículas com qualidade e equidade visando garantir o direito à educação e a redução das desigualdades, priorizando grupos vulneráveis em sua diversidade, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola/creche				
Linha de Base do Indicador		37,3	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		41,5	44,4	47,5	50,8	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	35	37,5	40,1	42,9	
	Região Nordeste	37,5	40,1	42,9	45,9	
	Região Norte	22,7	24,3	26	27,8	
	Região Sudeste	49,3	52,8	56,5	60,5	
	Região Sul	47,3	50,6	54,1	57,9	

0457 - Prestar assistência financeira, técnica e material às escolas das redes públicas da educação básica, por meio de programas suplementares de educação, fortalecendo os critérios equitativos desses programas de forma a reduzir a desigualdade entre os sistemas educacionais, promovendo a equidade, valorizando a diversidade e considerando as especificidades locais e dos estudantes.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de municípios atendidos por pelo menos quatro dos seguintes programas do FNDE: PAR, Pnate, PDDE, PNAE e PNLD				
Linha de Base do Indicador		94,02	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		94,05	95	95,05	96	

0458 - Apoiar técnica, pedagógica e financeiramente a rede física escolar da educação básica pública para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos e mobiliário, garantindo condições adequadas de funcionamento, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas surdas, a educação de jovens e adulto

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de entes apoiados no PAR para infraestrutura em relação ao total de entes federados				
Linha de Base do Indicador		28,86	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		31	33	35	38	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Objetivo Geral: Ampliar o acesso, a permanência e a formação de qualidade na Educação Profissional e Tecnológica, considerando potencialidades sociais, culturais e produtivas locais, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, visando a formação integral.

Objetivos Específicos do Programa

0158 - Consolidar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, considerando o atendimento pleno das unidades às suas comunidades, levando-se em conta as especificidades territoriais, sociais, culturais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual da totalidade de matrículas atingida na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com base nas tipologias definidas				
Linha de Base do Indicador		84,3	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		88,3	92,3	96,3	100	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Nacional	88,3	92,3	96,3	100	
	Região Centro-Oeste	90,5	93,7	96,9	100	
	Região Nordeste	87,7	91,8	95,9	100	
	Região Norte	82,3	88,2	94,1	100	
	Região Sudeste	90,3	93,5	96,7	100	
	Região Sul	88,4	92,3	96,2	100	

0166 - Expandir a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em conta as desigualdades raciais, de nível socioeconômico, bem como as especificidades sociais, culturais, territoriais e ambientais, de sustentabilidade, inclusão e acessibilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de matrículas em cursos de EPT				
Linha de Base do Indicador		3.098.179	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4.878.408	5.628.409	6.378.381	7.128.408	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	412.688	476.256	539.797	603.392	
	Região Nordeste	1.134.256	1.310.686	1.487.116	1.663.544	
	Região Norte	418.018	482.842	547.667	612.492	
	Região Sudeste	2.101.875	2.422.320	2.742.763	3.063.207	
	Região Sul	811.571	936.305	1.061.038	1.185.773	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Objetivo Geral: Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0351 - Promover a consolidação da infraestrutura física das universidades federais, considerando a acessibilidade e sustentabilidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de obras financiadas				
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	número absoluto	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		35	56	54	28	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	2	3	3	2	
	Região Nordeste	9	14	13	6	
	Região Norte	6	9	9	4	
	Região Sudeste	11	19	18	10	
	Região Sul	7	11	11	6	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Objetivo Geral: Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, promovendo a segurança pública cidadã, humanizada e integrada entre os entes federados e em articulação com a sociedade, com atenção especial à proteção de grupos sociais vulneráveis.

Objetivos Específicos do Programa

0402 - Promover a segurança cidadã e a cultura de paz, com foco na prevenção da violência contra grupos de pessoas vulneráveis.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de percepção do risco de vitimização				
Linha de Base do Indicador	33	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	32		30,8	29,5	28

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5118 - Atenção Especializada à Saúde

Objetivo Geral: Ampliar a oferta e o acesso às ações e serviços da Atenção Especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Objetivos Específicos do Programa

0453 - Ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer alta complexidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de procedimentos especializados realizados (cirurgia, radioterapia e quimioterapia) para o tratamento do câncer			
Linha de Base do Indicador		4.225.078	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		4.559.703	4.753.741	4.971.708	5.220.614
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	262.522	275.822	289.930	304.902
	Região Nordeste	1.109.947	1.183.916	1.267.504	1.363.065
	Região Norte	206.571	239.447	282.331	339.639
	Região Sudeste	1.963.123	2.003.780	2.046.580	2.091.648
	Região Sul	1.017.540	1.050.776	1.085.363	1.121.360

0470 - Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.

Indicador do Objetivo Específico		Índice de redução das filas de espera por procedimentos eletivos de Atenção Especializada à Saúde			
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		0,6	0,75	0,9	1,05
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Exterior	0,6	0,75	0,9	1,05
	Região Centro-Oeste	0,6	0,75	0,9	1,05
	Região Nordeste	0,6	0,75	0,9	1,05
	Região Norte	0,6	0,75	0,9	1,05
	Região Sudeste	0,6	0,75	0,9	1,05

0473 - Ampliar a oferta de Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência, no âmbito da Atenção Especializada do SUS, com vista a redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de regiões de saúde com oferta de serviços de reabilitação financiados pelo Ministério da Saúde			
Linha de Base do Indicador		39	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		44	49	55	60

0503 - Ampliar a oferta de Serviços de Saúde Mental, com melhoria do acesso e adequada cobertura regional.

Indicador do Objetivo Específico		Número de serviços de saúde mental financiados pelo MS			
Linha de Base do Indicador		5.986	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027
		6.388	6.876	7.361	7.852

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	327	377	427	475
	Região Nordeste	1.600	1.713	1.823	1.933
	Região Norte	340	396	452	509
	Região Sudeste	2.682	2.874	3.066	3.268
	Região Sul	1.439	1.516	1.593	1.667

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5119 - Atenção Primária à Saúde

Objetivo Geral: Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais

Objetivos Específicos do Programa

0378 - Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária					
Indicador do Objetivo Específico	Número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) estruturadas com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7.616		14.642	21.661	27.772

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento científico e tecnológico para produção, inovação e avaliação em saúde afim de atender a população de forma equitativa, sustentável, acessível, considerando a sociobiodiversidade territorial e contribuindo para a prosperidade econômica, social e redução da dependência de insumos para a saúde.

Objetivos Específicos do Programa

0494 - Estimular o desenvolvimento, a inovação e a produção local de tecnologias, serviços e conectividade, por meio do fortalecimento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (CEIS), de forma a promover a redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, a ampliação do acesso a saúde e fortalecer a soberania nacional

Indicador do Objetivo Específico	Número de projetos e instrumentos voltados para o desenvolvimento, inovação e produção local formalizados				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21		42	63	84

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5122 - Saúde Indígena

Objetivo Geral: Promover e qualificar a oferta de ações e serviços de saúde e saneamento ambiental, considerando os diferentes contextos étnico-culturais da população indígena, em articulação e fortalecimento dos saberes e práticas tradicionais

Objetivos Específicos do Programa

0249 - Garantir o acesso à água para consumo humano em aldeias indígenas.

Indicador do Objetivo Específico	Número de aldeias beneficiadas com obras de infraestrutura de abastecimento de água potável				
Linha de Base do Indicador	96	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		130	205	286

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5123 - Vigilância em Saúde e Ambiente

Objetivo Geral: Reduzir e controlar doenças e agravos passíveis de prevenção e controle, com enfoque na superação das desigualdades de acesso, regionais, sociais, de raça/etnia e gênero.

Objetivos Específicos do Programa

0472 - Ampliar a capacidade de diagnóstico dos laboratórios pertencentes a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública (RNLSP)

Indicador do Objetivo Específico		Número de exames realizados pela RNLSP				
Linha de Base do Indicador		7.415.224	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		11.122.837	16.684.255	25.026.382	37.539.574	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	726.640	1.089.959	1.634.939	2.452.409	
	Região Nordeste	4.102.195	6.153.292	9.229.938	13.844.907	
	Região Norte	1.376.490	2.064.735	3.097.102	4.645.653	
	Região Sudeste	3.221.520	4.832.280	7.248.420	10.872.630	
	Região Sul	1.695.993	2.543.989	3.815.984	5.723.975	

0488 - Ampliar as redes de preparação, vigilância e resposta às emergências em saúde pública por regiões e macrorregiões.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de regiões de saúde com a presença de serviços de CIEVS, RENAVER, VIGIDESASTRES e profissionais capacitados no EPISUS Fundamental				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		50	60	70	80	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5125 - Direito à Cultura

Objetivo Geral: Consolidar a cultura como um dos eixos estratégicos de desenvolvimento social e sustentável, por meio do acesso, produção e fruição da cultura, o desenvolvimento técnico, a garantia dos direitos autorais, do direito à arte, à cultura, à memória e às tradições; o fomento, o fortalecimento das cadeias produtivas e criativas; a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural, com respeito aos direitos humanos e à diversidade cultural, étnica e regional brasileira.

Objetivos Específicos do Programa

0511 - Preservar e difundir a diversidade de memórias e patrimônios culturais brasileiros

Indicador do Objetivo Específico		Número de visitantes a museus e ao patrimônio acautelado								
Linha de Base do Indicador		-	Unidade de Medida	unidade			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			600.000		600.000		600.000		600.000	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		48.600		48.600		48.600		48.600	
	Região Nordeste		161.400		161.400		161.400		161.400	
	Região Norte		51.000		51.000		51.000		51.000	
	Região Sudeste		250.800		250.800		250.800		250.800	
	Região Sul		88.200		88.200		88.200		88.200	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5126 - Esporte para a Vida

Objetivo Geral: Promover o acesso da população ao esporte e à atividade física ao longo da vida, por meio do sistema nacional de esporte, em espaços apropriados e acessíveis, que contemplem as dimensões de lazer, educacional, amadora e de alto desempenho, garantindo diversidade, inclusão social e qualidade de vida, em consonância com os valores do esporte.

Objetivos Específicos do Programa

0404 - Viabilizar a entrega de infraestrutura esportiva e paradesportiva

Indicador do Objetivo Específico		Número de obras de infraestrutura esportiva viabilizadas								
Linha de Base do Indicador		17.622	Unidade de Medida	número absoluto			Meta Cumulativa?	Sim		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			570		1.097		1.624		2.151	
Regionalização da Meta	Região	2024		2025		2026		2027		
	Região Centro-Oeste	42		78		114		150		
	Região Nordeste	156		298		440		582		
	Região Norte	55		99		143		187		
	Região Sudeste	166		325		484		643		
	Região Sul	151		297		443		589		

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5133 - Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome

Objetivo Geral: Promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional

Objetivos Específicos do Programa

0370 - Ampliar o acesso à água para consumo e produção para as famílias rurais do Cadastro Único, por meio da implantação de tecnologias sociais de armazenamento de água.

Indicador do Objetivo Específico	Número de famílias rurais do Cadastro Único sem acesso à água				
Linha de Base do Indicador	993.000	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	945.000		890.000	832.000	774.000

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 5602 - Periferia Viva

Objetivo Geral: Reduzir as desigualdades socioterritoriais, integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório das intervenções e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras.

Objetivos Específicos do Programa

0399 - Melhorar a qualidade de vida urbana, condições de habitabilidade e segurança da posse em periferias urbanas

Indicador do Objetivo Específico		Número de domicílios com pelo menos uma inadequação (redução do crescimento)				
Linha de Base do Indicador		24.474.449	Unidade de Medida	domicílio, em unidade, atendido		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		26.954.503	27.497.325	28.040.147	28.582.968	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	1.964.287	1.968.948	1.973.610	1.978.272	
	Região Nordeste	8.925.936	8.995.632	9.065.328	9.135.024	
	Região Norte	3.609.028	3.720.644	3.832.261	3.943.877	
	Região Sudeste	7.882.530	8.107.998	8.333.465	8.558.932	
	Região Sul	4.572.722	4.704.103	4.835.483	4.966.863	

Agenda Novo Programa de Aceleração do Crescimento – Novo PAC

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Objetivo Geral: Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias, para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos Específicos do Programa

0100 - Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	42		51	62	70

0236 - Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro.

Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos programas e projetos da Aeronáutica				
Linha de Base do Indicador	0,5026	Unidade de Medida	índice numérico		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	54,27		60,88	71,83	83,61

0363 - Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB)

Indicador do Objetivo Específico	Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	66		73	77	77
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Zona costeira e marinha	66	73	77	77

Agenda Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada

PROGRAMA: 2306 - Política Nuclear

Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentada.

Objetivos Específicos do Programa

0181 - Produzir e fornecer radiofármacos e radioisótopos para atendimento à sociedade

Indicador do Objetivo Específico	Produção de radioisótopos e radiofármacos fornecida aos centros de medicina nuclear no país				
Linha de Base do Indicador	21.174.000	Unidade de Medida	ci/ano		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	21.174.000		21.174.000	21.174.000	21.174.000

Agenda Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Objetivo Geral: Promover a melhoria da qualidade da educação superior, ampliando o acesso, a permanência e a conclusão na graduação e na pós-graduação, com vistas à superação das desigualdades e à valorização da diversidade, na perspectiva da equidade, da inclusão e da sustentabilidade, fortalecendo, de forma participativa, a ciência, a cultura, as artes, a tecnologia e a inovação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aperfeiçoando a avaliação, a supervisão e a regulação para o desenvolvimento do país, em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Objetivos Específicos do Programa

0354 - Incentivar o aumento de vagas e a criação de novos cursos médicos nas Universidades Federais, com ênfase em regiões com maior carência de profissionais, otimizando a capacitação dos profissionais em área da saúde em nível de pós-graduação.

Indicador do Objetivo Especifico		Número de vagas de graduação em medicina ofertadas nas instituições de educação superior								
Linha de Base do Indicador		6.986	Unidade de Medida	número absoluto			Meta Cumulativa?	Não		
Meta do Indicador			2024		2025		2026		2027	
			7.858		8.358		8.858		9.358	
Regionalização da Meta	Região		2024		2025		2026		2027	
	Região Centro-Oeste		928		1.103		1.253		1.428	
	Região Nordeste		2.389		2.414		2.464		2.489	
	Região Norte		864		1.039		1.189		1.364	
	Região Sudeste		2.357		2.382		2.432		2.457	
	Região Sul		1.320		1.420		1.520		1.620	

Agenda Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada

PROGRAMA: 5118 - Atenção Especializada à Saúde

Objetivo Geral: Ampliar a oferta e o acesso às ações e serviços da Atenção Especializada, conforme as necessidades de saúde da população, reduzindo as desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais, e promovendo a integralidade do cuidado.

Objetivos Específicos do Programa

0453 - Ampliar a oferta de serviços para o tratamento do câncer alta complexidade.

Indicador do Objetivo Específico		Número de procedimentos especializados realizados (cirurgia, radioterapia e quimioterapia) para o tratamento do câncer				
Linha de Base do Indicador		4.225.078	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Não
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		4.559.703	4.753.741	4.971.708	5.220.614	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Região Centro-Oeste	262.522	275.822	289.930	304.902	
	Região Nordeste	1.109.947	1.183.916	1.267.504	1.363.065	
	Região Norte	206.571	239.447	282.331	339.639	
	Região Sudeste	1.963.123	2.003.780	2.046.580	2.091.648	
	Região Sul	1.017.540	1.050.776	1.085.363	1.121.360	

0470 - Reduzir as filas de espera de procedimentos eletivos de atenção especializada em saúde, visando promover a ampliação de acesso em tempo oportuno.

Indicador do Objetivo Específico		Índice de redução das filas de espera por procedimentos eletivos de Atenção Especializada à Saúde				
Linha de Base do Indicador		0	Unidade de Medida	percentual	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		0,6	0,75	0,9	1,05	
Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027	
	Exterior	0,6	0,75	0,9	1,05	
	Região Centro-Oeste	0,6	0,75	0,9	1,05	
	Região Nordeste	0,6	0,75	0,9	1,05	
	Região Norte	0,6	0,75	0,9	1,05	
	Região Sudeste	0,6	0,75	0,9	1,05	

0473 - Ampliar a oferta de Serviços de Reabilitação às Pessoas com Deficiência, no âmbito da Atenção Especializada do SUS, com vista a redução das desigualdades regionais e dos vazios assistenciais.

Indicador do Objetivo Específico		Percentual de regiões de saúde com oferta de serviços de reabilitação financiados pelo Ministério da Saúde				
Linha de Base do Indicador		39	Unidade de Medida	%	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		44	49	55	60	

0503 - Ampliar a oferta de Serviços de Saúde Mental, com melhoria do acesso e adequada cobertura regional.

Indicador do Objetivo Específico		Número de serviços de saúde mental financiados pelo MS				
Linha de Base do Indicador		5.986	Unidade de Medida	unidade	Meta Cumulativa?	Sim
Meta do Indicador		2024	2025	2026	2027	
		6.388	6.876	7.361	7.852	

Regionalização da Meta	Região	2024	2025	2026	2027
	Região Centro-Oeste	327	377	427	475
	Região Nordeste	1.600	1.713	1.823	1.933
	Região Norte	340	396	452	509
	Região Sudeste	2.682	2.874	3.066	3.268
	Região Sul	1.439	1.516	1.593	1.667

0509 - Ampliar a oferta de sangue, componentes e hemoderivados para o tratamento de pacientes.					
Indicador do Objetivo Específico	Percentual de pacientes com hemofilia grave ou moderadamente grave, com idade até 12 anos, em programa de profilaxia regular ou imunotolerância				
Linha de Base do Indicador	65	Unidade de Medida	%		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		75	78	80

Agenda Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada

PROGRAMA: 5119 - Atenção Primária à Saúde

Objetivo Geral: Fortalecer a atenção primária, ampliando a cobertura da Estratégia Saúde da Família e da Saúde Bucal, com vistas à universalização do acesso, à abrangência do cuidado integral, à promoção da saúde, à prevenção de doenças e agravos e à redução de desigualdades de raça/etnia, de gênero, regionais e sociais

Objetivos Específicos do Programa

0069 - Expandir o acesso e a cobertura da Estratégia Saúde da Família, priorizando áreas de vulnerabilidade social, inclusive ribeirinhas e quilombolas, com provimento de profissionais e cuidado interprofissional

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada da Atenção Primária à Saúde				
Linha de Base do Indicador	64,56	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	70		77	84	91,02

0070 - Expandir o acesso à atenção integral à saúde das populações em situação de rua, privadas de liberdade e outras populações vulnerabilizadas

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada de atenção integral à saúde das populações em situação de rua e privadas de liberdade				
Linha de Base do Indicador	40,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	53,09		65,4	77,7	90

0150 - Expandir o acesso e a oferta aos serviços de saúde bucal

Indicador do Objetivo Específico	Cobertura populacional estimada de saúde bucal				
Linha de Base do Indicador	47,5	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	60		70	80	90

0378 - Ampliar a infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes, visando prover condições adequadas para o trabalho em saúde na Atenção Primária

Indicador do Objetivo Específico	Número de Unidades Básicas de Saúde (UBS) estruturadas com investimento em obras, equipamentos e materiais permanentes				
Linha de Base do Indicador	0	Unidade de Medida	número absoluto		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	7.616		14.642	21.661	27.772

Agenda Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada

PROGRAMA: 5128 - Bolsa Família: Proteção Social por meio da Transferência de Renda e da Articulação de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Reduzir a pobreza por meio da transferência de renda e do fortalecimento de acessos a serviços de educação, saúde, assistência social.

Objetivos Específicos do Programa

0261 - Contribuir para ampliar o acesso à saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família- PBF

Indicador do Objetivo Específico	Taxa de acompanhamento de saúde de crianças de 0 a 7 anos incompletos e mulheres beneficiárias do PBF				
Linha de Base do Indicador	78,79	Unidade de Medida	percentual		Meta Cumulativa? Sim
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	72,5		75	77,5	80

Agenda Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada

PROGRAMA: 5803 - Juventude Negra Viva

Objetivo Geral: Ampliar o acesso da juventude negra a direitos fundamentais.

Objetivos Específicos do Programa

0206 - Promover a Saúde da Juventude Negra

0206 - Promover a Saúde da Juventude Negra					
Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios com ações de promoção da saúde da juventude negra realizadas				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	41		41	41	40

Agenda Saúde – Atenção Primária e Atenção Especializada

PROGRAMA: 5804 - Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo

Objetivo Geral: Promover a igualdade étnico-racial e combater o racismo, por meio da formulação, execução, articulação, monitoramento, governança interfederativa e avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem-viver, instituições antirracistas e uma sociedade justa, equitativa e democrática.

Objetivos Específicos do Programa

0532 - Ampliar o número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada

Indicador do Objetivo Específico	Número de municípios com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra implantada e implementada				
Linha de Base do Indicador	-	Unidade de Medida	unidade		Meta Cumulativa? Não
Meta do Indicador	2024		2025	2026	2027
	10		10	10	10

PROGRAMA: 0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público**Investimento Plurianual:** Aquisição de unidades do Ministério Público Federal**Ação Orçamentária:** 15XH - Adequação da infraestrutura física do Ministério Público Federal**Custo Total:** R\$ 40.000.000**Início:** 03/01/2022**Término:** 31/12/2032

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.492.160	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Total do PPA 2024-2027	33.492.160			

Investimento Plurianual: Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Bagé - RS**Ação Orçamentária:** 13BZ - Construção de Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar em Bagé - RS, No Município de Bagé - RS**Custo Total:** R\$ 9.500.000**Início:** 01/10/2021**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.793.728	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.793.728			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ**Ação Orçamentária:** 12DN - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ, No Município do Rio de Janeiro - RJ**Custo Total:** R\$ 142.730.800**Início:** 01/01/2011**Término:** 31/12/2030

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.995.520	2.000.000	2.000.000	2.000.000
Total do PPA 2024-2027	7.995.520			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal - RN**Ação Orçamentária:** 15XS - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República de Natal - RN, No Município de Natal - RN**Custo Total:** R\$ 65.110.000**Início:** 01/07/2022**Término:** 31/01/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.975.361	20.000.000	18.000.000	2.110.000
Total do PPA 2024-2027	51.085.361			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR**Ação Orçamentária:** 110E - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR, No Município de Boa Vista - RR**Custo Total:** R\$ 39.732.054**Início:** 01/10/2008**Término:** 28/02/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	11.973.121	100.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	12.073.121			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Ponta Porã - MS**Ação Orçamentária:** 15ZH - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Ponta Porã - MS, No Município de Ponta Porã - MS**Custo Total:** R\$ 1.100.000**Início:** 01/07/2023**Término:** 31/01/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	997.760	100.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.097.760			

PROGRAMA: 0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público**Investimento Plurianual:** Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória da Conquista - BA**Ação Orçamentária:** 15ZG - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória da Conquista - BA, No Município de Vitória da Conquista - BA**Custo Total:** R\$ 9.500.000**Início:** 01/07/2023**Término:** 30/09/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.995.520	3.500.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	5.495.520			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES**Ação Orçamentária:** 7J45 - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES, No Município de Vitória - ES**Custo Total:** R\$ 50.110.620**Início:** 01/12/2016**Término:** 30/04/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	7.982.081	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	7.982.081			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho em Itaguaí - RJ**Ação Orçamentária:** 15ZI - Construção do Edifício-sede da Procuradoria do Trabalho em Itaguaí - RJ, No Município de Itaguaí - RJ**Custo Total:** R\$ 2.000.000**Início:** 02/01/2023**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.496.640	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.496.640			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília - DF**Ação Orçamentária:** 15VR - Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília - DF, Em Brasília - DF**Custo Total:** R\$ 81.000.000**Início:** 01/01/2021**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	498.880	9.647.100	32.418.400	38.434.500
Total do PPA 2024-2027	80.998.880			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em São Luís - MA**Ação Orçamentária:** 15Y0 - Construção do Edifício-sede da Procuradoria Regional do Trabalho em São Luís - MA, No Município de São Luís - MA**Custo Total:** R\$ 20.000.000**Início:** 03/01/2022**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.979.841	6.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	14.979.841			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Sobradinho - DF**Ação Orçamentária:** 15XM - Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Sobradinho - DF, No Distrito Federal**Custo Total:** R\$ 18.000.000**Início:** 01/10/2024**Término:** 30/04/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.988.800	8.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	17.988.800			

PROGRAMA: 0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público**Investimento Plurianual:** Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF**Ação Orçamentária:** 15V7 - Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF, Em Brasília - DF**Custo Total:** R\$ 160.000.000**Início:** 03/01/2022**Término:** 31/12/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	292.797	25.000.000	40.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	65.292.797			

Investimento Plurianual: Modernização de Unidades do Ministério Público Federal**Ação Orçamentária:** 15XH - Adequação da infraestrutura física do Ministério Público Federal**Custo Total:** R\$ 20.000.000**Início:** 03/01/2022**Término:** 31/12/2032

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.492.160	8.000.000	8.000.000	4.000.000
Total do PPA 2024-2027	23.492.160			

Investimento Plurianual: Reforma do Anexo I da Procuradoria da República do Pará - PA**Ação Orçamentária:** 21FM - Reforma do Anexo I da Procuradoria da República do Pará - PA, No Município de Belém - PA**Custo Total:** R\$ 6.000.000**Início:** 01/10/2024**Término:** 01/10/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	4.000.000	1.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	5.000.000			

Investimento Plurianual: Reforma e Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru - PE**Ação Orçamentária:** 161G - Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Caruaru - PE, No Município de Caruaru - PE**Custo Total:** R\$ 2.800.000**Início:** 01/01/2024**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.253.326	541.615	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.794.941			

Investimento Plurianual: Reforma e Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região em Maceió - AL**Ação Orçamentária:** 15XO - Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região de Maceió - AL, No Município de Maceió - AL**Custo Total:** R\$ 20.000.000**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.986.560	13.500.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	19.486.560			

Investimento Plurianual: Reforma e Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região em Recife - PE**Ação Orçamentária:** 15XP - Ampliação do Anexo-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região do Recife - PE, No Município de Recife - PE**Custo Total:** R\$ 6.000.000**Início:** 02/01/2022**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	498.880	5.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	5.498.880			

PROGRAMA: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo

Investimento Plurianual: Construção da Sede da Superintendência Regional do DNIT em Rondônia/RO				
Ação Orçamentária: 161L - Construção da Sede da Superintendência Regional do DNIT em Rondônia/RO, No Estado de Rondônia				
Custo Total: R\$ 25.605.023		Início: 01/03/2024		Término: 30/09/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	2.605.023	0	0
Total do PPA 2024-2027		2.605.023		

Investimento Plurianual: Construção de Edifício-Sede de Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em Belém - PA				
Ação Orçamentária: 148L - Construção de Edifício-Sede de Unidades da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil em Belém - PA, No Município de Belém - PA				
Custo Total: R\$ 100.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	25.000.000	30.000.000	35.000.000
Total do PPA 2024-2027		100.000.000		

Investimento Plurianual: Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares				
Ação Orçamentária: 15F1 - Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares				
Custo Total: R\$ 130.433.406		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	9.600.000	5.500.000	5.940.000	0
Total do PPA 2024-2027		21.040.000		

Investimento Plurianual: Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil				
Ação Orçamentária: 162G - Exercício da Presidência do G20 pelo Brasil				
Custo Total: R\$ 8.000.000		Início: 01/12/2023		Término: 30/06/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	185.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		185.000		

Investimento Plurianual: Implantação da Plataforma para o desenvolvimento e Hospedagem de Tecnologia Digital para o Documento Eletrônico de Transporte - DT-e				
Ação Orçamentária: 15ZX - Implantação da Plataforma para o desenvolvimento e Hospedagem de Tecnologia Digital para o Documento Eletrônico de Transporte - DT-e				
Custo Total: R\$ 222.000.000		Início: 03/07/2023		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.401.135	65.334.563	65.334.563	65.334.563
Total do PPA 2024-2027		204.404.824		

Investimento Plurianual: Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina				
Ação Orçamentária: 125F - Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, No Estado de Santa Catarina				
Custo Total: R\$ 655.244.000		Início: 01/06/2010		Término: 31/12/2039
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.000.000	25.000.000	25.000.000	25.000.000
Total do PPA 2024-2027		79.000.000		

PROGRAMA: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**Investimento Plurianual:** Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**Ação Orçamentária:** 15P7 - Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**Custo Total:** R\$ 50.000.000**Início:** 01/12/2012**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.550.000	10.000.000	10.000.000	1.800.000
Total do PPA 2024-2027	26.350.000			

Investimento Plurianual: Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**Ação Orçamentária:** 15P7 - Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**Custo Total:** R\$ 16.388.109**Início:** 01/01/2024**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	200.000	8.094.054	8.094.055	0
Total do PPA 2024-2027	16.388.109			

Investimento Plurianual: Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II**Ação Orçamentária:** 13E4 - Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II**Custo Total:** R\$ 160.810.377**Início:** 01/01/2020**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	25.719.789	0	0
Total do PPA 2024-2027	45.719.789			

Investimento Plurianual: Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco "O" da Esplanada dos Ministérios)**Ação Orçamentária:** 15WP - Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco "O" da Esplanada dos Ministérios), No Distrito Federal**Custo Total:** R\$ 98.336.493**Início:** 31/12/2020**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	30.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	30.000.000			

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**Investimento Plurianual:** Ampliação de Cartório Eleitoral em Caicó - RN**Ação Orçamentária:** 15Z1 - Ampliação de Cartório Eleitoral em Caicó - RN, No Município de Caicó - RN**Custo Total:** R\$ 313.319**Início:** 01/04/2023**Término:** 19/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	289.852	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	289.852			

Investimento Plurianual: Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cascavel - PR**Ação Orçamentária:** 15NE - Ampliação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Cascavel - PR, No Município de Cascavel - PR**Custo Total:** R\$ 3.807.695**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	432.219	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	432.219			

Investimento Plurianual: Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins**Ação Orçamentária:** 15WC - Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, No Município de Palmas - TO**Custo Total:** R\$ 35.131.500**Início:** 01/04/2021**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.818.396	10.017.750	6.671.750	0
Total do PPA 2024-2027	27.507.896			

Investimento Plurianual: Aquisição e Implantação de Edifício-Sede do TRT da 5ª Região em Salvador/BA**Ação Orçamentária:** 15RH - Aquisição e Implantação de Edifício-Sede do TRT da 5ª Região em Salvador/BA, No Município de Salvador - BA**Custo Total:** R\$ 289.406.498**Início:** 01/01/2019**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	24.157.036	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	24.157.036			

Investimento Plurianual: Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí - MS**Ação Orçamentária:** 1J08 - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Naviraí - MS, No Município de Naviraí - MS**Custo Total:** R\$ 13.004.497**Início:** 01/01/2012**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	99.800	1.500.000	3.500.000	4.500.000
Total do PPA 2024-2027	9.599.800			

Investimento Plurianual: Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL**Ação Orçamentária:** 12SO - Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL, No Município de Santana do Ipanema - AL**Custo Total:** R\$ 8.751.084**Início:** 01/12/2015**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.323.160	903.000	1.450.000	0
Total do PPA 2024-2027	3.676.160			

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**Investimento Plurianual:** Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar**Ação Orçamentária:** 7808 - Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, Em Brasília - DF**Custo Total:** R\$ 660.000.000**Início:** 01/02/2012**Término:** 31/12/2029

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	49.916	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	49.916			

Investimento Plurianual: Construção de Galpão para Arquivo, Depósito e Almoxarifado para a Seção Judiciária em Aracaju - SE**Ação Orçamentária:** 15YW - Construção de Galpão para Arquivo, Depósito e Almoxarifado para a Seção Judiciária em Aracaju - SE, No Município de Aracaju - SE**Custo Total:** R\$ 2.800.000**Início:** 09/01/2023**Término:** 20/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.397.204	1.300.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.697.204			

Investimento Plurianual: Construção do Bloco G da Sede do STJ**Ação Orçamentária:** 14PU - Construção do Bloco G da Sede do STJ, Em Brasília - DF**Custo Total:** R\$ 27.000.000**Início:** 01/08/2023**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	199.758	13.300.000	13.300.000	0
Total do PPA 2024-2027	26.799.758			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS**Ação Orçamentária:** 134B - Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS, No Município de Rio Grande - RS**Custo Total:** R\$ 19.162.149**Início:** 01/10/2022**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.184.211	1.959.455	0	0
Total do PPA 2024-2027	7.143.666			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS**Ação Orçamentária:** 134A - Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS, No Município de São Leopoldo - RS**Custo Total:** R\$ 17.476.509**Início:** 01/07/2023**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	6.699.596	7.527.627	0	0
Total do PPA 2024-2027	14.227.223			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Anexo I da Seção Judiciária em Porto Velho - RO**Ação Orçamentária:** 160V - Construção do Edifício-Anexo I da Seção Judiciária em Porto Velho - RO, No Município de Porto Velho - RO**Custo Total:** R\$ 5.831.571**Início:** 01/01/2024**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.909.964	2.915.786	0	0
Total do PPA 2024-2027	5.825.750			

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados				
Ação Orçamentária: 157T - Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Em Brasília - DF				
Custo Total: R\$ 40.000.000		Início: 01/08/2023		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	149.818	13.200.000	13.200.000	13.200.000
Total do PPA 2024-2027	39.749.818			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arcoverde - PE				
Ação Orçamentária: 13M3 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arcoverde - PE, No Município de Arcoverde - PE				
Custo Total: R\$ 6.132.492		Início: 01/02/2023		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.627.235	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.627.235			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC				
Ação Orçamentária: 11KR - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC, No Município de Blumenau - SC				
Custo Total: R\$ 100.086.889		Início: 01/01/2008		Término: 30/11/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.970.047	22.161.504	0	0
Total do PPA 2024-2027	37.131.551			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campo Mourão - PR				
Ação Orçamentária: 1N39 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campo Mourão - PR, No Município de Campo Mourão - PR				
Custo Total: R\$ 27.500.053		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	910.502	1.328.916	7.000.000	12.300.116
Total do PPA 2024-2027	21.539.534			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT				
Ação Orçamentária: 12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino- MT, No Município de Diamantino - MT				
Custo Total: R\$ 6.178.574		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.994.009	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.994.009			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR				
Ação Orçamentária: 11JL - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR, No Município de Foz do Iguaçu - PR				
Custo Total: R\$ 147.798.177		Início: 01/01/2008		Término: 31/07/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.970.047	11.480.988	33.265.129	27.414.720
Total do PPA 2024-2027	87.130.884			

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**Investimento Plurianual:** Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT**Ação Orçamentária:** 14YI - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT, No Município de Juína - MT**Custo Total:** R\$ 7.342.317**Início:** 01/01/2014**Término:** 30/04/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.314.919	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.314.919			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba - PI**Ação Orçamentária:** 14YJ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Parnaíba - PI, No Município de Parnaíba - PI**Custo Total:** R\$ 6.802.304**Início:** 01/01/2024**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	499.002	6.134.349	0	0
Total do PPA 2024-2027	6.633.351			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do CEFOR**Ação Orçamentária:** 15SY - Construção do Edifício-Sede do CEFOR, Em Brasília - DF**Custo Total:** R\$ 9.000.000**Início:** 01/08/2023**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	199.758	8.600.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	8.799.758			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL**Ação Orçamentária:** 1N02 - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Maceió - AL, No Município de Maceió - AL**Custo Total:** R\$ 85.000.000**Início:** 01/01/2009**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.495.446	10.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	31.495.446			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS**Ação Orçamentária:** 134E - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Passo Fundo - RS, No Município de Passo Fundo - RS**Custo Total:** R\$ 27.300.000**Início:** 01/07/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	15.858.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	15.858.000			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santarém - PA**Ação Orçamentária:** 134X - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santarém - PA, No Município de Santarém - PA**Custo Total:** R\$ 3.619.617**Início:** 01/01/2012**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.608.627	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	3.608.627			

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS				
Ação Orçamentária: 134F - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS, No Município de Santa Rosa - RS				
Custo Total: R\$ 5.080.000		Início: 01/05/2023		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	4.978.320	0	0
Total do PPA 2024-2027	4.978.320			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Tubarão - SC				
Ação Orçamentária: 15WS - Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Tubarão - SC, No Município de Tubarão - SC				
Custo Total: R\$ 5.064.592		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.360.096	691.218	0	0
Total do PPA 2024-2027	5.051.314			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina - PI				
Ação Orçamentária: 11BC - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região em Teresina - PI, No Município de Teresina - PI				
Custo Total: R\$ 80.477.537		Início: 01/01/2006		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	695.455	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	695.455			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - RO				
Ação Orçamentária: 159L - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - RO, No Estado de Rondônia				
Custo Total: R\$ 132.332.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	12.846.339	17.000.000	45.000.000	44.000.000
Total do PPA 2024-2027	118.846.339			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF				
Ação Orçamentária: 11RV - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF, Em Brasília - DF				
Custo Total: R\$ 1.160.169.236		Início: 01/01/2006		Término: 01/07/2031
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	79.840.251	35.750.068	38.295.482	40.591.583
Total do PPA 2024-2027	194.477.384			

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede do TRT 10ª Região				
Ação Orçamentária: 161C - Construção do Edifício-Sede do TRT 10ª Região, Em Brasília - DF (Construção de edificação para abrigar a sede do TRT considerando terreno público disponível)				
Custo Total: R\$ 128.385.292		Início: 01/01/2024		Término: 01/10/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	32.046.323	32.096.323	0
Total do PPA 2024-2027	64.142.646			

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário

Investimento Plurianual: Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais)				
Ação Orçamentária: 12R9 - Construção do Edifício-Sede II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais), No Município de Salvador - BA				
Custo Total: R\$ 33.201.037		Início: 01/01/2014		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.990.016	5.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	14.990.016			

Investimento Plurianual: Construção Novo Prédio Sede para VT de Parnaíba - PI				
Ação Orçamentária: 161E - Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Parnaíba - PI, No Município de Parnaíba - PI				
Custo Total: R\$ 1.960.000		Início: 15/01/2024		Término: 30/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	97.702	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	97.702			

Investimento Plurianual: Implantação de Usina de Energia Fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral do Pará				
Ação Orçamentária: TXT3 - Implantação de Usina de Energia Fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, No Município de Santarém - PA				
Custo Total: R\$ 12.070.000		Início: 03/01/2022		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.203.717	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	4.203.717			

Investimento Plurianual: Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor				
Ação Orçamentária: 7832 - Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor				
Custo Total: R\$ 911.841.186		Início: 01/01/2007		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	988	1.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.988			

PROGRAMA: 0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo

Investimento Plurianual: Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados

Ação Orçamentária: 10S2 - Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados, Em Brasília - DF

Custo Total: R\$ 63.932.383

Início: 31/01/2008

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.994.078	18.000.000	6.000.000	3.000.000
Total do PPA 2024-2027	29.994.078			

Investimento Plurianual: Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais

Ação Orçamentária: 12F2 - Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais, Em Brasília - DF

Custo Total: R\$ 409.201.534

Início: 01/01/2005

Término: 31/12/2030

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	45.909.197	30.000.000	32.000.000	9.000.000
Total do PPA 2024-2027	116.909.197			

PROGRAMA: 1144 - Agropecuária Sustentável

Investimento Plurianual: Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico

Ação Orçamentária: 147S - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico

Custo Total: R\$ 57.250.000

Início: 01/01/2012

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.600.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.600.000			

PROGRAMA: 1190 - Qualidade Ambiental nas Cidades e no Campo

Investimento Plurianual: Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Ação Orçamentária: 10TT - Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina, No Estado de Santa Catarina

Custo Total: R\$ 2.146.360

Início: 01/01/2008

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	495.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	495.000			

PROGRAMA: 2302 - Defesa Agropecuária

Investimento Plurianual: Construção da Sede do Centro Nacional de Cães de Detecção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Ação Orçamentária: 162R - Construção da Sede do Centro Nacional de Cães de Detecção, Em Brasília - DF (Com abrangência nacional)

Custo Total: R\$ 25.000.000

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	7.000.000	6.000.000	6.000.000	6.000.000
Total do PPA 2024-2027	25.000.000			

PROGRAMA: 2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

Investimento Plurianual: Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados para inclusão Digital				
Ação Orçamentária: 15UI - Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados para Inclusão Digital				
Custo Total: R\$ 1.299.014.267		Início: 01/01/2010		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	176.476.964	632.721.425	570.598.271	0
Total do PPA 2024-2027	1.379.796.660			

Investimento Plurianual: Implantação de Infraestrutura de Comunicações				
Ação Orçamentária: 162Q - Implantação de Infraestrutura de Comunicações, Na Região Norte				
Custo Total: R\$ 23.520.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	16.053.332	11.597.203	11.755.265	0
Total do PPA 2024-2027	39.405.800			

Investimento Plurianual: Implantação de Infraestrutura de Comunicações				
Ação Orçamentária: 162Q - Implantação de Infraestrutura de Comunicações, Na Região Nordeste				
Custo Total: R\$ 54.880.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.026.667	12.597.203	13.755.265	0
Total do PPA 2024-2027	34.379.135			

Investimento Plurianual: Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados				
Ação Orçamentária: 15UL - Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), Na Região Norte				
Custo Total: R\$ 78.493.756		Início: 10/12/2019		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	923.099	1.008.933	0
Total do PPA 2024-2027	2.932.032			

Investimento Plurianual: Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)				
Ação Orçamentária: 15UL - Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), Na Região Nordeste				
Custo Total: R\$ 39.600.000		Início: 01/01/2019		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	766.240	923.990	1.008.933	0
Total do PPA 2024-2027	2.699.163			

Investimento Plurianual: Implementação de Cidades Conectadas				
Ação Orçamentária: 162P - Implementação de Cidades Conectadas				
Custo Total: R\$ 8.400.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.362.639	8.400.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	16.762.639			

PROGRAMA: 2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

Investimento Plurianual: Implementação de Projetos de Cidades Conectadas

Ação Orçamentária: 15UK - Implementação de Projetos de Cidades Conectadas, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Custo Total: R\$ 40.000.000

Início: 01/01/2020

Término: 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.000.000	15.000.000	13.861.671	0
Total do PPA 2024-2027	30.861.671			

PROGRAMA: 2306 - Política Nuclear**Investimento Plurianual:** Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental - CENTENA**Ação Orçamentária:** 13CM - Implantação do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental - CENTENA**Custo Total:** R\$ 130.000.000**Início:** 01/01/2012**Término:** 31/12/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	28.000.000	28.000.000	28.000.000
Total do PPA 2024-2027	89.000.000			

Investimento Plurianual: Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear**Ação Orçamentária:** 13CN - Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear, No Município de Iperó - SP**Custo Total:** R\$ 100.000.000**Início:** 01/01/2016**Término:** 31/12/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	300.000	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Total do PPA 2024-2027	60.300.000			

Investimento Plurianual: Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro**Ação Orçamentária:** 12P1 - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, No Município de Iperó - SP**Custo Total:** R\$ 2.625.000.000**Início:** 02/01/2012**Término:** 29/12/2030

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.002.687	26.666.667	26.666.667	26.666.667
Total do PPA 2024-2027	85.002.688			

Investimento Plurianual: Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro**Ação Orçamentária:** 12P1 - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, No Município de Iperó - SP**Custo Total:** R\$ 2.625.000.000**Início:** 02/01/2012**Término:** 29/12/2030

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	141.749.556	310.000.000	350.000.000	300.000.000
Total do PPA 2024-2027	1.101.749.556			

PROGRAMA: 2307 - Programa Espacial Brasileiro

Investimento Plurianual: Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA

Ação Orçamentária: 7F40 - Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA, No Município de Alcântara - MA

Custo Total: R\$ 573.599.000

Início: 01/01/2009

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.988.000	36.938.683	36.938.683	36.938.685
Total do PPA 2024-2027	119.804.051			

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Investimento Plurianual: Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais				
Ação Orçamentária: 15P6 - Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais, No Estado do Amazonas				
Custo Total: R\$ 81.745.000		Início: 01/01/2018		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	7.300.353	3.813.524	3.813.524	0
Total do PPA 2024-2027		14.927.401		

Investimento Plurianual: Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA				
Ação Orçamentária: 154K - Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semiárido - INSA, No Estado da Paraíba				
Custo Total: R\$ 18.443.000		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	700.000	823.050	823.050	823.075
Total do PPA 2024-2027		3.169.175		

Investimento Plurianual: Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS				
Ação Orçamentária: 13CL - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), No Estado de São Paulo				
Custo Total: R\$ 3.060.000.000		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	930.656	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Total do PPA 2024-2027		3.930.656		

Investimento Plurianual: Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)				
Ação Orçamentária: 13CL - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), No Estado de São Paulo				
Custo Total: R\$ 3.060.000.000		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	225.529.205	200.000.000	200.000.000	200.000.000
Total do PPA 2024-2027		825.529.205		

Investimento Plurianual: Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS				
Ação Orçamentária: 14XT - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998), No Estado de São Paulo				
Custo Total: R\$ 109.120.000		Início: 01/01/2014		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	875.190	13.041.620	13.041.620	13.041.625
Total do PPA 2024-2027		40.000.055		

PROGRAMA: 2308 - Consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI

Investimento Plurianual: Novo Plano de Aceleração do Crescimento

Ação Orçamentária: 1630 - Novo Plano de Aceleração do Crescimento – por Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Custo Total: R\$ 1.392.300.000

Início: 15/12/2023

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	435.470.795	461.000.000	361.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	1.257.470.795			

PROGRAMA: 2318 - Gestão de Riscos e de Desastres

Investimento Plurianual: Aperfeiçoamento das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad

Ação Orçamentária: 14UX - Aperfeiçoamento das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad, Em Brasília - DF

Custo Total: R\$ 26.000.000

Início: 20/03/2012

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.019.829	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.019.829			

Investimento Plurianual: Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais

Ação Orçamentária: 14RL - Apoio à execução de estudos, planos, projetos e obras de prevenção e proteção à erosão costeira em áreas urbanizadas

Custo Total: R\$ 612.000

Início: 01/12/2020

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	35.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	35.000.000			

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Investimento Plurianual: Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto				
Ação Orçamentária: 1851 - Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto				
Custo Total: R\$ 2.305.937.500		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	1.000.000.000	305.937.500	0
Total do PPA 2024-2027	1.306.937.500			

Investimento Plurianual: Conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Cristália (diversas comunidades de Petrolina)/PE				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 3.544.000		Início: 01/06/2024		Término: 30/06/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	1.772.317	708.293	0
Total do PPA 2024-2027	2.580.610			

Investimento Plurianual: Conclusão da Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Itacuruba (comunidades)/PE				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 2.650.000		Início: 01/06/2024		Término: 30/06/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	1.125.000	1.125.000	0
Total do PPA 2024-2027	2.350.000			

Investimento Plurianual: Conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Jatobá e Lajedo (Petrolina)/PE				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 5.956.000		Início: 01/06/2024		Término: 30/06/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	2.950.000	2.606.000	0
Total do PPA 2024-2027	5.656.000			

Investimento Plurianual: Conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Petrolândia/PE				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 6.200.000		Início: 01/06/2024		Término: 30/06/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	2.900.000	2.900.000	0
Total do PPA 2024-2027	5.900.000			

Investimento Plurianual: Conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Pilão Arcado Rural/BA				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 13.700.000		Início: 01/06/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	5.480.000	5.480.000	0
Total do PPA 2024-2027	11.060.000			

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Investimento Plurianual: Conclusão da implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Remanso (Rural)/BA				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 7.850.000		Início: 01/06/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	3.000.000	2.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	5.100.000			

Investimento Plurianual: Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará				
Ação Orçamentária: 11AA - Construção da Barragem Fronteiras, No Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 600.000.000		Início: 07/01/2008		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	80.000.000	100.000.000	150.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	330.000.000			

Investimento Plurianual: Construção da Barragem Jequitai no Estado de Minas Gerais. Implantação da barragem I, de múltiplo uso, no Rio Jequitai, visando regularização da vazão, acumulação de água para abastecimento humano em 19 municípios, irrigação e geração de 20 MW de energia,				
Ação Orçamentária: 5308 - Construção da Barragem Jequitai, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 314.695.194		Início: 01/01/2007		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	6.730.000	10.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	16.730.000			

Investimento Plurianual: Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano				
Ação Orçamentária: 152D - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 1.376.887.801		Início: 01/01/2014		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	699.908	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	699.908			

Investimento Plurianual: Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó				
Ação Orçamentária: 15DX - Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó, No Estado da Paraíba				
Custo Total: R\$ 500.000.000		Início: 02/01/2023		Término: 02/01/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	727.383	100.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	100.727.383			

Investimento Plurianual: Execução das obras da Barragem Atalaia /PI				
Ação Orçamentária: 7G88 - Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 97.087.005		Início: 20/05/2011		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	10.000			

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Investimento Plurianual: Execução das obras do Sistema Adutor de Buriti dos Lopes/PI				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 13.650.059		Início: 05/01/2023		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	2.200.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.300.000			

Investimento Plurianual: Execução das obras do Sistema Adutor de Marcolândia/PI				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 26.150.059		Início: 01/02/2023		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	8.700.000	8.700.000	0
Total do PPA 2024-2027	17.500.000			

Investimento Plurianual: Execução das obras do Sistema Adutor de Marcolândia/PI; Buriti dos Lopes/PI e Morro de Cabeça do Tempo/PI				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 12.950.059		Início: 01/08/2023		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	6.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	6.100.000			

Investimento Plurianual: Implantação a Infraestrutura do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê				
Ação Orçamentária: 5314 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 1.255.034.344		Início: 30/06/1999		Término: 30/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	5.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	5.010.000			

Investimento Plurianual: Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba				
Ação Orçamentária: 1N64 - Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba, Na Região Nordeste				
Custo Total: R\$ 700.918.308		Início: 31/08/2007		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	110.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	130.000.000			

Investimento Plurianual: Implantação da Barragem Tinguís, localizada no município de Brasileira, estado do Piauí				
Ação Orçamentária: 15XW - Implantação da Barragem Tinguís, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 179.414.769		Início: 22/08/2007		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.000.000	52.900.000	50.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	105.900.000			

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Investimento Plurianual: Implantação da Infraestrutura do Projeto Público de Irrigação Pontal Sul e Norte				
Ação Orçamentária: 5260 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 1.106.568.480		Início: 31/12/1992		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	71.131.344	9.742.866	0
Total do PPA 2024-2027	80.884.210			

Investimento Plurianual: Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Município de Curimatá - PI				
Custo Total: R\$ 54.622.410		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	22.967.631	4.500.000	0
Total do PPA 2024-2027	27.567.631			

Investimento Plurianual: Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica				
Custo Total: R\$ 50.000.000		Início: 30/01/2013		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	11.160.000	20.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	31.160.000			

Investimento Plurianual: Implantação de sistemas adutores para abastecimento de água do Canal do Sertão Alagoano				
Ação Orçamentária: 15XT - Implantação de Sistemas Adutores para Abastecimento de Água do Canal do Sertão Alagoano, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 149.653.264		Início: 30/12/2013		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	50.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	51.000.000			

Investimento Plurianual: Implantação do Canal do Sertão Baiano				
Ação Orçamentária: 162K - Implantação do Canal do Sertão Baiano, Na Região Nordeste				
Custo Total: R\$ 703.436.515		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	315.739.958	175.859.129	0
Total do PPA 2024-2027	492.599.087			

Investimento Plurianual: Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo				
Ação Orçamentária: 12FT - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 103.014.587		Início: 31/12/2012		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	2.500.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.510.000			

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Investimento Plurianual: Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí				
Ação Orçamentária: 1021 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 309.661.701		Início: 28/02/2007		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	300.000	70.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		70.300.000		

Investimento Plurianual: Implantação do Projeto Seridó				
Ação Orçamentária: 15ZK - Implantação do Projeto Seridó, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 356.550.276		Início: 06/11/2020		Término: 06/11/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	47.105.203	24.051.151	0	0
Total do PPA 2024-2027		71.156.354		

Investimento Plurianual: Implantação do sistema adutor no Município de São Raimundo Nonato, no Estado do Piauí				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Município de São Raimundo Nonato - PI				
Custo Total: R\$ 50.000.000		Início: 30/06/2021		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	300.000	13.211.249	8.807.499	0
Total do PPA 2024-2027		22.318.748		

Investimento Plurianual: Implantação do sistema de abastecimento de água de Petrolina/PE				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Município de Petrolina - PE				
Custo Total: R\$ 25.428.647		Início: 01/06/2023		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	1.225.000	1.225.000	0
Total do PPA 2024-2027		2.550.000		

Investimento Plurianual: Implantação do sistema de abastecimento de água de Remanso/BA				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Município de Remanso - BA				
Custo Total: R\$ 19.820.210		Início: 01/05/2023		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	3.140.000	3.140.000	0
Total do PPA 2024-2027		6.380.000		

Investimento Plurianual: Implantação do Sistema de Abastecimento de Pão de Açúcar				
Ação Orçamentária: 14VI - Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 6.102.000		Início: 01/06/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	3.102.000	2.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		5.202.000		

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Investimento Plurianual: Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana e Igaporã, localizados no estado da Bahia. (Adutora da Fé/BA)

Ação Orçamentária: 15XV - Construção de Sistema Integrado de Abastecimento de Água - Adutora da Fé, No Estado da Bahia

Custo Total: R\$ 73.520.038

Início: 30/12/2019

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	60.000.000	21.439.277	0	0
Total do PPA 2024-2027	81.439.277			

Investimento Plurianual: Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

Ação Orçamentária: 140C - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas, No Estado de Alagoas

Custo Total: R\$ 164.000.000

Início: 01/01/2012

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	400.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	400.000			

Investimento Plurianual: Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

Ação Orçamentária: 140C - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas, No Município de Pariconha - AL

Custo Total: R\$ 181.130.787

Início: 01/06/2024

Término: 30/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	300.000	98.081.187	34.009.006	0
Total do PPA 2024-2027	132.390.193			

Investimento Plurianual: Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas

Ação Orçamentária: 140C - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano com 13.579 ha no Estado de Alagoas, No Município de Delmiro Gouveia - AL

Custo Total: R\$ 179.569.167

Início: 01/06/2024

Término: 30/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	300.000	107.741.500	17.956.917	0
Total do PPA 2024-2027	125.998.417			

Investimento Plurianual: Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)

Ação Orçamentária: 12EP - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste), Na Região Nordeste

Custo Total: R\$ 5.114.457.132

Início: 31/12/2004

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	50.418.275	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	50.418.275			

Investimento Plurianual: Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)

Ação Orçamentária: 5900 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte), Na Região Nordeste

Custo Total: R\$ 8.156.623.163

Início: 31/12/2007

Término: 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	492.001.667	349.985.975	0	0
Total do PPA 2024-2027	841.987.642			

PROGRAMA: 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

Investimento Plurianual: Sistema de Integração Hídrica Canal do Xingó/BA-SE

Ação Orçamentária: 7X91 - Implantação do Canal do Xingó, Na Região Nordeste

Custo Total: R\$ 179.189.477

Início: 30/06/2007

Término: 31/12/2029

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.000.000	42.562.569	42.562.569	0
Total do PPA 2024-2027	88.125.138			

PROGRAMA: 3102 - Mineração Segura e Sustentável

Investimento Plurianual: Revisão e Automação dos Processos de Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM

Ação Orçamentária: 15YU - Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM

Custo Total: R\$ 35.172.500

Início: 01/01/2023

Término: 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	13.595.000	10.610.000	10.265.000	0
Total do PPA 2024-2027	34.470.000			

Investimento Plurianual: Revisão e Automação dos Processos de Outorga de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM

Ação Orçamentária: 15YU - Revisão e Automação dos Processos de Outorga e Fiscalização de Pesquisa e Lavra Mineral da ANM

Custo Total: R\$ 35.172.500

Início: 01/01/2023

Término: 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	13.595.000	10.610.000	10.265.000	0
Total do PPA 2024-2027	34.470.000			

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Investimento Plurianual: Construção do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha/RS de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 15UY - Construção do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha/RS de Propriedade da União, No Município de Caxias do Sul - RS				
Custo Total: R\$ 200.593.727		Início: 04/12/2019		Término: 30/06/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	65.000.000	89.088.354	0
Total do PPA 2024-2027		154.098.354		

Investimento Plurianual: Equipamentos de Navegação + Modernização da TWR + Terminal de Passageiros				
Ação Orçamentária: 15UW - Reforma e Reparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR, de Propriedade da União, No Município de Maringá - PR				
Custo Total: R\$ 119.084.514		Início: 18/08/2017		Término: 15/05/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	35.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		35.000.000		

Investimento Plurianual: Implantação de espaços multissensoriais voltados ao público diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista – TEA, nos Aeroportos e Aeródromos Regionais de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 163P - Implantação de espaços multissensoriais voltados ao público diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista – TEA, nos Aeroportos e Aeródromos Regionais de Propriedade da União				
Custo Total: R\$ 0		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	375.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		375.000		

Investimento Plurianual: Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea				
Ação Orçamentária: 15V1 - Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea				
Custo Total: R\$ 154.145.469		Início: 05/10/2017		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	35.600.000	11.600.000	4.800.000	0
Total do PPA 2024-2027		52.000.000		

Investimento Plurianual: Reforma e adequação da PPD, Pista de Taxi, Drenagem e cerca operacional				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Guarujá - SP				
Custo Total: R\$ 18.140.004		Início: 01/07/2021		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.722.740	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		14.722.740		

Investimento Plurianual: Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Ariquemes - RO				
Custo Total: R\$ 30.000.000		Início: 31/10/2023		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	20.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		20.000.000		

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM				
Custo Total: R\$ 36.314.963		Início: 05/02/2024		Término: 15/09/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	12.000.000	24.314.963	0	0
Total do PPA 2024-2027	36.314.963			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Parintins - AM				
Custo Total: R\$ 41.501.854		Início: 05/02/2024		Término: 15/09/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	18.500.000	23.001.854	0	0
Total do PPA 2024-2027	41.501.854			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Eirunepé - AM				
Custo Total: R\$ 28.726.903		Início: 18/12/2020		Término: 31/05/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	10.000			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Ji-Paraná - RO				
Custo Total: R\$ 10.490.030		Início: 11/12/2017		Término: 25/03/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	17.364.293	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	17.364.293			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Jataí - GO				
Custo Total: R\$ 40.500.000		Início: 19/12/2017		Término: 26/06/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	6.755.351	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	6.755.351			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Sorriso - MT				
Custo Total: R\$ 8.090.984		Início: 31/12/2019		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.490.839	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.490.839			

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil**Investimento Plurianual:** Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União**Ação Orçamentária:** 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Cáceres - MT**Custo Total:** R\$ 4.921.245**Início:** 19/12/2017**Término:** 30/06/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.000.000			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União**Ação Orçamentária:** 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Santa Maria - RS**Custo Total:** R\$ 10.500.000**Início:** 30/12/2019**Término:** 28/03/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	14.000.000			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União**Ação Orçamentária:** 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Ponta Grossa - PR**Custo Total:** R\$ 35.000.000**Início:** 16/12/2019**Término:** 15/03/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	15.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	15.000.000			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União**Ação Orçamentária:** 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Ipatinga - MG**Custo Total:** R\$ 35.000.000**Início:** 10/10/2024**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	20.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	35.000.000			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União**Ação Orçamentária:** 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Governador Valadares - MG**Custo Total:** R\$ 32.000.000**Início:** 14/12/2017**Término:** 17/04/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	7.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	7.000.000			

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União**Ação Orçamentária:** 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Divinópolis - MG**Custo Total:** R\$ 6.007.028**Início:** 25/05/2020**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	467.657	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	467.657			

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Barreiras - BA				
Custo Total: R\$ 45.000.000		Início: 21/12/2018		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		20.000.000		

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Serra Talhada - PE				
Custo Total: R\$ 20.000.000		Início: 29/06/2017		Término: 31/10/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	16.500.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		16.500.000		

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Patos - PB				
Custo Total: R\$ 22.000.000		Início: 27/12/2019		Término: 30/11/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	309.439	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		309.439		

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Bom Jesus - PI				
Custo Total: R\$ 21.591.273		Início: 06/10/2017		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.253.443	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		8.253.443		

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Oriximiná - PA				
Custo Total: R\$ 12.303.986		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	6.303.986	0	0
Total do PPA 2024-2027		6.303.986		

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM, de Propriedade da União				
Ação Orçamentária: 15UX - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM, de Propriedade da União, No Município de Coari - AM				
Custo Total: R\$ 72.637.572		Início: 05/09/2017		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	31.995.162	16.143.252	0	0
Total do PPA 2024-2027		48.138.414		

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Investimento Plurianual: Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Dourados/MS, de Propriedade da União

Ação Orçamentária: 15YT - Reforma e Reaparelhamento do Aeroporto de Dourados/MS, de Propriedade da União, No Município de Dourados - MS

Custo Total: R\$ 126.414.921

Início: 27/12/2019

Término: 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	24.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	24.000.000			

Investimento Plurianual: Terminal de Passageiros

Ação Orçamentária: 14UB - Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional, de Propriedade da União, No Município de Guarujá - SP

Custo Total: R\$ 3.191.982

Início: 31/12/2021

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.722.740	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	14.722.740			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Investimento Plurianual: Adequação do Terminal Fluvial de São Raimundo em Manaus/AM

Ação Orçamentária: 14MZ - Adequação do Terminal Fluvial de São Raimundo em Manaus/AM, No Município de Manaus - AM

Custo Total: R\$ 30.000.000

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	200.000	10.000.000	10.000.000	9.800.000
Total do PPA 2024-2027	30.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais

Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de São Gabriel da Cachoeira - AM

Custo Total: R\$ 45.000.000

Início: 01/02/2022

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	0	20.533.333	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	40.533.333			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais

Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de Lábrea - AM

Custo Total: R\$ 45.000.000

Início: 01/07/2021

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	0	15.600.000	15.650.000	0
Total do PPA 2024-2027	31.250.000			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais

Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de Jutai - AM

Custo Total: R\$ 49.000.000

Início: 01/04/2022

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	1.000.000	26.000.000	22.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	49.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais

Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de Barcelos - AM

Custo Total: R\$ 18.801.778

Início: 01/02/2022

Término: 31/12/2025

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	1.332.347	1.014.531	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.346.878			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais

Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de Santo Antônio do Içá - AM

Custo Total: R\$ 35.000.000

Início: 01/04/2022

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	0	18.000.000	16.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	34.000.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais				
Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de São Paulo de Olivença - AM				
Custo Total: R\$ 40.000.000		Início: 01/02/2022		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	15.500.000	15.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	30.500.000			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais				
Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de Juruti - PA				
Custo Total: R\$ 7.303.000		Início: 06/10/2020		Término: 03/01/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	519.087	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.519.087			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais				
Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de Oriximiná - PA				
Custo Total: R\$ 7.303.000		Início: 06/10/2020		Término: 03/01/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	519.087	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.519.087			

Investimento Plurianual: Construção de Terminais Fluviais				
Ação Orçamentária: 127G - Construção de Terminais Fluviais, No Município de Santana - AP				
Custo Total: R\$ 28.926.909		Início: 01/02/2022		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.881.909	2.119.714	0	0
Total do PPA 2024-2027	8.001.623			

Investimento Plurianual: Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Raimundo - no Estado do Amazonas				
Ação Orçamentária: 1C93 - Construção de Terminal Fluvial - no Município de São Raimundo - no Estado do Amazonas, No Estado do Amazonas				
Custo Total: R\$ 205.034.296		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	200.000	14.900.000	54.660.000	56.440.000
Total do PPA 2024-2027	126.200.000			

Investimento Plurianual: Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas				
Ação Orçamentária: 13LO - Construção do Porto de Manaus Moderna - no Estado do Amazonas, No Município de Manaus - AM				
Custo Total: R\$ 467.695.366		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	200.000	14.900.000	159.460.000	139.640.000
Total do PPA 2024-2027	314.200.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Investimento Plurianual: Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE)				
Ação Orçamentária: 15CX - Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE), No Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 35.000.000		Início: 30/10/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		2.000.000		

Investimento Plurianual: Execução dos Serviços de Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim				
Ação Orçamentária: 162D - Execução dos Serviços de Dragagem e Sinalização Náutica da Lagoa Mirim, No Município de Rio Grande - RS				
Custo Total: R\$ 63.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.833.333	26.083.333	26.083.334	0
Total do PPA 2024-2027		63.000.000		

Investimento Plurianual: Manutenção e reforço do molhe de abrigo do Porto de Imbituba/SC				
Ação Orçamentária: 161Y - Manutenção e Reforço do Molhe de Abrigo do Porto de Imbituba/SC, No Município de Imbituba - SC				
Custo Total: R\$ 100.000.000		Início: 31/03/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	30.000.000	30.000.000	40.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		100.000.000		

Investimento Plurianual: Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins				
Ação Orçamentária: 123M - Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins				
Custo Total: R\$ 1.200.000.000		Início: 16/06/2016		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.100.000	345.709.152	345.709.152	345.709.153
Total do PPA 2024-2027		1.038.227.457		

Investimento Plurianual: Modernização, Ampliação e Restauração de Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres – Nacional				
Ação Orçamentária: 162E - Modernização, Ampliação e Restauração de Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres – Nacional				
Custo Total: R\$ 180.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	200.000	89.900.000	89.900.000	0
Total do PPA 2024-2027		180.000.000		

Investimento Plurianual: Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Recuperação do Molhe 4				
Ação Orçamentária: 162C - Modernização - Recuperação e Ampliação da Capacidade – Porto de Suape/PE - Recuperação do Molhe 4, No Município de Ipojuca - PE				
Custo Total: R\$ 50.000.000		Início: 01/02/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	50.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		50.000.000		

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Investimento Plurianual: Remoção e desencalhe de embarcações em vias navegáveis e em canais de navegação portuários – Nacional

Ação Orçamentária: 162J - Remoção e desencalhe de embarcações em vias navegáveis e em canais de navegação portuários – Nacional

Custo Total: R\$ 85.000.000

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	200.000	42.400.000	42.400.000	0
Total do PPA 2024-2027	85.000.000			

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE				
Ação Orçamentária: 7X42 - Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE, No Município de Petrolina - PE				
Custo Total: R\$ 327.000.000		Início: 01/10/2021		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	67.500.000	70.000.000	35.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		172.500.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Contorno Rodoviário em Araranguá - na BR-101/SC				
Ação Orçamentária: 7XW7 - Adequação de Contorno Rodoviário em Araranguá - na BR-101/SC, No Estado de Santa Catarina				
Custo Total: R\$ 300.000.000		Início: 01/07/2023		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	180.000	45.000.000	95.000.000	148.000.000
Total do PPA 2024-2027		288.180.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS				
Ação Orçamentária: 7XI8 - Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 158.000.000		Início: 01/01/2022		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.440.000	60.000.000	70.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		138.440.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE				
Ação Orçamentária: 113K - Adequação de Ponte sobre Rio Jaguaribe em Aracati - na BR-304/CE, No Município de Aracati - CE				
Custo Total: R\$ 51.260.000		Início: 01/08/2008		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Travessia Urbana (Construção de Passarela) em Caruaru - na BR-104/PE				
Ação Orçamentária: 7XS6 - Adequação de Travessia Urbana (Construção de Passarela) em Caruaru - na BR-104/PE, No Município de Caruaru - PE				
Custo Total: R\$ 80.000.000		Início: 01/07/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	25.000.000	25.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		50.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Travessia Urbana em Ijuí - Na BR-285/RS				
Ação Orçamentária: 7XM6 - Adequação de Travessia Urbana em Ijuí - Na BR-285/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 250.000.000		Início: 31/10/2021		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	40.000.000	60.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		100.100.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA				
Ação Orçamentária: 13X5 - Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA, No Município de Imperatriz - MA				
Custo Total: R\$ 315.000.000		Início: 01/08/2014		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	112.500.000	50.000.000	50.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		212.500.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO				
Ação Orçamentária: 7P87 - Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO, No Município de Ji-Paraná - RO				
Custo Total: R\$ 138.881.000		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		4.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA				
Ação Orçamentária: 14LV - Adequação de Travessia Urbana em Juazeiro - nas BRs 235/407/BA, No Município de Juazeiro - BA				
Custo Total: R\$ 234.600.000		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	50.000.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		90.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS				
Ação Orçamentária: 12KG - Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS, No Município de Santa Maria - RS				
Custo Total: R\$ 500.000.000		Início: 01/09/2013		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.310.000	10.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		24.310.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS				
Ação Orçamentária: 7XG6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Bataguassu - Porto Murtinho - na BR-267/MS, No Estado de Mato Grosso do Sul				
Custo Total: R\$ 728.424.258		Início: 26/02/2022		Término: 02/02/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000
Total do PPA 2024-2027		460.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB				
Ação Orçamentária: 7G66 - Adequação de Trecho Rodoviário - Campina Grande - Divisa PB/PE - na BR-104/PB, No Estado da Paraíba				
Custo Total: R\$ 350.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	80.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		200.100.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR				
Ação Orçamentária: 12JL - Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR, No Estado do Paraná				
Custo Total: R\$ 1.000.000.000		Início: 01/07/2011		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.018.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		8.018.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA				
Ação Orçamentária: 7W07 - Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 280.000.000		Início: 01/01/2017		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	60.823.000	50.000.000	50.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		160.823.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE				
Ação Orçamentária: 10L3 - Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE, No Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 349.580.000		Início: 01/07/2009		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	205.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		205.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN				
Ação Orçamentária: 161S - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. CE/RN - Entr. BR-226(A) - na BR-304/RN, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 1.200.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	120.000.000	180.000.000	180.000.000
Total do PPA 2024-2027		480.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL				
Ação Orçamentária: 7624 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 2.700.000.000		Início: 01/03/2004		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	322.500.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		362.500.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AM/RO - Entroncamento BR-364 (Porto Velho (Trevo do Roque)) - na BR-319/RO				
Ação Orçamentária: 7XS4 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AM/RO - Entroncamento BR-364 (Porto Velho (Trevo do Roque)) - na BR-319/RO, No Estado de Rondônia				
Custo Total: R\$ 80.840.446		Início: 02/01/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.985.000	40.000.000	25.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		70.985.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE				
Ação Orçamentária: 110R - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101/SE, No Estado de Sergipe				
Custo Total: R\$ 550.000.000		Início: 01/01/2009		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	125.000.000	100.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		245.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO				
Ação Orçamentária: 7R82 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 270.300.000		Início: 27/06/2012		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	50.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		50.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG				
Ação Orçamentária: 1304 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MG/SP - Divisa MG/GO - na BR-050/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 642.627.000		Início: 01/11/2003		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364/RO				
Ação Orçamentária: 7XX3 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa MT/RO - Divisa RO/AC - na BR-364/RO, No Estado de Rondônia				
Custo Total: R\$ 281.000.000		Início: 01/07/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	60.000.000	60.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		120.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE				
Ação Orçamentária: 7435 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 1.641.886.000		Início: 01/11/2004		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.520.000	10.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		30.520.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA				
Ação Orçamentária: 13X7 - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 1.402.300.000		Início: 01/11/2014		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	495.270.000	85.000.000	85.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		665.270.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA				
Ação Orçamentária: 105S - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 1.186.369.239		Início: 01/05/2004		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	335.190.000	80.000.000	80.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	495.190.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL				
Ação Orçamentária: 161O - Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/AL - Praça Centenário (Maceió) - na BR-104/AL, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 420.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	200.000	170.000.000	170.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	340.200.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. AL-115(A) - Acesso a Pilar - na BR-316/AL				
Ação Orçamentária: 161M - Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. AL-115(A) - Acesso a Pilar - na BR-316/AL, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 150.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	182.000	75.000.000	75.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	150.182.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entr BA-001 (Santa Cruz de Cabralia) - Entr BA-001(B) (P/Trancoso) - na BR-367/BA				
Ação Orçamentária: 14OO - Adequação de Trecho Rodoviário - Entr BA-001 (Santa Cruz de Cabralia) - Entr BA-001(B) (P/Trancoso) - na BR-367/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 141.500.000		Início: 01/03/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	40.100.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-101(B) - Entr. SE-175 (P/Ribeirópolis) - na BR-235/SE				
Ação Orçamentária: 161T - Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-101(B) - Entr. SE-175 (P/Ribeirópolis) - na BR-235/SE, No Estado de Sergipe				
Custo Total: R\$ 450.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	45.000.000	90.000.000	80.000.000
Total do PPA 2024-2027	215.100.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-155 (P/Redenção) - Div. PA/MT - na BR-158/PA				
Ação Orçamentária: 161V - Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-155 (P/Redenção) - Div. PA/MT - na BR-158/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 450.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	150.000.000	150.000.000	22.000.000
Total do PPA 2024-2027	322.100.000			

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG				
Ação Orçamentária: 1K23 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 609.000.000		Início: 01/01/2007		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	15.200.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		15.200.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB				
Ação Orçamentária: 13YE - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB, No Estado da Paraíba				
Custo Total: R\$ 410.000.000		Início: 01/07/2017		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	22.731.000	120.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		262.731.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG				
Ação Orçamentária: 10IX - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 4.699.300.000		Início: 01/01/2008		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	13.140.000	1.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		14.140.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS				
Ação Orçamentária: 123U - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 830.000.000		Início: 01/10/2013		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	340.170.000	200.000.000	200.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		740.170.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN				
Ação Orçamentária: 7S75 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 550.000.000		Início: 01/07/2013		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	136.000.000	80.000.000	100.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		316.000.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE				
Ação Orçamentária: 14X0 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 800.000.000		Início: 01/10/2020		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.420.000	120.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	260.420.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR				
Ação Orçamentária: 7U22 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR, No Estado do Paraná				
Custo Total: R\$ 783.137.016		Início: 01/05/2014		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	41.105.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	41.105.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG				
Ação Orçamentária: 13XJ - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-494/MG-423 (Nova Serrana) - Uberaba - na BR-262/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 86.050.790		Início: 12/04/2013		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	100.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF				
Ação Orçamentária: 7XT1 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento DF-001/240 - Entroncamento DF-180 - na BR-080/DF, No Distrito Federal				
Custo Total: R\$ 390.000.000		Início: 31/01/2022		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	120.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	240.100.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE				
Ação Orçamentária: 7M88 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 406.000.000		Início: 01/06/2008		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.140.000	60.000.000	60.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	121.140.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento SC-416(B) (Jaraguá do Sul) - Divisa SC/PR (Porto União/União da Vitória) - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina				
Ação Orçamentária: 7N86 - Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento SC-416(B) (Jaraguá do Sul) - Divisa SC/PR (Porto União/União da Vitória) - na BR-280 - no Estado de Santa Catarina, No Estado de Santa Catarina				
Custo Total: R\$ 1.184.500		Início: 01/01/2010		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	50.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	50.000			

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. RN-263(B)/RN-023 (João Câmara) - Entr. BR-101(B) (Ponte Presidente Costa e Silva)*TRECHO URBANO** - na BR-406/RN				
Ação Orçamentária: 161R - Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. RN-263(B)/RN-023 (João Câmara) - Entr. BR-101(B) (Ponte Presidente Costa e Silva)*TRECHO URBANO** - na BR-406/RN, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 200.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	65.000.000	70.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		135.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC				
Ação Orçamentária: 7XJ5 - Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC, No Estado de Santa Catarina				
Custo Total: R\$ 220.000.000		Início: 20/01/2020		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	154.000.000	45.000.000	45.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		244.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO				
Ação Orçamentária: 7I40 - Adequação de Trecho Rodoviário - Goiânia - Jataí - na BR-060/GO, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 1.572.000.000		Início: 01/10/2010		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB				
Ação Orçamentária: 7T98 - Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB, No Estado da Paraíba				
Custo Total: R\$ 392.568.431		Início: 01/10/2016		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	63.150.000	1.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		64.150.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Km 503 - Km 509 (Itabuna) - na BR-101/BA				
Ação Orçamentária: 7XW2 - Adequação de Trecho Rodoviário - Km 503 - Km 509 (Itabuna) - na BR-101/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 61.700.000		Início: 01/07/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		40.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN				
Ação Orçamentária: 7626 - Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101/RN, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 600.000.000		Início: 01/11/2004		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	25.000.000	35.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		60.000.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC				
Ação Orçamentária: 7530 - Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC, No Estado de Santa Catarina				
Custo Total: R\$ 1.660.000.000		Início: 01/05/2009		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	310.400.000	120.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		550.400.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE				
Ação Orçamentária: 13X6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Pacajús - Boqueirão do Cesário - na BR-116/CE, No Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 530.000.000		Início: 01/03/2023		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	55.220.000	150.000.000	150.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		355.220.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Patrocínio - na BR-365/MG				
Ação Orçamentária: 7XX1 - Adequação de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Patrocínio - na BR-365/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 185.000.000		Início: 01/02/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	60.000.000	60.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		120.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE				
Ação Orçamentária: 110Q - Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE, No Estado de Sergipe				
Custo Total: R\$ 1.150.000.000		Início: 01/05/2009		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	38.068.000	15.000.000	15.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		68.068.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Petrolândia - Ibimirim - na BR-110/PE				
Ação Orçamentária: 7V94 - Adequação de Trecho Rodoviário - Petrolândia - Ibimirim - na BR-110/PE, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 61.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		40.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS				
Ação Orçamentária: 7XI6 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Novo Hamburgo - na BR-116/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 597.418.155		Início: 02/12/2020		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	230.000.000	60.000.000	70.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		360.000.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS				
Ação Orçamentária: 7L04 - Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 2.365.000.000		Início: 20/08/2010		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	447.680.000	130.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	697.680.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS				
Ação Orçamentária: 1214 - Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 1.450.000.000		Início: 11/09/2005		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	28.650.000	35.000.000	35.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	98.650.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT				
Ação Orçamentária: 10L1 - Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT, No Estado de Mato Grosso				
Custo Total: R\$ 2.144.500.000		Início: 30/04/2008		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	5.000.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC				
Ação Orçamentária: 10JQ - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC, No Estado de Santa Catarina				
Custo Total: R\$ 1.671.815.051		Início: 01/12/2010		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	364.500.000	260.000.000	260.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	884.500.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS				
Ação Orçamentária: 7X78 - Adequação de Trecho Rodoviário - São José dos Ausentes - Divisa RS/SC - na BR-285/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 101.000.212		Início: 01/07/2020		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	17.677.000	35.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	52.677.000			

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC				
Ação Orçamentária: 12KF - Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC, No Estado de Santa Catarina				
Custo Total: R\$ 445.000.000		Início: 01/12/2012		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	136.000.000	80.000.000	80.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	296.000.000			

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI				
Ação Orçamentária: 7W95 - Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 293.900.000		Início: 01/11/2018		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	134.000.000	65.000.000	90.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		289.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Touros (Farol do Calcanhar) - Entr. BR-406(A) (P/Ceará Mirim) Trecho Urbano - na BR-101/RN				
Ação Orçamentária: 161W - Adequação de Trecho Rodoviário - Touros (Farol do Calcanhar) - Entr. BR-406(A) (P/Ceará Mirim) Trecho Urbano - na BR-101/RN, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 125.000.000		Início: 01/06/2024		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	20.000.000	45.000.000	49.000.000
Total do PPA 2024-2027		114.100.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA				
Ação Orçamentária: 7W84 - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) - na BR-135/MA, No Estado do Maranhão				
Custo Total: R\$ 500.000.000		Início: 01/09/2016		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	78.000.000	55.000.000	55.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		188.000.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Trecho Rodoviário - Wanderlândia - Divisa GO/TO - na BR-153/TO				
Ação Orçamentária: 7U43 - Adequação de Trecho Rodoviário - Wanderlândia - Divisa GO/TO - na BR-153/TO, No Estado do Tocantins				
Custo Total: R\$ 1.270.000		Início: 01/01/2014		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

Investimento Plurianual: Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA				
Ação Orçamentária: 161U - Construção da Ponte sobre o Rio Xingu e Acessos - na BR-230/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 360.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	120.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		240.100.000		

Investimento Plurianual: Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS				
Ação Orçamentária: 14PC - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 1.183.362.075		Início: 30/04/2014		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		20.000.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES				
Ação Orçamentária: 7U06 - Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES, No Estado do Espírito Santo				
Custo Total: R\$ 402.150.000		Início: 01/07/2014		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		10.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Anel Rodoviário em Cachoeiro do Itapemirim - na BR-482/ES				
Ação Orçamentária: 161X - Construção de Anel Rodoviário em Cachoeiro do Itapemirim - na BR-482/ES, No Município de Cachoeiro de Itapemirim - ES				
Custo Total: R\$ 365.000.000		Início: 01/06/2024		Término: 30/06/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	115.000.000	115.000.000	115.000.000
Total do PPA 2024-2027		345.100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS				
Ação Orçamentária: 7X34 - Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS, No Município de Três Lagoas - MS				
Custo Total: R\$ 184.563.324		Início: 05/01/2021		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	25.000.000	20.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		45.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES				
Ação Orçamentária: 7S51 - Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES, No Município de Serra - ES				
Custo Total: R\$ 623.000.000		Início: 01/02/2013		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		10.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT				
Ação Orçamentária: 7S80 - Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT, No Estado de Mato Grosso				
Custo Total: R\$ 150.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		5.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário em Caicó - na BR-427/RN				
Ação Orçamentária: 113X - Construção de Contorno Rodoviário em Caicó - na BR-427/RN, No Município de Caicó - RN				
Custo Total: R\$ 87.490.000		Início: 01/01/2010		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT				
Ação Orçamentária: 12KY - Construção de Contorno Rodoviário em Cuiabá - nas BRs 070/163/364/MT, No Município de Cuiabá - MT				
Custo Total: R\$ 365.000.000		Início: 15/11/2011		Término: 02/06/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	65.000.000	90.000.000	90.000.000	90.000.000
Total do PPA 2024-2027		335.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA				
Ação Orçamentária: 7XM0 - Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-324/BA, No Município de Feira de Santana - BA				
Custo Total: R\$ 150.000.000		Início: 01/01/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		60.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR				
Ação Orçamentária: 7M91 - Construção de Contorno Rodoviário em Maringá - na BR-376/PR, No Estado do Paraná				
Custo Total: R\$ 711.768.235		Início: 01/07/2008		Término: 30/04/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	38.384.200	5.000.000	1.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		44.384.200		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC				
Ação Orçamentária: 7S97 - Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Brasília - na BR-317/AC, No Município de Brasília - AC				
Custo Total: R\$ 66.016.728		Início: 01/08/2016		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		10.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Patos - na BR-230/361/PB				
Ação Orçamentária: 161Q - Construção de Contorno Rodoviário - no Município de Patos - na BR-230/361/PB, No Município de Patos - PB				
Custo Total: R\$ 180.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	50.000.000	50.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		100.100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Pontes na BR-425/RO				
Ação Orçamentária: 7X64 - Construção de Pontes na BR-425/RO, No Estado de Rondônia				
Custo Total: R\$ 32.912.375		Início: 01/03/2021		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	26.137.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		26.137.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO				
Ação Orçamentária: 7L92 - Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO, No Município de Xambioá - TO				
Custo Total: R\$ 380.000.000		Início: 01/09/2008		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	148.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	148.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS				
Ação Orçamentária: 112N - Construção de Ponte sobre o Rio Jaguarão (Fronteira Brasil/Uruguai) - na BR-116/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 250.000.000		Início: 01/10/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	99.999	100.000.000	100.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	200.099.999			

Investimento Plurianual: Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC				
Ação Orçamentária: 7V83 - Construção de Ponte sobre o Rio Juruá com Acesso a Rodrigues Alves - na BR-364/AC, No Estado do Acre				
Custo Total: R\$ 65.000.000		Início: 01/06/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	45.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO				
Ação Orçamentária: 1D02 - Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO, No Município de Porto Velho - RO				
Custo Total: R\$ 177.595.000		Início: 01/01/2011		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	100.000			

Investimento Plurianual: Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319/RO				
Ação Orçamentária: 7I84 - Construção de Ponte sobre o Rio Madeira - no Município de Porto Velho - na BR-319/RO, No Estado de Rondônia				
Custo Total: R\$ 388.186.136		Início: 01/10/2010		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	100.000			

Investimento Plurianual: Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI				
Ação Orçamentária: 7XM5 - Construção de Ponte sobre o rio Parnaíba na Divisa PI/MA - na BR-330/PI, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 90.063.543		Início: 01/09/2021		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	11.000.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	51.000.000			

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS				
Ação Orçamentária: 7X96 - Construção de Ponte sobre o Rio Uruguai (Fronteira Brasil/Argentina) - na BR-392/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 300.600.106		Início: 01/01/2022		Término: 31/03/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.856.000	120.000.000	100.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		234.856.000		

Investimento Plurianual: Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR				
Ação Orçamentária: 15ZV - Construção de Pontes - Trecho Rococó - São Francisco - na BR-210/RR, No Estado de Roraima				
Custo Total: R\$ 90.000.000		Início: 01/06/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	35.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		55.100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA				
Ação Orçamentária: 110I - Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 1.093.600.000		Início: 01/01/2009		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	80.260.000	45.000.000	100.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		225.260.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR				
Ação Orçamentária: 7V99 - Construção de Trecho Rodoviário - Bonfim - Normandia - na BR-401/RR, No Estado de Roraima				
Custo Total: R\$ 300.000.000		Início: 01/07/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.000.000	35.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		69.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR				
Ação Orçamentária: 7242 - Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR, No Estado de Roraima				
Custo Total: R\$ 483.600.000		Início: 02/01/2004		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	61.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		61.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA				
Ação Orçamentária: 7474 - Construção de Trecho Rodoviário - Caravelas - Entroncamento BR-101 - na BR-418/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 142.748.672		Início: 01/01/2004		Término: 30/09/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL				
Ação Orçamentária: 7U07 - Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 130.894.944		Início: 01/04/2019		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	57.820.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		57.820.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG				
Ação Orçamentária: 13XG - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 205.800.000		Início: 01/06/2018		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	59.400.000	35.000.000	35.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		129.400.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI				
Ação Orçamentária: 7N22 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 524.635.135		Início: 01/04/2010		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	112.340.000	15.000.000	15.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		142.340.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA				
Ação Orçamentária: 7V18 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa GO/BA - Divisa BA/PI - na BR-020/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 1.300.000.000		Início: 01/06/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	50.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		70.100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA				
Ação Orçamentária: 1490 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 2.650.000.000		Início: 01/02/2003		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	49.000.000	50.000.000	50.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		149.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT				
Ação Orçamentária: 11VA - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT, No Estado de Mato Grosso				
Custo Total: R\$ 750.000.000		Início: 01/01/2005		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	50.000.000	90.000.000	90.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		230.000.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA				
Ação Orçamentária: 10KR - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 1.700.000.000		Início: 15/07/2008		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	114.628.000	40.000.000	40.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		194.628.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL				
Ação Orçamentária: 13SL - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 89.138.500		Início: 01/09/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	18.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		18.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA				
Ação Orçamentária: 7F51 - Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 1.021.826.065		Início: 01/04/2008		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	47.100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		47.100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG				
Ação Orçamentária: 7G16 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 160.000.000		Início: 01/02/2008		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	19.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		19.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Caririnha - na BR-030/BA				
Ação Orçamentária: 7V19 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-135/BA-594 (Cocos) - Acesso a Caririnha - na BR-030/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 252.000.000		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	60.000.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		100.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT				
Ação Orçamentária: 10KK - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163/MT (Sorriso) - Entroncamento BR-158/MT (Ribeirão Cascalheira) - na BR-242/MT, No Estado de Mato Grosso				
Custo Total: R\$ 1.157.138.298		Início: 01/03/2008		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	80.000.000	300.000.000	300.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		680.000.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS				
Ação Orçamentária: 7S57 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS, No Estado de Mato Grosso do Sul				
Custo Total: R\$ 1.031.500.000		Início: 01/11/2017		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	60.000.000	50.000.000	70.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		180.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA				
Ação Orçamentária: 7V00 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA, No Estado do Maranhão				
Custo Total: R\$ 163.476.731		Início: 01/09/2016		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	35.000.000	25.000.000	21.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		81.000.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG				
Ação Orçamentária: 7S59 - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 161.630.000		Início: 01/05/2014		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429/RO				
Ação Orçamentária: 113Y - Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento RO-478 (Fronteira Brasil/Bolívia) (Costa Marques) - na BR-429/RO, No Estado de Rondônia				
Custo Total: R\$ 823.900.000		Início: 30/12/2008		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.180.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		4.180.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP				
Ação Orçamentária: 1418 - Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP, No Estado do Amapá				
Custo Total: R\$ 890.000.000		Início: 01/05/2003		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	60.000.000	40.000.000	40.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		140.000.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG				
Ação Orçamentária: 10IW - Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 429.850.972		Início: 01/03/2008		Término: 30/06/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	22.060.000	100.000.000	100.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	222.060.000			

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG				
Ação Orçamentária: 7XJ0 - Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 170.000.000		Início: 01/09/2021		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	18.620.000	5.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	28.620.000			

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Km 391 - Km 394 - na BR-242/BA				
Ação Orçamentária: 7XW3 - Construção de Trecho Rodoviário - Km 391 - Km 394 - na BR-242/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 110.000.000		Início: 01/07/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	35.000.000	35.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	70.100.000			

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP				
Ação Orçamentária: 13YK - Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP, No Estado do Amapá				
Custo Total: R\$ 750.000.000		Início: 01/01/2013		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	60.000.000	50.000.000	50.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	160.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM				
Ação Orçamentária: 1248 - Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319/AM, No Estado do Amazonas				
Custo Total: R\$ 2.045.094.560		Início: 01/03/2003		Término: 02/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	61.851.286	200.000.000	200.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	461.851.286			

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA				
Ação Orçamentária: 7XJ4 - Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 120.000.000		Início: 01/01/2022		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.500.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	54.500.000			

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Mossoró-Campo Grande - na BR-110/RN				
Ação Orçamentária: 7I08 - Construção de Trecho Rodoviário - Mossoró-Campo Grande - na BR-110/RN, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 3.892.665		Início: 01/01/2010		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA				
Ação Orçamentária: 7S61 - Construção de Trecho Rodoviário - Novo Repartimento - Tucuruí - na BR-422/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 258.800.849		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	23.700.000	80.000.000	75.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		178.700.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Paranã - Príncipe - na BR-010/TO				
Ação Orçamentária: 15ZW - Construção de Trecho Rodoviário - Paranã - Príncipe - na BR-010/TO, No Estado do Tocantins				
Custo Total: R\$ 24.000.000		Início: 01/06/2023		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		100.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO				
Ação Orçamentária: 5E15 - Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO, No Estado do Tocantins				
Custo Total: R\$ 597.300.000		Início: 01/10/2007		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	40.300.000	20.000.000	20.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		80.300.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR				
Ação Orçamentária: 7K23 - Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - Na BR-487/PR, No Estado do Paraná				
Custo Total: R\$ 556.100.000		Início: 01/01/2008		Término: 17/09/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	113.240.000	80.000.000	30.000.000	0
Total do PPA 2024-2027		223.240.000		

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA				
Ação Orçamentária: 1C09 - Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 555.308.129		Início: 01/06/2007		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	136.200.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		136.200.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO				
Ação Orçamentária: 7E79 - Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 871.000.000		Início: 01/05/2007		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	57.000.000	120.000.000	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	297.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA				
Ação Orçamentária: 7S62 - Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA, No Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 317.532.585		Início: 01/07/2016		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	7.740.000	70.000.000	70.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	147.740.000			

Investimento Plurianual: Construção de Trevo de Acesso a Baixo Guandu - na BR-259/ES				
Ação Orçamentária: 7XW5 - Construção de Trevo de Acesso a Baixo Guandu - na BR-259/ES, No Estado do Espírito Santo				
Custo Total: R\$ 18.600.000		Início: 01/01/2023		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	5.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	11.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Viaduto Rodoviário em Valparaíso de Goiás - na BR-040/GO				
Ação Orçamentária: 7XW8 - Construção de Viaduto Rodoviário em Valparaíso de Goiás - na BR-040/GO, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 77.000.000		Início: 01/02/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	25.000.000	25.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	50.100.000			

Investimento Plurianual: Construção do Arco Metropolitano de Maceió - na BR-316/424/AL				
Ação Orçamentária: 161N - Construção do Arco Metropolitano de Maceió - na BR-316/424/AL, No Estado de Alagoas				
Custo Total: R\$ 500.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	150.000.000	250.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	400.100.000			

Investimento Plurianual: Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN				
Ação Orçamentária: 7W67 - Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN, No Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 160.989.686		Início: 01/06/2016		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	6.080.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	6.080.000			

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Implantação de Postos de Pesagem				
Ação Orçamentária: 108X - Implantação de Postos de Pesagem, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 16.520.672		Início: 28/01/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	16.520.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		16.520.000		

Investimento Plurianual: Implantação de Postos de Pesagem				
Ação Orçamentária: 108X - Implantação de Postos de Pesagem, No Estado do Piauí				
Custo Total: R\$ 30.526.044		Início: 20/03/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	346.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		346.000		

Investimento Plurianual: Implantação de Postos de Pesagem				
Ação Orçamentária: 108X - Implantação de Postos de Pesagem, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 18.697.412		Início: 20/03/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	900.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		900.000		

Investimento Plurianual: Implantação de Postos de Pesagem				
Ação Orçamentária: 108X - Implantação de Postos de Pesagem, No Estado de Mato Grosso				
Custo Total: R\$ 9.022.254		Início: 20/03/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	283.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		283.000		

Investimento Plurianual: Implantação de Postos de Pesagem				
Ação Orçamentária: 108X - Implantação de Postos de Pesagem, No Estado do Paraná				
Custo Total: R\$ 16.042.178		Início: 28/01/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	13.490.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		13.490.000		

Investimento Plurianual: Obras complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS				
Ação Orçamentária: 1K53 - Obras complementares no Trecho Rodoviário - Entroncamento RS-326 (P/Ivoti) - Ponte Rio Guaíba - na BR-116/RS, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 196.587.000		Início: 01/03/2007		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	60.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		60.000		

PROGRAMA: 3106 - Transporte Rodoviário

Investimento Plurianual: Prolongamento da Ponte sobre o Rio Tarauacá - na BR-364/AC

Ação Orçamentária: 7XX5 - Prolongamento da Ponte sobre o Rio Tarauacá - na BR-364/AC, No Estado do Acre

Custo Total: R\$ 34.400.000

Início: 01/10/2023

Término: 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	15.000.000			

PROGRAMA: 3108 - Segurança Viária

Investimento Plurianual: Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG				
Ação Orçamentária: 14TL - Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG, No Município de Juiz de Fora - MG				
Custo Total: R\$ 106.132.500		Início: 30/11/2013		Término: 01/05/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	10.000.000	1.048.000	0
Total do PPA 2024-2027		31.048.000		

Investimento Plurianual: Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ				
Ação Orçamentária: 11H1 - Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ, No Município de Barra Mansa - RJ				
Custo Total: R\$ 190.000.000		Início: 01/08/2006		Término: 30/09/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	30.000.000	16.610.000	0	0
Total do PPA 2024-2027		46.610.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC				
Ação Orçamentária: 1K24 - Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC, No Município de Joinville - SC				
Custo Total: R\$ 940.000.000		Início: 29/11/2007		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	211.275.000	226.925.000	242.575.000
Total do PPA 2024-2027		690.775.000		

Investimento Plurianual: Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - na EF-485/SC				
Ação Orçamentária: 1276 - Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - na EF-485/SC, No Município de São Francisco do Sul - SC				
Custo Total: R\$ 550.000.000		Início: 01/12/2005		Término: 06/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	125.135.000	133.765.000	85.437.000
Total do PPA 2024-2027		344.337.000		

Investimento Plurianual: Transposições de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/PR				
Ação Orçamentária: 162S - Adequação de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/PR, No Município de Paranaguá - PR				
Custo Total: R\$ 120.000.000		Início: 02/05/2024		Término: 30/10/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	82.404.000	26.696.000	0
Total do PPA 2024-2027		114.100.000		

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354				
Ação Orçamentária: 15V3 - Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 200.000.000		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	7.145.880	7.145.880	7.145.880	7.145.880
Total do PPA 2024-2027		28.583.520		

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354				
Ação Orçamentária: 15V3 - Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354, No Estado de Mato Grosso				
Custo Total: R\$ 4.837.965.412		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.392.285	3.392.285	3.392.285	3.392.285
Total do PPA 2024-2027		13.569.140		

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Barreiras/BA - Figueirópolis/TO - EF-334 (FIOL 3)				
Ação Orçamentária: 15ZY - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Barreiras/BA - Figueirópolis/TO - EF-334 (FIOL 3), No Estado do Tocantins				
Custo Total: R\$ 3.780.373.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.870.531	18.953.334	53.326.735	70.911.957
Total do PPA 2024-2027		145.062.557		

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Barreiras/BA - Figueirópolis/TO - EF-334 (FIOL 3)				
Ação Orçamentária: 15ZY - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Barreiras/BA - Figueirópolis/TO - EF-334 (FIOL 3), No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 2.928.822.000		Início: 01/08/2023		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.414.520	2.414.520	52.782.745	70.367.968
Total do PPA 2024-2027		127.979.753		

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334				
Ação Orçamentária: 124G - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 5.057.860.000		Início: 06/12/2010		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	422.000.000	412.000.000	412.000.000	352.000.000
Total do PPA 2024-2027		1.598.000.000		

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334				
Ação Orçamentária: 11ZE - Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334, No Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 4.313.700.000		Início: 06/12/2009		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	10.293.305	10.293.305	10.293.305
Total do PPA 2024-2027		35.879.915		

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151				
Ação Orçamentária: 5E83 - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151, No Estado do Tocantins				
Custo Total: R\$ 1.842.602.692		Início: 01/12/2006		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.987.584	2.987.584	2.987.584	2.987.584
Total do PPA 2024-2027	11.950.336			

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151				
Ação Orçamentária: 116E - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 1.875.315.412		Início: 01/01/2007		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.510.365	1.334.365	1.334.365	1.334.365
Total do PPA 2024-2027	5.513.460			

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D'Oeste/SP - EF-151				
Ação Orçamentária: 11ZD - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D'Oeste/SP - EF-151, No Estado de São Paulo				
Custo Total: R\$ 770.800.000		Início: 01/01/2009		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.329.748	1.329.748	1.329.748	1.329.748
Total do PPA 2024-2027	5.318.992			

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151				
Ação Orçamentária: 11ZH - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151, No Estado de Goiás				
Custo Total: R\$ 3.485.473.980		Início: 23/12/2009		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.329.748	1.329.748	1.329.748	1.329.748
Total do PPA 2024-2027	5.318.992			

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151				
Ação Orçamentária: 116X - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151				
Custo Total: R\$ 2.672.584.414		Início: 01/06/2008		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.755.376	1.755.376	1.755.376	1.755.376
Total do PPA 2024-2027	7.021.504			

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151				
Ação Orçamentária: 11ZI - Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151, No Estado de Minas Gerais				
Custo Total: R\$ 1.019.300.000		Início: 01/01/2009		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.329.748	1.329.748	1.329.748	1.329.748
Total do PPA 2024-2027	5.318.992			

PROGRAMA: 3901 - Transporte Ferroviário

Investimento Plurianual: Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232				
Ação Orçamentária: 161K - Construção da Ferrovia Transnordestina - trecho entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE - EF-232, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 4.500.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2030
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
Total do PPA 2024-2027	40.000.000			

Investimento Plurianual: Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232				
Ação Orçamentária: 10MK - Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232, Na Região Nordeste				
Custo Total: R\$ 56.073.659		Início: 01/01/2007		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	500.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	500.000			

Investimento Plurianual: Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA				
Ação Orçamentária: 15SP - Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA, No Município de São Félix - BA				
Custo Total: R\$ 2.203.539		Início: 16/11/2020		Término: 04/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	500.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	500.000			

Investimento Plurianual: Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária				
Ação Orçamentária: 14MM - Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária				
Custo Total: R\$ 6.000.000		Início: 16/11/2013		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	6.000.000			

PROGRAMA: 4102 - Segurança Institucional

Investimento Plurianual: Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR)

Ação Orçamentária: 15R5 - Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR), Em Brasília - DF

Custo Total: R\$ 29.000.000

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.000.000	9.000.000	10.000.000	10.000.000
Total do PPA 2024-2027	37.000.000			

PROGRAMA: 4105 - Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas

Investimento Plurianual: Construção de edificações para sediar unidades da AGU

Ação Orçamentária: 1621 - Construção de Edifício-Sede da AGU em Fortaleza - CE, No Município de Fortaleza - CE

Custo Total: R\$ 13.621.899

Início: 02/01/2024

Término: 30/11/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.399.478	5.200.000	2.600.000	0
Total do PPA 2024-2027	12.199.478			

PROGRAMA: 5112 - Educação Profissional e Tecnológica que Transforma

Investimento Plurianual: Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Ação Orçamentária: 15R4 - Apoio à Expansão, Consolidação, Reestruturação das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Custo Total: R\$ 1.658.434.007

Início: 01/01/2019

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	800.000.000	190.000.000	190.000.000	190.000.000
Total do PPA 2024-2027	1.370.000.000			

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Investimento Plurianual: Ampliação e Modernização da UFABC				
Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, No Estado de São Paulo				
Custo Total: R\$ 203.871.269		Início: 01/01/2013		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	48.041.892	48.041.892	48.041.892
Total do PPA 2024-2027	145.125.676			

Investimento Plurianual: Ampliação e Modernização da UFC				
Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, No Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 63.486.498		Início: 01/01/2014		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.506.177	10.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	11.506.177			

Investimento Plurianual: Ampliação e modernização da UFSM				
Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 17.015.470		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	2.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.100.000			

Investimento Plurianual: Ampliação e Modernização da UNIPAMPA				
Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, No Estado do Rio Grande do Sul				
Custo Total: R\$ 26.834.200		Início: 01/01/2013		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	300.000	5.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	10.300.000			

Investimento Plurianual: Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização do Teatro da UFPE				
Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, No Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 86.396.619		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	348.703	30.000.000	21.991.620	0
Total do PPA 2024-2027	52.340.323			

Investimento Plurianual: Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior				
Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior				
Custo Total: R\$ 1.080.000.000		Início: 01/01/2019		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	525.000.000	100.000.000	100.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	725.000.000			

PROGRAMA: 5113 - Educação Superior: Qualidade, Democracia, Equidade e Sustentabilidade

Investimento Plurianual: Conclusão dos Prédios acadêmicos e administrativos no campi I, II e IV da UFPB

Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, No Estado da Paraíba

Custo Total: R\$ 17.744.823

Início: 01/01/2011

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	6.799.949	514.201	531.515	0
Total do PPA 2024-2027	7.845.665			

Investimento Plurianual: Construção do Bloco Anexo do Instituto Militar de Engenharia (IME)

Ação Orçamentária: 152X - Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior

Custo Total: R\$ 49.012.042

Início: 28/01/2019

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	31.500.000	6.220.768	6.220.768	0
Total do PPA 2024-2027	43.941.536			

Investimento Plurianual: Implantação do Alojamento do ITA

Ação Orçamentária: 15YS - Implantação do Alojamento do ITA, No Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 100.130.430

Início: 28/01/2018

Término: 31/12/2025

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	7.000.000	14.763.977	0	0
Total do PPA 2024-2027	21.763.977			

Investimento Plurianual: Prédios – Campus Governador Valadares

Ação Orçamentária: 15R3 - Apoio à Consolidação, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior, No Estado de Minas Gerais

Custo Total: R\$ 141.500.000

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2034

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	4.776.686	45.000.000	44.750.000	44.750.000
Total do PPA 2024-2027	139.276.686			

Investimento Plurianual: Reconstrução e Modernização do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ação Orçamentária: 7XE1 - Reconstrução e Modernização do Museu Nacional, No Estado do Rio de Janeiro

Custo Total: R\$ 360.000.000

Início: 18/03/2019

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	7.000.000	102.729.463	120.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	229.729.463			

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Investimento Plurianual: Ampliação da Sede da Polícia Rodoviária Federal em Palmas - TO

Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF

Custo Total: R\$ 3.445.787

Início: 01/01/2015

Término: 31/12/2024

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: CONSTRUÇÃO DA SEDE DA BAHIA

Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF

Custo Total: R\$ 31.034.855

Início: 01/01/2018

Término: 01/08/2025

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	53.226.892	8.501.150	0	0
Total do PPA 2024-2027	61.728.042			

Investimento Plurianual: Construção da Sede da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina

Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF

Custo Total: R\$ 30.000.000

Início: 01/01/2015

Término: 31/12/2024

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: Construção da Sede da Polícia Rodoviária Federal no Acre

Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF

Custo Total: R\$ 20.000.000

Início: 01/01/2015

Término: 31/12/2024

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: Construção da Sede da Polícia Rodoviária Federal no Amazonas

Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF

Custo Total: R\$ 20.000.000

Início: 01/01/2015

Término: 31/12/2024

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: CONSTRUÇÃO DA SEDE DE RONDÔNIA

Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF

Custo Total: R\$ 31.244.996

Início: 01/01/2015

Término: 31/12/2026

	2024	2025	2026	2027
Valor Anual Previsto (R\$)	53.226.892	10.000.000	10.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	73.226.892			

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania

Investimento Plurianual: CONSTRUÇÃO DA SEDE DO RIO GRANDE DO NORTE				
Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF				
Custo Total: R\$ 22.226.315		Início: 01/01/2018		Término: 30/06/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		53.226.892		

Investimento Plurianual: Construção da unidade operacional da Polícia Rodoviária Federal em Amandina-MS				
Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF				
Custo Total: R\$ 4.000.000		Início: 01/01/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		53.226.892		

Investimento Plurianual: Construção da unidade operacional da Polícia Rodoviária Federal em Laranjal do Jari				
Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF				
Custo Total: R\$ 4.000.000		Início: 01/01/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		53.226.892		

Investimento Plurianual: Construção da Unidade Operacional e Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Benevides - PA				
Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF				
Custo Total: R\$ 6.127.693		Início: 01/01/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		53.226.892		

Investimento Plurianual: Construção da unidade operacional e delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Humaitá - AM				
Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF				
Custo Total: R\$ 6.127.693		Início: 01/01/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		53.226.892		

Investimento Plurianual: Construção da Unidade Operacional e Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Patos de Minas - MG				
Ação Orçamentária: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF				
Custo Total: R\$ 6.127.693		Início: 01/01/2015		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027		53.226.892		

PROGRAMA: 5116 - Segurança Pública com Cidadania**Investimento Plurianual:** Construção da Unidade Operacional e Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Recife - PE**Ação Orçamentária:** 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF**Custo Total:** R\$ 6.127.693**Início:** 01/01/2015**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: Construção da unidade operacional e delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Rio Branco - AC**Ação Orçamentária:** 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF**Custo Total:** R\$ 6.127.693**Início:** 01/01/2015**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: Construção da unidade operacional e delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Sobradinho - DF**Ação Orçamentária:** 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF**Custo Total:** R\$ 6.127.693**Início:** 01/01/2015**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública**Ação Orçamentária:** 15P9 - Construção de Imóvel da Força Nacional de Segurança Pública, No Distrito Federal**Custo Total:** R\$ 16.439.500**Início:** 01/01/2019**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.000.000	6.000.000	5.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	14.000.000			

Investimento Plurianual: Construção de Unidade Operacional e Delegacia da Polícia Rodoviária Federal em Petrolina - PE**Ação Orçamentária:** 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF**Custo Total:** R\$ 6.127.693**Início:** 01/01/2015**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

Investimento Plurianual: Projetos de Infraestrutura e Obras da PRF**Ação Orçamentária:** 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF**Custo Total:** R\$ 50.000.000**Início:** 01/01/2015**Término:** 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	53.226.892	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	53.226.892			

PROGRAMA: 5118 - Atenção Especializada à Saúde

Investimento Plurianual: Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Ação Orçamentária: 125H - Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA, No Estado do Rio de Janeiro

Custo Total: R\$ 61.598.816

Início: 01/07/2009

Término: 31/12/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	194.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	194.000.000			

Investimento Plurianual: Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões

Ação Orçamentária: 15W2 - Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS, No Município de Palmeira das Missões - RS

Custo Total: R\$ 162.457.170

Início: 30/06/2010

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	13.800.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	13.800.000			

Investimento Plurianual: Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC

Ação Orçamentária: 15EG - Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC, No Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 320.000.000

Início: 01/01/2019

Término: 31/12/2030

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.000.000	66.000.000	66.000.000	100.000.000
Total do PPA 2024-2027	235.000.000			

PROGRAMA: 5120 - Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Produção e Avaliação de Tecnologias em Saúde**Investimento Plurianual:** Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs**Ação Orçamentária:** 15VX - Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs, No Município do Rio de Janeiro - RJ**Custo Total:** R\$ 326.145.084**Início:** 01/06/2005**Término:** 30/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	5.000.000			

Investimento Plurianual: Construção da Nova Fábrica de Plataformas Vegetais de produção de imunobiológicos da Fiocruz Ceará**Ação Orçamentária:** 15VW - Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará, No Município de Eusébio - CE**Custo Total:** R\$ 697.732.594**Início:** 01/01/2012**Término:** 18/01/2029

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.300.000	239.406.410	95.633.743	0
Total do PPA 2024-2027	337.340.153			

Investimento Plurianual: Construção da Nova Sede da Fiocruz Amazonas**Ação Orçamentária:** 15VZ - Construção da Sede da Fiocruz Amazonas, No Município de Manaus - AM**Custo Total:** R\$ 120.000.000**Início:** 01/06/2020**Término:** 30/07/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.500.000	1.043.295	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.543.295			

Investimento Plurianual: Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos**Ação Orçamentária:** 13DW - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos, No Estado do Rio de Janeiro**Custo Total:** R\$ 2.933.839.735**Início:** 01/12/2012**Término:** 30/10/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	494.200.000	330.871.782	297.781.024	1.004.316.500
Total do PPA 2024-2027	2.127.169.306			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional**Investimento Plurianual:** Ampliação e Adequação do Hospital Geral de Salvador (HGeS)**Ação Orçamentária:** 7XT4 - Ampliação e Adequação do Hospital Geral de Salvador (HGeS), No Município de Salvador - BA**Custo Total:** R\$ 56.400.019**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2029

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000.000	10.000.000	10.000.000	11.389.609
Total do PPA 2024-2027	41.389.609			

Investimento Plurianual: Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2**Ação Orçamentária:** 14T0 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2**Custo Total:** R\$ 24.894.300.000**Início:** 24/10/2014**Término:** 24/12/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.395.000.000	1.354.540.106	1.490.000.000	1.469.740.454
Total do PPA 2024-2027	5.709.280.560			

Investimento Plurianual: Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390**Ação Orçamentária:** 14XJ - Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390**Custo Total:** R\$ 13.388.132.935**Início:** 01/12/2014**Término:** 19/09/2035

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	775.000.000	768.200.000	826.269.736	755.769.736
Total do PPA 2024-2027	3.125.239.472			

Investimento Plurianual: Aquisição de Helicópteros Leves**Ação Orçamentária:** 15W4 - Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)**Custo Total:** R\$ 554.783.600**Início:** 15/09/2022**Término:** 08/08/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	83.300.000	142.904.869	184.019.052	158.626.065
Total do PPA 2024-2027	568.849.986			

Investimento Plurianual: Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas**Ação Orçamentária:** 123J - Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas**Custo Total:** R\$ 7.521.705.744**Início:** 23/12/2008**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	216.700.000	170.978.929	158.720.101	198.875.312
Total do PPA 2024-2027	745.274.342			

Investimento Plurianual: Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea**Ação Orçamentária:** 13DB - Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea**Custo Total:** R\$ 4.130.148.934**Início:** 01/01/2012**Término:** 31/12/2039

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	17.038.019	16.838.019	18.185.060	19.296.100
Total do PPA 2024-2027	71.357.198			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Investimento Plurianual: Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t)				
Ação Orçamentária: 1N47 - Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t)				
Custo Total: R\$ 5.267.000.000		Início: 01/01/2008		Término: 31/12/2035
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	59.969.829	191.960.689	30.439.815	1.419.280.467
Total do PPA 2024-2027		1.701.650.800		

Investimento Plurianual: Construção de Submarino de Propulsão Nuclear				
Ação Orçamentária: 123H - Construção de Submarino de Propulsão Nuclear				
Custo Total: R\$ 22.610.191.709		Início: 01/05/2009		Término: 31/12/2034
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	169.000.000	176.821.206	193.076.390	201.392.442
Total do PPA 2024-2027		740.290.038		

Investimento Plurianual: Construção de Submarinos Convencionais				
Ação Orçamentária: 123I - Construção de Submarinos Convencionais				
Custo Total: R\$ 15.003.793.898		Início: 01/01/2010		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.131.030.171	1.054.157.989	1.330.234.624	0
Total do PPA 2024-2027		3.515.422.784		

Investimento Plurianual: Conversão das aeronaves AIRBUS 330-200 para inclusão das capacidades de reabastecimento em voo (REVO) e de evacuação aeromédica (MEDEVAC)				
Ação Orçamentária: 162M - Conversão das aeronaves AIRBUS 330-200				
Custo Total: R\$ 1.431.496.052		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	50.000.000	200.000.000	220.000.000	420.000.000
Total do PPA 2024-2027		890.000.000		

Investimento Plurianual: Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio				
Ação Orçamentária: 1N56 - Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio				
Custo Total: R\$ 731.068.087		Início: 01/01/2008		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	45.614.645	49.808.002	0
Total do PPA 2024-2027		96.422.647		

Investimento Plurianual: Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)				
Ação Orçamentária: 157M - Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)				
Custo Total: R\$ 4.000.000.000		Início: 01/01/2015		Término: 31/12/2033
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	900.000	941.654	1.028.217	1.130.131
Total do PPA 2024-2027		4.000.002		

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Investimento Plurianual: Implantação da Escola de Sargentos do Exército				
Ação Orçamentária: 162O - Implantação da Escola de Sargentos do Exército, No Município de Recife - PE				
Custo Total: R\$ 1.629.800.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2034
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	15.250.000	16.450.000	17.650.000
Total do PPA 2024-2027	49.450.000			

Investimento Plurianual: Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF				
Ação Orçamentária: 15LR - Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF				
Custo Total: R\$ 6.000.000		Início: 01/01/2017		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.881.029	1.881.029	1.881.029	1.881.029
Total do PPA 2024-2027	7.524.116			

Investimento Plurianual: Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares				
Ação Orçamentária: 123G - Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares				
Custo Total: R\$ 16.391.117.401		Início: 01/05/2009		Término: 31/12/2031
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	315.000.000	329.577.988	359.876.111	375.376.446
Total do PPA 2024-2027	1.379.830.545			

Investimento Plurianual: Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional				
Ação Orçamentária: 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional				
Custo Total: R\$ 4.177.448.942		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2039
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	12.000.000	12.000.000	12.960.000	13.667.528
Total do PPA 2024-2027	50.627.528			

Investimento Plurianual: Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional				
Ação Orçamentária: 147F - Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional				
Custo Total: R\$ 3.278.700.000		Início: 01/01/2015		Término: 31/12/2035
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	47.885.445	75.000.000	80.000.000	89.000.000
Total do PPA 2024-2027	291.885.445			

Investimento Plurianual: Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP)				
Ação Orçamentária: 7XN4 - Implantação do Colégio Militar de São Paulo (CMSP), No Município de São Paulo - SP				
Custo Total: R\$ 200.000.000		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2029
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	15.000.000	12.000.000	12.960.000	13.667.530
Total do PPA 2024-2027	53.627.530			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Investimento Plurianual: Implantação do Complexo de Saúde General-de-Brigada Médico João Severiano da Fonseca				
Ação Orçamentária: 162N - Implantação do Complexo de Saúde General-de-Brigada Médico João Severiano da Fonseca, Em Brasília - DF				
Custo Total: R\$ 226.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2029
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.000.000	4.000.000	4.320.000	4.555.895
Total do PPA 2024-2027	16.875.895			

Investimento Plurianual: Implantação do Complexo de Saúde General João Severiano da Fonseca				
Ação Orçamentária: 162N - Implantação do Complexo de Saúde General-de-Brigada Médico João Severiano da Fonseca				
Custo Total: R\$ 226.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2029
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	40.000.000	50.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	90.000.000			

Investimento Plurianual: Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais				
Ação Orçamentária: 151S - Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)				
Custo Total: R\$ 8.455.000.000		Início: 01/01/2014		Término: 31/12/2035
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	400.000	3.084.304	3.385.825	3.716.958
Total do PPA 2024-2027	10.587.087			

Investimento Plurianual: Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)				
Ação Orçamentária: 15W6 - Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)				
Custo Total: R\$ 184.812.336		Início: 01/01/2020		Término: 31/12/2029
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	7.000.000	7.000.000	7.560.000	7.972.738
Total do PPA 2024-2027	29.532.738			

Investimento Plurianual: Implantação do Projeto Forças Blindadas				
Ação Orçamentária: 14T4 - Implantação do Projeto Forças Blindadas				
Custo Total: R\$ 30.585.160.000		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2040
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	835.000.000	812.195.750	872.243.598	903.243.598
Total do PPA 2024-2027	3.422.682.946			

Investimento Plurianual: Implantação do Sistema de Aviação do Exército				
Ação Orçamentária: 3138 - Implantação do Sistema de Aviação do Exército				
Custo Total: R\$ 920.000.000		Início: 31/12/2003		Término: 31/12/2038
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	95.000.000	230.000.000	250.000.000	265.000.000
Total do PPA 2024-2027	840.000.000			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Investimento Plurianual: Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS				
Ação Orçamentária: 14LW - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS				
Custo Total: R\$ 2.435.000.000		Início: 01/09/2011		Término: 31/12/2031
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	130.000.000	130.000.000	160.000.000	170.000.000
Total do PPA 2024-2027	590.000.000			

Investimento Plurianual: Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON				
Ação Orçamentária: 14T5 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON				
Custo Total: R\$ 11.992.000.000		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2039
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	500.000.000	460.000.000	500.000.000	520.763.562
Total do PPA 2024-2027	1.980.763.562			

Investimento Plurianual: Modernização e Revitalização das Aeronaves A-29 – PROGRAMA SISDABRA				
Ação Orçamentária: 162L - Modernização e Revitalização das Aeronaves A-29 – PROGRAMA SISDABRA				
Custo Total: R\$ 1.125.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2033
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	0	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Total do PPA 2024-2027	60.000.000			

Investimento Plurianual: Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro				
Ação Orçamentária: 156M - Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro				
Custo Total: R\$ 1.346.120.054		Início: 01/01/2012		Término: 31/12/2035
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	115.632.638	52.304.000	56.488.320	59.572.215
Total do PPA 2024-2027	283.997.173			

Investimento Plurianual: Tecnologia Nuclear da Marinha				
Ação Orçamentária: 14T7 - Desenvolvimento de Sistemas de Tecnologia Nuclear da Marinha				
Custo Total: R\$ 6.834.730.000		Início: 01/01/2000		Término: 31/12/2030
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	245.000.000	256.338.435	279.903.642	291.959.458
Total do PPA 2024-2027	1.073.201.535			

PROGRAMA: 6113 - Oceano, Zona Costeira e Antártica

Investimento Plurianual: Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz

Ação Orçamentária: 14ML - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, Exterior

Custo Total: R\$ 470.165.986

Início: 10/03/2012

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	42.597.005	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	42.597.005			

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais**Banco da Amazônia S.A. - BASA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, na Amazônia Legal****Custo Total:** R\$ 3.306.382**Início:** 01/07/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	847.012	819.790	819.790	819.790
Total do PPA 2024-2027	3.306.382			

Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Minas Gerais**Custo Total:** R\$ 7.559.501**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.793.500	1.856.273	1.921.242	1.988.486
Total do PPA 2024-2027	7.559.501			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Bens Imóveis, no Distrito Federal**Custo Total:** R\$ 330.000.000**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	15.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000.000
Total do PPA 2024-2027	315.000.000			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Bens Imóveis, no Estado de Minas Gerais**Custo Total:** R\$ 48.233.514**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	15.000.000	18.233.514	0	0
Total do PPA 2024-2027	33.233.514			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Bens Imóveis, no Estado de São Paulo**Custo Total:** R\$ 51.733.790**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	15.000.000	21.733.970	0	0
Total do PPA 2024-2027	36.733.970			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Bens Imóveis, no Estado do Maranhão**Custo Total:** R\$ 24.249.270**Início:** 01/01/2024**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	20.000.000	4.249.570	0	0
Total do PPA 2024-2027	24.249.570			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Bens Imóveis, no Estado do Pará**Custo Total:** R\$ 84.265.281**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	44.000.000	9.358.400	15.906.881	0
Total do PPA 2024-2027	69.265.281			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Bens Imóveis, no Estado do Rio Grande do Sul**Custo Total:** R\$ 89.500.000**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	27.500.000	30.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	57.500.000			

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais**Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Distrito Federal****Custo Total:** R\$ 11.238.464**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.115.747	2.191.014	2.268.198	2.347.944
Total do PPA 2024-2027	8.922.903			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado da Bahia**Custo Total:** R\$ 41.260.198**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.460.451	8.761.414	9.070.057	9.388.943
Total do PPA 2024-2027	35.680.865			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado da Paraíba**Custo Total:** R\$ 53.504.181**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	11.381.790	11.484.011	11.889.135	12.307.764
Total do PPA 2024-2027	47.062.700			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Alagoas**Custo Total:** R\$ 27.151.011**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.230.226	4.380.707	4.535.028	4.694.471
Total do PPA 2024-2027	17.840.432			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Goiás**Custo Total:** R\$ 12.812.855**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.115.747	2.191.014	2.268.198	2.347.944
Total do PPA 2024-2027	8.922.903			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Mato Grosso**Custo Total:** R\$ 24.381.553**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.430.370	2.639.121	2.732.572	2.829.174
Total do PPA 2024-2027	12.631.237			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Mato Grosso do Sul**Custo Total:** R\$ 18.013.568**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.717.694	2.299.825	2.380.960	2.464.798
Total do PPA 2024-2027	9.863.277			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Minas Gerais**Custo Total:** R\$ 73.750.441**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	12.991.300	13.316.792	13.786.124	14.271.148
Total do PPA 2024-2027	54.365.364			

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais**Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Pernambuco****Custo Total:** R\$ 86.344.953**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	18.130.242	18.321.194	18.967.460	19.635.264
Total do PPA 2024-2027	75.054.160			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Rondônia**Custo Total:** R\$ 16.676.810**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.902.206	2.752.517	2.850.082	2.950.941
Total do PPA 2024-2027	13.455.746			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Roraima**Custo Total:** R\$ 11.465.807**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.122.357	2.197.894	2.275.326	2.355.321
Total do PPA 2024-2027	8.950.898			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Santa Catarina**Custo Total:** R\$ 14.748.971**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.246.132	2.182.393	2.259.267	2.338.700
Total do PPA 2024-2027	9.026.492			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de São Paulo**Custo Total:** R\$ 34.861.513**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.200.943	4.350.223	4.503.447	4.661.785
Total do PPA 2024-2027	17.716.398			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Sergipe**Custo Total:** R\$ 13.179.718**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.279.261	2.433.765	2.519.761	2.608.639
Total do PPA 2024-2027	10.841.426			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Acre**Custo Total:** R\$ 11.242.796**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.122.357	2.197.894	2.275.326	2.355.321
Total do PPA 2024-2027	8.950.898			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Amapá**Custo Total:** R\$ 11.162.201**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.122.357	2.197.894	2.275.326	2.355.321
Total do PPA 2024-2027	8.950.898			

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais**Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Amazonas****Custo Total:** R\$ 81.283.879**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	18.209.921	18.381.518	19.029.956	19.699.948
Total do PPA 2024-2027	75.321.343			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Ceará**Custo Total:** R\$ 96.280.403**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	19.439.129	19.979.304	20.683.410	21.410.914
Total do PPA 2024-2027	81.512.757			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Espírito Santo**Custo Total:** R\$ 13.103.418**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.100.471	2.175.112	2.251.724	2.330.893
Total do PPA 2024-2027	8.858.200			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Maranhão**Custo Total:** R\$ 224.063.585**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	48.951.160	49.784.509	51.540.004	53.353.943
Total do PPA 2024-2027	203.629.616			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Pará**Custo Total:** R\$ 219.320.863**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	47.031.624	47.752.507	49.436.543	51.176.502
Total do PPA 2024-2027	195.397.176			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Paraná**Custo Total:** R\$ 16.219.699**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.107.466	2.182.393	2.259.267	2.338.700
Total do PPA 2024-2027	8.887.826			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Piauí**Custo Total:** R\$ 68.950.333**Início:** 01/01/2023**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.805.790	15.332.475	15.872.599	16.430.650
Total do PPA 2024-2027	62.441.514			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Rio de Janeiro**Custo Total:** R\$ 28.129.446**Início:** 01/01/2022**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.200.943	4.350.223	4.503.447	4.661.785
Total do PPA 2024-2027	17.716.398			

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais**Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Rio Grande do Norte**

Custo Total: R\$ 54.094.047

Início: 01/01/2022

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.978.677	11.217.890	11.613.353	12.021.971
Total do PPA 2024-2027	45.831.891			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Rio Grande do Sul

Custo Total: R\$ 23.081.330

Início: 01/01/2022

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.214.932	4.364.787	4.518.535	4.677.401
Total do PPA 2024-2027	17.775.655			

Caixa Econômica Federal - CAIXA - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Tocantins

Custo Total: R\$ 11.548.773

Início: 01/01/2022

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.122.357	2.197.894	2.275.326	2.355.321
Total do PPA 2024-2027	8.950.898			

Banco do Brasil S.A. - BB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado da Bahia

Custo Total: R\$ 2.543.112

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.483.482	932.474	127.156	0
Total do PPA 2024-2027	2.543.112			

Banco do Brasil S.A. - BB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Mato Grosso

Custo Total: R\$ 2.543.112

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.483.482	932.474	127.156	0
Total do PPA 2024-2027	2.543.112			

Banco do Brasil S.A. - BB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Minas Gerais

Custo Total: R\$ 2.543.112

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.483.482	932.474	127.156	0
Total do PPA 2024-2027	2.543.112			

Banco do Brasil S.A. - BB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Pernambuco

Custo Total: R\$ 2.543.112

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.483.482	932.474	127.156	0
Total do PPA 2024-2027	2.543.112			

Banco do Brasil S.A. - BB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de Santa Catarina

Custo Total: R\$ 2.543.112

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.483.482	932.474	127.156	0
Total do PPA 2024-2027	2.543.112			

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais**Banco do Brasil S.A. - BB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado de São Paulo****Custo Total:** R\$ 5.086.224**Início:** 01/12/2012**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.966.964	1.864.949	254.311	0
Total do PPA 2024-2027	5.086.224			

Banco do Brasil S.A. - BB - Instalação de Pontos de Atendimento Bancário, no Estado do Espírito Santo**Custo Total:** R\$ 2.543.112**Início:** 01/01/2024**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.483.482	932.474	127.156	0
Total do PPA 2024-2027	2.543.112			

Companhia Docas do Pará - CDP - Instalação de Bens Imóveis, no Estado do Pará**Custo Total:** R\$ 47.000.000**Início:** 01/01/2016**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.985.904	30.900.000	10.000.000	4.114.096
Total do PPA 2024-2027	47.000.000			

PROGRAMA: 2305 - Comunicações para Inclusão e Transformação

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Construção de Novos Centros de Serviços Postais

Custo Total: R\$ 380.931.010

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	122.664.652	218.454.871	39.811.487	0
Total do PPA 2024-2027	380.931.010			

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Criação e Instalação da Infraestrutura de Correios

Custo Total: R\$ 179.013.435

Início: 01/01/2021

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.245.266	7.959.530	7.947.029	25.957.087
Total do PPA 2024-2027	52.108.912			

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - Modernização e Adequação da Infraestrutura dos Correios

Custo Total: R\$ 1.345.814.022

Início: 01/01/2016

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	340.720.000	210.480.000	330.000.000	180.000.000
Total do PPA 2024-2027	1.061.200.000			

PROGRAMA: 2306 - Política Nuclear

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB - Ampliação da Unidade de Concentração de Urânio, no Município de Caetité - BA

Custo Total: R\$ 881.360.555

Início: 01/01/2012

Término: 31/12/2033

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.000.000	33.700.000	26.700.000	9.700.000
Total do PPA 2024-2027	72.100.000			

Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB - Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, na Região Sudeste

Custo Total: R\$ 5.049.313.998

Início: 01/08/2000

Término: 31/12/2039

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	41.095.447	48.590.864	315.610.119	688.677.599
Total do PPA 2024-2027	1.093.974.029			

PROGRAMA: 3101 - Energia Elétrica**Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR - Implantação da Usina Termonuclear de Angra III, com 1.405 MW (RJ), no Estado do Rio de Janeiro****Custo Total:** R\$ 29.200.000.000**Início:** 31/12/1995**Término:** 05/07/2028

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.807.079.002	3.836.822.327	3.498.335.513	3.148.591.446
Total do PPA 2024-2027	13.290.828.288			

Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR - Programa de Extensão da Vida Útil - LTO de Angra 1, no Município de Angra dos Reis - RJ**Custo Total:** R\$ 4.000.000.000**Início:** 31/03/2018**Término:** 31/12/2029

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	816.762.913	702.247.903	466.711.846	467.181.169
Total do PPA 2024-2027	2.452.903.831			

PROGRAMA: 3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Adequações nos Terminais Aquaviários da Região Sudeste - PLANGÁS, no Estado do Rio de Janeiro				
Custo Total: R\$ 104.731.479		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.829.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	4.829.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação da Refinaria Abreu e Lima, no Estado de Pernambuco				
Custo Total: R\$ 47.179.359.000		Início: 01/01/2008		Término: 31/12/2028
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	997.720.000	1.724.541.000	3.482.213.000	2.147.996.000
Total do PPA 2024-2027	8.352.470.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação de Gasoduto de Escoamento de Gás Natural do Pré-Sal para Processamento no COMPERJ, no Estado do Rio de Janeiro				
Custo Total: R\$ 6.342.117.000		Início: 01/01/2013		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	703.013.000	27.627.000	0	43.001.000
Total do PPA 2024-2027	773.641.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação de Infraestrutura Marítima Complementar de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Santos, na Região Sudeste				
Custo Total: R\$ 128.293.897.000		Início: 01/01/2023		Término: 31/12/2030
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	39.203.772.000	35.914.678.000	17.579.843.000	12.022.642.000
Total do PPA 2024-2027	104.720.935.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Campos, na Região Sudeste				
Custo Total: R\$ 24.461.966.000		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	8.591.082.000	3.415.355.000	158.978.000	72.121.000
Total do PPA 2024-2027	12.237.536.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Sergipe - Alagoas, na Região Nordeste				
Custo Total: R\$ 23.426.069.000		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2030
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	339.921.000	1.413.870.000	3.998.471.000	10.151.813.000
Total do PPA 2024-2027	15.904.075.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação de Infraestrutura para Escoamento de Gás Natural da Bacia de Sergipe Alagoas, no Estado de Sergipe				
Custo Total: R\$ 2.688.420.000		Início: 01/01/2023		Término: 31/12/2029
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	14.180.000	64.494.000	185.916.000	2.261.830.000
Total do PPA 2024-2027	2.526.420.000			

PROGRAMA: 3103 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação de Melhorias no Terminal de São Sebastião e nos Oleodutos OSVAT e OSBAT, no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 444.201.000		Início: 01/01/2005		Término: 31/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	75.075.000	5.650.000	0	0	
Total do PPA 2024-2027		80.725.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implantação de Unidades de Processamento de Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos com Capacidade de Processamento de 21 MM m3/dia, no Estado do Rio de Janeiro

Custo Total: R\$ 6.517.582.000		Início: 01/06/2013		Término: 31/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	804.628.000	1.686.000	0	0	
Total do PPA 2024-2027		806.314.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implementação de Infraestrutura Marítima de Produção de Petróleo e Gás Natural - Bacia de Santos, na Região Sudeste

Custo Total: R\$ 35.856.404.452		Início: 01/01/2022		Término: 31/12/2036	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	7.620.653.000	3.538.866.000	285.906.000	908.241.000	
Total do PPA 2024-2027		12.353.666.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Implementação de Solução Dutoviária para Querosene de Aviação - QAV (REPLAN-Brasília), na Região Centro-Oeste

Custo Total: R\$ 384.883.000		Início: 01/01/2020		Término: 31/12/2029	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	10.997.000	49.466.000	208.011.000	24.953.000	
Total do PPA 2024-2027		293.427.000			

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS - Reformulação da Malha Dutoviária da Grande São Paulo, no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 1.250.383.000		Início: 01/01/2005		Término: 31/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	67.895.000	434.000	0	0	
Total do PPA 2024-2027		68.329.000			

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG - Expansão do Sistema de Transporte do Trecho Sul do Gasoduto Bolívia-Brasil

Custo Total: R\$ 8.787.000.000		Início: 01/01/2022		Término: 31/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	203.343.000	4.117.837.000	2.875.684.000	1.032.514.000	
Total do PPA 2024-2027		8.229.378.000			

Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO - Aquisição de Navios

Custo Total: R\$ 9.580.251.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2032	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	151.155.000	464.376.000	1.089.952.000	1.964.381.000	
Total do PPA 2024-2027		3.669.864.000			

PROGRAMA: 3104 - Aviação Civil

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

Custo Total: R\$ 1.000.000.000

Início: 01/01/2015

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	18.300.000	3.900.000	3.900.000	3.400.000
Total do PPA 2024-2027	29.500.000			

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO - Adequação da Infraestrutura Aeroportuária da Aviação Regional administrados pela Infraero

Custo Total: R\$ 2.030.080.000

Início: 01/01/2024

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	123.650.000	890.700.000	622.000.000	393.730.000
Total do PPA 2024-2027	2.030.080.000			

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO - Adequação do Aeroporto do Rio de Janeiro - Santos Dumont (RJ), no Estado do Rio de Janeiro

Custo Total: R\$ 890.868.560

Início: 30/09/2004

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	178.440.000	266.990.000	108.690.000	51.440.000
Total do PPA 2024-2027	605.560.000			

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO - Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas - Viracopos (SP), no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 1.346.965.515

Início: 31/12/2007

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	10.000			

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO - Adequação do Aeroporto Internacional de Confins - Tancredo Neves (MG), no Município de Confins - MG

Custo Total: R\$ 841.354.763

Início: 01/01/2007

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	10.000			

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO - Recuperação de Pistas Prioritárias

Custo Total: R\$ 977.102.582

Início: 01/01/2019

Término: 31/12/2024

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	24.247.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	24.247.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Companhia Docas do Ceará - CDC - Adequação da profundidade do berço de atracação 103 do Porto de Fortaleza (CE), no Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 8.261.099		Início: 03/01/2023		Término: 31/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	5.335.800	2.925.299	0	0
Total do PPA 2024-2027	8.261.099			

Companhia Docas do Ceará - CDC - Adequação de Instalações de Acostagem, Movimentação e Armazenagem de Cargas do Porto de Fortaleza (CE), no Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 30.500.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	9.895.683	11.885.136	4.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	25.780.819			

Companhia Docas do Ceará - CDC - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos do Porto de Fortaleza (CE), no Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 30.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	4.395.565	41.428	41.829	41.829
Total do PPA 2024-2027	4.520.651			

Companhia Docas do Ceará - CDC - Adequação de Instalações para Melhorias da Navegabilidade, Atracação e Operação de Navios do Porto de Fortaleza (CE), no Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 15.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.151.751	2.268.495	1.768.495	1.768.495
Total do PPA 2024-2027	7.957.236			

Companhia Docas do Ceará - CDC - Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, no Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 13.840.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	221.606	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	221.606			

Companhia Docas do Ceará - CDC - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, no Estado do Ceará				
Custo Total: R\$ 13.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	100.000			

Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA - Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária, no Estado da Bahia				
Custo Total: R\$ 159.284		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	30.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	30.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, no Estado da Bahia

Custo Total: R\$ 3.444.233		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	1.330.515	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		1.330.515			

Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA - Recuperação e Reforço Estrutural da Plataforma da Parte Alargada do Cais Comercial do Porto de Salvador - BA, no Estado da Bahia

Custo Total: R\$ 11.774.637		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	8.650.262	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		8.650.262			

Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA - Reforma da Pavimentação da Retroárea do Porto de Salvador BA, no Estado da Bahia

Custo Total: R\$ 15.112.776		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	13.264.666	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		13.264.666			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos do Porto de Santos (SP), no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 99.274.182		Início: 01/01/2016		Término: 30/06/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	35.638.383	9.955.583	3.875.000	5.425.000	
Total do PPA 2024-2027		54.893.966			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Ampliação do Acesso Rodoviário à Ilha Bernabé, no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 133.885.050		Início: 01/10/2018		Término: 31/12/2033	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	3.098.990	567.677	1.833.333	0	
Total do PPA 2024-2027		5.500.000			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Dragagem de Aprofundamento de canal do Porto de Santos (SP), no Município de Santos - SP

Custo Total: R\$ 323.600.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	2.500.000	321.100.000	0	0	
Total do PPA 2024-2027		323.600.000			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Dragagem de Aprofundamento do Porto de Santos (SP), no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 29.820.000		Início: 01/02/2022		Término: 30/04/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	14.910.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		14.910.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Autoridade Portuária de Santos S.A - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos no Município de Guarujá (SP), no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 661.674.391		Início: 01/01/2010		Término: 30/09/2030	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	42.710.670	101.432.143	141.389.446	149.327.232	
Total do PPA 2024-2027		434.859.491			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos no Município de Santos (SP), no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 107.821.999		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2028	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	25.450.000	507.456	0	0	
Total do PPA 2024-2027		25.957.456			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios, no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 181.712.128		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2029	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	50.948.000	68.288.176	12.008.085	10.186.945	
Total do PPA 2024-2027		141.431.206			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística, no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 3.517.708		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	1.549.495	1.201.182	0	0	
Total do PPA 2024-2027		2.750.677			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 6.147.051		Início: 01/07/2016		Término: 31/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	4.648.485	1.051.515	0	0	
Total do PPA 2024-2027		5.700.000			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Implantação do Túnel Imerso Ligando Santos a Guarujá, no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 5.850.000.000		Início: 01/07/2023		Término: 31/10/2028	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	26.341.414	1.158.596.212	1.525.691.283	902.337.416	
Total do PPA 2024-2027		3.612.966.325			

Autoridade Portuária de Santos S.A - Reforço dos Berços de Atracação da Ilha de Barnabé do Porto de Santos (SP), no Estado de São Paulo

Custo Total: R\$ 137.013.353		Início: 01/01/2016		Término: 31/08/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	74.589.000	37.794.000	0	0	
Total do PPA 2024-2027		112.383.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Companhia Docas do Pará - CDP - Adequação de Instalações de Acostagem, de Movimentação e Armazenagem de Cargas nos Portos Organizados e Terminais da CDP, no Estado do Pará

Custo Total: R\$ 99.320.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	13.232.428	35.000.000	10.000.000	19.932.926	
Total do PPA 2024-2027		78.165.354			

Companhia Docas do Pará - CDP - Adequação de Instalações de Circulação nos Portos Organizados e Terminais da CDP, no Estado do Pará

Custo Total: R\$ 78.800.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	15.752.833	27.349.798	20.000.000	1.400.000	
Total do PPA 2024-2027		64.502.631			

Companhia Docas do Pará - CDP - Adequação de Instalações de Proteção à Atracação e Operação de Navios nos Portos Organizados e Terminais da CDP, no Estado do Pará

Custo Total: R\$ 15.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	415.027	1.441.817	1.000.000	5.355.218	
Total do PPA 2024-2027		8.212.062			

Companhia Docas do Pará - CDP - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos nos Portos Organizados e Terminais da CDP, no Estado do Pará

Custo Total: R\$ 85.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	6.495.709	30.000.000	25.500.000	17.703.684	
Total do PPA 2024-2027		79.699.393			

Companhia Docas do Pará - CDP - Construção dos Terminais de Múltiplo Uso 1 e 2 do Porto de Vila do Conde (PA), no Estado do Pará

Custo Total: R\$ 390.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	140.817.388	113.350.000	123.106.230	5.832.612	
Total do PPA 2024-2027		383.106.230			

Companhia Docas do Pará - CDP - Construção do Terminal Marítimo de Passageiros de Belém, no Estado do Pará

Custo Total: R\$ 40.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	10.000.000	20.000.000	10.000.000	0	
Total do PPA 2024-2027		40.000.000			

Companhia Docas do Pará - CDP - Dragagem do Terminal Petroquímico de Miramar, no Estado do Pará

Custo Total: R\$ 30.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2026	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	22.172.400	4.827.600	3.000.000	0	
Total do PPA 2024-2027		30.000.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Companhia Docas do Pará - CDP - Dragagem nos Portos Organizados e Terminais da CDP, no Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 94.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	64.000.000	26.110.000	2.000.000	1.890.000
Total do PPA 2024-2027	94.000.000			

Companhia Docas do Pará - CDP - Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária, no Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 19.550.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.402.139	12.350.000	2.941.287	1.100.000
Total do PPA 2024-2027	18.793.426			

Companhia Docas do Pará - CDP - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, no Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 10.000.000		Início: 01/01/2016		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	425.232	4.574.768	1.024.550	500.000
Total do PPA 2024-2027	6.524.550			

Companhia Docas do Pará - CDP - Implementação de Sistema de Monitoramento da Infraestrutura Aquaviária dos Portos e Terminais da CDP, no Estado do Pará				
Custo Total: R\$ 137.000.000		Início: 01/01/2022		Término: 31/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	27.177.456	52.822.544	30.000.000	27.000.000
Total do PPA 2024-2027	137.000.000			

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Dragagem de Aprofundamento do Porto de Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro				
Custo Total: R\$ 300.000.000		Início: 01/01/2023		Término: 30/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	150.000.000	128.708.974	0	0
Total do PPA 2024-2027	278.708.974			

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Dragagem do Canal de Acesso, Berços e Bacia de Evolução do Porto do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro				
Custo Total: R\$ 177.000.000		Início: 01/01/2023		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	81.300.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	81.300.000			

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Dragagem e Derrocagem no Canal de Acesso ao Cais da Gamboa do Porto do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro				
Custo Total: R\$ 90.000.000		Início: 01/01/2023		Término: 30/12/2025
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	87.514.442	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	87.514.442			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios, no Município de Itaguaí - RJ				
Custo Total: R\$ 40.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	30.000.000	10.000.000	0	0
Total do PPA 2024-2027	40.000.000			

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 40.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	30.000.000	8.000.000	2.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	40.000.000			

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, no Estado do Rio de Janeiro				
Custo Total: R\$ 4.993.904		Início: 02/01/2016		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	1.000.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	1.000.000			

Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ), no Estado do Rio de Janeiro				
Custo Total: R\$ 350.000.000		Início: 01/01/2019		Término: 30/12/2026
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	22.832.721	90.260.799	114.432.562	0
Total do PPA 2024-2027	227.526.082			

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Adequação de Área do Terminal Marítimo de Passageiros para a Instalação da Nova Sede Administrativa da CODERN, no Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 5.750.000		Início: 02/01/2024		Término: 20/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	10.000			

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos do Porto de Natal (RN), no Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 67.735.395		Início: 19/01/2012		Término: 30/12/2027
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	10.000	51.950.000	10.000.000	5.775.395
Total do PPA 2024-2027	67.735.395			

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos do Terminal Salineiro de Areia Branca (RN), no Estado do Rio Grande do Norte				
Custo Total: R\$ 106.036.912		Início: 19/12/2012		Término: 26/08/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	500.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	500.000			

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Maceió (AL), no Estado de Alagoas

Custo Total: R\$ 142.500.000		Início: 01/02/2013		Término: 30/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	1.826.176	45.000.000	45.000.000	50.000.000	
Total do PPA 2024-2027	141.826.176				

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Construção da Nova Sede no Porto de Maceió - AL, no Município de Maceió - AL

Custo Total: R\$ 7.000.000		Início: 06/11/2023		Término: 30/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	3.855.486	3.144.514	0	0	
Total do PPA 2024-2027	7.000.000				

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Construção do Berço 4 do Porto de Natal (RN), no Estado do Rio Grande do Norte

Custo Total: R\$ 250.000.000		Início: 09/02/2011		Término: 22/12/2027	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	8.470.756	132.000.000	50.000.000	50.000.000	
Total do PPA 2024-2027	240.470.756				

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária, no Estado do Rio Grande do Norte

Custo Total: R\$ 1.500.000		Início: 01/01/2016		Término: 30/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	10.000	1.490.000	0	0	
Total do PPA 2024-2027	1.500.000				

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Natal (RN), no Estado do Rio Grande do Norte

Custo Total: R\$ 96.847.407		Início: 01/03/2011		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	474.295	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027	474.295				

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos, no Estado do Rio Grande do Norte

Custo Total: R\$ 1.691.026		Início: 04/04/2013		Término: 31/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	146.365	400.000	0	0	
Total do PPA 2024-2027	546.365				

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Instalação de Usina Fotovoltaica, no Município de Natal - RN

Custo Total: R\$ 5.000.000		Início: 01/03/2024		Término: 27/11/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	5.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027	5.000.000				

PROGRAMA: 3105 - Portos e Transporte Aquaviário**Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Pavimentação e Implementação de Melhorias na Malha Viária no Porto de Maceió, no Estado de Alagoas**

Custo Total: R\$ 8.000.000		Início: 01/06/2020		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	4.406.270	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		4.406.270			

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Recuperação do Terminal de Granéis Líquidos - TGL no Porto de Maceió, no Estado de Alagoas

Custo Total: R\$ 19.895.000		Início: 02/01/2024		Término: 30/12/2025	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	10.958.227	8.936.773	0	0	
Total do PPA 2024-2027		19.895.000			

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Reforma dos Armazéns 1 e 2, no Município de Natal - RN

Custo Total: R\$ 2.000.000		Início: 05/03/2024		Término: 12/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	2.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		2.000.000			

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Reforma dos Galpões 1 e 2, no Município de Natal - RN

Custo Total: R\$ 2.000.000		Início: 04/03/2024		Término: 29/11/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	1.500.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		1.500.000			

Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN - Substituição de Defensas do Porto de Maceió, no Estado de Alagoas

Custo Total: R\$ 12.700.000		Início: 02/01/2024		Término: 20/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	6.994.953	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		6.994.953			

PROGRAMA: 5119 - Atenção Primária à Saúde**Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS - Aquisição de Equipamentos para o Desenvolvimento e Incorporação de Processos e Produtos Hemoderivados e Biotecnológicos, no Estado de Pernambuco****Custo Total:** R\$ 700.000.000**Início:** 01/02/2010**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	33.058.549	221.988.285	55.379.407	35.996.614
Total do PPA 2024-2027	346.422.855			

Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS - Implantação da Fábrica de Recombinantes - Hemobrás, no Estado de Pernambuco**Custo Total:** R\$ 963.000.000**Início:** 01/01/2016**Término:** 31/12/2026

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	23.836.101	60.000.000	35.000.000	0
Total do PPA 2024-2027	118.836.101			

Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE), no Estado de Pernambuco**Custo Total:** R\$ 1.245.061.856**Início:** 01/01/2007**Término:** 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	100.238.110	180.000.000	83.069.111	53.994.922
Total do PPA 2024-2027	417.302.143			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de 01 (um) torno CNC de médio porte, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 3.150.000		Início: 01/03/2021		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	3.150.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	3.150.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de 1 (um) Sistema Alcalino e Ácido para Lavagem de Estojos, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 2.800.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.800.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.800.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de dois Tornos CNC de médio porte, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 2.850.000		Início: 01/03/2024		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.850.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.850.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de Equipamento para utilização em atividades de roçagem (roço) em áreas da FAJCMC, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 500.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	500.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	500.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de Equipamentos para Otimização da Produção Espoleta, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 600.000		Início: 01/01/2022		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	600.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	600.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de Forno de Indução com 4 estações, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 2.200.000		Início: 01/03/2023		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.200.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.200.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de Sistema de Banho de Lavagem de Estojos, no Município do Rio de Janeiro - RJ				
Custo Total: R\$ 2.600.000		Início: 01/03/2021		Término: 31/12/2024
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.600.000	0	0	0
Total do PPA 2024-2027	2.600.000			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de Sistema para Inspeção Radiográfica (Gamagrafia) Digital, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 2.800.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	2.800.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		2.800.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de um (01) Forno de Indução e uma (01) Prensa Hidráulica 500ton - Ogivagem, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 2.000.000		Início: 01/03/2024		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	2.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		2.000.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de uma (01) Estação Pintura Eletrostática, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 4.000.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	4.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		4.000.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de uma (01) Prensa Hidráulica Vertical 2.500ton, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 4.300.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	4.300.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		4.300.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de um Torno CNC com ferramenta acionada 103mm e um Centro de Usinagem Vertical, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 2.800.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	2.800.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		2.800.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Aquisição de um Torno CNC com passagem 166mm, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 3.000.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	3.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		3.000.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Benfeitorias em novo Prédio destinado à Coordenação dos Programas Estratégicos, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 15.000.000		Início: 01/06/2021		Término: 31/12/2026	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	6.000.000	4.500.000	4.500.000	0	
Total do PPA 2024-2027		15.000.000			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Construção de um (01) Navio Patrulha de 500 Toneladas, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 239.060.848		Início: 01/01/2023		Término: 31/12/2028	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	5.191.509	27.101.286	113.587.253	80.584.451	
Total do PPA 2024-2027		226.464.499			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Construção de uma Embarcação - Projeto Suppressor

Custo Total: R\$ 20.000.000		Início: 01/01/2024		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	20.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		20.000.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Implantação de Sistema de Automação para movimentação de Billet e Copo Forjado entre estações de trabalho na Nova Forjaria da FAJCMC, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 2.500.000		Início: 01/01/2023		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	2.500.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		2.500.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Infraestrutura para Recebimento de Tecnologia do Programa Classe Tamandaré (PCT), no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 20.000.000		Início: 01/01/2021		Término: 31/12/2026	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	2.021.461	5.710.730	5.710.730	0	
Total do PPA 2024-2027		13.442.921			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Modernização da Subestação de Energia Elétrica do Galpão Industrial da FAJCMC, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 1.000.000		Início: 01/03/2023		Término: 31/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	1.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		1.000.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Modernização de Prensa Hidráulica Vertical 2.500ton (PHV-4) e Nivelamento de Prensa Hidráulica Vertical 800ton, no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 3.000.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	3.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		3.000.000			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Modernização de três (03) Pressas Hidráulicas Verticais - (PHV-1, PHV-2 e PHV-3), no Município do Rio de Janeiro - RJ

Custo Total: R\$ 3.000.000		Início: 01/03/2024		Término: 30/12/2024	
Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027	
	3.000.000	0	0	0	
Total do PPA 2024-2027		3.000.000			

PROGRAMA: 6112 - Defesa Nacional

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Obtenção de Navio de Apoio Antártico

Custo Total: R\$ 750.000.000

Início: 05/10/2018

Término: 31/12/2025

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	505.814.115	119.917.814	0	0
Total do PPA 2024-2027	625.731.929			

Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Recomposição do Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil - Construção das Corvetas Classe Tamandaré (CCT)

Custo Total: R\$ 11.806.334.520

Início: 01/01/2019

Término: 31/12/2030

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	2.353.000.000	2.115.541.939	2.017.960.360	1.103.994.055
Total do PPA 2024-2027	7.590.496.354			

NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - Modernização de infraestrutura para a prestação de Serviços de Navegação Aérea

Custo Total: R\$ 24.823.457

Início: 01/01/2023

Término: 31/12/2027

Valor Anual Previsto (R\$)	2024	2025	2026	2027
	6.003.642	3.850.000	4.950.000	3.850.000
Total do PPA 2024-2027	18.653.642			